



revista Eptic^{20 anos}

REVISTA ELETRÔNICA INTERNACIONAL SOBRE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO,
DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA

DOSSIÊ TEMÁTICO

Estudos marxistas sobre comunicação e cultura

Vol, 20, nº 1, jan-abri 2018

Revista eletrônica quadrimestral produzida pelo Observatório de Economia e Comunicação (OBSCOM) e vinculada aos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e em Economia da Universidade Federal de Sergipe

OBSCOM - UFS

Coordenação

Profa. Dra. Verlane Aragão Santos
Prof. Dr. César Ricardo Siqueira Bolaño

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM COMUNICAÇÃO - UFS**

Coordenação

Profa. Dra. Sonia Aguiar

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ECONOMIA - UFS**

Coordenação

Profa. Dra. Fernanda Esperidião

REVISTA EPTIC

Diretor

Prof. Dr. César Ricardo Siqueira Bolaño
(UFS - Brasil)

Editor Geral

Prof. Dr. Ruy Sardinha Lopes (USP-Brasil)

Editora Adjunta

Profª Drª Anita Simis (UNESP-Brasil)

Secretário Executivo

Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho

Projeto Gráfico

Débora Gomes e Ruy Sardinha

Diagramação

Alana Gonçalves de Carvalho Martins
Beatriz Matos de Carvalho
(Editora UFS)

**Revisão e Normalização
Academia de Revisão**

Conselho Editorial

Prof. Dr. Abraham BenzaquenSicso, FUNDAJ, Brasil
Prof. Dr. Alain Rallet, Université Paris-Dauphine, França
Prof. Dr. Alain Herscovici, UFES, Brasil
Prof. Dr. Césare Galvan, FUNDAJ, Brasil
Profª. Drª Delia CroviDruetta, UNAM, México
Prof. Dr. Dênis Moraes, UFF, Brasil
Prof. Dr. Diego Portales, Universidade del Chile, Chile
Prof. Dr. Dominique Leroy, UniversitéPicardie, França
Prof. Dr. Edgard Rebouças, UFP, Brasil
Prof. Dr. Enrique Bustamante, UCM, Espanha
Prof. Dr. Enrique Sánchez, Universidad de Guanajuato, México
Prof. Dr. Francisco Rui Cádima, UNL, Portugal
Prof. Dr. Francisco Sierra (Un. Sevilla – España)
Prof. Dr. Gaëtan Tremblay, Université du Québec, Canadá
Prof. Dr. Graham Murdock, LoughboroughUniversity, Reino Unido
Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira, UFES, Brasil
Prof. Dr. Guillermo Mastrini, UBA, Argentina
Prof. Dr. Helenice Carvalho, UNISINOS, Brasil
Prof. Dr. Isabel Urioste, Universite de Technologie de Compiègne, França
Prof. Dr. Joseph Straubhaar, Universityof Texas, Estados Unidos
Prof. Dr. Juan Carlos de Miguel, EUH, Espanha
Prof. Dr. Luiz Guilherme Duarte, UPX, Estados Unidos
Prof. Dr. Marcelo Kischinhevsky, UERJ, Brasil
Profª Drª Márcia Regina Tosta Dias, UNIFESP, Brasil
Prof. Dr. Marcial Murciano Martinez, UAB, Espanha
Prof. Dr. Marcio Wohlers de Almeida, UNICAMP, Brasil
Prof. Dr. Marcos Dantas, UFRJ, Brasil
Prof. Dr. Nicholas Garham, University of Westminster, Reino Unido
Prof. Dr. Othon Jambeiro, UFBA, Brasil
Prof. Dr. Pedro Jorge Braumann, Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal
Prof. Dr. Peter Golding, Northumbria University, Reino Unido
Prof. Dr. Philip Schlesinger, University of Glasgow, Reino Unido
Prof. Dr. Pierre Fayard, Université de Poitiers – Accueil, França
Prof. Dr. Ramón Zallo, Universidad Pais Vasco, Espanha
Prof. Dr. Sergio Augusto Soares Mattos, UFBA- Brasil
Prof. Dr. Sergio Capparelli, UFRGS, Brasil
Prof. Dr. William Dias Braga, UFRJ-Brasil



*revista Eptic*²⁰_{anos}

Vol. 20, nº 1, jan-abr. 2018

ISSN 1518-2487

Coordenadores do Dossiê Temático

Prof^a Dr^a Verlane Aragão Santos (UFS-Brasil)

Msc. Helena Martins do Rêgo Barreto (UnB-Brasil)

Autores desta edição

Ana Coiro Moraes

Carol MunozNieves

Cesar Bolaño

Eduardo Vicente

Elisa Vieira Leonel

Fernando Krakowiak

Francisco Louçã

Gláucia Mendes Moraes

Helena Martins

Jonas Valente

Leonardo De Marchi

Lucia Rud

Manoel Dourado Bastos

Marcelo Kischinhevsky

Marcos Dantas

Pablo Nabarrete Bastos

Rodnei Nascimento

Theofilo Machado Rodrigues

Vera Pallamin



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6-7
---------------------	------------

ARTIGOS E ENSAIOS

Economía Política de la Comunicación, Estado y políticas públicas Fernando Krakowiak	8-24
A consolidação dos serviços de streaming e os desafios à diversidade musical no Brasil Eduardo Vicente, Marcelo Kischinhevsky, Leonardo De Marchi -	25-42
Universalização de la comunicación da Banda Larga no Brasil: Formação da agenda do programa nacional de banda larga Elisa Vieira Leonel	43-59
Entre la ley y la trampa. La programación cinematográfica según origen del film en los multicines de la ciudad de Buenos Aires (1997-2008) Lucia Rud	60-82

DOSSIÊ TEMÁTICO: ESTUDOS MARXISTAS SOBRE COMUNICAÇÃO E CULTURA

Apresentação do DT Verlane Aragão Santos, Helena Martins do Rêgo Barreto	83-87
Entrevista com Francisco Louçã Helena Martins do Rego Barreto, Jonas Valente	88-99
Crítica e emancipação nos estudos da informação, da comunicação e da cultura Cesar Bolaño	100-110
O caráter fetichista da informação necessária no momento da circulação simples Manoel Dourado Bastos	111-124
Do fetichismo da mercadoria ao fetichismo da informação: uma réplica Cesar Bolaño	125-130
O caráter "especial" da mercadoria arte Vera Pallamin	131-138
Semiótica da mercadoria: para uma introdução à economia política do signo Marcos Dantas	139-160
Da dialética ao materialismo dialético e ao materialismo cultural: o legado metodológico de Marx aos Estudos Culturais Ana Coiro Moraes	161-175



**A liberdade de imprensa como objeto da teoria política no século XIX:
Marx, Tocqueville e Stuart Mill** 176-188

Theofilo Machado Rodrigues

**A “questão nacional” no internacionalismo marxista:
apontamentos para a análise do projeto de integração latino-americana da Telesur** 189-204

Glauca Mendes Moraes

INVESTIGAÇÃO

**The commodity-form in Cuba’s telecom and wireless services:
a marxist political economy overview** 205-219

Carol Munoz Nieves

**Desafios políticos e dialógicos ao Projeto de
Reforma Agrária Popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST** 220-235

Pablo Nabarrete Bastos

RESENHA

Os caminhos da esquerda 236-241

Rodnei Nascimento

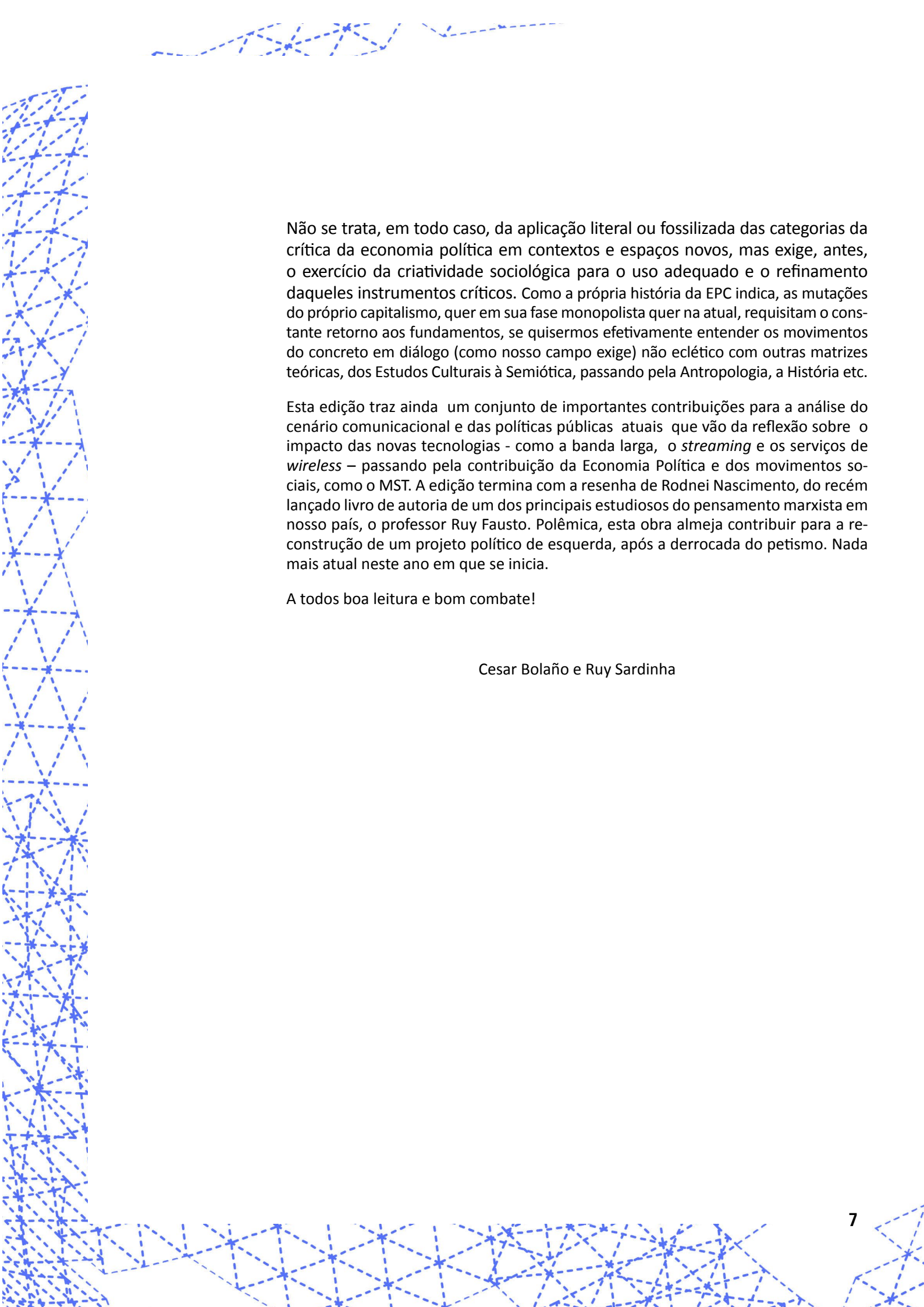
Apresentação

Caro leitor,

No ano em que a Revista Eptic dá início às comemorações de seu 20º ano de existência, a ser comemorado com o lançamento de um número especial em janeiro de 2019, brindamos o leitor com a publicação de uma coletânea de artigos reunidos no Dossiê Temático Estudos Marxistas da Comunicação e da Cultura, sob coordenação da professora doutora e coordenadora do Observatório de Economia e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (OBSCOM), produtor desta Revista, Verlane Aragão Santos, e da mestre e doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília, Helena Martins.

O Dossiê pensado a partir da efeméride em torno do lançamento da primeira edição do **Livro I do Capital**, que em 2017 completou 150 anos, pretendeu não apenas constituir uma oportunidade de reflexão e atualização do pensamento marxista, cuja recepção foi fundamental para a constituição do pensamento crítico comunicacional na América Latina e no Brasil, em especial para a formação do subcampo da Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPC) tanto na Europa quanto nas Américas, mas, na sua diversidade de interpretações e leituras, demonstrar sua importância para os estudos de comunicação e cultura atuais.

Se, ao contrário do que quiseram fazer ver determinadas correntes pós-modernas, vivemos mais do que nunca sob “o reino autocrático da economia mercantil” - para citar outro autor influenciado por esse pensamento e cuja obra paradigmática, **a Sociedade do Espetáculo**, também completou, em 2017, 50 anos de sua primeira edição - as lições e métodos de inquirição da realidade desenvolvidos por Marx continuam (*et pour cause*) plenamente adequados.



Não se trata, em todo caso, da aplicação literal ou fossilizada das categorias da crítica da economia política em contextos e espaços novos, mas exige, antes, o exercício da criatividade sociológica para o uso adequado e o refinamento daqueles instrumentos críticos. Como a própria história da EPC indica, as mutações do próprio capitalismo, quer em sua fase monopolista quer na atual, requisitam o constante retorno aos fundamentos, se quisermos efetivamente entender os movimentos do concreto em diálogo (como nosso campo exige) não eclético com outras matrizes teóricas, dos Estudos Culturais à Semiótica, passando pela Antropologia, a História etc.

Esta edição traz ainda um conjunto de importantes contribuições para a análise do cenário comunicacional e das políticas públicas atuais que vão da reflexão sobre o impacto das novas tecnologias - como a banda larga, o *streaming* e os serviços de *wireless* - passando pela contribuição da Economia Política e dos movimentos sociais, como o MST. A edição termina com a resenha de Rodnei Nascimento, do recém lançado livro de autoria de um dos principais estudiosos do pensamento marxista em nosso país, o professor Ruy Fausto. Polêmica, esta obra almeja contribuir para a reconstrução de um projeto político de esquerda, após a derrocada do petismo. Nada mais atual neste ano em que se inicia.

A todos boa leitura e bom combate!

Cesar Bolaño e Ruy Sardinha

Economía política de la comunicación, estado y políticas públicas

Economia política da comunicação, estado e políticas públicas

Political economy of communication, state and public policies

Fernando Krakowiak

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Professor da Faculdade de Ciências Sociais da UBA- **Argentina**

Contato: ferkrako@gmail.com

Artigo Submetido em 10/06/17 - aprovado em 13/08/17



Resumen:

La Economía Política de la Comunicación se ha dedicado a reflexionar sobre la estructura de propiedad, los modos de organización del trabajo y las estrategias de valorización del capital en las industrias culturales, mientras que los análisis sobre el Estado han permanecido muchas veces en un segundo plano. Este artículo recupera la concepción marxista del Estado como expresión de la lucha de clases y explicita cómo esa perspectiva es retomada por los pioneros británicos de la EPC y autores latinoamericanos que combinan el análisis económico con los estudios de las relaciones de poder.

Palabras clave: Economía Política de la Comunicación; Políticas de comunicación; Estado

Resumo:

A Economia Política da Comunicação tem se dedicado a refletir sobre a estrutura de propriedade, modos de organização do trabalho e estratégias de valorização do capital nas indústrias culturais, enquanto a análise do Estado tem ficado muitas vezes em segundo plano. Este artigo recupera a teoria do Estado de Marx como uma expressão da luta de classes e explicita como essa perspectiva é recuperada pelos pioneiros britânicos do EPC e pelos autores latino-americanos que combinam a análise econômica com os estudos das relações de poder.

Palabras-Chave: Economia Política da Comunicação; Políticas de Comunicação; Estado

Abstract:

The Political Economy of Communication has devoted itself to thinking about the structure of property, the ways of work organization and the strategies to value capital in the cultural industries, whereas the analyses about the State have frequently stayed in a second place. This article recovers the Marxist concept of State as the expression of class struggle and explains how this perspective is taken up again by the British pioneers of the PEC as well as Latin American authors that combine the economic analysis with the studies of power relations.

Keywords: Political Economy of Communication; Communication Policies, State



Introducción


La Economía Política de la Comunicación (en adelante EPC) se ha dedicado a reflexionar desde una perspectiva de clase social sobre la estructura de propiedad, los modos de organización del trabajo y las estrategias de valorización del capital en las industrias culturales, mientras que los análisis sobre el Estado y las políticas públicas han permanecido muchas veces en un relativo segundo plano. El principal problema por el cual esta corriente de pensamiento de inspiración neomarxista no ha puesto mayor énfasis en el papel constitutivo del aparato estatal en la industria de la comunicación ha tenido que ver muchas veces, como señala Vincent Mosco (2009 [1996]: 291), con la dificultad que supone explicar el papel del Estado, y situar la relación Estado-medios de comunicación, en una economía política más amplia sin perder un sentido de práctica material. No obstante, la EPC no se agota en un análisis meramente económico de las industrias culturales.

La intensificación de la industrialización de los procesos productivos y de difusión de los artículos y servicios culturales y comunicacionales requiere una EPC con una mirada integral que analice las condiciones de producción, distribución e intercambio, pero que al mismo tiempo rescate los estudios sobre las relaciones de poder. Para avanzar en esta dirección, este artículo propone recuperar la concepción marxista del Estado como expresión de la lucha de clases y explicitar cómo esa perspectiva aparece en algunos textos clave de la EPC que es necesario revalorizar.

En la primera parte se realiza un análisis de los planteos marxistas que consideraban al aparato estatal como un simple instrumento de la clase dominante y de las revisiones que se introdujeron en la década de 1960 a partir del aporte de Nicos Poulantzas, que ayudó a pensar a ese mismo Estado como la “condensación de una relación de poder entre las

En la segunda parte, el análisis se circunscribe a un conjunto de textos, a través de los cuales, los padres fundadores de la EPC británica, Graham Murdock, Peter Golding y Nicholas Garnham, se diferenciaron de los pioneros estadounidenses de este campo de estudio, Dallas Smythe y Herbert Schiller, al procurar integrar el análisis económico con el estudio de las relaciones de poder incorporando una visión poulantziana del Estado que lo considera como espacio de disputa social.

Por último, se repasan las principales producciones latinoamericanas de la EPC que manifestaron un esfuerzo por superar el determinismo económico al concentrarse en el análisis de las políticas públicas de comunicación, aunque sin perder de vista los condicionamientos materiales. El relevamiento se circunscribe a la obra de referentes brasileños, mexicanos y argentinos. Brasil y México fueron un sostén clave de la Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura (Ulepicc) con sus oficinas nacionales, mientras que Argentina se destaca por aportes individuales y la relevancia que tuvieron en la conformación de este campo de estudio en la región. De hecho, el Primer



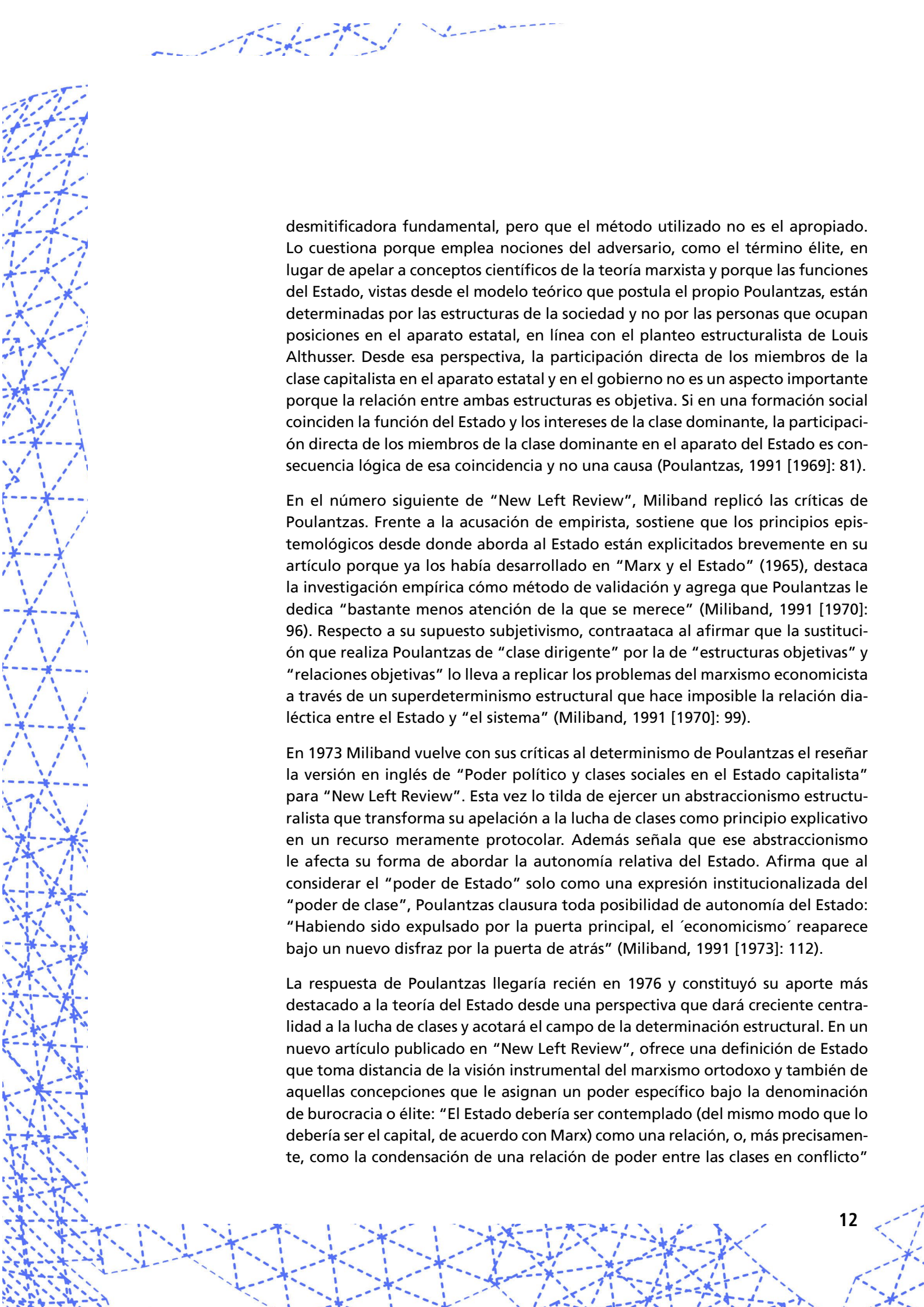
Encuentro de EPC del Mercosur se realizó en 2001 en Argentina, donde además se firmó la Carta de Buenos Aires que sintetizó una serie de acuerdos entre los investigadores latinos que al año siguiente conformaron Ulepicc.

El Estado como expresión de la lucha de clases

Si bien Carlos Marx no formuló una teoría sistemática del Estado, la caracterización que se impuso de manera predominante al interior del marxismo fue la de considerarlo como un mero instrumento de la clase dominante, fundamentalmente a partir de las definiciones que el filósofo comunista realizó con Frederick Engels en "La ideología alemana" (1846) y el "Manifiesto comunista" (1848). Esta caracterización le quitó relevancia al análisis del aparato estatal, pues era visto como una variable dependiente del régimen de explotación burgués. Desde esta perspectiva, las políticas públicas eran solo un producto de las necesidades del capital. A su vez, el empobrecimiento del pensamiento marxista durante el predominio del estalinismo ayudó al mantenimiento de esta especie de statu quo intelectual. La situación va a cambiar recién a fines de la década de 1960 cuando el Estado se convierte en tema principal de investigación y discusión dentro del marxismo, siendo el debate entre Ralph Miliband y Nicos Poulantzas un aporte sustancial.

Miliband se destacó por haber tratado de conciliar el punto de vista elitista y el marxista en el análisis del Estado Benefactor predominante en los países desarrollados de Occidente. En "El Estado y la sociedad capitalista" (1969), identifica una élite estatal y, para refutar las teorías pluralistas dominantes en la academia anglosajona, busca demostrar la conexión personal e ideológica de esa élite con la clase dominante a través de datos empíricos. Sin embargo, al mismo tiempo intenta rebatir a quienes lo acusan de instrumentalista al remarcar la autonomía del Estado frente a los intereses capitalistas en competencia, diferenciando "poder de Estado" de "poder de clase". Afirma que el sistema estatal está integrado por aparatos de gobierno, administrativos, coercitivos, judiciales y los gobiernos subcentrales. Luego remarca que la determinación estructural del conjunto de ese sistema es la que garantiza la reproducción capitalista más allá de quien gobierne en un sistema democrático: "Si se cree que el gobierno es, en efecto, el Estado, también se puede creer que el asumir el poder gubernamental equivale a adquirir el poder estatal. Tal creencia (...) nos expone a grandes riesgos y desencantos" (Miliband, 1969 [1988]: 50).

La distinción entre "poder de Estado" y "poder de clase", y el intento por demostrar la conexión entre ambos, motivará una fuerte crítica del marxista greco-francés Nicos Poulantzas, quien lo tilda de subjetivista y empirista. En una reseña que escribe sobre el libro de Miliband en "New Left Review", Poulantzas, que en mayo de 1968 había publicado "Poder político y clases sociales en el Estado capitalista", sostiene que la demostración de los vínculos entre los miembros del aparato del Estado y la clase dominante que realiza Miliband tiene una importancia




desmitificadora fundamental, pero que el método utilizado no es el apropiado. Lo cuestiona porque emplea nociones del adversario, como el término élite, en lugar de apelar a conceptos científicos de la teoría marxista y porque las funciones del Estado, vistas desde el modelo teórico que postula el propio Poulantzas, están determinadas por las estructuras de la sociedad y no por las personas que ocupan posiciones en el aparato estatal, en línea con el planteo estructuralista de Louis Althusser. Desde esa perspectiva, la participación directa de los miembros de la clase capitalista en el aparato estatal y en el gobierno no es un aspecto importante porque la relación entre ambas estructuras es objetiva. Si en una formación social coinciden la función del Estado y los intereses de la clase dominante, la participación directa de los miembros de la clase dominante en el aparato del Estado es consecuencia lógica de esa coincidencia y no una causa (Poulantzas, 1991 [1969]: 81).

En el número siguiente de "New Left Review", Miliband replicó las críticas de Poulantzas. Frente a la acusación de empirista, sostiene que los principios epistemológicos desde donde aborda al Estado están explicitados brevemente en su artículo porque ya los había desarrollado en "Marx y el Estado" (1965), destaca la investigación empírica cómo método de validación y agrega que Poulantzas le dedica "bastante menos atención de la que se merece" (Miliband, 1991 [1970]: 96). Respecto a su supuesto subjetivismo, contraataca al afirmar que la sustitución que realiza Poulantzas de "clase dirigente" por la de "estructuras objetivas" y "relaciones objetivas" lo lleva a replicar los problemas del marxismo economicista a través de un superdeterminismo estructural que hace imposible la relación dialéctica entre el Estado y "el sistema" (Miliband, 1991 [1970]: 99).

En 1973 Miliband vuelve con sus críticas al determinismo de Poulantzas el reseñar la versión en inglés de "Poder político y clases sociales en el Estado capitalista" para "New Left Review". Esta vez lo tilda de ejercer un abstraccionismo estructuralista que transforma su apelación a la lucha de clases como principio explicativo en un recurso meramente protocolar. Además señala que ese abstraccionismo le afecta su forma de abordar la autonomía relativa del Estado. Afirma que al considerar el "poder de Estado" solo como una expresión institucionalizada del "poder de clase", Poulantzas clausura toda posibilidad de autonomía del Estado: "Habiendo sido expulsado por la puerta principal, el 'economicismo' reaparece bajo un nuevo disfraz por la puerta de atrás" (Miliband, 1991 [1973]: 112).

La respuesta de Poulantzas llegaría recién en 1976 y constituyó su aporte más destacado a la teoría del Estado desde una perspectiva que dará creciente centralidad a la lucha de clases y acotará el campo de la determinación estructural. En un nuevo artículo publicado en "New Left Review", ofrece una definición de Estado que toma distancia de la visión instrumental del marxismo ortodoxo y también de aquellas concepciones que le asignan un poder específico bajo la denominación de burocracia o élite: "El Estado debería ser contemplado (del mismo modo que lo debería ser el capital, de acuerdo con Marx) como una relación, o, más precisamente, como la condensación de una relación de poder entre las clases en conflicto"



1 La obra de O'Donnell transitó desde una perspectiva cercana al neomarxismo estructuralista hacia una visión, ya hacia el final de su vida, neoinstitucionalista, donde predominaron planteos neoweberianos.

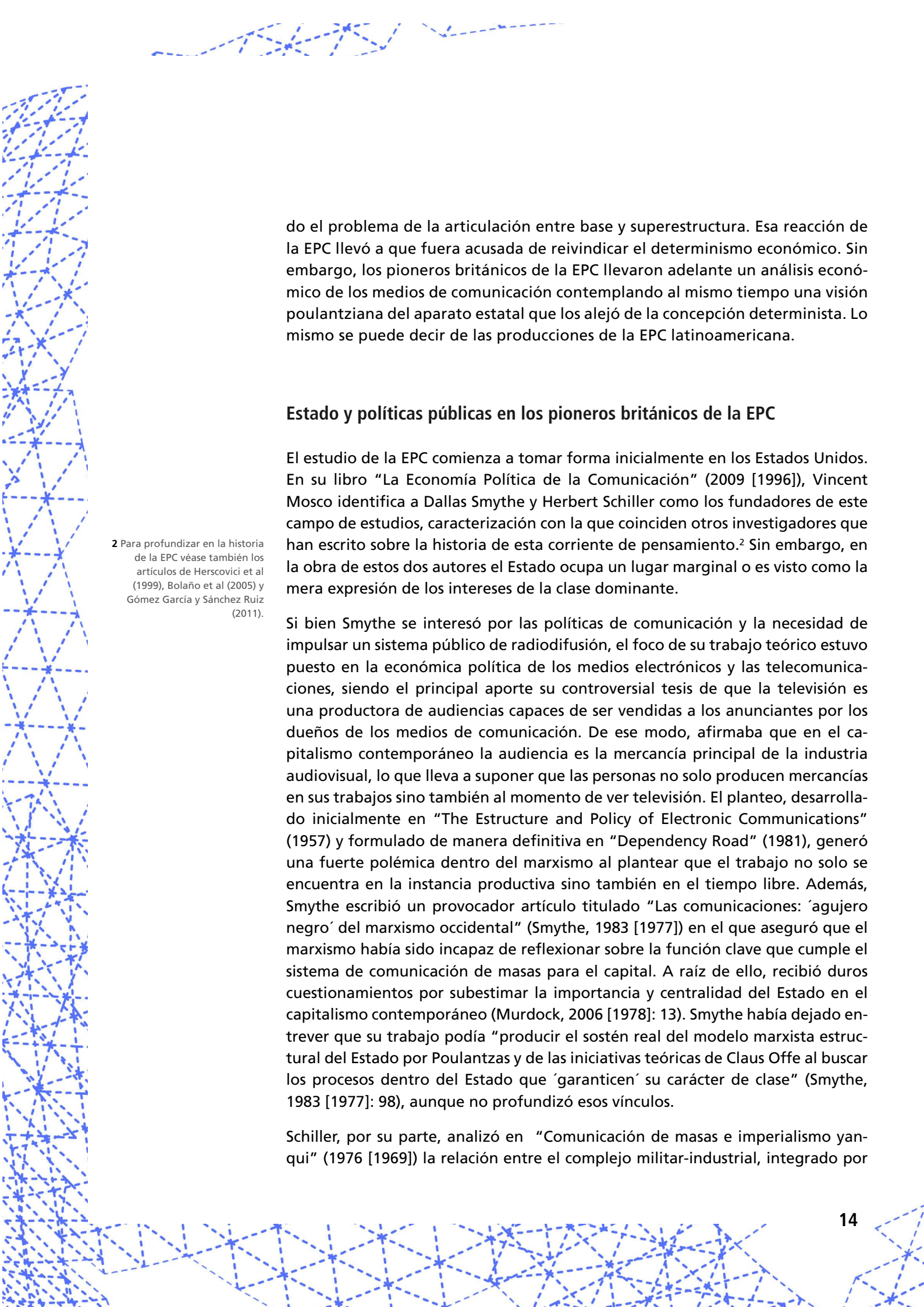
(Poulantzas, 1991 [1976]: 170). Poulantzas presenta al Estado como el resultado de las contradicciones y la lucha de clases dentro de una determinada formación social, en línea con las reflexiones de Antonio Gramsci. De este modo, explica la autonomía relativa del Estado capitalista con respecto a esta o aquella fracción del bloque de poder al tiempo que ese mismo Estado garantiza los intereses del bloque. La autonomía relativa se revela en las contradicciones entre diversos órganos y ramas del Estado, pero es inherente a su estructura vista como la condensación de una relación de clase, a partir de lo que Poulantzas denomina como un proceso de selectividad estructural. Desde este marco teórico, las políticas públicas son, en consecuencia, el producto de la confrontación entre clases y no el resultado de configuraciones particulares de los Estados burgueses (Mény-Thoenig, 1989: 62).

A partir de estas reflexiones, Poulantzas se convirtió en una referencia clave dentro de los estudios marxistas sobre la naturaleza y las funciones del Estado capitalista. Numerosas producciones generadas en este campo han vuelto una y otra vez sobre sus textos, ya sea para remarcar la necesidad de superar la antinomia sujeto-estructura o encontrar sugestivas anticipaciones de desarrollos teóricos futuros. En esta tradición teórica se inscriben por ejemplo, las producciones del británico Bob Jessop, el teórico alemán Claus Offe y varios artículos del politólogo argentino Guillermo O'Donnell.¹

Algunos analistas han considerado que el reconocimiento de la autonomía relativa del Estado dentro del marxismo ha sido tardío y no permitió revertir la tendencia dominante y destacar la importancia de la elaboración de las políticas públicas. Es difícil precisar si efectivamente ese reconocimiento ha sido tardío, pero lo que sí es seguro es que las afirmaciones que así lo consideran para lo único que han servido es para relegar trabajos relevantes dentro de la tradición marxista para los cuales el Estado no es el reflejo de los intereses de la clase dominante sino la expresión de la lucha de clases, caracterización que abre la puerta a otro tipo de análisis al descartar la idea del Estado como un cuerpo monolítico y homogéneo, que emite decisiones claras y unívocas, y poner en el centro de la escena el complejo entramado que lo constituye y que expresa intereses diversos de la sociedad civil.

El Estado enfocado desde la EPC

La EPC es una teoría crítica que se ha destacado por su énfasis en examinar desde un punto de vista de clase social a las empresas responsables de la producción, distribución e intercambio de bienes simbólicos. La misma no puede ser considerada una escuela de pensamiento en términos consensuados sino distintos grupos de investigadores nucleados en Estados Unidos, Europa y América Latina que adquirieron una identidad propia al diferenciarse de los análisis post-altusserianos que para evitar caer en el determinismo económico se concentraron en el proceso de reproducción ideológica y social dejando en el olvi-



do el problema de la articulación entre base y superestructura. Esa reacción de la EPC llevó a que fuera acusada de reivindicar el determinismo económico. Sin embargo, los pioneros británicos de la EPC llevaron adelante un análisis económico de los medios de comunicación contemplando al mismo tiempo una visión poulantziana del aparato estatal que los alejó de la concepción determinista. Lo mismo se puede decir de las producciones de la EPC latinoamericana.

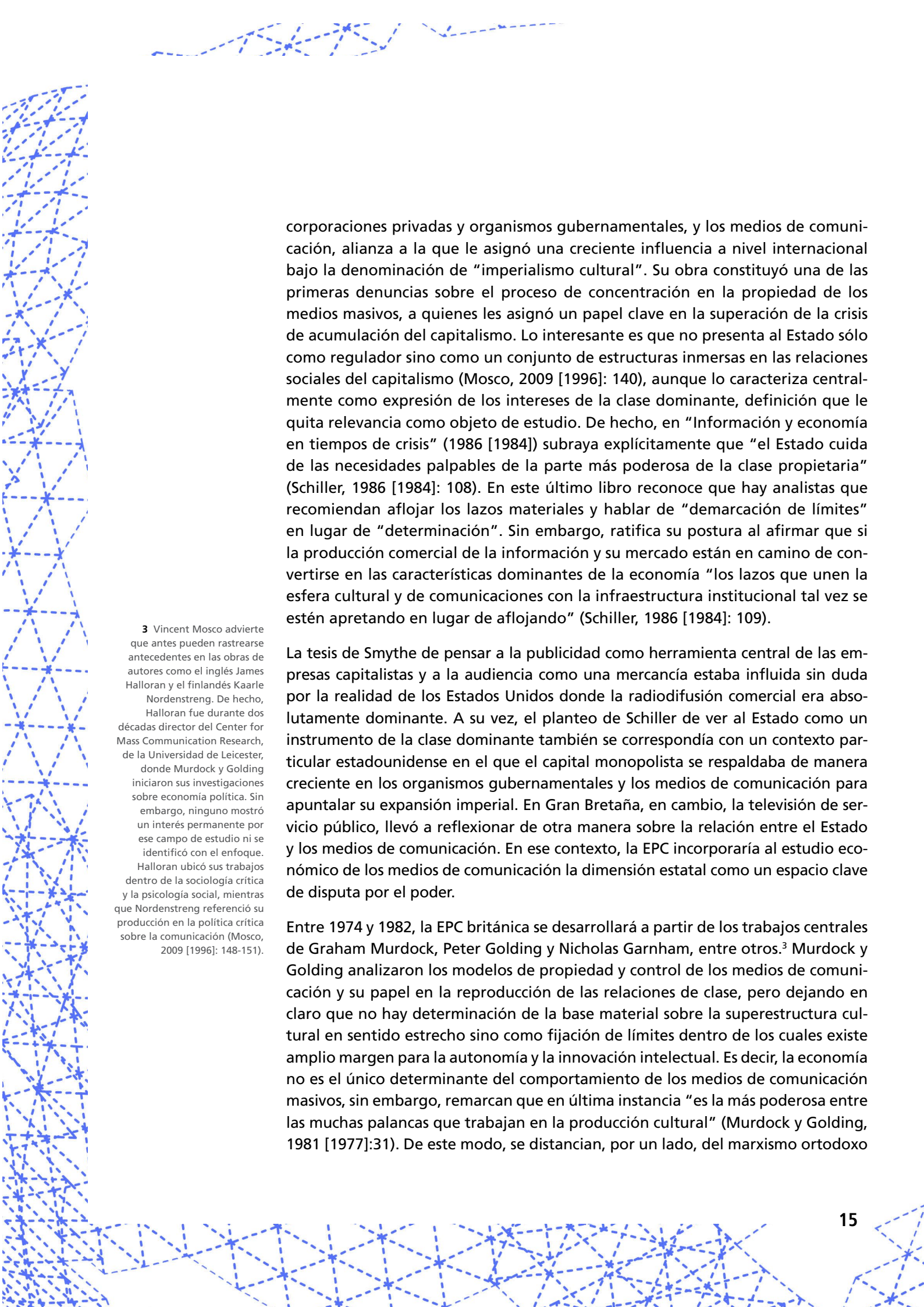
Estado y políticas públicas en los pioneros británicos de la EPC

El estudio de la EPC comienza a tomar forma inicialmente en los Estados Unidos. En su libro “La Economía Política de la Comunicación” (2009 [1996]), Vincent Mosco identifica a Dallas Smythe y Herbert Schiller como los fundadores de este campo de estudios, caracterización con la que coinciden otros investigadores que han escrito sobre la historia de esta corriente de pensamiento.² Sin embargo, en la obra de estos dos autores el Estado ocupa un lugar marginal o es visto como la mera expresión de los intereses de la clase dominante.

² Para profundizar en la historia de la EPC véase también los artículos de Herscovici et al (1999), Bolaño et al (2005) y Gómez García y Sánchez Ruiz (2011).

Si bien Smythe se interesó por las políticas de comunicación y la necesidad de impulsar un sistema público de radiodifusión, el foco de su trabajo teórico estuvo puesto en la económica política de los medios electrónicos y las telecomunicaciones, siendo el principal aporte su controversial tesis de que la televisión es una productora de audiencias capaces de ser vendidas a los anunciantes por los dueños de los medios de comunicación. De ese modo, afirmaba que en el capitalismo contemporáneo la audiencia es la mercancía principal de la industria audiovisual, lo que lleva a suponer que las personas no solo producen mercancías en sus trabajos sino también al momento de ver televisión. El planteo, desarrollado inicialmente en “The Structure and Policy of Electronic Communications” (1957) y formulado de manera definitiva en “Dependency Road” (1981), generó una fuerte polémica dentro del marxismo al plantear que el trabajo no solo se encuentra en la instancia productiva sino también en el tiempo libre. Además, Smythe escribió un provocador artículo titulado “Las comunicaciones: ‘agujero negro’ del marxismo occidental” (Smythe, 1983 [1977]) en el que aseguró que el marxismo había sido incapaz de reflexionar sobre la función clave que cumple el sistema de comunicación de masas para el capital. A raíz de ello, recibió duros cuestionamientos por subestimar la importancia y centralidad del Estado en el capitalismo contemporáneo (Murdock, 2006 [1978]: 13). Smythe había dejado entrever que su trabajo podía “producir el sostén real del modelo marxista estructural del Estado por Poulantzas y de las iniciativas teóricas de Claus Offe al buscar los procesos dentro del Estado que ‘garanticen’ su carácter de clase” (Smythe, 1983 [1977]: 98), aunque no profundizó esos vínculos.

Schiller, por su parte, analizó en “Comunicación de masas e imperialismo yanqui” (1976 [1969]) la relación entre el complejo militar-industrial, integrado por




3 Vincent Mosco advierte que antes pueden rastrearse antecedentes en las obras de autores como el inglés James Halloran y el finlandés Kaarle Nordenstreng. De hecho, Halloran fue durante dos décadas director del Center for Mass Communication Research, de la Universidad de Leicester, donde Murdock y Golding iniciaron sus investigaciones sobre economía política. Sin embargo, ninguno mostró un interés permanente por ese campo de estudio ni se identificó con el enfoque. Halloran ubicó sus trabajos dentro de la sociología crítica y la psicología social, mientras que Nordenstreng referenció su producción en la política crítica sobre la comunicación (Mosco, 2009 [1996]: 148-151).

corporaciones privadas y organismos gubernamentales, y los medios de comunicación, alianza a la que le asignó una creciente influencia a nivel internacional bajo la denominación de “imperialismo cultural”. Su obra constituyó una de las primeras denuncias sobre el proceso de concentración en la propiedad de los medios masivos, a quienes les asignó un papel clave en la superación de la crisis de acumulación del capitalismo. Lo interesante es que no presenta al Estado sólo como regulador sino como un conjunto de estructuras inmersas en las relaciones sociales del capitalismo (Mosco, 2009 [1996]: 140), aunque lo caracteriza centralmente como expresión de los intereses de la clase dominante, definición que le quita relevancia como objeto de estudio. De hecho, en “Información y economía en tiempos de crisis” (1986 [1984]) subraya explícitamente que “el Estado cuida de las necesidades palpables de la parte más poderosa de la clase propietaria” (Schiller, 1986 [1984]: 108). En este último libro reconoce que hay analistas que recomiendan aflojar los lazos materiales y hablar de “demarcación de límites” en lugar de “determinación”. Sin embargo, ratifica su postura al afirmar que si la producción comercial de la información y su mercado están en camino de convertirse en las características dominantes de la economía “los lazos que unen la esfera cultural y de comunicaciones con la infraestructura institucional tal vez se estén apretando en lugar de aflojando” (Schiller, 1986 [1984]: 109).

La tesis de Smythe de pensar a la publicidad como herramienta central de las empresas capitalistas y a la audiencia como una mercancía estaba influida sin duda por la realidad de los Estados Unidos donde la radiodifusión comercial era absolutamente dominante. A su vez, el planteo de Schiller de ver al Estado como un instrumento de la clase dominante también se correspondía con un contexto particular estadounidense en el que el capital monopolista se respaldaba de manera creciente en los organismos gubernamentales y los medios de comunicación para apuntalar su expansión imperial. En Gran Bretaña, en cambio, la televisión de servicio público, llevó a reflexionar de otra manera sobre la relación entre el Estado y los medios de comunicación. En ese contexto, la EPC incorporaría al estudio económico de los medios de comunicación la dimensión estatal como un espacio clave de disputa por el poder.

Entre 1974 y 1982, la EPC británica se desarrollará a partir de los trabajos centrales de Graham Murdock, Peter Golding y Nicholas Garnham, entre otros.³ Murdock y Golding analizaron los modelos de propiedad y control de los medios de comunicación y su papel en la reproducción de las relaciones de clase, pero dejando en claro que no hay determinación de la base material sobre la superestructura cultural en sentido estrecho sino como fijación de límites dentro de los cuales existe amplio margen para la autonomía y la innovación intelectual. Es decir, la economía no es el único determinante del comportamiento de los medios de comunicación masivos, sin embargo, remarcan que en última instancia “es la más poderosa entre las muchas palancas que trabajan en la producción cultural” (Murdock y Golding, 1981 [1977]:31). De este modo, se distancian, por un lado, del marxismo ortodoxo




que veía la superestructura como un reflejo de la base material, y, por otro lado, de aquellos análisis que ponían el acento en la autonomía de las formas culturales. De hecho, cuestionan que se presente a los medios de comunicación masivos como un mero sistema de estaciones repetidoras para la transmisión directa de la ideología dominante a los grupos subordinados: "Tales instituciones desempeñan, ciertamente, importantes papeles en la legitimación de un orden social desigualitario, pero su relación con dicho orden es compleja y variable, y es preciso analizar tanto lo que hacen como lo que son" (Murdock y Golding, 1981 [1977]: 46).

En 1978 Murdock desarrolló más su tesis en un artículo donde polemizó con Dallas Smythe sobre cuál debía ser el objeto de estudio de una "teoría materialista de la comunicación de masas", poniendo el foco no solo en la estructura de propiedad de los medios sino también en el aparato estatal. Allí señala que el Estado ha asumido un papel cada vez más importante a la hora de formular y dirigir la actividad económica y la política con la intención de garantizar las condiciones necesarias de existencia para una acumulación continuada: "El resultado es una indisoluble pero contradictoria relación entre el Estado capitalista centralizado por una parte y el monopolio concentrado del capital por otra" (Murdock, 2006 [1978]: 14). Murdock deja en claro que esa relación es "indisoluble", pero advierte que es "contradictoria", alineándose con las reflexiones sobre el Estado de Poulantzas y Jessop. Luego advierte que las relaciones problemáticas entre el capital y el Estado capitalista tienen repercusiones importantes desde el punto de vista social y cultural: "Están situadas dentro del conflicto ideológico entre los criterios de rentabilidad opuestos a la necesidad y dentro de las luchas políticas entre la propiedad y el control público o privado" (Murdock, 2006 [1978]: 14). Es por eso que remarca que si el marxismo pretende ir más allá del análisis crítico del capitalismo para desarrollar un análisis comparativo de las transformaciones sociales "necesita urgentemente de un marco adecuado para conceptualizar las relaciones complejas y cambiantes entre los modos de producción y modelos de Estado" (Murdock, 1996 [1978]: 15).

Por último, Garnham sostiene que existe una fuerte interrelación entre los niveles económico, político e ideológico, a tal punto que los medios de comunicación ya no sólo cumplen una función económica indirecta creando plusvalía en otros sectores de la economía a través de la publicidad, sino también una función económica directa generando valor a través de la producción de la mercancía programa (Garnham, 1983 [1979]: 22). Las industrias culturales representan al capitalismo como sistema económico y como cultura, pues valorizan capital al mismo tiempo que favorecen su reproducción ampliada. Garnham considera que la clave de dominación en una sociedad es la clase social, a la que define como la estructura de acceso a los medios de producción y la estructura de distribución de la plusvalía. Su foco de análisis está puesto en las relaciones sociales como característica definitoria del modo de producción capitalista y al mismo tiempo fuente del cambio histórico.

Ya en 1990, ante el avance del mercado sobre la radiodifusión de servicio público europea, Garnham había reivindicado la gestión pública de los medios de comunicación: "Desearía desafiar el punto de vista de que el mercado es superior al



4 A comienzos de la década de 1970, Mattelart y Dorfman adherían al estructuralismo marxista althusseriano, mientras que Pasquali se identificaba centralmente con los postulados de la Escuela de Frankfurt. Luis Ramiro Beltrán, en cambio, comenzó a ser asociado a la teoría de la dependencia luego de tomar distancia de la concepción modernizadora del desarrollo que había abrazado en Estados Unidos, pero su vínculo con el marxismo es menor. Esta caracterización debe ser considerada la foto de un determinado momento histórico y lejos está de querer explicar la rica trayectoria de los intelectuales mencionados. De hecho, Mattelart fue transitando del estructuralismo althusseriano, que aplicó en sus trabajos realizados en Chile, a una visión más poulantziana del Estado y ya en Europa se convirtió en uno de los referentes de la EPC francesa.

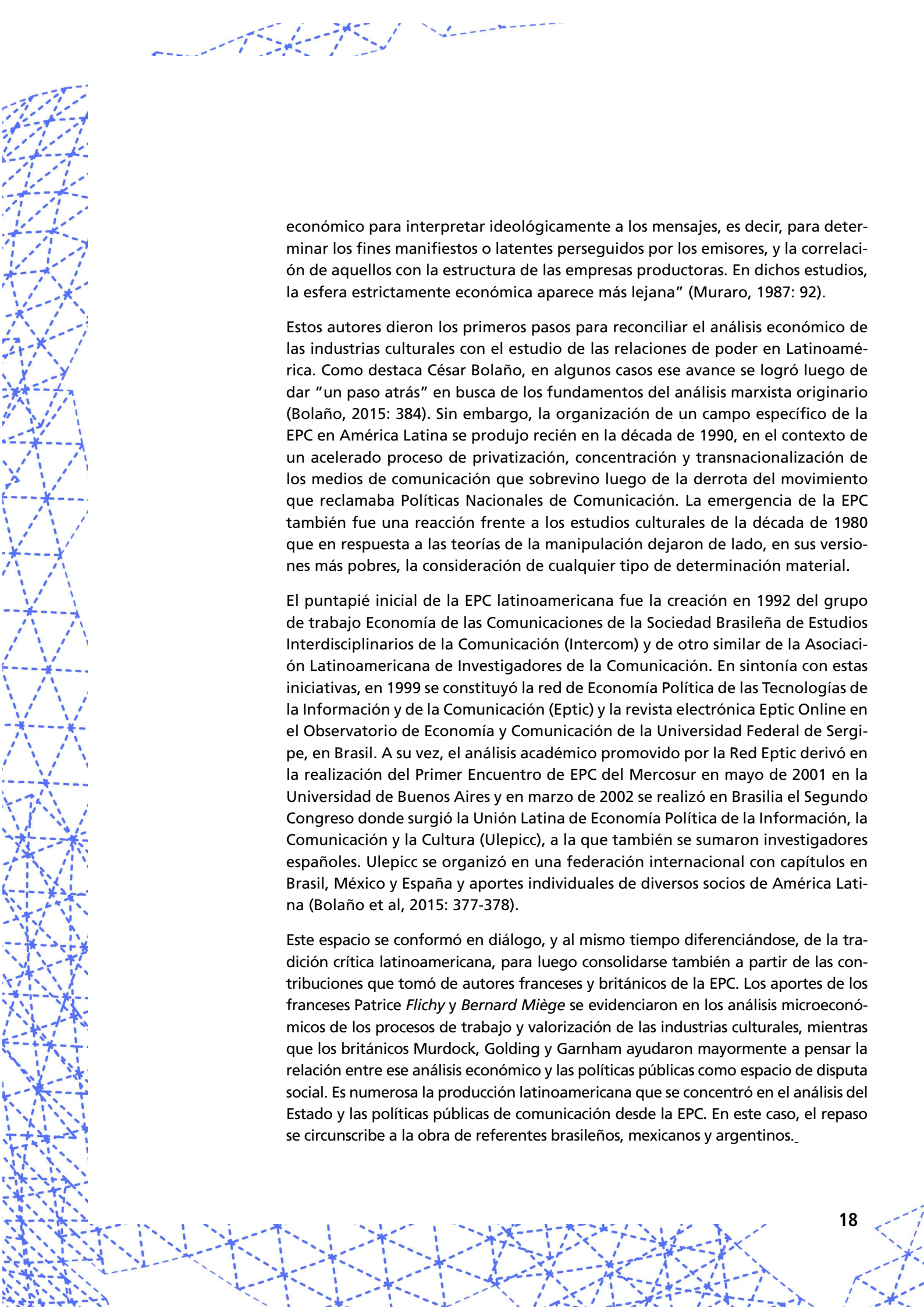
servicio público como un modo de producción cultural y consumo”, sostiene, para explicitar luego que “la trampa está en concentrarse sobre las potencialidades técnicas más que sobre las relaciones sociales que determinarán las formas en la cual aquellas potencialidades son realizadas” (Garnham, 1990: 121).

Al trabajar sobre este objeto de estudio, Garnham utilizó un modelo de Estado que es garantía del modo de producción y al mismo tiempo expresión de la lucha de clases. En un artículo de 1997 donde analiza la economía política y la práctica de los estudios culturales, este investigador deja en claro esta concepción al profundizar sobre el papel que cumple el Estado capitalista: “El Estado actúa primero como el necesario contenedor o base que permite la actividad económica, proporciona las garantías estructurales de la legalidad y la legitimidad, sin la que se podría sostener un modo de producción efectivo basado en el mercado. En segundo lugar, el Estado actúa como el terreno donde tiene lugar la lucha por la justicia y mediante la que se puede llevar a cabo el orden social” (Garnham, 1998 [1997]: 138). Queda claro así que para Garnham el Estado, lejos de ser un mero instrumento de la clase dominante, es un espacio de conflicto.

El Estado está relacionado con el modo de producción a través de una política basada en el interés económico, pero ese interés se puede mediar culturalmente. Por lo tanto, dice Garnham, las preguntas son: ¿cuál es, en última instancia, la batalla política y cuáles son los propulsores apropiados del poder para llevar a cabo el resultado? Incluso remarca que a los estudios culturales, desarrollados en la Nueva Izquierda Británica como reacción al estalinismo burocrático del Partido Comunista, les resulta difícil enfrentarse a esas preguntas porque le tienen una profunda desconfianza al Estado y un recelo relacionado con la representación y la política representativa (Garnham, 1998 [1997]: 138).

Estado y políticas públicas en la EPC latinoamericana

La EPC latinoamericana se inscribe en la tradición crítica de pensamiento comunicacional de la región. Reconoce como primer antecedente una serie de producciones individuales aisladas, elaboradas entre mediados de la década de 1970 y principios de los 80, que van adquiriendo identidad al diferenciarse de las teorías de la dependencia y del imperialismo cultural, que combinaban aportes del estructuralismo althusseriano y de la Escuela de Frankfurt. Frente a los planteos de Armand Mattelart, Ariel Dorfman, Antonio Pasquali y Luis Ramiro Beltrán⁴, empiezan a destacarse aportes de Heriberto Muraro y Octavio Getino en Argentina, Patricia Arriaga en México, Diego Portales en Chile y Sergio Caparelli en Brasil, entre otros, que fueron más allá del análisis político-ideológico y estudiaron a los medios de comunicación como sector económico, aunque sin identificarse explícitamente bajo el paraguas de la EPC ya que por entonces no avanzaron en su sistematización teórica. En palabras de Muraro: “La causa de este déficit entre los teóricos de la dependencia (...) es que la mayoría de ellos requirieron del análisis

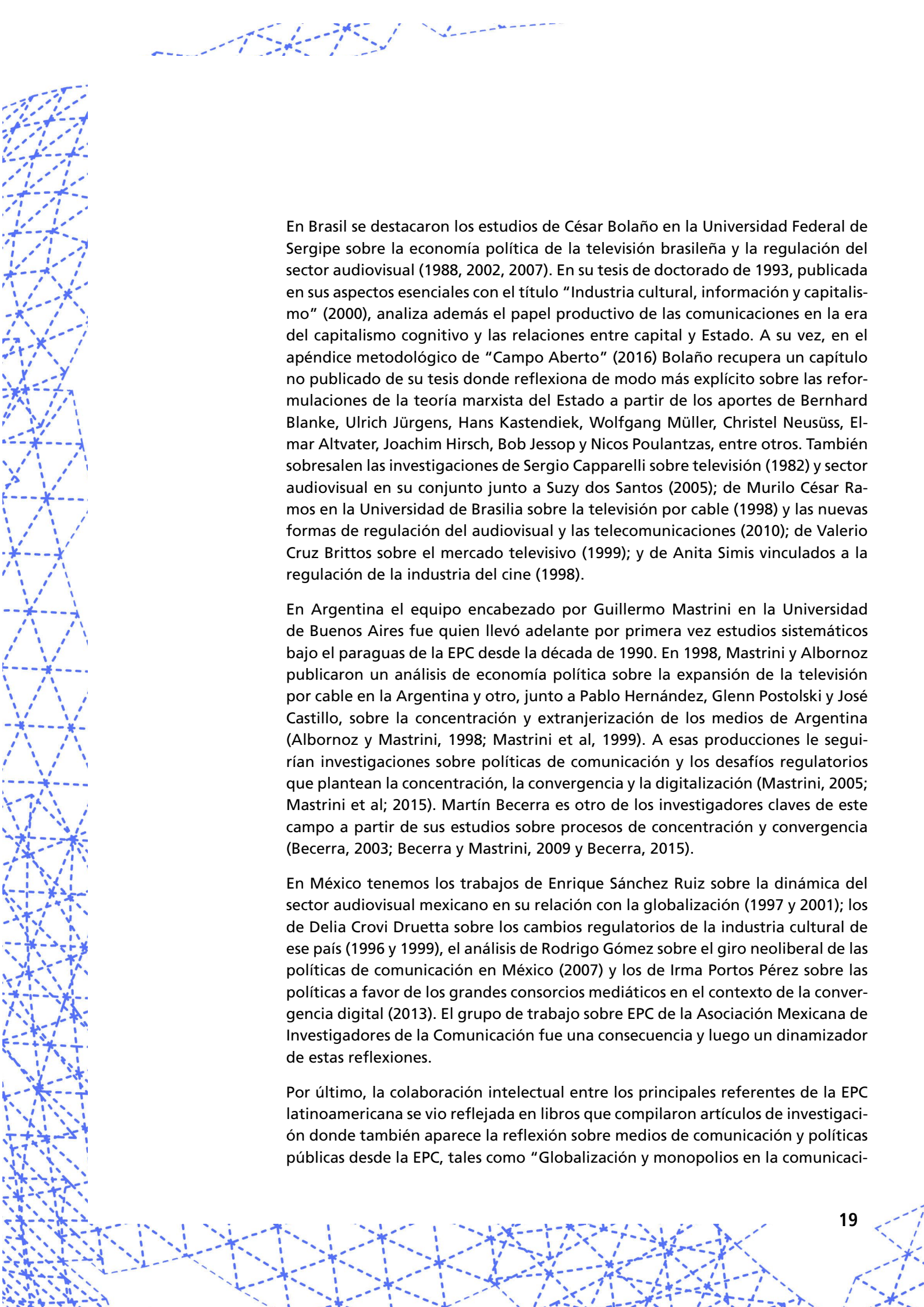


económico para interpretar ideológicamente a los mensajes, es decir, para determinar los fines manifiestos o latentes perseguidos por los emisores, y la correlación de aquellos con la estructura de las empresas productoras. En dichos estudios, la esfera estrictamente económica aparece más lejana” (Muraro, 1987: 92).

Estos autores dieron los primeros pasos para reconciliar el análisis económico de las industrias culturales con el estudio de las relaciones de poder en Latinoamérica. Como destaca César Bolaño, en algunos casos ese avance se logró luego de dar “un paso atrás” en busca de los fundamentos del análisis marxista originario (Bolaño, 2015: 384). Sin embargo, la organización de un campo específico de la EPC en América Latina se produjo recién en la década de 1990, en el contexto de un acelerado proceso de privatización, concentración y transnacionalización de los medios de comunicación que sobrevino luego de la derrota del movimiento que reclamaba Políticas Nacionales de Comunicación. La emergencia de la EPC también fue una reacción frente a los estudios culturales de la década de 1980 que en respuesta a las teorías de la manipulación dejaron de lado, en sus versiones más pobres, la consideración de cualquier tipo de determinación material.

El puntapié inicial de la EPC latinoamericana fue la creación en 1992 del grupo de trabajo Economía de las Comunicaciones de la Sociedad Brasileña de Estudios Interdisciplinarios de la Comunicación (Intercom) y de otro similar de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación. En sintonía con estas iniciativas, en 1999 se constituyó la red de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación (Eptic) y la revista electrónica Eptic Online en el Observatorio de Economía y Comunicación de la Universidad Federal de Sergipe, en Brasil. A su vez, el análisis académico promovido por la Red Eptic derivó en la realización del Primer Encuentro de EPC del Mercosur en mayo de 2001 en la Universidad de Buenos Aires y en marzo de 2002 se realizó en Brasilia el Segundo Congreso donde surgió la Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura (Ulepicc), a la que también se sumaron investigadores españoles. Ulepicc se organizó en una federación internacional con capítulos en Brasil, México y España y aportes individuales de diversos socios de América Latina (Bolaño et al, 2015: 377-378).

Este espacio se conformó en diálogo, y al mismo tiempo diferenciándose, de la tradición crítica latinoamericana, para luego consolidarse también a partir de las contribuciones que tomó de autores franceses y británicos de la EPC. Los aportes de los franceses Patrice *Flichy* y Bernard *Miège* se evidenciaron en los análisis microeconómicos de los procesos de trabajo y valorización de las industrias culturales, mientras que los británicos Murdock, Golding y Garnham ayudaron mayormente a pensar la relación entre ese análisis económico y las políticas públicas como espacio de disputa social. Es numerosa la producción latinoamericana que se concentró en el análisis del Estado y las políticas públicas de comunicación desde la EPC. En este caso, el repaso se circunscribe a la obra de referentes brasileños, mexicanos y argentinos.




En Brasil se destacaron los estudios de César Bolaño en la Universidad Federal de Sergipe sobre la economía política de la televisión brasileña y la regulación del sector audiovisual (1988, 2002, 2007). En su tesis de doctorado de 1993, publicada en sus aspectos esenciales con el título “Industria cultural, información y capitalismo” (2000), analiza además el papel productivo de las comunicaciones en la era del capitalismo cognitivo y las relaciones entre capital y Estado. A su vez, en el apéndice metodológico de “Campo Aberto” (2016) Bolaño recupera un capítulo no publicado de su tesis donde reflexiona de modo más explícito sobre las reformulaciones de la teoría marxista del Estado a partir de los aportes de Bernhard Blanke, Ulrich Jürgens, Hans Kastendiek, Wolfgang Müller, Christel Neusüss, Elmar Altvater, Joachim Hirsch, Bob Jessop y Nicos Poulantzas, entre otros. También sobresalen las investigaciones de Sergio Capparelli sobre televisión (1982) y sector audiovisual en su conjunto junto a Suzy dos Santos (2005); de Murilo César Ramos en la Universidad de Brasilia sobre la televisión por cable (1998) y las nuevas formas de regulación del audiovisual y las telecomunicaciones (2010); de Valerio Cruz Brittos sobre el mercado televisivo (1999); y de Anita Simis vinculados a la regulación de la industria del cine (1998).

En Argentina el equipo encabezado por Guillermo Mastrini en la Universidad de Buenos Aires fue quien llevó adelante por primera vez estudios sistemáticos bajo el paraguas de la EPC desde la década de 1990. En 1998, Mastrini y Albornoz publicaron un análisis de economía política sobre la expansión de la televisión por cable en la Argentina y otro, junto a Pablo Hernández, Glenn Postolski y José Castillo, sobre la concentración y extranjerización de los medios de Argentina (Albornoz y Mastrini, 1998; Mastrini et al, 1999). A esas producciones le seguirían investigaciones sobre políticas de comunicación y los desafíos regulatorios que plantean la concentración, la convergencia y la digitalización (Mastrini, 2005; Mastrini et al; 2015). Martín Becerra es otro de los investigadores claves de este campo a partir de sus estudios sobre procesos de concentración y convergencia (Becerra, 2003; Becerra y Mastrini, 2009 y Becerra, 2015).

En México tenemos los trabajos de Enrique Sánchez Ruiz sobre la dinámica del sector audiovisual mexicano en su relación con la globalización (1997 y 2001); los de Delia Covi Druetta sobre los cambios regulatorios de la industria cultural de ese país (1996 y 1999), el análisis de Rodrigo Gómez sobre el giro neoliberal de las políticas de comunicación en México (2007) y los de Irma Portos Pérez sobre las políticas a favor de los grandes consorcios mediáticos en el contexto de la convergencia digital (2013). El grupo de trabajo sobre EPC de la Asociación Mexicana de Investigadores de la Comunicación fue una consecuencia y luego un dinamizador de estas reflexiones.

Por último, la colaboración intelectual entre los principales referentes de la EPC latinoamericana se vio reflejada en libros que compilaron artículos de investigación donde también aparece la reflexión sobre medios de comunicación y políticas públicas desde la EPC, tales como “Globalización y monopolios en la comunicaci-



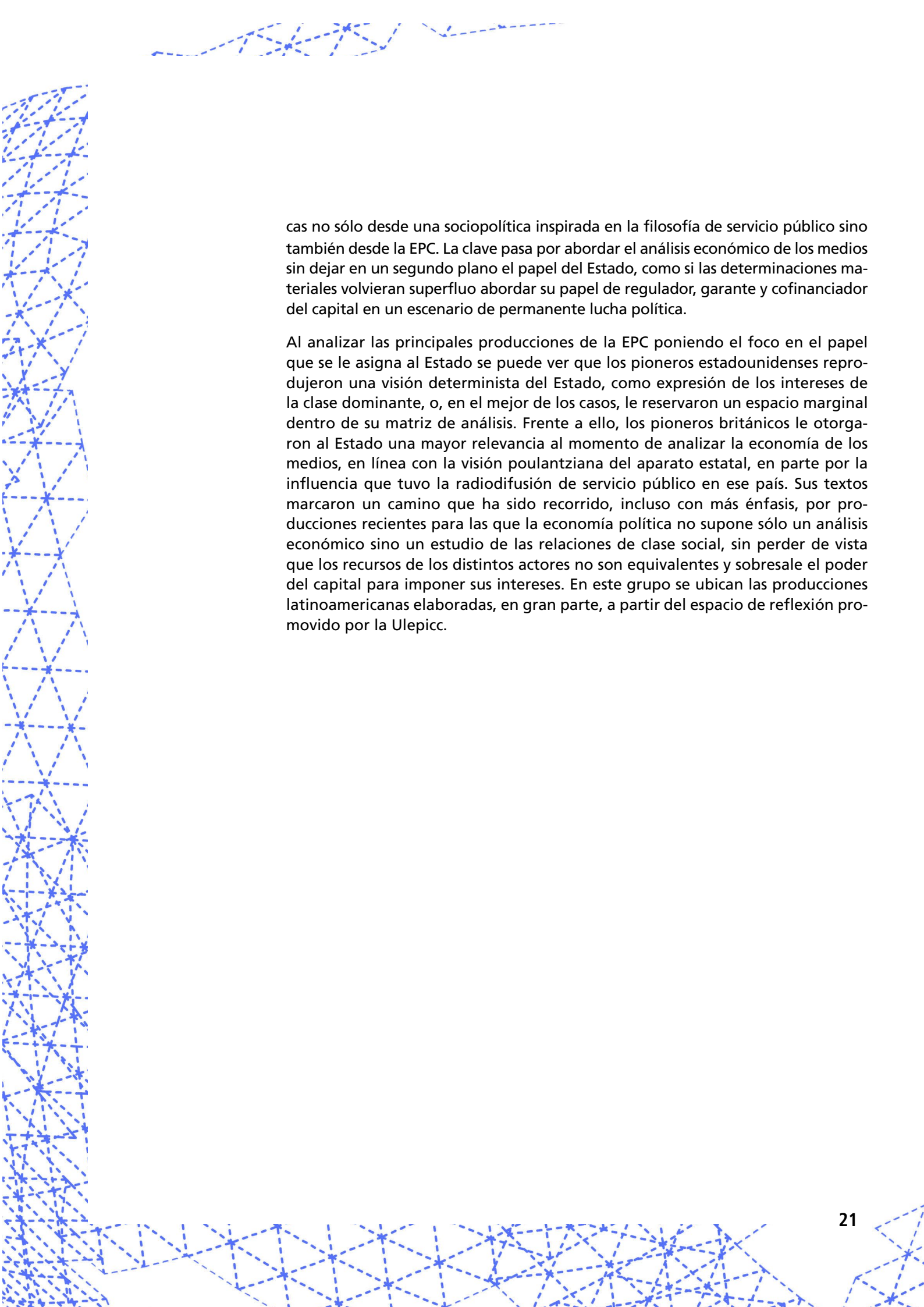
ón en América Latina" (Mastrini y Bolaño, 1999), "Al fin solos. La nueva televisión del Mercosur" (Albornoz, 2000), "Comunicación, cultura y sociedad de la información" (Hernández, 2004), "Economía política, comunicación y conocimiento" (Bolaño, Mastrini y Sierra, 2005) y "Poder, Medios y Cultura. Una mirada crítica desde la economía de la comunicación" (Albornoz, 2011).

Como puede verse, la EPC problematiza el concepto de Estado y las políticas públicas, por lo general en línea con las reflexiones marxistas que lo identifican como un espacio de lucha de clases, aunque sin perder de vista las determinaciones materiales. Está claro desde esta perspectiva el papel constitutivo del aparato estatal en el sistema de medios, aún en los escenarios de "desregulación", que no son otra cosa que un tipo de regulación acorde con las necesidades del capital. Esto no significa, como advierte Mosco (2009 [1996]), que la industria y el Estado sean responsables en igual medida de la estructura y práctica resultante de la comunicación, al igual que no significa que los diferentes sectores de la industria sean igualmente responsables, pero su relación es mutuamente constitutiva y variable. Ahora bien, es necesario reconocer que el problema del Estado aparece escasamente desarrollado en textos claves de esta corriente teórica. En muchos casos no se pone el énfasis suficiente en explicar la relación constitutiva entre Estado y medios de comunicación lo que dio lugar a lecturas simplificadas que le atribuyen a la EPC la consideración de que todas las prácticas culturales son funcionales o están determinadas por el modo de producción de la vida material. Este déficit se ha ido revirtiendo con el paso del tiempo, gracias al aporte de los pioneros británicos y la aparición de nuevas producciones donde el foco está puesto en el proceso de elaboración de las políticas públicas de comunicación como parte constitutiva de la evolución de la industria, tal como lo demuestra el ejemplo latinoamericano.

Palabras finales

La EPC focaliza desde una perspectiva de clase social en las condiciones de producción, distribución e intercambio de las industrias culturales, lo que llevó a numerosos trabajos a concentrarse en la estructura de propiedad del sistema de medios, los modos de organización del trabajo y las estrategias de valorización del capital. Pese a que ocupa un lugar clave dentro de este proceso, el estudio del Estado y las políticas públicas ha permanecido muchas veces relegado dentro de esta corriente de pensamiento. A raíz de ello, este trabajo se propuso explicitar los vínculos entre la teoría marxista, que entiende al Estado como expresión de la lucha de clases, y los estudios de la EPC, tarea con escasos antecedentes hasta el momento, poniendo el foco en la reflexión de los pioneros británicos y en el aporte latinoamericano.

La intención fue remarcar el papel constitutivo que cumple el aparato estatal en la industria de la comunicación. Así se busca revalorizar el análisis de las políticas públi-



cas no sólo desde una sociopolítica inspirada en la filosofía de servicio público sino también desde la EPC. La clave pasa por abordar el análisis económico de los medios sin dejar en un segundo plano el papel del Estado, como si las determinaciones materiales volvieran superfluo abordar su papel de regulador, garante y cofinanciador del capital en un escenario de permanente lucha política.

Al analizar las principales producciones de la EPC poniendo el foco en el papel que se le asigna al Estado se puede ver que los pioneros estadounidenses reprodujeron una visión determinista del Estado, como expresión de los intereses de la clase dominante, o, en el mejor de los casos, le reservaron un espacio marginal dentro de su matriz de análisis. Frente a ello, los pioneros británicos le otorgaron al Estado una mayor relevancia al momento de analizar la economía de los medios, en línea con la visión poulantziana del aparato estatal, en parte por la influencia que tuvo la radiodifusión de servicio público en ese país. Sus textos marcaron un camino que ha sido recorrido, incluso con más énfasis, por producciones recientes para las que la economía política no supone sólo un análisis económico sino un estudio de las relaciones de clase social, sin perder de vista que los recursos de los distintos actores no son equivalentes y sobresale el poder del capital para imponer sus intereses. En este grupo se ubican las producciones latinoamericanas elaboradas, en gran parte, a partir del espacio de reflexión promovido por la Ulepícc.

Referencias bibliográficas:

ALBORNOZ, L.A. Poder, medios y cultura. **Una mirada crítica desde la economía de la comunicación**. Buenos Aires, Paidós, 2011.

ALBORNOZ, L.A. (coord.). **Al fin solos...La nueva televisión del Mercosur**. Buenos Aires, Ediciones Ciccus-La Crujia, 2000.

ALBORNOZ, L.A.; MASTRINI, G. **La expansión del cable en la Argentina: un análisis desde la economía política**. En Revista Voces y Cultura N° 14, Barcelona, 1998.

BECERRA, M. **Políticas de medios en Argentina y América Latina**. Buenos Aires, Paidós, 2015.

BECERRA, M. **Sociedad de la información**. Bogotá, Norma, 2003.

BECERRA, M; MASTRINI, G. **Los dueños de la palabra**. Buenos Aires, Prometeo, 2009.

BOLAÑO, C. **Campo aberto: para a crítica da epistemologia da Comunicação**, Aca-
raju, Edise. 2016. Disponible: <https://eptic.com.br/campos-aberto-download/>

BOLAÑO, C.; NARVÁEZ, A. & LOPES, R. S. **Economía política de la información, la comunicación y la cultura**. En BOLAÑO C., CROVI DRUETTA D. y CIMADEVILLA G. (coords.). **La contribución de América Latina al campo de la comunicación**. Buenos Aires, Prometeo, 2015.

BOLAÑO, C. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?** São Paulo, Editora Paulus, 2007.

BOLAÑO, C.; MASTRINI, G; SIERRA, F. (eds.). **Economía política, comunicación y conocimiento**. Buenos Aires, La Crujía -Junta de Andalucía, 2005.

BOLAÑO, C. **Evolución histórica del modelo brasileño de regulación del audiovisual**. En **2001 Efectos**. Globalismo y pluralismo. Montreal, Gricis, 2002.

BOLAÑO, C. **Industria cultural, información y capitalismo**. Barcelona, Gedisa, 2013.

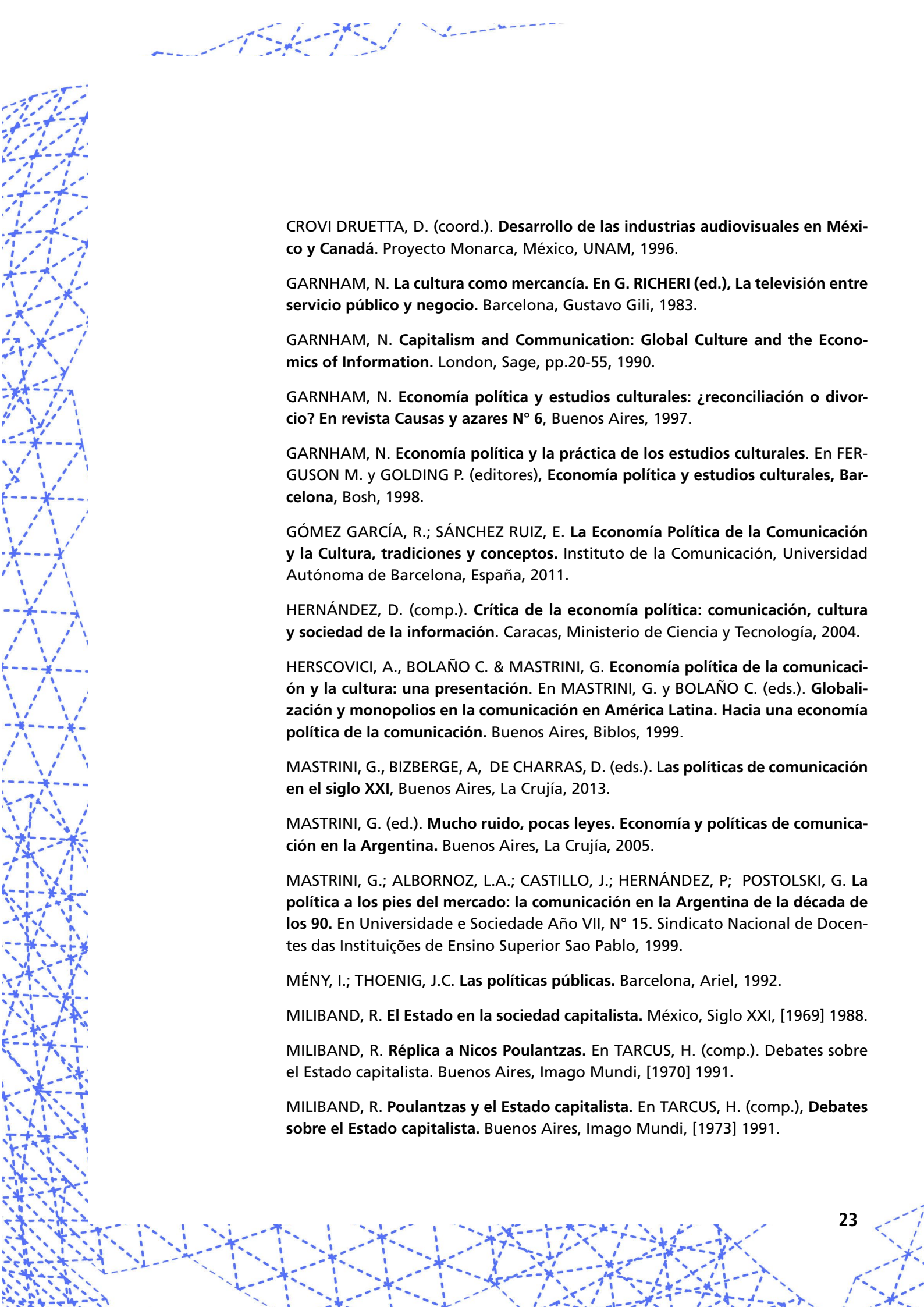
BOLAÑO, C. **Mercado brasileño de televisión**. Buenos Aires, El Río Suená, [1988] 2013.

BRITTOS, V.C. **A participação do Estado no mercado de TV por assinatura**. En **Verso & Reverso** n°26. São Leopoldo, 1999.

CAPPARELLI, S; SANTOS, S. **O setor audiovisual brasileiro: entre o local e o internacional**. En Revista Eptic Online, Vol. VII N° 1, ene-abr., 2005.

CAPPARELLI, S. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre, LPM 1982.

CROVI DRUETTA, D. Inequidades del NAFTA/TLCAN: **Un análisis del sector audiovisual mexicana**. En MASTRINI G. y BOLAÑO C. (ed.), **Globalización y monopolios en la comunicación en América Latina. Hacia una Economía Política de la Comunicación**, Buenos Aires, Biblos, 1999.



CROVI DRUETTA, D. (coord.). **Desarrollo de las industrias audiovisuales en México y Canadá.** Proyecto Monarca, México, UNAM, 1996.

GARNHAM, N. **La cultura como mercancía.** En G. RICHERI (ed.), **La televisión entre servicio público y negocio.** Barcelona, Gustavo Gili, 1983.

GARNHAM, N. **Capitalism and Communication: Global Culture and the Economics of Information.** London, Sage, pp.20-55, 1990.

GARNHAM, N. **Economía política y estudios culturales: ¿reconciliación o divorcio?** En revista **Causas y azares** N° 6, Buenos Aires, 1997.

GARNHAM, N. **Economía política y la práctica de los estudios culturales.** En FERGUSON M. y GOLDING P. (editores), **Economía política y estudios culturales,** Barcelona, Bosh, 1998.

GÓMEZ GARCÍA, R.; SÁNCHEZ RUIZ, E. **La Economía Política de la Comunicación y la Cultura, tradiciones y conceptos.** Instituto de la Comunicación, Universidad Autónoma de Barcelona, España, 2011.

HERNÁNDEZ, D. (comp.). **Crítica de la economía política: comunicación, cultura y sociedad de la información.** Caracas, Ministerio de Ciencia y Tecnología, 2004.

HERSCOVICI, A., BOLAÑO C. & MASTRINI, G. **Economía política de la comunicación y la cultura: una presentación.** En MASTRINI, G. y BOLAÑO C. (eds.). **Globalización y monopolios en la comunicación en América Latina. Hacia una economía política de la comunicación.** Buenos Aires, Biblos, 1999.

MASTRINI, G., BIZBERGE, A, DE CHARRAS, D. (eds.). **Las políticas de comunicación en el siglo XXI,** Buenos Aires, La Crujía, 2013.

MASTRINI, G. (ed.). **Mucho ruido, pocas leyes. Economía y políticas de comunicación en la Argentina.** Buenos Aires, La Crujía, 2005.

MASTRINI, G.; ALBORNOZ, L.A.; CASTILLO, J.; HERNÁNDEZ, P; POSTOLSKI, G. **La política a los pies del mercado: la comunicación en la Argentina de la década de los 90.** En *Universidade e Sociedade* Año VII, N° 15. Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior Sao Paulo, 1999.

MÉNY, I.; THOENIG, J.C. **Las políticas públicas.** Barcelona, Ariel, 1992.

MILIBAND, R. **El Estado en la sociedad capitalista.** México, Siglo XXI, [1969] 1988.

MILIBAND, R. **Réplica a Nicos Poulantzas.** En TARCUS, H. (comp.). **Debates sobre el Estado capitalista.** Buenos Aires, Imago Mundi, [1970] 1991.

MILIBAND, R. **Poulantzas y el Estado capitalista.** En TARCUS, H. (comp.), **Debates sobre el Estado capitalista.** Buenos Aires, Imago Mundi, [1973] 1991.



MOSCO, V. **La economía política de la comunicación**. Barcelona, Editorial Bosch, [1996] 2009.

MURARO, H. **Economía y comunicación: convergencia histórica e inventario de ideas**. En *Invasión cultural, economía y comunicación*. Buenos Aires, Legasa, 1987.

MURDOCK, G; GOLDING, P. **Comunicaciones, capitalismo y relaciones de clase**. En CURRAN, J.; GUREVITCH, M., WOOLLACOT, J. (eds.). **Sociedad y Comunicación de Masas**. México: Fondo de Cultura Económica, [1977] 1981.

POULANTZAS, N. **El problema del Estado capitalista**. En TARCUS, H. (comp.). **Debates sobre el Estado capitalista**. Buenos Aires, Imago Mundi, [1969] 1991.

POULANTZAS, N. **El Estado capitalista: Una réplica a Miliband y Laclau**. En TARCUS, H. (comp.), **Debates sobre el Estado capitalista**. Buenos Aires, Imago Mundi, [1976] 1991.

PORTOS Pérez, I. **La crisis mexicana, el nuevo gobierno y los negocios de la convergencia digital**. En *Revista Eptic Online*, Vol. 15 N° 1, Jan-abr., 2013.

RAMOS, M.C. **Possibilidade de uma nova agenda para as políticas de comunicação na América Latina**. En *Revista RECIIS*, 4, Río de Janeiro, 2010.

RAMOS, M. C. **Televisão a cabo no Brasil: de sestatização, reprivatização e controle público**. En *Revista Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 4, julho/desembro, 1998.

SÁNCHEZ RUIZ, E. **Globalization, cultural industries, and free trade: the mexican audiovisual sector in the NAFTA Age**. En MOSCO V. y SCHILLER D. (ed). *Continental order? Integrating North America for cyber-capitalism*. USA, Rowman & Littlefield, 2001.

SÁNCHEZ RUIZ, E. **Flujos globales, nacionales y Regionales de programación televisiva: el caso de México**. En *Comunicación y Sociedad*, Universidad de Guadalajara, Núm. 27, Guadalajara, México, 1997.

SCHILLER, H. **Comunicación de masas e imperialismo yanqui**. Barcelona, Gustavo Gili, [1969] 1976.

SCHILLER, H. **Información y economía en tiempos de crisis**. Madrid, Fundesco, [1984] 1986.

SIMIS, A. **Situación del audiovisual brasileño en la década de los noventa**. En *Revista Comunicación y Sociedad*, 33, Universidad de Guadalajara, mai-ago, 1998.

SMYTHE, D. **Las comunicaciones: 'agujero negro' del marxismo occidental**. En RICHERI, Giuseppe (ed.), **La televisión entre servicio público y negocio**. Barcelona, Gustavo Gili, [1977] 1983.

1 1 Versão revista e ampliada de artigo apresentado no XXV Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), realizado na Universidade Federal de Goiás, de 7 a 10 de junho de 2016. Os autores agradecem à FAPESP, à FAPERJ, ao CNPq e ao Depesq/ UERJ pelo apoio às suas pesquisas.

A consolidação dos serviços de streaming e os desafios à diversidade musical no Brasil¹

La consolidación de los servicios de streaming y los desafíos a la diversidad musical en Brasil

Streaming services consolidation and challenges to musical diversity in Brazil

Eduardo Vicente

Doutor em Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutor pela Birmingham School of Media da Birmingham City University (BCU) do Reino Unido. Professor do Departamento de Cinema, Rádio e TV (CTR) da ECA/USP e do Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais (PPGMPA) da mesma instituição – **Brasil**.

Contato: eduvicente@usp.br

Marcelo Kischinhevsky

Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e do Departamento de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCS/UERJ) – **Brasil**.

Contato: marcelok@uerj.br

Leonardo De Marchi

Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante do Departamento de Jornalismo e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCS/UERJ) – **Brasil**.

Contato: leonardodemarchi@gmail.com

Artigo submetido em 22/06/2017 e aprovado em 27/09/2017.



Resumo

Este artigo analisa os potenciais impactos do fenômeno de consolidação dos serviços de *streaming*, entendidos como ambientes híbridos de comunicação e consumo musical, identificando os desafios à diversidade musical diante de um processo de reintermediação das indústrias midiáticas em que se afirmam novos atores de alcance global. A reconfiguração dos mercados de mídia sonora no Brasil, com uma concentração acirrada de modo notável em 2015, coloca uma série de questões, objetos deste estudo de caso exploratório, entre as quais se destacam o colapso de tradicionais atores – notadamente as emissoras musicais de rádio –, as incertezas em relação à regulação da arrecadação de direitos autorais na internet e as barreiras à distribuição da produção local.

Palavras-chave: *Streaming*; indústria da música; rádio; diversidade.

Abstract

This paper aims to analyze potential impacts of the consolidation of streaming services, understood as hybrid communication and musical consumption environments, which poses challenges to music diversity, in a scenario of media industries' reintermediacy, with the surge of new worldwide actors. Brazilian audio media markets' reshaping, with concentration deepened in 2015, raises a series of issues, focused in this exploratory study, among which we can stress the collapse of traditional players – musical radio stations, notably –, the uncertainties concerning royalties regulation on the internet and the barriers to local producers distribution.

Keywords: streaming; music industry; radio; diversity.

Resumen

El presente artículo analiza los potenciales impactos del fenómeno de consolidación de los servicios de *streaming*, entendidos como ambientes híbridos de comunicación y consumo musical, identificando los desafíos a la diversidad musical ante un proceso de reintermediación de las industrias mediáticas en que se afirman nuevos actores de alcance planetario. La reconfiguración de los mercados de medios sonoros en Brasil, con una concentración acentuada de manera notable en 2015, plantea una serie de cuestiones, objetos de este estudio de caso exploratorio, entre las que destacan el colapso de tradicionales actores – en particular las emisoras musicales de radio –, las incertidumbres en relación a la regulación de la recaudación de derechos de autor en internet y las barreras a la distribución de la producción local.

Palabras clave: streaming; industria de la música; radio; diversidad.



Introdução

As indústrias fonográficas estabeleceram-se, ao longo do século XX, com um modelo de negócios calcado na venda de fonogramas em suportes físicos, como o *Long Play* (LP) e o *Compact Disc* (CD), mas na virada para o século XXI passaram a ter sua posição dominante posta em xeque pela emergência de serviços de compartilhamento de arquivos de áudio (*peer-to-peer*, P2P, ou entre pares). Em menos de duas décadas, contudo, as antigas grandes gravadoras multinacionais, detentoras dos maiores catálogos, parecem ter conseguido virar o jogo, impondo novamente uma lógica de consumo remunerado de música, apesar das especificidades deste novo momento e das receitas ainda declinantes.

O ano de 2015 constituiu um marco na reconfiguração dos mercados de mídia sonora em nível global. De acordo com pesquisa realizada pela consultoria Ipsos nos 13 principais mercados nacionais de música pela primeira vez, a maioria (51%) dos consumidores acessa serviços de *streaming* para escutar arquivos musicais – desse universo, 35% recorrem a serviços gratuitos e 16% são assinantes e pagam mensalidades (IFPI, 2015). De fato, o *Digital Music Report 2015*, da International Federation of Phonographic Industry, destaca, logo no texto de apresentação, o “desejo do consumidor por acesso a música, mais do que por sua propriedade” (IFPI, 2015, p. 5)². Se antes comprava-se um disco, em formato físico ou por meio de *download*, agora paga-se cada vez mais pela possibilidade de ouvir aqueles mesmos fonogramas em múltiplos dispositivos, graças à maior conectividade proporcionada pelas redes *wi-fi* e 4G e pela tecnologia *bluetooth*.

2 No original: “[...] consumer’s desire for access to, rather than ownership of, music”.

No consumo de mídia sonora, estamos vivendo a transição de uma *cultura da portabilidade* – que remonta aos velhos toca-discos portáteis, aos rádios a pilha e às fitas cassete, mas que também passa pela prática do *download* (pago ou não) de arquivos sonoros fruídos em tocadores multimídia e telefones móveis – para uma *cultura do acesso* (KISCHINHEVSKY, 2015), na qual novos serviços, gratuitos ou por assinatura, oferecem um fluxo aparentemente infinito de arquivos digitais de áudio (KISCHINHEVSKY; VICENTE; DE MARCHI, 2015). Esses serviços de *streaming*, que também podemos chamar de *rádio social* (KISCHINHEVSKY, 2016), reivindicam para si um papel central nas indústrias midiáticas na década atual, apresentando-se como redes sociais *on-line* e como espaços para negociação de identidades, apostando na comodidade dos consumidores e capitalizando as campanhas de criminalização do compartilhamento de fonogramas protegidos por direitos autorais.

De acordo com o *Digital Report 2015*, da IFPI, a reconfiguração do mercado musical é motivo para “grande otimismo” entre os executivos do setor:

Consumidores são mais bem servidos do que nunca – e a pesquisa de mercado mostra isso. Eles têm acesso instantâneo, a qualquer momento e em qualquer local, a uma vasta coleção de gravações com mais de 43 milhões de faixas. Serviços musicais licenciados, totalizan-



3 No original: "Consumers are better served than ever before – and the consumer research shows it. They have instant access, at any time and in any place, to a vast record collection of more than 43 million tracks. Licensed music services, numbering more than 400 globally, are competing fiercely for consumers by offering ever improving choice and curation of music. Digital services have gone global, enabling the recording industry to reach markets that it could not monetise through physical retailing. Global digitisation has brought licensed services to some 200 countries".

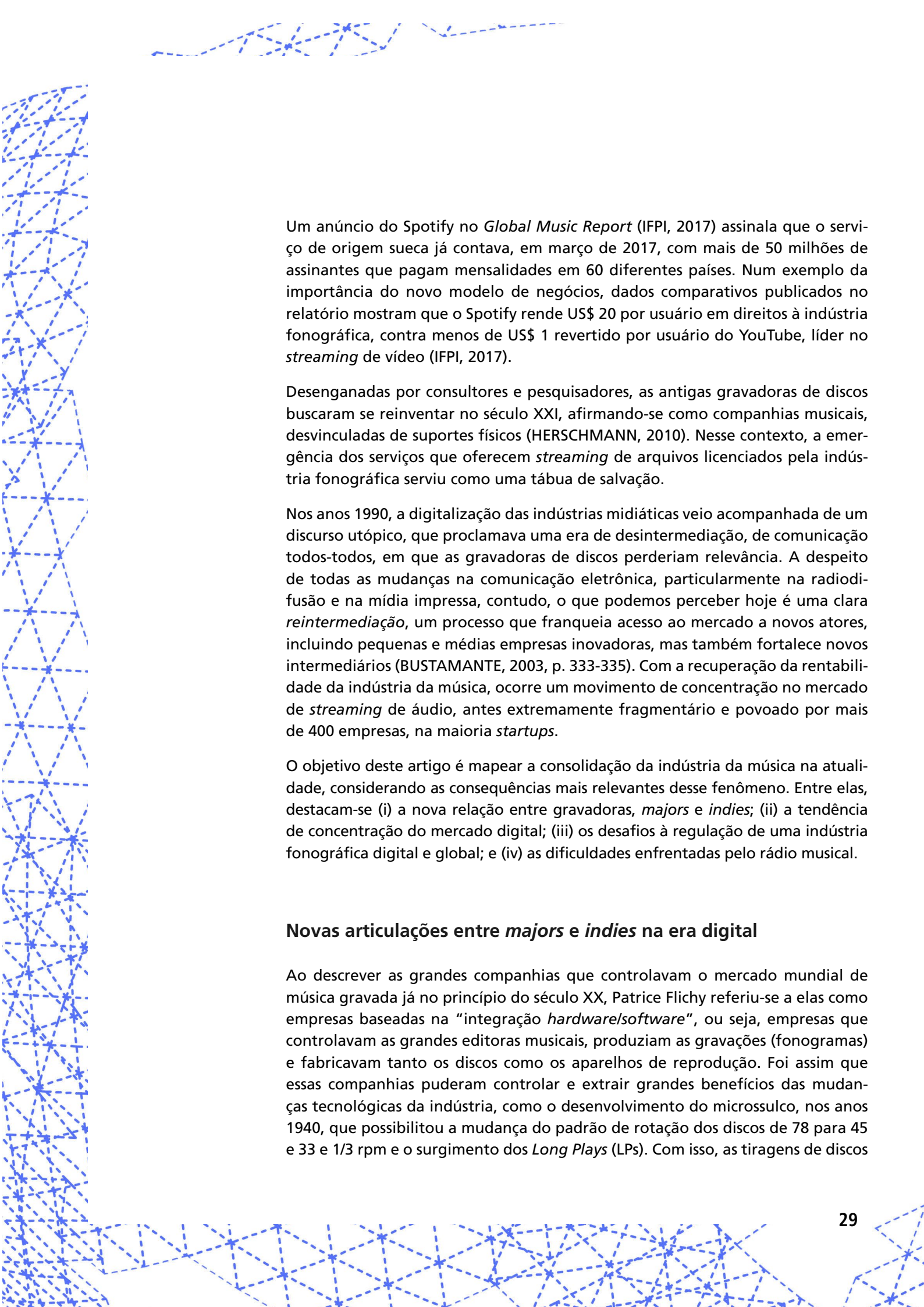
do mais de 400 em termos globais, estão competindo ferozmente pelos consumidores, oferecendo opções sempre crescentes e curadoria musical. Serviços digitais se tornaram globais, possibilitando à indústria fonográfica atingir mercados que antes não podia monetizar por meio de vendas físicas no varejo. A digitalização global levou os serviços licenciados a mais de 200 países³ (IFPI, 2015, p. 5).

O *Global Music Report*, que em 2016 substituiu o *Digital Music Report*, mostrou que a tendência de crescimento do segmento de *streaming* se manteve sólida (IFPI, 2017). As receitas com vendas digitais subiram 17,7%, impulsionadas pela expansão de 60,4% no faturamento dos serviços de *streaming*. Com isso, as vendas digitais passaram a responder por metade das receitas da indústria da música, que cresceram 5,9% em 2016, apesar da queda de 7,6% nas vendas de formatos físicos e de 20,5% nos *downloads* pagos. A marca de 100 milhões de assinantes de serviços de *streaming* em todo o mundo foi superada pela primeira vez, mais que dobrando a população de 41 milhões de ouvintes por assinatura registrada no *Digital Music Report* em 2014. O total de contas pagas no fim de 2016 chegava a 97 milhões, mas, com o crescimento de planos família, o universo de usuários já superava 112 milhões, respondendo por mais da metade do total de usuários de serviços de *streaming*, estimado em 212 milhões.

O ano de 2015 marcou uma inflexão. Pela primeira vez desde 1999, quando a indústria fonográfica passou a perder faturamento na esteira da ascensão de serviços de P2P como o Napster, houve crescimento nas receitas totais do setor, que chegaram a US\$ 14,8 bilhões, contra US\$ 14,3 bilhões em 2014 – ainda assim, um montante 38,8% inferior ao recorde pré-crise. A recuperação teve continuidade em 2016, graças, sobretudo, ao segmento de *streaming*.

No relatório da IFPI de 2015, o Brasil era apontado como "um mercado de alto desempenho" – no original, "a top performing market" –, figurando na 9ª posição no *ranking* mundial, com vendas de US\$ 246 milhões em 2014 (IFPI, 2015, p. 27). O crescimento da receita com *streaming* foi da ordem de 22,1% naquele ano, impulsionado por mercados como China (+ 20,3%) e México (+ 23,6%). Em 2016, no entanto, houve queda de faturamento no mercado brasileiro da ordem de 2,8% (IFPI, 2017), o que pode ser atribuído à desvalorização cambial e aos reflexos da mais profunda recessão econômica em um século, que afetou fortemente o consumo das famílias. Ainda assim, os dados revelam crescimento de 57% nas receitas com *streaming* – assinaturas e anúncios – na América Latina, que tem Spotify e Apple Music como principais motores de expansão.

A relevância dos serviços de *streaming* é tamanha que 16 países passaram, entre meados de 2014 e os primeiros meses de 2015, a considerar seus números de acesso para contabilizar o desempenho de artistas e formular paradas de sucesso – em seis deles, incluindo Estados Unidos e Reino Unido, as listas de álbuns mais vendidos passaram a considerar os dados fornecidos por serviços como Spotify, Deezer e Groove (antigo Xbox Music); cada 1,5 mil audições *on-line* equivalem a um álbum vendido (IFPI, 2015, p. 13).



Um anúncio do Spotify no *Global Music Report* (IFPI, 2017) assinala que o serviço de origem sueca já contava, em março de 2017, com mais de 50 milhões de assinantes que pagam mensalidades em 60 diferentes países. Num exemplo da importância do novo modelo de negócios, dados comparativos publicados no relatório mostram que o Spotify rende US\$ 20 por usuário em direitos à indústria fonográfica, contra menos de US\$ 1 revertido por usuário do YouTube, líder no *streaming* de vídeo (IFPI, 2017).

Desengañadas por consultores e pesquisadores, as antigas gravadoras de discos buscaram se reinventar no século XXI, afirmando-se como companhias musicais, desvinculadas de suportes físicos (HERSCHMANN, 2010). Nesse contexto, a emergência dos serviços que oferecem *streaming* de arquivos licenciados pela indústria fonográfica serviu como uma tábua de salvação.

Nos anos 1990, a digitalização das indústrias midiáticas veio acompanhada de um discurso utópico, que proclamava uma era de desintermediação, de comunicação todos-todos, em que as gravadoras de discos perderiam relevância. Apesar de todas as mudanças na comunicação eletrônica, particularmente na radiodifusão e na mídia impressa, contudo, o que podemos perceber hoje é uma clara *reintermediação*, um processo que franqueia acesso ao mercado a novos atores, incluindo pequenas e médias empresas inovadoras, mas também fortalece novos intermediários (BUSTAMANTE, 2003, p. 333-335). Com a recuperação da rentabilidade da indústria da música, ocorre um movimento de concentração no mercado de *streaming* de áudio, antes extremamente fragmentário e povoado por mais de 400 empresas, na maioria *startups*.

O objetivo deste artigo é mapear a consolidação da indústria da música na atualidade, considerando as consequências mais relevantes desse fenômeno. Entre elas, destacam-se (i) a nova relação entre gravadoras, *majors* e *indies*; (ii) a tendência de concentração do mercado digital; (iii) os desafios à regulação de uma indústria fonográfica digital e global; e (iv) as dificuldades enfrentadas pelo rádio musical.

Novas articulações entre *majors* e *indies* na era digital

Ao descrever as grandes companhias que controlavam o mercado mundial de música gravada já no princípio do século XX, Patrice Flichy referiu-se a elas como empresas baseadas na “integração *hardware/software*”, ou seja, empresas que controlavam as grandes editoras musicais, produziam as gravações (fonogramas) e fabricavam tanto os discos como os aparelhos de reprodução. Foi assim que essas companhias puderam controlar e extrair grandes benefícios das mudanças tecnológicas da indústria, como o desenvolvimento do microsulco, nos anos 1940, que possibilitou a mudança do padrão de rotação dos discos de 78 para 45 e 33 e 1/3 rpm e o surgimento dos *Long Plays* (LPs). Com isso, as tiragens de discos

4 Cf. THE MOVING PICTURE EXPERTS GROUP. Home Page. Disponível em: <<http://mpeg.chiariglione.org>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

5 Cf. JOHNSON, Tom. Internet leader and entertainment firm to join forces; new company worth \$350B. *CNN Money*. 10 jan. 2000. Disponível em: <http://money.cnn.com/2000/01/10/deals/aol_warner/>. Acesso em: 2 dez. 2017.

6 Cf. PUBLIC BROADCASTING SERVICE. Vivendi Universal. Disponível em: <<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/cool/giants/vivendi.html>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

que, até então, “nunca haviam ultrapassado as cem mil unidades, [...] alcançaram a cifra de muitos milhões” (FLICHY, 1982, p. 35). Esse fenômeno se repetiu também quando do surgimento da fita cassete, em 1964 (Philips), e do CD, em 1982 (Sony e Philips). Assim, a inovação tecnológica sempre ocorreu no âmbito desse grupo de empresas integradas, garantindo-lhes grandes lucros no processo de substituição de suportes por parte dos consumidores.

A passagem do paradigma tecnológico analógico para o digital, no entanto, trouxe alterações relevantes. Basta lembrar que o formato de digitalização de áudio MPEG-Layer 3, ou MP3, surgiu em 1992, fora do âmbito da indústria musical, como consequência do trabalho do *Moving Picture Experts Group* (MPEGs), criado em 1988 pela International Association of Standardization (ISO) em associação com a *International Electrotechnical Commission (IEC)* para definir novos padrões de digitalização de áudio e vídeo⁴. A partir de 1997, com o surgimento do Winamp, um *software* que reproduzia arquivos MP3 em ambiente Windows, deu-se a popularização do uso de arquivos MP3 entre os usuários de computadores. Dois anos depois, com a criação de serviços como o Napster, tornou-se possível o compartilhamento dos arquivos de músicas.

Para tentar recuperar o espaço no mercado de bens culturais, as grandes corporações de música, ou *majors*, buscaram atuar em duas frentes. Ao mesmo tempo que se envolviam em batalhas judiciais para restringir a circulação de arquivos musicais por meio do Napster e de congêneres, tentaram se reorganizar como empresas que atuam também na internet. Fusões, em 2000, uniram a America Online (AOL) e a Time Warner⁵, bem como a Vivendi, a Seagram Company Ltd. e o Canal+, levando à criação da Vivendi Universal⁶. No entanto, essas ações não obtiveram o êxito esperado. O faturamento com a venda de discos continuaria recuando nas décadas seguintes, e índices positivos somente viriam com as vendas de música *on-line* por empresas não mais controladas pelas gravadoras, como lojas virtuais (iTunes Music Store) e, mais recentemente, plataformas de *streaming*.

É forçoso reconhecer que nessa reconfiguração da indústria musical as gravadoras perdem o controle sobre a renovação tecnológica e, por consequência, também sobre os meios de distribuição e, em alguma medida, de divulgação dos conteúdos musicais. Essa perda de autonomia tem implicação importante para um aspecto-chave da questão da concentração econômica da indústria musical: a relação entre grandes gravadoras (*majors*), de alcance internacional, e empresas de menor porte (*indies*), em geral ligadas a cenas musicais locais.

Embora a existência de produtores independentes seja consideravelmente comum no âmbito da produção cinematográfica e televisiva, por exemplo, uma competição acirrada e contínua entre *majors* e *indies* é uma característica particularmente marcante da indústria musical. Segundo Peterson e Berger (1975), uma produção fonográfica independente articulou-se nos Estados Unidos a partir do fim dos anos 1940. Esses produtores constituíam o grande espaço para a produção do emergente *rock 'n' roll*, já que, com a exceção de Buddy Holly

7 No original: “first recorded for independent recording companies founded in 1948 or thereafter”.

8 No Brasil, pode-se localizar o surgimento de uma cena independente organizada no fim da década de 1970. Nesse período, as dificuldades de sobrevivência dos independentes passavam pela fabricação dos discos de vinil, com as poucas fábricas existentes atrasando a entrega das encomendas dos *indies* em favor das grandes gravadoras (DIAS, 2000). Nos anos 1990, as possibilidades de barateamento da produção musical oferecidas pelas tecnologias permitiram uma grande expansão da produção musical independente, com o surgimento de centenas de novas gravadoras. Num primeiro momento, porém, as restrições de acesso aos meios de divulgação e, principalmente, distribuição de discos, forçaram essas empresas a firmar contratos de distribuição com as *majors* (VICENTE, 2014).

9 Plataformas digitais de varejo como iTunes, Google Play, Spotify e Deezer trabalham com diferentes formatos de arquivos e exigem que os conteúdos contenham uma série de informações (metadados) que lhes permitam identificar, por exemplo, quem são os autores da composição, a editora, a gravadora, o país de origem da gravação, entre diversas outras informações que facilitam o pagamento devido dos *royalties* por direitos autorais e conexos. Para realizar tais tarefas, surgiram os agregadores de conteúdo, que prometem não apenas infraestrutura para digitalização e inserção de metadados, mas também distribuição a diversas plataformas, gerenciamento da monetização dos conteúdos, *marketing* digital, administração de canais de comunicação com o público nos serviços de *streaming* e outras mídias sociais, obtenção de licenças para comércio digital de obras etc.

e Bill Haley, todos os novos artistas do *rock* que então surgiram “gravaram inicialmente em gravadoras independentes fundadas em 1948 ou depois disso”⁷ (PETERSON; BERGER, 1975, p. 164). De acordo com esses mesmos autores, esse conjunto heterogêneo de gravadoras permitiu a existência de uma significativa competição na indústria musical norte-americana, colocando em xeque a dominância das grandes gravadoras. Assim, com a presença desses novos concorrentes, as grandes gravadoras também se empenharam em assegurar seu controle sobre a divulgação e a distribuição musical. Em relação ao rádio, por exemplo, Fredric Dannen (1991), ao analisar as práticas de divulgação radiofônica das gravadoras norte-americanas nas décadas de 1970 e 1980, refere-se à institucionalização da *payola*, o pagamento de propina aos DJs das rádios, não apenas como forma de promoção de seus artistas, mas também como forma de restrição do acesso das *indies* às principais emissoras *top 40* do país⁸.

Analisando esse mesmo cenário num momento posterior, Paul Lopes (1992) afirmou que as *majors* retomariam seu predomínio sobre o mercado musical pela sistemática aquisição dessas gravadoras independentes e pela constituição de um “sistema aberto” de produção, em que essas empresas se tornariam subsidiárias relativamente autônomas, aptas a explorar segmentos musicais específicos e a manter algumas das características que haviam assegurado o seu sucesso. Apesar desse sistema aberto de produção ter possibilitado a expansão da produção fonográfica em termos quantitativos e qualitativos, ele também consolidou a dominância do oligopólio constituído por quatro gravadoras multinacionais, as quais detinham cerca de 80% do mercado internacional de discos, deixando o resto para um crescente número de empresas *indies*.

No cenário atual, no qual as gravadoras precisam da intermediação de empresas eletrônicas para atuar no mercado digital, criou-se uma abertura maior a artistas, tanto do *mainstream* quanto de suas margens e bordas, para incorporar as diferentes possibilidades de distribuição digital às suas estratégias de atuação (HERSCHMANN, 2011). Por meio de mediadores independentes como os agregadores de conteúdo⁹, artistas autônomos, assim como pequenas e médias gravadoras independentes, conseguem inserir suas produções nas mais importantes lojas virtuais e serviços de *streaming* sem grandes custos operacionais, algo que sugere uma possibilidade de competição mais razoável entre *majors* e *indies*.

É preciso notar, contudo, que isso não resolve a contento as desigualdades de exposição entre artistas das grandes gravadoras e independentes. Nem sempre é fácil encontrar conteúdos alternativos nas plataformas digitais e, o que é mais preocupante, nem sempre o pagamento feito aos artistas que não integram o elenco das grandes gravadoras é realizado da maneira correta. Têm sido frequentes as críticas às plataformas digitais por artistas de renome internacional, como Thom Yorke (Radiohead) ou Taylor Swift, sobre o sistema de pagamento de direitos autorais por serviços de *streaming* (KISCHINHEVSKY; VICENTE; DE MARCHI, 2015). Lohan Presencer (2015), CEO de uma das principais gravadoras independentes de

10 Cf. CAULFIELD, Keith. Adele's '25' Official First Week U.S. Sales: 3.38 Million. *Billboard*. 28 nov. 2015. <<http://www.billboard.com/articles/columns/chart-beat/6777905/adele-25-sales-first-week-us>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

11 Foi lançado na Noruega com o nome WIMP Music, em 2010, tendo sido adquirido em março de 2015 pela S. Carter Enterprises, empresa controlada pelo rapper americano Jay Z. Desde então, usa a marca Tidal, com a qual já operava nos Estados Unidos e no Reino Unido. O serviço se apresenta como o único de alta qualidade sonora, com taxa de compressão (*bit rate*) duas a quatro vezes superior à da concorrência. Opera em 46 países, com um catálogo de 36 milhões de fonogramas e 86 mil vídeos musicais. Com mensalidades entre US\$ 9,99 e US\$ 19,99, não informa número de assinantes – por ocasião da aquisição por Jay Z, eram 512 mil, segundo informações fornecidas à Bolsa de Estocolmo, onde a companhia estava listada.

12 No original: "The value gap undermines the rights and revenues of those who create, invest in and own music, and distorts the marketplace. This is because, while music consumption is at record highs, user upload services are misusing 'safe harbour' exemptions. These protections were put in place two decades ago to help develop nascent digital startups, but today are being misapplied to corporations that distribute and monetise our works. We urge you to take action now to create a fair playing field for artists and rights owners. In doing so, you will be securing the future of music for generations to come".

música eletrônica, a Ministry of Sound, escreveu um artigo acusando o modelo de negócio das plataformas digitais de privilegiar as grandes gravadoras. De acordo com o executivo, em um modelo de negócio cujo pagamento de *royalties* pelo acesso aos fonogramas se dá em frações mínimas (menos de um centavo de dólar por acesso), os artistas com maior projeção saem ganhando, e as perdas para o setor independente no médio prazo são insuportáveis.

Reações têm sido frequentes. Não apenas há artistas que têm retirado suas obras de certas plataformas como forma de protesto, mas também há a busca por uma nova relação com os intermediários do mercado digital. Por exemplo, a cantora britânica Adele (que ainda se mantém na gravadora independente XL Recordings, pela qual estreou em 2008) adotou como estratégia comercial valorizar as vendas de CD em seu maior lançamento. Assim, optou por não liberar, num primeiro momento, as músicas do seu álbum *25*, lançado no fim de 2015, para os serviços de *streaming*. Com a ausência de acesso imediato ao disco pelas plataformas digitais, o álbum tornou-se o CD mais vendido na primeira semana de lançamento nos Estados Unidos – 3,38 milhões de cópias – desde 1991, ano em que a Nielsen começou a fazer esse tipo de levantamento¹⁰. Já a cantora pop Beyoncé lançou o clipe de *Formation*, em janeiro de 2016, pelo Tidal, o serviço de *streaming* que pertence a seu marido, o rapper Jay-Z, buscando fomentar uma plataforma de *streaming* que "preza os artistas"¹¹.

Em junho do mesmo ano, na mais organizada manifestação pública da classe artística até então, mais de mil músicos, cantores e compositores, incluindo nomes como Paul McCartney, Sting, o DJ David Guetta e o grupo Coldplay, divulgaram carta à Comissão Europeia pedindo providências urgentes contra a chamada *lacuna de valor* (*value gap*, em inglês), distorção que faz com que os grandes *players* do mercado de *streaming* repassem valores ínfimos pela execução de fonogramas:

A lacuna de valor mina os direitos e as receitas daqueles que criam, investem em e possuem música, distorcendo o mercado. Isso porque, enquanto o consumo de música atinge recordes, usuários de serviços de *upload* estão usando de forma indevida isenções do tipo "porto seguro". Essas proteções foram criadas duas décadas atrás para ajudar a desenvolver *startups* digitais então nascentes, mas hoje estão sendo mal aplicadas por corporações que distribuem e monetizam nossos trabalhos. Conclamamos vocês a entrar em ação agora para criar um campo de jogo justo para artistas e detentores de direitos. Fazendo isso, vocês asseguram o futuro da música para as gerações que virão¹². (IFPI, 2017, p. 26)

Esses exemplos apontam uma tentativa de negociação entre produtores de conteúdos, atravessadores (gravadoras) e distribuidores digitais (lojas virtuais e serviços de *streaming*) em favor de algum novo modelo de negócio que favoreça todas as partes. Porém, para saber quais são as chances de uma nova indústria fonográfica na era digital, mais horizontal, é necessário entender como o próprio setor digital está se organizando.

Da pulverização à concentração nos mercados de mídia sonora

Embora existam hoje mais de 400 serviços de *streaming* operando em mais de 200 países (IFPI, 2015), a chegada de novos atores ligados a conglomerados com atuação nas indústrias de informática, telecomunicações e entretenimento coloca uma série de desafios para pequenas e médias empresas independentes, que não têm a mesma capacidade de gerar ganhos de escala.

A exemplo do que já havia ocorrido em meados do século XX, quando as *majors* adquiriram centenas de selos independentes, as atuais companhias musicais buscam se reposicionar no mercado, investindo em participações societárias ou em alianças estratégicas com os novos serviços de *streaming*. Só que, desta vez, enfrentam uma nova e acirrada concorrência, trazida por conglomerados sem histórico prévio no setor de mídia mas com faturamento muito superior, proporcionado por sites de redes sociais, serviços *on-line* gratuitos, plataformas de comércio eletrônico, consoles de *games* etc.

As empresas do entorno digital da mídia sonora apresentam configurações diversas. Mas, para efeitos de categorização, a despeito dos múltiplos modelos de negócios, podemos dividir esses atores em:

- **Serviços de *streaming* pago vinculados a conglomerados** – Mesmo lançados tardiamente, a partir de 2013, serviços como Google Play, da Google Inc., Apple Music, da Apple, Groove (ex-Xbox Music), da Microsoft, e Prime Music, da Amazon, vêm com investimentos maciços em *marketing* e amparados por plataformas de vendas *on-line* e dispositivos bem-sucedidos em termos globais. Embora atuem hoje mais como companhias musicais licenciadoras de fonogramas, as grandes gravadoras multinacionais podem ser incluídas nesta categoria, já que têm anunciado iniciativas conjuntas – como a CÜR, que tem participações de Universal Music Group, Sony Music Entertainment e Warner Music Group¹³ – ou isoladas – como o lançamento da plataforma Digster.fm, pela Universal Music, ou a compra dos serviços de fornecimento de *playlists* para terceiros, como Filtr, pela Sony Music, e Playlists.net, pela Warner Music. No Brasil, há também parcerias inusitadas em nichos específicos, como o lançamento da Bradesco Music, que une a Universal Music e o banco Bradesco, oferecendo a clientes um serviço de *streaming* com meio milhão de faixas e 50 mil vídeos musicais do selo fonográfico a um custo de R\$ 4,90 mensais (IFPI, 2015).
- **Serviços independentes de *streaming* pago** – Incluem alguns dos principais atores do mercado musical, como o Spotify, de origem sueca mas hoje com sede na Alemanha, o francês Deezer e os norte-americanos SoundCloud, Napster¹⁴ e Tidal, que respondem por forte expansão da base mundial de assinantes, mas enfrentam concorrência crescente. Desvinculados de conglomerados de mídia e entretenimento, vêm buscando parcerias para explorar novos mercados. No Brasil, o Deezer selou acordo para ser o serviço de *streaming* oficial

¹³ Cf. INGHAM, Tim. Universal, Sony and Warner License New Streaming Platform Cür Music. *Music Business Worldwide*. 26 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.musicbusinessworldwide.com/sony-and-universal-both-license-new-streaming-platform-cür-music/>>. Acesso em: 2 dez. 2017..

¹⁴ Pioneiro entre os serviços de compartilhamento de arquivos via internet, o Napster foi lançado em 1999 e fechado em 2001, após processo judicial milionário movido pelas grandes gravadoras de discos. A marca foi então comprada pela gigante alemã Bertelsmann por US\$ 85 milhões, tornando-se um serviço de *download* pago. Em 2008, foi adquirida pela varejista Best Buy por US\$ 121 milhões, que a revendeu em 2011 para a Rhapsody. Renasceu, então, como um serviço de *streaming*. Cf. NAPSTER. Home page. Disponível em: <<http://br.napster.com/>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

15 Cf. PANDORA. Pandora for brands. Disponível em: <<http://advertising.pandora.com/>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

16 Cf. RAYMER, Miles. Why Apple Is Really Shutting Down Beats Music. *Esquire*. 16 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.esquire.com/entertainment/music/a39741/apple-shuts-down-beats-music/>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

17 Curiosamente, usuários copiaram o site antes do fechamento e mantêm versões clandestinas em diferentes endereços, ainda acessíveis aos internautas, mas com funcionalidades limitadas. Cf. GROOVESHARK é desativado após acordo em processo milionário. *G1*. 01 maio 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/05/grooveshark-e-desativado-apos-acordo-em-processo-milionario.html>>. Acesso em: 28 jan. 2016; HIGA, Paulo. O Grooveshark está de volta, ou quase isso. *Tecnoblog*. 2015. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/177809/grooveshark-io/>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

da Telecom Italia Mobile (TIM), enquanto o Napster fechou com a Vivo, da companhia espanhola Telefônica – ambas dividem a liderança no segmento de telefonia móvel no país, ao lado da Claro, da mexicana América Móvil, que comprou seu próprio serviço de *streaming*, Ideias Muzik, lançado em 2012 pela incubadora brasileira de negócios Ideiasnet e hoje chamado Claro Música.

- **Serviços de *streaming* bancados por publicidade** – Não detêm participação relevante no mercado brasileiro de mídia sonora, diferentemente dos Estados Unidos, onde o serviço de rádio via internet Pandora é líder absoluto de audiência, com 78 milhões de usuários únicos mensais¹⁵. Se ampliarmos a abrangência da percepção do segmento de *streaming* de música para além dos serviços de rádio social, temos um ator dominante, o YouTube, pertencente à Google Inc. e principal responsável pelo crescimento de 77,7% nas receitas com *streaming* de vídeos musicais no país em 2014. Com mais de 1 bilhão de usuários únicos por mês, o YouTube se apresenta como o principal espaço para consumo gratuito de música *on-line* no planeta, embora tenha lançado no fim de 2014 uma versão *beta* do serviço Music Key, com assinatura mensal de US\$ 10, livre de anúncios e integrado ao Play Music All Access, do Google (IFPI, 2015, p. 17).

Não se pretende criar alarmismo, sustentando que os grandes atores das indústrias midiáticas virão tomar o mercado. Muitas ações dos grandes conglomerados se dão na base de tentativa e erro. A Apple Music foi lançada pela Apple em 2015, apenas um ano após a compra pela gigante de informática da plataforma Beats Music, do *rapper* Dr. Dre, num negócio de US\$ 3 bilhões que incluiu a marca homônima de fones de ouvido. Em outubro, a fabricante de iPhones e de computadores Mac anunciou já ter 6,5 milhões de assinantes – o equivalente a um terço do total de assinaturas do líder mundial, Spotify. Diante do sucesso do novo serviço, no mês seguinte a Apple divulgou curto comunicado informando o fim do Beats Music, que jamais superou 300 mil assinantes nos Estados Unidos¹⁶.

A despeito de ocasionais aquisições que acabam por resultar em fiascos, a entrada desses atores ligados a conglomerados da mídia e do entretenimento no mercado musical *on-line* já vem provocando baixas entre os serviços independentes. Dois deles, Grooveshark e Rdio, com milhões de usuários, fecharam as portas em 2015, num claro sinal de consolidação do setor.

O Grooveshark, que oferecia a possibilidade de transmissão ao vivo de *playlists* e informava ter mais de 30 milhões de usuários ativos, foi lançado em 2006 e tinha sede em Gainesville, Flórida, nos EUA. Pressionado pela indústria fonográfica por se recusar a recolher *royalties*, acabou derrotado em ação judicial movida por grandes gravadoras americanas e condenado a pagar indenização de US\$ 736 milhões, o equivalente a R\$ 2,2 bilhões pelo câmbio de dezembro de 2015. Fechou acordo e foi desativado¹⁷.

18 Cf. TOZETTO, Claudia. Serviço de música Rdio chega ao Brasil em parceria com a Oi. *iG Tecnologia*. 01 nov. 2011. Disponível em: <<http://tecnologia.ig.com.br/servico-de-musica-rdio-chega-ao-brasil-em-parceria-com-a-oi/n1597347965817.html>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

19 No Brasil, onde não há acordo para operação do Pandora, os usuários do Rdio tiveram o serviço suspenso em dezembro de 2015. Cf. LUNDEN, Ingrid. Pandora To Buy Rdio Assets For \$75M In Cash, Rdio Files Ch.11, Will Shutter Service. *TechCrunch*. 16 nov. 2015. Disponível em: <<http://techcrunch.com/2015/11/16/confirmed-pandora-buys-key-rdio-assets-for-75m-in-cash-rdio-files-ch-11-to-shut-down/>>. Acesso em: 2 dez. 2017; RDIO. Farewell. 2015. Disponível em: <<http://www.rdio.com/farewell/>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

20 Cf. ECAD. Balanço patrimonial. Disponível em: <<http://www.ecad.org.br/pt/o-ecad/resultados/Paginas/Balancos.aspx>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

21 Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/radio.asp>>. Acesso em: 18 dez. 2017. Vale destacar que, desse universo, uma fatia considerável de emissoras não recolhe direitos autorais, por manter programação essencialmente informativa.

22 Cf. MIRANDA, André. A conta da música na rede. Segundo Caderno, *O Globo*, p. 1, 15 fev. 2016. Os serviços alegam que *streaming* não é execução pública, nos moldes da radiodifusão tradicional, pois a escuta é individualizada e sob demanda. Para disciplinar a questão, o Ministério da Cultura colocou em consulta pública, na mesma data da reportagem, o texto de uma Instrução Normativa que promete atualizar a legislação de gestão coletiva de direito autoral, datada de 1998, ou seja, anterior a serviços P2P.

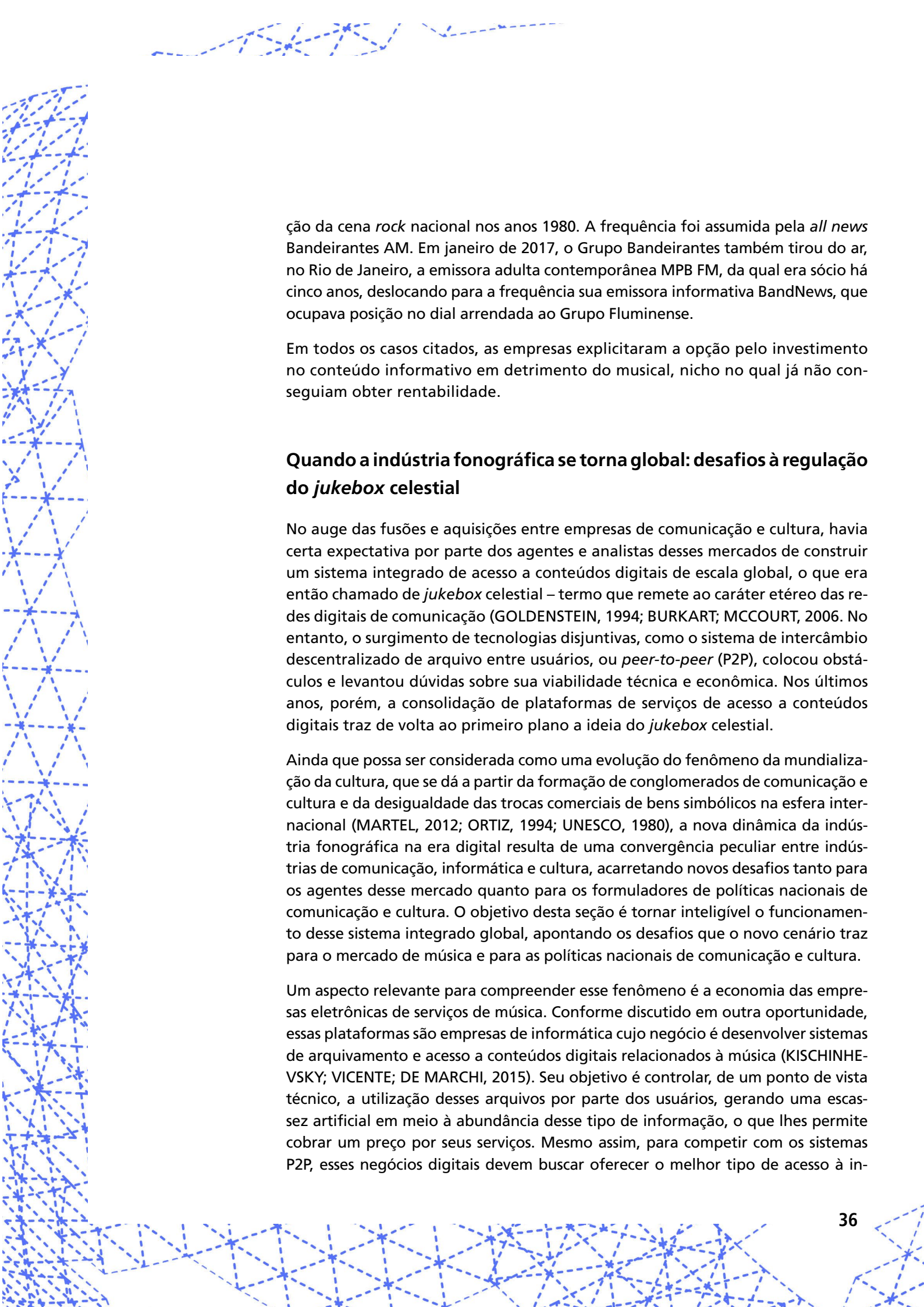
O Rdio, por sua vez, surgiu em São Francisco, nos EUA, em 2010, e alegava ser o segundo maior serviço de *streaming* do planeta, presente em 51 países, embora não informasse o número de usuários. No Brasil, foi pioneiro, iniciando suas operações em 2011, em associação com a operadora de telefonia móvel local Oi¹⁸. Oferecia um acervo de mais de 20 milhões de fonogramas e 400 estações de rádio classificadas por gêneros musicais, além de operar como site de redes sociais, mas não conseguiu atingir o ponto de equilíbrio financeiro. Pediu concordata e teve seus principais ativos adquiridos pelo Pandora por US\$ 75 milhões¹⁹.

A chegada de novos concorrentes tende a afetar a sustentabilidade dos serviços independentes, que podem não ter fôlego financeiro para permanecer no mercado. Esse cenário coloca desafios extraordinários para a atuação de atores tradicionais – como as emissoras de rádio em ondas hertzianas – e a discussão de políticas públicas que assegurem condições justas de competitividade, sobretudo equalizando regras de incidência de direitos autorais.

Para entendermos a desigualdade de tratamento entre os diferentes atores no mercado de música, basta recorrer aos dados do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). Em 2014, enquanto serviços como Deezer e Spotify aparecem pela primeira vez na lista de recolhimento de direitos autorais sobre reprodução de fonogramas, com irrisórios R\$ 140 mil e R\$ 23 mil, respectivamente, o Ecad arrecadou, somadas as rubricas “Rádio AM/FM” e “Rádio + direitos gerais (Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte, Nordeste)”, um total de R\$ 43,770 milhões²⁰. Mesmo considerando a grande pulverização da indústria da radiodifusão sonora, com 9.771 emissoras em operação no país²¹, fica evidenciada a desigualdade de tratamento dado a esses novos atores. Essa situação se agravou com o questionamento judicial do recolhimento de direitos sobre execução pública por parte do YouTube e do Deezer, que suspenderam os repasses ao Ecad e passaram a efetuar depósitos em juízo, alegando falta de clareza da legislação²².

Não é coincidência que grandes grupos de comunicação, como o Sistema Globo de Rádio (SGR), o Grupo Bandeirantes e as Emissoras e Diários Associados, tenham reduzido ou mesmo cancelado seus investimentos no rádio musical ao longo de 2015, assumindo sua incapacidade de enfrentar a concorrência trazida pelas novas empresas do entorno digital.

Em 2015, o SGR tirou do ar a Beat 98, emissora do segmento *pop contemporary hit radio* que historicamente disputava a liderança geral em FM no Rio de Janeiro. Em seu lugar, entrou o sinal replicado da Globo AM, emissora informativa do segmento *talk*, antes alocada numa frequência arrendada. A Beat era a última rádio musical do grupo em ondas hertzianas, já que a Globo FM foi extinta para dar lugar à repetição do sinal da *all news* CBN AM, em 2005. As Emissoras e Diários Associados, por sua vez, acabaram com sua emissora de música popular, a Nativa FM, cedendo a frequência para replicar o sinal da Rádio Tupi AM, também do segmento *talk*. Em maio de 2015, o Grupo Bandeirantes anunciou o fim das operações da Ipanema FM, emissora de Porto Alegre que foi uma das responsáveis diretas pela consolida-



ção da cena *rock* nacional nos anos 1980. A frequência foi assumida pela *all news* Bandeirantes AM. Em janeiro de 2017, o Grupo Bandeirantes também tirou do ar, no Rio de Janeiro, a emissora adulta contemporânea MPB FM, da qual era sócio há cinco anos, deslocando para a frequência sua emissora informativa BandNews, que ocupava posição no dial arrendada ao Grupo Fluminense.

Em todos os casos citados, as empresas explicitaram a opção pelo investimento no conteúdo informativo em detrimento do musical, nicho no qual já não conseguiam obter rentabilidade.

Quando a indústria fonográfica se torna global: desafios à regulação do *jukebox* celestial

No auge das fusões e aquisições entre empresas de comunicação e cultura, havia certa expectativa por parte dos agentes e analistas desses mercados de construir um sistema integrado de acesso a conteúdos digitais de escala global, o que era então chamado de *jukebox* celestial – termo que remete ao caráter etéreo das redes digitais de comunicação (GOLDENSTEIN, 1994; BURKART; MCCOURT, 2006). No entanto, o surgimento de tecnologias disjuntivas, como o sistema de intercâmbio descentralizado de arquivo entre usuários, ou *peer-to-peer* (P2P), colocou obstáculos e levantou dúvidas sobre sua viabilidade técnica e econômica. Nos últimos anos, porém, a consolidação de plataformas de serviços de acesso a conteúdos digitais traz de volta ao primeiro plano a ideia do *jukebox* celestial.

Ainda que possa ser considerada como uma evolução do fenômeno da mundialização da cultura, que se dá a partir da formação de conglomerados de comunicação e cultura e da desigualdade das trocas comerciais de bens simbólicos na esfera internacional (MARTEL, 2012; ORTIZ, 1994; UNESCO, 1980), a nova dinâmica da indústria fonográfica na era digital resulta de uma convergência peculiar entre indústrias de comunicação, informática e cultura, acarretando novos desafios tanto para os agentes desse mercado quanto para os formuladores de políticas nacionais de comunicação e cultura. O objetivo desta seção é tornar inteligível o funcionamento desse sistema integrado global, apontando os desafios que o novo cenário traz para o mercado de música e para as políticas nacionais de comunicação e cultura.

Um aspecto relevante para compreender esse fenômeno é a economia das empresas eletrônicas de serviços de música. Conforme discutido em outra oportunidade, essas plataformas são empresas de informática cujo negócio é desenvolver sistemas de arquivamento e acesso a conteúdos digitais relacionados à música (KISCHINHEVSKY; VICENTE; DE MARCHI, 2015). Seu objetivo é controlar, de um ponto de vista técnico, a utilização desses arquivos por parte dos usuários, gerando uma escassez artificial em meio à abundância desse tipo de informação, o que lhes permite cobrar um preço por seus serviços. Mesmo assim, para competir com os sistemas P2P, esses negócios digitais devem buscar oferecer o melhor tipo de acesso à in-



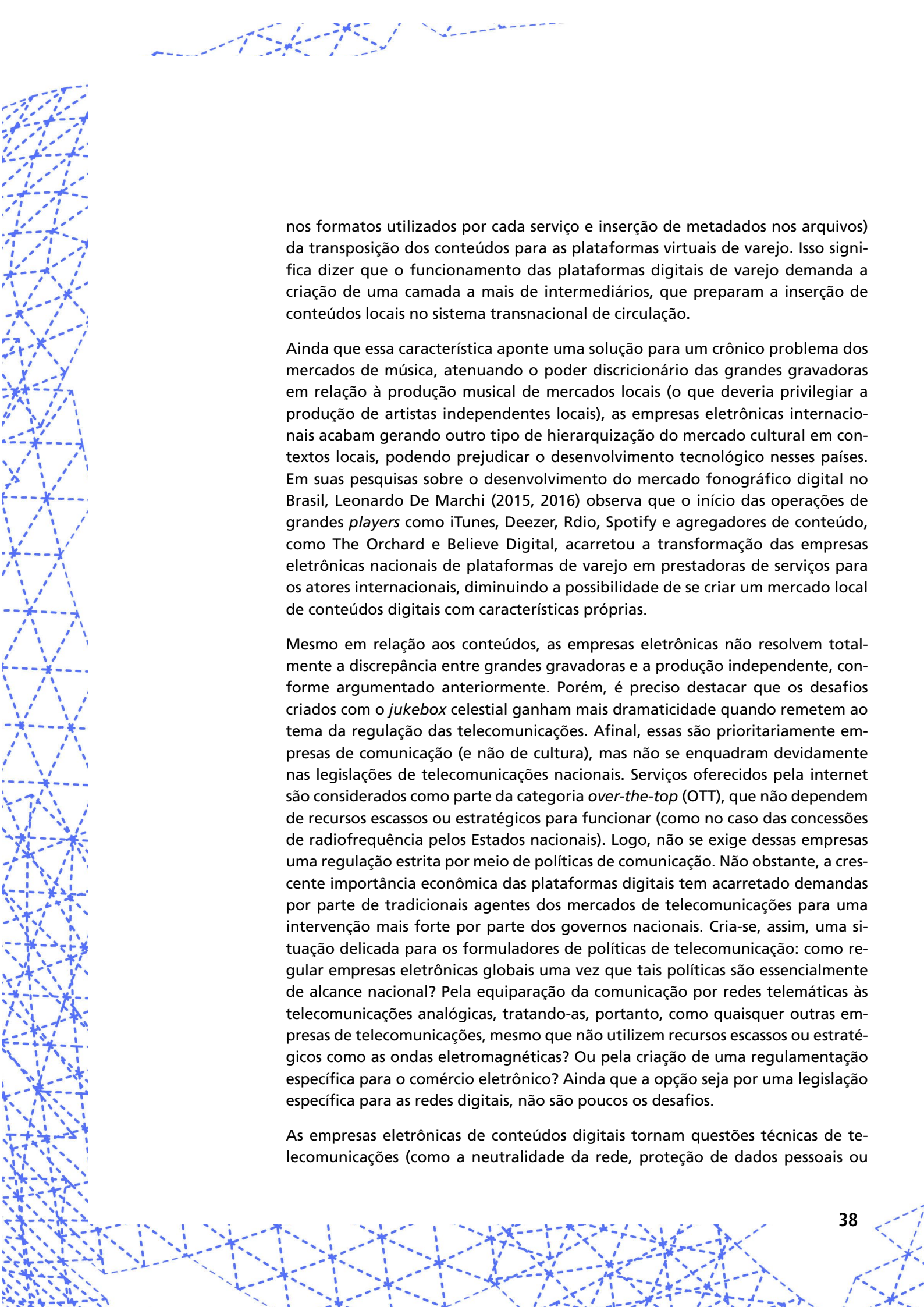
23 Em 2015, tanto o Spotify quanto a Deezer anunciaram lançamento de ações em bolsas de valores para financiar a expansão de seus negócios. Ambos, contudo, acabaram recuando. A Deezer anunciou em seguida ter captado 100 milhões de euros (cerca de US\$ 109 milhões) com a Warner Music Group e a operadora de telefonia europeia Orange, que se tornaram sócias estratégicas do serviço (Cf. LUNDEN, Ingrid. After Cancelling Its IPO, Deezer Raises Another \$109M From Access And Orange. *TechCrunch*. 20 jan. 2016. Disponível em: <<https://techcrunch.com/2016/01/20/deezer-100/>>. Acesso em: 2 dez. 2017). Já o Spotify mantinha, em 2017, planos de listar ações em Wall Street, embora sem uma oferta pública inicial – IPO pela sigla em inglês (Cf. FARRELL, Maureen; DEMOS, Telis. Spotify Finally Readies an IPO...That's Not an IPO. *The Wall Street Journal*. 09 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/spotify-finally-readies-an-ipo-thats-not-an-ipo-1491476403>>. Acesso em: 2 dez. 2017). Essas empresas foram avaliadas em bilhões de dólares, mesmo sem ainda ter dado lucro, o que chamou a atenção de analistas para a possibilidade de uma nova bolha de especulação de empresas de tecnologia (PEOPLES, 2016).

formação (mecanismos para encontrar, acessar e distribuir fácil e rapidamente o conteúdo desejado) pelo menor custo possível, uma vez que, numa economia de escala gerada pela demanda, é a avaliação da utilidade dos serviços feita pelos usuários que determina o êxito do negócio. Assim, as empresas eletrônicas de música buscam criar vastos e heterogêneos catálogos, a fim de que consigam atrair novos assinantes em larga escala. Disso decorre a necessidade de conquistar novos e mais mercados, dando início a uma concorrência internacional que abrange a abertura de capital para levantar recursos ou a busca de sócios estratégicos²³.

Tal expansão é rápida e relativamente fácil, pois existe um arcabouço legal que a assegura em nível global. Aproveitando-se da desregulamentação dos mercados de telecomunicações desde os anos 1980-90 por governos neoliberais e se amparando em tratados de propriedade intelectual acordados em fóruns internacionais, como na Organização Mundial do Comércio (OMC) – *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, ou TRIPs pela sigla em inglês) – ou na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), essas empresas digitais possuem segurança jurídica suficiente para dar início às suas atividades em diversas partes do globo. Conforme explica David Laing (2004), essas entidades internacionais obrigam cada país associado a adequar suas leis de propriedade intelectual a fim de que possam negociar no mercado global. É preciso notar que tais tratados são acordados não por políticos, que estão sob escrutínio público de seus votantes, mas por diplomatas, advogados e lobistas, os quais podem incluir cláusulas que protejam interesses privados em detrimento dos gerais. Com efeito, muitos desses acordos impõem uma abordagem maximalista dos direitos autorais que pode, por exemplo, restringir mecanismos das legislações nacionais que visam a garantir o justo acesso da população à informação e aos bens culturais, como as seções de limites e exceções aos direitos autorais.

Assim, quando serviços como YouTube, iTunes, Spotify ou Deezer iniciam suas operações em um país, podem agregar esse mercado nacional aos seus sistemas globais de forma imediata. Evidentemente, abrem escritórios próprios em cada país, mas apenas para resolver problemas burocráticos, como licenciamento local de conteúdos, pagamento de direitos autorais e conexos, pagamento de impostos locais ou cumprimento de outras obrigações legais locais (como ter sede física no país para poder operar naquele território).

Diferentemente das grandes gravadoras multinacionais, que são empresas de cultura que lidam com recursos escassos e, portanto, possuem uma política de produção de bens culturais, as empresas eletrônicas buscam a maior quantidade de conteúdo digital local possível. Daí que se valham das articulações entre grandes gravadoras e selos independentes locais para obter uma crescente quantidade de conteúdos de maneira rápida. Para tanto, estabelecem estreita parceria com outros atravessadores digitais, os agregadores de conteúdos, que se encarregam de preparar a parte legal (licenciamento dos conteúdos e estabelecimento de meios para a arrecadação e distribuição dos direitos autorais) e técnica (digitalização

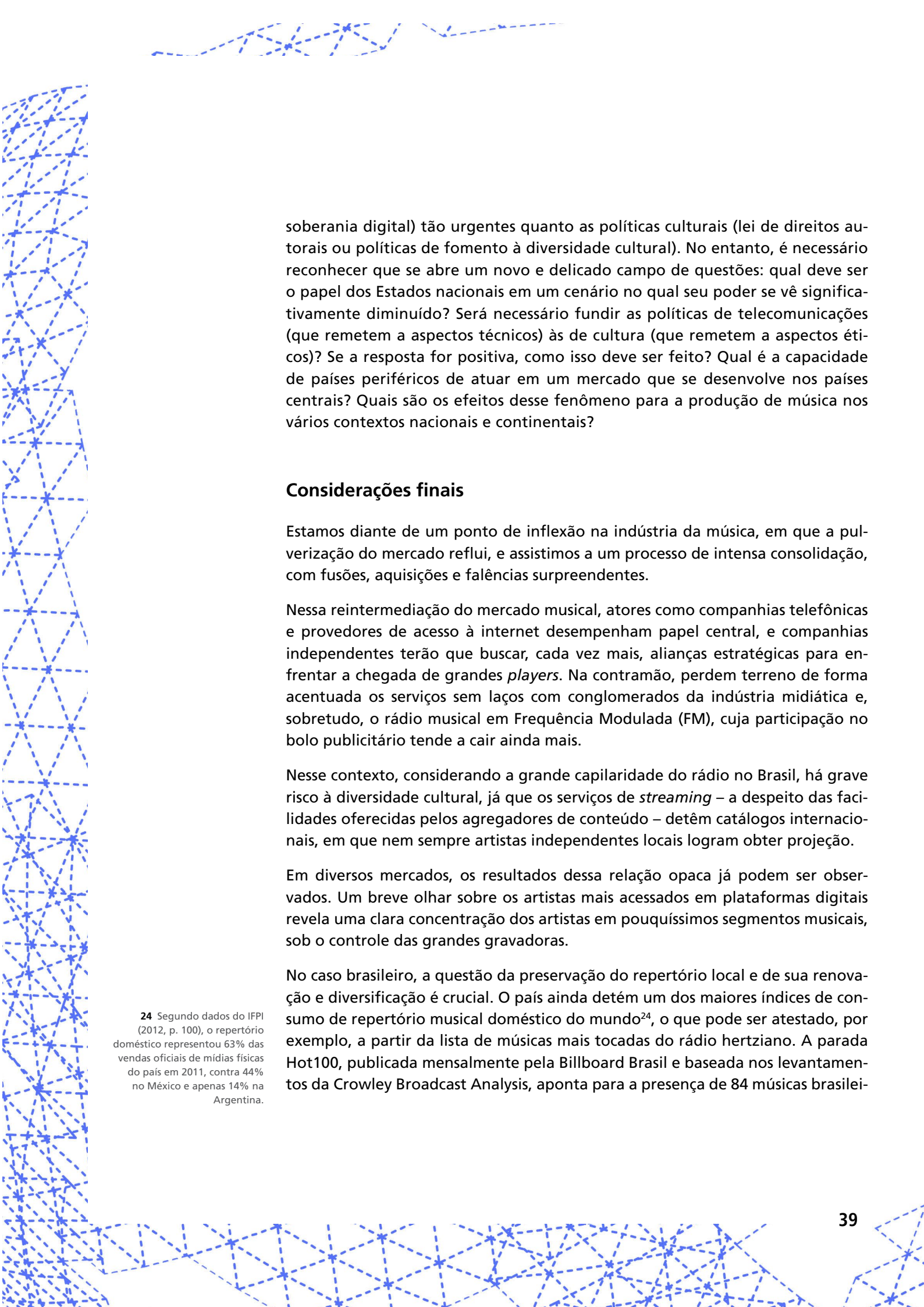


nos formatos utilizados por cada serviço e inserção de metadados nos arquivos) da transposição dos conteúdos para as plataformas virtuais de varejo. Isso significa dizer que o funcionamento das plataformas digitais de varejo demanda a criação de uma camada a mais de intermediários, que preparam a inserção de conteúdos locais no sistema transnacional de circulação.

Ainda que essa característica aponte uma solução para um crônico problema dos mercados de música, atenuando o poder discricionário das grandes gravadoras em relação à produção musical de mercados locais (o que deveria privilegiar a produção de artistas independentes locais), as empresas eletrônicas internacionais acabam gerando outro tipo de hierarquização do mercado cultural em contextos locais, podendo prejudicar o desenvolvimento tecnológico nesses países. Em suas pesquisas sobre o desenvolvimento do mercado fonográfico digital no Brasil, Leonardo De Marchi (2015, 2016) observa que o início das operações de grandes *players* como iTunes, Deezer, Rdio, Spotify e agregadores de conteúdo, como The Orchard e Believe Digital, acarretou a transformação das empresas eletrônicas nacionais de plataformas de varejo em prestadoras de serviços para os atores internacionais, diminuindo a possibilidade de se criar um mercado local de conteúdos digitais com características próprias.

Mesmo em relação aos conteúdos, as empresas eletrônicas não resolvem totalmente a discrepância entre grandes gravadoras e a produção independente, conforme argumentado anteriormente. Porém, é preciso destacar que os desafios criados com o *jukebox* celestial ganham mais dramaticidade quando remetem ao tema da regulação das telecomunicações. Afinal, essas são prioritariamente empresas de comunicação (e não de cultura), mas não se enquadram devidamente nas legislações de telecomunicações nacionais. Serviços oferecidos pela internet são considerados como parte da categoria *over-the-top* (OTT), que não dependem de recursos escassos ou estratégicos para funcionar (como no caso das concessões de radiofrequência pelos Estados nacionais). Logo, não se exige dessas empresas uma regulação estrita por meio de políticas de comunicação. Não obstante, a crescente importância econômica das plataformas digitais tem acarretado demandas por parte de tradicionais agentes dos mercados de telecomunicações para uma intervenção mais forte por parte dos governos nacionais. Cria-se, assim, uma situação delicada para os formuladores de políticas de telecomunicação: como regular empresas eletrônicas globais uma vez que tais políticas são essencialmente de alcance nacional? Pela equiparação da comunicação por redes telemáticas às telecomunicações analógicas, tratando-as, portanto, como quaisquer outras empresas de telecomunicações, mesmo que não utilizem recursos escassos ou estratégicos como as ondas eletromagnéticas? Ou pela criação de uma regulamentação específica para o comércio eletrônico? Ainda que a opção seja por uma legislação específica para as redes digitais, não são poucos os desafios.

As empresas eletrônicas de conteúdos digitais tornam questões técnicas de telecomunicações (como a neutralidade da rede, proteção de dados pessoais ou



soberania digital) tão urgentes quanto as políticas culturais (lei de direitos autorais ou políticas de fomento à diversidade cultural). No entanto, é necessário reconhecer que se abre um novo e delicado campo de questões: qual deve ser o papel dos Estados nacionais em um cenário no qual seu poder se vê significativamente diminuído? Será necessário fundir as políticas de telecomunicações (que remetem a aspectos técnicos) às de cultura (que remetem a aspectos éticos)? Se a resposta for positiva, como isso deve ser feito? Qual é a capacidade de países periféricos de atuar em um mercado que se desenvolve nos países centrais? Quais são os efeitos desse fenômeno para a produção de música nos vários contextos nacionais e continentais?

Considerações finais

Estamos diante de um ponto de inflexão na indústria da música, em que a pulverização do mercado refluí, e assistimos a um processo de intensa consolidação, com fusões, aquisições e falências surpreendentes.

Nessa reintermediação do mercado musical, atores como companhias telefônicas e provedores de acesso à internet desempenham papel central, e companhias independentes terão que buscar, cada vez mais, alianças estratégicas para enfrentar a chegada de grandes *players*. Na contramão, perdem terreno de forma acentuada os serviços sem laços com conglomerados da indústria midiática e, sobretudo, o rádio musical em Frequência Modulada (FM), cuja participação no bolo publicitário tende a cair ainda mais.

Nesse contexto, considerando a grande capilaridade do rádio no Brasil, há grave risco à diversidade cultural, já que os serviços de *streaming* – a despeito das facilidades oferecidas pelos agregadores de conteúdo – detêm catálogos internacionais, em que nem sempre artistas independentes locais logram obter projeção.

Em diversos mercados, os resultados dessa relação opaca já podem ser observados. Um breve olhar sobre os artistas mais acessados em plataformas digitais revela uma clara concentração dos artistas em pouquíssimos segmentos musicais, sob o controle das grandes gravadoras.

No caso brasileiro, a questão da preservação do repertório local e de sua renovação e diversificação é crucial. O país ainda detém um dos maiores índices de consumo de repertório musical doméstico do mundo²⁴, o que pode ser atestado, por exemplo, a partir da lista de músicas mais tocadas do rádio hertziano. A parada Hot100, publicada mensalmente pela Billboard Brasil e baseada nos levantamentos da Crowley Broadcast Analysis, aponta para a presença de 84 músicas brasilei-

²⁴ Segundo dados do IFPI (2012, p. 100), o repertório doméstico representou 63% das vendas oficiais de mídias físicas do país em 2011, contra 44% no México e apenas 14% na Argentina.

25 Cf. BILLBOARD. Top 100. 2016. Disponível em: <<https://www.billboard.com/charts/year-end/2016/hot-100-songs>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

26 Em ordem de classificação: Henrique & Diego (Sony), Luan Santana (Som Livre), Zé Neto & Cristiano (Som Livre), Jorge & Mateus (Som Livre), Matheus & Cauan (Universal), Henrique & Juliano (Som Livre), Paula Fernandes (Universal), Marcos & Belutti (Sony) e Leonardo (Sony/Talismã). Entende-se que a Som Livre desempenha papel de *major* no mercado brasileiro, por ser controlada pelo Grupo Globo, maior companhia de mídia do país.

27 Cf. SPOTIFY revela os artistas e músicas mais ouvidos no Brasil e no mundo em 2015. Canal Tech. 07 dez. 2015. Disponível em: <<http://canaltech.com.br/noticia/musica/spotify-revela-os-artistas-e-musicas-mais-ouvidos-no-brasil-e-no-mundo-em-2015-53979/>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

ras entre as cem mais tocadas no mês de janeiro de 2016, enquanto a estrangeira mais bem classificada (*Hello*, da cantora Adele) figurava apenas na 42a posição²⁵.

Porém, há uma clara concentração dos artistas em pouquíssimos segmentos musicais, sob controle das grandes gravadoras. Os dez primeiros colocados da listagem, por exemplo, eram todos do gênero sertanejo e ligados a *majors*²⁶. Já na listagem dos artistas mais tocados no Spotify ao longo do ano de 2015, os números eram bem menos favoráveis ao repertório doméstico, trazendo só dois representantes nacionais – as duplas sertanejas Jorge & Mateus e Henrique & Juliano (ambas da Som Livre) – entre os cinco artistas mais tocados. Na lista das artistas femininas, a única presença nacional é Anitta (Warner Music)²⁷. Mesmo reconhecendo a limitação do levantamento do Spotify, que lista apenas os cinco primeiros colocados de cada categoria, e a óbvia dificuldade em comparar uma parada mensal com uma anual, parece-nos claro que a questão da concentração econômica também pode ser percebida nesses números, assim como uma aparente valorização do repertório internacional nos serviços de *streaming*.

Como se discutiu em outra ocasião (KISCHINHEVSKY, 2013), não se deve confundir pluralidade com diversidade. O rádio musical, embora de grande capilaridade, vive também seu momento de consolidação, com o avanço de segmentos como sertanejo, gospel e pagode, numa lógica ainda regida pelos pagamentos mensais de verbas de promoção por selos fonográficos. A oferta de milhões de fonogramas, seja nos serviços de *streaming*, seja no rádio hertziano, não assegura a representatividade das listas de mais tocadas, que permanecem condicionadas por acordos comerciais bilionários, privilegiando os catálogos das grandes companhias musicais.

O acesso ubíquo à música está cada vez mais próximo da previsão do futurólogo Gerd Leonhard, para quem o fonograma se assemelha à água: não mais um produto, mas, sim, um serviço a ser fornecido (LEONHARD, 2008, p. 37). Podemos ir além e afirmar que música é hoje uma *commodity*, cujo preço (declinante) tende a se manter na casa das frações de centavos de dólar. O maior desafio é gerar valor, o que tem sido obtido pelos artistas com apresentações ao vivo e com a ação direta nas mídias sociais e, no caso dos novos e velhos intermediários da mídia sonora (serviços de *streaming* independentes, algumas poucas FMs musicais), com uma hábil curadoria de conteúdos digitais, possibilitando a construção de vínculos afetivos e, ocasionalmente, econômicos com os consumidores.

De fato, as incertezas diante da reconfiguração dos mercados de mídia sonora colocam mais questões do que respostas. Questões que deverão ser enfrentadas em pesquisas futuras, mas que suscitem debates urgentes, para auxiliar a formulação de políticas públicas.



Referências

BURKART, Patrick; MCCOURT, Tom. **Digital music wars: ownership and control of the Celestial Jukebox**. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2006.

Bustamante, Enrique. (Org.). **Hacia un nuevo sistema mundial de comunicación: las industrias culturales en la era digital**. Barcelona: Gedisa, 2003.

DANNEN, Fredric. **Hitmen: Power Brokers and Fast Money inside the Music Business**. London: Vintage Editions, 1991.

DE MARCHI, Leonardo. **A destruição criadora da indústria fonográfica brasileira, 1999-2009: dos discos físicos ao comércio digital de música**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.

_____. **Inovação nas indústrias culturais na era digital: um estudo de caso das empresas eletrônicas da indústria fonográfica brasileira**. Relatório final da pesquisa de pós-doutorado da FAPESP. São Paulo, 2015.

DIAS, Márcia Tosta. **Os donos da voz: indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura**. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2000.

FLICHY, Patrice. **Las multinacionales del audiovisual**. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.

GOLDENSTEIN, Paul. **Copyrights' highway: the law and lore of copyright from Gutenberg to the celestial jukebox**. Stanford: Stanford University Press, 1994.

HERSCHMANN, Micael. **Indústria da música em transição**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

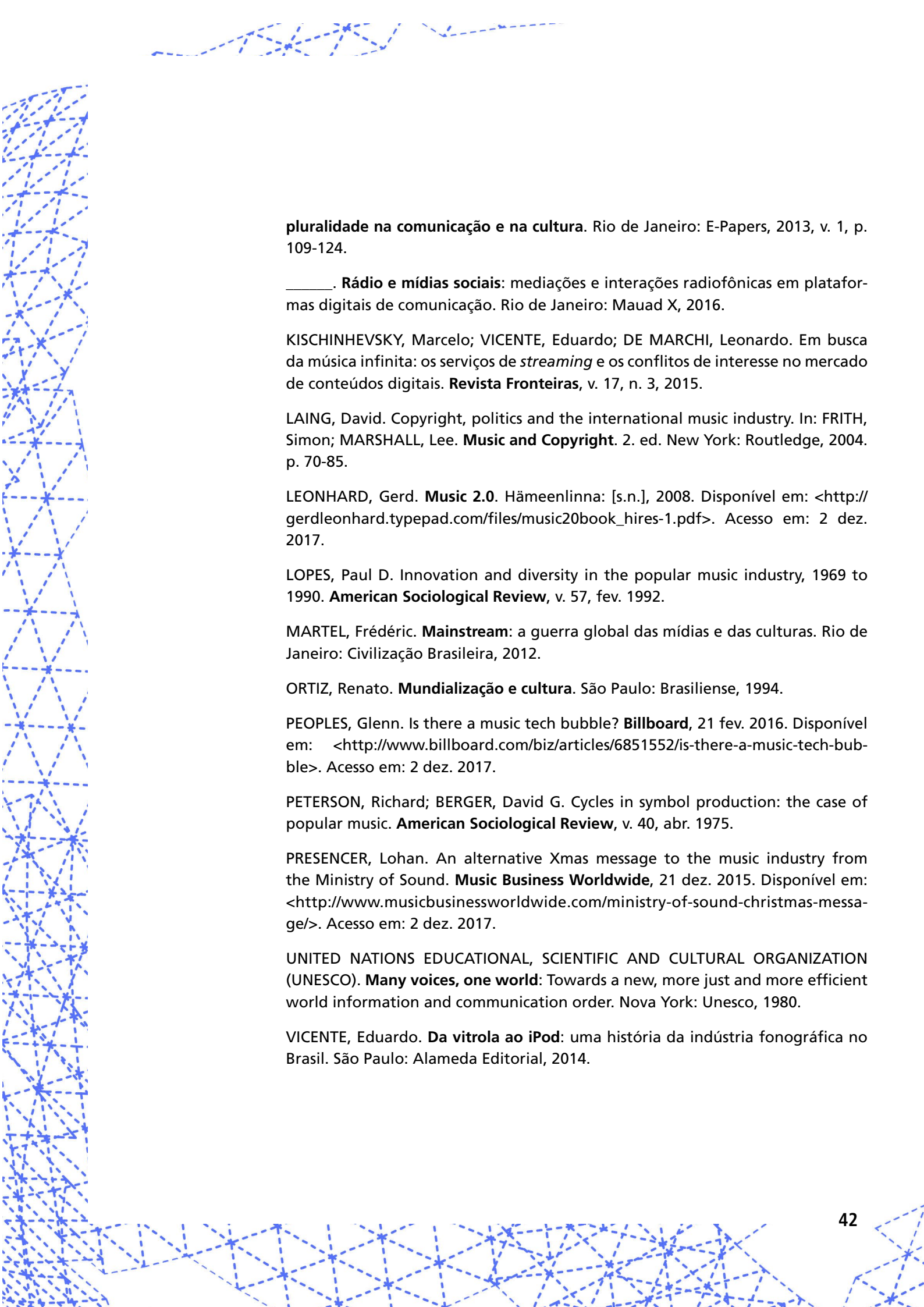
_____. (Org.). **Nas bordas e fora do mainstream musical: novas tendências da música independente no início do século XXI**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.

INTERNATIONAL FEDERATION OF THE PHONOGRAPHIC INDUSTRY (IFPI). **Digital music report 2015**. London: International Federation of Phonographic Industry, 2015.

_____. **Global Music Report 2017: Annual state of the industry**. 2017. Disponível em: <<http://www.ifpi.org/dl/?url=http://www.ifpi.org/downloads/GMR2017.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Da cultura da portabilidade à cultura do acesso: a reordenação do mercado de mídia sonora. In: CONGRESSO INTERNACIONAL IBERCOM, 14. **Anais...** São Paulo: USP, 2015, p. 6065-6073.

_____. Por qual diversidade lutar? Desafios à regulação no rádio musical brasileiro. In: DANTAS, Marcos; KISCHINHEVSKY, Marcelo. (Org.). **Políticas públicas e**



pluralidade na comunicação e na cultura. Rio de Janeiro: E-Papers, 2013, v. 1, p. 109-124.

_____. **Rádio e mídias sociais:** mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; VICENTE, Eduardo; DE MARCHI, Leonardo. Em busca da música infinita: os serviços de *streaming* e os conflitos de interesse no mercado de conteúdos digitais. **Revista Fronteiras**, v. 17, n. 3, 2015.

LAING, David. Copyright, politics and the international music industry. In: FRITH, Simon; MARSHALL, Lee. **Music and Copyright**. 2. ed. New York: Routledge, 2004. p. 70-85.

LEONHARD, Gerd. **Music 2.0.** Hämeenlinna: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://gerdleonhard.typepad.com/files/music20book_hires-1.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2017.

LOPES, Paul D. Innovation and diversity in the popular music industry, 1969 to 1990. **American Sociological Review**, v. 57, fev. 1992.

MARTEL, Frédéric. **Mainstream:** a guerra global das mídias e das culturas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEOPLES, Glenn. Is there a music tech bubble? **Billboard**, 21 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.billboard.com/biz/articles/6851552/is-there-a-music-tech-bubble>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

PETERSON, Richard; BERGER, David G. Cycles in symbol production: the case of popular music. **American Sociological Review**, v. 40, abr. 1975.

PRESENCER, Lohan. An alternative Xmas message to the music industry from the Ministry of Sound. **Music Business Worldwide**, 21 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.musicbusinessworldwide.com/ministry-of-sound-christmas-message/>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Many voices, one world:** Towards a new, more just and more efficient world information and communication order. Nova York: Unesco, 1980.

VICENTE, Eduardo. **Da vitrola ao iPod:** uma história da indústria fonográfica no Brasil. São Paulo: Alameda Editorial, 2014.

Universalização da banda larga no Brasil: formação da agenda do Programa Nacional de Banda Larga

Universalización de la banda ancha en Brasil: formación de la agenda del Programa Nacional de Banda Ancha

Universalization of broadband service in Brazil: agenda setting of National Broadband Program

Elisa Vieira Leonel

Mestre em Administração pela Universidade de Brasília.

Integrante da carreira de Especialista em Regulação de Serviços de Telecomunicações da Anatel – Brasil.

Contato: elisa.vieira.leonel@gmail.com

Artigo submetido em 05/07/2017 e aprovado em 11/08/2017.



Resumo

O artigo objetiva descrever o processo de formação da agenda de universalização da banda larga. A pergunta que norteou o trabalho foi: de que forma a política de telecomunicações incorporou a dimensão da universalização da banda larga? Foram descritas as condições antecedentes à formação da agenda que pudessem explicar de que modo se chegou à tomada de decisão, focando-se em dois aspectos: 1) condições iniciais relativas à política de telecomunicações e, de maneira mais específica, à universalização dos serviços; 2) estudo de eventos de políticas importantes para explicar a formação da agenda pesquisada.

Palavras-chave: políticas públicas; telecomunicações; universalização; banda larga.

Resumen

El artículo objetiva describir el proceso de formación de la agenda de universalización de la banda ancha. La pregunta que orientó el trabajo fue: ¿de qué forma la política de telecomunicaciones incorporó la dimensión de la universalización de la banda ancha? Se describieron las condiciones previas a la formación de la agenda que pudieran explicar de qué modo se llegó a la toma de decisión, enfocándose en dos aspectos: 1) condiciones iniciales relativas a la política de telecomunicaciones y, de manera más específica, a la universalización de telecomunicaciones; 2) estudio de eventos de políticas importantes para explicar la formación de la agenda investigada.

Palabras clave: políticas públicas; telecomunicaciones; universalización; banda ancha.

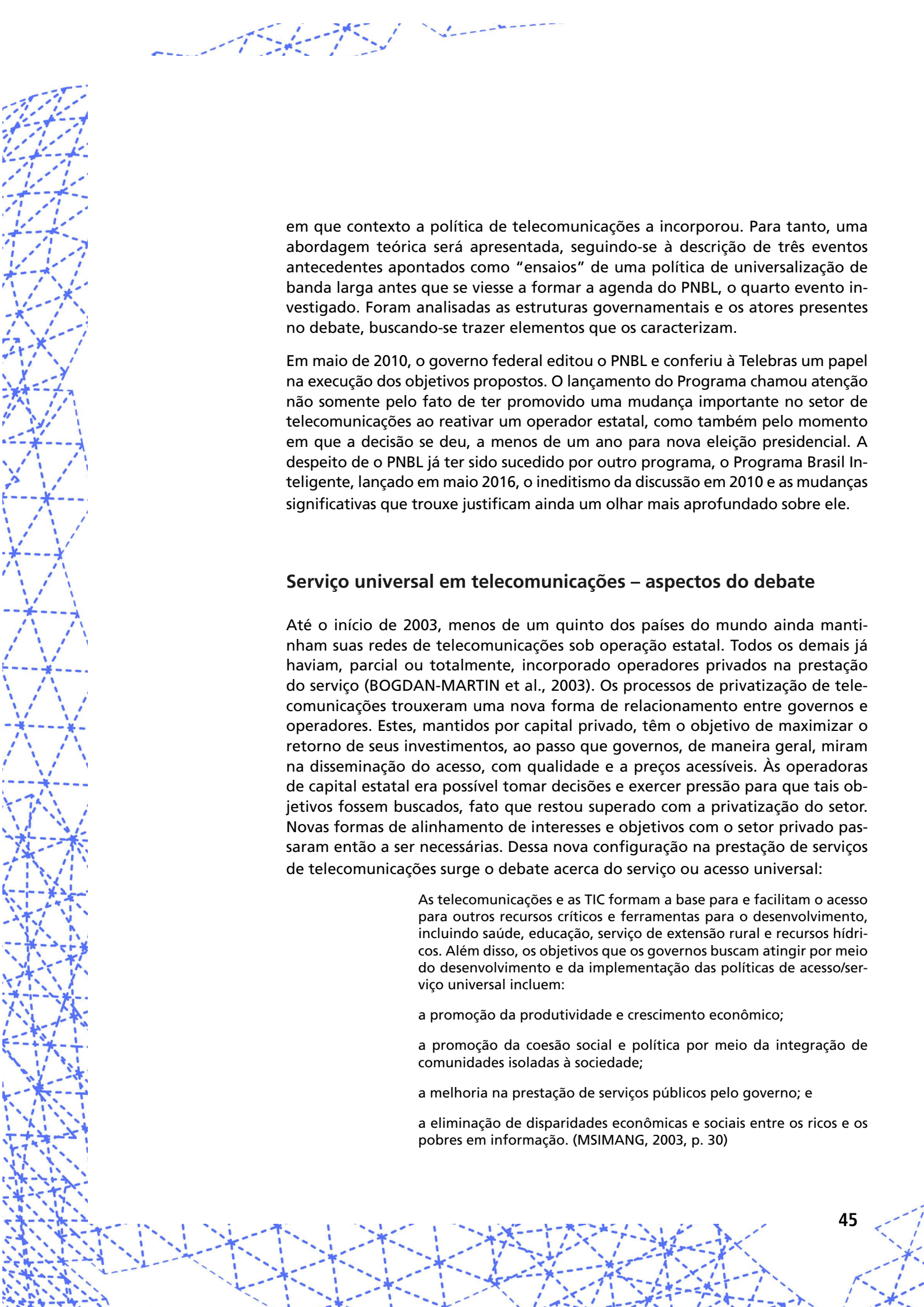
Abstract

The article aims to describe the process of agenda setting for broadband universalization. The question that guided the study was: how telecommunications policy has incorporated the dimension of universal broadband? Precedent conditions that could explain how the decision was reached were described, focusing on two aspects: 1) initial conditions related to telecommunications policy and, more specifically, the universalization of services; 2) study of important policy events to explain the researched agenda setting.

Keywords: public policies; telecommunications; universalization; broadband.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo avaliar de que forma foi constituída a agenda de universalização da banda larga no Brasil, descrevendo eventos que antecederam o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) no último ano do governo Lula. Busca elucidar elementos da formação dessa agenda e compreender de que modo e



em que contexto a política de telecomunicações a incorporou. Para tanto, uma abordagem teórica será apresentada, seguindo-se à descrição de três eventos antecedentes apontados como “ensaios” de uma política de universalização de banda larga antes que se viesse a formar a agenda do PNBL, o quarto evento investigado. Foram analisadas as estruturas governamentais e os atores presentes no debate, buscando-se trazer elementos que os caracterizam.

Em maio de 2010, o governo federal editou o PNBL e conferiu à Telebras um papel na execução dos objetivos propostos. O lançamento do Programa chamou atenção não somente pelo fato de ter promovido uma mudança importante no setor de telecomunicações ao reativar um operador estatal, como também pelo momento em que a decisão se deu, a menos de um ano para nova eleição presidencial. Apesar de o PNBL já ter sido sucedido por outro programa, o Programa Brasil Inteligente, lançado em maio 2016, o ineditismo da discussão em 2010 e as mudanças significativas que trouxe justificam ainda um olhar mais aprofundado sobre ele.

Serviço universal em telecomunicações – aspectos do debate

Até o início de 2003, menos de um quinto dos países do mundo ainda mantinham suas redes de telecomunicações sob operação estatal. Todos os demais já haviam, parcial ou totalmente, incorporado operadores privados na prestação do serviço (BOGDAN-MARTIN et al., 2003). Os processos de privatização de telecomunicações trouxeram uma nova forma de relacionamento entre governos e operadores. Estes, mantidos por capital privado, têm o objetivo de maximizar o retorno de seus investimentos, ao passo que governos, de maneira geral, miram na disseminação do acesso, com qualidade e a preços acessíveis. Às operadoras de capital estatal era possível tomar decisões e exercer pressão para que tais objetivos fossem buscados, fato que restou superado com a privatização do setor. Novas formas de alinhamento de interesses e objetivos com o setor privado passaram então a ser necessárias. Dessa nova configuração na prestação de serviços de telecomunicações surge o debate acerca do serviço ou acesso universal:

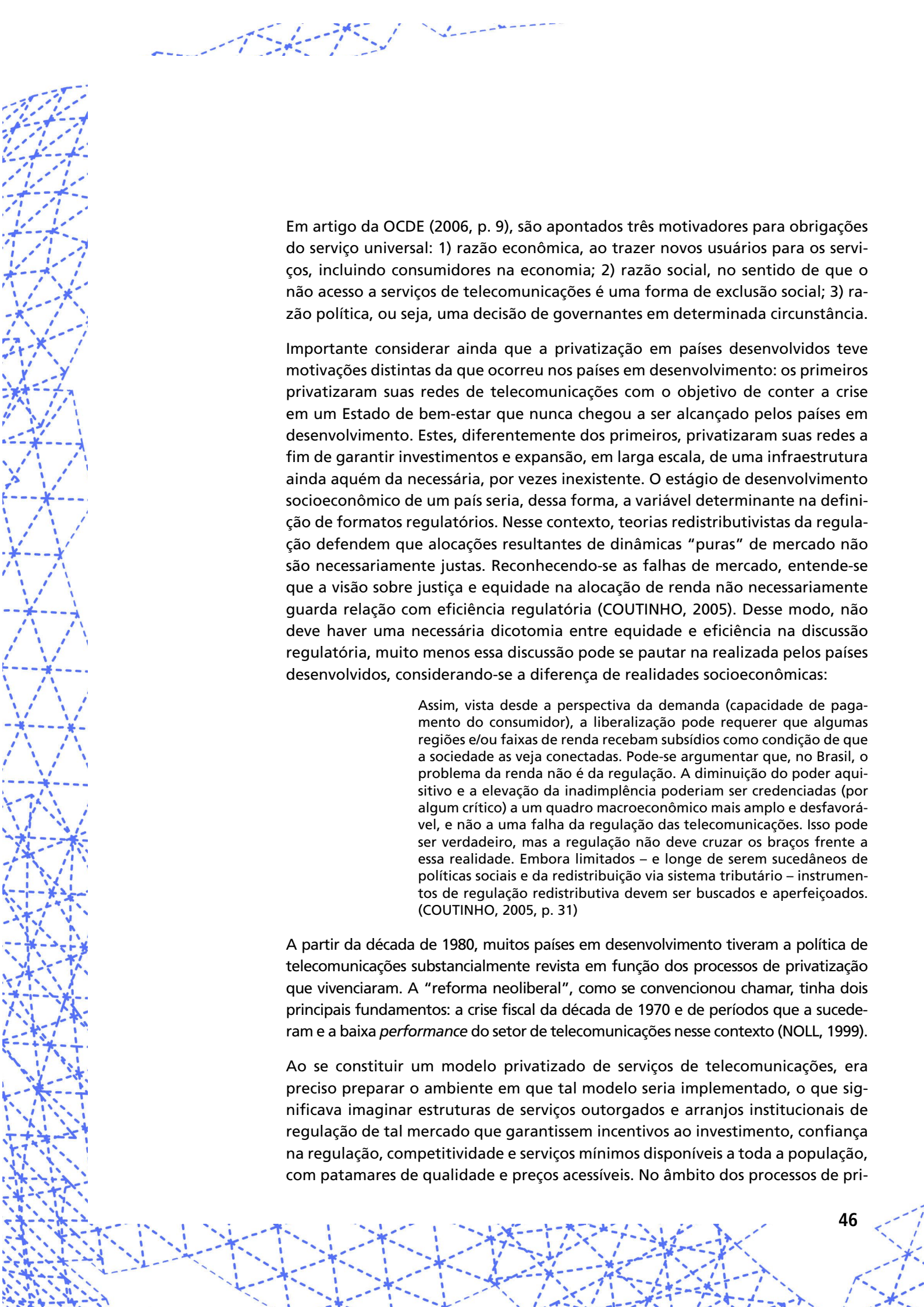
As telecomunicações e as TIC formam a base para e facilitam o acesso para outros recursos críticos e ferramentas para o desenvolvimento, incluindo saúde, educação, serviço de extensão rural e recursos hídricos. Além disso, os objetivos que os governos buscam atingir por meio do desenvolvimento e da implementação das políticas de acesso/serviço universal incluem:

a promoção da produtividade e crescimento econômico;

a promoção da coesão social e política por meio da integração de comunidades isoladas à sociedade;

a melhoria na prestação de serviços públicos pelo governo; e

a eliminação de disparidades econômicas e sociais entre os ricos e os pobres em informação. (MSIMANG, 2003, p. 30)



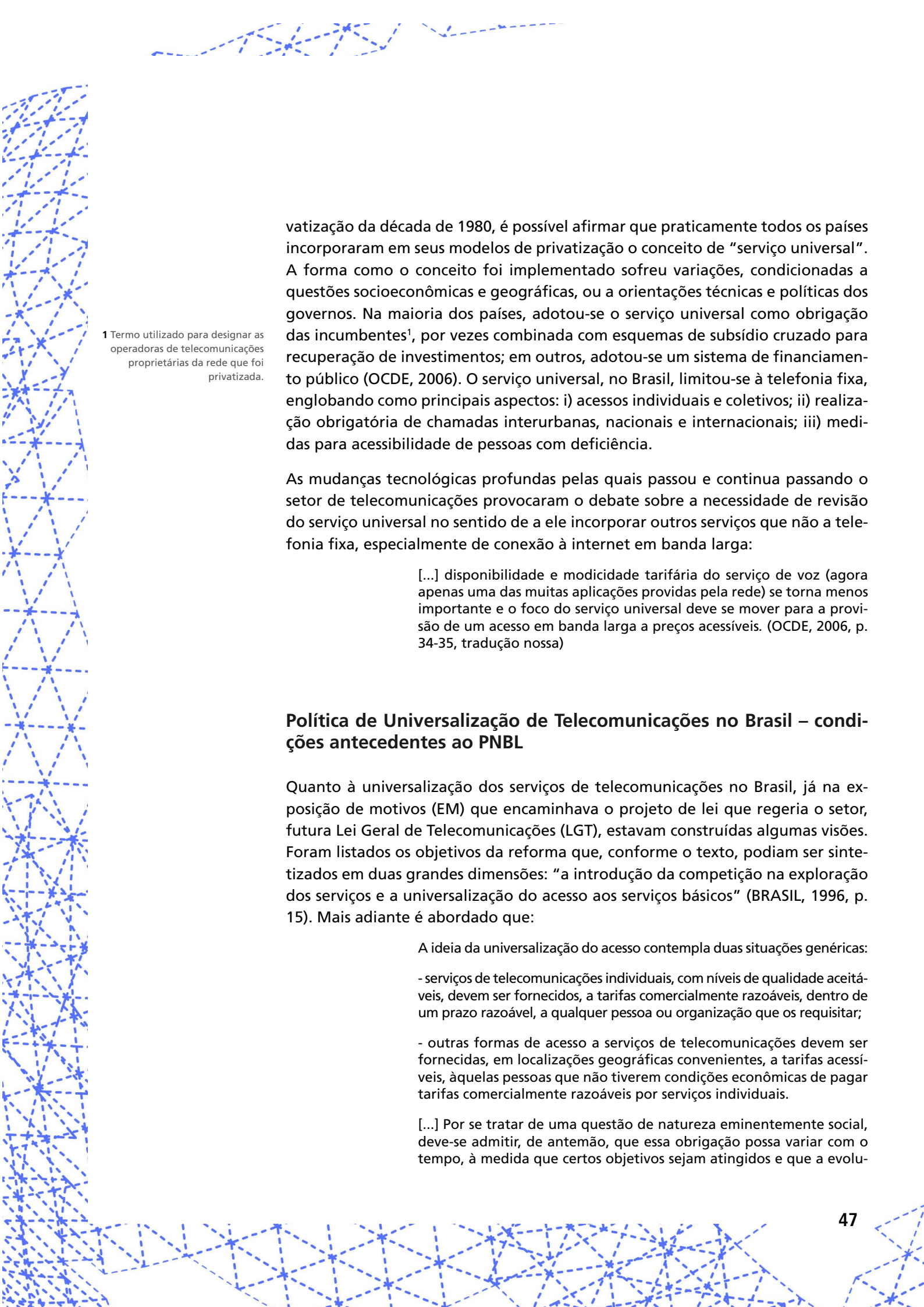
Em artigo da OCDE (2006, p. 9), são apontados três motivadores para obrigações do serviço universal: 1) razão econômica, ao trazer novos usuários para os serviços, incluindo consumidores na economia; 2) razão social, no sentido de que o não acesso a serviços de telecomunicações é uma forma de exclusão social; 3) razão política, ou seja, uma decisão de governantes em determinada circunstância.

Importante considerar ainda que a privatização em países desenvolvidos teve motivações distintas da que ocorreu nos países em desenvolvimento: os primeiros privatizaram suas redes de telecomunicações com o objetivo de conter a crise em um Estado de bem-estar que nunca chegou a ser alcançado pelos países em desenvolvimento. Estes, diferentemente dos primeiros, privatizaram suas redes a fim de garantir investimentos e expansão, em larga escala, de uma infraestrutura ainda aquém da necessária, por vezes inexistente. O estágio de desenvolvimento socioeconômico de um país seria, dessa forma, a variável determinante na definição de formatos regulatórios. Nesse contexto, teorias redistributivistas da regulação defendem que alocações resultantes de dinâmicas “puras” de mercado não são necessariamente justas. Reconhecendo-se as falhas de mercado, entende-se que a visão sobre justiça e equidade na alocação de renda não necessariamente guarda relação com eficiência regulatória (COUTINHO, 2005). Desse modo, não deve haver uma necessária dicotomia entre equidade e eficiência na discussão regulatória, muito menos essa discussão pode se pautar na realizada pelos países desenvolvidos, considerando-se a diferença de realidades socioeconômicas:

Assim, vista desde a perspectiva da demanda (capacidade de pagamento do consumidor), a liberalização pode requerer que algumas regiões e/ou faixas de renda recebam subsídios como condição de que a sociedade as veja conectadas. Pode-se argumentar que, no Brasil, o problema da renda não é da regulação. A diminuição do poder aquisitivo e a elevação da inadimplência poderiam ser credenciadas (por algum crítico) a um quadro macroeconômico mais amplo e desfavorável, e não a uma falha da regulação das telecomunicações. Isso pode ser verdadeiro, mas a regulação não deve cruzar os braços frente a essa realidade. Embora limitados – e longe de serem sucedâneos de políticas sociais e da redistribuição via sistema tributário – instrumentos de regulação redistributiva devem ser buscados e aperfeiçoados. (COUTINHO, 2005, p. 31)

A partir da década de 1980, muitos países em desenvolvimento tiveram a política de telecomunicações substancialmente revista em função dos processos de privatização que vivenciaram. A “reforma neoliberal”, como se convencionou chamar, tinha dois principais fundamentos: a crise fiscal da década de 1970 e de períodos que a sucederam e a baixa *performance* do setor de telecomunicações nesse contexto (NOLL, 1999).

Ao se constituir um modelo privatizado de serviços de telecomunicações, era preciso preparar o ambiente em que tal modelo seria implementado, o que significava imaginar estruturas de serviços outorgados e arranjos institucionais de regulação de tal mercado que garantissem incentivos ao investimento, confiança na regulação, competitividade e serviços mínimos disponíveis a toda a população, com patamares de qualidade e preços acessíveis. No âmbito dos processos de pri-



¹ Termo utilizado para designar as operadoras de telecomunicações proprietárias da rede que foi privatizada.

vatização da década de 1980, é possível afirmar que praticamente todos os países incorporaram em seus modelos de privatização o conceito de “serviço universal”. A forma como o conceito foi implementado sofreu variações, condicionadas a questões socioeconômicas e geográficas, ou a orientações técnicas e políticas dos governos. Na maioria dos países, adotou-se o serviço universal como obrigação das incumbentes¹, por vezes combinada com esquemas de subsídio cruzado para recuperação de investimentos; em outros, adotou-se um sistema de financiamento público (OCDE, 2006). O serviço universal, no Brasil, limitou-se à telefonia fixa, englobando como principais aspectos: i) acessos individuais e coletivos; ii) realização obrigatória de chamadas interurbanas, nacionais e internacionais; iii) medidas para acessibilidade de pessoas com deficiência.

As mudanças tecnológicas profundas pelas quais passou e continua passando o setor de telecomunicações provocaram o debate sobre a necessidade de revisão do serviço universal no sentido de a ele incorporar outros serviços que não a telefonia fixa, especialmente de conexão à internet em banda larga:

[...] disponibilidade e modicidade tarifária do serviço de voz (agora apenas uma das muitas aplicações providas pela rede) se torna menos importante e o foco do serviço universal deve se mover para a provisão de um acesso em banda larga a preços acessíveis. (OCDE, 2006, p. 34-35, tradução nossa)

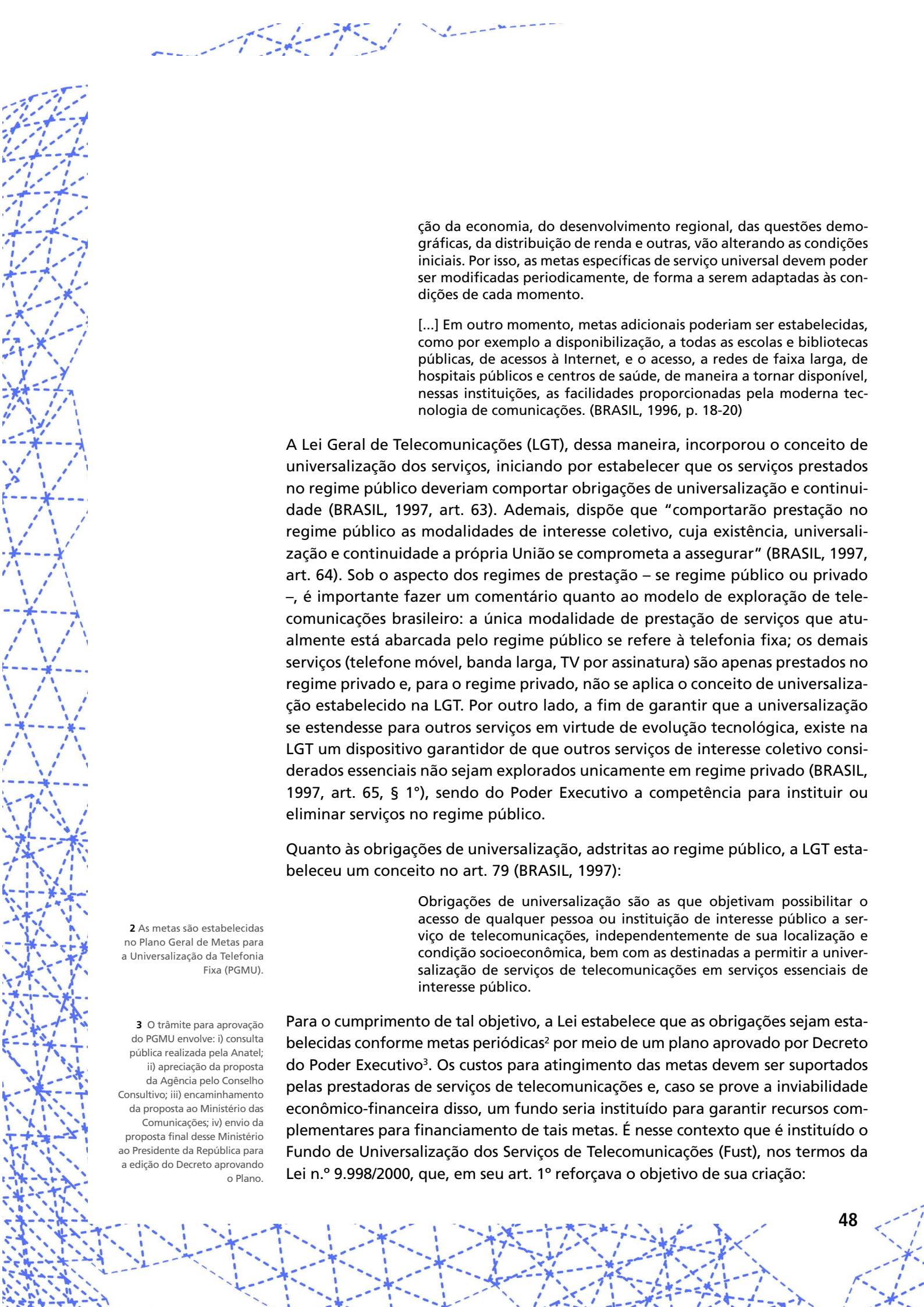
Política de Universalização de Telecomunicações no Brasil – condições antecedentes ao PNBL

Quanto à universalização dos serviços de telecomunicações no Brasil, já na exposição de motivos (EM) que encaminhava o projeto de lei que regeria o setor, futura Lei Geral de Telecomunicações (LGT), estavam construídas algumas visões. Foram listados os objetivos da reforma que, conforme o texto, podiam ser sintetizados em duas grandes dimensões: “a introdução da competição na exploração dos serviços e a universalização do acesso aos serviços básicos” (BRASIL, 1996, p. 15). Mais adiante é abordado que:

A ideia da universalização do acesso contempla duas situações genéricas:

- serviços de telecomunicações individuais, com níveis de qualidade aceitáveis, devem ser fornecidos, a tarifas comercialmente razoáveis, dentro de um prazo razoável, a qualquer pessoa ou organização que os requisitar;
- outras formas de acesso a serviços de telecomunicações devem ser fornecidas, em localizações geográficas convenientes, a tarifas acessíveis, àquelas pessoas que não tiverem condições econômicas de pagar tarifas comercialmente razoáveis por serviços individuais.

[...] Por se tratar de uma questão de natureza eminentemente social, deve-se admitir, de antemão, que essa obrigação possa variar com o tempo, à medida que certos objetivos sejam atingidos e que a evolu-



ção da economia, do desenvolvimento regional, das questões demográficas, da distribuição de renda e outras, vão alterando as condições iniciais. Por isso, as metas específicas de serviço universal devem poder ser modificadas periodicamente, de forma a serem adaptadas às condições de cada momento.

[...] Em outro momento, metas adicionais poderiam ser estabelecidas, como por exemplo a disponibilização, a todas as escolas e bibliotecas públicas, de acessos à Internet, e o acesso, a redes de faixa larga, de hospitais públicos e centros de saúde, de maneira a tornar disponível, nessas instituições, as facilidades proporcionadas pela moderna tecnologia de comunicações. (BRASIL, 1996, p. 18-20)

A Lei Geral de Telecomunicações (LGT), dessa maneira, incorporou o conceito de universalização dos serviços, iniciando por estabelecer que os serviços prestados no regime público deveriam comportar obrigações de universalização e continuidade (BRASIL, 1997, art. 63). Ademais, dispõe que “comportarão prestação no regime público as modalidades de interesse coletivo, cuja existência, universalização e continuidade a própria União se comprometa a assegurar” (BRASIL, 1997, art. 64). Sob o aspecto dos regimes de prestação – se regime público ou privado –, é importante fazer um comentário quanto ao modelo de exploração de telecomunicações brasileiro: a única modalidade de prestação de serviços que atualmente está abrangida pelo regime público se refere à telefonia fixa; os demais serviços (telefone móvel, banda larga, TV por assinatura) são apenas prestados no regime privado e, para o regime privado, não se aplica o conceito de universalização estabelecido na LGT. Por outro lado, a fim de garantir que a universalização se estendesse para outros serviços em virtude de evolução tecnológica, existe na LGT um dispositivo garantidor de que outros serviços de interesse coletivo considerados essenciais não sejam explorados unicamente em regime privado (BRASIL, 1997, art. 65, § 1º), sendo do Poder Executivo a competência para instituir ou eliminar serviços no regime público.

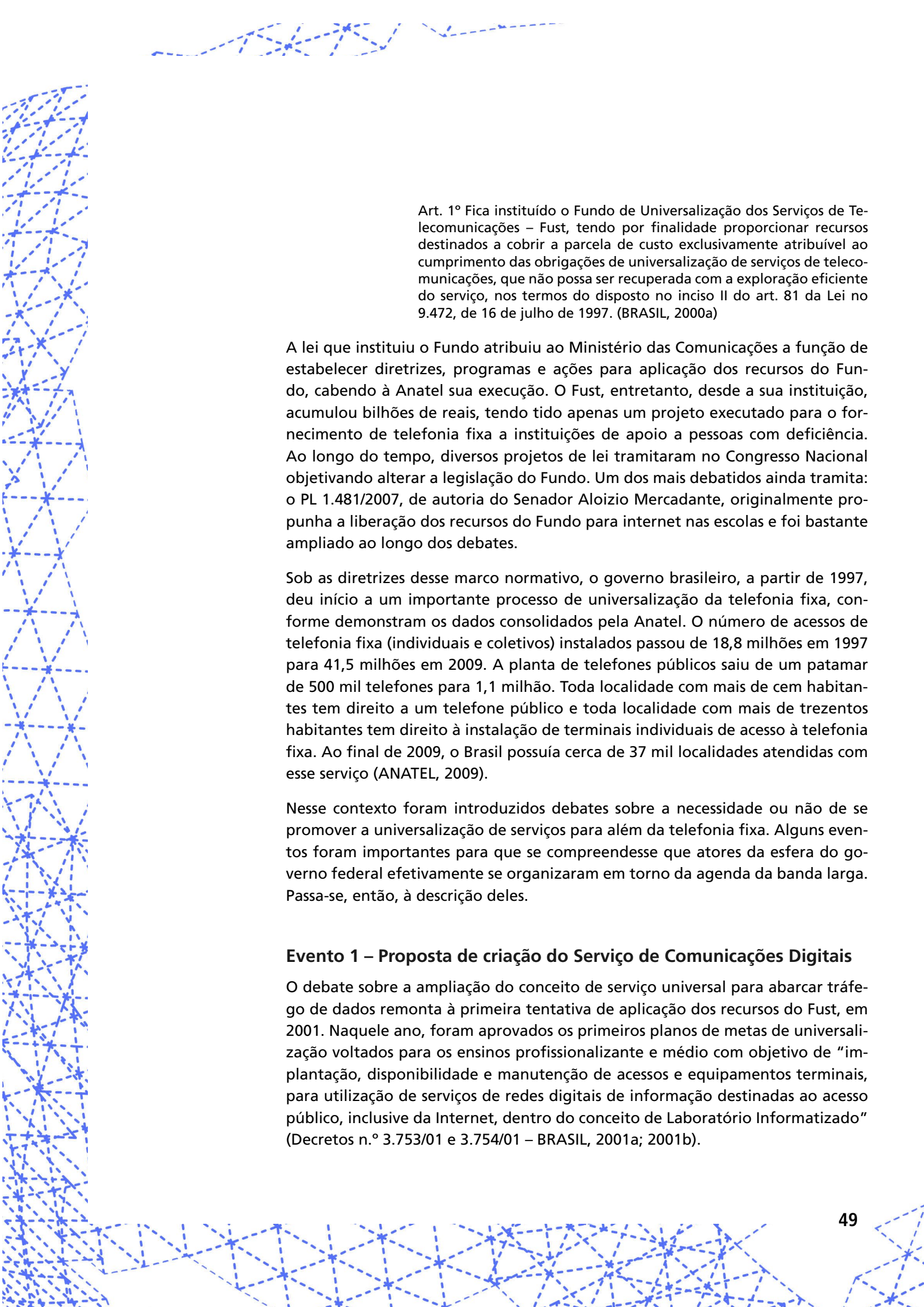
Quanto às obrigações de universalização, adstritas ao regime público, a LGT estabeleceu um conceito no art. 79 (BRASIL, 1997):

Obrigações de universalização são as que objetivam possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviço de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição socioeconômica, bem com as destinadas a permitir a universalização de serviços de telecomunicações em serviços essenciais de interesse público.

Para o cumprimento de tal objetivo, a Lei estabelece que as obrigações sejam estabelecidas conforme metas periódicas² por meio de um plano aprovado por Decreto do Poder Executivo³. Os custos para atingimento das metas devem ser suportados pelas prestadoras de serviços de telecomunicações e, caso se prove a inviabilidade econômico-financeira disso, um fundo seria instituído para garantir recursos complementares para financiamento de tais metas. É nesse contexto que é instituído o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), nos termos da Lei n.º 9.998/2000, que, em seu art. 1º reforçava o objetivo de sua criação:

2 As metas são estabelecidas no Plano Geral de Metas para a Universalização da Telefonia Fixa (PGMU).

3 O trâmite para aprovação do PGMU envolve: i) consulta pública realizada pela Anatel; ii) apreciação da proposta da Agência pelo Conselho Consultivo; iii) encaminhamento da proposta ao Ministério das Comunicações; iv) envio da proposta final desse Ministério ao Presidente da República para a edição do Decreto aprovando o Plano.



Art. 1º Fica instituído o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust, tendo por finalidade proporcionar recursos destinados a cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, nos termos do disposto no inciso II do art. 81 da Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997. (BRASIL, 2000a)

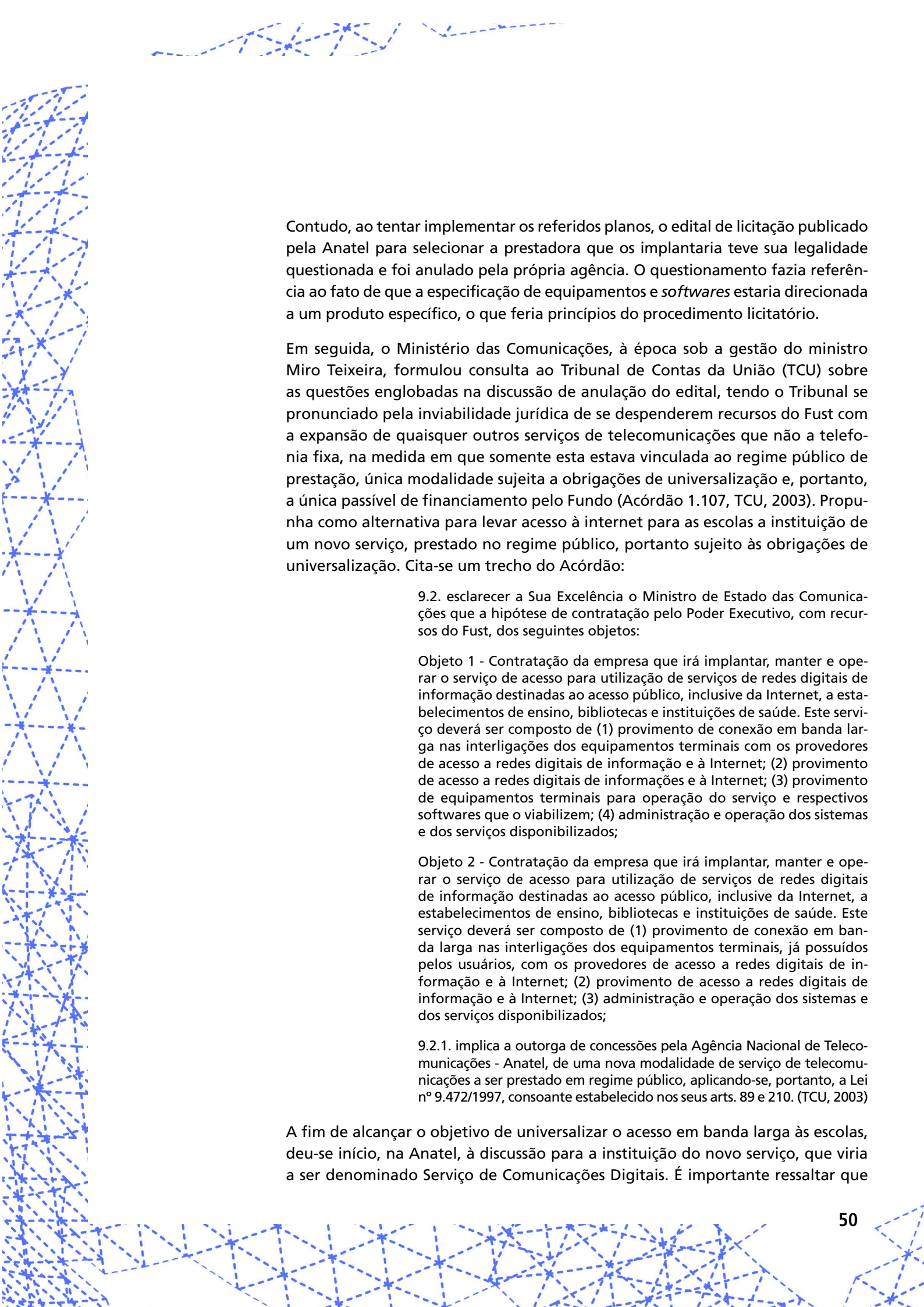
A lei que instituiu o Fundo atribuiu ao Ministério das Comunicações a função de estabelecer diretrizes, programas e ações para aplicação dos recursos do Fundo, cabendo à Anatel sua execução. O Fust, entretanto, desde a sua instituição, acumulou bilhões de reais, tendo tido apenas um projeto executado para o fornecimento de telefonia fixa a instituições de apoio a pessoas com deficiência. Ao longo do tempo, diversos projetos de lei tramitaram no Congresso Nacional objetivando alterar a legislação do Fundo. Um dos mais debatidos ainda tramita: o PL 1.481/2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, originalmente propunha a liberação dos recursos do Fundo para internet nas escolas e foi bastante ampliado ao longo dos debates.

Sob as diretrizes desse marco normativo, o governo brasileiro, a partir de 1997, deu início a um importante processo de universalização da telefonia fixa, conforme demonstram os dados consolidados pela Anatel. O número de acessos de telefonia fixa (individuais e coletivos) instalados passou de 18,8 milhões em 1997 para 41,5 milhões em 2009. A planta de telefones públicos saiu de um patamar de 500 mil telefones para 1,1 milhão. Toda localidade com mais de cem habitantes tem direito a um telefone público e toda localidade com mais de trezentos habitantes tem direito à instalação de terminais individuais de acesso à telefonia fixa. Ao final de 2009, o Brasil possuía cerca de 37 mil localidades atendidas com esse serviço (ANATEL, 2009).

Nesse contexto foram introduzidos debates sobre a necessidade ou não de se promover a universalização de serviços para além da telefonia fixa. Alguns eventos foram importantes para que se compreendesse que atores da esfera do governo federal efetivamente se organizaram em torno da agenda da banda larga. Passa-se, então, à descrição deles.

Evento 1 – Proposta de criação do Serviço de Comunicações Digitais

O debate sobre a ampliação do conceito de serviço universal para abarcar tráfego de dados remonta à primeira tentativa de aplicação dos recursos do Fust, em 2001. Naquele ano, foram aprovados os primeiros planos de metas de universalização voltados para os ensinos profissionalizante e médio com objetivo de “implantação, disponibilidade e manutenção de acessos e equipamentos terminais, para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da Internet, dentro do conceito de Laboratório Informatizado” (Decretos n.º 3.753/01 e 3.754/01 – BRASIL, 2001a; 2001b).



Contudo, ao tentar implementar os referidos planos, o edital de licitação publicado pela Anatel para selecionar a prestadora que os implantaria teve sua legalidade questionada e foi anulado pela própria agência. O questionamento fazia referência ao fato de que a especificação de equipamentos e *softwares* estaria direcionada a um produto específico, o que feria princípios do procedimento licitatório.

Em seguida, o Ministério das Comunicações, à época sob a gestão do ministro Miro Teixeira, formulou consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as questões englobadas na discussão de anulação do edital, tendo o Tribunal se pronunciado pela inviabilidade jurídica de se despendermos recursos do Fust com a expansão de quaisquer outros serviços de telecomunicações que não a telefonia fixa, na medida em que somente esta estava vinculada ao regime público de prestação, única modalidade sujeita a obrigações de universalização e, portanto, a única passível de financiamento pelo Fundo (Acórdão 1.107, TCU, 2003). Propunha como alternativa para levar acesso à internet para as escolas a instituição de um novo serviço, prestado no regime público, portanto sujeito às obrigações de universalização. Cita-se um trecho do Acórdão:

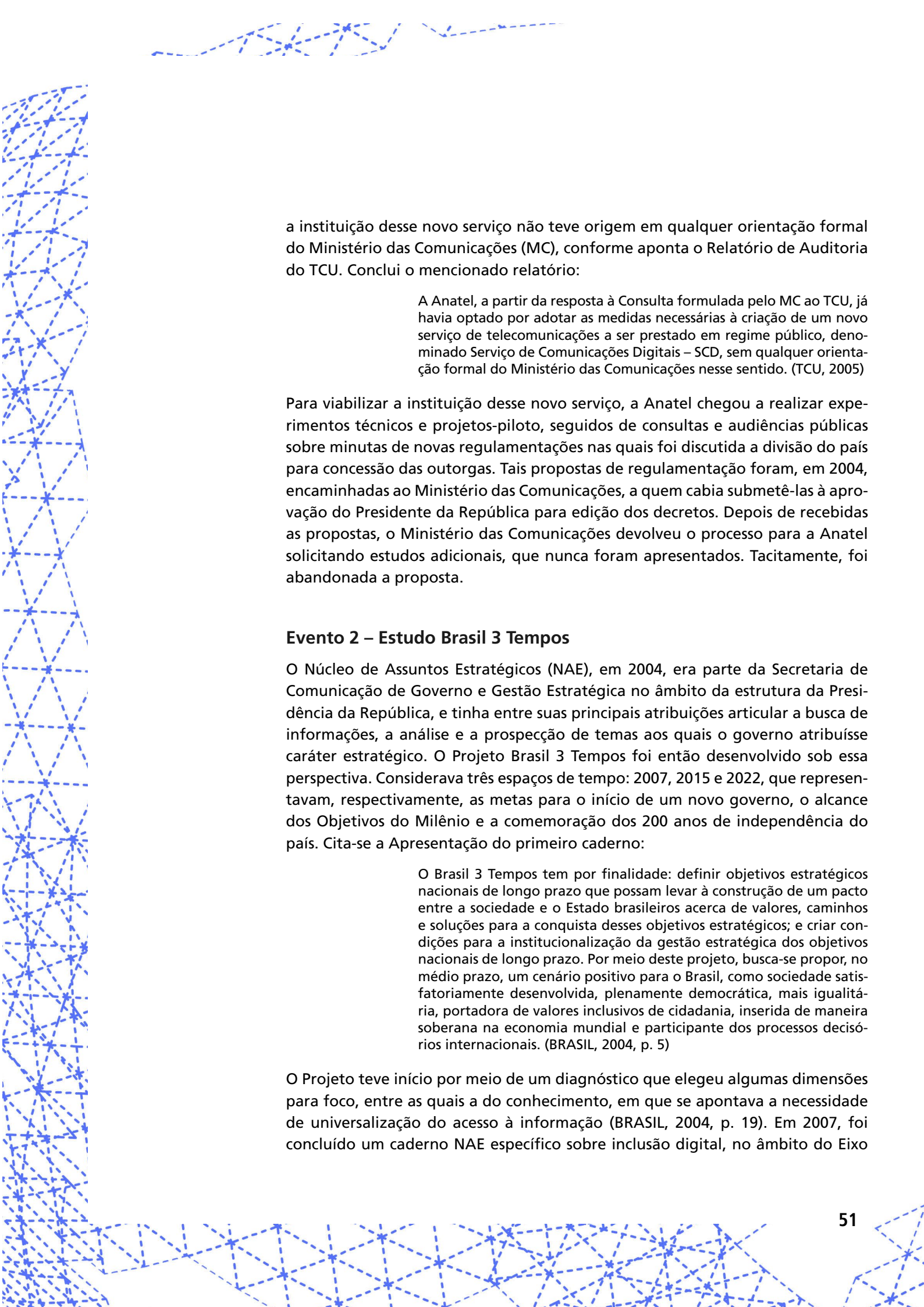
9.2. esclarecer a Sua Excelência o Ministro de Estado das Comunicações que a hipótese de contratação pelo Poder Executivo, com recursos do Fust, dos seguintes objetos:

Objeto 1 - Contratação da empresa que irá implantar, manter e operar o serviço de acesso para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da Internet, a estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde. Este serviço deverá ser composto de (1) provimento de conexão em banda larga nas interligações dos equipamentos terminais com os provedores de acesso a redes digitais de informação e à Internet; (2) provimento de acesso a redes digitais de informações e à Internet; (3) provimento de equipamentos terminais para operação do serviço e respectivos softwares que o viabilizem; (4) administração e operação dos sistemas e dos serviços disponibilizados;

Objeto 2 - Contratação da empresa que irá implantar, manter e operar o serviço de acesso para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da Internet, a estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde. Este serviço deverá ser composto de (1) provimento de conexão em banda larga nas interligações dos equipamentos terminais, já possuídos pelos usuários, com os provedores de acesso a redes digitais de informação e à Internet; (2) provimento de acesso a redes digitais de informação e à Internet; (3) administração e operação dos sistemas e dos serviços disponibilizados;

9.2.1. implica a outorga de concessões pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, de uma nova modalidade de serviço de telecomunicações a ser prestado em regime público, aplicando-se, portanto, a Lei nº 9.472/1997, consoante estabelecido nos seus arts. 89 e 210. (TCU, 2003)

A fim de alcançar o objetivo de universalizar o acesso em banda larga às escolas, deu-se início, na Anatel, à discussão para a instituição do novo serviço, que viria a ser denominado Serviço de Comunicações Digitais. É importante ressaltar que



a instituição desse novo serviço não teve origem em qualquer orientação formal do Ministério das Comunicações (MC), conforme aponta o Relatório de Auditoria do TCU. Conclui o mencionado relatório:

A Anatel, a partir da resposta à Consulta formulada pelo MC ao TCU, já havia optado por adotar as medidas necessárias à criação de um novo serviço de telecomunicações a ser prestado em regime público, denominado Serviço de Comunicações Digitais – SCD, sem qualquer orientação formal do Ministério das Comunicações nesse sentido. (TCU, 2005)

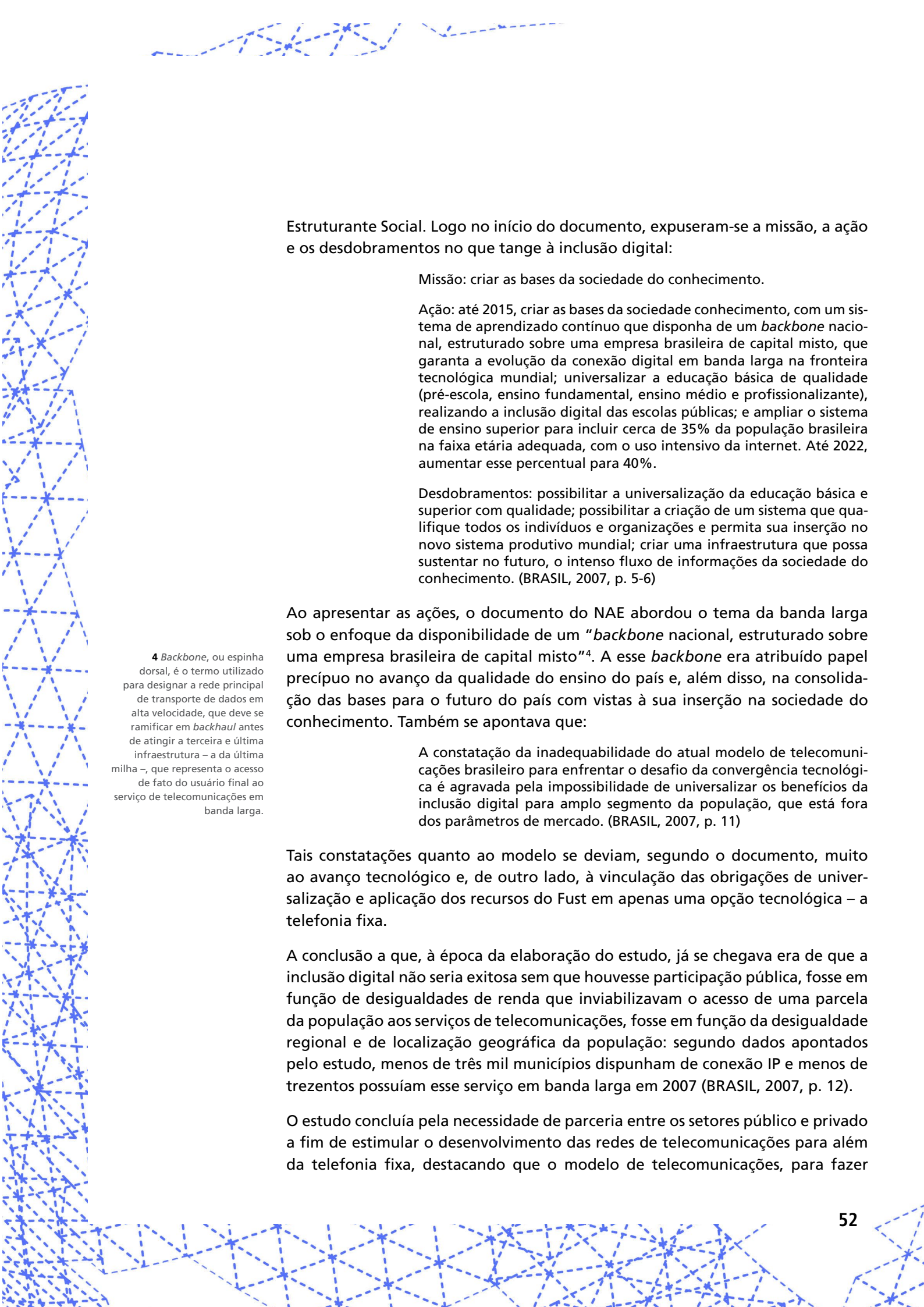
Para viabilizar a instituição desse novo serviço, a Anatel chegou a realizar experimentos técnicos e projetos-piloto, seguidos de consultas e audiências públicas sobre minutas de novas regulamentações nas quais foi discutida a divisão do país para concessão das outorgas. Tais propostas de regulamentação foram, em 2004, encaminhadas ao Ministério das Comunicações, a quem cabia submetê-las à aprovação do Presidente da República para edição dos decretos. Depois de recebidas as propostas, o Ministério das Comunicações devolveu o processo para a Anatel solicitando estudos adicionais, que nunca foram apresentados. Tacitamente, foi abandonada a proposta.

Evento 2 – Estudo Brasil 3 Tempos

O Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE), em 2004, era parte da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica no âmbito da estrutura da Presidência da República, e tinha entre suas principais atribuições articular a busca de informações, a análise e a prospecção de temas aos quais o governo atribuisse caráter estratégico. O Projeto Brasil 3 Tempos foi então desenvolvido sob essa perspectiva. Considerava três espaços de tempo: 2007, 2015 e 2022, que representavam, respectivamente, as metas para o início de um novo governo, o alcance dos Objetivos do Milênio e a comemoração dos 200 anos de independência do país. Cita-se a Apresentação do primeiro caderno:

O Brasil 3 Tempos tem por finalidade: definir objetivos estratégicos nacionais de longo prazo que possam levar à construção de um pacto entre a sociedade e o Estado brasileiros acerca de valores, caminhos e soluções para a conquista desses objetivos estratégicos; e criar condições para a institucionalização da gestão estratégica dos objetivos nacionais de longo prazo. Por meio deste projeto, busca-se propor, no médio prazo, um cenário positivo para o Brasil, como sociedade satisfatoriamente desenvolvida, plenamente democrática, mais igualitária, portadora de valores inclusivos de cidadania, inserida de maneira soberana na economia mundial e participante dos processos decisórios internacionais. (BRASIL, 2004, p. 5)

O Projeto teve início por meio de um diagnóstico que elegeu algumas dimensões para foco, entre as quais a do conhecimento, em que se apontava a necessidade de universalização do acesso à informação (BRASIL, 2004, p. 19). Em 2007, foi concluído um caderno NAE específico sobre inclusão digital, no âmbito do Eixo



4 *Backbone*, ou espinha dorsal, é o termo utilizado para designar a rede principal de transporte de dados em alta velocidade, que deve se ramificar em *backhaul* antes de atingir a terceira e última infraestrutura – a da última milha –, que representa o acesso de fato do usuário final ao serviço de telecomunicações em banda larga.

Estruturante Social. Logo no início do documento, expuseram-se a missão, a ação e os desdobramentos no que tange à inclusão digital:

Missão: criar as bases da sociedade do conhecimento.

Ação: até 2015, criar as bases da sociedade conhecimento, com um sistema de aprendizado contínuo que disponha de um *backbone* nacional, estruturado sobre uma empresa brasileira de capital misto, que garanta a evolução da conexão digital em banda larga na fronteira tecnológica mundial; universalizar a educação básica de qualidade (pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e profissionalizante), realizando a inclusão digital das escolas públicas; e ampliar o sistema de ensino superior para incluir cerca de 35% da população brasileira na faixa etária adequada, com o uso intenso da internet. Até 2022, aumentar esse percentual para 40%.

Desdobramentos: possibilitar a universalização da educação básica e superior com qualidade; possibilitar a criação de um sistema que qualifique todos os indivíduos e organizações e permita sua inserção no novo sistema produtivo mundial; criar uma infraestrutura que possa sustentar no futuro, o intenso fluxo de informações da sociedade do conhecimento. (BRASIL, 2007, p. 5-6)

Ao apresentar as ações, o documento do NAE abordou o tema da banda larga sob o enfoque da disponibilidade de um “*backbone* nacional, estruturado sobre uma empresa brasileira de capital misto”⁴. A esse *backbone* era atribuído papel precípua no avanço da qualidade do ensino do país e, além disso, na consolidação das bases para o futuro do país com vistas à sua inserção na sociedade do conhecimento. Também se apontava que:

A constatação da inadequabilidade do atual modelo de telecomunicações brasileiro para enfrentar o desafio da convergência tecnológica é agravada pela impossibilidade de universalizar os benefícios da inclusão digital para amplo segmento da população, que está fora dos parâmetros de mercado. (BRASIL, 2007, p. 11)

Tais constatações quanto ao modelo se deviam, segundo o documento, muito ao avanço tecnológico e, de outro lado, à vinculação das obrigações de universalização e aplicação dos recursos do Fust em apenas uma opção tecnológica – a telefonia fixa.

A conclusão a que, à época da elaboração do estudo, já se chegava era de que a inclusão digital não seria exitosa sem que houvesse participação pública, fosse em função de desigualdades de renda que inviabilizavam o acesso de uma parcela da população aos serviços de telecomunicações, fosse em função da desigualdade regional e de localização geográfica da população: segundo dados apontados pelo estudo, menos de três mil municípios dispunham de conexão IP e menos de trezentos possuíam esse serviço em banda larga em 2007 (BRASIL, 2007, p. 12).

O estudo concluía pela necessidade de parceria entre os setores público e privado a fim de estimular o desenvolvimento das redes de telecomunicações para além da telefonia fixa, destacando que o modelo de telecomunicações, para fazer

5 Para as demais macrofunções do sistema, consultar BRASIL, 2007, p. 19.

frente à exclusão e às desigualdades então constatadas, deveria possibilitar a coexistência de duas lógicas distintas: uma de mercado, nas áreas e para os usuários em que a prestação de serviços de telecomunicações possuísse equilíbrio econômico-financeiro, e outra que contemplasse o segmento marginalizado da população, com necessária atuação do poder público (BRASIL, 2007, p. 17).

Na terceira parte do estudo, foram apresentadas as dimensões para inclusão digital nas escolas públicas. Tais dimensões foram agregadas em “macrofunções” de um sistema. Uma das macrofunções referia-se à conexão de internet para as escolas públicas⁵. Ao detalhar como a conexão à internet poderia ser viabilizada, novamente o estudo apresentou a ideia de uma empresa de capital misto para a construção do *backbone* nacional, ao passo que o acesso para o usuário final, ou a última milha, seria prestado por empresas privadas.

A gestão do *backbone* nacional seria atribuída a uma empresa de capital misto, cujo modelo poderá ser o de uma Empresa de Propósito Específico, conforme previsto na Lei de Inovação. Essa empresa, com representação do Governo Federal e de empresas privadas, prestaria serviços de conexão a todos os municípios brasileiros.

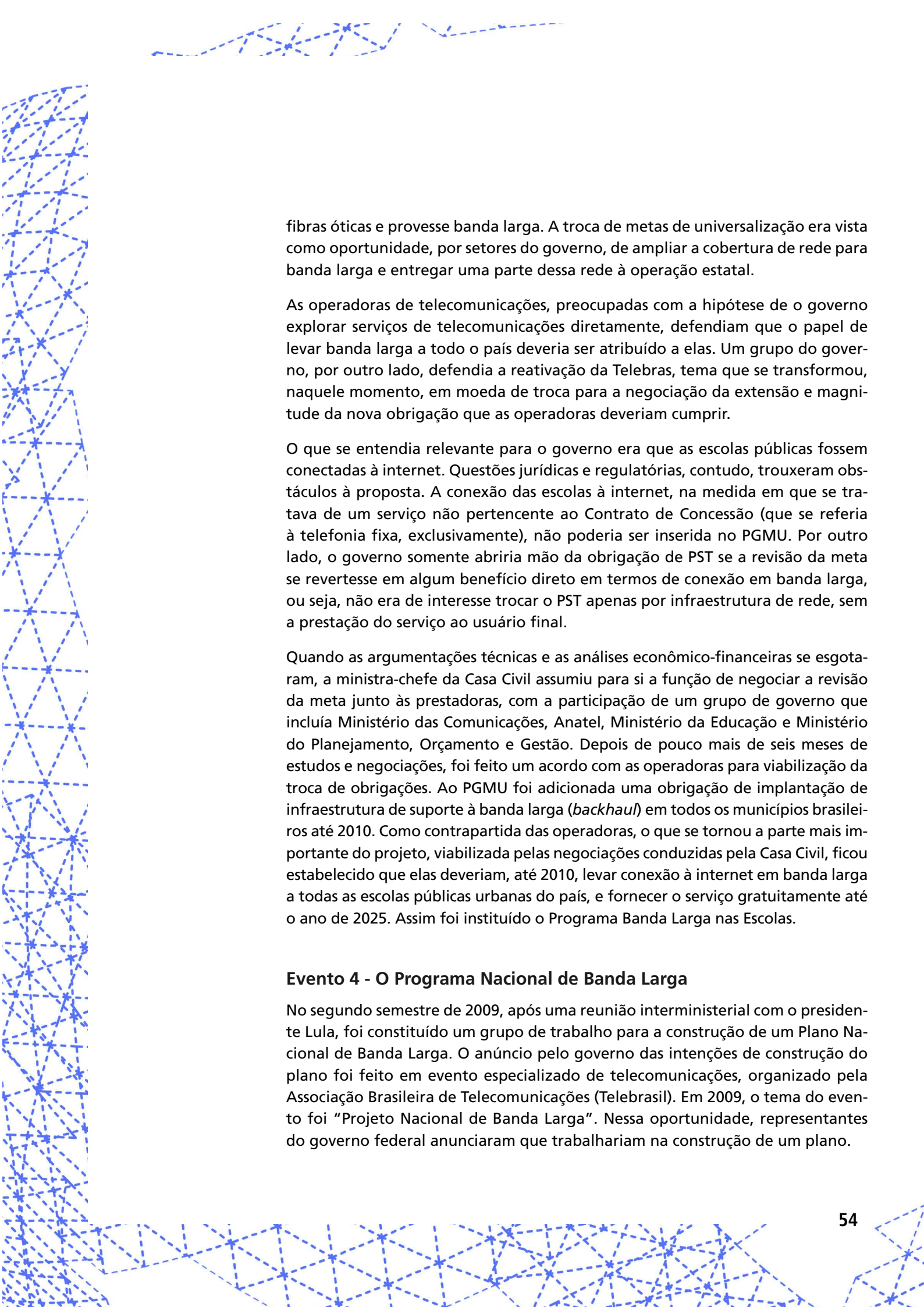
A prestação dos serviços aos usuários, denominada Última Milha, seria de atribuição privada, orientada de acordo com a política do MC e selecionada, caso a caso, pela Anatel. (BRASIL, 2007, p. 42)

A partir disso, atores governamentais passaram a discutir a retomada de um modelo misto de prestação do serviço. O debate sobre a reativação da Telebras se constituiu num elemento de confronto entre concepções neoliberais mais estritas e redistributivistas, com visões distintas sobre o papel do Estado na economia.

Evento 3 – Trocas de metas de universalização – Alteração do PGMU e o Programa Banda Larga nas Escolas

Em julho de 2007, a universalização da banda larga voltou a ser discutida, dessa vez sem envolver a aplicação do Fust, mas por meio da revisão de obrigações de universalização atribuídas às prestadoras, processo que ficou conhecido como “troca de metas de universalização”. No âmbito do PGMU 2006–2010, havia uma obrigação de as prestadoras implantarem “postos de serviços de telecomunicações” (PST) em todos os municípios brasileiros. Os PST eram constituídos de quatro telefones públicos, um aparelho de fax e quatro computadores com acesso discado à internet por meio da telefonia fixa. O Ministério das Comunicações entendeu que, em virtude de avanços tecnológicos, era preciso reavaliar a pertinência de tal obrigação. Propôs que a Anatel desenvolvesse estudos técnicos que analisassem a possibilidade de substituição da meta dos PST pela obrigação de implantar infraestrutura de suporte à banda larga, o chamado *backhaul*.

Tais estudos foram realizados e o tema foi levado, pelo Ministério das Comunicações, para discussão junto da Casa Civil. Ao ser levado à Casa Civil, ocasionou o ressurgimento do debate sobre se ter ou não uma empresa estatal que operasse



fibras óticas e provesse banda larga. A troca de metas de universalização era vista como oportunidade, por setores do governo, de ampliar a cobertura de rede para banda larga e entregar uma parte dessa rede à operação estatal.

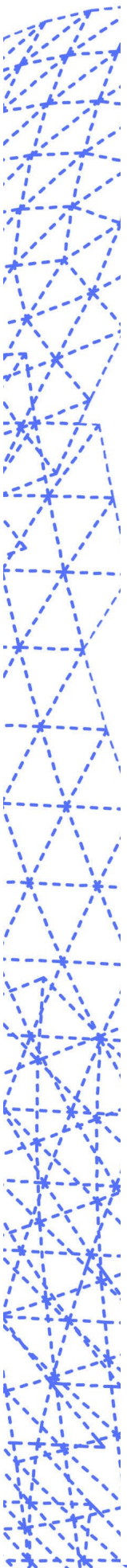
As operadoras de telecomunicações, preocupadas com a hipótese de o governo explorar serviços de telecomunicações diretamente, defendiam que o papel de levar banda larga a todo o país deveria ser atribuído a elas. Um grupo do governo, por outro lado, defendia a reativação da Telebras, tema que se transformou, naquele momento, em moeda de troca para a negociação da extensão e magnitude da nova obrigação que as operadoras deveriam cumprir.

O que se entendia relevante para o governo era que as escolas públicas fossem conectadas à internet. Questões jurídicas e regulatórias, contudo, trouxeram obstáculos à proposta. A conexão das escolas à internet, na medida em que se tratava de um serviço não pertencente ao Contrato de Concessão (que se referia à telefonia fixa, exclusivamente), não poderia ser inserida no PGMU. Por outro lado, o governo somente abriria mão da obrigação de PST se a revisão da meta se revertesse em algum benefício direto em termos de conexão em banda larga, ou seja, não era de interesse trocar o PST apenas por infraestrutura de rede, sem a prestação do serviço ao usuário final.

Quando as argumentações técnicas e as análises econômico-financeiras se esgotaram, a ministra-chefe da Casa Civil assumiu para si a função de negociar a revisão da meta junto às prestadoras, com a participação de um grupo de governo que incluía Ministério das Comunicações, Anatel, Ministério da Educação e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Depois de pouco mais de seis meses de estudos e negociações, foi feito um acordo com as operadoras para viabilização da troca de obrigações. Ao PGMU foi adicionada uma obrigação de implantação de infraestrutura de suporte à banda larga (*backhaul*) em todos os municípios brasileiros até 2010. Como contrapartida das operadoras, o que se tornou a parte mais importante do projeto, viabilizada pelas negociações conduzidas pela Casa Civil, ficou estabelecido que elas deveriam, até 2010, levar conexão à internet em banda larga a todas as escolas públicas urbanas do país, e fornecer o serviço gratuitamente até o ano de 2025. Assim foi instituído o Programa Banda Larga nas Escolas.

Evento 4 - O Programa Nacional de Banda Larga

No segundo semestre de 2009, após uma reunião interministerial com o presidente Lula, foi constituído um grupo de trabalho para a construção de um Plano Nacional de Banda Larga. O anúncio pelo governo das intenções de construção do plano foi feito em evento especializado de telecomunicações, organizado pela Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil). Em 2009, o tema do evento foi “Projeto Nacional de Banda Larga”. Nessa oportunidade, representantes do governo federal anunciaram que trabalhariam na construção de um plano.



Depois de apresentados os dados gerais de diagnóstico da situação da banda larga no Brasil e mencionadas algumas questões do setor de telecomunicações, um representante do gabinete pessoal do presidente Lula, Cezar Alvarez, afirmou que havia um comando do presidente para, em um grupo de trabalho interministerial, construir um Plano Nacional de Banda Larga. Foi também anunciado que a construção do plano contaria com a participação de outros atores, para além do governo federal.

À essa época, diversos países, entre eles Estados Unidos, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Japão e membros da Comunidade Europeia, estavam também em processo de construção de seus planos para massificação da banda larga. Tais planos, inclusive, eram parte, em muitos casos, dos pacotes econômicos para superação da crise econômica mundial.

Desde setembro de 2009, um grupo de trabalho coordenado pela Casa Civil da Presidência da República foi instituído e teve início a discussão. Em maio de 2010, o Programa foi lançado, após aprovação em decreto do presidente da República. Dentre as ações contempladas, a que mais chamou a atenção foi a reativação da Telebras para a construção de uma rede pública de transmissão de dados em alta velocidade. Mas também se previam medidas regulatórias. O objetivo, conforme anunciado, era:

Massificar o acesso à Internet em banda larga no Brasil para os cidadãos, instituições do governo, entidades da sociedade civil e empresas, de modo a promover oportunidades, desconcentrar renda e incorporar os cidadãos hoje excluídos desse serviço. (BRASIL, 2010)

No mesmo Decreto que aprovou o Programa (Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010), foi criado um Comitê Gestor para cuidar da execução do Plano, sob a coordenação da Casa Civil e da secretaria executiva do gabinete pessoal do presidente da República. As atribuições do Comitê abarcaram a definição de ações, metas e prioridades para o Programa, a fixação de definições técnicas referentes ao acesso em banda larga para efeitos do Programa, e o acompanhamento de sua execução, com elaboração de relatório anual. Entre os órgãos do governo federal integrantes do referido comitê figuraram: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Ministério das Comunicações, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Saúde e Ministério da Fazenda. A Casa Civil assumiu formalmente, a partir de então, centralidade no Programa Nacional de Banda Larga. Ao Ministério das Comunicações, em princípio o titular do tema, restou a coordenação de um grupo temático entre os quatro instituídos no âmbito do Comitê⁶, o Grupo Temático Infraestrutura e Serviços de Telecomunicações.

6 Grupos Temáticos instituídos: Infraestrutura e Serviços de Telecomunicações, coordenado pelo Ministério das Comunicações; Aplicações, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Conteúdo, coordenado conjuntamente pelos Ministérios da Cultura e da Educação; e Política Industrial, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, coordenado conjuntamente pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia.



Considerações finais

O Brasil seguiu o movimento internacional de garantir a universalização da telefonia fixa e incorporar o debate sobre formas de se promover a expansão da banda larga. A universalização das telecomunicações foi parte da estratégia de privatização e, mais que isso, condição de legitimação do modelo privado de prestação do serviço. Superada a fase da telefonia fixa, novo embate de ideias sobre como garantir o acesso à banda larga surgiu. Muitos países incorporaram a agenda, entretanto adotaram mecanismos distintos, ora incentivando a iniciativa privada e se fiando na capacidade da competição e na dinâmica do mercado, ora entendendo que era necessária atuação estatal mais profunda, por meio do investimento direto em redes de telecomunicações.

O marco regulatório brasileiro tentou conciliar eficiência regulatória e equidade social prevendo a instituição do Fust. É de se notar, contudo, que a tentativa de implementar projetos por ele financiados foi frustrada. Questões legais vieram à tona e a verdade é que não houve, por parte do Poder Executivo, medida efetiva de contornar a questão. A validade do instituto do regime público previsto na LGT passou a ser questionada sem que se tivessem implementado plenamente todos os instrumentos por ela previstos, caso claro do Fust. Fica em aberto a reflexão sobre se o caminho percorrido no Brasil quanto às iniciativas de expansão da banda larga teria sido esse caso se tivesse efetivamente viabilizado o Fust.

Merece investigação mais aprofundada a resistência, por parte dos operadores e também de setores do governo, a se instituir um serviço de banda larga em regime público. Embora haja previsão expressa na LGT para que serviços considerados essenciais não sejam explorados apenas em regime privado, essa opção foi descartada pelo Poder Executivo. Mesmo se questionando o instituto do regime público, a LGT, que o tem como elemento central, seguiu intocada. Em nenhum dos quatro eventos houve esforço concreto de revisão do quadro regulatório vigente para ajustá-lo ao cenário de evolução tecnológica e às novas demandas da sociedade. O que se viram foram medidas de “remendo” na política setorial de telecomunicações.

Ainda assim, não se pode desprezar o fato de que o PNBL trouxe uma nova configuração às discussões de telecomunicações no Brasil. A despeito de não ter alcançado todos os objetivos planejados, pautou em definitivo o tema na agenda pública. Outros atores passaram a se atentar à questão, mantendo firme a convicção de que o Estado é parte fundamental na expansão da banda larga. Poderes Executivo e Legislativo, sociedade civil, empresas, mídia e comunidades epistêmicas estão consideravelmente mais engajados e articulados na defesa de suas posições. Se, por um lado, a convicção de que é necessária uma política pública os une, por outro mantém-se uma cesta de propostas e visões sobre qual é a melhor alternativa para se universalizar (ou massificar) a banda larga.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL). Resolução n.º 516, de 30 de outubro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12. nov. 2008.

_____. **Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)**: Relatório de Gestão 2009. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=241303&assuntoPublicacao=Relat%F3rio%20de%20Gest%E3o%20do%20Fust%20-%20Exerc%EDcio%202009&caminhoRel=Cidadao-Biblioteca-Acervo%20Documental&filtro=1&documentoPath=241303.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO (APDSI). **Glossário da Sociedade da Informação**. 2007. Disponível em: <http://www.apdsi.pt/main.php?mode=public&template=frontoffice&srvacr=pages_43&id_page=138>. Acesso em: 02 jun. 2009.

Bogdan-Martin, Doreen et al. The ICT Sector Faces Reality. In: INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. **Trends in Telecommunication Reform 2003. Promoting Universal Access to ICTs: Practical Tools for Regulators**. Geneva: ITU, Telecommunication Development Bureau, 2003.

BRASIL. Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional n.º 8, de 1995. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17. jul. 1997.

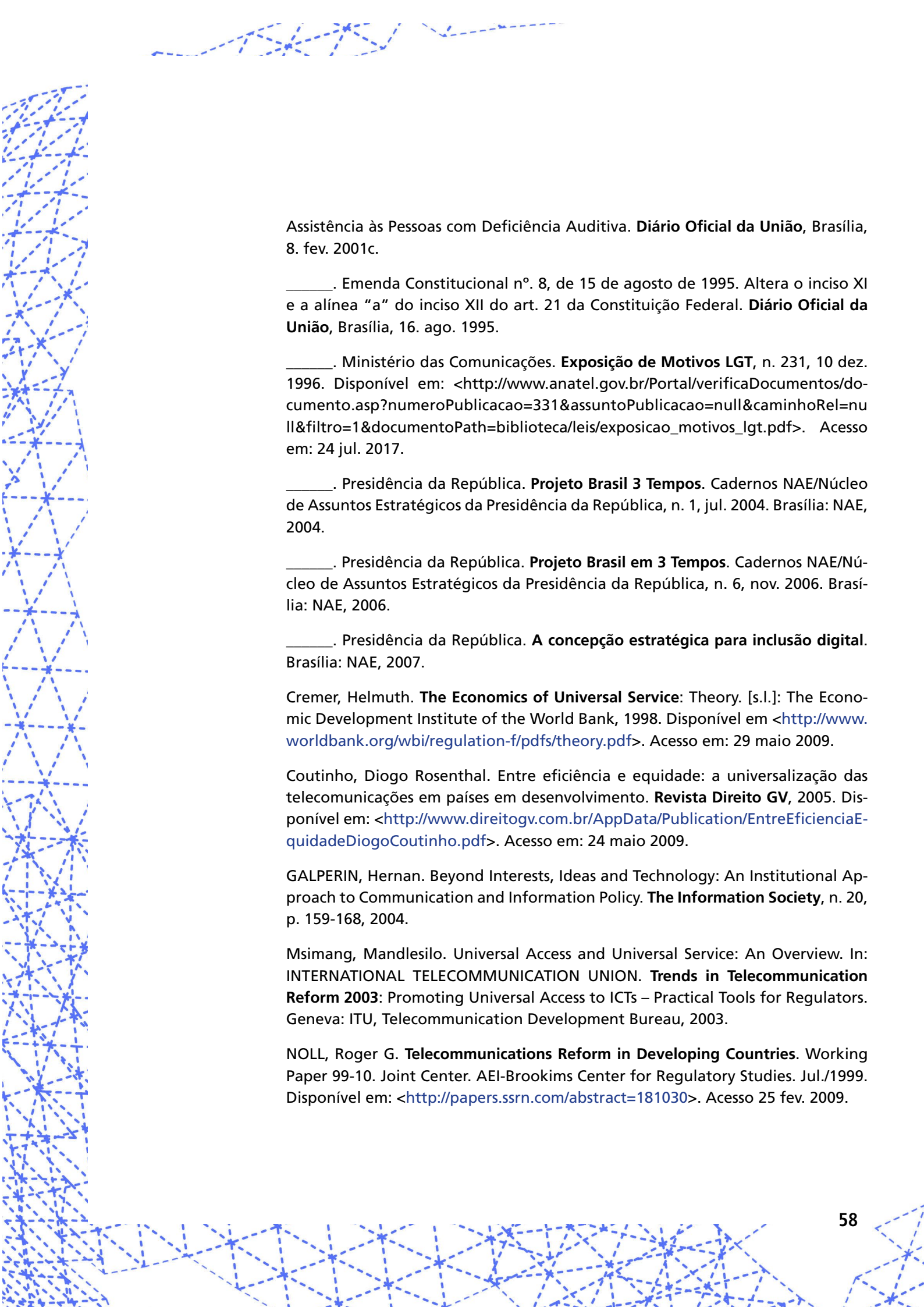
_____. Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000. Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18. ago. 2000a.

_____. Lei n.º 10.052, de 28 de novembro de 2000. Institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29. nov. 2000b.

_____. Decreto n.º 3.753, de 19 de fevereiro de 2001. Aprova o Plano de Metas para a Universalização de Serviços de Telecomunicações em Escolas Públicas de Ensino Profissionalizante. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20. fev. 2001a.

_____. Decreto n.º 3.754, de 19 de fevereiro de 2001. Aprova o Plano de Metas para a Universalização de Serviços de Telecomunicações em Escolas Públicas de Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20. fev. 2001b.

_____. Decreto n.º 6.039, de 7 de fevereiro de 2007. Aprova o Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de



Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8. fev. 2001c.

_____. Emenda Constitucional nº. 8, de 15 de agosto de 1995. Altera o inciso XI e a alínea "a" do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16. ago. 1995.

_____. Ministério das Comunicações. **Exposição de Motivos LGT**, n. 231, 10 dez. 1996. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=331&assuntoPublicacao=null&caminhoRel=null&filtro=1&documentoPath=biblioteca/leis/exposicao_motivos_lgt.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. Presidência da República. **Projeto Brasil 3 Tempos**. Cadernos NAE/Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, n. 1, jul. 2004. Brasília: NAE, 2004.

_____. Presidência da República. **Projeto Brasil em 3 Tempos**. Cadernos NAE/Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, n. 6, nov. 2006. Brasília: NAE, 2006.

_____. Presidência da República. **A concepção estratégica para inclusão digital**. Brasília: NAE, 2007.

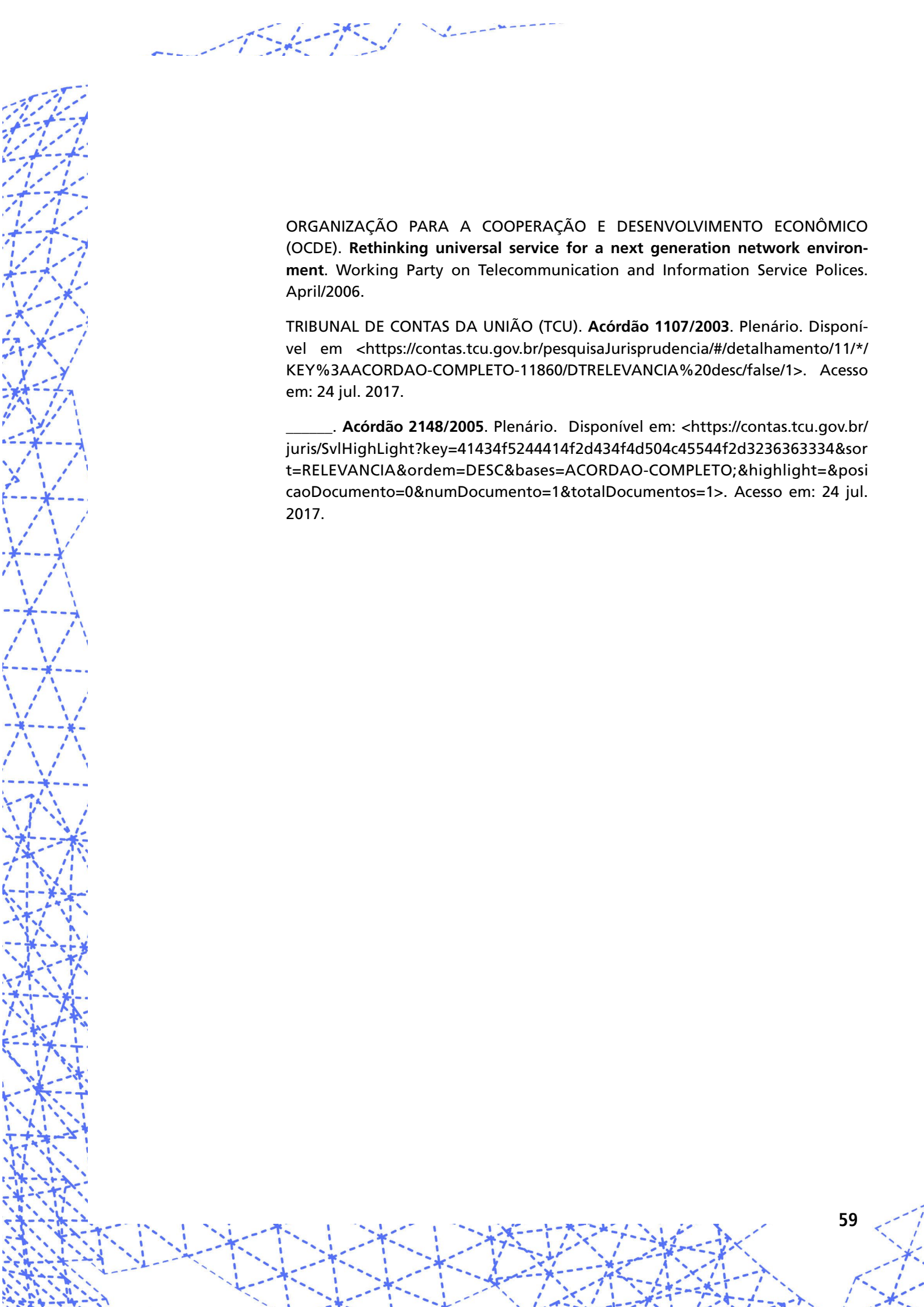
Cremer, Helmuth. **The Economics of Universal Service: Theory**. [s.l.]: The Economic Development Institute of the World Bank, 1998. Disponível em <<http://www.worldbank.org/wbi/regulation-f/pdfs/theory.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2009.

Coutinho, Diogo Rosenthal. Entre eficiência e equidade: a universalização das telecomunicações em países em desenvolvimento. **Revista Direito GV**, 2005. Disponível em: <<http://www.direitogv.com.br/AppData/Publication/EntreEficienciaEquidadeDiogoCoutinho.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2009.

GALPERIN, Hernan. Beyond Interests, Ideas and Technology: An Institutional Approach to Communication and Information Policy. **The Information Society**, n. 20, p. 159-168, 2004.

Msimang, Mandlesilo. Universal Access and Universal Service: An Overview. In: INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. **Trends in Telecommunication Reform 2003: Promoting Universal Access to ICTs – Practical Tools for Regulators**. Geneva: ITU, Telecommunication Development Bureau, 2003.

NOLL, Roger G. **Telecommunications Reform in Developing Countries**. Working Paper 99-10. Joint Center. AEI-Brookings Center for Regulatory Studies. Jul./1999. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/abstract=181030>>. Acesso 25 fev. 2009.



ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Rethinking universal service for a next generation network environment**. Working Party on Telecommunication and Information Service Policies. April/2006.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Acórdão 1107/2003**. Plenário. Disponível em <https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/11/*/KEY%3AACORDAO-COMPLETO-11860/DTRELEVANCIA%20desc/false/1>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. **Acórdão 2148/2005**. Plenário. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=41434f5244414f2d434f4d504c45544f2d3236363334&sort=RELEVANCIA&ordem=DESC&bases=ACORDAO-COMPLETO;&highlight=&posicaoDocumento=0&numDocumento=1&totalDocumentos=1>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

Entre la ley y la trampa: La programación de films nacionales En los multicines de la ciudad de Buenos Aires (1997-2008)

A programação dos filmes nacionais em multiplexes na cidade de Buenos Aires (1997-2008)

National film exhibition at the multiplexes of Buenos Aires (1997-2008)

Lucia Rud

Doutora em História e Teoria das Artes pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (UBA). Professora de Artes na UBA - Argentina
Contato: luciarud@gmail.com

Artigo submetido em 30/07/2017 Aprovado em 25/10/2017



Resumen

El trabajo parte del análisis cuantitativo de una base de datos provista por la empresa Ultracine, que cuenta con las películas programadas por los multicines de CABA - Ciudad Autónoma de Buenos Aires (Showcase Belgrano, Hoyts Abasto, Cinemark Palermo, Cinemark Puerto Madero, Cinemark Caballito, Village Recoleta y Village Caballito) en el período 1997-2008 (previo al comienzo de digitalización de las salas en la Argentina).

La programación de films ha sido segmentada según el origen del film (teniendo en cuenta la dupla nacional-extranjero) y se vincula este resultado con las legislaciones referentes a la exhibición cinematográfica en la Argentina, en particular, con las resoluciones de cuota de pantalla y media de continuidad del Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales (INCAA), ente encargado de la protección y promoción del cine nacional.

Palabras clave Exhibición. Programación. Multicines. Políticas Públicas. Legislación. Buenos Aires

Resumo


O trabalho é baseado na análise quantitativa do banco de dados fornecido pela empresa Ultracine, que apresenta os filmes programados pelos multiplexes de Buenos Aires (Showcase Belgrano, Hoyts Abasto, Cinemark Palermo, Cinemark Puerto Madero, Cinemark Caballito, Village Recoleta e Village Caballito) no período 1997-2008 (antes do início da digitalização dos cinemas).

A programação de filmes é filtrada por origem (tendo em conta a dupla nacional-estrangeiro) e relacionada com as leis relativas à exibição de filmes na Argentina, em particular com as resoluções de cota de tela e mídia de continuidade do Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais (INCAA), a entidade responsável pela proteção e promoção do cinema nacional da Argentina.

Palavras-chave: Exibição. Programação. Multiplexes. Políticas Públicas. Legislação. Buenos Aires.

Abstract

This research is based on the quantitative analysis of a database provided by the company Ultracine, which contains the films programmed by Buenos Aires' multiplexes (Showcase Belgrano, Hoyts Abasto, Cinemark Palermo, Cinemark Puerto Madero, Cinemark Caballito, Village Recoleta and Village Caballito) during the period 1997-2008 (prior to the beginning of the digitization of cinemas).



The programming of films is sorted by origin (considering national-foreign pairs) and then related with laws regarding film exhibition in Argentina, particularly screen quota and continuity measures resolutions from the National Institute of Cinema and Audiovisual Arts (INCAA), which is responsible for the protection and promotion of Argentina's national cinema.

Keywords Exhibition. Programming. Multiplexes. Public Policy. Legislation. Buenos Aires.

Introducción

La exhibición cinematográfica resulta un área de estudios sustancial para analizar las políticas culturales de la Argentina. A partir del cine –que es simultáneamente un producto artístico-industrial y un medio masivo de comunicación– se configuraron variadas regulaciones y normativas. La industria cinematográfica argentina, al igual que otras industrias nacionales, padeció las contingencias económicas, políticas y sociales que afectaron al país a lo largo del siglo XX, y también entrado el siglo XXI. Sin embargo, desde la sanción de la primera reglamentación proteccionista en 1944, la industria cinematográfica contó con un especial reconocimiento dentro de la legislación nacional que le ha permitido ser sujeto de asistencia pública (PUENTE, 2007). En la Argentina –como en casi todos los países semiperiféricos con una industria cinematográfica sostenida en el tiempo– las políticas cinematográficas fueron imprescindibles para la existencia (o subsistencia) de producción de cine nacional. Sin embargo, la distribución y exhibición de cine nacional no han sido ampliamente contempladas.

Breve historia de la legislación sobre exhibición cinematográfica en la Argentina

Es posible registrar una de las primeras normas sobre exhibición de cintas y vistas en la ciudad de Buenos Aires en el año 1910¹, la reglamentación de la Ley Orgánica Municipal de Espectáculos Públicos 1260/1882. Durante el periodo del cine silente se realizaron ciertos controles de exhibición² y se reglamentó el acceso a las salas de los menores de edad. Sin embargo, uno de los primeros antecedentes concretos sobre la industria cinematográfica sucedió durante el inicio del período sonoro, con la sanción de la Ley de Propiedad Intelectual 11.723/1933. Esta ley establecía en su artículo 69, inciso d³, que un porcentaje (20%) de lo recaudado por el Fondo Nacional de las Artes se destinaría a la creación del Instituto Cinematográfico Argentino –ligado a la Comisión de Cultura del Senado–, denominado más tarde Instituto Cinematográfico del Estado (decreto n° 98.432/1941), y convertido en diciembre de 1943 en la Dirección General de Espectáculos Públicos (DGPE) (decretos n° 18.406/1943 y 2.516/1944), dependiente de la Subsecretaría de Informaciones de la Presidencia de la Nación. El Instituto comenzó a funcio-

1 Ver también: Ordenanza General de Teatros y demás Espectáculos Públicos. Buenos Aires: Imprenta y Encuadernación G. Kraft, 1911.

2 El film *Das Cabinet des Dr. Caligari* (Robert Wiene, 1920), estrenado en Buenos Aires el 23 de junio de 1922, se había prohibido porque contravenía una ordenanza municipal que no permitía la exhibición de temáticas que tuvieran lugar dentro de manicomios (KRIGER, 2006).

3 Este artículo fue derogado por el artículo 26 del decreto-ley n° 1.224, promulgado el 14 de febrero de 1958.

4 Karush (2013: 227-231) esgrime ciertas hipótesis para el accionar de los Estados Unidos con respecto a la cinematografía argentina. Ante el cierre de los mercados europeos durante la Segunda Guerra Mundial, los estudios norteamericanos se dirigieron sobre Latinoamérica, donde el cine argentino tenía una gran fortaleza. Además de las razones de mercado, Estados Unidos favoreció a México por sobre Argentina por cuestiones políticas ligadas a la neutralidad argentina respecto a la guerra durante el gobierno de Ramón S. Castillo. El Departamento de Estado de los Estados Unidos creó la Oficina de Coordinación de Asuntos Interamericanos (OCIAA) para controlar la propaganda del Eje en Latinoamérica y favorecer sentimientos a favor de los aliados (la "política de buena vecindad" proclamada por Franklin D. Roosevelt). Las consideraciones políticas y comerciales por parte de Estados Unidos para eliminar a la Argentina como uno de los productores de películas habladas en español se reforzaban mutuamente.

5 La Asociación de Empresarios de Cinematógrafos (AEC) se enfrentó a la Asociación de Productores de Películas Argentinas (APPA). Ver: KRIGER (2006).

6 El decreto establecía la especificación de un mínimo de películas nacionales de exhibición obligatoria (cuota de pantalla). Se estipulaban tres tipos de salas: las de primera línea o estreno en la Capital Federal, con más de 2500 localidades, debían proyectar una película nacional cada dos meses (6 películas al año) a lo largo de siete días; las de estreno en la zona céntrica—delimitada por las calles Leandro N. Alem, Rivadavia, Libertad y Santa Fe—, debían exhibir una película nacional durante una semana por cada mes (12 semanas al año); y las restantes de la Capital Federal y del interior del país, presentarían películas nacionales, como mínimo, dos de cada cinco semanas (21 semanas al año). La explotación comercial se haría en todos los casos por el sistema de porcentaje, pagando el 40% de la entrada bruta en los cines de

nar en 1936. El 27 de septiembre de 1938, el presidente del Instituto, Matías G. Sánchez Sorondo, presentó en el Senado un proyecto de ley proteccionista de la industria cinematográfica nacional. La propuesta no fue aprobada.

Entre 1944 y 1955 es posible encontrar legislaciones y reglamentaciones referentes a la protección de las producciones cinematográficas nacionales a partir de una política crediticia de fomento, y otras legislaciones relacionadas con el comercio exterior (tanto con las importaciones como -en menor medida- con intentos de abarcar mercados extranjeros). Estas medidas afectaron al sector de la exhibición, que en su mayor parte intentó oponerse, ya que se beneficiaban del libre mercado y de la exhibición de películas procedentes de Estados Unidos.

Las primeras legislaciones específicas sobre exhibición comenzaron a establecerse cuando la industria cinematográfica empezó a presentar problemas e inconvenientes. El cine argentino, que tuvo en el año 1942 su pico de producción con 57 estrenos, empezó a decaer ante la falta de renovación de las propuestas temáticas de los estudios y las limitaciones de importación de celuloide. A partir de 1942, Estados Unidos limitó la importación de película virgen -imprescindible para la producción cinematográfica local- a la Argentina⁴, lo que indirecta pero estratégicamente benefició a México. Paralelamente, la asociación entre los sectores de la distribución y la exhibición contra el sector de la producción cinematográfica nacional⁵ determinó la eliminación de los programas largos de tres films -sobre los que se basaba el predominio del cine nacional en las salas del interior del país-, e implementó la exhibición de únicamente un título principal y otro "de relleno" (POSADAS, LANDRO, SPERONI; CAMPODÓNICO, 2006; KRIGER, 2006).

El 5 de agosto de 1944 se sancionó el decreto n° 21.344⁶, la primera medida legal que ordenó jurídicamente al cine nacional. Sin embargo, el cumplimiento de las medidas no resultaba sencillo en tanto se requerían mayor cantidad de estrenos de los producidos en los primeros años, y también a la falta de control por parte de las autoridades competentes.⁷ También era obligatoria la exhibición de noticiarios⁸ (decreto n° 18.405/1943) en todas las salas y funciones, con una duración mínima de ocho minutos. Hasta 1945, dos empresas monopolizaron el negocio: Noticiario Panamericano (de Argentina Sono Film) y Sucesos Argentinos (Ángel Díaz) (KRIGER, 2006; KRIGER, 2009). Durante ese período algunos exhibidores se asociaron a empresas productoras⁹, si bien la relación entre productores y exhibidores era particularmente tensa.

El 23 de agosto de 1947 se firmó la ley n° 12.999, la primera ley de cine promulgada en el país, reglamentada por el decreto n° 37.846. El fin de esta ley era la protección de la producción cinematográfica a partir de un sistema crediticio, que fue operado a partir de 1950 (ESPAÑA, 1992).¹⁰ A partir de 1948, los productores cinematográficos fueron beneficiados por otra serie de medidas: en 1949 se promulgó la ley n° 13.651 (modificatoria de la ley n° 12.999 en sus artículos primero y cuarto; reglamentada por el decreto n° 16.688/1950), que aumentó el tiempo de exhibición de las películas argentinas -26 semanas por año en las salas de la

primera línea. Además, se creó la Junta Arbitral Cinematográfica con el fin de mediar y controlar las reglamentaciones. Según la revista *Cine-Productor*, el decreto tiene como base el arreglo entre el exhibidor Joaquín Lautaret y el productor Miguel Machinandiarena. En: *CineProductor* n° 7, 12 de agosto de 1944, p.3 (citado en KRIGER, 2006).

7 Hacia abril de 1947 –un mes “exitoso” en la regulación–, daban cumplimiento total de la legislación 98 salas, cumplimiento parcial 77 y 7 salas no habían dado cumplimiento alguno (KRIGER, 2006).

8 Ver: LUCHETTI, F. *Imágenes del enemigo interno. Configuraciones de sentido en el noticiario cinematográfico argentino durante la proscripción del peronismo (1955-1973)*. Tesis de doctorado, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2014.

9 Ya desde 1944, los exhibidores habían formado cooperativas de producción dedicadas a comprar empresas productoras en dificultad financiera. La Cooperativa Argentina de Exhibidores Cinematográficos (CADEC), dirigida por Joaquín Lautaret, tenía la intención de producir y exhibir sus propias películas. Conformó la empresa Sur Cinematográfica Argentina, absorbiendo Pampa Film, Artistas Argentinos Asociados y EFA (KRIGER, 2006). Ver también: SATANOWSKY, I. *La obra cinematográfica frente al derecho*. Buenos Aires, 1948-55.

10 Se realizó una diferente clasificación para las salas de cine respecto de lo dispuesto por el decreto n° 21.344: las salas céntricas y las de mayor capacidad debían exhibir una película argentina por mes, como mínimo, durante una semana, con un sábado y domingo incluidos. El resto de las salas debían presentar películas argentinas de largometraje durante dos de cada cinco semanas, con dos sábados y domingos incluidos. Esto implicaba que las películas

tercera categoría–, disminuyó la recaudación requerida para su continuación en cartel, y aumentó el costo del alquiler de las películas (ESPAÑA, 1992).

Hacia 1950, ciertos altercados entre la MPAA (Motion Picture Association of America) y el Ministerio de Hacienda concluyeron en la autorización de ingresos sin restricciones de películas estadounidenses al país –aunque con la exigencia de un tope en la remisión de divisas.

Más allá de los avances en la legislación, Octavio Getino sostiene que las políticas peronistas no avanzaron sobre un desarrollo integral de la industria cinematográfica:

el primer gobierno de Perón no se destacó precisamente por lo que hubiera sido más deseable en cuanto a una visión integral del problema cinematográfico. Dejaron hacer al libre empresismo industrial, cuya incapacidad era manifiesta, negándose a asumir gestiones que hubieran resultado indispensables, como ser la consolidación de infraestructuras actualizadas, estimulando la inversión de capital fijo y estable; la elevación de los niveles culturales, ideológicos y estéticos de la producción, favoreciendo la renovación de los planteles técnicos y realizativos; el establecimiento de circuitos permanentes de producción-distribución-comercialización a nivel nacional y latinoamericano, sólo factibles en un país dependiente cuando media una directa y resuelta gestión estatal (GETINO, 1998: 18).

El 16 de septiembre de 1955 se produjo un golpe militar que derrocó al gobierno de Perón. El nuevo gobierno derogó la cuota de pantalla y los apoyos a la producción, por lo que el número de filmes producidos cayó ostensiblemente –12 films estrenados en 1956, a diferencia de los 44 en 1954, 43 en 1955, y 58 en 1950 (GETINO, 2005).

En enero de 1957, la dictadura militar dispuso una normativa: el decreto-ley n° 62/1957, luego convalidado por el gobierno constitucional en 1958. Según Claudio España, el decreto establecido por el gobierno de facto aún rige en sus líneas generales (ESPAÑA, 2005). Esta norma sancionó para el cine una libertad de expresión similar a la de la prensa, creó un régimen de subsidios y recuperación industrial, estableció las condiciones necesarias para que una película fuese considerada “nacional” y creó el Instituto Nacional de Cine¹¹ (INC). Además, creó un fondo de fomento a la industria cinematográfica que se estableció a partir de un impuesto del 10% del costo de la entrada –por lo que, los recursos no provienen del presupuesto público sino del propio mercado. Los distribuidores y exhibidores, por su parte, rechazaron ese decreto-ley por considerarlo inconstitucional y atentar contra la libre empresa. El resultado inmediato fue que durante el primer semestre de 1957 no se estrenara ninguna película argentina (SCHMOLLER, 2009).

En la década siguiente, los gobiernos militares de José María Guido (1962-1963) y de Juan Carlos Onganía (1966-1970) mantuvieron una legislación en cierta medida favorable para la industria cinematográfica. En 1963, se estableció el decreto n° 2979 que imponía el estreno de una película nacional por cada seis extranjeras, y que despertó el rechazo de distribuidores y exhibidores. Como contracara de

nacionales constituirían el 25% de los estrenos en las salas céntricas y el 40% de los estrenos en el resto de las salas.

Asimismo, se establecían los porcentajes que los exhibidores debían pagar a los productores y distribuidores y las sanciones correspondientes, en caso de incumplimiento, que serían aplicadas por la Subsecretaría de Informaciones y Prensa. Esta reglamentación obligatoria correspondía a las películas argentinas estrenadas dentro de los dos años anteriores. Los controles de cumplimiento de la ley fueron más severos que los del decreto n° 21.344, cerrando las salas que no acataran las reglamentaciones en uso (KRIGER, 2006). El 18 de junio de 1947, el decreto n° 16.454 establecía tres días a la semana con funciones a mitad de precio (MATEU, 2008).

11 El INC era un ente autárquico del Estado, cuya dirección estaba a cargo de un directorio compuesto por un presidente y cuatro vocales designados por el Poder Ejecutivo Nacional. A partir de 1968, empezó a depender de la Secretaría de Difusión y Turismo de la Presidencia de la Nación, manteniendo una limitada autarquía. El INC existió hasta 1994, cuando fue reemplazado por el INCAA.

12 En las décadas anteriores, también habían existido entidades censoras como la Comisión Nacional Calificadora creada por Apold en 1951. Ver: INVERNIZZI, H. *Cines rigurosamente vigilados: censura peronista y antiperonista, 1946-1976*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2014.

El decreto ley n° 8.205/63 implantó y oficializó la censura a nivel nacional, con la constitución del Concejo Nacional Honorario de Calificación Cinematográfica; en 1968 se creó el Ente de Calificación Cinematográfica -dependiente del Poder Ejecutivo- a partir de la ley n° 18.019, "en resguardo de la salud moral del pueblo".

El 1 de septiembre de 1974, asumió Miguel Paulino Tato como interventor, luego titularizado en 1976. Durante su gestión, la entidad censora sostuvo un

medidas en cierto grado proteccionistas, tanto esta década como la siguiente estuvieron signadas por la censura.¹²

La ley n° 17.741¹³ de 1968 estipulaba la obligatoriedad de la cuota de pantalla para los filmes nacionales (largometrajes, noticiarios y cortometrajes¹⁴). Según esta ley, el Instituto Nacional de Cinematografía continuaría encargándose del fomento y la regulación del sector cinematográfico tanto en la Argentina como en la difusión internacional del cine argentino, y sería también responsable de regular la exhibición de películas emitidas por televisión. A su vez, se limitaba su autarquía, en tanto pasaba a depender de la Secretaría de Difusión y Turismo de la Presidencia de la Nación (GONZÁLEZ, 2015). En 1973 se sancionó el decreto-ley n° 20.071 de Fomento y Regulación Cinematográfica, en reemplazo y modificación del decreto-ley n° 17.741, que, entre otras regulaciones, excluía de la exhibición y subsidios a las películas que atentaran contra el "estilo nacional de vida". Otras reglamentaciones del período incluyeron el decreto n° 1405 del 21 de febrero de 1973.¹⁵

Otra legislación cinematográfica relevante es la inclusión en la reforma de la Constitución de la Nación Argentina de 1994 del artículo 75 inciso 19, que estableció como función del Congreso Nacional: "dictar leyes que protejan la identidad y pluralidad cultural, la libre creación y circulación de las obras del autor; el patrimonio artístico y los espacios culturales y audiovisuales."¹⁶

La ley de cine n° 24.377

La ley n° 24.377/ 1994 ordenada según decreto n° 1.248/2001 y puesta en vigencia en 1995 implicó una modificación en las políticas de producción¹⁷, distribución y exhibición cinematográfica –y al mismo tiempo una continuidad, en tanto sostiene la estructura de la ley n° 17.741 de 1968 e incluso del decreto-ley n° 62 de 1957. Esta ley vincula al cine, la televisión y el video para incrementar los fondos del fomento cinematográfico y audiovisual.

En el año 1994, y en el marco de un programa de gobierno de orientación neoliberal¹⁸ del entonces presidente Carlos Menem, se promovió una ley de cine que representa en cierto aspecto una contradicción con las medidas tomadas a lo largo del gobierno de la década del noventa y que, según algunos autores, no respondió en ningún aspecto al modelo de Estado imperante en ese momento. A partir de la Ley de Fomento y Regulación de la Actividad Cinematográfica, y contrariamente a la mayoría de las industrias nacionales en este período, la industria cinematográfica recuperó notoriamente su nivel de producción.

La ley estableció que el Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales¹⁹ funcionara como ente público no estatal²⁰ con autarquía financiera y recursos específicos²¹ dependiente de la Secretaría de Cultura del Ministerio de Cultura y

importante poder dentro del sector. Durante el corto gobierno de Héctor Cámpora, en 1973, la censura se relajó con Octavio Getino como interventor del Ente de Calificación Cinematográfica: bajo su gestión, se aprobó la proyección de decenas de películas que estaban censuradas desde hacía varios años, incluyendo varias nacionales (GONZÁLEZ, 2015). En 1984, con la promulgación de la ley n° 23.052, se prohibió toda forma de censura y constituyó la Comisión Asesora de Exhibiciones.

13 En 1973 se promulgó el decreto-ley n° 20.170 de Fomento y Regulación Cinematográfica, que modifica la ley n° 17.741. En 1977, volvió a modificarse a partir de la ley n° 21.505.

En esta ley, entre otras reglamentaciones, se establecía que las copias de películas extranjeras debían procesarse, doblarse y subtitularse en el país.

Los laboratorios más importantes de la Argentina fueron Alex, Cinecolor, Metrovisión y R+T.

14 La ley n° 17.741 promovía la realización y exhibición de cortometrajes en salas comerciales (art. 9, y art. 42-45). Sin embargo, la ambigüedad del texto resultó en que los empresarios exhibidores presenten en las salas publicidad (prensa filmada) como si se tratara de cortometrajes.

15 Reglamentaba la cuota de pantalla según la clasificación: las salas de estreno y cruce, una película argentina por trimestre (4 películas al año); salas de turnos restantes, el 33% de las estrenadas, con 4 como máximo; en las salas no clasificadas y populares, cuatro películas por trimestre (16 al año), y la media de continuidad en una semana, incluyendo sábados y domingos. A su vez, se reglamenta que todas las salas debían

Educación de la Nación con la función de fomentar y regular la actividad cinematográfica²² con una finalidad de interés público en todo el territorio de la República y en el exterior. Además, determinó que el Fondo de Fomento a la Actividad Cinematográfica se recaudara a partir del 10% del valor de las entradas de cine, un gravamen del 10% al alquiler de videos, y el 25 % del total de las sumas efectivamente percibidas por el ex Comité Federal de Radiodifusión (COMFER)²³, incrementando notoriamente los recursos del instituto de cine. A su vez, se promovía la producción cinematográfica en sociedad con empresas televisivas –que podían recuperar de cierto modo el dinero retenido por el INCAA:

Varios directores y productores de películas de bajo presupuesto sintieron que la nueva legislación de cine aprobada en 1994 para mejorar la financiación de la producción cinematográfica comprometía una nueva alianza entre el Instituto Nacional de Cinematografía y los productores cinematográficos. Esta alianza entre el gobierno y grandes empresarios era característica de la política económica liberal adoptada por el presidente Menem, que favorecía a los intereses de los grandes empresarios por sobre la cultura y la educación del interés público (FALICOV, 2007: 244).

Más allá de estas consideraciones, es innegable que la legislación en torno al cine en la Argentina tuvo en cuenta en mayor medida la instancia de producción que la de exhibición cinematográfica. Los sectores que presionaron para la legislación de la producción no tuvieron el interés –o en verdad, el apalancamiento- para exigir legislaciones referentes a la distribución y exhibición de cine nacional. La ley de cine de 1994, a diferencia de la mayor parte de la política del periodo, fue una ley con ciertas características -aunque matizadas- intervencionistas y proteccionistas. Sin embargo, la implementación de la ley hizo énfasis en la protección de la producción cinematográfica nacional, y aunque el texto consideraba el sector de la exhibición, esto no se vio reflejado en la protección de los espacios de exhibición.

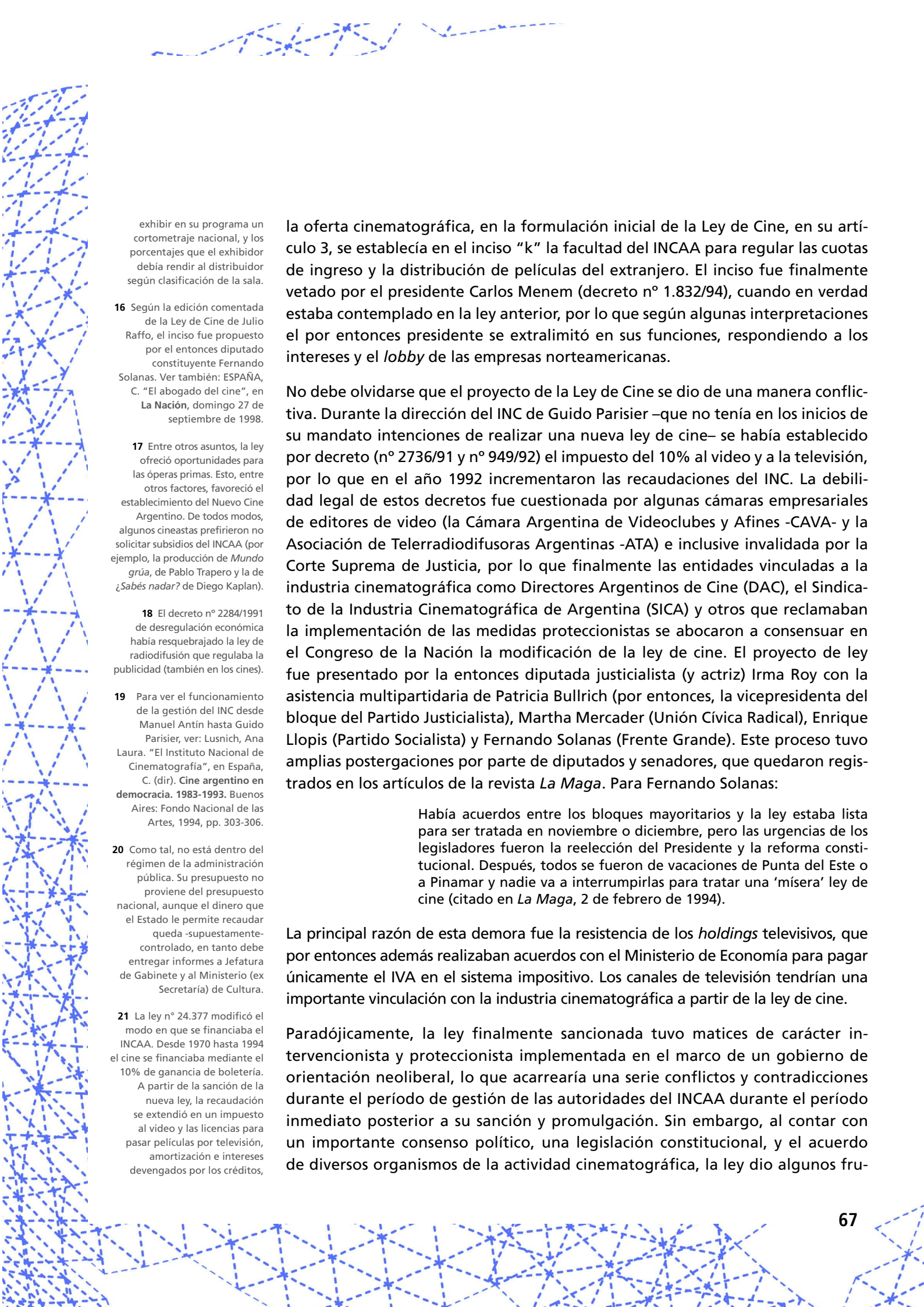
El texto de la ley n° 24.377 de 1994 reflexionó sobre la importancia de las salas de cine en tanto garantizarían la exhibición de la producción nacional:

Art. 10) Las salas y demás lugares de exhibición del país deberán cumplir las cuotas de pantalla de películas nacionales de largometraje y cortometraje que fije el PODER EJECUTIVO en la reglamentación de la presente ley y las normas que para su exhibición dicte el Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales.

Este artículo no tendría una resolución acorde hasta diez años después de la promulgación de la ley de cine. La ley también sostuvo la defensa de los espacios de exhibición, aunque de un modo lábil, que no condujo a medidas específicas que garantizaran la continuidad de los espacios:

Art. 3. BIS b) Proteger y fomentar los espacios culturales dedicados a la exhibición audiovisual y en especial a la preservación de las salas de cine;

Gran cantidad de cines, en gran medida empresas familiares –algunas salas de dueños únicos, otras empresas de mayor envergadura–, cerraron, mientras los multiplex se desarrollaron con variado éxito. En cuanto a aspectos referentes a



exhibir en su programa un cortometraje nacional, y los porcentajes que el exhibidor debía rendir al distribuidor según clasificación de la sala.

16 Según la edición comentada de la Ley de Cine de Julio Raffo, el inciso fue propuesto por el entonces diputado constituyente Fernando Solanas. Ver también: ESPAÑA, C. "El abogado del cine", en *La Nación*, domingo 27 de septiembre de 1998.

17 Entre otros asuntos, la ley ofreció oportunidades para las óperas primas. Esto, entre otros factores, favoreció el establecimiento del Nuevo Cine Argentino. De todos modos, algunos cineastas prefirieron no solicitar subsidios del INCAA (por ejemplo, la producción de *Mundo grúa*, de Pablo Trapero y la de *¿Sabés nadar?* de Diego Kaplan).

18 El decreto n° 2284/1991 de desregulación económica había resquebrajado la ley de radiodifusión que regulaba la publicidad (también en los cines).

19 Para ver el funcionamiento de la gestión del INC desde Manuel Antín hasta Guido Parisier, ver: Lusnich, Ana Laura. "El Instituto Nacional de Cinematografía", en España, C. (dir). *Cine argentino en democracia. 1983-1993*. Buenos Aires: Fondo Nacional de las Artes, 1994, pp. 303-306.

20 Como tal, no está dentro del régimen de la administración pública. Su presupuesto no proviene del presupuesto nacional, aunque el dinero que el Estado le permite recaudar queda -supuestamente- controlado, en tanto debe entregar informes a Jefatura de Gabinete y al Ministerio (ex Secretaría) de Cultura.

21 La ley n° 24.377 modificó el modo en que se financiaba el INCAA. Desde 1970 hasta 1994 el cine se financiaba mediante el 10% de ganancia de boletería. A partir de la sanción de la nueva ley, la recaudación se extendió en un impuesto al video y las licencias para pasar películas por televisión, amortización e intereses devengados por los créditos,

la oferta cinematográfica, en la formulación inicial de la Ley de Cine, en su artículo 3, se establecía en el inciso "k" la facultad del INCAA para regular las cuotas de ingreso y la distribución de películas del extranjero. El inciso fue finalmente vetado por el presidente Carlos Menem (decreto n° 1.832/94), cuando en verdad estaba contemplado en la ley anterior, por lo que según algunas interpretaciones el por entonces presidente se extralimitó en sus funciones, respondiendo a los intereses y el *lobby* de las empresas norteamericanas.

No debe olvidarse que el proyecto de la Ley de Cine se dio de una manera conflictiva. Durante la dirección del INC de Guido Parisier –que no tenía en los inicios de su mandato intenciones de realizar una nueva ley de cine– se había establecido por decreto (n° 2736/91 y n° 949/92) el impuesto del 10% al video y a la televisión, por lo que en el año 1992 incrementaron las recaudaciones del INC. La debilidad legal de estos decretos fue cuestionada por algunas cámaras empresariales de editores de video (la Cámara Argentina de Videoclubes y Afines -CAVA- y la Asociación de Telerradiodifusoras Argentinas -ATA) e inclusive invalidada por la Corte Suprema de Justicia, por lo que finalmente las entidades vinculadas a la industria cinematográfica como Directores Argentinos de Cine (DAC), el Sindicato de la Industria Cinematográfica de Argentina (SICA) y otros que reclamaban la implementación de las medidas proteccionistas se abocaron a consensuar en el Congreso de la Nación la modificación de la ley de cine. El proyecto de ley fue presentado por la entonces diputada justicialista (y actriz) Irma Roy con la asistencia multipartidaria de Patricia Bullrich (por entonces, la vicepresidenta del bloque del Partido Justicialista), Martha Mercader (Unión Cívica Radical), Enrique Llopis (Partido Socialista) y Fernando Solanas (Frente Grande). Este proceso tuvo amplias postergaciones por parte de diputados y senadores, que quedaron registrados en los artículos de la revista *La Maga*. Para Fernando Solanas:

Había acuerdos entre los bloques mayoritarios y la ley estaba lista para ser tratada en noviembre o diciembre, pero las urgencias de los legisladores fueron la reelección del Presidente y la reforma constitucional. Después, todos se fueron de vacaciones de Punta del Este o a Pinamar y nadie va a interrumpirlas para tratar una 'miserable' ley de cine (citado en *La Maga*, 2 de febrero de 1994).

La principal razón de esta demora fue la resistencia de los *holdings* televisivos, que por entonces además realizaban acuerdos con el Ministerio de Economía para pagar únicamente el IVA en el sistema impositivo. Los canales de televisión tendrían una importante vinculación con la industria cinematográfica a partir de la ley de cine.

Paradójicamente, la ley finalmente sancionada tuvo matices de carácter intervencionista y proteccionista implementada en el marco de un gobierno de orientación neoliberal, lo que acarrearía una serie de conflictos y contradicciones durante el período de gestión de las autoridades del INCAA durante el período inmediato posterior a su sanción y promulgación. Sin embargo, al contar con un importante consenso político, una legislación constitucional, y el acuerdo de diversos organismos de la actividad cinematográfica, la ley dio algunos fru-

multas, donaciones, etc.. Sin embargo, la rígida disciplina fiscal y la política de recorte del gasto público propiciados por el gobierno de Menem afectaron al Instituto en los siguientes años. El decreto n° 290 del 1 de marzo de 1995, estableció una drástica reducción del gasto de la Administración Nacional, por la que el INCAA debió transferir al Tesoro Nacional cerca de 500 mil pesos. En 1996, una nueva Ley de Emergencia Económica impulsada por el entonces ministro de Economía Domingo Cavallo suspendió la autarquía financiera del INCAA y parte de la recaudación del fondo de fomento fue dirigida al Tesoro Nacional. El INCAA recuperó su autarquía en 2002.

22 Entre sus tareas, el INCAA debe clasificar las salas de exhibición del territorio nacional conforme a lo establecido en el artículo 3 del decreto 1.405/73.

23 El COMFER tiene como antecedente la Comisión Nacional de Radio y Televisión (CONART) creada a partir de la Ley Nacional de Telecomunicaciones n° 19.798/72. EL COMFER fue creado a partir de la ley Nacional de Radiodifusión n° 22.285/80 como órgano de control de los servicios de radiodifusión y de supervisión de la programación y el contenido de las emisiones. Se disolvió en 2009 con la promulgación de la LSCA, y fue reemplazado por la Autoridad Federal de Servicios de Comunicación Audiovisual (AFSCA). A partir del decreto de necesidad y urgencia n° 267/2015 de la presidencia de Mauricio Macri, se ordenó la disolución del organismo creado a partir de una ley nacional y la fusión con la Autoridad Federal de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones (AFTIC) en un nuevo organismo denominado Ente Nacional de Comunicaciones (ENACOM).

24 La ley declaró como edificios representativos al Cine Teatro Astral (Av. Corrientes 1639), Cine Teatro Premier (Av. Corrientes 1565), al Cine

tos. Se contó desde entonces con un aumento de los fondos del INCAA, que se utilizaron -entre otros fines- para financiar una gran cantidad de películas, entre ellas, óperas primas. Esto significó que no únicamente los directores consagrados pudieran realizar sus proyectos, sino también nuevos realizadores que renovarían los modos de representación del cine argentino, así como también la profesionalización de técnicos y actores, y de las empresas prestadoras de servicios a la producción cinematográfica (SORRENTINO, 2012).

En años posteriores, además de las legislaciones referentes a la industria cinematográfica, se tomaron medidas para la protección del patrimonio arquitectónico de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. La regulación de la protección del patrimonio arquitectónico dista de ser efectiva. Actualmente, el organismo encargado de velar por el patrimonio de la ciudad es el Consejo Asesor de Asuntos Patrimoniales (CAAP).

La ley n° 1.227 sancionada el 4 de diciembre 2003 estableció el marco legal para la investigación y preservación del patrimonio de la ciudad. En la actualidad, el patrimonio arquitectónico de la ciudad de Buenos Aires se encuentra en una posición compleja. La Ley 2.54824, sancionada el 29 de noviembre de 2007, protegía a las edificaciones anteriores a 1941 (en 1940 se realizó un relevamiento aéreo completo de la ciudad) según un régimen de Promoción Especial de Protección Patrimonial (PEPP) que establecía que las demoliciones de edificaciones previas al 31 de diciembre de 1941 debían ser aprobadas por el Consejo Asesor en Asuntos Patrimoniales (CAAP). En la práctica, esto no se respetaba en absoluto y el CAAP sólo podía recomendarle a la Legislatura que catalogara la edificación. La ley caducó el 31 de diciembre de 201125.

El 1 de diciembre de 2011, la Legislatura de la Ciudad sancionó la ley n° 4.104 que establece que en los casos de demolición total o parcial de teatros o cines-teatros el propietario del predio tendrá obligación de construir en el nuevo edificio una sala teatral o cine-teatral de características semejantes a la sala demolida, entendiéndose como semejante respetar hasta un 10% menos el número total de butacas, igual superficie del escenario y camarines, otorgándole al propietario la posibilidad de dividir esa totalidad en distintas salas de menor tamaño a construirse en ese mismo predio. Esta es una continuación de la ley nacional n° 14.800, sancionada el 14 de enero de 1959 (que había sido invalidada con la resolución n° 1.221/97²⁶ del por entonces ministro de Economía Roque Fernández, esta última derogada por el decreto n° 1.180/2003 y luego actualizada en la Ley ACU-0507/2013) referente a las salas teatrales.

Desde 1959, no son pocas las salas teatrales demolidas –algunas de importantísimo valor patrimonial–, convertidas en estacionamientos o edificios. La ley n° 1.029 del 29 de mayo de 2003 declaró de interés a las salas de cine históricas –aquellas que se encuentran habilitadas exclusivamente como salas cinematográficas hasta el año 1980 y continúan desarrollando la actividad y en tanto la exhibición de películas no se encuentre calificada como de exhibición condicionada. Esta ley, a su vez, las exi-

Teatro Broadway (Av. Corrientes 1155), al Cine Teatro Ópera (Av. Corrientes 860), al Cine - Teatro Gran Rex (Av. Corrientes 857), al Cine Monumental (Lavalle 780), al Cine Los Ángeles 1 y 2 (Av. Corrientes 1770), al Cine El Progreso (Av. Riestra 5651), al Edificio "Puerto Santo" y Cinemark 8, en Alicia Moreau de Justo 1900, al Cine Hall (Av. Pte. Roque Sáenz Peña 1156), al ex Cine Cataluña y vivienda colectiva (Av. Corrientes 2046), al Cine Ocean (Lavalle 739), al Cine Electric (Lavalle 836), al Cine Normandie (Lavalle 855), al Cine Atlas Lavalle (Lavalle 869), al Cine Oliden (Oliden 1440), al ex - Cine El Plata (Av. Juan Bautista Alberdi 5751), al Cine Libertador (Av. Corrientes 1350), al Cine y Teatro Empire (Hipólito Yrigoyen 1928) y al Cine Suipacha (Suipacha y Av. Corrientes).

25 En febrero de 2016, juez Aurelio Ammirato de la Justicia en lo Contencioso Administrativo y Tributario de la Ciudad concedió un amparo que frenó todo trámite que afecte a edificios anteriores al último día de 1941. Ver: Kiernan, Sergio. "La justicia frenó la piqueta", en *m2*, *Página 12*, sábado 20 de febrero de 2016.

26 Esto ocurrió en torno al predio del Teatro Odeón.

me del pago Alumbrado, Barrido y Limpieza (ABL), que por las dimensiones de los lotes y del ancho del frente es exorbitante. Los cines beneficiados fueron América, Atlas Lavalle, Atlas Recoleta, Atlas Santa Fe, Belgrano, Cosmos, Electric, Gaumont, General Paz, Gran Rivadavia, Lorca, Los Ángeles, Metro, Monumental, Normandie, Ocean, Premier, Rivera Indarte, Savoy y Trocadero.

La propuesta más relevante con respecto a los espacios de exhibición cinematográfica fue el proyecto de ley 01161 del 20 de mayo de 2010 para la creación de una comisión para el relevamiento de salas cinematográficas y teatrales históricas barriales y un Fondo de ayuda económica para Salas de Cine-Teatro Barriales de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (FOCITBA). La propuesta es una iniciativa del legislador de Raúl Puy (Diálogo por Buenos Aires) y Gabriela Alegre (Encuentro Popular para la Victoria), que no ha tenido continuidad.

Resoluciones del INCAA con respecto a la exhibición cinematográfica: cuota de pantalla y media de continuidad

Es posible encontrar ciertas resoluciones aisladas tomadas por el INCAA durante la década de los noventa relacionadas con la exhibición cinematográfica, como la resolución n° 1.529 de 1997, que estableció 24 unidades rodantes móviles de cine argentino. Sin embargo, la temática más relevante para la exhibición de cine nacional es la relacionada a cuotas de pantalla y media de continuidad.

En 2004 se desató una polémica a partir de dos películas exitosas: *Luna de Avellaneda* (Juan José Campanella) y *Los guantes mágicos* (Martín Rejtman), que habían tenido una buena repercusión y taquilla. Las empresas exhibidoras, sin embargo, las retiraron de cartel para programar *blockbusters* estadounidenses. A partir de los altercados que esto provocó, el INCAA aprobó el 28 de junio de 2004 la resolución n° 2.016 -que había comenzado a definirse en 2003. Varios debates y reclamos giraron en torno a esta resolución. Mientras que el sector de la producción fue quien con mayor énfasis reclamaba su aplicación, los exhibidores y distribuidores se manifestaron en contra.

La resolución tenía como objetivo que las películas de cine argentino financiadas en parte por el INCAA tuvieran acceso y continuidad al circuito de exhibición comercial. Para esto, se establecía la cantidad mínima de películas argentinas que debían exhibirse obligatoriamente en cada una de las salas cinematográficas del país (*cuota de pantalla*). El número de películas variaba según el tipo y capacidad de la sala. A su vez, establecía la *media de continuidad*, es decir, el porcentaje mínimo de público necesario (entre el 25 y el 6%, dependiendo de la capacidad de la sala, la cantidad de copias del film y de la temporada alta o baja) para que una película nacional que fuese exhibida gracias a la cuota de pantalla y que haya obtenido un número mínimo de espectadores (media de continuidad), no pudiera ser retirada de cartelera. En definitiva, la cuota de pantalla permitía el acceso a estrenar un film, mientras que la media de continuidad admitía que permaneciera en cartel.

	A (más de 20 copias)	B (de 11 a 19 copias)	C (10 copias o menos)
<i>Temporada alta (1/4 al 30/9; 25/12 al 1/1)</i>			
menos de 250 butacas	25%	22%	20%
entre 250 y 500 butacas	20%	18%	16%
más de 500	10%	9%	8%
<i>Temporada baja (1/10 al 31/5)</i>			
menos de 250 butacas	20%	17%	15%
entre 250 y 500 butacas	15%	14%	12%
más de 500	8%	7%	6%

Cuadro 1. Media de continuidad por categoría del film y capacidad de la sala (Res. 2.016/2004)

En el artículo 17 de la resolución, se enuncia que la película debe exhibirse en la misma sala, en la totalidad de las funciones previstas. En el artículo 21, se establecen las sanciones ante incumplimiento de la ley -multas e incluso clausura de la sala por hasta 30 días-, que, hasta el momento, no han sido implementadas, a pesar de las denuncias hechas por parte de algunos realizadores. Para Pablo Rovito:

No se trataría de una medida muy extrema, la mayoría de las salas del país tienen una pantalla y deben estrenar solo cuatro películas argentinas al año. Y cuando no haya estrenos y/o copias disponibles en el trimestre correspondiente, la obligatoriedad se cancela automáticamente. Con respecto a las medias de continuidad, se trata del sistema más benévolo para el exhibidor como forma de regulación. En otros países se los obliga a ocupar una cantidad de días al año con cine nacional funcione este o no. Aquí, en el caso de no alcanzar la película la media de la sala, la misma baja de cartel. Históricamente las medias de continuidad se tomaban de acuerdo a la cantidad de espectadores que la sala había tenido en el mismo trimestre el año anterior. En la actualidad, la práctica de mezclar varias películas en distintos horarios en la misma sala y la costumbre del exhibidor de informar los espectadores por película y por complejo, pero no por sala, hizo imposible aplicar ese tipo de sistema. Por ello se recurrió al sistema de instalar medias en función del volumen de ocupación de la sala y el promedio de ocupación global del complejo, tomando en cuenta que las salas más pequeñas tienen un promedio de ocupación más alta. Estas medidas ayudan a mejorar las condiciones de competencia de las películas nacionales que aspiran a llegar a un público masivo (ROVITO, 2004: s/d).

En el art. 19 de la resolución, se señala que en los complejos multipantallas "la cuota de pantalla y media de continuidad deberá cumplirse en cada una de dichas salas en forma independiente. A tal fin las empresas exhibidoras deberán indicar al productor, con tres días de anticipación al comienzo de la semana cinematográfica, en qué sala se programará la película y los horarios de exhibición". Incluso con las consideraciones de la resolución, esto resulta fácil de evadir en complejos que, como menciona Rovito, no programan una película por sala, sino que realizan una serie de estrategias para programar una misma película exitosa en varias pantallas, o pocas funciones de un film. Las exhibidoras comenzaron a aplicar varios mecanismos para evitar cumplir con la cuota de

27 Por ejemplo, se asignaban funciones en horarios en los que frecuentemente hay menos público, se asignaban las salas de mayor capacidad para inducir a que el porcentaje de butacas ocupadas no alcanzara al de la media de continuidad, se agregaban funciones a las cinco convencionales para operar contra la media de continuidad y se desinformaba al público —no se anunciaban las películas argentinas en cartel y no se pasaban los *trailers* de las películas argentinas. Rodrigo Moreno (director de *El Custodio*) sostenía que las multipantallas no vendían las dos primeras filas de las salas, por decisión de los propios complejos (los exhibidores aseguraban que las dos primeras filas nunca eran elegidas por los espectadores). Sin embargo, Moreno denunciaba que cuando se medía la Media de Continuidad, se incluía a las dos primeras filas. También se quejó por la falta de presentación del banner.

28 Leonardo Racauchi, integrante de la Cámara Argentina de Exhibidores Multipantallas, quien aseguraba que para esas películas “deberían existir otros circuitos no específicamente destinados al gran consumo”. La CAEM proponía la creación de un circuito alternativo de exhibición, donde se proyectasen películas con un público definido, ya que “Poner ese tipo de películas en un complejo perjudica principalmente a la película, que termina siendo vista por menos de mil personas en todo el país (...) No por exhibirse en más salas una película va a tener más repercusión. Ese es un espejismo”. También Sebastián Valenzuela, gerente de Villages Cinemas, daba su opinión al respecto: “la cuota de pantalla atenta bastante contra la diversidad: es cine argentino o es cine de Hollywood. Tal vez al que más limitó es al cine europeo o alternativo (...) lo que yo creo que hay que hacer es lograr que el mismo logre un atractivo importante para convocar público. Hay películas argentinas que lo tienen y otras que pasan desapercibidas, porque la gente ni siquiera llega

pantalla y la media de continuidad²⁷. La Gerencia de Fiscalización del Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales constató que el complejo Village Recoleta no cumplió con la media de continuidad con la película *Familia Rodante* (Pablo Trapero, 2004). Los productores siguieron denunciando la falta de regulación y control por parte del INCAA de ambas medidas.

Por otra parte, continuaron las demandas, exigencias y denuncias por parte de los grandes exhibidores por haberse reglamentado la cuota de pantalla y la media de continuidad. La CAEM denunciaba que la cuota de pantalla homogeneizaba el tipo de material que se proyectaba en Argentina²⁸. En el 2006, el INCAA despidió a empleados de la Gerencia de Asuntos Jurídicos, encargados de controlar que se cumplieran la cuota de pantalla y la media de continuidad, tras descubrir que no controlaban correctamente la aplicación de ambas normas (CORTONA, LAPENNA: 2013).

Por otro lado, la resolución n° 1.582 del 2006 creó el circuito de exhibición alternativo y el calendario tentativo de estrenos y estableció una modificación de la resolución n° 2.016/2004, en relación con la aplicación del régimen de cuota de pantalla. Según los funcionarios, el espíritu detrás de las resoluciones era proteger a las películas de producción argentina de menor costo, y a las que les resultaba históricamente más difícil estrenar y mantenerse en cartel (categoría “C”, que bajó de 10 copias a 6 o menos).

Siguiendo la resolución, se generarían dos circuitos de exhibición para garantizar la permanencia mínima durante dos semanas de films nacionales. El primer “circuito comercial de exhibición” sería integrado por una de las salas de los cines Gaumont, Hoyts Abasto, Cinemark Palermo, Atlas Rivera Indarte y Shopping Villa del Parque. El segundo, “circuito alternativo de exhibición”, estaría compuesto por otra de las pantallas de los cines Gaumont, Village Recoleta, Arteplex Belgrano y Monumental. En este último circuito, se garantizaría la permanencia en pantalla, por limitada que sea su convocatoria. Además, los films con menor presupuesto recibirían un subsidio de 25.000 pesos para gastos de lanzamiento y promoción, y entre 10.000 y 70.000 pesos por derechos de exhibición en la televisión. Por último, el INCAA estableció que los exhibidores tenían que informar al Instituto los estrenos nacionales previstos, al igual que los distribuidores, que debían establecer con cuántas copias estrenarían y en qué zonas lo tenían previsto. Una vez que los exhibidores y los distribuidores establecieran la fecha, se la debían comunicar al INCAA y esa fecha pasaría a ser inamovible. Estas medidas comenzaron a regir desde el 1 de septiembre de 2006. Se categorizaron todas las salas como de estreno, teniendo la obligatoriedad de estrenar una película nacional por sala por trimestre, es decir, cuatro películas nacionales por año.

Sin embargo, continuaron las denuncias de incumplimiento. Según los miembros de la Asociación de Productores Independientes de Medios Audiovisuales (APIMA)²⁹, los complejos multipantalla nucleados en la CAEM (Hoyts, Cinemark y Village) interpretaban a su favor los cambios en las normativas de la cuota de pantalla y la media de continuidad. La reglamentación volvió a modificarse en el 2009 (Resolución 26/2009)³⁰ y en el 2012 (Resolución 1.076/2012)³¹, fuera del período trabajado en este artículo.

a saber del estreno" (citado en Cortona y Lapenna, 2013, pp. 118-199).

29 Según APIMA, un representante del complejo Village Cinema S.A. pidió a la distribuidora Primer Plano renunciar al cumplimiento de la media de continuidad, como condición para que la película *El amor y la ciudad* (Teresa Costantini, 2006) fuera exhibida en Village Recoleta, Avellaneda y Rosario.

30 En esta resolución, se modificó la categoría A (35 copias o más) y la B (entre 7 y 34 copias). Con respecto a los multicines, se asignaba el 70% a películas categoría A y 30% a B, y no obligación a exhibir C. Se incrementaban las multas y los días de clausura del cine en caso de incumplimiento. Se modificaban los porcentajes de sala: Temporada alta: hasta 250 butacas, 18%; entre 250 y 500, 16%; más de 500, 10%. Temporada baja: hasta 250 butacas, 15%; entre 250 y 500, 12%; más de 500, 8%.

31 Se modificaban los porcentajes de sala: Temporada alta: hasta 250 butacas, 20%; entre 250 y 500, 18%; más de 500, 16%. Temporada baja: hasta 250 butacas, 16%; entre 250 y 500, 14%; más de 500, 12%.

La medida de cuota de pantalla fue tomada por primera vez por Reino Unido en 1927 y por Francia en 1928, y ha sido una medida sobre la cual se ha discutido en acuerdos como el GATT. De todas maneras, lejos de ser universalmente aceptada para la protección de los cines nacionales, tiene detractores dentro de los mismos interesados en la protección de un cine nacional. Jimmyn Parc (2014) desarrolla en sus artículos una comparación entre dos de las industrias cinematográficas más exitosas respecto del market share: Corea del Sur y Francia. Según Parc, contrariamente a la creencia habitual, la instauración de una cuota de pantalla no ofrece protección ilimitada a las películas locales. Parc se refiere a la cuota de pantalla como una medida "tigre de papel", analizando cómo la disminución de la cuota de pantalla en Corea del Sur en el año 2006 (obligada por Estados Unidos para la firma de un Acuerdo de libre comercio-KORUS) no provocó ninguna disminución en la cantidad de espectadores a las películas coreanas en el país. De todas maneras, puede objetarse que si los Estados Unidos consideraron la necesidad de esta medida (no sólo con el mercado coreano, también la anulación de cuota de pantalla para México), algún interés concreto debe existir.

Lo que se sostiene en este artículo que el efecto de la cuota de pantalla en el mercado es limitado; sin embargo, más que un intento real por cambiar las reglas de mercado, resulta una medida simbólica. Otras medidas resultarían más efectivas –como la limitación de cantidad de copias para las películas importadas– para la promoción de la exhibición del cine nacional. Estas medidas requerirían de un poder político y económico para enfrentarse contra las grandes empresas exhibidoras y distribuidoras (desde la década del noventa, crecientemente concentradas y extranjeras) que Argentina nunca supo o pudo tener.

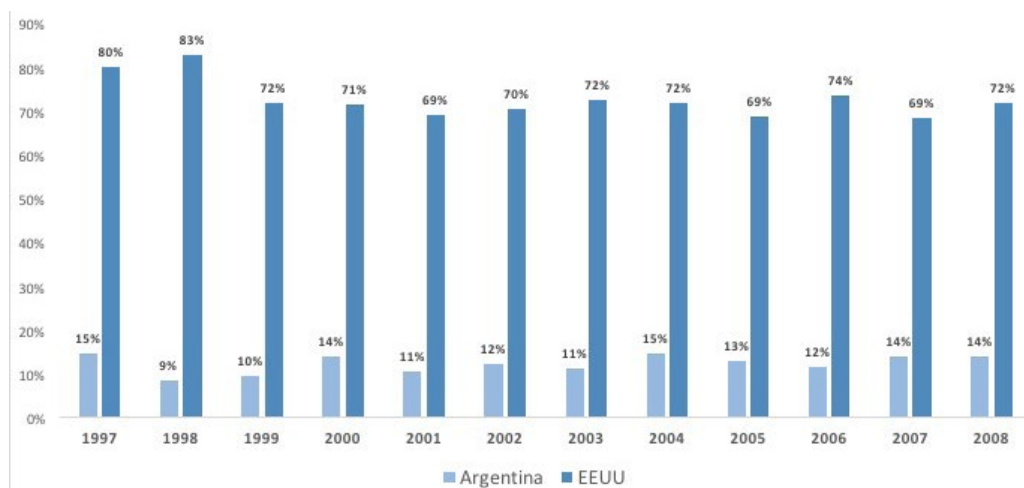
La cuota de pantalla, de todos modos, aunque ineficiente como medida económica, es efectiva como medida simbólica. Por esto mismo esa demostración de interés en la protección de la cinematografía nacional no debería perderse.

La oferta cinematográfica en los multicines de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (1997-2008)

Según Octavio Getino, la demanda de productos culturales no está determinada por la elección voluntaria de los consumidores, sino que está condicionada por las ofertas disponibles, la mayor o menor diversidad y el campo de experiencias socioculturales y económicas del individuo para acceder a unas u otras (GETINO, 2010: 109). Deborah Allison (2006) considera que la competencia entre cines conlleva a que la mayoría de los multiplex priorice los mismos títulos, mientras ignora otros. Para los espectadores, el efecto más notorio de estas presiones económicas resulta en que la cantidad de pantallas no implica más opciones de películas, lo que conduce a una experiencia homogénea de ir al cine. La rotación de las películas en la pantalla no aumenta la cantidad de films ofrecidos, sino que tiene el objeto de permitir que el mismo título pueda iniciar cada quince minutos.

En la Argentina, el market share de las películas provenientes de Estados Unidos durante la década del noventa y primera década del siglo XXI rondó el cincuenta por ciento de los films estrenados y su consumo superó el 80%. Las películas

de Estados Unidos fueron estrenadas con mayor cantidad de copias y ocuparon mayor cantidad de pantallas. En los multicines de capital internacional de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, la proporción de películas estadounidenses es mayor, ocupando un promedio del 73% de la programación, mientras los films argentinos, ocupan el 12% en promedio:

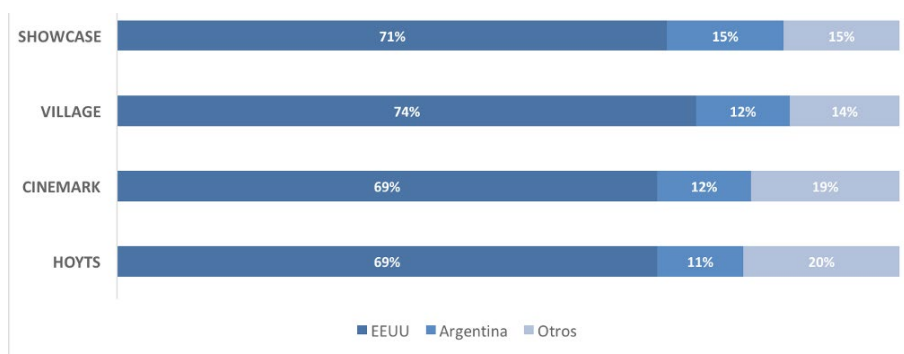


Origen de las películas (Argentina - Estados Unidos) ofertadas por los multicines de CABA (1997-2008)

Elaboración propia en base a datos de ULTRACINE

También es posible corroborar a partir del gráfico que la resolución de cuota de pantalla del 2004 (y su modificatoria en 2006) no ejerció ninguna influencia en la programación de películas nacionales de los multicines de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Este resultado demuestra que, pese a las políticas implementadas, no se ha podido avanzar en mejorar el circuito de la exhibición de cine argentino en las salas comerciales de capitales extranjeros.

En cuanto a las diferencias por complejo, puede encontrarse que Hoyts y Cinemark presentan más películas de origen extranjero (no estadounidense) que Showcase y Village, aunque Cinemark y Hoyts también ofrecen menor cantidad de películas de cine argentino:



Origen de las películas ofertadas por complejo (promedio 1997-2008) Elaboración propia en base a datos de ULTRACINE

32 Por ejemplo, *Una noche con Sabrina Love* se exhibió en el Village Recoleta (durante la semana del 7 de julio del 2000) en dos funciones: 12.45 pm y 1.30 am.

33 Durante las épocas de exhibición en filmico, era frecuente el procedimiento de *interlocking* mediante el cual una película se pasaba en dos proyectores (o más) de manera simultánea. De esta forma, a partir de una sola copia se podía proyectar un film en dos o más salas.

34 Las funciones programadas resultan un tema interesante de analizar. El 19 de julio de 2001, por ejemplo, Hoyts Abasto programó 12 funciones de la película *Chiquititas*, con la última función a la 1.15 am; Cinemark Puerto Madero, por su parte, programó funciones de *Star Wars* a las 9 am.

Al inaugurar Cinemark Puerto Madero, las ocho salas presentaban cinco o seis funciones por película. A medida que pasó el tiempo, los multicines complejizaron la grilla de programación, pasando más de una película por sala. Esto provocó a su vez, que las películas tuvieran horarios preferenciales (o no), o que se exhibiera una película exitosa en más de una sala. De este modo, mientras algunos films tenían 10 o 12 funciones por día (con una ocupación de dos o más salas) desde las 11 hasta las 2 de la mañana, otros tenían 2 funciones a la 13.00 y a las 23.30 horas³². La programación de los multicines además puede inducir a que, en un complejo de 9 salas, durante una semana se proyecten 6 películas (con una ocupando dos o más salas³³), o 12 (con más de una película en una sala).

En los primeros años de los multicines, se propuso un horario matutino (11 am), que tenía precios promocionales y estaba pensado para jubilados y amas de casa, pero por falta de convocatoria de espectadores, luego de unos años este horario fue abandonado. A su vez, existían numerosas funciones de trasnoche³⁴ los días miércoles, viernes y sábados; o viernes, sábado y domingo –cuando por el nuevo convenio colectivo de trabajo, se elevó el sueldo de los trabajadores en las funciones de trasnoche, se redujeron únicamente a los días sábados.

CINEMARK 8	CINEMARK 8 MADERO 4315-3008
A. Moreau de Justo 1960. 315-3008. Puerto Madero.	Alicia Moreau de Justo y San Juan
El santo	Trasnoche: Viernes y Sábado
AM/13. Pelic.: 13.15, 15.40, 18.05, 20.20 y 22.55 hs. Vie. y Sáb. trasn.: 1.20 hs. Miérc. 50 %. Sala 1.	Batman inicia -P/M/13- 13.45, 22.55. Trasn. 1.40
El mundo perdido: Jurassic park	El hijo de la Máscara -ATP- 13.25, 17.50 en castellano
S/R. Pelic.: 13, 15.30, 18, 20.30 y 23 hs. Vie. y Sáb. trasn.: 1.35 hs. Miérc. 50 %. Sala 2.	Guerra de los Mundos -P/M/13- 11.20, 12.25, 14.55, 16.30, 17.30, 19.05, 20.05, 21.40, 22.35. Trasn. 0.10, 1.10
Fabricante de estrellas	Herbie a toda marcha -ATP- 11.10, 15.35, 19.55 en castellano
AM/16. Pelic.: 12.50, 15.15, 17.40, 20.15 y 22.30 hs. Vie. y Sáb. trasn.: 1 hs. Miérc. 50 %. Sala 3.	Las aventuras del Niño Tiburón y la Niña de Fuego 3-D -ATP- 11.40, 13.45, 15.50, 17.55 en castellano
Poder absoluto	Los 4 fantásticos -P/M/13- 12, 14.35, 17.05, 19.40, 22 en castellano. 12.35, 16.20, 18.30, 20.45, 23. Trasn. 0.30 en castellano. 1.20 subtitulada
AM/13. Pelic.: 12.05, 14.35, 17.05, 19.35 y 22.05 hs. Vie. y Sáb. trasn.: 0.40 hs. Miérc. 50 %. Sala 4.	Madagascar -ATP- 11.05, 11.55, 13, 13.55, 15, 15.55, 17, 18, 19, 20, 21, 22.05 en castellano. Trasn. 0.05
Todos dicen te quiero	Sr. y Sra. Smith -P/M/13- 22.20. Trasn. 0.50
AM/13. Pelic.: 13.55, 16.05, 18.15, 20.25 y 22.35 hs. Vie. y Sáb. trasn.: 0.50 hs. Miérc. 50 %. Sala 5.	Un buda -ATP c/Res.- 20.10, 22.40. Trasn. 1.00
La furia	Winnie Pooh y el pequeño Efelante -ATP- 11, 14.45 en castellano
AM/16. Pelic.: 14.05, 16.15, 18.25, 20.35 y 22.45 hs. Vie. y Sáb. trasn.: 1.10 hs. Miérc. 50 %. Sala 6.	
El mundo perdido: Jurassic park	
S/R. Pelic.: 12, 14.35, 17.15, 19.50 y 22.20 hs. Vie. y Sáb. trasn.: 1.05 hs. Miérc. 50 %. Sala 7.	
Comedines	
AM/13. Pelic.: 13.35, 15.45, 17.55, 20.05 y 22.15 hs. Vie. y Sáb. trasn.: 0.30 hs. Miérc. 50 %. Sala 8.	

Funciones de Cinemark Puerto Madero (8 salas) en julio de 1997 y de 2005.

En la primera, cada una de las ocho películas tiene entre 5 y 6 funciones; en la segunda, de las 10 películas proyectadas, algunas tienen 2 funciones y otras 12.

Si bien la oferta de películas estadounidenses es predominante en los complejos multicine de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, es notable también la oferta de películas procedentes de diversas partes del mundo (aunque en total representa alrededor del 15% de la programación). Entre las más exhibidas, priman las películas de Francia y Gran Bretaña, y en segundo lugar de España e Italia. En el período analizado, también se estrenaron films de diversas nacionalidades, especialmente de habla inglesa, de Irlanda, así como Australia y Canadá, entre otros varios países. De Asia, se han exhibido principalmente películas de Japón, Corea del Sur y China, aunque también de otros países del sudeste asiático, así como de medio Oriente. Las películas latinoamericanas exhibidas son particularmente de Brasil y México, y algunas pocas del resto de los países latinoamericanos.

	Cinemark		Hoyts		Village		Showcase
	Palermo	Puerto Madero	Caballito	Abasto	Recoleta	Caballito	Belgrano
Programación de películas:							
Argentina; Argentina en coproducción	13,67%	10,72%	11,96%	14,38%	12,43%	9,77%	11,20%
Argentinas	9,91%	8,89%	9,84%	11,56%	9,67%	7,93%	8,32%
USA; USA en coproducción EU ³⁵	60,74%	73,91%	73,51%	66,18%	62,10%	70,20%	63,08%
Canadá; Canadá en coproducción	2,54%	1,85%	1,84%	2,07%	2,42%	2,56%	2,72%
Latinoamérica; Latinoamérica en coproducción	1,35%	1,07%	0,93%	1,40%	1,70%	1,19%	1,66%
Películas europeas	13,27%	7,33%	7,26%	9,04%	13,57%	8,16%	13,49%
Italia	0,86%	0,65%	0,49%	0,55%	0,98%	0,18%	0,87%
España	2,32%	0,78%	0,88%	1,38%	2,22%	0,12%	1,85%
Francia	3,78%	2,73%	1,27%	2,45%	4,53%	2,21%	4,12%
Reino Unido	2,04%	2,23%	1,63%	1,72%	1,94%	2,26%	2,13%
Alemania, Dinamarca, Suecia, Noruega	0,84%	0,27%	0,34%	0,51%	0,83%	0,83%	1,01%
República Checa, Rusia, Finlandia	0,24%	0,14%	0,10%	0,12%	0,31%	0,00%	0,20%
ASIA; ASIA en coproducción USA y EU	3,42%	2,14%	2,22%	3,49%	3,26%	3,10%	3,29%
Japón, Corea, China	0,84%	0,62%	0,98%	1,55%	1,06%	0,89%	0,85%
Oceanía; Oceanía en coproducción	1,96%	1,85%	2,17%	1,78%	1,78%	2,26%	1,87%
África; África en coproducción	0,15%	0,04%	0,08%	0,01%	0,14%	0,00%	0,18%
Programación total:	4.651	5.523	3.870	7.309	9.059	1.678	5.070
Fecha inauguración	11/1/01	8/5/97	4/6/98	19/11/98	01/7/99	1/12/05	13/7/00
Semanas (desde inauguración al 31/12/2008)	416	608	552	528	496	161	442
Pantallas	10	8	6	12	16	8	10
Cantidad de películas por sala por semana	1,12	1,14	1,17	1,15	1,14	1,30	1,15

³⁵ Este cuadro puede diferir mínimamente de los gráficos confeccionados, ya que en los gráficos se ha tenido en cuenta la totalidad de films en los que participó Estados Unidos, mientras que el cuadro considera únicamente los films estadounidenses, y estadounidenses en coproducción con países europeos.

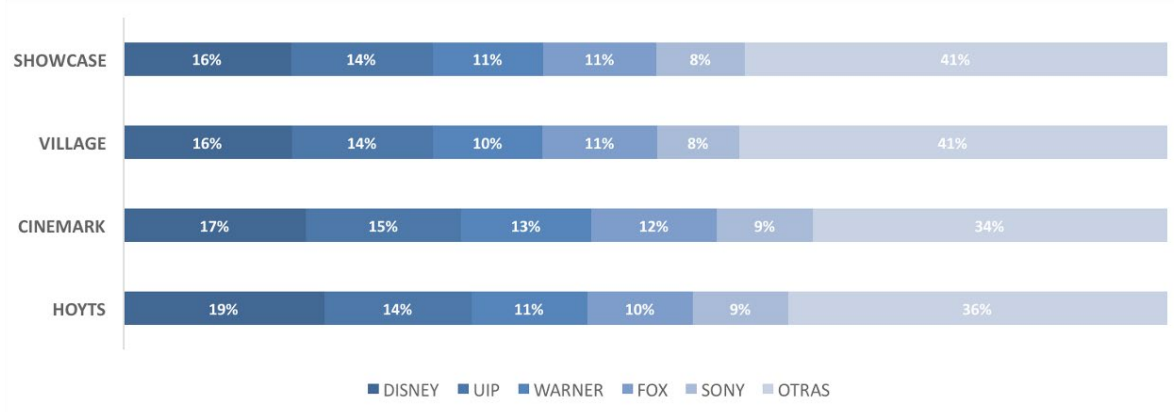
Cuadro 2. Programación en complejos cinematográficos de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires por origen del film (1997-2008)

Elaboración propia en base a datos de ULTRACINE

36 La relación entre empresas distribuidoras y exhibidoras es muy intensa. A su vez, Hoyts ha llegado a actuar como distribuidora —de *Malos pensamientos* (Peter Berg, 1998) en el año 2000—, y Village Roadshow como productora —de *Analizame* (Harold Ramis, 1999).

En el cuadro se expresa el porcentaje de programación por origen del film. Puede verse la abrumadora mayoría de películas estadounidenses, secundadas por las argentinas, y luego las europeas, entre las que las francesas destacan notablemente. Sorprende la cantidad de films provenientes de Asia, en comparación con la escasez de films latinoamericanos. A su vez, pueden notarse diferencias entre complejos, siendo Cinemark Puerto Madero, Cinemark Caballito y Village Caballito más proclives a las películas norteamericanas, mientras Cinemark Palermo, Showcase, Hoyts y Village Recoleta tienen programaciones más diversas en tanto el origen de los films. Este cuadro no tiene en cuenta la cantidad de funciones por día, que modificaría aún más la tendencia a privilegiar el cine de Estados Unidos.

Según las relaciones empresariales, Village tendría vínculos con la empresa productora Warner y NAI/Showcase, indirectamente -a través de Viacom- con la empresa Paramount. Al analizar la programación de los multicines, no es posible distinguir estas filiaciones, quizás debido a que la MPAA actúa en el sector de la distribución³⁶ en conjunto.



Distribuidoras internacionales por complejo internacional (CABA) (promedio 1997-2008).

Elaboración propia en base a datos de ULTRACINE.

Según el análisis de la programación, la distribuidora Buena Vista International (Disney) tiene mayor exhibición de sus films. En el gráfico, se ve la preferencia de Cinemark y de Hoyts por las distribuidoras internacionales (siendo un 7% y un 9% mayor la participación que en Showcase y Village). La programación entre los complejos multicine en el país suele ser muy similar, aunque es posible encontrar algunas diferencias incluso entre los mismos complejos: mientras Hoyts Temperley dobla la mayoría de sus títulos, Hoyts Unicenter los subtítulo; las películas de estética alternativa suelen estrenarse en el Village Recoleta y no en el Village Avellaneda.

Las empresas orientan sus políticas en el sentido de una producción *customized*, según el gusto del cliente (Ortiz, 2004). En la actualidad, todas las teorías del marketing apuntan a la segmentación del público, tendiendo siempre a la ultra-

segmentación y, en el extremo último, la individualización. Se supone que en la segmentación de la oferta y, por consiguiente, en la segmentación de público, se reduce la cantidad de competidores. La desmasificación del consumo se ve como la realización de la libertad individual y como sinónimo de democracia. Según Getino (2008), el público exige diversidad cinematográfica y valoración del cine como medio de expresión artístico cultural. Esta puede ser una razón para la variada oferta en términos de nacionalidad de los films. Los complejos cinematográficos de múltiples pantallas, teóricamente, tienen la posibilidad de exhibir mayor diversidad de programación ya que no necesitan amortizar la venta con un gran número de público en comparación a las antiguas salas con una sola pantalla y 2000 butacas (la cantidad de pantallas de los multicine ronda las 200 butacas). Sin embargo, no debe dejar de notarse que la abrumadora mayoría de películas proceden de los Estados Unidos, son cofinanciadas por los Estados Unidos, tienen una estética hollywoodense o están habladas en inglés a pesar de proceder de países no anglófonos, o fueron distribuidas o coproducidas por empresas norteamericanas.

Con respecto al género de los films programados, García Canclini (2006) sostiene que el cine a partir de la década del noventa privilegia las películas con características espectaculares, con gran calidad técnica, de género de acción, terror o suspenso (la "emoción tecnológica", en términos de DARLEY, 2002). Siguiendo el género de los films estrenados en los complejos multicines de la ciudad de Buenos Aires, esto no se demuestra. Son, en su mayoría, comedias y dramas. También se exhiben una gran cantidad de películas infantiles, particularmente en el mes de julio, coincidente con las vacaciones de invierno.

GÉNERO	CABA	RUMBA	INTERIOR
Acción-Aventuras	19.8	35.6	44.6%
Animación	37.1	30.1%	32.8%
Comedias	37.1	30.1%	32.8%
Dramas	45.1	25.5%	29.4%
Suspenso-Terror	30.9	35.0%	34.1%
Thriller	30.2	33.3%	36.4%
Documental	80.2	8.6%	11.2%

Consumo cinematográfico según género en el trienio 1997-1999 (Fuente: DEISICA)

Sin embargo, estos datos contienen la dificultad de quién cataloga genéricamente las películas. Según los datos consignadas por Ultracine, películas como *The exorcist* (William Friedkin, 1974) son catalogadas como "Drama-Terror", o *The notebook* (Nick Cassavetes, 2004) como "Drama-Romántica", dándole mayor visibilidad al género "Drama". De todas maneras, la afirmación de García Canclini resulta compleja de sostener respecto del mercado argentino.

37 Ver: Nichols, Bill (1994). "Discovering form, inferring meaning: New cinemas and the film festival circuit." en *Film Quarterly* 47.3, pp. 16-30; Stringer, Julian (2001). "Global cities and the international film festival economy", en Shiel, Mark; Tony Fitzmaurice (eds.): *Cinema and the city: film and urban societies in a global context*. Hoboken: John Wiley & Sons, pp.134-144; Valck, Marijke de (2007). *Film festivals: From European geopolitics to global cinephilia*. Amsterdam: Amsterdam University Press; entre otros.

38 Ver: Fernández Bouzo, Soledad (2014). "Poéticas (políticas) del ambiente en el cine documental. Acerca de los documentales en festivales de cine ambiental en Buenos Aires", en *Revista Cine Documental* n° 10, Buenos Aires, pp. 71-96.

39 Este programa fue una iniciativa que surgió en el 2000, como consecuencia de una encuesta que reveló que el 75% de los alumnos de la zona sur de Capital Federal nunca había asistido al cine. La propuesta de llevar al cine a alumnos de escuelas públicas de bajos recursos de la ciudad se llevó adelante en las seis pantallas de los cines Hoyts del Abasto. En el año 2004, el programa fue realizado a escala nacional en 16 provincias argentinas por el INCAA en conjunto con el Ministerio de Educación, Aeropuertos Argentinas 2000 y el Ministerio de Ciencia y Tecnología de la Nación. El programa "La escuela al cine" tiene una suerte de correlato con el reciente programa privado -de características empresariales- "Village School Program".

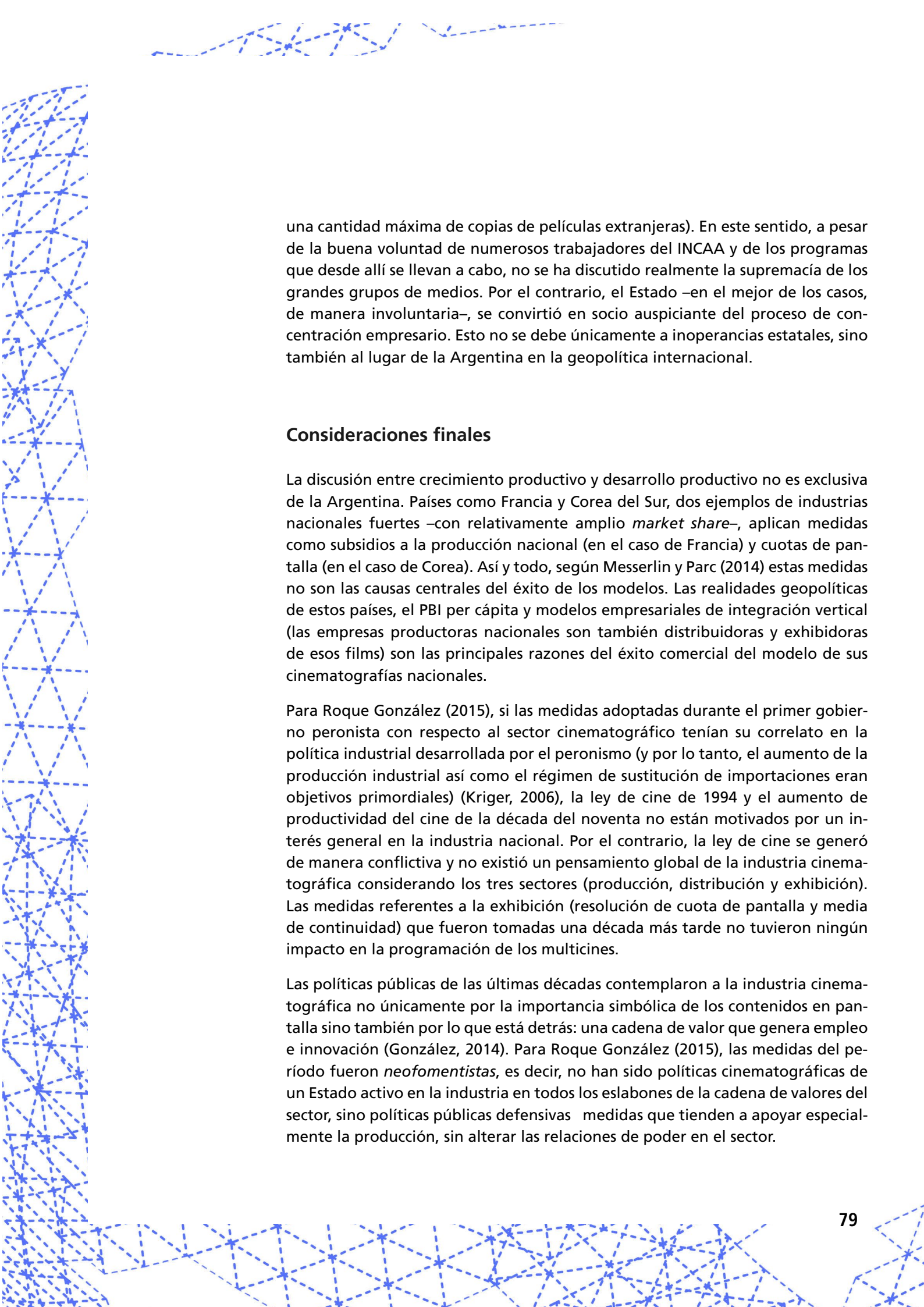
40 Espacios INCAA es un programa que nació en el año 2004 (por la resolución INCAA N° 927/2004), con el fin de lograr que todos los films nacionales tuvieran una ventana de exhibición.

Las películas programadas cambian continuamente, siguiendo la lógica de la novedad. Sin embargo, también se ha recurrido a la programación de reestrenos, generalmente debido a una recuperación o remasterización de las copias. En 2002, Cinemark Puerto Madero programó films como *The exorcist* y *Esperando la Carroza* (Alejandro Doria, 1985). A partir de la digitalización de las salas, esto se volvió una práctica sólo un poco más habitual. Santiago Torre Walsh (editor y responsable del website CinesArgentinos) realizó la distribución de *Volver al futuro* (Robert Zemeckis, 1985), dando inicio a una serie de reestrenos en las salas comerciales, generalmente en funciones únicas.

Varios de los multicines intentan tener propuestas "de calidad". Hoyts Abasto fue inaugurado con el Primer Festival de Cortometrajes Nacionales, organizado junto al canal Volver, y Showcase tuvo una "sala de cine de arte" en sus complejos de Vicente López y de Belgrano.

Además de los estrenos, en los complejos multicines son habituales los festivales y ciclos. La importancia de la investigación de los festivales de cine es un aspecto relativamente relegado de los estudios del cine³⁷. A partir del año 1999 y hasta el 2012, el Festival de Cine Independiente de Buenos Aires (BAFICI) se realizó en Hoyts del Abasto como sede central. VentanaSur exhibió algunas de sus películas en Cinemark Puerto Madero. Varios ciclos de cine se han realizado en complejos: el Festival Internacional de Cine Judío en la Argentina (FICJA) (Cinemark), el Festival de Cine Francés (Cinemark Palermo), el GreenFilmFest³⁸ (Cinemark Palermo), el Festival de Cine Coreano (Hancine) (Cinemark), el Ciclo El Independiente (Hoyts Abasto), el ciclo Marcello Mastroianni de cine italiano (Hoyts Abasto) y el Festival de cine Brasileño (Village Recoleta), entre otros. También programas educativos, como "La escuela al cine"³⁹, organizado por la Secretaría de Educación del GCBA (Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires) y el INCAA. Como se ha visto, Village y Cinemark fueron tenidos en cuenta en la resolución del 2006 como sedes del circuito alternativo de exhibición, aunque prontamente este circuito fue alojado únicamente en los Espacios INCAA.⁴⁰ Showcase es el único complejo que no suele realizar ciclos, y está orientado específicamente a las películas de estreno comercial –aunque suele estrenar comercialmente películas no *mainstream*. Más allá de la importancia de los festivales y ciclos, la relevancia de las películas en estos circuitos no fomenta necesariamente la circulación comercial de las mismas: *Parapalos* (Ana Poliak, 2004), por ejemplo, ganadora de la sexta edición del BAFICI, no logró estrenarse comercialmente.

Se ha dicho que los complejos multicines Village, Hoyts y Cinemark han intentado escabullirse de cumplir con la media de continuidad y la cuota de pantallas de películas argentinas, tanto por incumplimiento de las regulaciones del INCAA como por la búsqueda vericuetos legales. Cuando se comprobaron faltas, el Estado no ha logrado responder con un control riguroso ni con sanciones, a pesar de estar contempladas en la resolución. A su vez, las medidas tomadas, incluso con mayor regulación, no tienen el alcance de otras medidas potenciales (como establecer



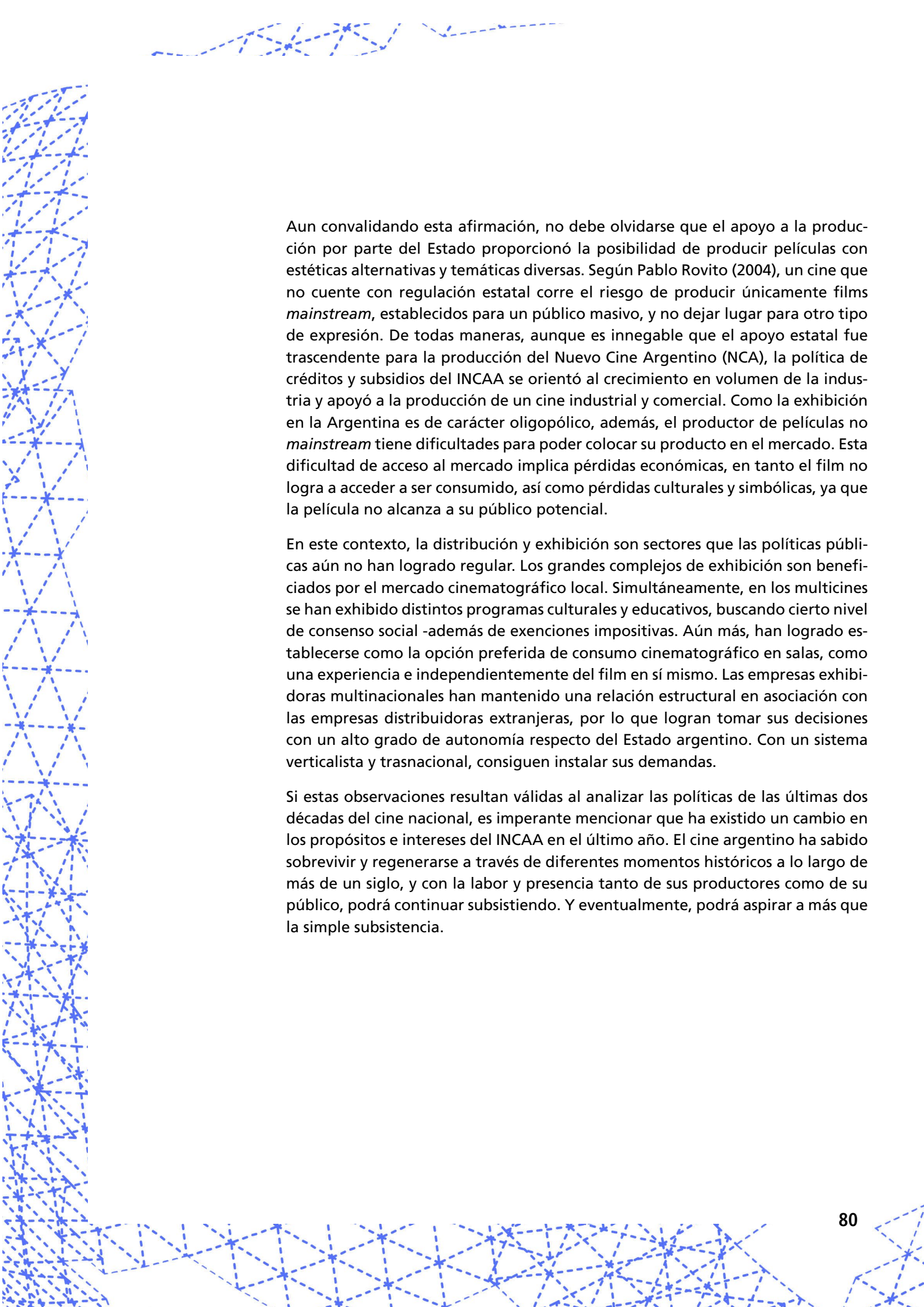
una cantidad máxima de copias de películas extranjeras). En este sentido, a pesar de la buena voluntad de numerosos trabajadores del INCAA y de los programas que desde allí se llevan a cabo, no se ha discutido realmente la supremacía de los grandes grupos de medios. Por el contrario, el Estado –en el mejor de los casos, de manera involuntaria–, se convirtió en socio auspiciante del proceso de concentración empresarial. Esto no se debe únicamente a inoperancias estatales, sino también al lugar de la Argentina en la geopolítica internacional.

Consideraciones finales

La discusión entre crecimiento productivo y desarrollo productivo no es exclusiva de la Argentina. Países como Francia y Corea del Sur, dos ejemplos de industrias nacionales fuertes –con relativamente amplio *market share*–, aplican medidas como subsidios a la producción nacional (en el caso de Francia) y cuotas de pantalla (en el caso de Corea). Así y todo, según Messerlin y Parc (2014) estas medidas no son las causas centrales del éxito de los modelos. Las realidades geopolíticas de estos países, el PBI per cápita y modelos empresariales de integración vertical (las empresas productoras nacionales son también distribuidoras y exhibidoras de esos films) son las principales razones del éxito comercial del modelo de sus cinematografías nacionales.

Para Roque González (2015), si las medidas adoptadas durante el primer gobierno peronista con respecto al sector cinematográfico tenían su correlato en la política industrial desarrollada por el peronismo (y por lo tanto, el aumento de la producción industrial así como el régimen de sustitución de importaciones eran objetivos primordiales) (Kriger, 2006), la ley de cine de 1994 y el aumento de productividad del cine de la década del noventa no están motivados por un interés general en la industria nacional. Por el contrario, la ley de cine se generó de manera conflictiva y no existió un pensamiento global de la industria cinematográfica considerando los tres sectores (producción, distribución y exhibición). Las medidas referentes a la exhibición (resolución de cuota de pantalla y media de continuidad) que fueron tomadas una década más tarde no tuvieron ningún impacto en la programación de los multicines.

Las políticas públicas de las últimas décadas contemplaron a la industria cinematográfica no únicamente por la importancia simbólica de los contenidos en pantalla sino también por lo que está detrás: una cadena de valor que genera empleo e innovación (González, 2014). Para Roque González (2015), las medidas del período fueron *neofomentistas*, es decir, no han sido políticas cinematográficas de un Estado activo en la industria en todos los eslabones de la cadena de valores del sector, sino políticas públicas defensivas –medidas que tienden a apoyar especialmente la producción, sin alterar las relaciones de poder en el sector.



Aun convalidando esta afirmación, no debe olvidarse que el apoyo a la producción por parte del Estado proporcionó la posibilidad de producir películas con estéticas alternativas y temáticas diversas. Según Pablo Rovito (2004), un cine que no cuente con regulación estatal corre el riesgo de producir únicamente films *mainstream*, establecidos para un público masivo, y no dejar lugar para otro tipo de expresión. De todas maneras, aunque es innegable que el apoyo estatal fue trascendente para la producción del Nuevo Cine Argentino (NCA), la política de créditos y subsidios del INCAA se orientó al crecimiento en volumen de la industria y apoyó a la producción de un cine industrial y comercial. Como la exhibición en la Argentina es de carácter oligopólico, además, el productor de películas no *mainstream* tiene dificultades para poder colocar su producto en el mercado. Esta dificultad de acceso al mercado implica pérdidas económicas, en tanto el film no logra acceder a ser consumido, así como pérdidas culturales y simbólicas, ya que la película no alcanza a su público potencial.

En este contexto, la distribución y exhibición son sectores que las políticas públicas aún no han logrado regular. Los grandes complejos de exhibición son beneficiados por el mercado cinematográfico local. Simultáneamente, en los multicines se han exhibido distintos programas culturales y educativos, buscando cierto nivel de consenso social -además de exenciones impositivas. Aún más, han logrado establecerse como la opción preferida de consumo cinematográfico en salas, como una experiencia e independientemente del film en sí mismo. Las empresas exhibidoras multinacionales han mantenido una relación estructural en asociación con las empresas distribuidoras extranjeras, por lo que logran tomar sus decisiones con un alto grado de autonomía respecto del Estado argentino. Con un sistema verticalista y transnacional, consiguen instalar sus demandas.

Si estas observaciones resultan válidas al analizar las políticas de las últimas dos décadas del cine nacional, es imperante mencionar que ha existido un cambio en los propósitos e intereses del INCAA en el último año. El cine argentino ha sabido sobrevivir y regenerarse a través de diferentes momentos históricos a lo largo de más de un siglo, y con la labor y presencia tanto de sus productores como de su público, podrá continuar subsistiendo. Y eventualmente, podrá aspirar a más que la simple subsistencia.



Referencias

Aguilar, G. **Otros mundos. Un ensayo sobre el nuevo cine argentino.** Buenos Aires: Santiago Arcos, 2006.

Allison, D. "Multiplex programming in the UK: the economics of homogeneity", en *Screen* n° 47.1, 2006, pp. 81-90.

Amatriain, I. (comp.). **Una década de nuevo cine argentino (1995-2005). Industria, crítica, formación, estéticas.** Buenos Aires, Ciccus, 2009.

García Canclini, N. "El consumo cultural: una propuesta teórica". En SUNKEL, G. **El consumo cultural en América Latina: construcción teórica y líneas de investigación.** Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2006.

Campodónico, R. H. **Trincheras de celuloide. Bases para una historia político-económica del cine argentino.** Madrid: Fundación Autor, 2005.

Cortona, E; LAPENNA, J.C. ¿Una década ganada?: Estado, políticas públicas y cine argentino: 2002-2012. Tesis de grado en Ciencias de la Comunicación, Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 2013.

Darley, A. **Cultura visual digital.** Barcelona: Paidós, 2002.

España, C. (comp.). **Cine argentino: modernidad y vanguardias, 1957/1983.** Buenos Aires: Fondo Nacional de las Artes, 2005.

España, C. "El cine sonoro y su expansión" en AA.VV., **Historia del cine argentino.** Buenos Aires: CEAL, 1992, pp. 47-88.

Falicov, T. **The Cinematic Tango. Contemporary Argentine Film.** Londres: Wallpaper, 2007.

Getino, O. "Avances en la medición de los consumos culturales». En MORENO, O. (coord.): **Artes e Industrias Culturales. Debates contemporáneos en Argentina.** Buenos Aires: Eduntref, 2010.

_____. **El capital de la cultura: las industrias culturales en la Argentina.** Buenos Aires: Ciccus, 2008.

_____. "Las IC en el MERCOSUR: Apuntes para un proyecto de política de Estado". En **Industrias culturales: un aporte al desarrollo.** Santiago de Chile: LOM, 2005, pp. 31-42.

_____. **Cine y televisión en América Latina. Producción y Mercados.** Buenos Aires: Ciccus, 1998.

González, L. "Políticas del cine y el audiovisual: entre lo global y lo local", en **XVIII Jornadas nacionales de Investigadores en Comunicación**, Buenos Aires, 9, 10 y 11 de octubre de 2014.

González, R. **Políticas públicas cinematográficas. Neofomentismo en América, Brasil y México.** Tesis de doctorado de la Universidad Nacional de La Plata, 2015.

Karush, M. **Cultura de clase. Radio y cine en la creación de una Argentina dividida (1920-1946).** Buenos Aires: Ariel, 2013.

Kruger, C. "El noticiero Sucesos Argentinos", en **El Iniciador de ciudadanía y democracia** n° 1, primavera-verano 2009.

_____. **La presencia del Estado en el cine del primer peronismo.** Tesis de doctorado en Artes, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2006.

Mateu, C. "La producción cinematográfica en un país dependiente. Desarrollo cinematográfico argentino en las décadas del 30 y 40". En **XXI Jornadas de Historia Económica**, Caseros, 23-26 de septiembre de 2008.

Messerlin, P. y Jimmyn Parc. "The effect of screen quotas and subsidy regime on cultural industry: A case study of French and Korean film industries", en **Journal of international business and economy** 15, no. 2, 2014, pp. 57-73.

Messerlin, P. "The French Audiovisual Policies: 'A bout de souffle'", en **Sciences Po Paris**, 2014.

Ortiz, R. **Otro territorio, Ensayos sobre el mundo contemporáneo.** Buenos Aires: Editorial Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

Perelman, P.; Seivach, P. **Industria cinematográfica en la Argentina: entre los límites del mercado y el fomento estatal.** Buenos Aires: Gobierno de Buenos Aires, 2003.

Posadas, Abel; LANDRO, M. Speroni, M.; Campodónico, R. **Cine sonoro argentino II: 1933-1943.** Buenos Aires: El Calafate Editores, 2006.

Puente, S. **Industrias culturales y políticas de Estado.** Buenos Aires: Prometeo, 2007.

Rovito, P. "Cuota de Pantalla. ¿Qué estamos discutiendo?", s/d, 2004. Disponible en <http://www.apima.com.ar/material_articulos.htm>, acceso en: 10 de junio de 2017.

Schmoller, E. "Cuatro tiempos y un epílogo", en WOLF, S. (comp.). **Cine argentino. Estéticas de la producción.** Buenos Aires: Ministerio de Cultura/ Bafici, 2009, pp. 25-36.

Sorrentino, E. P. "Análisis del contexto en que fue sancionada la Ley N° 24.377/94 (Ley de cine de Argentina)", **III Congreso Internacional de la Asociación Argentina de Estudios de Cine y Audiovisual**, Córdoba, 2012.

Dossiê temático “Estudos marxistas sobre comunicação e cultura”

Apresentação

Verlane Aragão Santos

Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS)


Contato: velorca2010@gmail.com

Helena Martins do Rêgo Barreto

Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB)

Contato: mb.helena@gmail.com



¹ BENJAMIN, W. Rua de mão única. Obras escolhidas. Volume 2. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 46.

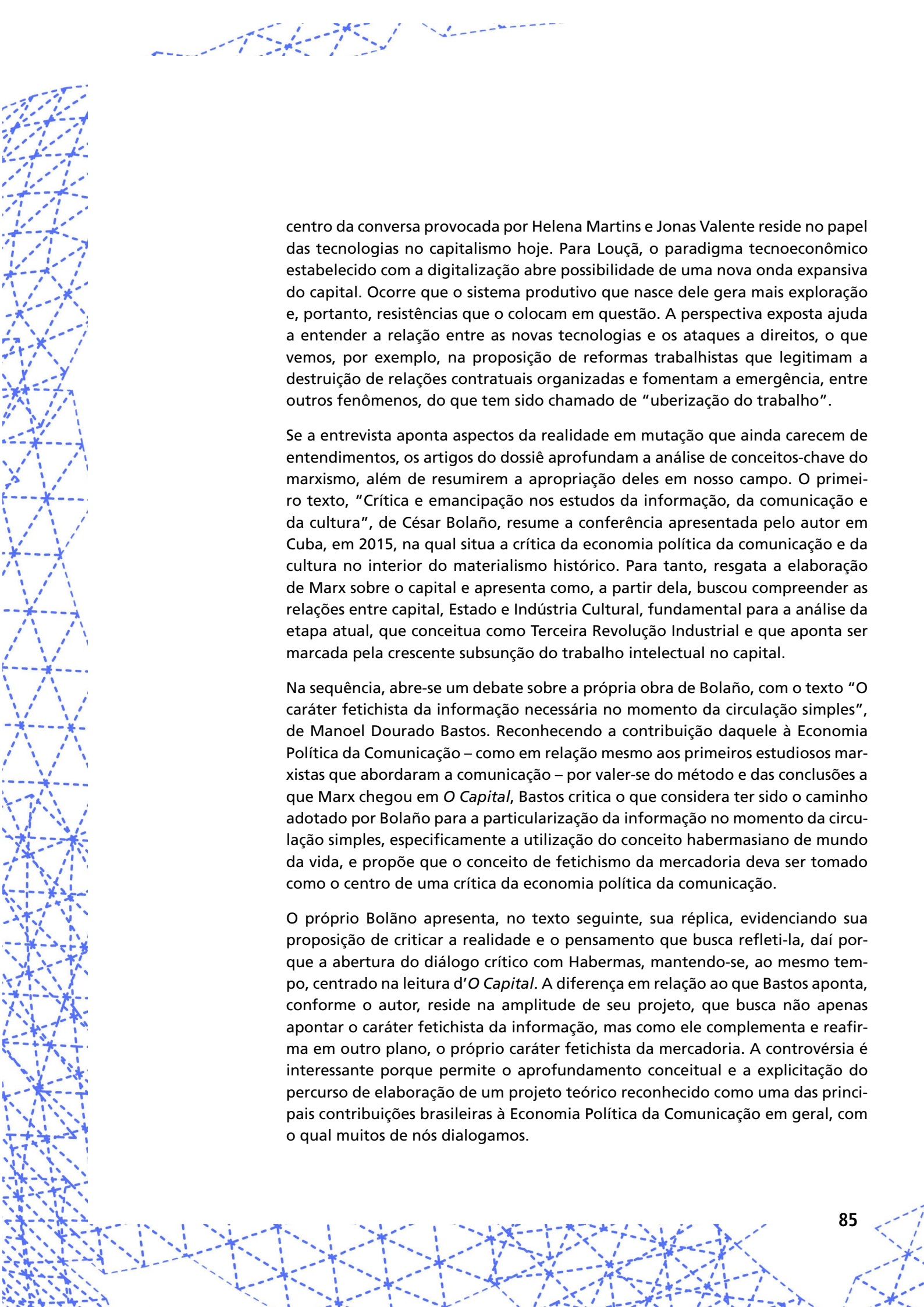
2017 é um ano repleto de efemérides. A mais marcante delas para o projeto do dossiê temático “Estudos marxistas sobre comunicação e cultura” é a publicação do primeiro volume de *O Capital*, de Karl Marx (1818-1883), 150 atrás. A homenagem decorre do entendimento de que os elementos da crítica marxista têm contribuído sobremaneira para o desenvolvimento do pensamento comunicacional, ao longo do século XX e deste, ao evidenciar o papel dos meios na acumulação de capital; a mercantilização da cultura e suas especificidades; o processo de subsunção do trabalho intelectual; as resistências no âmbito da produção e da recepção dos produtos culturais; a ideologia que orienta a produção dos conteúdos midiáticos e a desigualdade nos fluxos comunicacionais entre diferentes países, entre outras questões.

O ano também marca uma década da mais profunda crise vivenciada pelo capitalismo, em seu estágio atual. A recessão de 2007 trouxe à tona destacadas características do sistema hoje, entre as quais a dominância financeira, para a qual são imprescindíveis as redes telemáticas que interligam países e estruturas produtivas que por todo o mundo se estendem, e a expansão da lógica da mercadoria, viabilizada pela intensificação dos processos de abertura comercial e liberalização financeira, que a praticamente tudo contamina. Não à toa, reacendeu o debate sobre as crises e os ciclos do capital, bem como o interesse pela leitura de Karl Marx, cujos postulados teóricos mostram-se fundamentais para quem busca compreender tais fatos.

Por fim, e não menos importante, registra o centenário da Revolução Russa de 1917, marco histórico que nos faz lembrar que, apesar de sua capacidade de adaptação, o sistema capitalista carrega contradições que podem, no transcorrer da história e como resultado da luta de classes, ocasionar rupturas. O tempo é hoje e as tarefas estão postas, pois, como disse Benjamin¹, “(...) se a eliminação da burguesia não estiver efetuada até um momento quase calculável do desenvolvimento econômico e técnico (a inflação e a guerra de gases o assinalam), tudo estará perdido. Antes que a centelha chegue à dinamite, é preciso que o pavio que queima seja cortado”.

Sabemos que, para transformar a realidade, é preciso conhecê-la. Partir do concreto da realidade social e buscar elucidar suas lógicas mais profundas, em geral não evidentes. Nesse sentido, as diferentes abordagens sobre comunicação, informação e cultura contidas neste dossiê resgatam os conceitos centrais presentes na obra máxima de Marx, problematizam-nos e os colocam em diálogo com outras perspectivas teórico-metodológicas, a fim de analisar a comunicação, abordada apenas lateralmente em *O Capital*, tendo em vista que ela hoje se configura como elemento central para a arquitetura do sistema.

O dossiê tem início com a entrevista do economista Francisco Louçã, professor catedrático do Departamento de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa e autor de livros como *Ciclos e Crises no Capitalismo Global - Das revoluções industriais à revolução da informação* (Edições Afrontamento, 2004), escrito em parceria com Chris Freeman; e *Sombras - a desordem financeira na era da globalização* (Bertrand, 2017), com Michael Ash. O

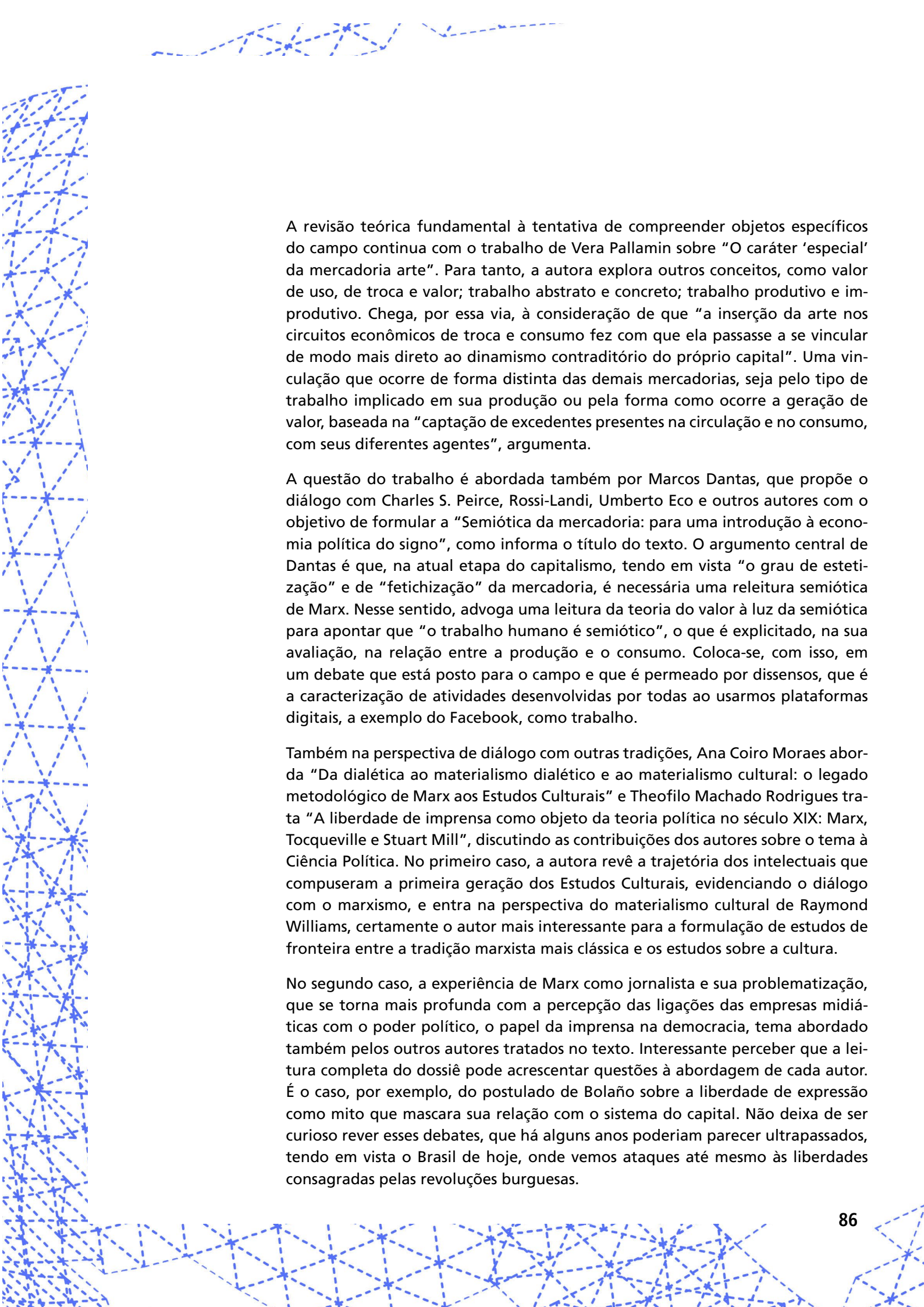


centro da conversa provocada por Helena Martins e Jonas Valente reside no papel das tecnologias no capitalismo hoje. Para Louçã, o paradigma tecnoeconômico estabelecido com a digitalização abre possibilidade de uma nova onda expansiva do capital. Ocorre que o sistema produtivo que nasce dele gera mais exploração e, portanto, resistências que o colocam em questão. A perspectiva exposta ajuda a entender a relação entre as novas tecnologias e os ataques a direitos, o que vemos, por exemplo, na proposição de reformas trabalhistas que legitimam a destruição de relações contratuais organizadas e fomentam a emergência, entre outros fenômenos, do que tem sido chamado de “uberização do trabalho”.

Se a entrevista aponta aspectos da realidade em mutação que ainda carecem de entendimentos, os artigos do dossiê aprofundam a análise de conceitos-chave do marxismo, além de resumirem a apropriação deles em nosso campo. O primeiro texto, “Crítica e emancipação nos estudos da informação, da comunicação e da cultura”, de César Bolaño, resume a conferência apresentada pelo autor em Cuba, em 2015, na qual situa a crítica da economia política da comunicação e da cultura no interior do materialismo histórico. Para tanto, resgata a elaboração de Marx sobre o capital e apresenta como, a partir dela, buscou compreender as relações entre capital, Estado e Indústria Cultural, fundamental para a análise da etapa atual, que conceitua como Terceira Revolução Industrial e que aponta ser marcada pela crescente subsunção do trabalho intelectual no capital.

Na sequência, abre-se um debate sobre a própria obra de Bolaño, com o texto “O caráter fetichista da informação necessária no momento da circulação simples”, de Manoel Dourado Bastos. Reconhecendo a contribuição daquele à Economia Política da Comunicação – como em relação mesmo aos primeiros estudiosos marxistas que abordaram a comunicação – por valer-se do método e das conclusões a que Marx chegou em *O Capital*, Bastos critica o que considera ter sido o caminho adotado por Bolaño para a particularização da informação no momento da circulação simples, especificamente a utilização do conceito habermasiano de mundo da vida, e propõe que o conceito de fetichismo da mercadoria deva ser tomado como o centro de uma crítica da economia política da comunicação.

O próprio Bolaño apresenta, no texto seguinte, sua réplica, evidenciando sua proposição de criticar a realidade e o pensamento que busca refleti-la, daí porque a abertura do diálogo crítico com Habermas, mantendo-se, ao mesmo tempo, centrado na leitura d’*O Capital*. A diferença em relação ao que Bastos aponta, conforme o autor, reside na amplitude de seu projeto, que busca não apenas apontar o caráter fetichista da informação, mas como ele complementa e reafirma em outro plano, o próprio caráter fetichista da mercadoria. A controvérsia é interessante porque permite o aprofundamento conceitual e a explicitação do percurso de elaboração de um projeto teórico reconhecido como uma das principais contribuições brasileiras à Economia Política da Comunicação em geral, com o qual muitos de nós dialogamos.

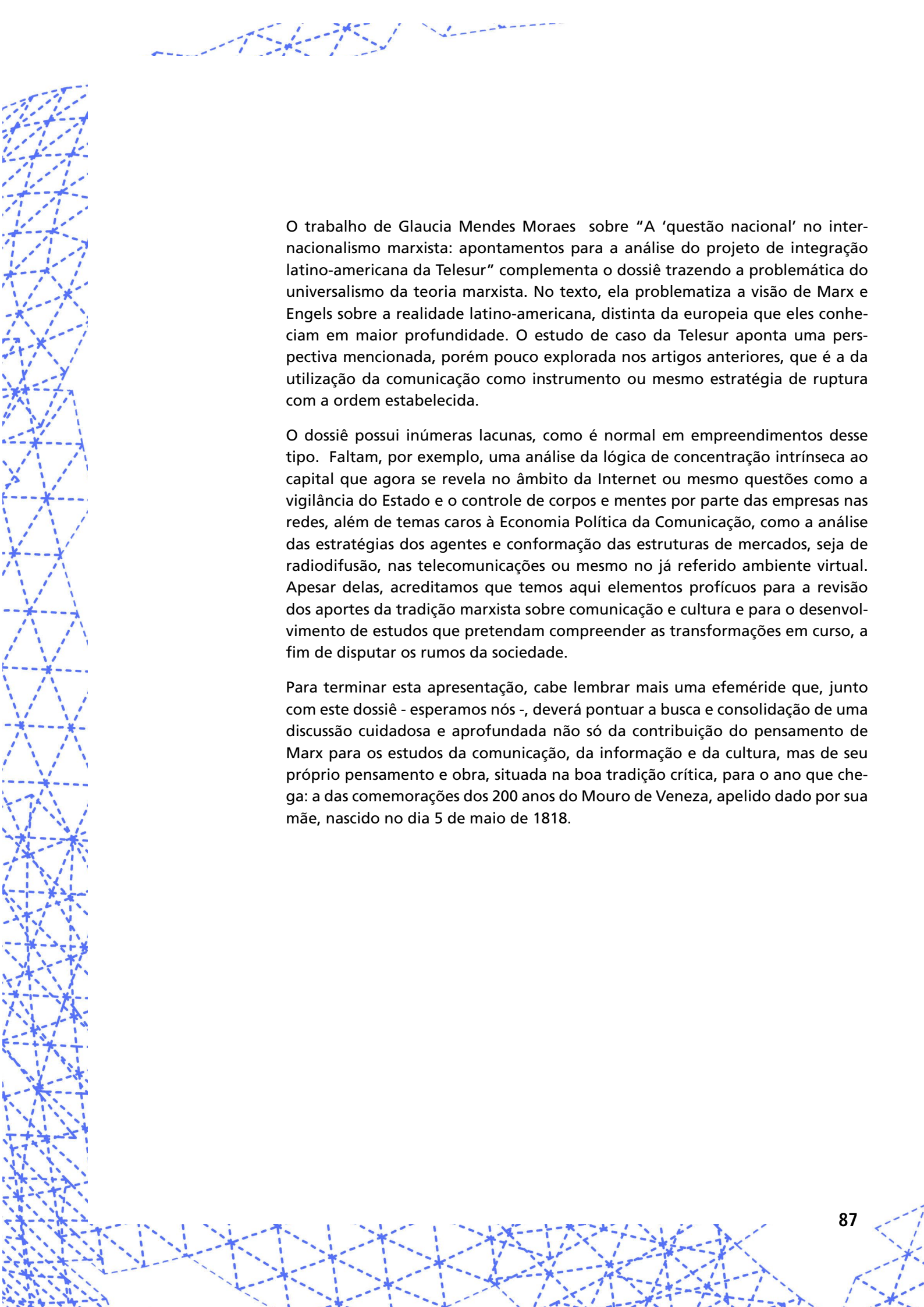


A revisão teórica fundamental à tentativa de compreender objetos específicos do campo continua com o trabalho de Vera Pallamin sobre “O caráter ‘especial’ da mercadoria arte”. Para tanto, a autora explora outros conceitos, como valor de uso, de troca e valor; trabalho abstrato e concreto; trabalho produtivo e improdutivo. Chega, por essa via, à consideração de que “a inserção da arte nos circuitos econômicos de troca e consumo fez com que ela passasse a se vincular de modo mais direto ao dinamismo contraditório do próprio capital”. Uma vinculação que ocorre de forma distinta das demais mercadorias, seja pelo tipo de trabalho implicado em sua produção ou pela forma como ocorre a geração de valor, baseada na “captação de excedentes presentes na circulação e no consumo, com seus diferentes agentes”, argumenta.

A questão do trabalho é abordada também por Marcos Dantas, que propõe o diálogo com Charles S. Peirce, Rossi-Landi, Umberto Eco e outros autores com o objetivo de formular a “Semiótica da mercadoria: para uma introdução à economia política do signo”, como informa o título do texto. O argumento central de Dantas é que, na atual etapa do capitalismo, tendo em vista “o grau de estetização” e de “fetichização” da mercadoria, é necessária uma releitura semiótica de Marx. Nesse sentido, advoga uma leitura da teoria do valor à luz da semiótica para apontar que “o trabalho humano é semiótico”, o que é explicitado, na sua avaliação, na relação entre a produção e o consumo. Coloca-se, com isso, em um debate que está posto para o campo e que é permeado por dissensos, que é a caracterização de atividades desenvolvidas por todas as plataformas digitais, a exemplo do Facebook, como trabalho.

Também na perspectiva de diálogo com outras tradições, Ana Coiro Moraes aborda “Da dialética ao materialismo dialético e ao materialismo cultural: o legado metodológico de Marx aos Estudos Culturais” e Theofilo Machado Rodrigues trata “A liberdade de imprensa como objeto da teoria política no século XIX: Marx, Tocqueville e Stuart Mill”, discutindo as contribuições dos autores sobre o tema à Ciência Política. No primeiro caso, a autora revê a trajetória dos intelectuais que compuseram a primeira geração dos Estudos Culturais, evidenciando o diálogo com o marxismo, e entra na perspectiva do materialismo cultural de Raymond Williams, certamente o autor mais interessante para a formulação de estudos de fronteira entre a tradição marxista mais clássica e os estudos sobre a cultura.

No segundo caso, a experiência de Marx como jornalista e sua problematização, que se torna mais profunda com a percepção das ligações das empresas midiáticas com o poder político, o papel da imprensa na democracia, tema abordado também pelos outros autores tratados no texto. Interessante perceber que a leitura completa do dossiê pode acrescentar questões à abordagem de cada autor. É o caso, por exemplo, do postulado de Bolaño sobre a liberdade de expressão como mito que mascara sua relação com o sistema do capital. Não deixa de ser curioso rever esses debates, que há alguns anos poderiam parecer ultrapassados, tendo em vista o Brasil de hoje, onde vemos ataques até mesmo às liberdades consagradas pelas revoluções burguesas.



O trabalho de Gláucia Mendes Moraes sobre “A ‘questão nacional’ no internacionalismo marxista: apontamentos para a análise do projeto de integração latino-americana da Telesur” complementa o dossiê trazendo a problemática do universalismo da teoria marxista. No texto, ela problematiza a visão de Marx e Engels sobre a realidade latino-americana, distinta da europeia que eles conheciam em maior profundidade. O estudo de caso da Telesur aponta uma perspectiva mencionada, porém pouco explorada nos artigos anteriores, que é a da utilização da comunicação como instrumento ou mesmo estratégia de ruptura com a ordem estabelecida.

O dossiê possui inúmeras lacunas, como é normal em empreendimentos desse tipo. Faltam, por exemplo, uma análise da lógica de concentração intrínseca ao capital que agora se revela no âmbito da Internet ou mesmo questões como a vigilância do Estado e o controle de corpos e mentes por parte das empresas nas redes, além de temas caros à Economia Política da Comunicação, como a análise das estratégias dos agentes e conformação das estruturas de mercados, seja de radiodifusão, nas telecomunicações ou mesmo no já referido ambiente virtual. Apesar delas, acreditamos que temos aqui elementos profícuos para a revisão dos aportes da tradição marxista sobre comunicação e cultura e para o desenvolvimento de estudos que pretendam compreender as transformações em curso, a fim de disputar os rumos da sociedade.

Para terminar esta apresentação, cabe lembrar mais uma efeméride que, junto com este dossiê - esperamos nós -, deverá pontuar a busca e consolidação de uma discussão cuidadosa e aprofundada não só da contribuição do pensamento de Marx para os estudos da comunicação, da informação e da cultura, mas de seu próprio pensamento e obra, situada na boa tradição crítica, para o ano que chega: a das comemorações dos 200 anos do Mouro de Veneza, apelido dado por sua mãe, nascido no dia 5 de maio de 1818.

Entrevista com Francisco Louçã

“O que assistimos é a uma luta de classes para reconfigurar o mundo, de modo que as tecnologias possam ser o centro de um relançamento da acumulação de capital, com uma exploração mais intensa”

(Louçã)

Helena Martins

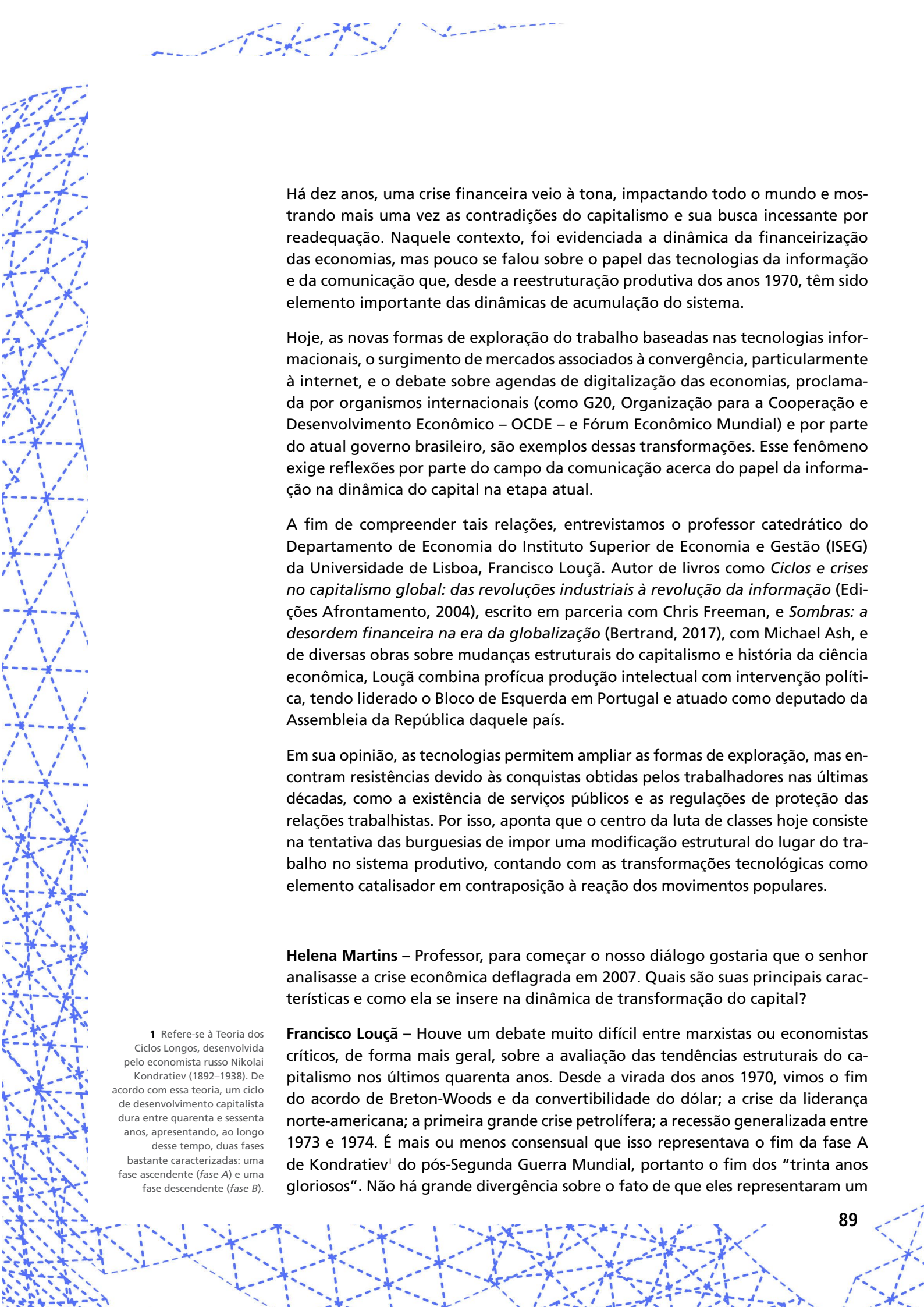
Jornalista, mestra em Comunicação Social e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) – **Brasil**.

Contato: mb.helena@gmail.com

Jonas Valente

Jornalista, mestre em Comunicação Social e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) – **Brasil**.

Contato: jonasvalente@gmail.com



Há dez anos, uma crise financeira veio à tona, impactando todo o mundo e mostrando mais uma vez as contradições do capitalismo e sua busca incessante por readequação. Naquele contexto, foi evidenciada a dinâmica da financeirização das economias, mas pouco se falou sobre o papel das tecnologias da informação e da comunicação que, desde a reestruturação produtiva dos anos 1970, têm sido elemento importante das dinâmicas de acumulação do sistema.

Hoje, as novas formas de exploração do trabalho baseadas nas tecnologias informacionais, o surgimento de mercados associados à convergência, particularmente à internet, e o debate sobre agendas de digitalização das economias, proclamada por organismos internacionais (como G20, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – e Fórum Econômico Mundial) e por parte do atual governo brasileiro, são exemplos dessas transformações. Esse fenômeno exige reflexões por parte do campo da comunicação acerca do papel da informação na dinâmica do capital na etapa atual.


A fim de compreender tais relações, entrevistamos o professor catedrático do Departamento de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa, Francisco Louçã. Autor de livros como *Ciclos e crises no capitalismo global: das revoluções industriais à revolução da informação* (Edições Afrontamento, 2004), escrito em parceria com Chris Freeman, e *Sombras: a desordem financeira na era da globalização* (Bertrand, 2017), com Michael Ash, e de diversas obras sobre mudanças estruturais do capitalismo e história da ciência econômica, Louçã combina profícua produção intelectual com intervenção política, tendo liderado o Bloco de Esquerda em Portugal e atuado como deputado da Assembleia da República daquele país.

Em sua opinião, as tecnologias permitem ampliar as formas de exploração, mas encontram resistências devido às conquistas obtidas pelos trabalhadores nas últimas décadas, como a existência de serviços públicos e as regulações de proteção das relações trabalhistas. Por isso, aponta que o centro da luta de classes hoje consiste na tentativa das burguesias de impor uma modificação estrutural do lugar do trabalho no sistema produtivo, contando com as transformações tecnológicas como elemento catalisador em contraposição à reação dos movimentos populares.

Helena Martins – Professor, para começar o nosso diálogo gostaria que o senhor analisasse a crise econômica deflagrada em 2007. Quais são suas principais características e como ela se insere na dinâmica de transformação do capital?

Francisco Louçã – Houve um debate muito difícil entre marxistas ou economistas críticos, de forma mais geral, sobre a avaliação das tendências estruturais do capitalismo nos últimos quarenta anos. Desde a virada dos anos 1970, vimos o fim do acordo de Breton-Woods e da convertibilidade do dólar; a crise da liderança norte-americana; a primeira grande crise petrolífera; a recessão generalizada entre 1973 e 1974. É mais ou menos consensual que isso representava o fim da fase A de Kondratiev¹ do pós-Segunda Guerra Mundial, portanto o fim dos “trinta anos gloriosos”. Não há grande divergência sobre o fato de que eles representaram um

¹ Refere-se à Teoria dos Ciclos Longos, desenvolvida pelo economista russo Nikolai Kondratiev (1892–1938). De acordo com essa teoria, um ciclo de desenvolvimento capitalista dura entre quarenta e sessenta anos, apresentando, ao longo desse tempo, duas fases bastante caracterizadas: uma fase ascendente (*fase A*) e uma fase descendente (*fase B*).



2 De acordo com o modelo de Freeman, a manutenção de uma onda depende da sintonia entre o paradigma tecnoeconômico e a estrutura socioinstitucional. A dissintonia entre esses elementos principia crises.

3 Economista francês do II Império, Clément Juglar foi o primeiro a descobrir o movimento cíclico, conferindo a ele uma periodicidade média da ordem de oito anos.

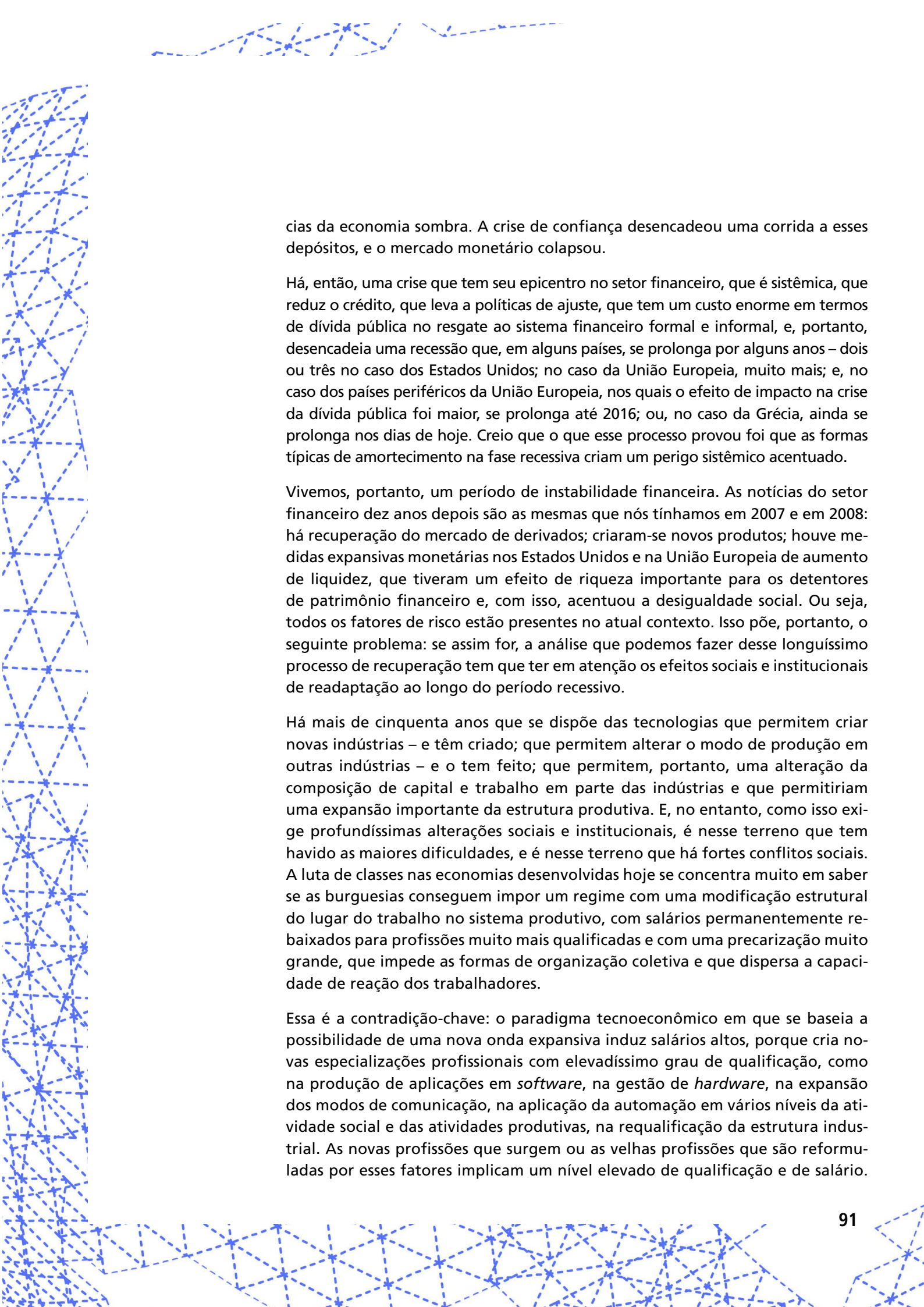
período de acumulação de capital muito intenso, combinado com reestruturação na organização social e com um grande crescimento dos mercados financeiros.

O que acontece a partir daí, contudo, é muito polêmico. Alguns economistas entenderam que a fase B, portanto a fase de predominância recessiva dessa quarta onda de Kondratiev, tinha sido muito curta e que, logo nos anos 1980, uma recuperação da taxa de lucro teria permitido a entrada em uma quinta onda longa, que terminaria na crise de 2007–2008. Essa visão é suportada por uma análise da dinâmica da taxa de lucro nos países capitalistas mais desenvolvidos, em particular nos Estados Unidos, que teve, é verdade, uma recuperação assinalável nos anos 1980. Creio, no entanto, que essa perspectiva está errada. Entendo que ela se baseia em uma visão muito limitada da rentabilidade de algumas indústrias nos países mais avançados da economia capitalista, em uma visão simplista da readaptação socioinstitucional² e do próprio processo de afirmação de lideranças na organização do mundo capitalista.

Creio, pelo contrário, que o que nós temos assistido é a uma muito longa fase recessiva da quarta onda de Kondratiev, que tem se prolongado nos últimos quarenta anos, com oscilações, como sempre, com recessões ou Ciclos de Juglar³ muito acentuados, que conduziu à acumulação no setor financeiro, em particular. Isso porque a finança foi, nas últimas décadas, o elemento de substituição da demanda agregada, porque o crédito barato permitiu compensar a estagnação salarial e manter um nível do poder de compra com alguma expansão nos países do Ocidente, o que tem um efeito social importante de contenção das reivindicações salariais e da tensão pela distribuição do rendimento.

O setor financeiro desempenhou esse papel social de amortecedor, ao mesmo tempo em que multiplicava uma economia sombra, uma finança sombra, ou seja, uma forma de intermediação de crédito fora do sistema bancário formal, que chegou a ter, na crise de 2007, uma dimensão muito maior do que o sistema bancário formal. Ocorre que, nesse caso, o risco sistêmico é muito maior, porque não há supervisão. Assim, os novos produtos financeiros se beneficiaram da desregulamentação porque se multiplicaram formas de criação fictícia de capital. Portanto, quando um pequeno incidente desencadeou o colapso da credibilidade dos produtos estruturados, sobretudo nos mercados de derivados, desencadeou-se uma crise financeira global que criou uma recessão generalizada, com contração do crédito e da demanda.

Na verdade, o crédito *subprime* que desencadeou esse processo nos Estados Unidos, a partir do verão de 2007, é uma pequena parte do total do crédito hipotecário, que é uma pequena parte do mercado financeiro. Foi, de fato, um efeito borboleta, porque mesmo o colapso do crédito *subprime* teria – e isso não ocorreu na sua totalidade – um efeito pequeno nos mercados financeiros. O problema é que o crédito fazia parte dos processos de titularização, o que significa que o crédito era vendido em pacotes sucessivos com valorização artificial e, portanto, fazia parte dos balanços das agências financeiras, dos bancos e, depois, das agên-



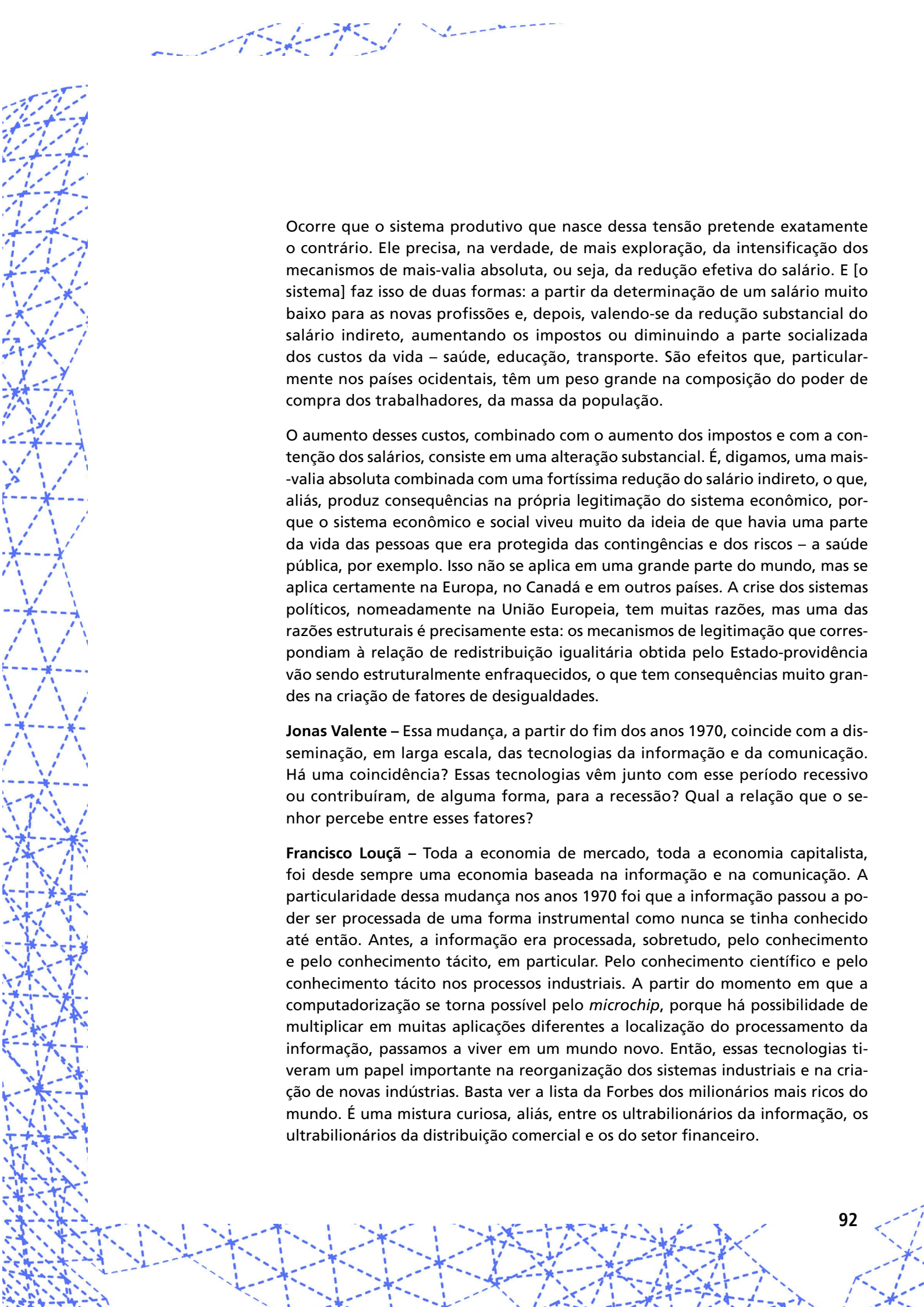
cias da economia sombra. A crise de confiança desencadeou uma corrida a esses depósitos, e o mercado monetário colapsou.

Há, então, uma crise que tem seu epicentro no setor financeiro, que é sistêmica, que reduz o crédito, que leva a políticas de ajuste, que tem um custo enorme em termos de dívida pública no resgate ao sistema financeiro formal e informal, e, portanto, desencadeia uma recessão que, em alguns países, se prolonga por alguns anos – dois ou três no caso dos Estados Unidos; no caso da União Europeia, muito mais; e, no caso dos países periféricos da União Europeia, nos quais o efeito de impacto na crise da dívida pública foi maior, se prolonga até 2016; ou, no caso da Grécia, ainda se prolonga nos dias de hoje. Creio que o que esse processo provou foi que as formas típicas de amortecimento na fase recessiva criam um perigo sistêmico acentuado.

Vivemos, portanto, um período de instabilidade financeira. As notícias do setor financeiro dez anos depois são as mesmas que nós tínhamos em 2007 e em 2008: há recuperação do mercado de derivativos; criaram-se novos produtos; houve medidas expansivas monetárias nos Estados Unidos e na União Europeia de aumento de liquidez, que tiveram um efeito de riqueza importante para os detentores de patrimônio financeiro e, com isso, acentuou a desigualdade social. Ou seja, todos os fatores de risco estão presentes no atual contexto. Isso põe, portanto, o seguinte problema: se assim for, a análise que podemos fazer desse longuíssimo processo de recuperação tem que ter em atenção os efeitos sociais e institucionais de readaptação ao longo do período recessivo.

Há mais de cinquenta anos que se dispõe das tecnologias que permitem criar novas indústrias – e têm criado; que permitem alterar o modo de produção em outras indústrias – e o tem feito; que permitem, portanto, uma alteração da composição de capital e trabalho em parte das indústrias e que permitiriam uma expansão importante da estrutura produtiva. E, no entanto, como isso exige profundíssimas alterações sociais e institucionais, é nesse terreno que tem havido as maiores dificuldades, e é nesse terreno que há fortes conflitos sociais. A luta de classes nas economias desenvolvidas hoje se concentra muito em saber se as burguesias conseguem impor um regime com uma modificação estrutural do lugar do trabalho no sistema produtivo, com salários permanentemente rebaixados para profissões muito mais qualificadas e com uma precarização muito grande, que impede as formas de organização coletiva e que dispersa a capacidade de reação dos trabalhadores.

Essa é a contradição-chave: o paradigma tecnoeconômico em que se baseia a possibilidade de uma nova onda expansiva induz salários altos, porque cria novas especializações profissionais com elevadíssimo grau de qualificação, como na produção de aplicações em *software*, na gestão de *hardware*, na expansão dos modos de comunicação, na aplicação da automação em vários níveis da atividade social e das atividades produtivas, na requalificação da estrutura industrial. As novas profissões que surgem ou as velhas profissões que são reformuladas por esses fatores implicam um nível elevado de qualificação e de salário.

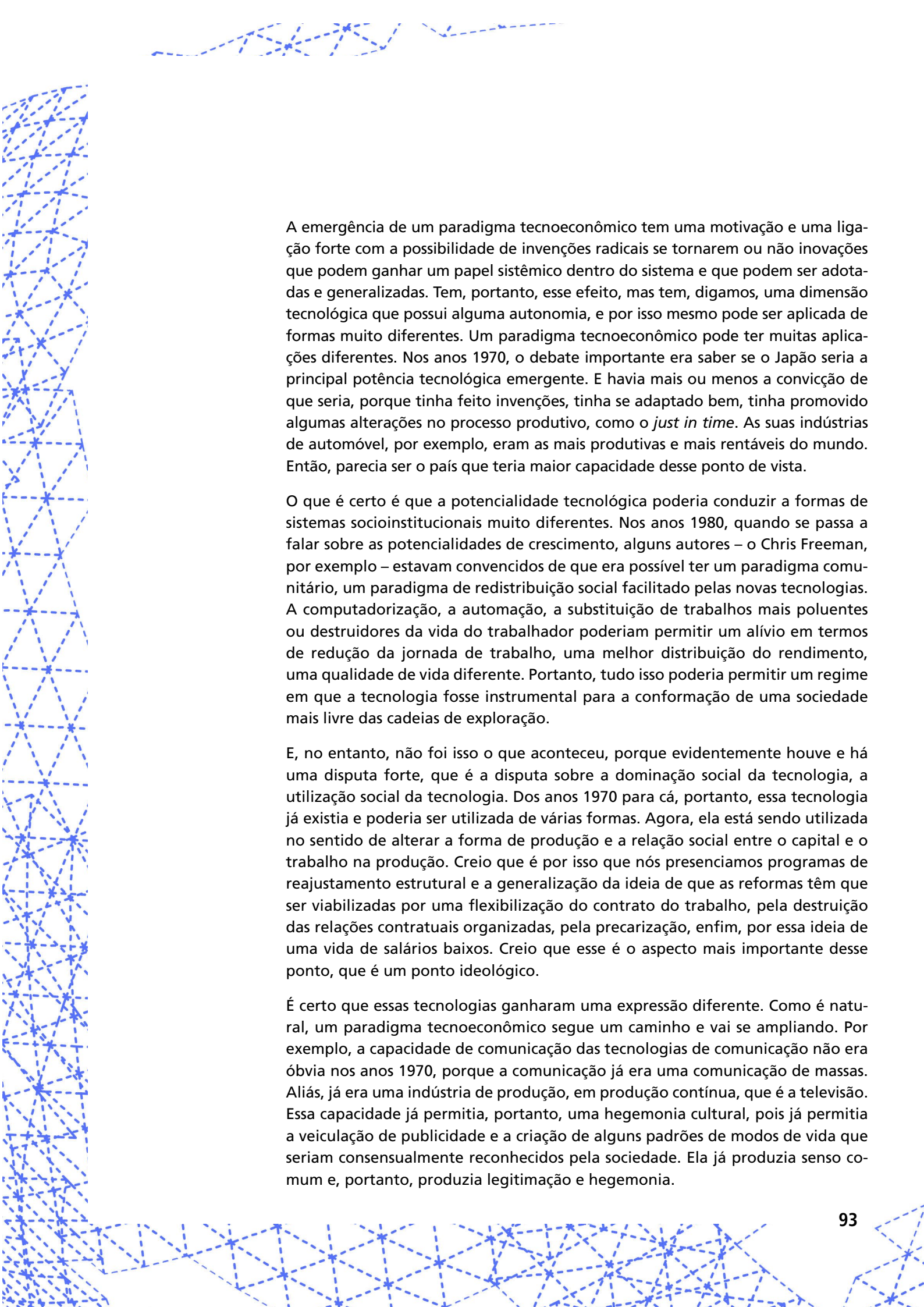


Ocorre que o sistema produtivo que nasce dessa tensão pretende exatamente o contrário. Ele precisa, na verdade, de mais exploração, da intensificação dos mecanismos de mais-valia absoluta, ou seja, da redução efetiva do salário. E [o sistema] faz isso de duas formas: a partir da determinação de um salário muito baixo para as novas profissões e, depois, valendo-se da redução substancial do salário indireto, aumentando os impostos ou diminuindo a parte socializada dos custos da vida – saúde, educação, transporte. São efeitos que, particularmente nos países ocidentais, têm um peso grande na composição do poder de compra dos trabalhadores, da massa da população.

O aumento desses custos, combinado com o aumento dos impostos e com a contenção dos salários, consiste em uma alteração substancial. É, digamos, uma mais-valia absoluta combinada com uma fortíssima redução do salário indireto, o que, aliás, produz consequências na própria legitimação do sistema econômico, porque o sistema econômico e social viveu muito da ideia de que havia uma parte da vida das pessoas que era protegida das contingências e dos riscos – a saúde pública, por exemplo. Isso não se aplica em uma grande parte do mundo, mas se aplica certamente na Europa, no Canadá e em outros países. A crise dos sistemas políticos, nomeadamente na União Europeia, tem muitas razões, mas uma das razões estruturais é precisamente esta: os mecanismos de legitimação que correspondiam à relação de redistribuição igualitária obtida pelo Estado-providência vão sendo estruturalmente enfraquecidos, o que tem consequências muito grandes na criação de fatores de desigualdades.

Jonas Valente – Essa mudança, a partir do fim dos anos 1970, coincide com a disseminação, em larga escala, das tecnologias da informação e da comunicação. Há uma coincidência? Essas tecnologias vêm junto com esse período recessivo ou contribuíram, de alguma forma, para a recessão? Qual a relação que o senhor percebe entre esses fatores?

Francisco Louçã – Toda a economia de mercado, toda a economia capitalista, foi desde sempre uma economia baseada na informação e na comunicação. A particularidade dessa mudança nos anos 1970 foi que a informação passou a poder ser processada de uma forma instrumental como nunca se tinha conhecido até então. Antes, a informação era processada, sobretudo, pelo conhecimento e pelo conhecimento tácito, em particular. Pelo conhecimento científico e pelo conhecimento tácito nos processos industriais. A partir do momento em que a computadorização se torna possível pelo *microchip*, porque há possibilidade de multiplicar em muitas aplicações diferentes a localização do processamento da informação, passamos a viver em um mundo novo. Então, essas tecnologias tiveram um papel importante na reorganização dos sistemas industriais e na criação de novas indústrias. Basta ver a lista da Forbes dos milionários mais ricos do mundo. É uma mistura curiosa, aliás, entre os ultrabilionários da informação, os ultrabilionários da distribuição comercial e os do setor financeiro.

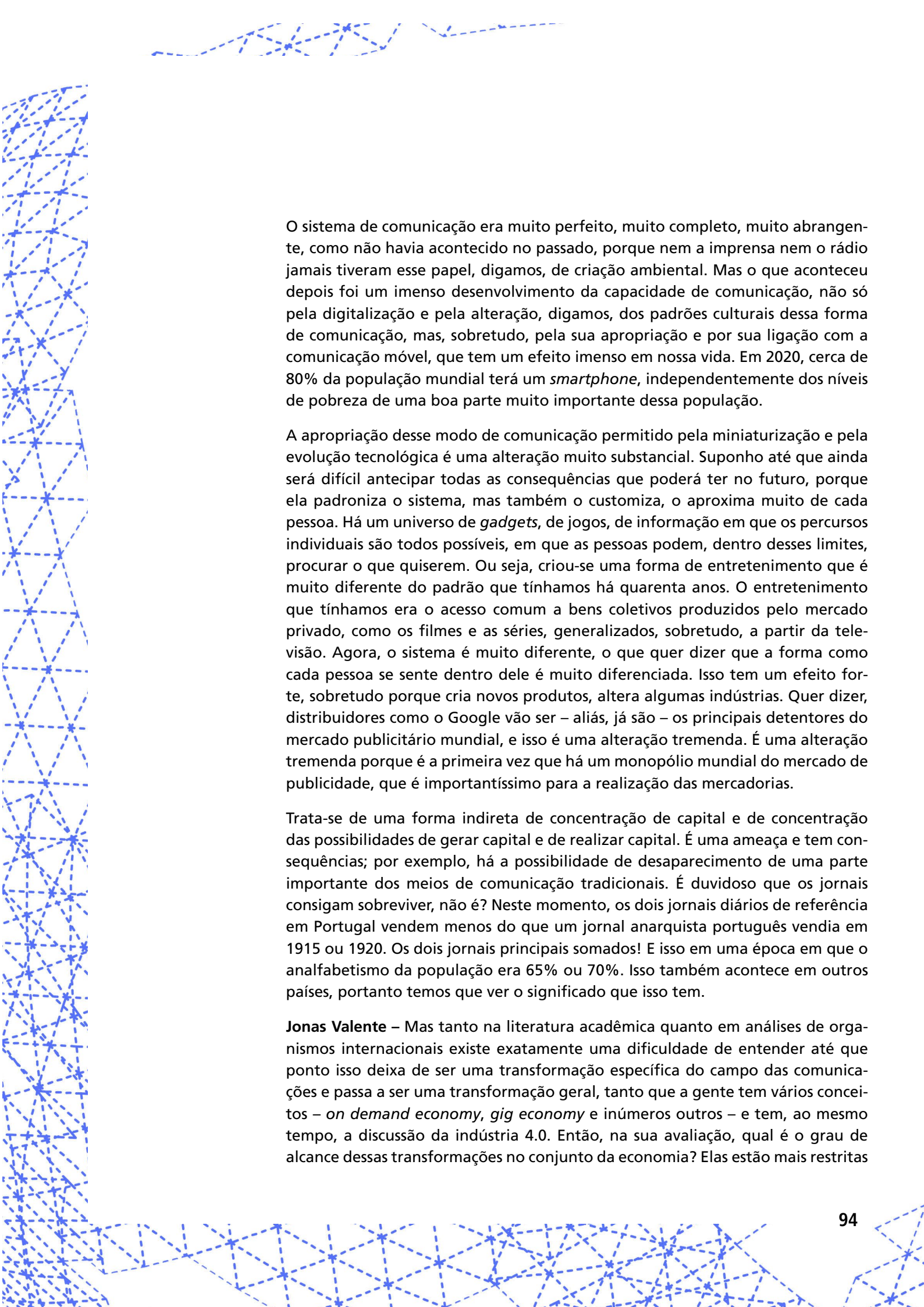


A emergência de um paradigma tecnoeconômico tem uma motivação e uma ligação forte com a possibilidade de invenções radicais se tornarem ou não inovações que podem ganhar um papel sistêmico dentro do sistema e que podem ser adotadas e generalizadas. Tem, portanto, esse efeito, mas tem, digamos, uma dimensão tecnológica que possui alguma autonomia, e por isso mesmo pode ser aplicada de formas muito diferentes. Um paradigma tecnoeconômico pode ter muitas aplicações diferentes. Nos anos 1970, o debate importante era saber se o Japão seria a principal potência tecnológica emergente. E havia mais ou menos a convicção de que seria, porque tinha feito invenções, tinha se adaptado bem, tinha promovido algumas alterações no processo produtivo, como o *just in time*. As suas indústrias de automóvel, por exemplo, eram as mais produtivas e mais rentáveis do mundo. Então, parecia ser o país que teria maior capacidade desse ponto de vista.

O que é certo é que a potencialidade tecnológica poderia conduzir a formas de sistemas socioinstitucionais muito diferentes. Nos anos 1980, quando se passa a falar sobre as potencialidades de crescimento, alguns autores – o Chris Freeman, por exemplo – estavam convencidos de que era possível ter um paradigma comunitário, um paradigma de redistribuição social facilitado pelas novas tecnologias. A computadorização, a automação, a substituição de trabalhos mais poluentes ou destruidores da vida do trabalhador poderiam permitir um alívio em termos de redução da jornada de trabalho, uma melhor distribuição do rendimento, uma qualidade de vida diferente. Portanto, tudo isso poderia permitir um regime em que a tecnologia fosse instrumental para a conformação de uma sociedade mais livre das cadeias de exploração.

E, no entanto, não foi isso o que aconteceu, porque evidentemente houve e há uma disputa forte, que é a disputa sobre a dominação social da tecnologia, a utilização social da tecnologia. Dos anos 1970 para cá, portanto, essa tecnologia já existia e poderia ser utilizada de várias formas. Agora, ela está sendo utilizada no sentido de alterar a forma de produção e a relação social entre o capital e o trabalho na produção. Creio que é por isso que nós presenciamos programas de reajustamento estrutural e a generalização da ideia de que as reformas têm que ser viabilizadas por uma flexibilização do contrato do trabalho, pela destruição das relações contratuais organizadas, pela precarização, enfim, por essa ideia de uma vida de salários baixos. Creio que esse é o aspecto mais importante desse ponto, que é um ponto ideológico.

É certo que essas tecnologias ganharam uma expressão diferente. Como é natural, um paradigma tecnoeconômico segue um caminho e vai se ampliando. Por exemplo, a capacidade de comunicação das tecnologias de comunicação não era óbvia nos anos 1970, porque a comunicação já era uma comunicação de massas. Aliás, já era uma indústria de produção, em produção contínua, que é a televisão. Essa capacidade já permitia, portanto, uma hegemonia cultural, pois já permitia a veiculação de publicidade e a criação de alguns padrões de modos de vida que seriam consensualmente reconhecidos pela sociedade. Ela já produzia senso comum e, portanto, produzia legitimação e hegemonia.

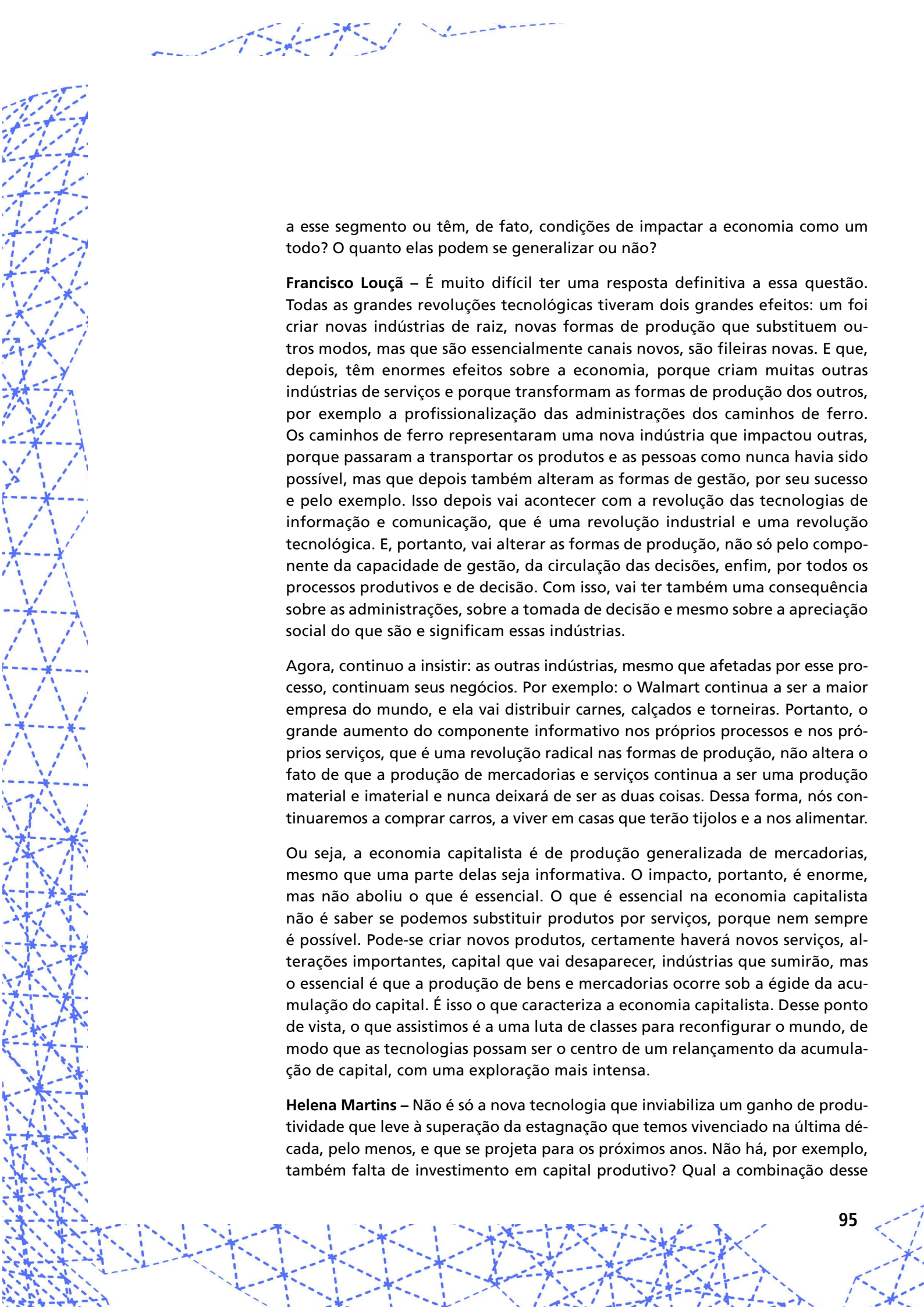


O sistema de comunicação era muito perfeito, muito completo, muito abrangente, como não havia acontecido no passado, porque nem a imprensa nem o rádio jamais tiveram esse papel, digamos, de criação ambiental. Mas o que aconteceu depois foi um imenso desenvolvimento da capacidade de comunicação, não só pela digitalização e pela alteração, digamos, dos padrões culturais dessa forma de comunicação, mas, sobretudo, pela sua apropriação e por sua ligação com a comunicação móvel, que tem um efeito imenso em nossa vida. Em 2020, cerca de 80% da população mundial terá um *smartphone*, independentemente dos níveis de pobreza de uma boa parte muito importante dessa população.

A apropriação desse modo de comunicação permitido pela miniaturização e pela evolução tecnológica é uma alteração muito substancial. Suponho até que ainda será difícil antecipar todas as consequências que poderá ter no futuro, porque ela padroniza o sistema, mas também o customiza, o aproxima muito de cada pessoa. Há um universo de *gadgets*, de jogos, de informação em que os percursos individuais são todos possíveis, em que as pessoas podem, dentro desses limites, procurar o que quiserem. Ou seja, criou-se uma forma de entretenimento que é muito diferente do padrão que tínhamos há quarenta anos. O entretenimento que tínhamos era o acesso comum a bens coletivos produzidos pelo mercado privado, como os filmes e as séries, generalizados, sobretudo, a partir da televisão. Agora, o sistema é muito diferente, o que quer dizer que a forma como cada pessoa se sente dentro dele é muito diferenciada. Isso tem um efeito forte, sobretudo porque cria novos produtos, altera algumas indústrias. Quer dizer, distribuidores como o Google vão ser – aliás, já são – os principais detentores do mercado publicitário mundial, e isso é uma alteração tremenda. É uma alteração tremenda porque é a primeira vez que há um monopólio mundial do mercado de publicidade, que é importantíssimo para a realização das mercadorias.

Trata-se de uma forma indireta de concentração de capital e de concentração das possibilidades de gerar capital e de realizar capital. É uma ameaça e tem consequências; por exemplo, há a possibilidade de desaparecimento de uma parte importante dos meios de comunicação tradicionais. É duvidoso que os jornais consigam sobreviver, não é? Neste momento, os dois jornais diários de referência em Portugal vendem menos do que um jornal anarquista português vendia em 1915 ou 1920. Os dois jornais principais somados! E isso em uma época em que o analfabetismo da população era 65% ou 70%. Isso também acontece em outros países, portanto temos que ver o significado que isso tem.

Jonas Valente – Mas tanto na literatura acadêmica quanto em análises de organismos internacionais existe exatamente uma dificuldade de entender até que ponto isso deixa de ser uma transformação específica do campo das comunicações e passa a ser uma transformação geral, tanto que a gente tem vários conceitos – *on demand economy*, *gig economy* e inúmeros outros – e tem, ao mesmo tempo, a discussão da indústria 4.0. Então, na sua avaliação, qual é o grau de alcance dessas transformações no conjunto da economia? Elas estão mais restritas




a esse segmento ou têm, de fato, condições de impactar a economia como um todo? O quanto elas podem se generalizar ou não?

Francisco Louçã – É muito difícil ter uma resposta definitiva a essa questão. Todas as grandes revoluções tecnológicas tiveram dois grandes efeitos: um foi criar novas indústrias de raiz, novas formas de produção que substituem outros modos, mas que são essencialmente canais novos, são fileiras novas. E que, depois, têm enormes efeitos sobre a economia, porque criam muitas outras indústrias de serviços e porque transformam as formas de produção dos outros, por exemplo a profissionalização das administrações dos caminhos de ferro. Os caminhos de ferro representaram uma nova indústria que impactou outras, porque passaram a transportar os produtos e as pessoas como nunca havia sido possível, mas que depois também alteram as formas de gestão, por seu sucesso e pelo exemplo. Isso depois vai acontecer com a revolução das tecnologias de informação e comunicação, que é uma revolução industrial e uma revolução tecnológica. E, portanto, vai alterar as formas de produção, não só pelo componente da capacidade de gestão, da circulação das decisões, enfim, por todos os processos produtivos e de decisão. Com isso, vai ter também uma consequência sobre as administrações, sobre a tomada de decisão e mesmo sobre a apreciação social do que são e significam essas indústrias.

Agora, continuo a insistir: as outras indústrias, mesmo que afetadas por esse processo, continuam seus negócios. Por exemplo: o Walmart continua a ser a maior empresa do mundo, e ela vai distribuir carnes, calçados e torneiras. Portanto, o grande aumento do componente informativo nos próprios processos e nos próprios serviços, que é uma revolução radical nas formas de produção, não altera o fato de que a produção de mercadorias e serviços continua a ser uma produção material e imaterial e nunca deixará de ser as duas coisas. Dessa forma, nós continuaremos a comprar carros, a viver em casas que terão tijolos e a nos alimentar.

Ou seja, a economia capitalista é de produção generalizada de mercadorias, mesmo que uma parte delas seja informativa. O impacto, portanto, é enorme, mas não aboliu o que é essencial. O que é essencial na economia capitalista não é saber se podemos substituir produtos por serviços, porque nem sempre é possível. Pode-se criar novos produtos, certamente haverá novos serviços, alterações importantes, capital que vai desaparecer, indústrias que sumirão, mas o essencial é que a produção de bens e mercadorias ocorre sob a égide da acumulação do capital. É isso o que caracteriza a economia capitalista. Desse ponto de vista, o que assistimos é a uma luta de classes para reconfigurar o mundo, de modo que as tecnologias possam ser o centro de um relançamento da acumulação de capital, com uma exploração mais intensa.

Helena Martins – Não é só a nova tecnologia que inviabiliza um ganho de produtividade que leve à superação da estagnação que temos vivenciado na última década, pelo menos, e que se projeta para os próximos anos. Não há, por exemplo, também falta de investimento em capital produtivo? Qual a combinação desse



4 Operações em que um banco
contrai empréstimos em um dia
para pagar no dia seguinte.

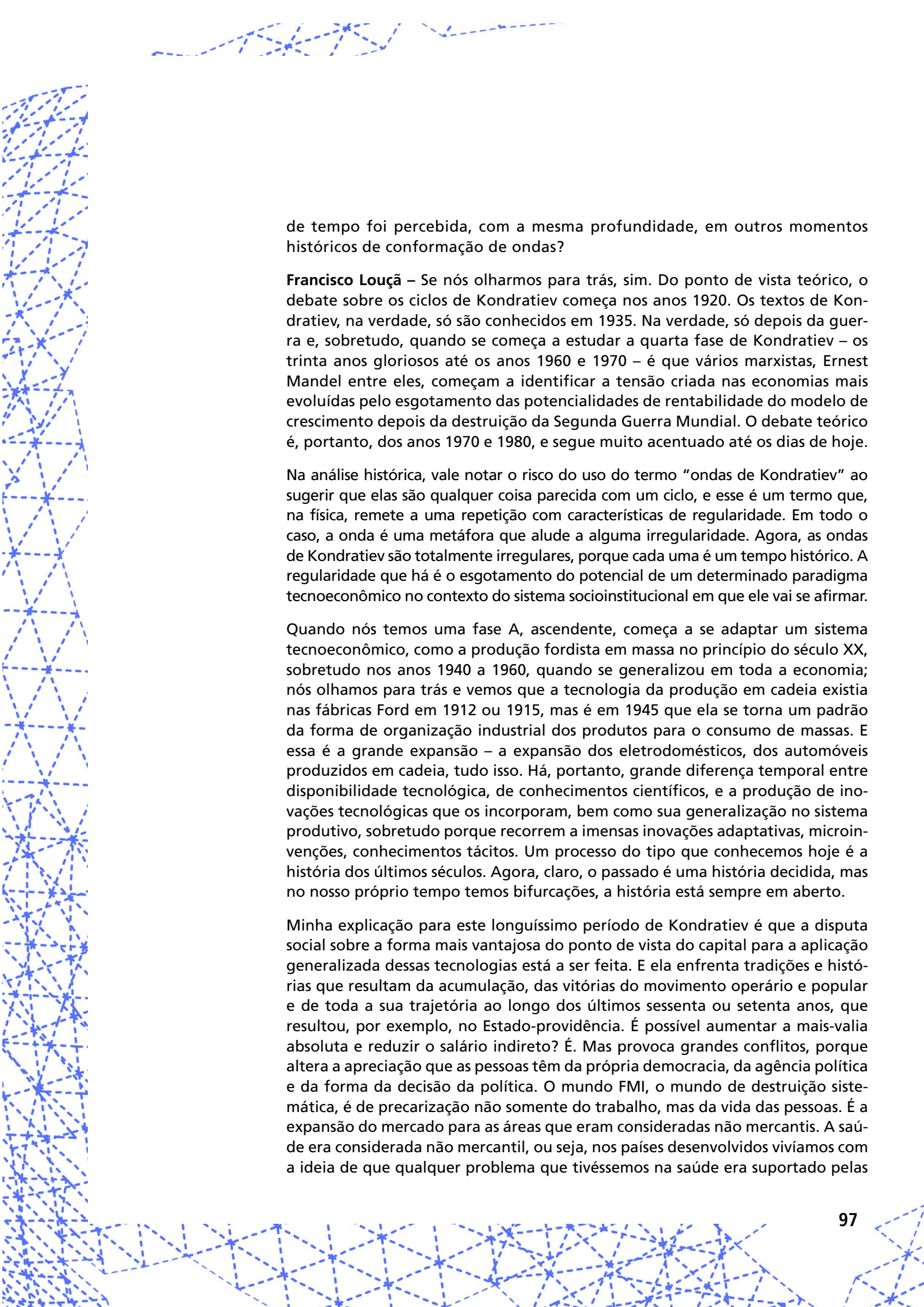
processo tecnológico com a lógica da financeirização? O que faz, enfim, com que tenhamos esse cenário de ausência de crescimento?

Francisco Louçã – A ausência de crescimento deriva de uma ausência de acumulação de capital. Apesar da recuperação da taxa de lucro, a acumulação de capital foi sempre muito lenta ao longo deste período dos últimos quarenta anos, mesmo quando a taxa de lucro se recuperou, porque as expectativas de novos investimentos eram relativamente reduzidas, com diferenciais importantes, porque há grandes investimentos em alguns setores, sendo também verdade que em alguns novos produtos e novas indústrias de serviços a necessidade de investimentos é relativamente pequena em comparação à indústria tradicional. Há menos necessidade de capital para criar um Instagram do que para implantar uma Kodak. E, portanto, isso alterou a forma de investimento.

Agora, a financeirização, em certa medida, é o resultado combinado desses dois efeitos. O primeiro é que, havendo um crescimento relativamente lento das principais economias, há recuperação de taxa de lucro em alguns setores, mas no conjunto da economia o processo de acumulação é lento. E a financeirização foi vista como um processo para criar uma concentração de capital muito rápida e de uma forma facilitada. Por um lado, porque era protegida: os bancos têm uma necessidade de capital baixa e incompatível com qualquer outro setor da economia capitalista, têm a garantia da proteção de depósitos e nos resgates e dispõem de uma situação de benefícios políticos muito fortes. Eles perceberam que podiam atrair poupanças criando uma expectativa de benefícios; a partir daí, podiam criar capital fictício e moeda de uma forma muito rápida e agressiva. Foi isso que levou, em grande parte, à financeirização.

Por outro lado, a financeirização se beneficia dessa situação de crescimento global lento, fase B de Kondratiev, bem como de meios de comunicação que nunca tinha tido até então. O processamento de informação permite a multiplicação de investimentos de curto prazo; já não é só o *overnight*⁴ – um caso foi o banco Goldman Sachs, que desencadeou durante 11 segundos uma grande operação bolsista simplesmente para tentar descobrir como funcionavam os algoritmos dos computadores dos seus principais concorrentes. É puramente uma guerra de informação para saber como é que uma diferença marginal, insignificante, pode ganhar alguma vantagem. O Michael Lewis escreveu um livro chamado *Flash Boys* (Editora Intrínseca, 2014), uma investigação sobre a descoberta da instalação de um cabo de fibra ótica entre Chicago e Nova Iorque para que as empresas pudessem ter, em Nova Iorque, 19 milissegundos antes, a informação sobre o mercado de Chicago. Pensaram que com 19 milissegundos de vantagem em relação ao outro mercado poderiam conseguir ganhos mais significativos, porque a computação e a rapidez do processamento e de tomada de decisão sobre investimentos por meio dos algoritmos assim o permitiriam. Isso evidentemente tem um significado para essa indústria.

Helena Martins – O senhor apontou, no início da entrevista, um desajustamento entre o paradigma tecnoeconômico e as instituições sociais hoje. Essa dificuldade de aproximar esses dois momentos para ter uma nova formação



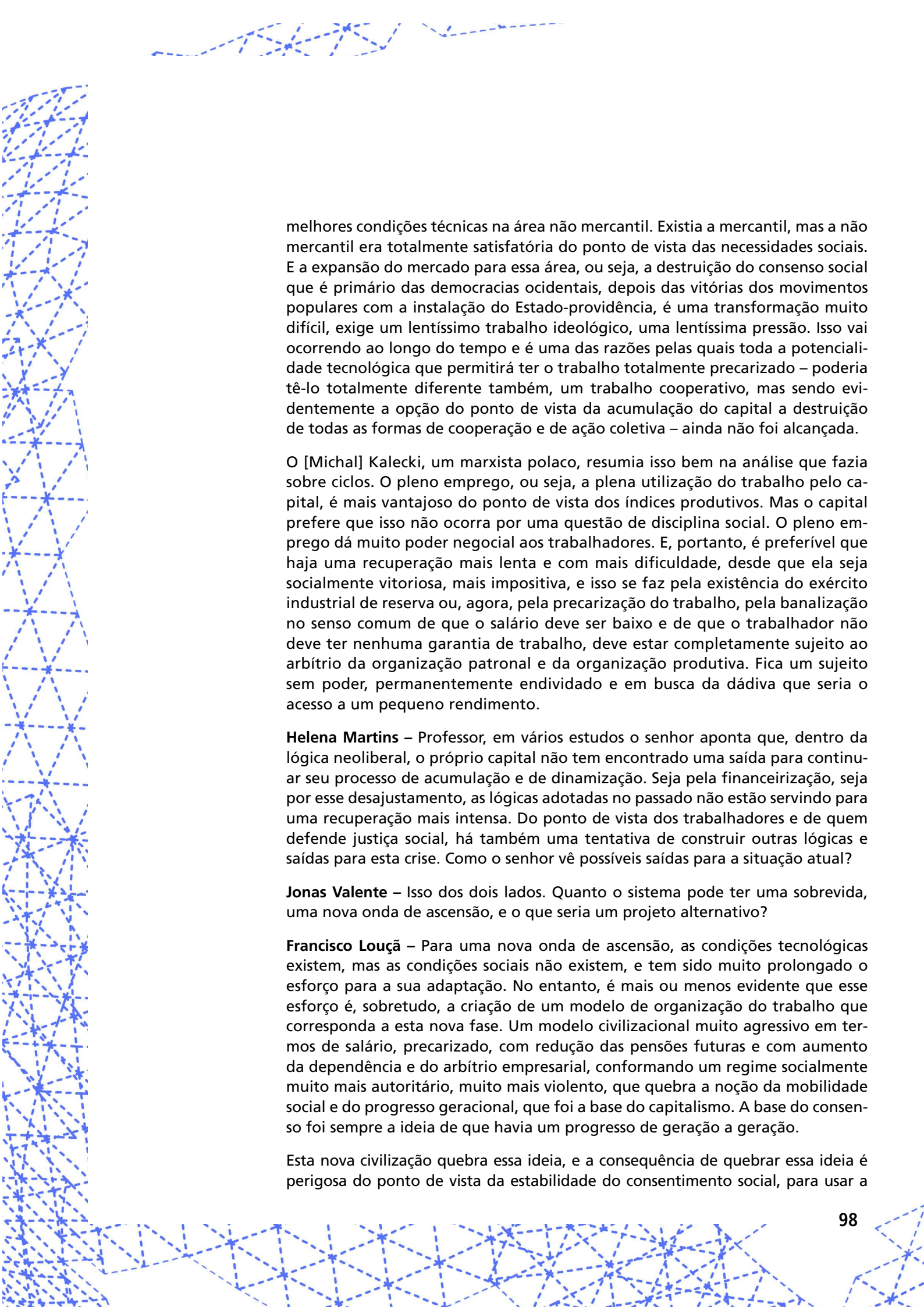
de tempo foi percebida, com a mesma profundidade, em outros momentos históricos de conformação de ondas?

Francisco Louçã – Se nós olharmos para trás, sim. Do ponto de vista teórico, o debate sobre os ciclos de Kondratiev começa nos anos 1920. Os textos de Kondratiev, na verdade, só são conhecidos em 1935. Na verdade, só depois da guerra e, sobretudo, quando se começa a estudar a quarta fase de Kondratiev – os trinta anos gloriosos até os anos 1960 e 1970 – é que vários marxistas, Ernest Mandel entre eles, começam a identificar a tensão criada nas economias mais evoluídas pelo esgotamento das potencialidades de rentabilidade do modelo de crescimento depois da destruição da Segunda Guerra Mundial. O debate teórico é, portanto, dos anos 1970 e 1980, e segue muito acentuado até os dias de hoje.

Na análise histórica, vale notar o risco do uso do termo “ondas de Kondratiev” ao sugerir que elas são qualquer coisa parecida com um ciclo, e esse é um termo que, na física, remete a uma repetição com características de regularidade. Em todo o caso, a onda é uma metáfora que alude a alguma irregularidade. Agora, as ondas de Kondratiev são totalmente irregulares, porque cada uma é um tempo histórico. A regularidade que há é o esgotamento do potencial de um determinado paradigma tecnoeconômico no contexto do sistema socioinstitucional em que ele vai se afirmar.

Quando nós temos uma fase A, ascendente, começa a se adaptar um sistema tecnoeconômico, como a produção fordista em massa no princípio do século XX, sobretudo nos anos 1940 a 1960, quando se generalizou em toda a economia; nós olhamos para trás e vemos que a tecnologia da produção em cadeia existia nas fábricas Ford em 1912 ou 1915, mas é em 1945 que ela se torna um padrão da forma de organização industrial dos produtos para o consumo de massas. E essa é a grande expansão – a expansão dos eletrodomésticos, dos automóveis produzidos em cadeia, tudo isso. Há, portanto, grande diferença temporal entre disponibilidade tecnológica, de conhecimentos científicos, e a produção de inovações tecnológicas que os incorporam, bem como sua generalização no sistema produtivo, sobretudo porque recorrem a imensas inovações adaptativas, microinvenções, conhecimentos tácitos. Um processo do tipo que conhecemos hoje é a história dos últimos séculos. Agora, claro, o passado é uma história decidida, mas no nosso próprio tempo temos bifurcações, a história está sempre em aberto.

Minha explicação para este longuíssimo período de Kondratiev é que a disputa social sobre a forma mais vantajosa do ponto de vista do capital para a aplicação generalizada dessas tecnologias está a ser feita. E ela enfrenta tradições e histórias que resultam da acumulação, das vitórias do movimento operário e popular e de toda a sua trajetória ao longo dos últimos sessenta ou setenta anos, que resultou, por exemplo, no Estado-providência. É possível aumentar a mais-valia absoluta e reduzir o salário indireto? É. Mas provoca grandes conflitos, porque altera a apreciação que as pessoas têm da própria democracia, da agência política e da forma da decisão da política. O mundo FMI, o mundo de destruição sistemática, é de precarização não somente do trabalho, mas da vida das pessoas. É a expansão do mercado para as áreas que eram consideradas não mercantis. A saúde era considerada não mercantil, ou seja, nos países desenvolvidos vivíamos com a ideia de que qualquer problema que tivéssemos na saúde era suportado pelas



melhores condições técnicas na área não mercantil. Existia a mercantil, mas a não mercantil era totalmente satisfatória do ponto de vista das necessidades sociais. E a expansão do mercado para essa área, ou seja, a destruição do consenso social que é primário das democracias ocidentais, depois das vitórias dos movimentos populares com a instalação do Estado-providência, é uma transformação muito difícil, exige um lentíssimo trabalho ideológico, uma lentíssima pressão. Isso vai ocorrendo ao longo do tempo e é uma das razões pelas quais toda a potencialidade tecnológica que permitirá ter o trabalho totalmente precarizado – poderia tê-lo totalmente diferente também, um trabalho cooperativo, mas sendo evidentemente a opção do ponto de vista da acumulação do capital a destruição de todas as formas de cooperação e de ação coletiva – ainda não foi alcançada.

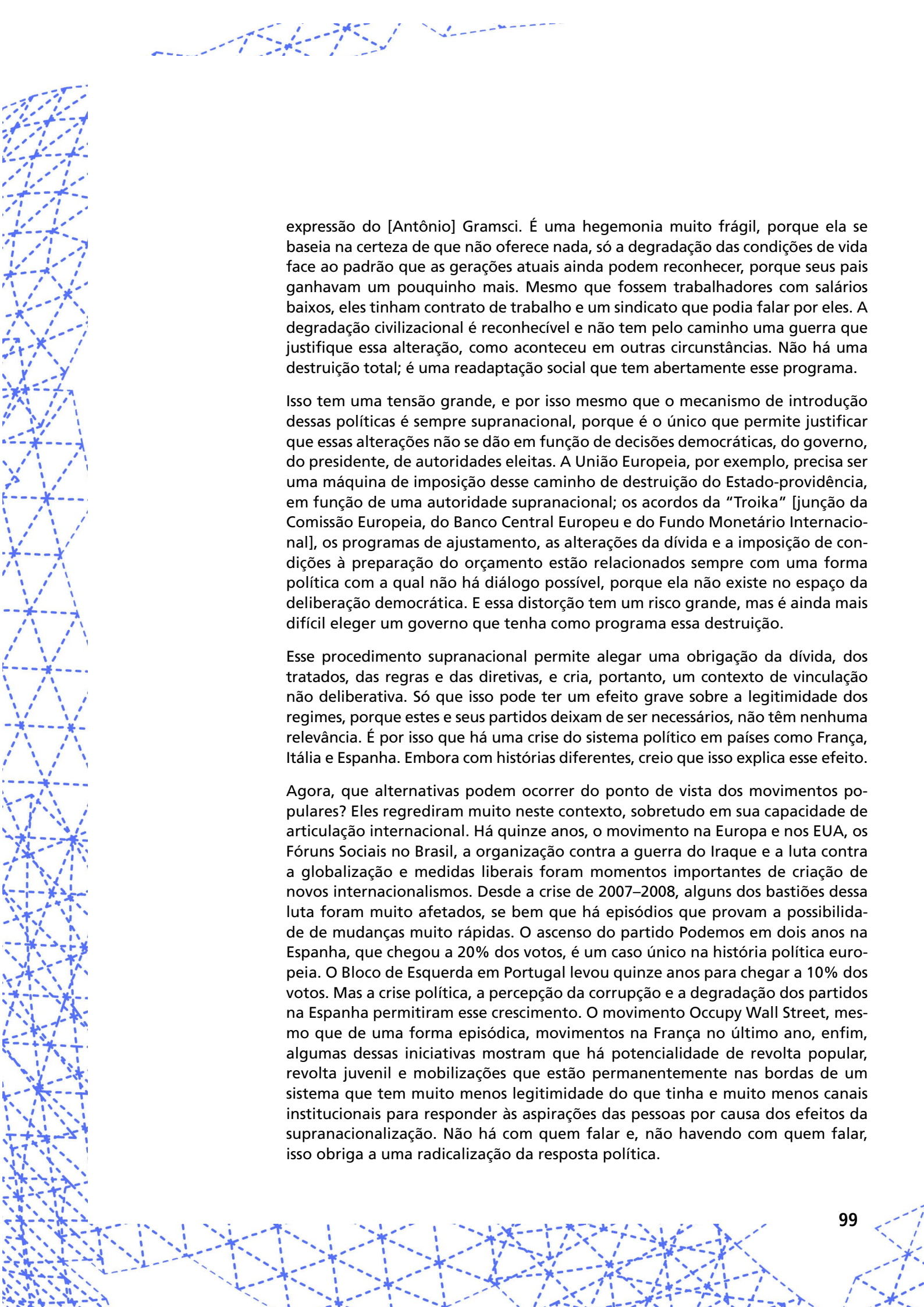
O [Michal] Kalecki, um marxista polaco, resumia isso bem na análise que fazia sobre ciclos. O pleno emprego, ou seja, a plena utilização do trabalho pelo capital, é mais vantajoso do ponto de vista dos índices produtivos. Mas o capital prefere que isso não ocorra por uma questão de disciplina social. O pleno emprego dá muito poder negocial aos trabalhadores. E, portanto, é preferível que haja uma recuperação mais lenta e com mais dificuldade, desde que ela seja socialmente vitoriosa, mais impositiva, e isso se faz pela existência do exército industrial de reserva ou, agora, pela precarização do trabalho, pela banalização no senso comum de que o salário deve ser baixo e de que o trabalhador não deve ter nenhuma garantia de trabalho, deve estar completamente sujeito ao arbítrio da organização patronal e da organização produtiva. Fica um sujeito sem poder, permanentemente endividado e em busca da dádiva que seria o acesso a um pequeno rendimento.

Helena Martins – Professor, em vários estudos o senhor aponta que, dentro da lógica neoliberal, o próprio capital não tem encontrado uma saída para continuar seu processo de acumulação e de dinamização. Seja pela financeirização, seja por esse desajustamento, as lógicas adotadas no passado não estão servindo para uma recuperação mais intensa. Do ponto de vista dos trabalhadores e de quem defende justiça social, há também uma tentativa de construir outras lógicas e saídas para esta crise. Como o senhor vê possíveis saídas para a situação atual?

Jonas Valente – Isso dos dois lados. Quanto o sistema pode ter uma sobrevida, uma nova onda de ascensão, e o que seria um projeto alternativo?

Francisco Louçã – Para uma nova onda de ascensão, as condições tecnológicas existem, mas as condições sociais não existem, e tem sido muito prolongado o esforço para a sua adaptação. No entanto, é mais ou menos evidente que esse esforço é, sobretudo, a criação de um modelo de organização do trabalho que corresponda a esta nova fase. Um modelo civilizacional muito agressivo em termos de salário, precarizado, com redução das pensões futuras e com aumento da dependência e do arbítrio empresarial, conformando um regime socialmente muito mais autoritário, muito mais violento, que quebra a noção da mobilidade social e do progresso geracional, que foi a base do capitalismo. A base do consenso foi sempre a ideia de que havia um progresso de geração a geração.

Esta nova civilização quebra essa ideia, e a consequência de quebrar essa ideia é perigosa do ponto de vista da estabilidade do consentimento social, para usar a



expressão do [Antônio] Gramsci. É uma hegemonia muito frágil, porque ela se baseia na certeza de que não oferece nada, só a degradação das condições de vida face ao padrão que as gerações atuais ainda podem reconhecer, porque seus pais ganhavam um pouquinho mais. Mesmo que fossem trabalhadores com salários baixos, eles tinham contrato de trabalho e um sindicato que podia falar por eles. A degradação civilizacional é reconhecível e não tem pelo caminho uma guerra que justifique essa alteração, como aconteceu em outras circunstâncias. Não há uma destruição total; é uma readaptação social que tem abertamente esse programa.

Isso tem uma tensão grande, e por isso mesmo que o mecanismo de introdução dessas políticas é sempre supranacional, porque é o único que permite justificar que essas alterações não se dão em função de decisões democráticas, do governo, do presidente, de autoridades eleitas. A União Europeia, por exemplo, precisa ser uma máquina de imposição desse caminho de destruição do Estado-providência, em função de uma autoridade supranacional; os acordos da “Troika” [junção da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional], os programas de ajustamento, as alterações da dívida e a imposição de condições à preparação do orçamento estão relacionados sempre com uma forma política com a qual não há diálogo possível, porque ela não existe no espaço da deliberação democrática. E essa distorção tem um risco grande, mas é ainda mais difícil eleger um governo que tenha como programa essa destruição.

Esse procedimento supranacional permite alegar uma obrigação da dívida, dos tratados, das regras e das diretivas, e cria, portanto, um contexto de vinculação não deliberativa. Só que isso pode ter um efeito grave sobre a legitimidade dos regimes, porque estes e seus partidos deixam de ser necessários, não têm nenhuma relevância. É por isso que há uma crise do sistema político em países como França, Itália e Espanha. Embora com histórias diferentes, creio que isso explica esse efeito.

Agora, que alternativas podem ocorrer do ponto de vista dos movimentos populares? Eles regrediram muito neste contexto, sobretudo em sua capacidade de articulação internacional. Há quinze anos, o movimento na Europa e nos EUA, os Fóruns Sociais no Brasil, a organização contra a guerra do Iraque e a luta contra a globalização e medidas liberais foram momentos importantes de criação de novos internacionalismos. Desde a crise de 2007–2008, alguns dos bastiões dessa luta foram muito afetados, se bem que há episódios que provam a possibilidade de mudanças muito rápidas. O ascenso do partido Podemos em dois anos na Espanha, que chegou a 20% dos votos, é um caso único na história política europeia. O Bloco de Esquerda em Portugal levou quinze anos para chegar a 10% dos votos. Mas a crise política, a percepção da corrupção e a degradação dos partidos na Espanha permitiram esse crescimento. O movimento Occupy Wall Street, mesmo que de uma forma episódica, movimentos na França no último ano, enfim, algumas dessas iniciativas mostram que há potencialidade de revolta popular, revolta juvenil e mobilizações que estão permanentemente nas bordas de um sistema que tem muito menos legitimidade do que tinha e muito menos canais institucionais para responder às aspirações das pessoas por causa dos efeitos da supranacionalização. Não há com quem falar e, não havendo com quem falar, isso obriga a uma radicalização da resposta política.

Crítica e emancipação nos estudos da informação, da comunicação e da cultura

Crítica y emancipación en los estudios de información, comunicación y cultura

Critic and emancipation in the studies of information, communication and culture

César Bolaño

Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Presidente do Capítulo Brasil da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (Ulepicc-Brasil). Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Brasil.

Contato: bolano.ufs@gmail.com

Autor Convidado



Resumo

Esta é a versão atualizada, em português, de uma conferência apresentada em 2015 em Havana. Seu objetivo é situar a crítica da economia política da comunicação e da cultura no interior do materialismo histórico. Especial ênfase é dada à questão da mediação social e à importância de um novo programa de investigação, a partir da América Latina, para a renovação do pensamento comunicacional crítico, tendo em vista os desafios do momento histórico.

Palavras-chave: comunicação; mediação; cultura; economia política.

Resumen

Esta es la versión actualizada, en portugués, de una conferencia proferida en 2015 en la Habana. El objetivo es situar la crítica de la economía política de la comunicación y de la cultura en el interior del materialismo histórico. Especial énfasis es dado al tema de la mediación y a la importancia de un nuevo programa de investigación, a partir de América Latina, para la renovación del pensamiento comunicacional crítico, teniendo en cuenta los retos que se presentan en el presente momento histórico.

Palabras clave: comunicación; mediación; cultura; economía política.

Abstract

This paper is the revised version, in Portuguese, of a speech presented in 2015 in Havana. The objective is to discuss the place of the critic of political economy of communication and culture in historic materialism. Special emphasis is put in the theme of mediation and in the importance of a new research program proposed by the Latin American field in order to develop new perspectives to the critical communicational thought, considering the present historical challenges.

Keywords: communication; mediation; culture; political economy.



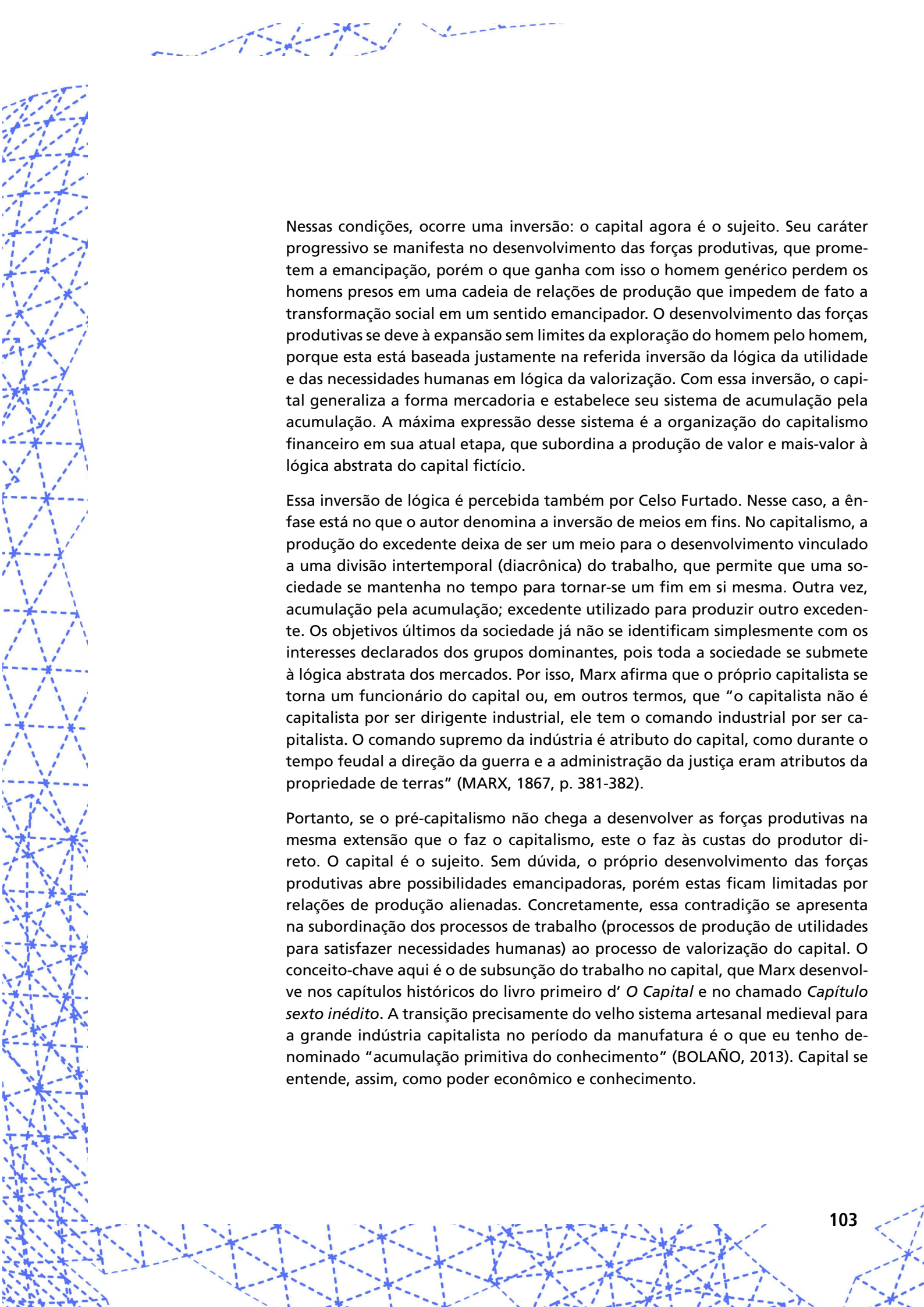
1 BOLAÑOS, César. Crítica y emancipación en los estudios de la información, la comunicación y la cultura. In: SALADRIGAS, Hilda; OLIVERA, Dasniel; PAZ, Sarah (Coords.). Información y comunicación desde el sur. Economía política, cultura y pensamiento crítico. Cuadernos Artesanos de Comunicación, La Laguna, n. 130, 2017, p. 111-124. ISBN-13:978-84-16458-86-8/DL: TF-1108-2017.

Este trabalho é parte da conferência magistral proferida no IX Congresso da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (Ulepicc), em Havana, Cuba, dezembro de 2015. A versão original em espanhol¹ contém uma introdução que não caberia publicar aqui e por isso foi eliminada. A tradução foi feita por Ygor Schimidel e revisada pelo autor. Agradeço a insistência de Verlane Aragão Santos em publicá-lo neste dossiê especial da Revista Eptic sobre comunicação e marxismo, que abre o vigésimo ano de vida da revista. O tema da conferência foi sugerido pelos colegas da Universidade de Havana, coordenadores do evento, Raúl Garcés, Hilda Saladrigas e Dasniel Oliveira, aos quais agradeço pelo interesse e pelo desafio.

Emancipação e crítica da Economia Política

Antes de tudo, faço um esclarecimento necessário: meu enfoque é sobre o Modo de Produção Capitalista e as formações sociais capitalistas do centro e da periferia do sistema (da periferia latino-americana mais especificamente). Não tenho ferramentas, todavia, para analisar o caso cubano. Seguramente há muitos pontos de contato, especialmente pelo fato de ser um país latino-americano, mas a análise de uma experiência socialista real escapa ao marco teórico aqui proposto. Claro que se poderia pensar em uma perspectiva filosófica ampla, tomando o trabalho em seu sentido ontológico, como fundamento do humano. Nesse nível pode-se formular a ideia da luta de classes como motor da história, pautada pela dinâmica entre as forças produtivas e as relações de produção. Seria interessante e poderíamos fazê-lo em outro momento, porém a perspectiva aqui é a da Crítica da Economia Política, crítica imanente à Economia Política burguesa, do ponto de vista da classe trabalhadora.

Os dois enfoques são evidentemente complementares. Se quiséssemos pensar por um momento em termos prospectivos, diríamos que, no interior do Materialismo Histórico, o problema a que se dedica a Economia Política crítica é o da posição do capital no processo de constituição do sujeito, no processo de humanização do homem e de sua emancipação em relação aos poderes da natureza e do mito. Nesse sentido, o capital representaria, segundo Marx, tendo em conta o comunismo como horizonte de referência, o fim (a última etapa) da pré-história do sujeito. O capital representa para Marx uma ruptura ontológica fundamental no processo de construção do sujeito porque permite um desenvolvimento inédito das forças produtivas. Isso ocorre porque a lógica da troca penetra na produção, de modo que os processos de trabalho ficam subordinados aos processos de produção de valor e mais-valor. Dessa forma, são eliminados todos os limites físicos e morais para a exploração do trabalho e todo o aparato produtivo passa a funcionar não mais na perspectiva mercantil simples (da equivalência), ou da produção de utilidades para o atendimento de necessidades humanas, senão naquela (tautológica) do valor que se valoriza por meio da apropriação de trabalho não pago.



Nessas condições, ocorre uma inversão: o capital agora é o sujeito. Seu caráter progressivo se manifesta no desenvolvimento das forças produtivas, que prometem a emancipação, porém o que ganha com isso o homem genérico perdem os homens presos em uma cadeia de relações de produção que impedem de fato a transformação social em um sentido emancipador. O desenvolvimento das forças produtivas se deve à expansão sem limites da exploração do homem pelo homem, porque esta está baseada justamente na referida inversão da lógica da utilidade e das necessidades humanas em lógica da valorização. Com essa inversão, o capital generaliza a forma mercadoria e estabelece seu sistema de acumulação pela acumulação. A máxima expressão desse sistema é a organização do capitalismo financeiro em sua atual etapa, que subordina a produção de valor e mais-valor à lógica abstrata do capital fictício.

Essa inversão de lógica é percebida também por Celso Furtado. Nesse caso, a ênfase está no que o autor denomina a inversão de meios em fins. No capitalismo, a produção do excedente deixa de ser um meio para o desenvolvimento vinculado a uma divisão intertemporal (diacrônica) do trabalho, que permite que uma sociedade se mantenha no tempo para tornar-se um fim em si mesma. Outra vez, acumulação pela acumulação; excedente utilizado para produzir outro excedente. Os objetivos últimos da sociedade já não se identificam simplesmente com os interesses declarados dos grupos dominantes, pois toda a sociedade se submete à lógica abstrata dos mercados. Por isso, Marx afirma que o próprio capitalista se torna um funcionário do capital ou, em outros termos, que “o capitalista não é capitalista por ser dirigente industrial, ele tem o comando industrial por ser capitalista. O comando supremo da indústria é atributo do capital, como durante o tempo feudal a direção da guerra e a administração da justiça eram atributos da propriedade de terras” (MARX, 1867, p. 381-382).

Portanto, se o pré-capitalismo não chega a desenvolver as forças produtivas na mesma extensão que o faz o capitalismo, este o faz às custas do produtor direto. O capital é o sujeito. Sem dúvida, o próprio desenvolvimento das forças produtivas abre possibilidades emancipadoras, porém estas ficam limitadas por relações de produção alienadas. Concretamente, essa contradição se apresenta na subordinação dos processos de trabalho (processos de produção de utilidades para satisfazer necessidades humanas) ao processo de valorização do capital. O conceito-chave aqui é o de subsunção do trabalho no capital, que Marx desenvolve nos capítulos históricos do livro primeiro de *O Capital* e no chamado *Capítulo sexto inédito*. A transição precisamente do velho sistema artesanal medieval para a grande indústria capitalista no período da manufatura é o que eu tenho denominado “acumulação primitiva do conhecimento” (BOLAÑO, 2013). Capital se entende, assim, como poder econômico e conhecimento.



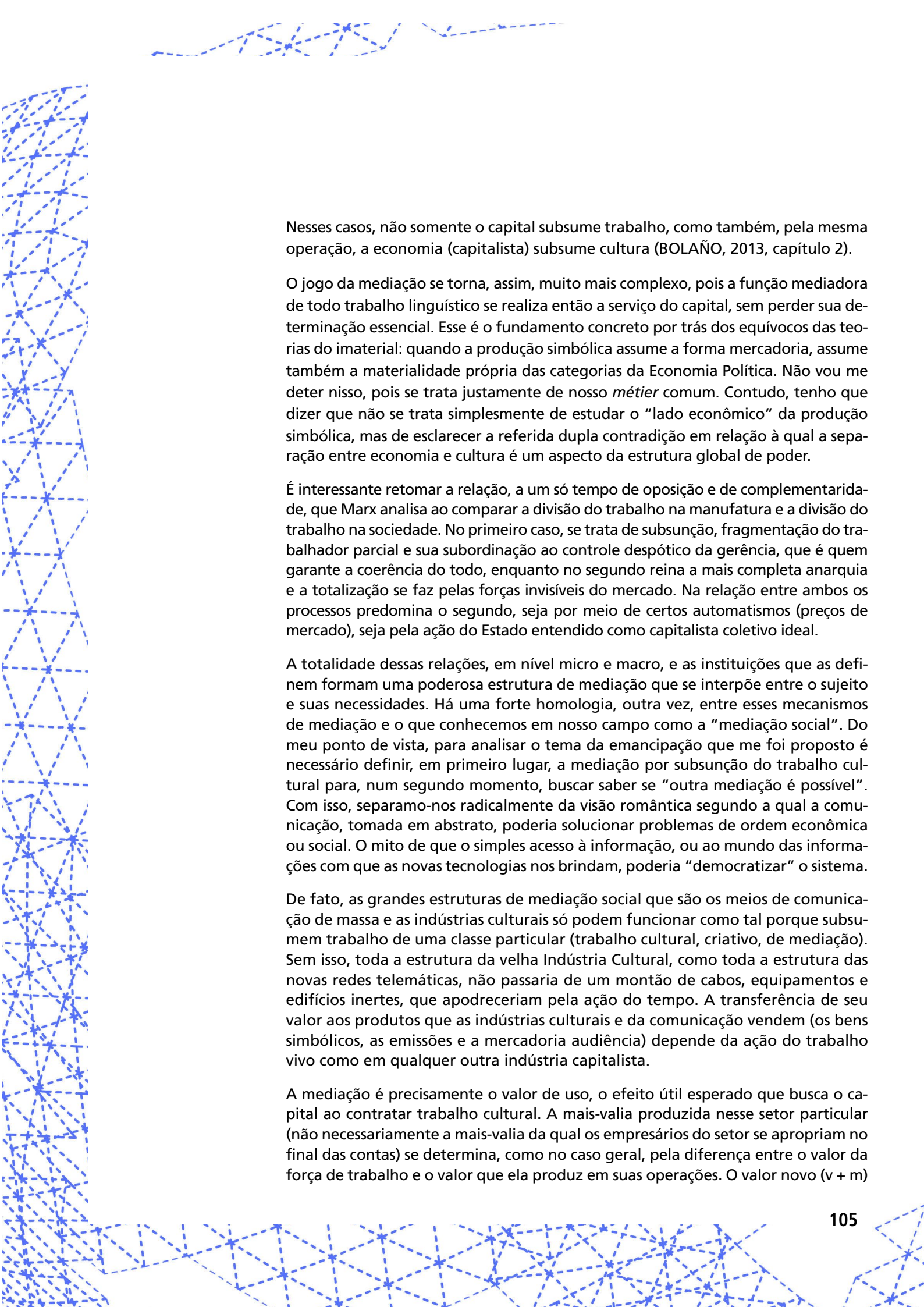
Crítica da Economia Política e mediação social

Por detrás de epítetos grandiloquentes como “sociedade da informação”, “economia do conhecimento” e “capitalismo cognitivo”, não há mais do que isto: o avanço dos processos de subsunção do trabalho e de resistência trabalhadora que levaram, no passado, à automação precoce de ramos anteriormente organizados como manufatura orgânica, porém não dos setores de manufatura heterogênea. O famoso modelo taylorista-fordista, nessa perspectiva, não é mais que uma regressão a um sistema amplamente dependente do trabalho vivo, enquanto as condições objetivas para a atual automação flexível não se apresentavam (MORAES NETO, 1989; 2003). O processo de reestruturação produtiva iniciado a meados dos anos 1970 só pode ser entendido adequadamente em termos do que tenho denominado “subsunção do trabalho intelectual” (BOLAÑO, 1995). E nisso estamos, ainda.

Para dizer de forma muito clara, no sentido ontológico anteriormente evocado, o trabalho faz a mediação entre o sujeito e suas necessidades. Entre o homem e a natureza. Marx é muito preciso sobre esse aspecto no capítulo em que define os elementos do processo de trabalho, ao dizer que não é o objeto de trabalho senão os instrumentos que fazem essa mediação, instrumentos entendidos como extensões do corpo do trabalhador, de seus órgãos vitais. No capitalismo, esses instrumentos de mediação são propriedade do capital e se apresentam ao trabalhador de forma alienada, como potência externa, como órgãos do capital que lhe oprime e explora. E é assim porque houve uma inversão. As máquinas fazem a mediação agora entre a necessidade do sujeito (o capital), necessidade de extração de mais-valor, e o objeto de exploração (o trabalhador). Isso ocorre em toda a sua extensão com a subsunção real do trabalho no capital.

Com isso, os processos comunicativos inerentes ao trabalho humano, em sua definição ontológica, ficam também subordinados à lógica da valorização do valor, de modo que a mediação entre o sujeito e suas necessidades passa a ser sempre obra de uma coisa, seja no plano estritamente material, seja no espiritual. Cabe apontar que esse poderia ser o único sentido em que se poderia falar com algum rigor em “trabalho imaterial”, vinculado aos processos de produção linguística, os quais, não obstante, não deixam de ser materiais também, como o deixa evidente Ferruccio Rossi-Landi (1968) em sua obra magistral. Todos os intentos posteriores de definir um trabalho imaterial trazem a marca do materialismo vulgar pré-marxista.

Rossi-Landi, ao desenvolver o tema da linguagem como trabalho, o faz em termos de homologia, de modo a preservar a separação entre produção simbólica e produção de valor, ainda que, evidentemente, poemas possam ser mercadorias no sentido próprio e mais prosaico do termo e automóveis sejam sem dúvida, entre outras coisas, signos. Porém, mais além da homologia, há uma confusão de fato que pode contaminar, como contamina, muitas teorias, quando o trabalho comunicativo não é somente útil, mas também produtivo, no sentido estrito de produtor de mais-valor para o capital investido nas indústrias culturais e da comunicação.



Nesses casos, não somente o capital subsume trabalho, como também, pela mesma operação, a economia (capitalista) subsume cultura (BOLAÑO, 2013, capítulo 2).

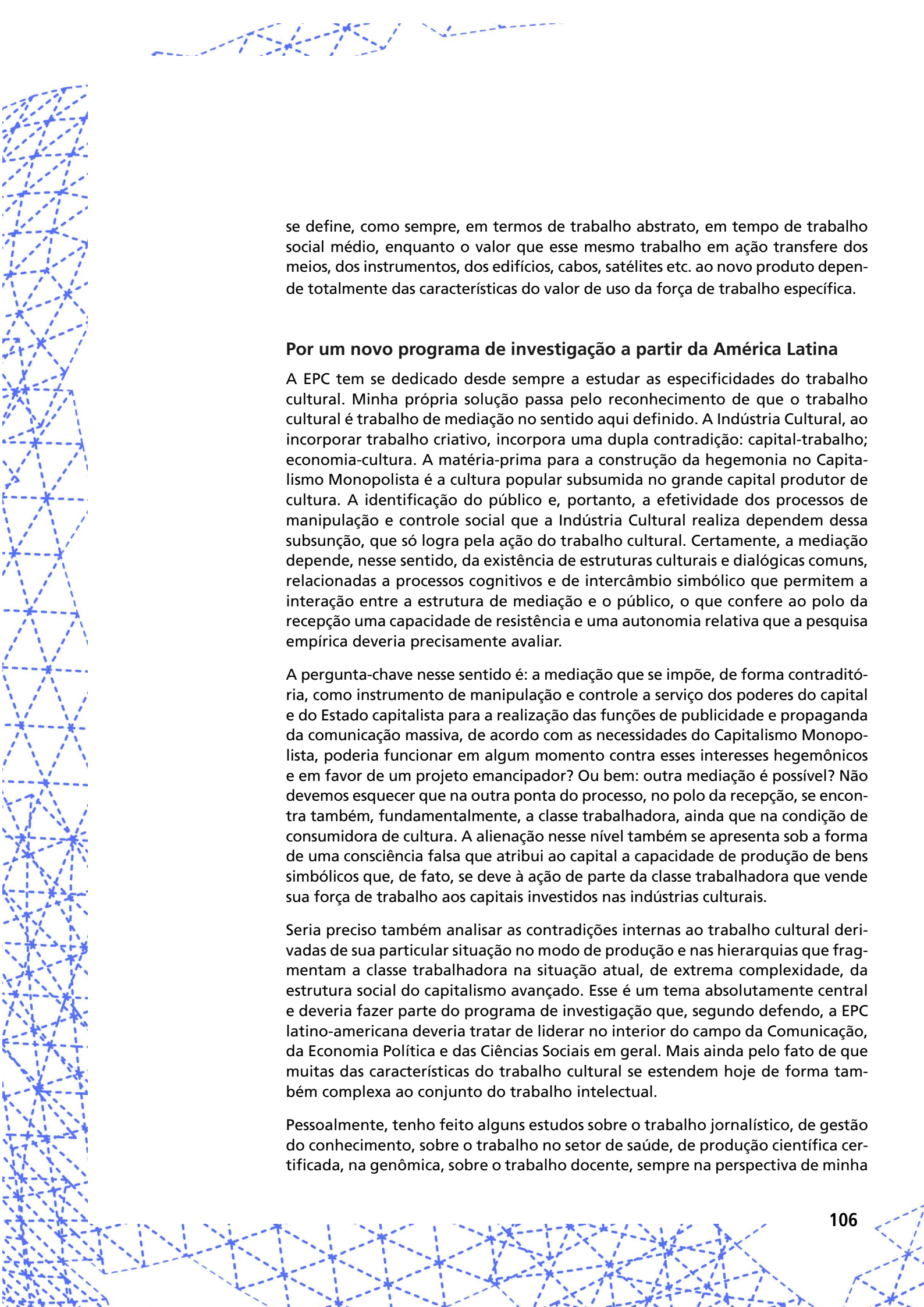
O jogo da mediação se torna, assim, muito mais complexo, pois a função mediadora de todo trabalho linguístico se realiza então a serviço do capital, sem perder sua determinação essencial. Esse é o fundamento concreto por trás dos equívocos das teorias do imaterial: quando a produção simbólica assume a forma mercadoria, assume também a materialidade própria das categorias da Economia Política. Não vou me deter nisso, pois se trata justamente de nosso *métier* comum. Contudo, tenho que dizer que não se trata simplesmente de estudar o “lado econômico” da produção simbólica, mas de esclarecer a referida dupla contradição em relação à qual a separação entre economia e cultura é um aspecto da estrutura global de poder.

É interessante retomar a relação, a um só tempo de oposição e de complementaridade, que Marx analisa ao comparar a divisão do trabalho na manufatura e a divisão do trabalho na sociedade. No primeiro caso, se trata de subsunção, fragmentação do trabalhador parcial e sua subordinação ao controle despótico da gerência, que é quem garante a coerência do todo, enquanto no segundo reina a mais completa anarquia e a totalização se faz pelas forças invisíveis do mercado. Na relação entre ambos os processos predomina o segundo, seja por meio de certos automatismos (preços de mercado), seja pela ação do Estado entendido como capitalista coletivo ideal.

A totalidade dessas relações, em nível micro e macro, e as instituições que as definem formam uma poderosa estrutura de mediação que se interpõe entre o sujeito e suas necessidades. Há uma forte homologia, outra vez, entre esses mecanismos de mediação e o que conhecemos em nosso campo como a “mediação social”. Do meu ponto de vista, para analisar o tema da emancipação que me foi proposto é necessário definir, em primeiro lugar, a mediação por subsunção do trabalho cultural para, num segundo momento, buscar saber se “outra mediação é possível”. Com isso, separamo-nos radicalmente da visão romântica segundo a qual a comunicação, tomada em abstrato, poderia solucionar problemas de ordem econômica ou social. O mito de que o simples acesso à informação, ou ao mundo das informações com que as novas tecnologias nos brindam, poderia “democratizar” o sistema.

De fato, as grandes estruturas de mediação social que são os meios de comunicação de massa e as indústrias culturais só podem funcionar como tal porque subsumem trabalho de uma classe particular (trabalho cultural, criativo, de mediação). Sem isso, toda a estrutura da velha Indústria Cultural, como toda a estrutura das novas redes telemáticas, não passaria de um montão de cabos, equipamentos e edifícios inertes, que apodreceriam pela ação do tempo. A transferência de seu valor aos produtos que as indústrias culturais e da comunicação vendem (os bens simbólicos, as emissões e a mercadoria audiência) depende da ação do trabalho vivo como em qualquer outra indústria capitalista.

A mediação é precisamente o valor de uso, o efeito útil esperado que busca o capital ao contratar trabalho cultural. A mais-valia produzida nesse setor particular (não necessariamente a mais-valia da qual os empresários do setor se apropriam no final das contas) se determina, como no caso geral, pela diferença entre o valor da força de trabalho e o valor que ela produz em suas operações. O valor novo ($v + m$)



se define, como sempre, em termos de trabalho abstrato, em tempo de trabalho social médio, enquanto o valor que esse mesmo trabalho em ação transfere dos meios, dos instrumentos, dos edifícios, cabos, satélites etc. ao novo produto depende totalmente das características do valor de uso da força de trabalho específica.

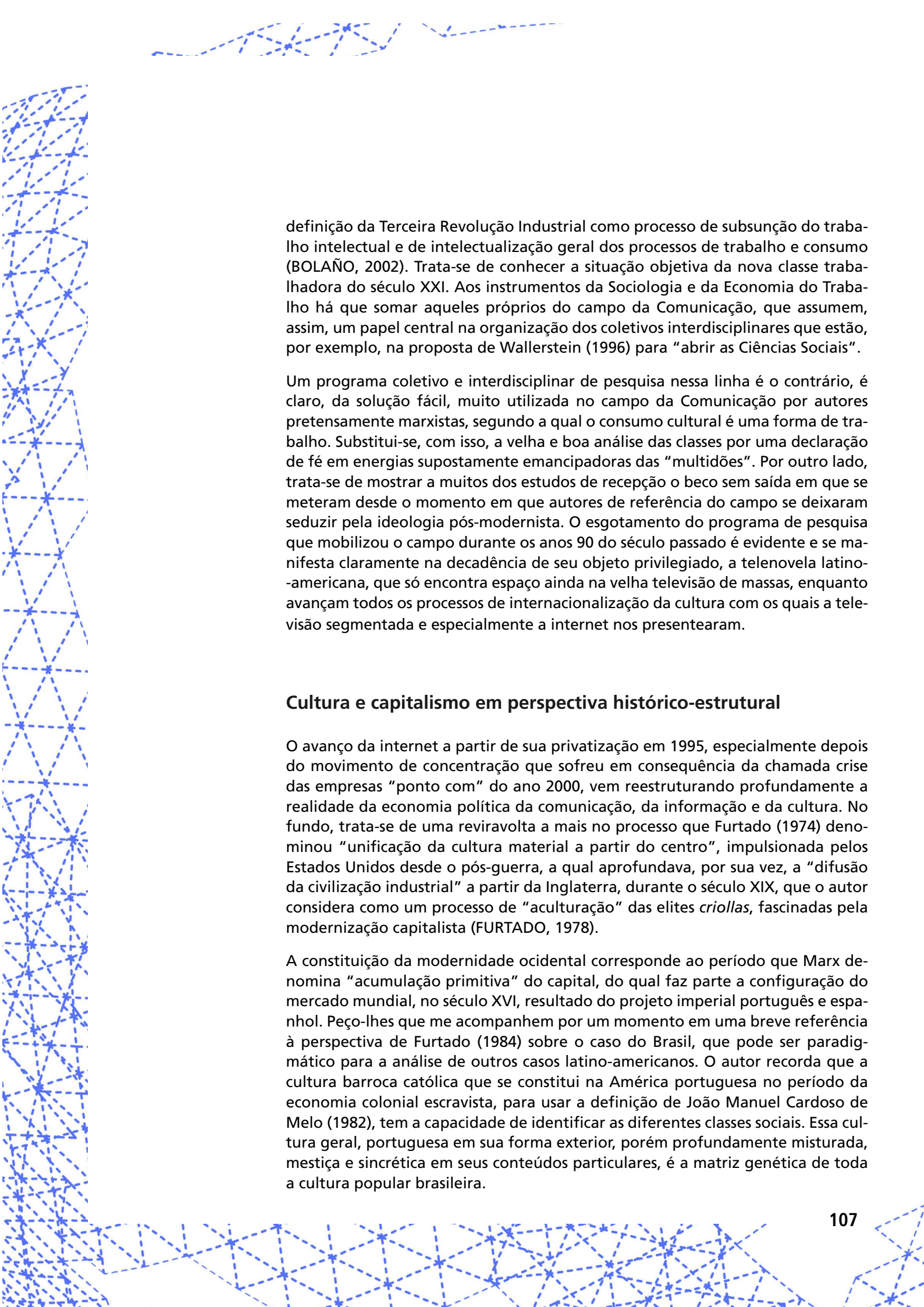
Por um novo programa de investigação a partir da América Latina

A EPC tem se dedicado desde sempre a estudar as especificidades do trabalho cultural. Minha própria solução passa pelo reconhecimento de que o trabalho cultural é trabalho de mediação no sentido aqui definido. A Indústria Cultural, ao incorporar trabalho criativo, incorpora uma dupla contradição: capital-trabalho; economia-cultura. A matéria-prima para a construção da hegemonia no Capitalismo Monopolista é a cultura popular subsumida no grande capital produtor de cultura. A identificação do público e, portanto, a efetividade dos processos de manipulação e controle social que a Indústria Cultural realiza dependem dessa subsunção, que só logra pela ação do trabalho cultural. Certamente, a mediação depende, nesse sentido, da existência de estruturas culturais e dialógicas comuns, relacionadas a processos cognitivos e de intercâmbio simbólico que permitem a interação entre a estrutura de mediação e o público, o que confere ao polo da recepção uma capacidade de resistência e uma autonomia relativa que a pesquisa empírica deveria precisamente avaliar.

A pergunta-chave nesse sentido é: a mediação que se impõe, de forma contraditória, como instrumento de manipulação e controle a serviço dos poderes do capital e do Estado capitalista para a realização das funções de publicidade e propaganda da comunicação massiva, de acordo com as necessidades do Capitalismo Monopolista, poderia funcionar em algum momento contra esses interesses hegemônicos e em favor de um projeto emancipador? Ou bem: outra mediação é possível? Não devemos esquecer que na outra ponta do processo, no polo da recepção, se encontra também, fundamentalmente, a classe trabalhadora, ainda que na condição de consumidora de cultura. A alienação nesse nível também se apresenta sob a forma de uma consciência falsa que atribui ao capital a capacidade de produção de bens simbólicos que, de fato, se deve à ação de parte da classe trabalhadora que vende sua força de trabalho aos capitais investidos nas indústrias culturais.

Seria preciso também analisar as contradições internas ao trabalho cultural derivadas de sua particular situação no modo de produção e nas hierarquias que fragmentam a classe trabalhadora na situação atual, de extrema complexidade, da estrutura social do capitalismo avançado. Esse é um tema absolutamente central e deveria fazer parte do programa de investigação que, segundo defendo, a EPC latino-americana deveria tratar de liderar no interior do campo da Comunicação, da Economia Política e das Ciências Sociais em geral. Mais ainda pelo fato de que muitas das características do trabalho cultural se estendem hoje de forma também complexa ao conjunto do trabalho intelectual.

Pessoalmente, tenho feito alguns estudos sobre o trabalho jornalístico, de gestão do conhecimento, sobre o trabalho no setor de saúde, de produção científica certificada, na genômica, sobre o trabalho docente, sempre na perspectiva de minha



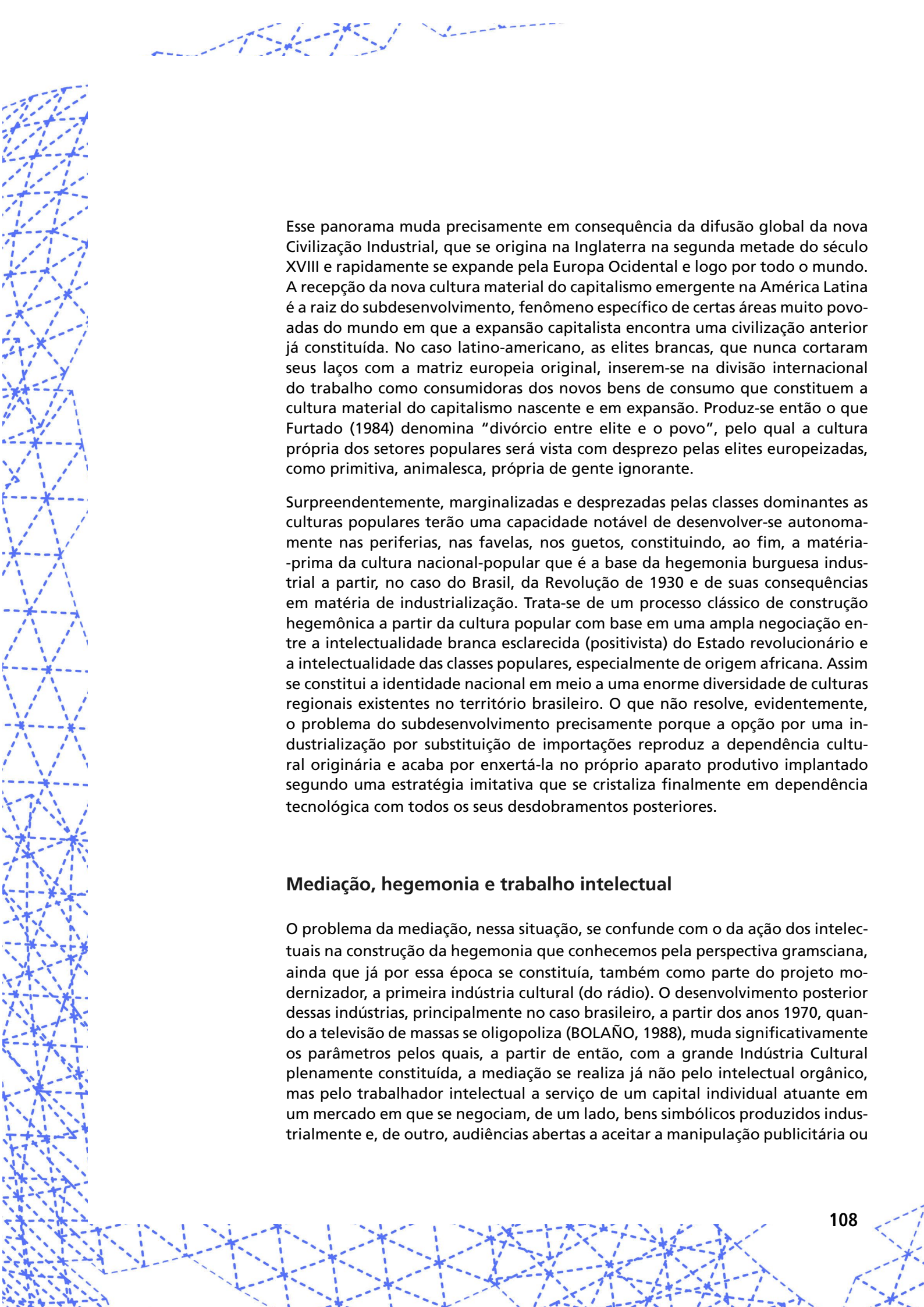
definição da Terceira Revolução Industrial como processo de subsunção do trabalho intelectual e de intelectualização geral dos processos de trabalho e consumo (BOLAÑO, 2002). Trata-se de conhecer a situação objetiva da nova classe trabalhadora do século XXI. Aos instrumentos da Sociologia e da Economia do Trabalho há que somar aqueles próprios do campo da Comunicação, que assumem, assim, um papel central na organização dos coletivos interdisciplinares que estão, por exemplo, na proposta de Wallerstein (1996) para “abrir as Ciências Sociais”.

Um programa coletivo e interdisciplinar de pesquisa nessa linha é o contrário, é claro, da solução fácil, muito utilizada no campo da Comunicação por autores pretensamente marxistas, segundo a qual o consumo cultural é uma forma de trabalho. Substitui-se, com isso, a velha e boa análise das classes por uma declaração de fé em energias supostamente emancipadoras das “multidões”. Por outro lado, trata-se de mostrar a muitos dos estudos de recepção o beco sem saída em que se meteram desde o momento em que autores de referência do campo se deixaram seduzir pela ideologia pós-modernista. O esgotamento do programa de pesquisa que mobilizou o campo durante os anos 90 do século passado é evidente e se manifesta claramente na decadência de seu objeto privilegiado, a telenovela latino-americana, que só encontra espaço ainda na velha televisão de massas, enquanto avançam todos os processos de internacionalização da cultura com os quais a televisão segmentada e especialmente a internet nos presentearam.

Cultura e capitalismo em perspectiva histórico-estrutural

O avanço da internet a partir de sua privatização em 1995, especialmente depois do movimento de concentração que sofreu em consequência da chamada crise das empresas “ponto com” do ano 2000, vem reestruturando profundamente a realidade da economia política da comunicação, da informação e da cultura. No fundo, trata-se de uma reviravolta a mais no processo que Furtado (1974) denominou “unificação da cultura material a partir do centro”, impulsionada pelos Estados Unidos desde o pós-guerra, a qual aprofundava, por sua vez, a “difusão da civilização industrial” a partir da Inglaterra, durante o século XIX, que o autor considera como um processo de “aculturação” das elites *criollas*, fascinadas pela modernização capitalista (FURTADO, 1978).

A constituição da modernidade ocidental corresponde ao período que Marx denomina “acumulação primitiva” do capital, do qual faz parte a configuração do mercado mundial, no século XVI, resultado do projeto imperial português e espanhol. Peço-lhes que me acompanhem por um momento em uma breve referência à perspectiva de Furtado (1984) sobre o caso do Brasil, que pode ser paradigmático para a análise de outros casos latino-americanos. O autor recorda que a cultura barroca católica que se constitui na América portuguesa no período da economia colonial escravista, para usar a definição de João Manuel Cardoso de Melo (1982), tem a capacidade de identificar as diferentes classes sociais. Essa cultura geral, portuguesa em sua forma exterior, porém profundamente misturada, mestiça e sincrética em seus conteúdos particulares, é a matriz genética de toda a cultura popular brasileira.

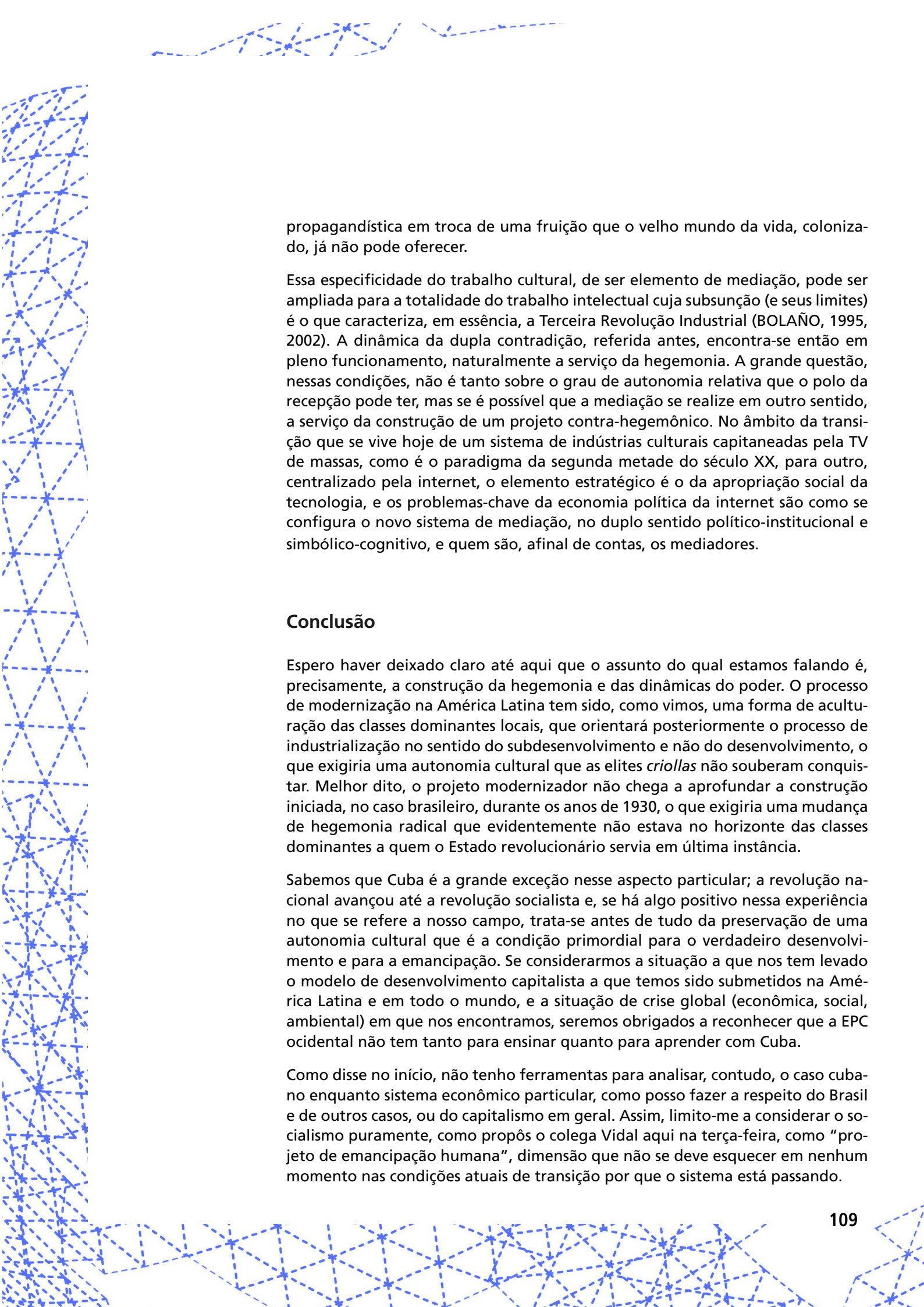


Esse panorama muda precisamente em consequência da difusão global da nova Civilização Industrial, que se origina na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e rapidamente se expande pela Europa Ocidental e logo por todo o mundo. A recepção da nova cultura material do capitalismo emergente na América Latina é a raiz do subdesenvolvimento, fenômeno específico de certas áreas muito povoadas do mundo em que a expansão capitalista encontra uma civilização anterior já constituída. No caso latino-americano, as elites brancas, que nunca cortaram seus laços com a matriz europeia original, inserem-se na divisão internacional do trabalho como consumidoras dos novos bens de consumo que constituem a cultura material do capitalismo nascente e em expansão. Produz-se então o que Furtado (1984) denomina “divórcio entre elite e o povo”, pelo qual a cultura própria dos setores populares será vista com desprezo pelas elites europeizadas, como primitiva, animalésca, própria de gente ignorante.

Surpreendentemente, marginalizadas e desprezadas pelas classes dominantes as culturas populares terão uma capacidade notável de desenvolver-se autonomamente nas periferias, nas favelas, nos guetos, constituindo, ao fim, a matéria-prima da cultura nacional-popular que é a base da hegemonia burguesa industrial a partir, no caso do Brasil, da Revolução de 1930 e de suas consequências em matéria de industrialização. Trata-se de um processo clássico de construção hegemônica a partir da cultura popular com base em uma ampla negociação entre a intelectualidade branca esclarecida (positivista) do Estado revolucionário e a intelectualidade das classes populares, especialmente de origem africana. Assim se constitui a identidade nacional em meio a uma enorme diversidade de culturas regionais existentes no território brasileiro. O que não resolve, evidentemente, o problema do subdesenvolvimento precisamente porque a opção por uma industrialização por substituição de importações reproduz a dependência cultural originária e acaba por enxertá-la no próprio aparato produtivo implantado segundo uma estratégia imitativa que se cristaliza finalmente em dependência tecnológica com todos os seus desdobramentos posteriores.

Mediação, hegemonia e trabalho intelectual

O problema da mediação, nessa situação, se confunde com o da ação dos intelectuais na construção da hegemonia que conhecemos pela perspectiva gramsciana, ainda que já por essa época se constituía, também como parte do projeto modernizador, a primeira indústria cultural (do rádio). O desenvolvimento posterior dessas indústrias, principalmente no caso brasileiro, a partir dos anos 1970, quando a televisão de massas se oligopoliza (BOLAÑO, 1988), muda significativamente os parâmetros pelos quais, a partir de então, com a grande Indústria Cultural plenamente constituída, a mediação se realiza já não pelo intelectual orgânico, mas pelo trabalhador intelectual a serviço de um capital individual atuante em um mercado em que se negociam, de um lado, bens simbólicos produzidos industrialmente e, de outro, audiências abertas a aceitar a manipulação publicitária ou



propagandística em troca de uma fruição que o velho mundo da vida, colonizado, já não pode oferecer.

Essa especificidade do trabalho cultural, de ser elemento de mediação, pode ser ampliada para a totalidade do trabalho intelectual cuja subsunção (e seus limites) é o que caracteriza, em essência, a Terceira Revolução Industrial (BOLAÑO, 1995, 2002). A dinâmica da dupla contradição, referida antes, encontra-se então em pleno funcionamento, naturalmente a serviço da hegemonia. A grande questão, nessas condições, não é tanto sobre o grau de autonomia relativa que o polo da recepção pode ter, mas se é possível que a mediação se realize em outro sentido, a serviço da construção de um projeto contra-hegemônico. No âmbito da transição que se vive hoje de um sistema de indústrias culturais capitaneadas pela TV de massas, como é o paradigma da segunda metade do século XX, para outro, centralizado pela internet, o elemento estratégico é o da apropriação social da tecnologia, e os problemas-chave da economia política da internet são como se configura o novo sistema de mediação, no duplo sentido político-institucional e simbólico-cognitivo, e quem são, afinal de contas, os mediadores.

Conclusão

Espero haver deixado claro até aqui que o assunto do qual estamos falando é, precisamente, a construção da hegemonia e das dinâmicas do poder. O processo de modernização na América Latina tem sido, como vimos, uma forma de aculturação das classes dominantes locais, que orientará posteriormente o processo de industrialização no sentido do subdesenvolvimento e não do desenvolvimento, o que exigiria uma autonomia cultural que as elites *criollas* não souberam conquistar. Melhor dito, o projeto modernizador não chega a aprofundar a construção iniciada, no caso brasileiro, durante os anos de 1930, o que exigiria uma mudança de hegemonia radical que evidentemente não estava no horizonte das classes dominantes a quem o Estado revolucionário servia em última instância.

Sabemos que Cuba é a grande exceção nesse aspecto particular; a revolução nacional avançou até a revolução socialista e, se há algo positivo nessa experiência no que se refere a nosso campo, trata-se antes de tudo da preservação de uma autonomia cultural que é a condição primordial para o verdadeiro desenvolvimento e para a emancipação. Se considerarmos a situação a que nos tem levado o modelo de desenvolvimento capitalista a que temos sido submetidos na América Latina e em todo o mundo, e a situação de crise global (econômica, social, ambiental) em que nos encontramos, seremos obrigados a reconhecer que a EPC ocidental não tem tanto para ensinar quanto para aprender com Cuba.

Como disse no início, não tenho ferramentas para analisar, contudo, o caso cubano enquanto sistema econômico particular, como posso fazer a respeito do Brasil e de outros casos, ou do capitalismo em geral. Assim, limito-me a considerar o socialismo puramente, como propôs o colega Vidal aqui na terça-feira, como “projeto de emancipação humana”, dimensão que não se deve esquecer em nenhum momento nas condições atuais de transição por que o sistema está passando.



Referências

BOLAÑO, César. **Mercado Brasileiro de Televisão**. São Paulo: EDUC, 2004, segunda edição revista e ampliada.

_____. *Economía Política, Globalización y Comunicación*. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, n. 140, 1995.

_____. *Trabalho Intelectual, Informação e Capitalismo: a re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva*. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 15, 2º sem. 2002.

_____. _____. Versión ampliada en español. In: BOLAÑO, César; MASTRINI, Guillermo; SIERRA, Francisco. **Economía Política, Comunicación y Conocimiento**. Buenos Aires: La Crujía, 2005.

_____. **Industria cultural, información y capitalismo**. Traducido de la versión original en portugués. Barcelona: Gedisa, 2013.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

MARX, Karl. **O capital**, tomo 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MELO, João Manuel Cardoso de. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MORAES NETO, Benedito. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Século XX e trabalho industrial**. São Paulo: Xamã, 2003.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. **A linguagem como trabalho e como mercado**. São Paulo: Difel, 1985.

WALLERSTEIN, Immanuel et al. **Para abrir as ciências sociais**. Comissão Gulbenkian para reestruturação das ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1996.

O caráter fetichista da informação necessária no momento da circulação simples

El carácter fetichista de la información necesaria en el momento de la circulación simple

The fetishistic character of the necessary information at the time of simple circulation

Manoel Dourado Bastos

Doutor em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Assis). Professor Adjunto de Comunicação, Cultura e Sociedade na Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Brasil.

Contato: manoel.bastos@gmail.com

Artigo submetido em 01/10/2017 e aprovado em 12/11/2017.



Resumo

O presente trabalho apresenta uma investigação sobre as relações entre a forma-comunicação e o carácter fetichista da mercadoria. Partindo dos elementos centrais desdobrados por Marx no capítulo 1 de *O capital*, recorro à particularização da informação no momento da circulação simples, conforme a exposição de César Bolaño. Ao reconhecer o carácter objetivo da informação, encontro, contudo, sua dimensão fantasmagórica, a qual Bolaño recusa ao não considerar o fetichismo da mercadoria. A partir do texto marxiano, demonstro como a exposição de Bolaño ganha em crítica se desdobra a partir do fetichismo da mercadoria.

Palavras-chave: forma-comunicação; fetichismo da mercadoria; informação; circulação simples; Marx.

Resumen

El presente trabajo presenta una investigación sobre las relaciones entre la forma-comunicación y el carácter fetichista de la mercancía. Partiendo de los elementos centrales desplegados por Marx en el capítulo 1 de *El capital*, recorro a la particularización de la información en el momento de la circulación simple, conforme a la exposición de César Bolaño. Al reconocer el carácter objetivo de la información, encuentro, sin embargo, su dimensión fantasmagórica, la cual Bolaño rechaza al no considerar el fetichismo de la mercancía. A partir del texto marxiano, demuestro como la exposición de Bolaño gana en crítica si desdoblada a partir del fetichismo de la mercancía.

Palabras clave: forma-comunicación; fetichismo de la mercancía; información; circulación simple; Marx.

Abstract

The present work presents an investigation about the relations between the communication-form and the fetishistic character of the commodity. Starting from the central elements developed by Marx in chapter 1 of *Capital*, I turn to the particularization of information at the time of simple circulation, according to the exposition of César Bolaño. In recognizing the objective character of the information, I find, however, its phantasmagoric dimension, which Bolaño refuses by not considering the commodity fetishism. From the Marxian text, I demonstrate how Bolaño's exposure gains in criticism if developed from the fetishism of the commodity.

Keywords: communication-form; commodity fetishism; information; simple circulation; Marx.

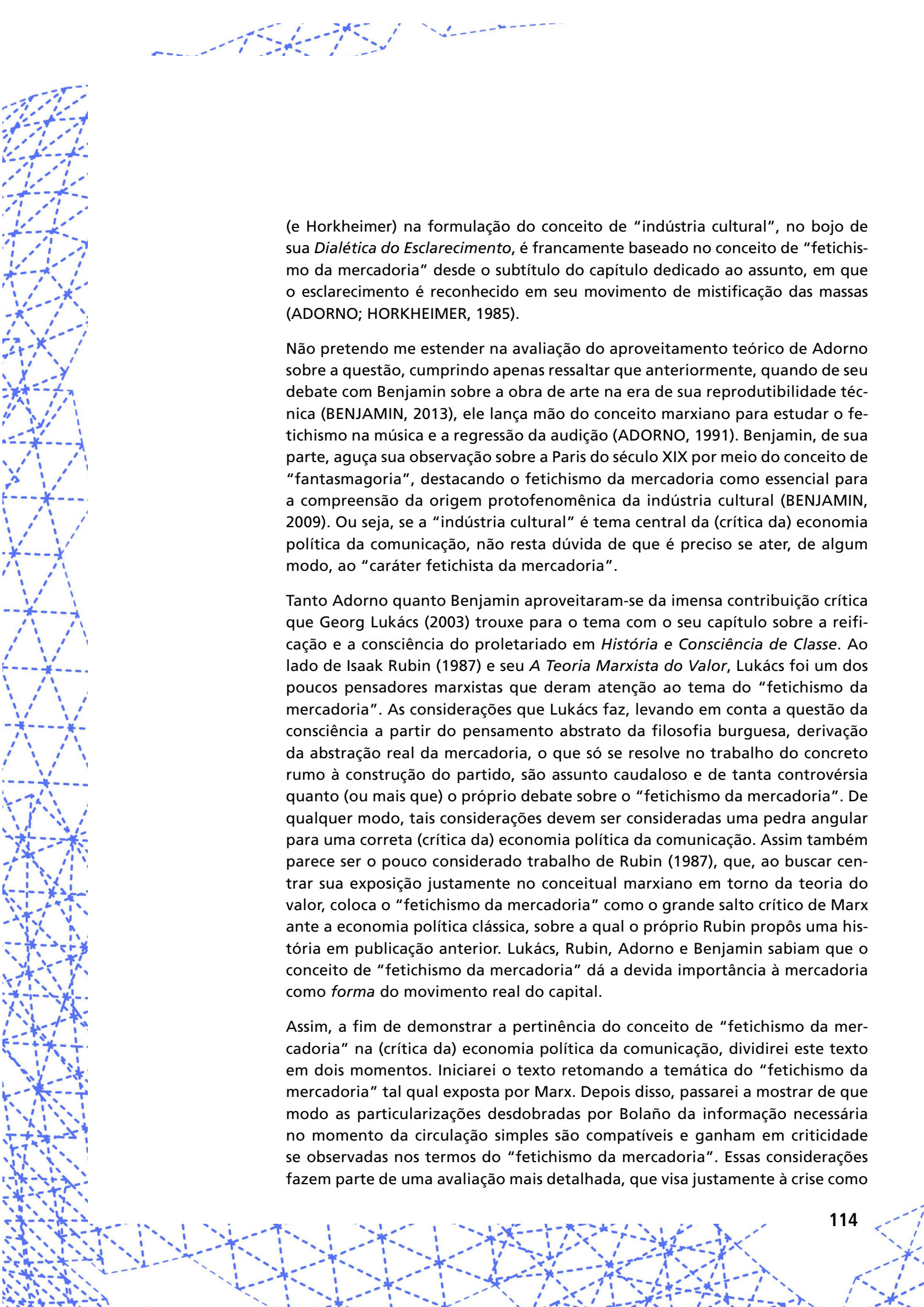


Apresentação

O presente texto apresenta os elementos gerais de uma investigação cujo objetivo principal é tomar o fetichismo da mercadoria como o centro de uma (crítica da) economia política da comunicação. A tese que vou expor é a de que no segredo da forma mercadoria se encontra o segredo da forma comunicação. Se a mercadoria é a forma elementar do capitalismo, uma consideração materialista sobre a comunicação encontra no caráter fetichista o seu fundamento. Ou seja, “o caráter místico da mercadoria” (MARX, 2013, p. 146), essa coisa “sensível-suprassensível”, conforme a definição de Marx, deve ser entendido como o cerne da exposição crítica da forma comunicação, como espero mostrar adiante. Justamente por se tratar de uma investigação dialética, em que as mediações e a unidade de contrários são decisivas, não se trata de uma sobreposição mecânica ou de uma transposição imediata de elementos do funcionamento da forma mercadoria para a comunicação. Pelo contrário, entendo que a mercadoria é a forma elementar a partir da qual derivam as demais formas sociais, de modo que a forma comunicação é uma particularização da dinâmica do capital.

A exposição mais acurada da relação entre a forma comunicação e a dinâmica do capital se encontra no trabalho clássico de César Bolaño (2000). Antes de se perguntar sobre a comunicação como uma mercadoria singular, Bolaño expõe a forma comunicação como uma particularidade constitutiva do processo de (re) produção do capital. Para isso, Bolaño se apoia nos debates em torno da teoria derivacionista e do regulacionismo, a fim de observar criticamente a comunicação a partir da informação particularizada da dinâmica do capital. Assim, partindo de um nível de abstração o mais alto possível, iniciando na avaliação da informação em seu nível mais simples, Bolaño consegue sólidos conceitos para chegar à exposição concreta da concorrência, momento em que a complexidade da comunicação se apresenta. Contudo, Bolaño não acha que o conceito de fetichismo da mercadoria é um ponto de partida adequado para a particularização da informação, recorrendo a uma fundamentação antropológica da comunidade humana que o coloca de maneira mais confortável no campo conceitual da ação comunicativa de Habermas e seu “mundo da vida”, um de seus fundamentos, ainda que ele nem sempre convirja com os postulados do pensador alemão. Adiante apresentarei meu ponto de vista alternativo ante esse pressuposto antropológico que, com objetivo correto, mas com andamento criticamente prejudicado, visa a estabelecer os aspectos da contradição da comunicação já nesse nível de abstração. Por agora, vale destacar apenas que me parece correto afirmar que colocar o fetichismo da mercadoria no centro da particularização da informação na circulação simples não só não invalida os aspectos centrais da exposição de Bolaño, como também, pelo contrário, confirma a disposição crítica que a anima.

De fato, o tema do “caráter fetichista da mercadoria”, ainda que controverso, é assunto decisivo, mesmo fundador, para os estudos críticos da informação, comunicação e cultura. Por exemplo, vale destacar que o arcabouço teórico de Adorno

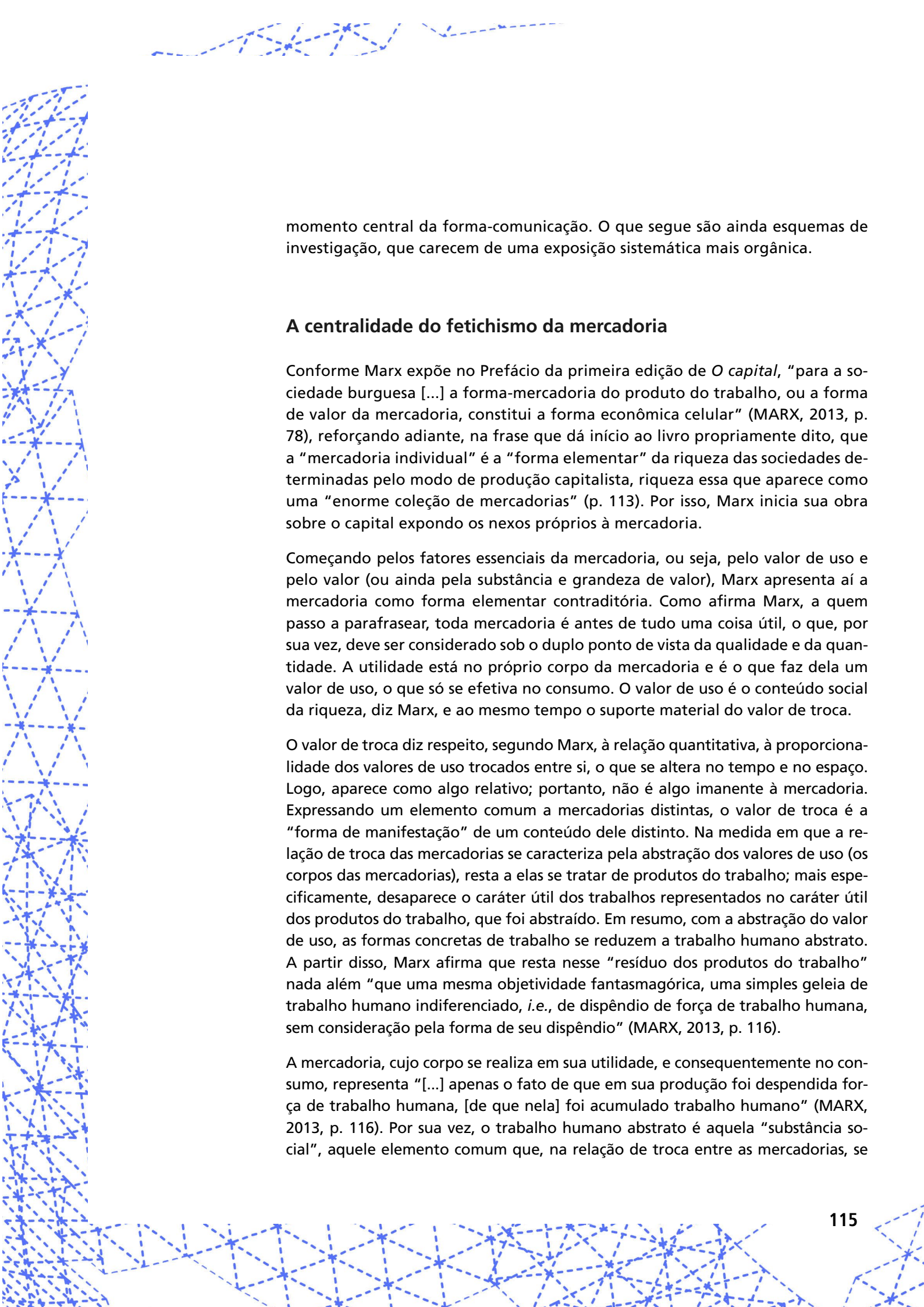


(e Horkheimer) na formulação do conceito de “indústria cultural”, no bojo de sua *Dialética do Esclarecimento*, é francamente baseado no conceito de “fetichismo da mercadoria” desde o subtítulo do capítulo dedicado ao assunto, em que o esclarecimento é reconhecido em seu movimento de mistificação das massas (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Não pretendo me estender na avaliação do aproveitamento teórico de Adorno sobre a questão, cumprindo apenas ressaltar que anteriormente, quando de seu debate com Benjamin sobre a obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica (BENJAMIN, 2013), ele lança mão do conceito marxiano para estudar o fetichismo na música e a regressão da audição (ADORNO, 1991). Benjamin, de sua parte, aguça sua observação sobre a Paris do século XIX por meio do conceito de “fantasmagoria”, destacando o fetichismo da mercadoria como essencial para a compreensão da origem protofenomênica da indústria cultural (BENJAMIN, 2009). Ou seja, se a “indústria cultural” é tema central da (crítica da) economia política da comunicação, não resta dúvida de que é preciso se ater, de algum modo, ao “caráter fetichista da mercadoria”.

Tanto Adorno quanto Benjamin aproveitaram-se da imensa contribuição crítica que Georg Lukács (2003) trouxe para o tema com o seu capítulo sobre a reificação e a consciência do proletariado em *História e Consciência de Classe*. Ao lado de Isaak Rubin (1987) e seu *A Teoria Marxista do Valor*, Lukács foi um dos poucos pensadores marxistas que deram atenção ao tema do “fetichismo da mercadoria”. As considerações que Lukács faz, levando em conta a questão da consciência a partir do pensamento abstrato da filosofia burguesa, derivação da abstração real da mercadoria, o que só se resolve no trabalho do concreto rumo à construção do partido, são assunto caudaloso e de tanta controvérsia quanto (ou mais que) o próprio debate sobre o “fetichismo da mercadoria”. De qualquer modo, tais considerações devem ser consideradas uma pedra angular para uma correta (crítica da) economia política da comunicação. Assim também parece ser o pouco considerado trabalho de Rubin (1987), que, ao buscar centrar sua exposição justamente no conceitual marxiano em torno da teoria do valor, coloca o “fetichismo da mercadoria” como o grande salto crítico de Marx ante a economia política clássica, sobre a qual o próprio Rubin propôs uma história em publicação anterior. Lukács, Rubin, Adorno e Benjamin sabiam que o conceito de “fetichismo da mercadoria” dá a devida importância à mercadoria como *forma* do movimento real do capital.

Assim, a fim de demonstrar a pertinência do conceito de “fetichismo da mercadoria” na (crítica da) economia política da comunicação, dividirei este texto em dois momentos. Iniciarei o texto retomando a temática do “fetichismo da mercadoria” tal qual exposta por Marx. Depois disso, passarei a mostrar de que modo as particularizações desdobradas por Bolaño da informação necessária no momento da circulação simples são compatíveis e ganham em criticidade se observadas nos termos do “fetichismo da mercadoria”. Essas considerações fazem parte de uma avaliação mais detalhada, que visa justamente à crise como



momento central da forma-comunicação. O que segue são ainda esquemas de investigação, que carecem de uma exposição sistemática mais orgânica.

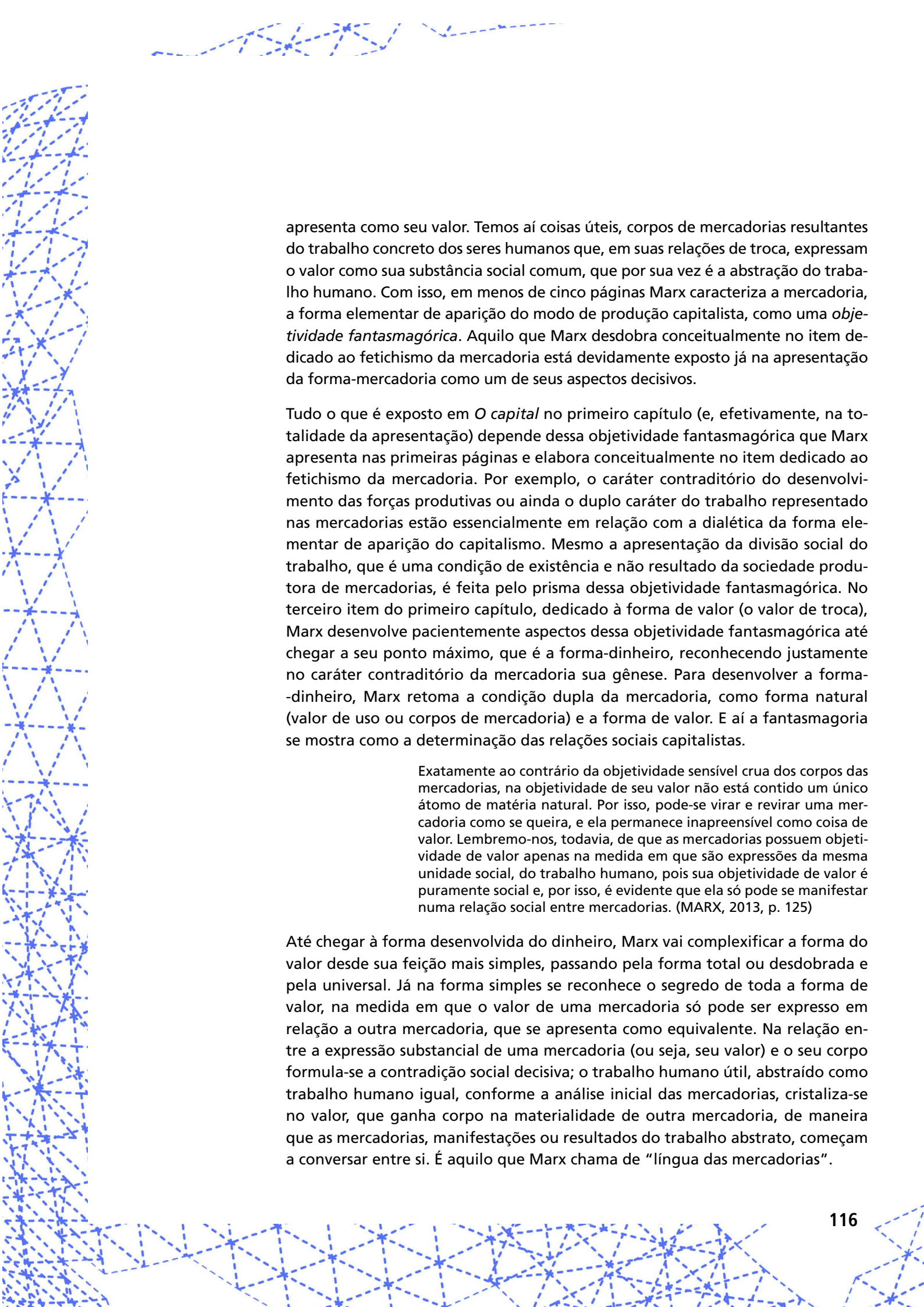
A centralidade do fetichismo da mercadoria

Conforme Marx expõe no Prefácio da primeira edição de *O capital*, “para a sociedade burguesa [...] a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular” (MARX, 2013, p. 78), reforçando adiante, na frase que dá início ao livro propriamente dito, que a “mercadoria individual” é a “forma elementar” da riqueza das sociedades determinadas pelo modo de produção capitalista, riqueza essa que aparece como uma “enorme coleção de mercadorias” (p. 113). Por isso, Marx inicia sua obra sobre o capital expondo os nexos próprios à mercadoria.

Começando pelos fatores essenciais da mercadoria, ou seja, pelo valor de uso e pelo valor (ou ainda pela substância e grandeza de valor), Marx apresenta aí a mercadoria como forma elementar contraditória. Como afirma Marx, a quem passo a parafrasear, toda mercadoria é antes de tudo uma coisa útil, o que, por sua vez, deve ser considerado sob o duplo ponto de vista da qualidade e da quantidade. A utilidade está no próprio corpo da mercadoria e é o que faz dela um valor de uso, o que só se efetiva no consumo. O valor de uso é o conteúdo social da riqueza, diz Marx, e ao mesmo tempo o suporte material do valor de troca.

O valor de troca diz respeito, segundo Marx, à relação quantitativa, à proporcionalidade dos valores de uso trocados entre si, o que se altera no tempo e no espaço. Logo, aparece como algo relativo; portanto, não é algo imanente à mercadoria. Expressando um elemento comum a mercadorias distintas, o valor de troca é a “forma de manifestação” de um conteúdo dele distinto. Na medida em que a relação de troca das mercadorias se caracteriza pela abstração dos valores de uso (os corpos das mercadorias), resta a elas se tratar de produtos do trabalho; mais especificamente, desaparece o caráter útil dos trabalhos representados no caráter útil dos produtos do trabalho, que foi abstraído. Em resumo, com a abstração do valor de uso, as formas concretas de trabalho se reduzem a trabalho humano abstrato. A partir disso, Marx afirma que resta nesse “resíduo dos produtos do trabalho” nada além “que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia de trabalho humano indiferenciado, *i.e.*, de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio” (MARX, 2013, p. 116).

A mercadoria, cujo corpo se realiza em sua utilidade, e conseqüentemente no consumo, representa “[...] apenas o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, [de que nela] foi acumulado trabalho humano” (MARX, 2013, p. 116). Por sua vez, o trabalho humano abstrato é aquela “substância social”, aquele elemento comum que, na relação de troca entre as mercadorias, se

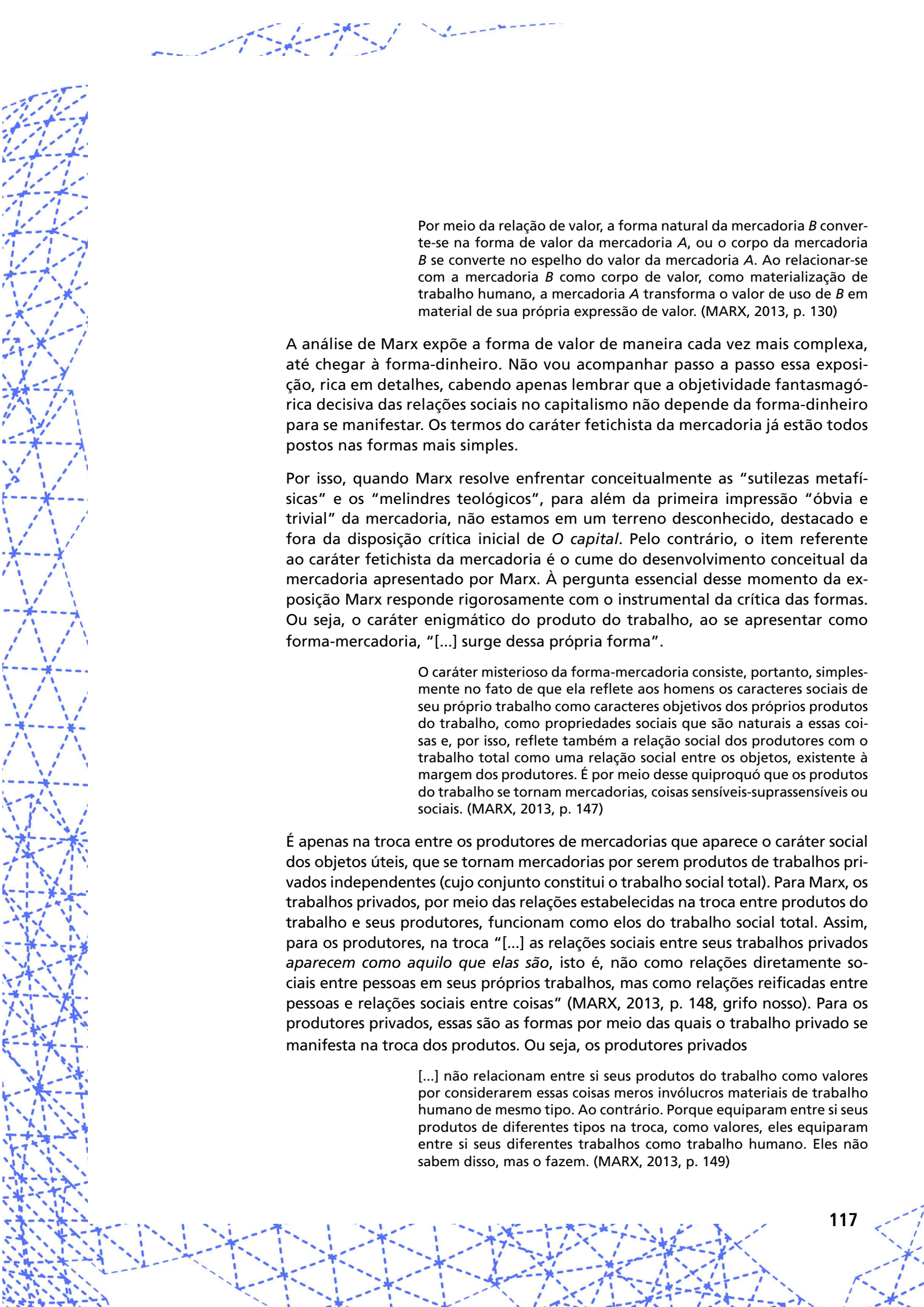


apresenta como seu valor. Temos aí coisas úteis, corpos de mercadorias resultantes do trabalho concreto dos seres humanos que, em suas relações de troca, expressam o valor como sua substância social comum, que por sua vez é a abstração do trabalho humano. Com isso, em menos de cinco páginas Marx caracteriza a mercadoria, a forma elementar de aparição do modo de produção capitalista, como uma *objetividade fantasmagórica*. Aquilo que Marx desdobra conceitualmente no item dedicado ao fetichismo da mercadoria está devidamente exposto já na apresentação da forma-mercadoria como um de seus aspectos decisivos.

Tudo o que é exposto em *O capital* no primeiro capítulo (e, efetivamente, na totalidade da apresentação) depende dessa objetividade fantasmagórica que Marx apresenta nas primeiras páginas e elabora conceitualmente no item dedicado ao fetichismo da mercadoria. Por exemplo, o caráter contraditório do desenvolvimento das forças produtivas ou ainda o duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias estão essencialmente em relação com a dialética da forma elementar de aparição do capitalismo. Mesmo a apresentação da divisão social do trabalho, que é uma condição de existência e não resultado da sociedade produtora de mercadorias, é feita pelo prisma dessa objetividade fantasmagórica. No terceiro item do primeiro capítulo, dedicado à forma de valor (o valor de troca), Marx desenvolve pacientemente aspectos dessa objetividade fantasmagórica até chegar a seu ponto máximo, que é a forma-dinheiro, reconhecendo justamente no caráter contraditório da mercadoria sua gênese. Para desenvolver a forma-dinheiro, Marx retoma a condição dupla da mercadoria, como forma natural (valor de uso ou corpos de mercadoria) e a forma de valor. E aí a fantasmagoria se mostra como a determinação das relações sociais capitalistas.

Exatamente ao contrário da objetividade sensível crua dos corpos das mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural. Por isso, pode-se virar e revirar uma mercadoria como se queira, e ela permanece inapreensível como coisa de valor. Lembremo-nos, todavia, de que as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias. (MARX, 2013, p. 125)

Até chegar à forma desenvolvida do dinheiro, Marx vai complexificar a forma do valor desde sua feição mais simples, passando pela forma total ou desdobrada e pela universal. Já na forma simples se reconhece o segredo de toda a forma de valor, na medida em que o valor de uma mercadoria só pode ser expresso em relação a outra mercadoria, que se apresenta como equivalente. Na relação entre a expressão substancial de uma mercadoria (ou seja, seu valor) e o seu corpo formula-se a contradição social decisiva; o trabalho humano útil, abstraído como trabalho humano igual, conforme a análise inicial das mercadorias, cristaliza-se no valor, que ganha corpo na materialidade de outra mercadoria, de maneira que as mercadorias, manifestações ou resultados do trabalho abstrato, começam a conversar entre si. É aquilo que Marx chama de “língua das mercadorias”.



Por meio da relação de valor, a forma natural da mercadoria *B* converte-se na forma de valor da mercadoria *A*, ou o corpo da mercadoria *B* se converte no espelho do valor da mercadoria *A*. Ao relacionar-se com a mercadoria *B* como corpo de valor, como materialização de trabalho humano, a mercadoria *A* transforma o valor de uso de *B* em material de sua própria expressão de valor. (MARX, 2013, p. 130)

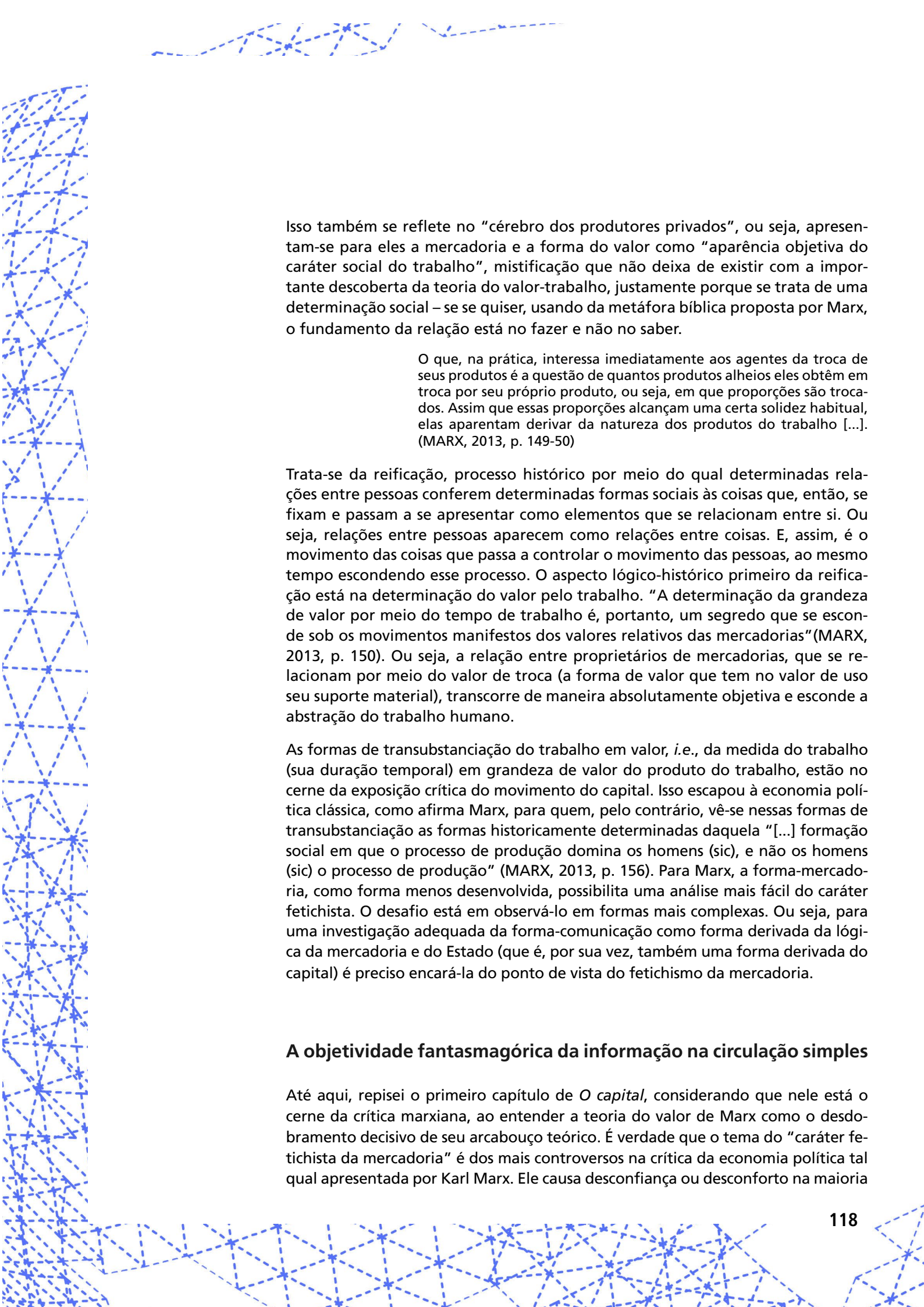
A análise de Marx expõe a forma de valor de maneira cada vez mais complexa, até chegar à forma-dinheiro. Não vou acompanhar passo a passo essa exposição, rica em detalhes, cabendo apenas lembrar que a objetividade fantasmagórica decisiva das relações sociais no capitalismo não depende da forma-dinheiro para se manifestar. Os termos do caráter fetichista da mercadoria já estão todos postos nas formas mais simples.

Por isso, quando Marx resolve enfrentar conceitualmente as “sutilezas metafísicas” e os “melindres teológicos”, para além da primeira impressão “óbvia e trivial” da mercadoria, não estamos em um terreno desconhecido, destacado e fora da disposição crítica inicial de *O capital*. Pelo contrário, o item referente ao caráter fetichista da mercadoria é o cume do desenvolvimento conceitual da mercadoria apresentado por Marx. À pergunta essencial desse momento da exposição Marx responde rigorosamente com o instrumental da crítica das formas. Ou seja, o caráter enigmático do produto do trabalho, ao se apresentar como forma-mercadoria, “[...] surge dessa própria forma”.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. (MARX, 2013, p. 147)

É apenas na troca entre os produtores de mercadorias que aparece o caráter social dos objetos úteis, que se tornam mercadorias por serem produtos de trabalhos privados independentes (cujo conjunto constitui o trabalho social total). Para Marx, os trabalhos privados, por meio das relações estabelecidas na troca entre produtos do trabalho e seus produtores, funcionam como elos do trabalho social total. Assim, para os produtores, na troca “[...] as relações sociais entre seus trabalhos privados *aparecem como aquilo que elas são*, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas” (MARX, 2013, p. 148, grifo nosso). Para os produtores privados, essas são as formas por meio das quais o trabalho privado se manifesta na troca dos produtos. Ou seja, os produtores privados

[...] não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem. (MARX, 2013, p. 149)



Isso também se reflete no “cérebro dos produtores privados”, ou seja, apresentam-se para eles a mercadoria e a forma do valor como “aparência objetiva do caráter social do trabalho”, mistificação que não deixa de existir com a importante descoberta da teoria do valor-trabalho, justamente porque se trata de uma determinação social – se se quiser, usando da metáfora bíblica proposta por Marx, o fundamento da relação está no fazer e não no saber.

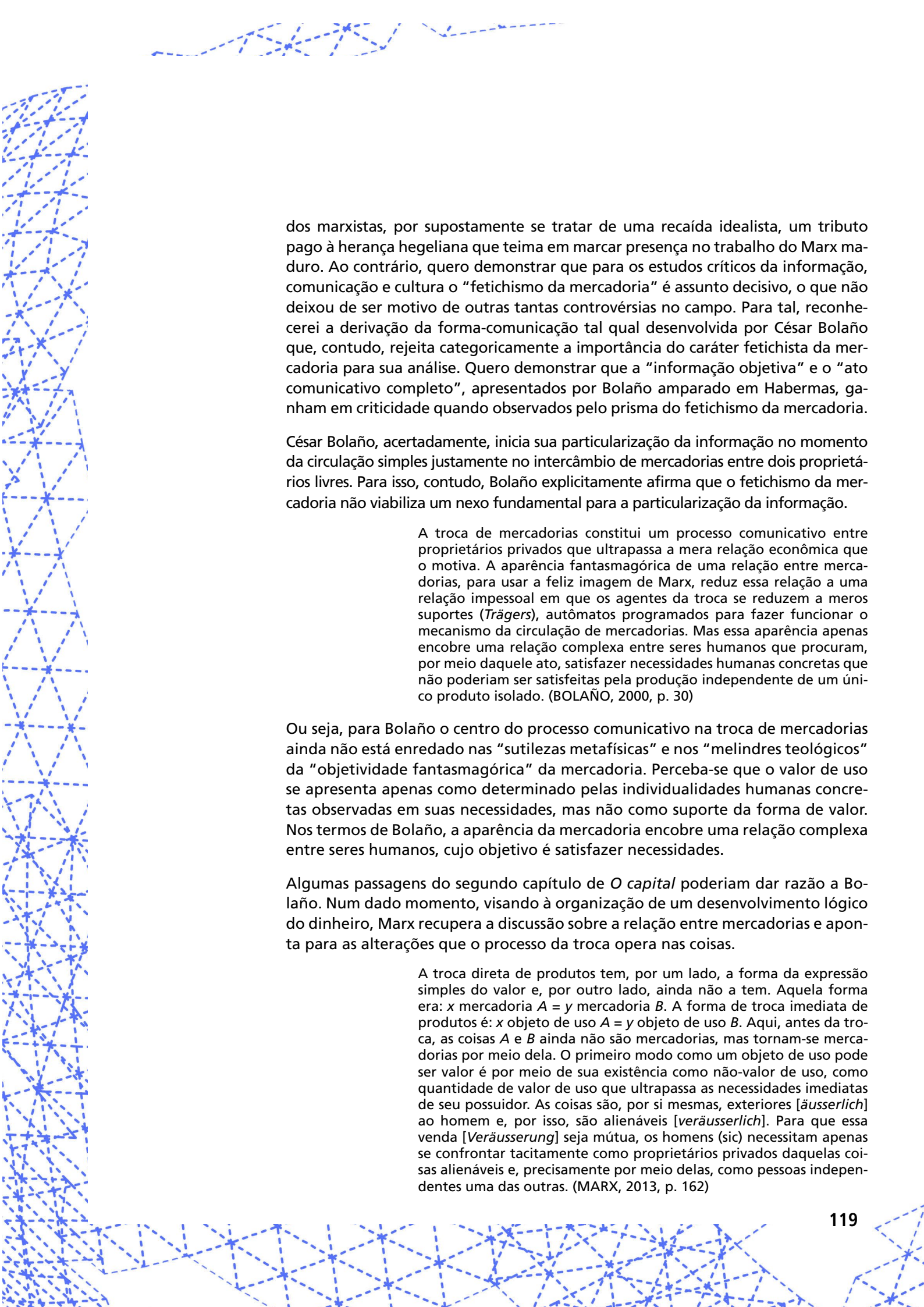
O que, na prática, interessa imediatamente aos agentes da troca de seus produtos é a questão de quantos produtos alheios eles obtêm em troca por seu próprio produto, ou seja, em que proporções são trocados. Assim que essas proporções alcançam uma certa solidez habitual, elas aparentam derivar da natureza dos produtos do trabalho [...]. (MARX, 2013, p. 149-50)

Trata-se da reificação, processo histórico por meio do qual determinadas relações entre pessoas conferem determinadas formas sociais às coisas que, então, se fixam e passam a se apresentar como elementos que se relacionam entre si. Ou seja, relações entre pessoas aparecem como relações entre coisas. E, assim, é o movimento das coisas que passa a controlar o movimento das pessoas, ao mesmo tempo escondendo esse processo. O aspecto lógico-histórico primeiro da reificação está na determinação do valor pelo trabalho. “A determinação da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho é, portanto, um segredo que se esconde sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias” (MARX, 2013, p. 150). Ou seja, a relação entre proprietários de mercadorias, que se relacionam por meio do valor de troca (a forma de valor que tem no valor de uso seu suporte material), transcorre de maneira absolutamente objetiva e esconde a abstração do trabalho humano.

As formas de transubstanciação do trabalho em valor, *i.e.*, da medida do trabalho (sua duração temporal) em grandeza de valor do produto do trabalho, estão no cerne da exposição crítica do movimento do capital. Isso escapou à economia política clássica, como afirma Marx, para quem, pelo contrário, vê-se nessas formas de transubstanciação as formas historicamente determinadas daquela “[...] formação social em que o processo de produção domina os homens (sic), e não os homens (sic) o processo de produção” (MARX, 2013, p. 156). Para Marx, a forma-mercadoria, como forma menos desenvolvida, possibilita uma análise mais fácil do caráter fetichista. O desafio está em observá-lo em formas mais complexas. Ou seja, para uma investigação adequada da forma-comunicação como forma derivada da lógica da mercadoria e do Estado (que é, por sua vez, também uma forma derivada do capital) é preciso encará-la do ponto de vista do fetichismo da mercadoria.

A objetividade fantasmagórica da informação na circulação simples

Até aqui, repisei o primeiro capítulo de *O capital*, considerando que nele está o cerne da crítica marxiana, ao entender a teoria do valor de Marx como o desdobramento decisivo de seu arcabouço teórico. É verdade que o tema do “caráter fetichista da mercadoria” é dos mais controversos na crítica da economia política tal qual apresentada por Karl Marx. Ele causa desconfiança ou desconforto na maioria



dos marxistas, por supostamente se tratar de uma recaída idealista, um tributo pago à herança hegeliana que teima em marcar presença no trabalho do Marx maduro. Ao contrário, quero demonstrar que para os estudos críticos da informação, comunicação e cultura o “fetichismo da mercadoria” é assunto decisivo, o que não deixou de ser motivo de outras tantas controvérsias no campo. Para tal, reconhecerei a derivação da forma-comunicação tal qual desenvolvida por César Bolaño que, contudo, rejeita categoricamente a importância do caráter fetichista da mercadoria para sua análise. Quero demonstrar que a “informação objetiva” e o “ato comunicativo completo”, apresentados por Bolaño amparado em Habermas, ganham em criticidade quando observados pelo prisma do fetichismo da mercadoria.

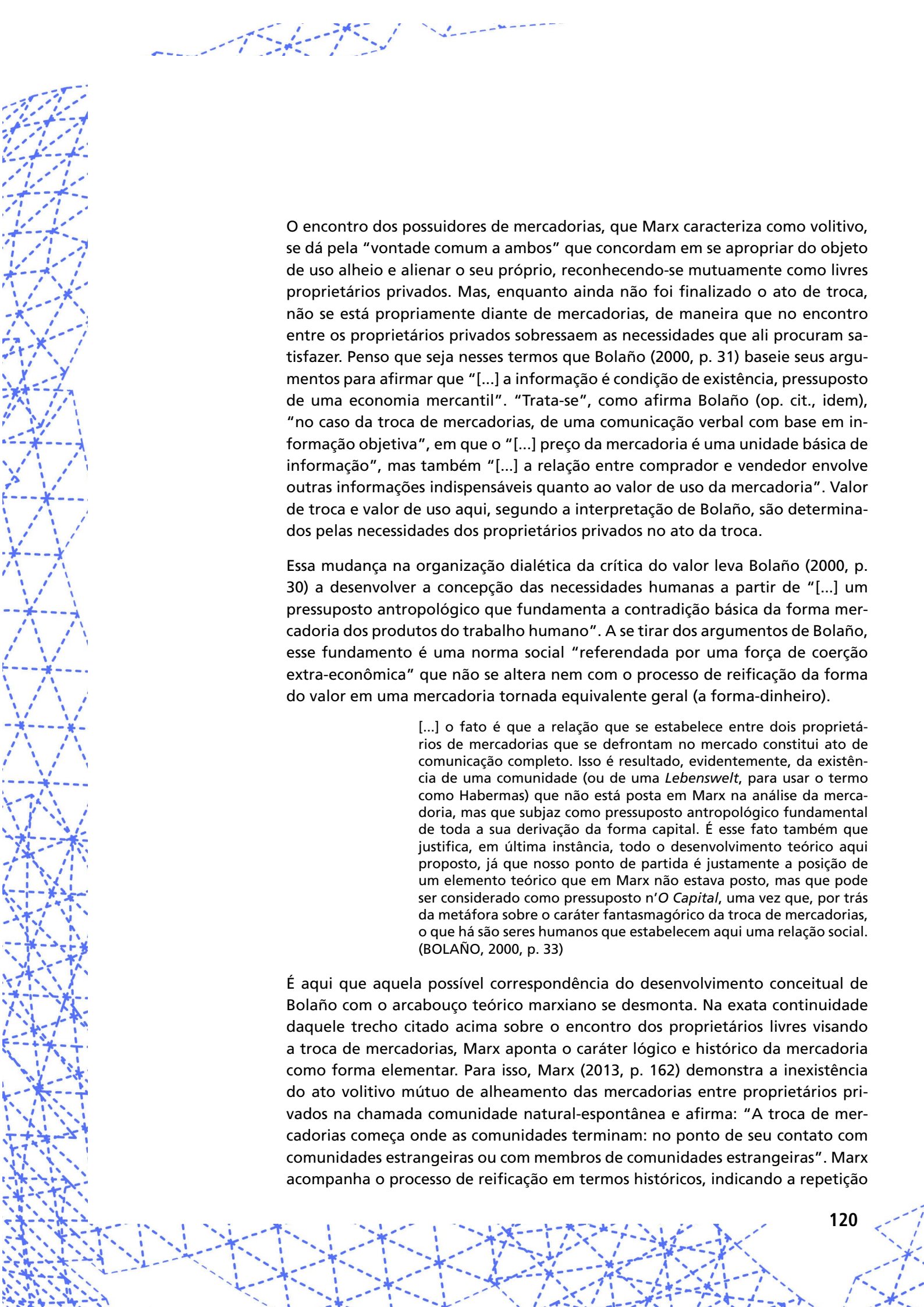
César Bolaño, acertadamente, inicia sua particularização da informação no momento da circulação simples justamente no intercâmbio de mercadorias entre dois proprietários livres. Para isso, contudo, Bolaño explicitamente afirma que o fetichismo da mercadoria não viabiliza um nexos fundamental para a particularização da informação.

A troca de mercadorias constitui um processo comunicativo entre proprietários privados que ultrapassa a mera relação econômica que o motiva. A aparência fantasmagórica de uma relação entre mercadorias, para usar a feliz imagem de Marx, reduz essa relação a uma relação impessoal em que os agentes da troca se reduzem a meros suportes (*Träger*), autômatos programados para fazer funcionar o mecanismo da circulação de mercadorias. Mas essa aparência apenas encobre uma relação complexa entre seres humanos que procuram, por meio daquele ato, satisfazer necessidades humanas concretas que não poderiam ser satisfeitas pela produção independente de um único produto isolado. (BOLAÑO, 2000, p. 30)

Ou seja, para Bolaño o centro do processo comunicativo na troca de mercadorias ainda não está enredado nas “sutilezas metafísicas” e nos “melindres teológicos” da “objetividade fantasmagórica” da mercadoria. Perceba-se que o valor de uso se apresenta apenas como determinado pelas individualidades humanas concretas observadas em suas necessidades, mas não como suporte da forma de valor. Nos termos de Bolaño, a aparência da mercadoria encobre uma relação complexa entre seres humanos, cujo objetivo é satisfazer necessidades.

Algumas passagens do segundo capítulo de *O capital* poderiam dar razão a Bolaño. Num dado momento, visando à organização de um desenvolvimento lógico do dinheiro, Marx recupera a discussão sobre a relação entre mercadorias e aponta para as alterações que o processo da troca opera nas coisas.

A troca direta de produtos tem, por um lado, a forma da expressão simples do valor e, por outro lado, ainda não a tem. Aquela forma era: x mercadoria $A = y$ mercadoria B . A forma de troca imediata de produtos é: x objeto de uso $A = y$ objeto de uso B . Aqui, antes da troca, as coisas A e B ainda não são mercadorias, mas tornam-se mercadorias por meio dela. O primeiro modo como um objeto de uso pode ser valor é por meio de sua existência como não-valor de uso, como quantidade de valor de uso que ultrapassa as necessidades imediatas de seu possuidor. As coisas são, por si mesmas, exteriores [*äusserlich*] ao homem e, por isso, são alienáveis [*veräusserlich*]. Para que essa venda [*Veräusserung*] seja mútua, os homens (*sic*) necessitam apenas se confrontar tacitamente como proprietários privados daquelas coisas alienáveis e, precisamente por meio delas, como pessoas independentes uma das outras. (MARX, 2013, p. 162)

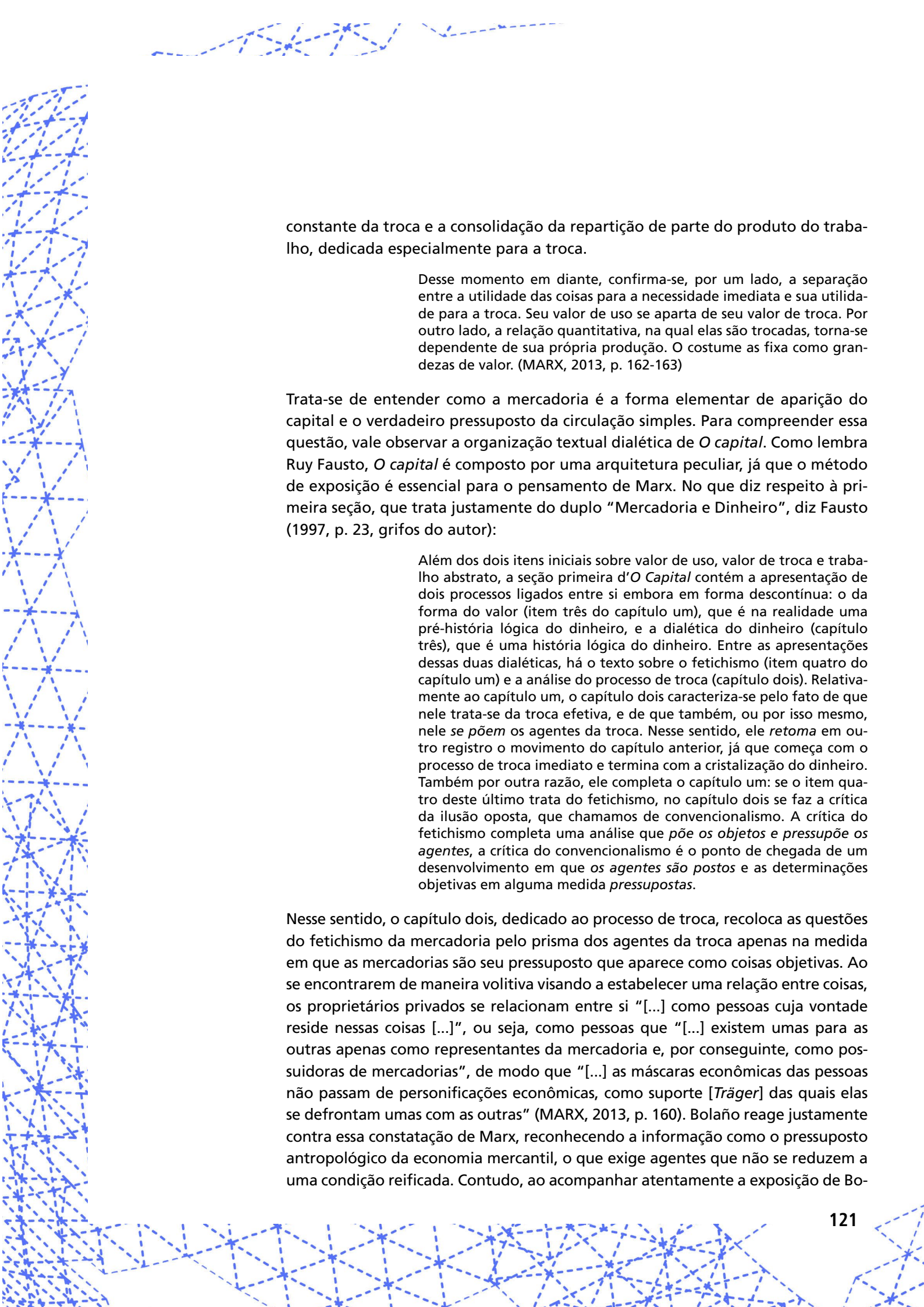


O encontro dos possuidores de mercadorias, que Marx caracteriza como volitivo, se dá pela “vontade comum a ambos” que concordam em se apropriar do objeto de uso alheio e alienar o seu próprio, reconhecendo-se mutuamente como livres proprietários privados. Mas, enquanto ainda não foi finalizado o ato de troca, não se está propriamente diante de mercadorias, de maneira que no encontro entre os proprietários privados sobressaem as necessidades que ali procuram satisfazer. Penso que seja nesses termos que Bolaño (2000, p. 31) baseie seus argumentos para afirmar que “[...] a informação é condição de existência, pressuposto de uma economia mercantil”. “Trata-se”, como afirma Bolaño (op. cit., idem), “no caso da troca de mercadorias, de uma comunicação verbal com base em informação objetiva”, em que o “[...] preço da mercadoria é uma unidade básica de informação”, mas também “[...] a relação entre comprador e vendedor envolve outras informações indispensáveis quanto ao valor de uso da mercadoria”. Valor de troca e valor de uso aqui, segundo a interpretação de Bolaño, são determinados pelas necessidades dos proprietários privados no ato da troca.

Essa mudança na organização dialética da crítica do valor leva Bolaño (2000, p. 30) a desenvolver a concepção das necessidades humanas a partir de “[...] um pressuposto antropológico que fundamenta a contradição básica da forma mercadoria dos produtos do trabalho humano”. A se tirar dos argumentos de Bolaño, esse fundamento é uma norma social “referendada por uma força de coerção extra-econômica” que não se altera nem com o processo de reificação da forma do valor em uma mercadoria tornada equivalente geral (a forma-dinheiro).

[...] o fato é que a relação que se estabelece entre dois proprietários de mercadorias que se defrontam no mercado constitui ato de comunicação completo. Isso é resultado, evidentemente, da existência de uma comunidade (ou de uma *Lebenswelt*, para usar o termo como Habermas) que não está posta em Marx na análise da mercadoria, mas que subjaz como pressuposto antropológico fundamental de toda a sua derivação da forma capital. É esse fato também que justifica, em última instância, todo o desenvolvimento teórico aqui proposto, já que nosso ponto de partida é justamente a posição de um elemento teórico que em Marx não estava posto, mas que pode ser considerado como pressuposto n’*O Capital*, uma vez que, por trás da metáfora sobre o caráter fantasmagórico da troca de mercadorias, o que há são seres humanos que estabelecem aqui uma relação social. (BOLAÑO, 2000, p. 33)

É aqui que aquela possível correspondência do desenvolvimento conceitual de Bolaño com o arcabouço teórico marxiano se desmonta. Na exata continuidade daquele trecho citado acima sobre o encontro dos proprietários livres visando a troca de mercadorias, Marx aponta o caráter lógico e histórico da mercadoria como forma elementar. Para isso, Marx (2013, p. 162) demonstra a inexistência do ato volitivo mútuo de alheamento das mercadorias entre proprietários privados na chamada comunidade natural-espontânea e afirma: “A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam: no ponto de seu contato com comunidades estrangeiras ou com membros de comunidades estrangeiras”. Marx acompanha o processo de reificação em termos históricos, indicando a repetição



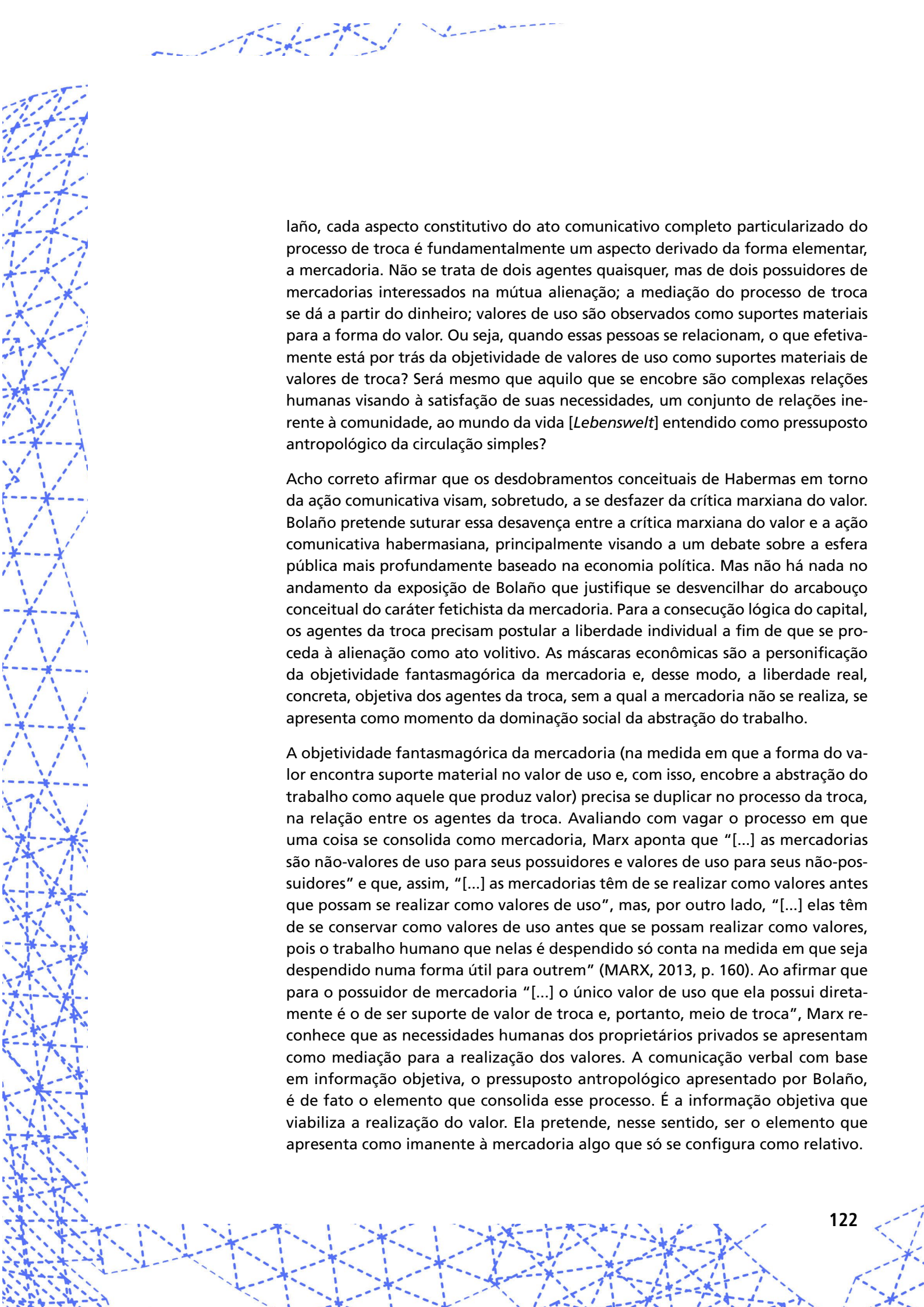
constante da troca e a consolidação da repartição de parte do produto do trabalho, dedicada especialmente para a troca.

Desse momento em diante, confirma-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para a necessidade imediata e sua utilidade para a troca. Seu valor de uso se aparta de seu valor de troca. Por outro lado, a relação quantitativa, na qual elas são trocadas, torna-se dependente de sua própria produção. O costume as fixa como grandezas de valor. (MARX, 2013, p. 162-163)

Trata-se de entender como a mercadoria é a forma elementar de aparição do capital e o verdadeiro pressuposto da circulação simples. Para compreender essa questão, vale observar a organização textual dialética de *O capital*. Como lembra Ruy Fausto, *O capital* é composto por uma arquitetura peculiar, já que o método de exposição é essencial para o pensamento de Marx. No que diz respeito à primeira seção, que trata justamente do duplo “Mercadoria e Dinheiro”, diz Fausto (1997, p. 23, grifos do autor):

Além dos dois itens iniciais sobre valor de uso, valor de troca e trabalho abstrato, a seção primeira d’*O Capital* contém a apresentação de dois processos ligados entre si embora em forma descontínua: o da forma do valor (item três do capítulo um), que é na realidade uma pré-história lógica do dinheiro, e a dialética do dinheiro (capítulo três), que é uma história lógica do dinheiro. Entre as apresentações dessas duas dialéticas, há o texto sobre o fetichismo (item quatro do capítulo um) e a análise do processo de troca (capítulo dois). Relativamente ao capítulo um, o capítulo dois caracteriza-se pelo fato de que nele trata-se da troca efetiva, e de que também, ou por isso mesmo, nele *se põem* os agentes da troca. Nesse sentido, ele *retoma* em outro registro o movimento do capítulo anterior, já que começa com o processo de troca imediato e termina com a cristalização do dinheiro. Também por outra razão, ele completa o capítulo um: se o item quatro deste último trata do fetichismo, no capítulo dois se faz a crítica da ilusão oposta, que chamamos de convencionalismo. A crítica do fetichismo completa uma análise que *põe os objetos e pressupõe os agentes*, a crítica do convencionalismo é o ponto de chegada de um desenvolvimento em que *os agentes são postos* e as determinações objetivas em alguma medida *pressupostas*.

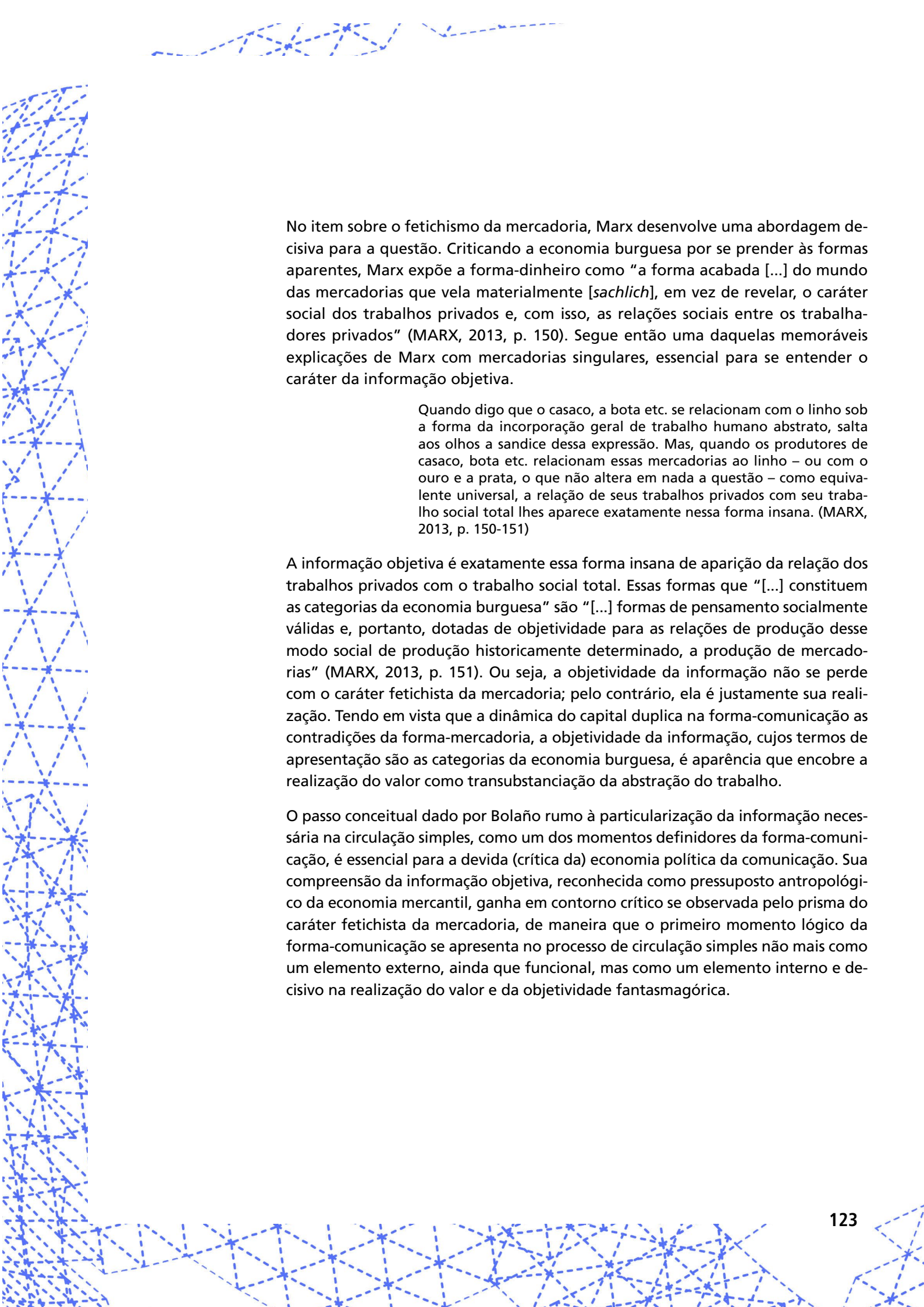
Nesse sentido, o capítulo dois, dedicado ao processo de troca, recoloca as questões do fetichismo da mercadoria pelo prisma dos agentes da troca apenas na medida em que as mercadorias são seu pressuposto que aparece como coisas objetivas. Ao se encontrarem de maneira volitiva visando a estabelecer uma relação entre coisas, os proprietários privados se relacionam entre si “[...] como pessoas cuja vontade reside nessas coisas [...]”, ou seja, como pessoas que “[...] existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias”, de modo que “[...] as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificações econômicas, como suporte [*Träger*] das quais elas se defrontam umas com as outras” (MARX, 2013, p. 160). Bolaño reage justamente contra essa constatação de Marx, reconhecendo a informação como o pressuposto antropológico da economia mercantil, o que exige agentes que não se reduzem a uma condição reificada. Contudo, ao acompanhar atentamente a exposição de Bo-



laño, cada aspecto constitutivo do ato comunicativo completo particularizado do processo de troca é fundamentalmente um aspecto derivado da forma elementar, a mercadoria. Não se trata de dois agentes quaisquer, mas de dois possuidores de mercadorias interessados na mútua alienação; a mediação do processo de troca se dá a partir do dinheiro; valores de uso são observados como suportes materiais para a forma do valor. Ou seja, quando essas pessoas se relacionam, o que efetivamente está por trás da objetividade de valores de uso como suportes materiais de valores de troca? Será mesmo que aquilo que se encobre são complexas relações humanas visando à satisfação de suas necessidades, um conjunto de relações inerente à comunidade, ao mundo da vida [*Lebenswelt*] entendido como pressuposto antropológico da circulação simples?

Acho correto afirmar que os desdobramentos conceituais de Habermas em torno da ação comunicativa visam, sobretudo, a se desfazer da crítica marxiana do valor. Bolaño pretende suturar essa desavença entre a crítica marxiana do valor e a ação comunicativa habermasiana, principalmente visando a um debate sobre a esfera pública mais profundamente baseado na economia política. Mas não há nada no andamento da exposição de Bolaño que justifique se desvencilhar do arcabouço conceitual do caráter fetichista da mercadoria. Para a consecução lógica do capital, os agentes da troca precisam postular a liberdade individual a fim de que se proceda à alienação como ato volitivo. As máscaras econômicas são a personificação da objetividade fantasmagórica da mercadoria e, desse modo, a liberdade real, concreta, objetiva dos agentes da troca, sem a qual a mercadoria não se realiza, se apresenta como momento da dominação social da abstração do trabalho.

A objetividade fantasmagórica da mercadoria (na medida em que a forma do valor encontra suporte material no valor de uso e, com isso, encobre a abstração do trabalho como aquele que produz valor) precisa se duplicar no processo da troca, na relação entre os agentes da troca. Avaliando com vagar o processo em que uma coisa se consolida como mercadoria, Marx aponta que “[...] as mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores” e que, assim, “[...] as mercadorias têm de se realizar como valores antes que possam se realizar como valores de uso”, mas, por outro lado, “[...] elas têm de se conservar como valores de uso antes que se possam realizar como valores, pois o trabalho humano que nelas é despendido só conta na medida em que seja despendido numa forma útil para outrem” (MARX, 2013, p. 160). Ao afirmar que para o possuidor de mercadoria “[...] o único valor de uso que ela possui diretamente é o de ser suporte de valor de troca e, portanto, meio de troca”, Marx reconhece que as necessidades humanas dos proprietários privados se apresentam como mediação para a realização dos valores. A comunicação verbal com base em informação objetiva, o pressuposto antropológico apresentado por Bolaño, é de fato o elemento que consolida esse processo. É a informação objetiva que viabiliza a realização do valor. Ela pretende, nesse sentido, ser o elemento que apresenta como imanente à mercadoria algo que só se configura como relativo.



No item sobre o fetichismo da mercadoria, Marx desenvolve uma abordagem decisiva para a questão. Criticando a economia burguesa por se prender às formas aparentes, Marx expõe a forma-dinheiro como “a forma acabada [...] do mundo das mercadorias que vela materialmente [*sachlich*], em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores privados” (MARX, 2013, p. 150). Segue então uma daquelas memoráveis explicações de Marx com mercadorias singulares, essencial para se entender o caráter da informação objetiva.

Quando digo que o casaco, a bota etc. se relacionam com o linho sob a forma da incorporação geral de trabalho humano abstrato, salta aos olhos a sandice dessa expressão. Mas, quando os produtores de casaco, bota etc. relacionam essas mercadorias ao linho – ou com o ouro e a prata, o que não altera em nada a questão – como equivalente universal, a relação de seus trabalhos privados com seu trabalho social total lhes aparece exatamente nessa forma insana. (MARX, 2013, p. 150-151)

A informação objetiva é exatamente essa forma insana de aparição da relação dos trabalhos privados com o trabalho social total. Essas formas que “[...] constituem as categorias da economia burguesa” são “[...] formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 151). Ou seja, a objetividade da informação não se perde com o caráter fetichista da mercadoria; pelo contrário, ela é justamente sua realização. Tendo em vista que a dinâmica do capital duplica na forma-comunicação as contradições da forma-mercadoria, a objetividade da informação, cujos termos de apresentação são as categorias da economia burguesa, é aparência que encobre a realização do valor como transubstanciação da abstração do trabalho.

O passo conceitual dado por Bolaño rumo à particularização da informação necessária na circulação simples, como um dos momentos definidores da forma-comunicação, é essencial para a devida (crítica da) economia política da comunicação. Sua compreensão da informação objetiva, reconhecida como pressuposto antropológico da economia mercantil, ganha em contorno crítico se observada pelo prisma do caráter fetichista da mercadoria, de maneira que o primeiro momento lógico da forma-comunicação se apresenta no processo de circulação simples não mais como um elemento externo, ainda que funcional, mas como um elemento interno e decisivo na realização do valor e da objetividade fantasmagórica.



Referências

ADORNO, Theodor. O fetichismo na música e a regressão da audição. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Textos escolhidos**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores, 16).

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Tradução de Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre: L&PM, 2013.

BOLAÑO, César. **Indústria Cultural**: informação e capitalismo. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 2000.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de RubesEnderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

RUBIN, IssakIllich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Editora Polis, 1987.

Do fetichismo da mercadoria ao fetichismo da informação: uma réplica.

Del fetichismo de la mercancía al fetichismo de la información: una réplica.

From the fetishism of the commodity to the fetishism of information: A replay.

César Bolaño

Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Presidente do Capítulo Brasil da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (ULEPICC-Br). Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS)- Brasil
Contato : bolano.ufs@gmail.com



Resumo

Este comentário visa esclarecer alguns aspectos do primeiro capítulo de Indústria Cultural, Informação e Capitalismo, mal compreendidos na crítica feita por Manoel Bastos no artigo *O caráter fetichista da informação necessária no momento da circulação simples*, publicado neste mesmo volume. Para isso, recorro especialmente a Marx e à teoria da derivação.

Palavras-chave: informação, comunicação, marxismo, fetichismo da mercadoria.

Résumen

Este comentario tiene por objetivo aclarar ciertos aspectos del primer capítulo de Industria Cultural, Información y Capitalismo, mal comprendidos en la crítica hecha por Manoel Bastos en el artículo *O caráter fetichista da informação necessária no momento da circulação simples*, publicado en este mismo volumen. Para eso recorro especialmente a Marx y a la teoría de la derivación.

Palabras-clave: información, comunicación, marxismo, fetichismo de la mercancía.


Abstract

The objective of this comment is to make clear certain aspects of the first chapter of Culture Industry, Information and Capitalism, misunderstood in the critic presented by Manoel Bastos in the article *O caráter fetichista da informação necessária no momento da circulação simples*, published in this very volume. For this, I recur to Marx and the derivation theory.

Key-words: information, communication, Marxism, fetishism of the commodity.

Gostaria de abrir este comentário agradecendo a Manoel Bastos pela oportunidade de esclarecer alguns aspectos do meu trabalho, questões de método em especial, que talvez não estejam suficientemente claras em meu livro publicado pela primeira vez no ano 2000, ainda que o seu conteúdo estivesse plenamente desenvolvido já na tese de doutoramento defendida em 1993. O objetivo desde o início, desde o projeto original, que é de 1989, foi a produção de uma teoria marxista da comunicação centrada numa leitura d'*O Capital* de Marx e não em outros textos ou outros autores, como era de praxe até então. A abordagem metodológica que tratei de desenvolver foi a da chamada derivação das formas, celebrizada no debate alemão sobre a derivação do Estado, nos anos 1970.

Parte-se, em síntese, da ideia de que Marx revelou os fundamentos para a compreensão não simplesmente dos aspectos econômicos, mas da totalidade do ca-




1 Segundo Rubin, Marx introduz na teoria econômica do valor, uma teoria sociológica, o materialismo histórico, ambas fundadas na categoria trabalho e na dinâmica entre forças produtivas e relações de produção, entre matéria e forma, sendo estas últimas o objeto de ambas, tendo o aspecto técnico-material por pressuposto. As leis do desenvolvimento da ideologia, outro aspecto do materialismo histórico, são citadas, mas não tratadas por Rubin em seu livro clássico, ao qual Bastos se refere. Assim também o fiz em *Indústria Cultural, Informação e Capitalismo*, ainda que sem negar o interesse de outro tipo de opção metodológica.

pital, de modo que, embora o Estado, por exemplo, em todas as suas determinações, não estivesse posto, estava pressuposto já no livro primeiro d'*O Capital*, pois o método de exposição supõe a totalidade, em sua complexidade, desde o início, na realidade e no pensamento. Isto é claro no caso do Estado, presente em todos os projetos da obra, mas certamente não no da Comunicação, meu objeto específico, ao qual Marx não se refere, salvo quando trata das (importantes, mas insuficientes para uma teoria da comunicação) especificidades do que ele chama àquela altura, tanto no livro segundo como no terceiro d'*O Capital*, setor de transportes e comunicações.

A ideia da derivação é ampliar para outras esferas, além daquela que tem a precedência na ontologia do ser social, o alcance explicativo da crítica da economia política. Ao longo do debate alemão, foi possível encontrar na forma-lei aquele elemento mais simples, no nível mais elevado de abstração, semelhante ao da definição da forma-mercadoria, que já contém a contradição essencial do Estado capitalista plenamente constituído, a saber, aquela que opõe Estado de classe e Estado de direito. A particularização da Indústria Cultural, como proponho, envolve outras complicações que não cabe expor aqui. Limito-me a explicitar o ponto de partida: a consideração da forma-informação (e seu caráter intrinsecamente contraditório) como a categoria mais simples e mais geral, capaz de realizar aquela única função geral, posta no nível da análise da forma, necessária para a explicitação da vinculação essencial do nosso objeto com aquele d'*O Capital*.

Ocorre que, ao contrário da forma-lei, referida explicitamente por Marx no primeiro parágrafo do capítulo segundo do livro primeiro, nenhuma referência pode ser encontrada à informação, mas sim à linguagem, elemento pertencente aos fundamentos ontológicos do humano. Sem entrar aqui na complexidade das questões a que esta constatação nos remete, minha solução metodológica foi considerar o pressuposto antropológico da troca como fundamento, para situar a forma-informação no nível de abstração adequado. Esta observação é importante porque Bastos aparentemente não entendeu o caráter do meu projeto em toda a sua amplitude, a ponto de imaginar que se tratava de “perguntar sobre a comunicação como uma mercadoria singular”, ou, mais grave, imaginar que minha intenção seria promover uma sutura entre Marx e Habermas, quando, na verdade, o que trato de fazer, seguindo a linha da chamada escola da lógica, do debate alemão sobre a derivação do Estado, é construir o quadro categorial para a crítica de Habermas, o que deveria estar claro tanto em meu livro de 2000 quanto no apêndice metodológico de *Campo Aberto*, cujo subtítulo é justamente “para a crítica da epistemologia da comunicação”. Senão vejamos.

O autor que melhor compreendeu a problemática do fetichismo na crítica da economia política¹ talvez tenha sido Rubin, quem considera a teoria do fetichismo da mercadoria como a teoria geral das relações de produção no que chama economia mercantil-capitalista. A solução final de Marx, de deixar a análise do fetichismo para o final do capítulo primeiro do livro primeiro mostra que este, embora não pudesse ser evidentemente o ponto de partida em vez da mercadoria e do valor, como uma espécie de a priori, deveria ser apresentado já no início, como conclusão daquele primeiro capítulo, a ser retomada em diferentes momentos – como ao final do capítulo segundo, ou na discussão do capital financeiro, no



2 Bastos lembra de Horkheimer, Adorno, Benjamin e dos debates em torno a dialética do esclarecimento e da reprodutibilidade da obra de arte, para defender a teoria do fetichismo da mercadoria como “pedra angular para uma (correta) crítica da economia política da comunicação”, mas ele mesmo não entra nessas discussões (não neste texto), como eu também não entrei no meu livro em exame, pois a minha intenção era justamente evitar essa problemática para entrar-me em colocar a questão em termos marxianos, seguindo o método da derivação. Eu mesmo não nego o interesse desse debate, como também reconheço a importância de autores como Lukács e Rubin, citados em seguida pelo autor, aparentemente para dizer que essa poderia ser uma via de análise mais “correta” que a minha, mas acaba, em todo caso, por reconhecer que “as particularizações desdobradas por Bolaño da informação necessária ao momento da circulação simples são compatíveis e ganham em criticidade se observadas nos termos do ‘fetichismo da mercadoria’”. Concordo. Acho mesmo salutar, após ter realizado a particularização nos termos que fiz, retornar a Frankfurt com outros olhos e na boa tradição da leitura de Lukács, que Habermas, aliás, crítica para defender a sua teoria da ação comunicativa como alternativa, que eu mesmo questiono no próprio livro em exame e em outros textos.

livro terceiro, onde, por exemplo, no capítulo XXIV, define a fórmula D-D’ como “fetichista pura” – como elemento chave na crítica da economia política.²

Assim, a ideia do fetichismo reaparece recorrentemente n’*O Capital*, em momentos chave para a crítica da economia política e o desvendamento de aspectos fundamentais do modo de produção capitalista. Está presente, portanto, o tempo todo, mas, a cada passo, é preciso esclarecer como ele opera na realidade e no pensamento, pois o método expositivo implica sempre a crítica da realidade do modo de produção e das teorias que o explicam. A análise da comunicação capitalista (não de toda a comunicação), no meu projeto, segue também o método da derivação, tendo por objetivo a crítica da realidade e do pensamento sobre essa realidade, de modo que lá estão lançados os fundamentos de uma crítica imanente das teorias da comunicação.

Ora, Habermas é sem dúvida um dos autores centrais nesse sentido. Não se trata, portanto, de realizar nenhuma sutura, mas, ao contrário, de apontar para a crítica da economia política da comunicação e da cultura. O uso que faço de uma categoria habermasiana, como a de “esfera pública”, por exemplo, formulada, aliás, em um trabalho de profunda inspiração marxista, ou ainda, do conceito filosófico de “mundo da vida”, cuja recuperação por Habermas é célebre, tem motivações de diálogo e de crítica, como Bastos, é verdade, não deixa de reconhecer em outro momento, sem perceber, no entanto, o alcance da proposta.

As considerações que o autor faz sobre a teoria do fetichismo da mercadoria em Marx, de modo geral, estão corretas. Não vou entrar em pormenores. Só quero ressaltar que a mercadoria é o ponto de partida, como lembra o autor, por ser a forma elementar em que se apresenta a riqueza nas sociedades capitalistas, mas esse é o aspecto aparente da coisa. O fundamental é que ela é a forma elementar que já contém *in nuce* as contradições da forma mais desenvolvida a que se quer chegar (e que está presente, repito, desde o início, na realidade e no pensamento). Eu tratei precisamente de seguir esse mesmo método. No meu caso, não se tratava mais de desvendar a forma mercadoria, o seu fetiche, mas a forma informação como primeiro passo para a crítica da comunicação.

Não vou comentar o último parágrafo dessa parte do texto, em que o autor afirma, entre outras coisas, que o trabalho de Marx era mais fácil que o nosso, ou que o Estado “é por sua vez também uma forma derivada do capital” (quando seria mais adequado afirmar, com as devidas ressalvas, que “o Estado capitalista pode ser derivado logicamente, ou historicamente, se preferir, d’*O Capital*, como outros autores já fizeram”). Não quero cobrar tanta coerência de um texto que o autor apresenta como “esquemas de investigação que carecem de uma sistemática mais orgânica”, mas é certo que ele não chega em nenhum momento perto, como pretende, de “demonstrar que para os estudos críticos da informação, comunicação e cultura o ‘fetichismo da mercadoria’ é assunto decisivo”. Não que eu discorde, ao contrário, já deve estar claro aqui que eu não “rejeit[o] categoricamente a importância do caráter fetichista da mercadoria”. Acredito mesmo ter apresentado os elementos necessários à consideração do fetichismo da informação, chegando, por exemplo, à crítica da liberdade de expressão, como aparência negada, nos mesmos termos em que Marx apresenta a crítica da ideologia

3 Aliás, o autor reconhece explicitamente a validade dessa conclusão no penúltimo parágrafo do seu texto.

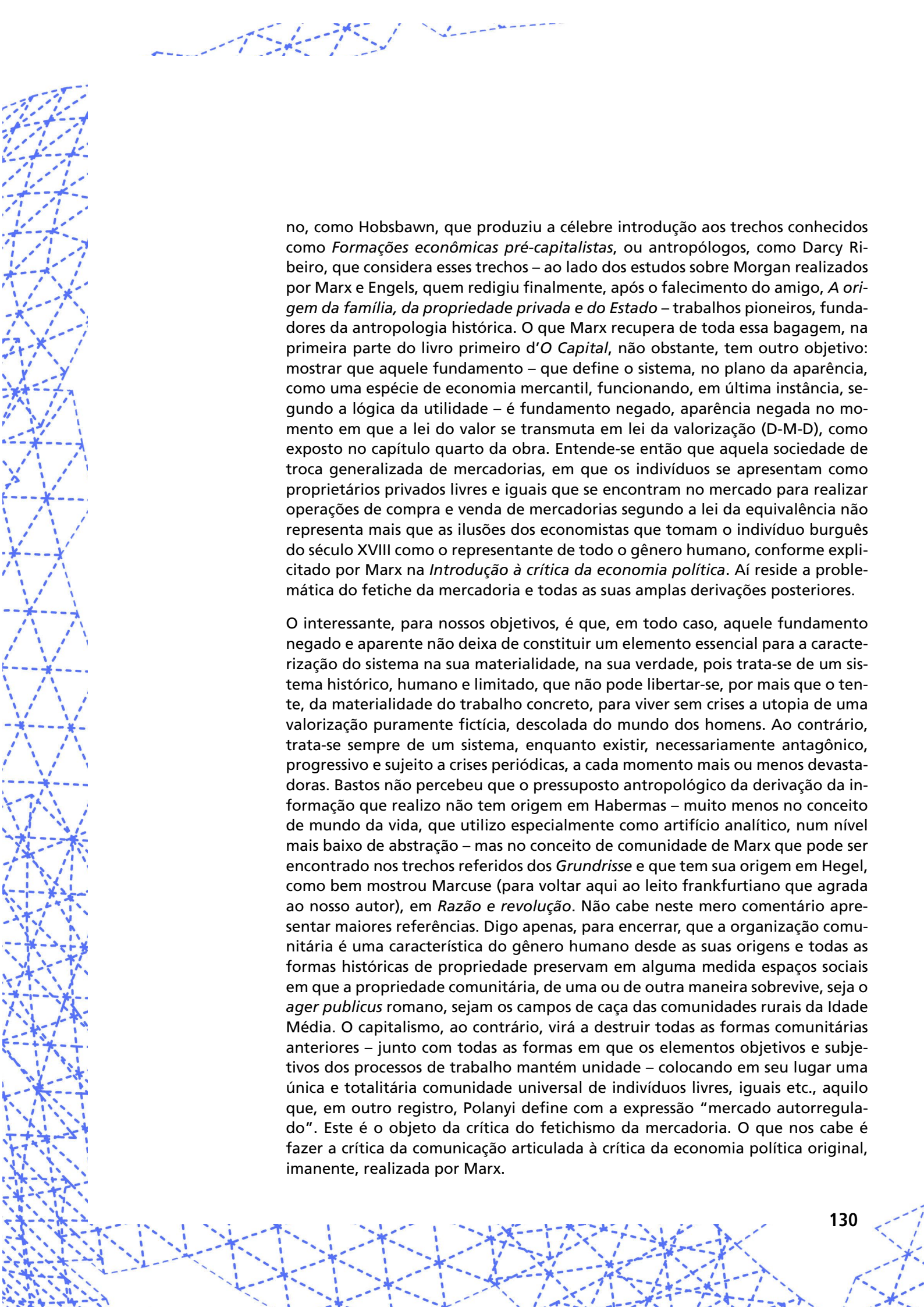
burguesa da liberdade, igualdade e propriedade. Essa é a conclusão do processo de derivação realizado, mas o autor limita sua revisão do meu trabalho à primeira parte do capítulo primeiro do livro, a da circulação mercantil.

Mesmo assim, tratará, na última parte do seu artigo, de mostrar onde a “possível correspondência do desenvolvimento conceitual de Bolaño com o arcabouço teórico marxiano se desmonta”. O ponto de partida para chegar a essa brilhante conclusão é que eu teria negado “explicitamente” que o fetichismo da mercadoria viabilizasse “um nexo fundamental para a particularização da informação”. E cita um trecho em que eu afirmo que a aparência fantasmagórica da relação entre as mercadorias encobre uma relação complexa entre os homens, pressuposto antropológico da troca. Note-se, para começar, que o objetivo da derivação proposta é precisamente, para colocar desta forma, demonstrar o caráter fetichista da informação objetiva,³ que não deriva do caráter fetichista da mercadoria, mas o complementa e reafirma em outro plano. Trata-se de mostrar, relembremos, a coerência entre a crítica da economia política e a crítica da comunicação. Um nexo fundamental.

Por outro lado, é preciso ter em mente que estamos falando, neste nível, não do capitalismo ainda, mas da aparência do capitalismo, ou seja, de uma economia mercantil que funciona segundo a lógica M-D-M, das necessidades, do valor de uso, semelhante, nesse sentido, às formações econômicas pré-capitalistas, com a particularidade de que o nexos social aqui é dado já pela circulação geral das mercadorias, fato que só se consumará, generalizando-se, com a implantação do modo de produção capitalista. A denúncia do caráter fetichista da mercadoria serve justamente para esclarecer que o capital perverte precisamente a lógica das necessidades e instaura em seu lugar aquela, tautológica, da valorização pela valorização, o que representa uma inversão fundamental, ao transformar o capital em sujeito do desenvolvimento.

Não é à toa que o autor encontra confirmação da minha análise em trechos do capítulo segundo do livro primeiro d’*O Capital*, pois é nesse capítulo, como bem lembra Ruy Fausto, citado pelo autor, que se “põem os agentes da troca” e o fundamento antropológico se apresenta. Já sabemos, nesta altura, que não se trata de reconhecer “a informação como o pressuposto antropológico da economia mercantil”, como interpreta equivocadamente o autor. O pressuposto está na própria definição da economia mercantil com base na lógica aparente da lei do valor como lei da equivalência, explicitando o que a identifica com as formações pré-capitalistas. Mas é justamente aí que o autor imagina ter desmontado meu argumento, apelando para trechos em que Marx se refere à gênese histórica da forma mercadoria. Ora, no trecho sobre o fetichismo da mercadoria, em particular, as referências (breves) de Marx a outros modos de produção têm o sentido claro de crítica da economia política, enfatizando o caráter histórico limitado da economia mercantil capitalista.

Se quiséssemos ir mais longe no estudo dos diferentes modos de produção, poderíamos recorrer aos longos trechos dos *Grundrisse* e outros textos em que Marx se dedica ao tema, os quais inspiraram historiadores marxistas de primeiro pla-



no, como Hobsbawm, que produziu a célebre introdução aos trechos conhecidos como *Formações econômicas pré-capitalistas*, ou antropólogos, como Darcy Ribeiro, que considera esses trechos – ao lado dos estudos sobre Morgan realizados por Marx e Engels, quem redigiu finalmente, após o falecimento do amigo, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* – trabalhos pioneiros, fundadores da antropologia histórica. O que Marx recupera de toda essa bagagem, na primeira parte do livro primeiro d'*O Capital*, não obstante, tem outro objetivo: mostrar que aquele fundamento – que define o sistema, no plano da aparência, como uma espécie de economia mercantil, funcionando, em última instância, segundo a lógica da utilidade – é fundamento negado, aparência negada no momento em que a lei do valor se transmuta em lei da valorização (D-M-D), como exposto no capítulo quarto da obra. Entende-se então que aquela sociedade de troca generalizada de mercadorias, em que os indivíduos se apresentam como proprietários privados livres e iguais que se encontram no mercado para realizar operações de compra e venda de mercadorias segundo a lei da equivalência não representa mais que as ilusões dos economistas que tomam o indivíduo burguês do século XVIII como o representante de todo o gênero humano, conforme explicitado por Marx na *Introdução à crítica da economia política*. Aí reside a problemática do fetiche da mercadoria e todas as suas amplas derivações posteriores.

O interessante, para nossos objetivos, é que, em todo caso, aquele fundamento negado e aparente não deixa de constituir um elemento essencial para a caracterização do sistema na sua materialidade, na sua verdade, pois trata-se de um sistema histórico, humano e limitado, que não pode libertar-se, por mais que o tente, da materialidade do trabalho concreto, para viver sem crises a utopia de uma valorização puramente fictícia, descolada do mundo dos homens. Ao contrário, trata-se sempre de um sistema, enquanto existir, necessariamente antagônico, progressivo e sujeito a crises periódicas, a cada momento mais ou menos devastadoras. Bastos não percebeu que o pressuposto antropológico da derivação da informação que realize não tem origem em Habermas – muito menos no conceito de mundo da vida, que utilizo especialmente como artifício analítico, num nível mais baixo de abstração – mas no conceito de comunidade de Marx que pode ser encontrado nos trechos referidos dos *Grundrisse* e que tem sua origem em Hegel, como bem mostrou Marcuse (para voltar aqui ao leito frankfurtiano que agrada ao nosso autor), em *Razão e revolução*. Não cabe neste mero comentário apresentar maiores referências. Digo apenas, para encerrar, que a organização comunitária é uma característica do gênero humano desde as suas origens e todas as formas históricas de propriedade preservam em alguma medida espaços sociais em que a propriedade comunitária, de uma ou de outra maneira sobrevive, seja o *ager publicus* romano, sejam os campos de caça das comunidades rurais da Idade Média. O capitalismo, ao contrário, virá a destruir todas as formas comunitárias anteriores – junto com todas as formas em que os elementos objetivos e subjetivos dos processos de trabalho mantém unidade – colocando em seu lugar uma única e totalitária comunidade universal de indivíduos livres, iguais etc., aquilo que, em outro registro, Polanyi define com a expressão “mercado autorregulado”. Este é o objeto da crítica do fetichismo da mercadoria. O que nos cabe é fazer a crítica da comunicação articulada à crítica da economia política original, imanente, realizada por Marx.

¹ Texto apresentado no Seminário "A Formação do Valor nas Artes Visuais", organizado e realizado pelo Ateliê 397, em São Paulo, agosto de 2016.

O caráter "especial" da mercadoria arte¹

El carácter "especial" de la arte como mercancía

The "special" character of commodity art

Vera Pallamin

Livre-docente aposentada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Atualmente leciona na pós-graduação da FAU-USP e no PGEHA-USP/Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo – Brasil.

Contato: vm pallam@usp.br

Artigo submetido em 07/04/2017 e aprovado em 28/10/2017.



Resumo

O texto trata do caráter “especial” da mercadoria arte a partir das acepções de valor, trabalho e renda consideradas em seus fundamentos materialistas, indicando-se algumas das transformações em suas mútuas relações observadas nas últimas décadas.

Palavras-chave: Arte contemporânea; mercadoria; valor; fetiche.

Resumen

El texto trata del carácter “especial” de la mercadería arte partiendo de las acepciones de valor, trabajo y renta, consideradas en sus fundamentos materialistas, indicándose algunas de las transformaciones en sus mutuas relaciones observadas en las últimas décadas.

Palabras clave: Arte contemporáneo; mercancía; valor; fetiche.

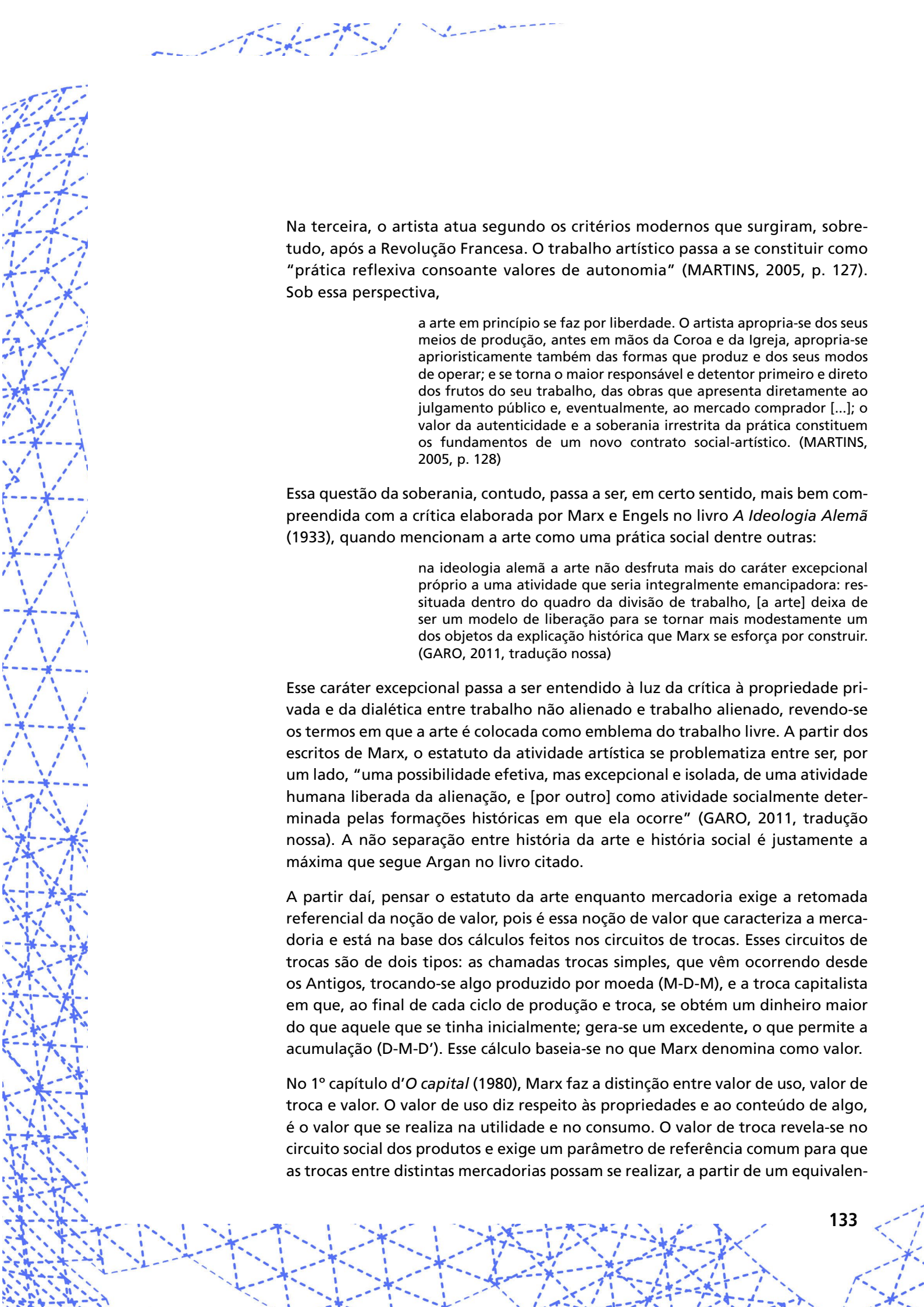
Abstract

The text deals with the “special” character of the art commodity from the meanings of value, labor and income considered in its materialistic foundations, indicating some of the changes in their mutual relations observed in recent decades.

Keywords: Contemporary art; commodity; value; fetish.

Argan inicia seu livro *História da Arte como História da Cidade* exatamente com a questão do valor, destacando dois modos de tomar posição com relação aos fenômenos artísticos (nas artes visuais): o primeiro modo é voltado ao cuidado que se deve ter com a obra, como identificá-la, classificá-la, conservá-la etc.; o segundo busca investigar em que consiste a arte, como ela é gerada, reconhecida e fruída, como é historicamente produzida. Sensível a Marx, Argan compreende a arte como um modo específico de trabalho, um produto da divisão social do trabalho, cujas mudanças históricas podem ser organizadas em três matrizes, que apresento seguindo a síntese de Luiz Renato Martins (2005). A primeira matriz associa-se à Antiguidade grega, “na qual estátuas, cerâmicas, mosaicos e edificações eram em geral feitos por escravos ou artesãos em regime de servidão” (MARTINS, 2005, p. 124). Na segunda matriz,

a prática das artes visuais é confiada, mediante contrato ou outras formas de encomenda ou aquisição, ao trabalhador livre assalariado ou similarmente remunerado [...] desfrutando de uma posição até certo ponto invejável nos termos da divisão social do trabalho [...] [e que] goza também, eventualmente, desde o período da arte gótica, do poder de individuar sua produção, o que lhe permite certas licenças discursivas e até a prerrogativa de assinar o trabalho. (MARTINS, 2005, p. 125)



Na terceira, o artista atua segundo os critérios modernos que surgiram, sobretudo, após a Revolução Francesa. O trabalho artístico passa a se constituir como “prática reflexiva consoante valores de autonomia” (MARTINS, 2005, p. 127). Sob essa perspectiva,

a arte em princípio se faz por liberdade. O artista apropria-se dos seus meios de produção, antes em mãos da Coroa e da Igreja, apropria-se aprioristicamente também das formas que produz e dos seus modos de operar; e se torna o maior responsável e detentor primeiro e direto dos frutos do seu trabalho, das obras que apresenta diretamente ao julgamento público e, eventualmente, ao mercado comprador [...]; o valor da autenticidade e a soberania irrestrita da prática constituem os fundamentos de um novo contrato social-artístico. (MARTINS, 2005, p. 128)

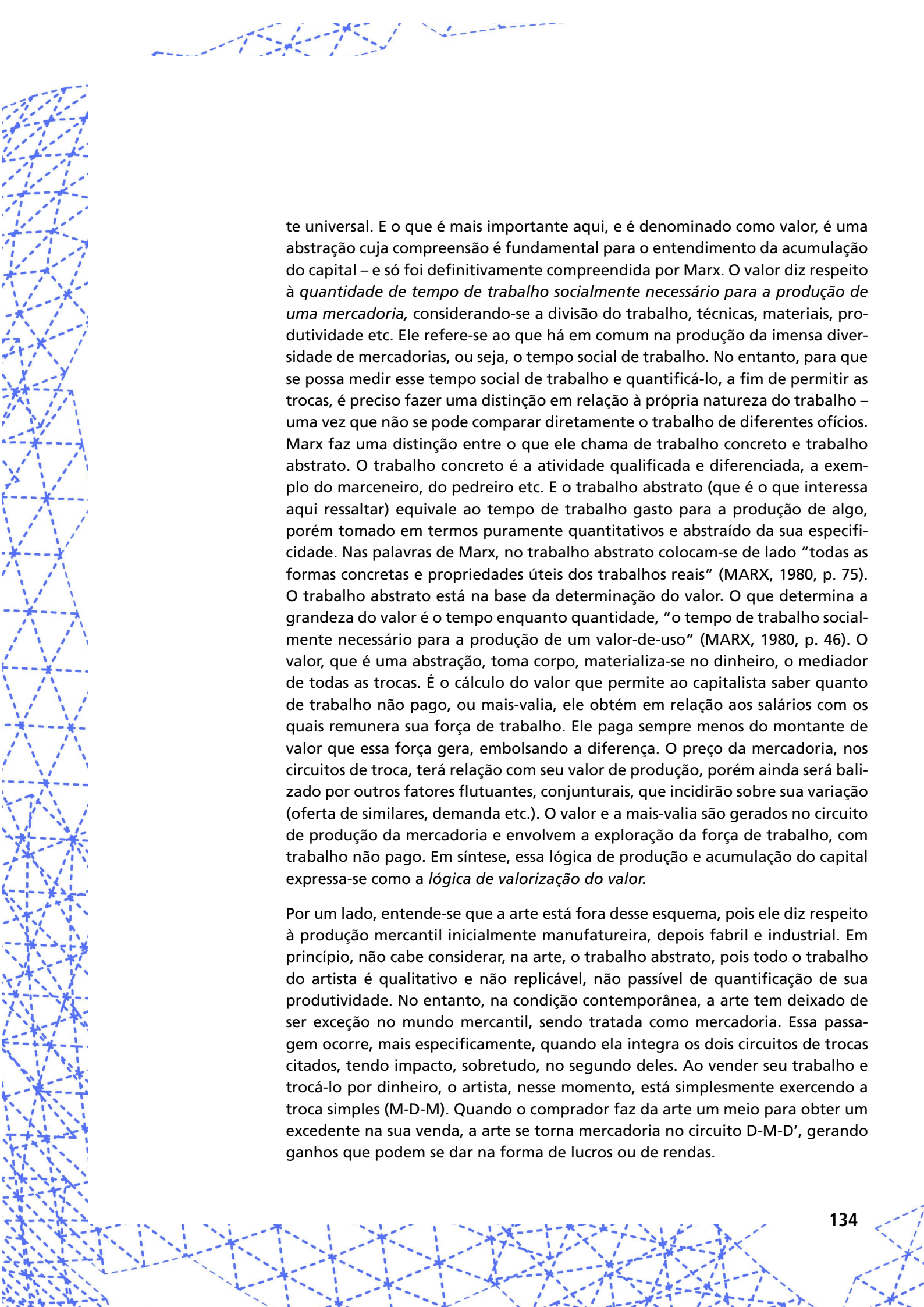
Essa questão da soberania, contudo, passa a ser, em certo sentido, mais bem compreendida com a crítica elaborada por Marx e Engels no livro *A Ideologia Alemã* (1933), quando mencionam a arte como uma prática social dentre outras:

na ideologia alemã a arte não desfruta mais do caráter excepcional próprio a uma atividade que seria integralmente emancipadora: resituada dentro do quadro da divisão de trabalho, [a arte] deixa de ser um modelo de liberação para se tornar mais modestamente um dos objetos da explicação histórica que Marx se esforça por construir. (GARO, 2011, tradução nossa)

Esse caráter excepcional passa a ser entendido à luz da crítica à propriedade privada e da dialética entre trabalho não alienado e trabalho alienado, revendo-se os termos em que a arte é colocada como emblema do trabalho livre. A partir dos escritos de Marx, o estatuto da atividade artística se problematiza entre ser, por um lado, “uma possibilidade efetiva, mas excepcional e isolada, de uma atividade humana liberada da alienação, e [por outro] como atividade socialmente determinada pelas formações históricas em que ela ocorre” (GARO, 2011, tradução nossa). A não separação entre história da arte e história social é justamente a máxima que segue Argan no livro citado.

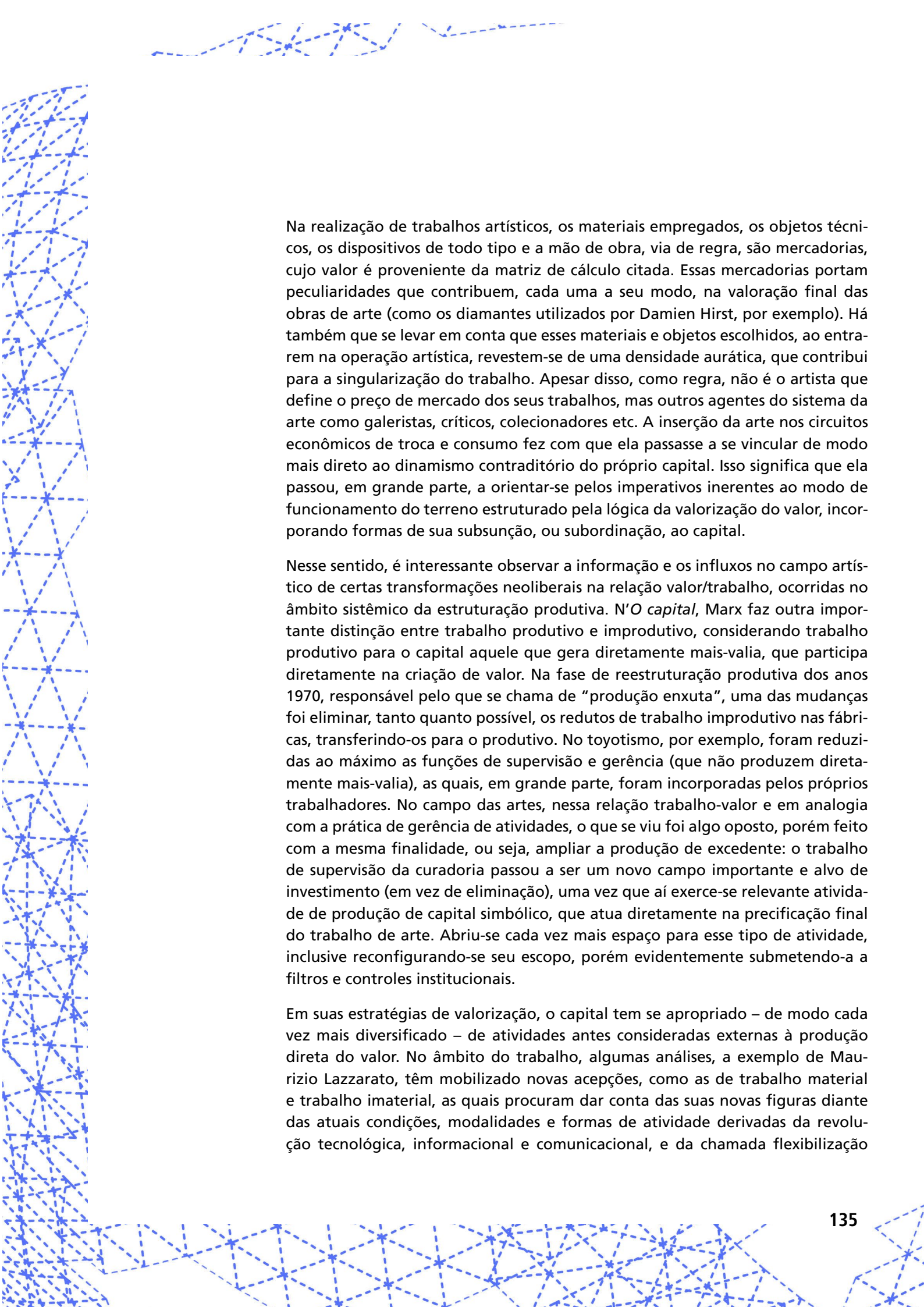
A partir daí, pensar o estatuto da arte enquanto mercadoria exige a retomada referencial da noção de valor, pois é essa noção de valor que caracteriza a mercadoria e está na base dos cálculos feitos nos circuitos de trocas. Esses circuitos de trocas são de dois tipos: as chamadas trocas simples, que vêm ocorrendo desde os Antigos, trocando-se algo produzido por moeda (M-D-M), e a troca capitalista em que, ao final de cada ciclo de produção e troca, se obtém um dinheiro maior do que aquele que se tinha inicialmente; gera-se um excedente, o que permite a acumulação (D-M-D’). Esse cálculo baseia-se no que Marx denomina como valor.

No 1º capítulo d’*O capital* (1980), Marx faz a distinção entre valor de uso, valor de troca e valor. O valor de uso diz respeito às propriedades e ao conteúdo de algo, é o valor que se realiza na utilidade e no consumo. O valor de troca revela-se no circuito social dos produtos e exige um parâmetro de referência comum para que as trocas entre distintas mercadorias possam se realizar, a partir de um equivalen-



te universal. E o que é mais importante aqui, e é denominado como valor, é uma abstração cuja compreensão é fundamental para o entendimento da acumulação do capital – e só foi definitivamente compreendida por Marx. O valor diz respeito à *quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria*, considerando-se a divisão do trabalho, técnicas, materiais, produtividade etc. Ele refere-se ao que há em comum na produção da imensa diversidade de mercadorias, ou seja, o tempo social de trabalho. No entanto, para que se possa medir esse tempo social de trabalho e quantificá-lo, a fim de permitir as trocas, é preciso fazer uma distinção em relação à própria natureza do trabalho – uma vez que não se pode comparar diretamente o trabalho de diferentes ofícios. Marx faz uma distinção entre o que ele chama de trabalho concreto e trabalho abstrato. O trabalho concreto é a atividade qualificada e diferenciada, a exemplo do marceneiro, do pedreiro etc. E o trabalho abstrato (que é o que interessa aqui ressaltar) equivale ao tempo de trabalho gasto para a produção de algo, porém tomado em termos puramente quantitativos e abstraído da sua especificidade. Nas palavras de Marx, no trabalho abstrato colocam-se de lado “todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos reais” (MARX, 1980, p. 75). O trabalho abstrato está na base da determinação do valor. O que determina a grandeza do valor é o tempo enquanto quantidade, “o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso” (MARX, 1980, p. 46). O valor, que é uma abstração, toma corpo, materializa-se no dinheiro, o mediador de todas as trocas. É o cálculo do valor que permite ao capitalista saber quanto de trabalho não pago, ou mais-valia, ele obtém em relação aos salários com os quais remunera sua força de trabalho. Ele paga sempre menos do montante de valor que essa força gera, embolsando a diferença. O preço da mercadoria, nos circuitos de troca, terá relação com seu valor de produção, porém ainda será balizado por outros fatores flutuantes, conjunturais, que incidirão sobre sua variação (oferta de similares, demanda etc.). O valor e a mais-valia são gerados no circuito de produção da mercadoria e envolvem a exploração da força de trabalho, com trabalho não pago. Em síntese, essa lógica de produção e acumulação do capital expressa-se como a *lógica de valorização do valor*.

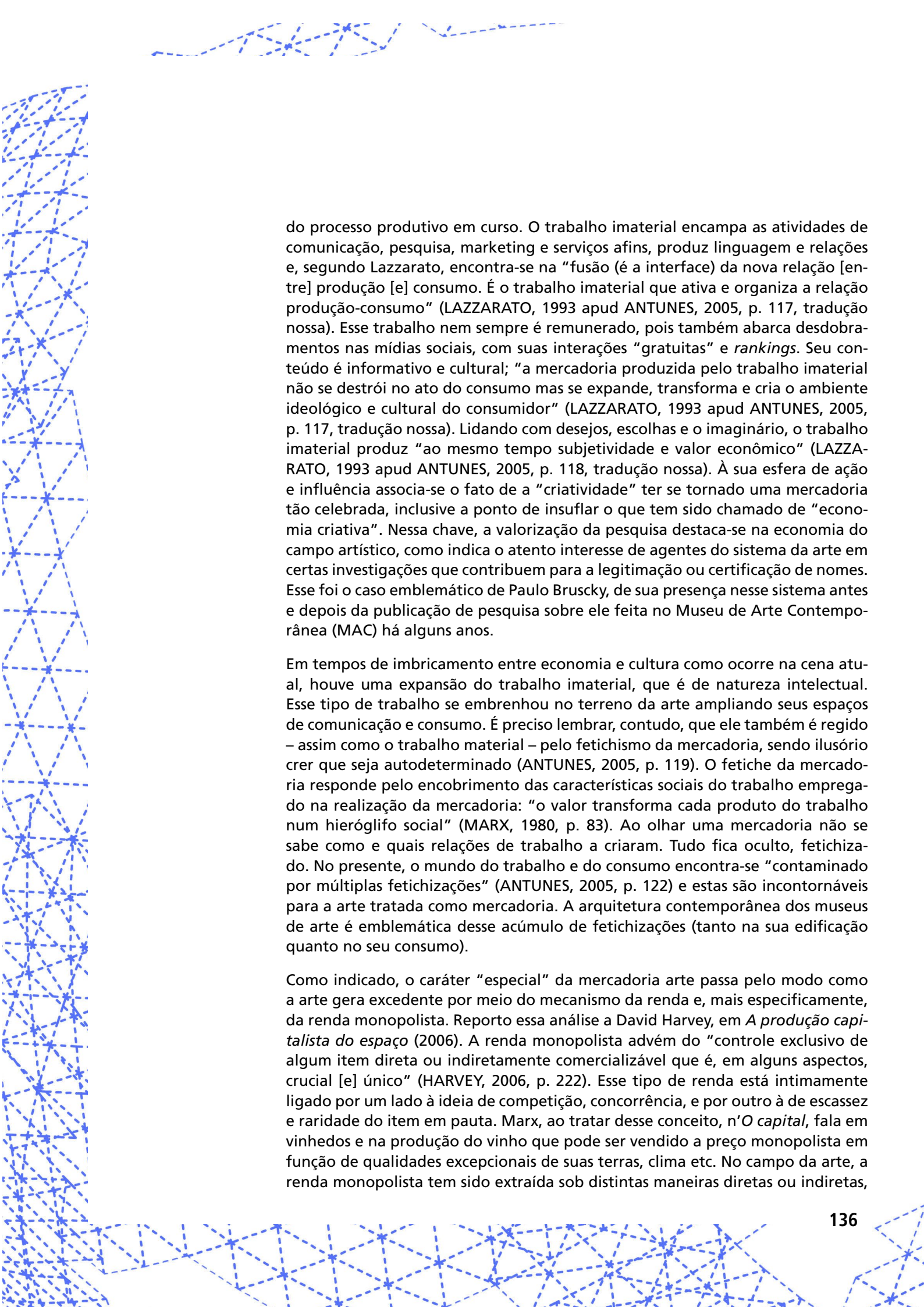
Por um lado, entende-se que a arte está fora desse esquema, pois ele diz respeito à produção mercantil inicialmente manufatureira, depois fabril e industrial. Em princípio, não cabe considerar, na arte, o trabalho abstrato, pois todo o trabalho do artista é qualitativo e não replicável, não passível de quantificação de sua produtividade. No entanto, na condição contemporânea, a arte tem deixado de ser exceção no mundo mercantil, sendo tratada como mercadoria. Essa passagem ocorre, mais especificamente, quando ela integra os dois circuitos de trocas citados, tendo impacto, sobretudo, no segundo deles. Ao vender seu trabalho e trocá-lo por dinheiro, o artista, nesse momento, está simplesmente exercendo a troca simples (M-D-M). Quando o comprador faz da arte um meio para obter um excedente na sua venda, a arte se torna mercadoria no circuito D-M-D', gerando ganhos que podem se dar na forma de lucros ou de rendas.



Na realização de trabalhos artísticos, os materiais empregados, os objetos técnicos, os dispositivos de todo tipo e a mão de obra, via de regra, são mercadorias, cujo valor é proveniente da matriz de cálculo citada. Essas mercadorias portam peculiaridades que contribuem, cada uma a seu modo, na valoração final das obras de arte (como os diamantes utilizados por Damien Hirst, por exemplo). Há também que se levar em conta que esses materiais e objetos escolhidos, ao entrarem na operação artística, revestem-se de uma densidade aurática, que contribui para a singularização do trabalho. Apesar disso, como regra, não é o artista que define o preço de mercado dos seus trabalhos, mas outros agentes do sistema da arte como galeristas, críticos, colecionadores etc. A inserção da arte nos circuitos econômicos de troca e consumo fez com que ela passasse a se vincular de modo mais direto ao dinamismo contraditório do próprio capital. Isso significa que ela passou, em grande parte, a orientar-se pelos imperativos inerentes ao modo de funcionamento do terreno estruturado pela lógica da valorização do valor, incorporando formas de sua subsunção, ou subordinação, ao capital.

Nesse sentido, é interessante observar a informação e os influxos no campo artístico de certas transformações neoliberais na relação valor/trabalho, ocorridas no âmbito sistêmico da estruturação produtiva. N' *O capital*, Marx faz outra importante distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, considerando trabalho produtivo para o capital aquele que gera diretamente mais-valia, que participa diretamente na criação de valor. Na fase de reestruturação produtiva dos anos 1970, responsável pelo que se chama de "produção enxuta", uma das mudanças foi eliminar, tanto quanto possível, os redutos de trabalho improdutivo nas fábricas, transferindo-os para o produtivo. No toyotismo, por exemplo, foram reduzidas ao máximo as funções de supervisão e gerência (que não produzem diretamente mais-valia), as quais, em grande parte, foram incorporadas pelos próprios trabalhadores. No campo das artes, nessa relação trabalho-valor e em analogia com a prática de gerência de atividades, o que se viu foi algo oposto, porém feito com a mesma finalidade, ou seja, ampliar a produção de excedente: o trabalho de supervisão da curadoria passou a ser um novo campo importante e alvo de investimento (em vez de eliminação), uma vez que aí exerce-se relevante atividade de produção de capital simbólico, que atua diretamente na precificação final do trabalho de arte. Abriu-se cada vez mais espaço para esse tipo de atividade, inclusive reconfigurando-se seu escopo, porém evidentemente submetendo-a a filtros e controles institucionais.

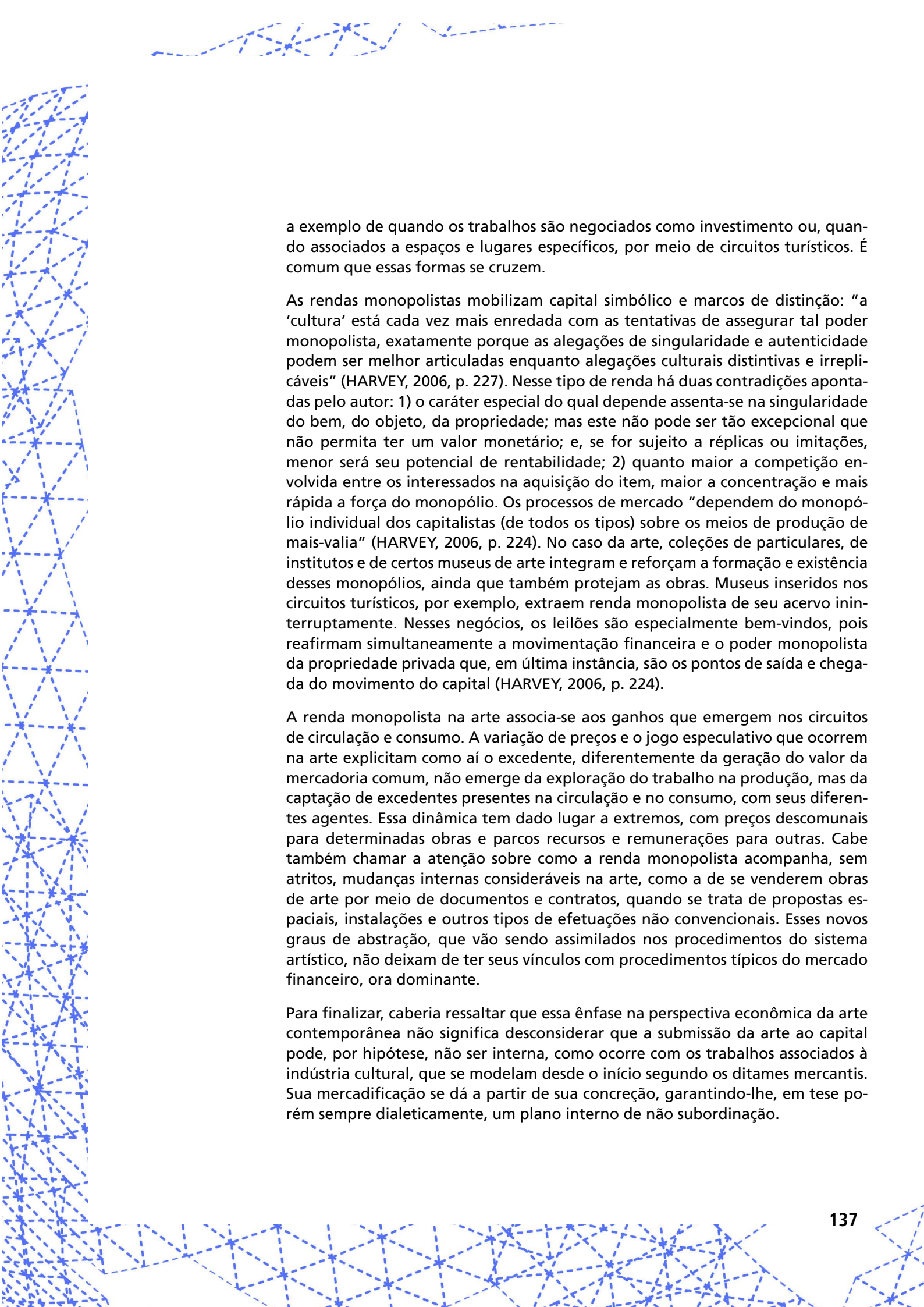
Em suas estratégias de valorização, o capital tem se apropriado – de modo cada vez mais diversificado – de atividades antes consideradas externas à produção direta do valor. No âmbito do trabalho, algumas análises, a exemplo de Maurizio Lazzarato, têm mobilizado novas acepções, como as de trabalho material e trabalho imaterial, as quais procuram dar conta das suas novas figuras diante das atuais condições, modalidades e formas de atividade derivadas da revolução tecnológica, informacional e comunicacional, e da chamada flexibilização



do processo produtivo em curso. O trabalho imaterial encampa as atividades de comunicação, pesquisa, marketing e serviços afins, produz linguagem e relações e, segundo Lazzarato, encontra-se na “fusão (é a interface) da nova relação [entre] produção [e] consumo. É o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação produção-consumo” (LAZZARATO, 1993 apud ANTUNES, 2005, p. 117, tradução nossa). Esse trabalho nem sempre é remunerado, pois também abarca desdobramentos nas mídias sociais, com suas interações “gratuitas” e *rankings*. Seu conteúdo é informativo e cultural; “a mercadoria produzida pelo trabalho imaterial não se destrói no ato do consumo mas se expande, transforma e cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor” (LAZZARATO, 1993 apud ANTUNES, 2005, p. 117, tradução nossa). Lidando com desejos, escolhas e o imaginário, o trabalho imaterial produz “ao mesmo tempo subjetividade e valor econômico” (LAZZARATO, 1993 apud ANTUNES, 2005, p. 118, tradução nossa). À sua esfera de ação e influência associa-se o fato de a “criatividade” ter se tornado uma mercadoria tão celebrada, inclusive a ponto de insuflar o que tem sido chamado de “economia criativa”. Nessa chave, a valorização da pesquisa destaca-se na economia do campo artístico, como indica o atento interesse de agentes do sistema da arte em certas investigações que contribuem para a legitimação ou certificação de nomes. Esse foi o caso emblemático de Paulo Bruscky, de sua presença nesse sistema antes e depois da publicação de pesquisa sobre ele feita no Museu de Arte Contemporânea (MAC) há alguns anos.

Em tempos de imbricamento entre economia e cultura como ocorre na cena atual, houve uma expansão do trabalho imaterial, que é de natureza intelectual. Esse tipo de trabalho se embrenhou no terreno da arte ampliando seus espaços de comunicação e consumo. É preciso lembrar, contudo, que ele também é regido – assim como o trabalho material – pelo fetichismo da mercadoria, sendo ilusório crer que seja autodeterminado (ANTUNES, 2005, p. 119). O fetiche da mercadoria responde pelo encobrimento das características sociais do trabalho empregado na realização da mercadoria: “o valor transforma cada produto do trabalho num hieróglifo social” (MARX, 1980, p. 83). Ao olhar uma mercadoria não se sabe como e quais relações de trabalho a criaram. Tudo fica oculto, fetichizado. No presente, o mundo do trabalho e do consumo encontra-se “contaminado por múltiplas fetichizações” (ANTUNES, 2005, p. 122) e estas são incontornáveis para a arte tratada como mercadoria. A arquitetura contemporânea dos museus de arte é emblemática desse acúmulo de fetichizações (tanto na sua edificação quanto no seu consumo).

Como indicado, o caráter “especial” da mercadoria arte passa pelo modo como a arte gera excedente por meio do mecanismo da renda e, mais especificamente, da renda monopolista. Reporto essa análise a David Harvey, em *A produção capitalista do espaço* (2006). A renda monopolista advém do “controle exclusivo de algum item direta ou indiretamente comercializável que é, em alguns aspectos, crucial [e] único” (HARVEY, 2006, p. 222). Esse tipo de renda está intimamente ligado por um lado à ideia de competição, concorrência, e por outro à de escassez e raridade do item em pauta. Marx, ao tratar desse conceito, n’*O capital*, fala em vinhedos e na produção do vinho que pode ser vendido a preço monopolista em função de qualidades excepcionais de suas terras, clima etc. No campo da arte, a renda monopolista tem sido extraída sob distintas maneiras diretas ou indiretas,



a exemplo de quando os trabalhos são negociados como investimento ou, quando associados a espaços e lugares específicos, por meio de circuitos turísticos. É comum que essas formas se cruzem.

As rendas monopolistas mobilizam capital simbólico e marcos de distinção: “a ‘cultura’ está cada vez mais enredada com as tentativas de assegurar tal poder monopolista, exatamente porque as alegações de singularidade e autenticidade podem ser melhor articuladas enquanto alegações culturais distintivas e irreplicáveis” (HARVEY, 2006, p. 227). Nesse tipo de renda há duas contradições apontadas pelo autor: 1) o caráter especial do qual depende assenta-se na singularidade do bem, do objeto, da propriedade; mas este não pode ser tão excepcional que não permita ter um valor monetário; e, se for sujeito a réplicas ou imitações, menor será seu potencial de rentabilidade; 2) quanto maior a competição envolvida entre os interessados na aquisição do item, maior a concentração e mais rápida a força do monopólio. Os processos de mercado “dependem do monopólio individual dos capitalistas (de todos os tipos) sobre os meios de produção de mais-valia” (HARVEY, 2006, p. 224). No caso da arte, coleções de particulares, de institutos e de certos museus de arte integram e reforçam a formação e existência desses monopólios, ainda que também protejam as obras. Museus inseridos nos circuitos turísticos, por exemplo, extraem renda monopolista de seu acervo ininterruptamente. Nesses negócios, os leilões são especialmente bem-vindos, pois reafirmam simultaneamente a movimentação financeira e o poder monopolista da propriedade privada que, em última instância, são os pontos de saída e chegada do movimento do capital (HARVEY, 2006, p. 224).

A renda monopolista na arte associa-se aos ganhos que emergem nos circuitos de circulação e consumo. A variação de preços e o jogo especulativo que ocorrem na arte explicitam como aí o excedente, diferentemente da geração do valor da mercadoria comum, não emerge da exploração do trabalho na produção, mas da captação de excedentes presentes na circulação e no consumo, com seus diferentes agentes. Essa dinâmica tem dado lugar a extremos, com preços descomuns para determinadas obras e poucos recursos e remunerações para outras. Cabe também chamar a atenção sobre como a renda monopolista acompanha, sem atritos, mudanças internas consideráveis na arte, como a de se venderem obras de arte por meio de documentos e contratos, quando se trata de propostas espaciais, instalações e outros tipos de efetuações não convencionais. Esses novos graus de abstração, que vão sendo assimilados nos procedimentos do sistema artístico, não deixam de ter seus vínculos com procedimentos típicos do mercado financeiro, ora dominante.

Para finalizar, caberia ressaltar que essa ênfase na perspectiva econômica da arte contemporânea não significa desconsiderar que a submissão da arte ao capital pode, por hipótese, não ser interna, como ocorre com os trabalhos associados à indústria cultural, que se modelam desde o início segundo os ditames mercantis. Sua mercadificação se dá a partir de sua concreção, garantindo-lhe, em tese porém sempre dialeticamente, um plano interno de não subordinação.



Referências

ANTUNES, Ricardo. **Los sentidos del trabajo**. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2005.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Trad. P. L. Capra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GARO, Isabelle. **L'art comme activité: Marx et la critique de l'esthétique**. 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/30557878/Lart_comme_activit%C3%A9_Marx_et_la_critique_de_lesth%C3%A9tique>. Acesso em: 06 abr. 2017.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006 (original de 2001).

LAZZARATO, Maurizio. Le Cycle de la Production Immatérielle. **Paradigmes du Travail, Futur Antérieur**, n. 16, Paris, 1993.

MARTINS, Luiz Renato. A arte entre o trabalho e o valor. **Crítica Marxista**, n. 20, p. 123-137, 2005.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Trad. Luis Claudio de C. e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998 (original de 1846, publicado em 1933).

_____. **O capital: crítica da economia política**. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 (original de 1867).

Semiótica da mercadoria: para uma introdução à economia política do signo

Semiótica de la mercancía: para una introducción a la economía política del signo

Semiotics of the commodity: an introduction to the political economy of the sign

Marcos Dantas

Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE-UFRJ. Professor titular da Escola de Comunicação da UFRJ, professor do PPGCOM-ECO/UFRJ e do PPGCI-ECO/IBICT – Brasil.

Contato: prof.marcosdantas@gmail.com

Artigo submetido em 30/09/2017 e aprovado em 15/12/2017.



Resumo

Este texto propõe uma interpretação semiótica para a trindade valor-valor de troca-valor de uso, que define a mercadoria segundo Karl Marx. Por meio de uma leitura de *O capital* e de seus rascunhos, tentamos mostrar que os conceitos básicos de Marx podem ser associados ao conceito de signo por Peirce e ao de trabalho semiótico, ou linguístico, conforme Umberto Eco e Rossi-Landi. Esta abordagem pode ajudar a esclarecer a natureza do trabalho efetuado na relação de espectadores e internautas com os meios eletrônicos de comunicação.

Palavras-chave: valor; signo; trabalho semiótico; Marx; mercadoria.

Resumen

El texto propone un abordaje semiótico para la trinidad valor-valor de cambio-valor de uso, que define la mercancía según Carlos Marx. Por medio de una lectura en *El capital* y sus borradores, se intenta mostrar que los conceptos básicos de Marx pueden ser asociados al concepto de signo según Peirce y también al de trabajo semiótico o lingüístico conforme Umberto Eco y Rossi-Landi. Ese abordaje puede ayudar a aclarar la naturaleza del trabajo efectuado por espectadores de televisión o usuarios de Internet mientras interactúan con los medios electrónicos de comunicación.

Palabras clave: valor; signo; trabajo semiótico; Marx; mercancía.

Abstract

This text suggests a semiotic interpretation to the value-exchange value-use value trinity with which Karl Marx defines commodity. Reading *Capital* and its Marx's drafts, the text tries to demonstrate that those basic Marxian concepts can be associated to Peirce's concept of sign and also to the semiotic or linguistic work concept by Umberto Eco and Rossi-Landi. This approach can help to clarify the nature of the work carried on by TV viewers or net users in their activities with electronic communication means.

Keywords: value; sign; semiotic work; Marx; commodity



Introdução

“[A mercadoria] revela seu pensamento em sua linguagem exclusiva, a linguagem das mercadorias” – esta conhecida sentença de Marx (1983, p. 57) deve ser interpretada “em sentido semiótico e não em sentido linguístico”, comenta Wilden (2001, p. 32). Acrescenta: “as metáforas semióticas são particularmente abundantes no texto de Marx” (2001, p. 32).

Mais do que ser expressa por metáforas, a teoria do valor, nas suas categorias básicas, é ela mesma uma teoria semiótica. Naturalmente, Marx não dispunha, em seu tempo e lugar, das ferramentas teóricas semióticas que somente seriam desenvolvidas a partir de Charles S. Peirce (1839–1914) ou de Ferdinand de Saussure (1857–1913). Por outro lado, sua formação filosófica original o fazia relativamente íntimo de teorias linguísticas ou cognitivas que podiam remeter até mesmo a Platão e Aristóteles. Aliás, lembra-nos Eagleton citando Mikhail Lifshitz, “muitas das categorias econômicas vitais em Marx são implicitamente estéticas”, inclusive tendo ele embarcado “no estudo detalhado do esteta alemão Friedrich Vischer quando estava preparando sua obra econômica principal” (EAGLETON, 1993, p. 154-155).

Seria, antes de mais nada, como objeto estético que Marx entenderia a mercadoria. Como tal, ela será a própria expressão significativa de um tipo de relação social própria de nossa era capitalista, impondo-se sobre outras expressões significativas determinantes de outros tempos e espaços da história humana. A mercadoria, antes de ser produto de relações econômicas, é produto de relações culturais e só pode cumprir as funções econômicas que cumpre porque antes cumpre funções culturais. E nada expressaria mais concretamente essas determinações que o seu célebre “enigma metafísico” sobre o fetichismo da mercadoria.

O texto que segue lerá algumas passagens de Marx à luz da semiótica. Aqui, vamos nos orientar principalmente por Peirce (1977), Umberto Eco (1974, 1976, 1980, 1981) e, ainda, pela obra original de Rossi-Landi (1985), um dos poucos a propor direta articulação entre uma teoria da linguagem e as principais categorias da crítica econômica de Marx. Conclusivamente, apontaremos para a importância de fazer essa releitura semiótica de Marx como um caminho quiçá teoricamente produtivo para entender as “aventuras da mercadoria” (JAPPE, 2013) nesta “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1997) dominada pela “estetização da mercadoria” (JAMESON, 2006), do que decorre o “fetichismo do fetichismo” das marcas consumistas (FONTENELLE, 2002). Nesta nova etapa do capitalismo, precisamos entender melhor a relação entre o trabalho semiótico geral do ser humano e o trabalho produtivo, este específico do processo de produção e valorização do capital.

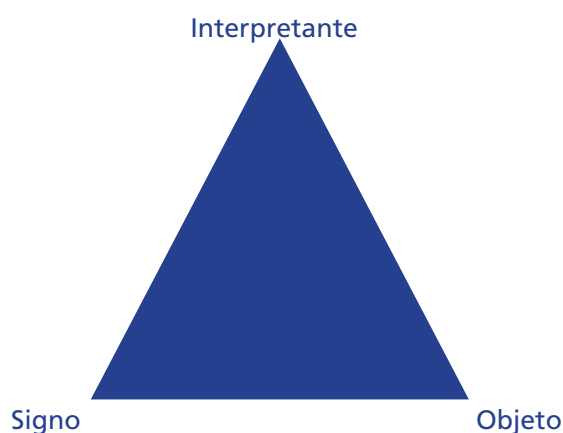
O signo

Um signo,

ou *representámen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que eu, por vezes, denominei fundamento do *representámen*. (PEIRCE, 1977, p. 46)

Essa canônica definição diz-nos que o signo é uma *relação* de um específico instrumento com um sujeito que o interpreta e uma realidade onde esse sujeito age. É uma relação triangular (Figura 1). Para Peirce, a palavra |signo| pode tanto remeter ao objeto que efetua a função semiótica quanto ao processo em que está inserida. Charles Morris (1994) definirá o processo como *semiose* (expressão também introduzida por Peirce) e renomeará o signo ele mesmo como “veículo sígnico”.

Figura 1 – O signo peirceano



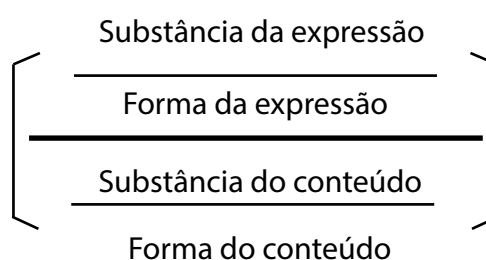
Como adverte Umberto Eco, mas está claro na definição peirceana, o objeto ou fundamento do signo (ou da semiose) não é necessariamente algo existente na realidade de fatos e coisas, mas é um conceito ou ideia que o interpretante, inserido em algum ambiente cultural, faça desses fatos e coisas. No fundamento de um processo semiótico estará uma *unidade cultural*, isto é, um recorte, elementar que seja (e quase sempre é), de algo na realidade, conforme a mente do indivíduo, socialmente participante de alguma cultura ou subcultura, reconhece esse recorte e consegue identificá-lo significativamente: “unidade distinta, diversa de outras, podendo ser assim uma pessoa, uma localidade geográfica, uma coisa, um sentimento, uma esperança, uma idéia, uma alucinação” (ECO, 1981, p. 56-57). Unidade, pois, que “merece” ser identificada (significada), na cultura ou subcultura, por algum nome ou imagem que lhe seja própria. Numa

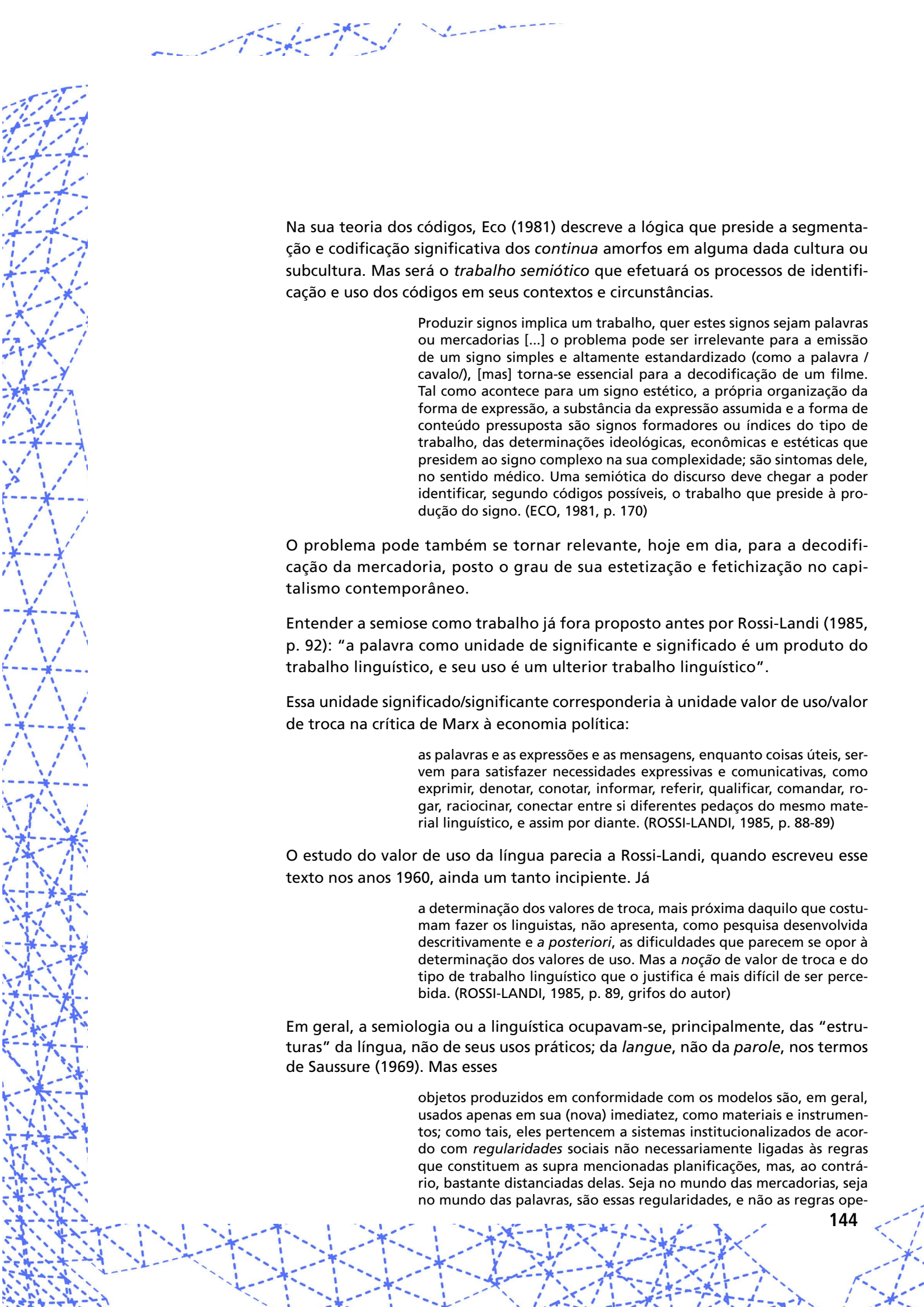
cultura, haverá tantas unidades culturais quanto um dicionário seja capaz de nominalmente registrar – ou ainda muito mais. O signo, em suma, é um objeto *material* que a sociedade, dada a sua cultura, reconhece como expressão de algo na sua realidade ou em suas relações.

O significado do signo insere-se num processo socialmente *codificado*. Por razões históricas, muitas delas perdidas no tempo, ou institucionais (quando instituições públicas ou privadas, ou mesmo indivíduos, a exemplo dos artistas, estabelecem certas relações significativas), o material *sígnico* pode ser reconhecido como tal e nas suas apropriadas relações com o interpretante e seu ambiente cultural, porque está organizado conforme regras socialmente reconhecidas por aquele interpretante. Essas regras definem quais e quantos elementos podem pertencer a um sistema *sígnico*; como se posicionam uns em relações aos outros; quais materiais podem ser empregados para produzir seus efeitos, dados contextos e circunstâncias; direções no espaço e movimentos no tempo que também afetam as relações *sígnicas*. Por exemplo, reconhecemos uma |palavra| qualquer em nosso idioma porque: i) é escrita por um conjunto limitado de formas, ou |letras| (oficialmente, 26); ii) essas letras se combinam umas com as outras conforme certas regras, excluindo taxativamente outras possibilidades; iii) essas combinações estão associadas também a um conjunto limitado de sons (cerca de 50 |fonemas|) que reconhecemos como legítimos em nossa língua; iv) são geralmente impressas em cores que devem contrastar contra um fundo material de suporte em cor neutra (preto sobre papel branco, por exemplo); v) obedecem a uma direção de escrita e de leitura (da esquerda para a direita no português e demais idiomas europeus) etc.

As regras que definem os elementos constitutivos de um código e suas normas de combinações constituem uma teoria sistematizada por Umberto Eco (1981) com base, sobretudo, nas elaborações da semiologia estruturalista, em especial nas de Hjelmslev (1975). Este entende o signo como uma *função* relacionando uma *forma de expressão* a uma *forma de conteúdo* (Figura 2). Cada uma das formas, por sua vez, é recortada de um fundo que constitui suas *substâncias*: da forma e do conteúdo. Ou seja, haverá algum fundo amorfo – a matéria no geral e o ambiente social no geral – do qual a cultura recorta e relaciona aquilo que, a partir de Saussure (1969), também se denomina |significante| (a forma de expressão) e |significado| (a forma de conteúdo).

Figura 2 – Função semiótica de Hjelmslev





Na sua teoria dos códigos, Eco (1981) descreve a lógica que preside a segmentação e codificação significativa dos *continua* amorfos em alguma dada cultura ou subcultura. Mas será o *trabalho semiótico* que efetuará os processos de identificação e uso dos códigos em seus contextos e circunstâncias.

Produzir signos implica um trabalho, quer estes signos sejam palavras ou mercadorias [...] o problema pode ser irrelevante para a emissão de um signo simples e altamente estandardizado (como a palavra / cavalo/), [mas] torna-se essencial para a decodificação de um filme. Tal como acontece para um signo estético, a própria organização da forma de expressão, a substância da expressão assumida e a forma de conteúdo pressuposta são signos formadores ou índices do tipo de trabalho, das determinações ideológicas, econômicas e estéticas que presidem ao signo complexo na sua complexidade; são sintomas dele, no sentido médico. Uma semiótica do discurso deve chegar a poder identificar, segundo códigos possíveis, o trabalho que preside à produção do signo. (ECO, 1981, p. 170)

O problema pode também se tornar relevante, hoje em dia, para a decodificação da mercadoria, posto o grau de sua estetização e fetichização no capitalismo contemporâneo.

Entender a semiose como trabalho já fora proposto antes por Rossi-Landi (1985, p. 92): “a palavra como unidade de significante e significado é um produto do trabalho linguístico, e seu uso é um ulterior trabalho linguístico”.

Essa unidade significado/significante corresponderia à unidade valor de uso/valor de troca na crítica de Marx à economia política:

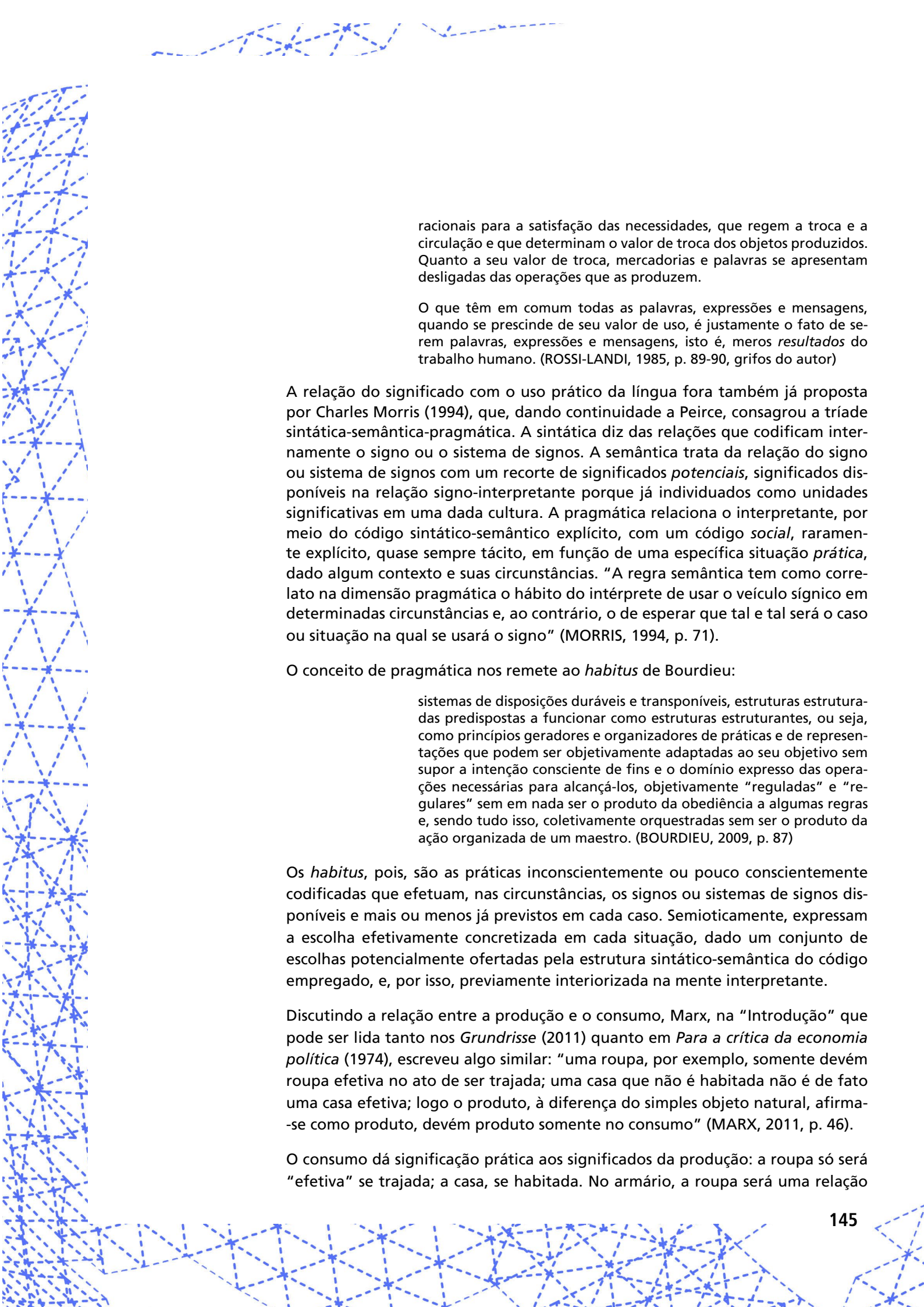
as palavras e as expressões e as mensagens, enquanto coisas úteis, servem para satisfazer necessidades expressivas e comunicativas, como exprimir, denotar, conotar, informar, referir, qualificar, comandar, rogar, raciocinar, conectar entre si diferentes pedaços do mesmo material linguístico, e assim por diante. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 88-89)

O estudo do valor de uso da língua parecia a Rossi-Landi, quando escreveu esse texto nos anos 1960, ainda um tanto incipiente. Já

a determinação dos valores de troca, mais próxima daquilo que costumam fazer os linguistas, não apresenta, como pesquisa desenvolvida descritivamente e *a posteriori*, as dificuldades que parecem se opor à determinação dos valores de uso. Mas a *noção* de valor de troca e do tipo de trabalho linguístico que o justifica é mais difícil de ser percebida. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 89, grifos do autor)

Em geral, a semiologia ou a linguística ocupavam-se, principalmente, das “estruturas” da língua, não de seus usos práticos; da *langue*, não da *parole*, nos termos de Saussure (1969). Mas esses

objetos produzidos em conformidade com os modelos são, em geral, usados apenas em sua (nova) imediatez, como materiais e instrumentos; como tais, eles pertencem a sistemas institucionalizados de acordo com *regularidades* sociais não necessariamente ligadas às regras que constituem as supra mencionadas planificações, mas, ao contrário, bastante distanciadas delas. Seja no mundo das mercadorias, seja no mundo das palavras, são essas regularidades, e não as regras ope-



racionais para a satisfação das necessidades, que regem a troca e a circulação e que determinam o valor de troca dos objetos produzidos. Quanto a seu valor de troca, mercadorias e palavras se apresentam desligadas das operações que as produzem.

O que têm em comum todas as palavras, expressões e mensagens, quando se prescinde de seu valor de uso, é justamente o fato de serem palavras, expressões e mensagens, isto é, meros *resultados* do trabalho humano. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 89-90, grifos do autor)

A relação do significado com o uso prático da língua fora também já proposta por Charles Morris (1994), que, dando continuidade a Peirce, consagrou a tríade sintática-semântica-pragmática. A sintática diz das relações que codificam internamente o signo ou o sistema de signos. A semântica trata da relação do signo ou sistema de signos com um recorte de significados *potenciais*, significados disponíveis na relação signo-interpretante porque já individuados como unidades significativas em uma dada cultura. A pragmática relaciona o interpretante, por meio do código sintático-semântico explícito, com um código *social*, raramente explícito, quase sempre tácito, em função de uma específica situação *prática*, dado algum contexto e suas circunstâncias. “A regra semântica tem como correlato na dimensão pragmática o hábito do intérprete de usar o veículo *signico* em determinadas circunstâncias e, ao contrário, o de esperar que tal e tal será o caso ou situação na qual se usará o signo” (MORRIS, 1994, p. 71).

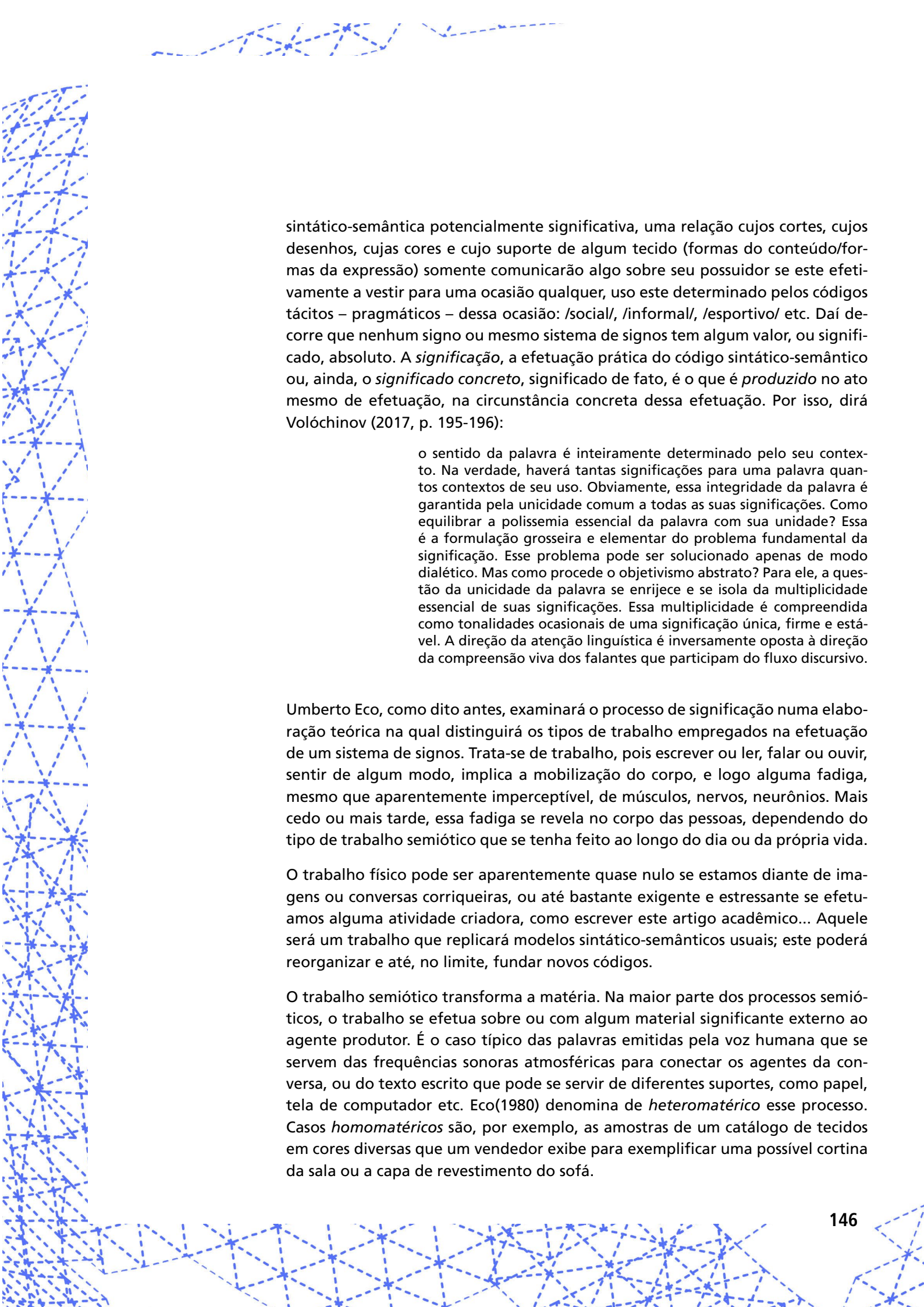
O conceito de pragmática nos remete ao *habitus* de Bourdieu:

sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizada de um maestro. (BOURDIEU, 2009, p. 87)

Os *habitus*, pois, são as práticas inconscientemente ou pouco conscientemente codificadas que efetuam, nas circunstâncias, os signos ou sistemas de signos disponíveis e mais ou menos já previstos em cada caso. Semioticamente, expressam a escolha efetivamente concretizada em cada situação, dado um conjunto de escolhas potencialmente ofertadas pela estrutura sintático-semântica do código empregado, e, por isso, previamente interiorizada na mente interpretante.

Discutindo a relação entre a produção e o consumo, Marx, na “Introdução” que pode ser lida tanto nos *Grundrisse* (2011) quanto em *Para a crítica da economia política* (1974), escreveu algo similar: “uma roupa, por exemplo, somente deverá ser efetiva no ato de ser trajada; uma casa que não é habitada não é de fato uma casa efetiva; logo o produto, à diferença do simples objeto natural, afirma-se como produto, deverá ser produto somente no consumo” (MARX, 2011, p. 46).

O consumo dá significação prática aos significados da produção: a roupa só será “efetiva” se trajada; a casa, se habitada. No armário, a roupa será uma relação




sintático-semântica potencialmente significativa, uma relação cujos cortes, cujos desenhos, cujas cores e cujo suporte de algum tecido (formas do conteúdo/formas da expressão) somente comunicarão algo sobre seu possuidor se este efetivamente a vestir para uma ocasião qualquer, uso este determinado pelos códigos tácitos – pragmáticos – dessa ocasião: /social/, /informal/, /esportivo/ etc. Daí decorre que nenhum signo ou mesmo sistema de signos tem algum valor, ou significado, absoluto. A *significação*, a efetuação prática do código sintático-semântico ou, ainda, o *significado concreto*, significado de fato, é o que é *produzido* no ato mesmo de efetuação, na circunstância concreta dessa efetuação. Por isso, dirá Volóchinov (2017, p. 195-196):

o sentido da palavra é inteiramente determinado pelo seu contexto. Na verdade, haverá tantas significações para uma palavra quantos contextos de seu uso. Obviamente, essa integridade da palavra é garantida pela unicidade comum a todas as suas significações. Como equilibrar a polissemia essencial da palavra com sua unidade? Essa é a formulação grosseira e elementar do problema fundamental da significação. Esse problema pode ser solucionado apenas de modo dialético. Mas como procede o objetivismo abstrato? Para ele, a questão da unicidade da palavra se enrijece e se isola da multiplicidade essencial de suas significações. Essa multiplicidade é compreendida como tonalidades ocasionais de uma significação única, firme e estável. A direção da atenção linguística é inversamente oposta à direção da compreensão viva dos falantes que participam do fluxo discursivo.

Umberto Eco, como dito antes, examinará o processo de significação numa elaboração teórica na qual distinguirá os tipos de trabalho empregados na efetuação de um sistema de signos. Trata-se de trabalho, pois escrever ou ler, falar ou ouvir, sentir de algum modo, implica a mobilização do corpo, e logo alguma fadiga, mesmo que aparentemente imperceptível, de músculos, nervos, neurônios. Mais cedo ou mais tarde, essa fadiga se revela no corpo das pessoas, dependendo do tipo de trabalho semiótico que se tenha feito ao longo do dia ou da própria vida.

O trabalho físico pode ser aparentemente quase nulo se estamos diante de imagens ou conversas corriqueiras, ou até bastante exigente e estressante se efetuamos alguma atividade criadora, como escrever este artigo acadêmico... Aquele será um trabalho que replicará modelos sintático-semânticos usuais; este poderá reorganizar e até, no limite, fundar novos códigos.

O trabalho semiótico transforma a matéria. Na maior parte dos processos semióticos, o trabalho se efetua sobre ou com algum material significativo externo ao agente produtor. É o caso típico das palavras emitidas pela voz humana que se servem das frequências sonoras atmosféricas para conectar os agentes da conversa, ou do texto escrito que pode se servir de diferentes suportes, como papel, tela de computador etc. Eco(1980) denomina de *heteromatérico* esse processo. Casos *homomatéricos* são, por exemplo, as amostras de um catálogo de tecidos em cores diversas que um vendedor exhibe para exemplificar uma possível cortina da sala ou a capa de revestimento do sofá.



Associada à mobilização do corpo, a atividade semiótica também pressupõe um propósito, objetivo, finalidade. Dirá Marx (1983, p. 149-150):

antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma de matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais.

A aranha, a abelha ou o ser humano agem teleonomicamente. Mas, enquanto os animais agem instintivamente, o ser humano age conduzido pelo mapa semiótico do seu pensamento e ideias. O exemplo do arquiteto vem a calhar, pois, consciente ou inconscientemente, explícita ou tacitamente, agimos orientados por algum *desenho* que, aqui não importa como, formou-se em nossa mente ao se propor a ação. O trabalho humano é semiótico. A imagem que se forma na sua mente pode se transferir diretamente ao ato de dar forma a alguma matéria por meio de seus braços, mãos e ferramentas simples; como pode, antes, traduzir-se em desenhos no papel, modelos tridimensionais, textos, fórmulas matemáticas, códigos informáticos, *materiais semióticos* a partir dos quais, e por eles aparentemente determinados, dar-se-á a transformação material. No primeiro caso, a relação e mediação semiótica parecerá tão natural quanto respirar e, por isso, quase sempre passará despercebida – assim como respirar. No segundo caso, a mediação semiótica estará explicitamente objetivada e registrada, parecendo, por isso, ser a fonte determinante do próprio trabalho e, daí, objeto preferencial de estudo da própria investigação semiótica.

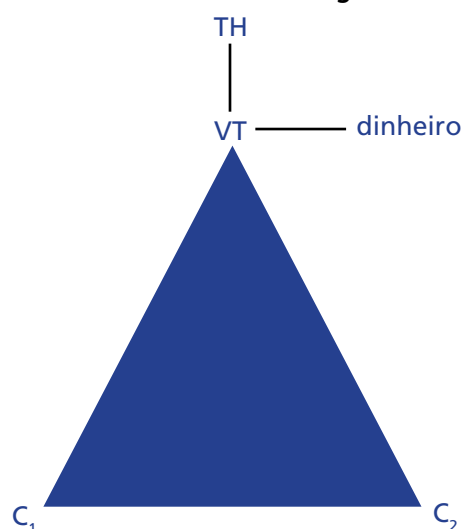
Semiótica da mercadoria

Baudrillard (s.d)[1972] propôs, a partir da semiologia estruturalista, identificar o conceito marxiano de [valor de uso] ao significado da mercadoria, e o [valor de troca], a seu significante. Umberto Eco (1974, p; 9-10; 1980, p. 18-20) interpreta a “linguagem das mercadorias”, na passagem de Marx citada na primeira linha deste artigo, como

o valor de troca *expressando* ou mediando, para uma mercadoria, o significado da outra, pela qual é trocada (Figura 3). Ou seja, uma mercadoria é signo da outra, “está pela outra para alguém”, relação de significação possível devido à

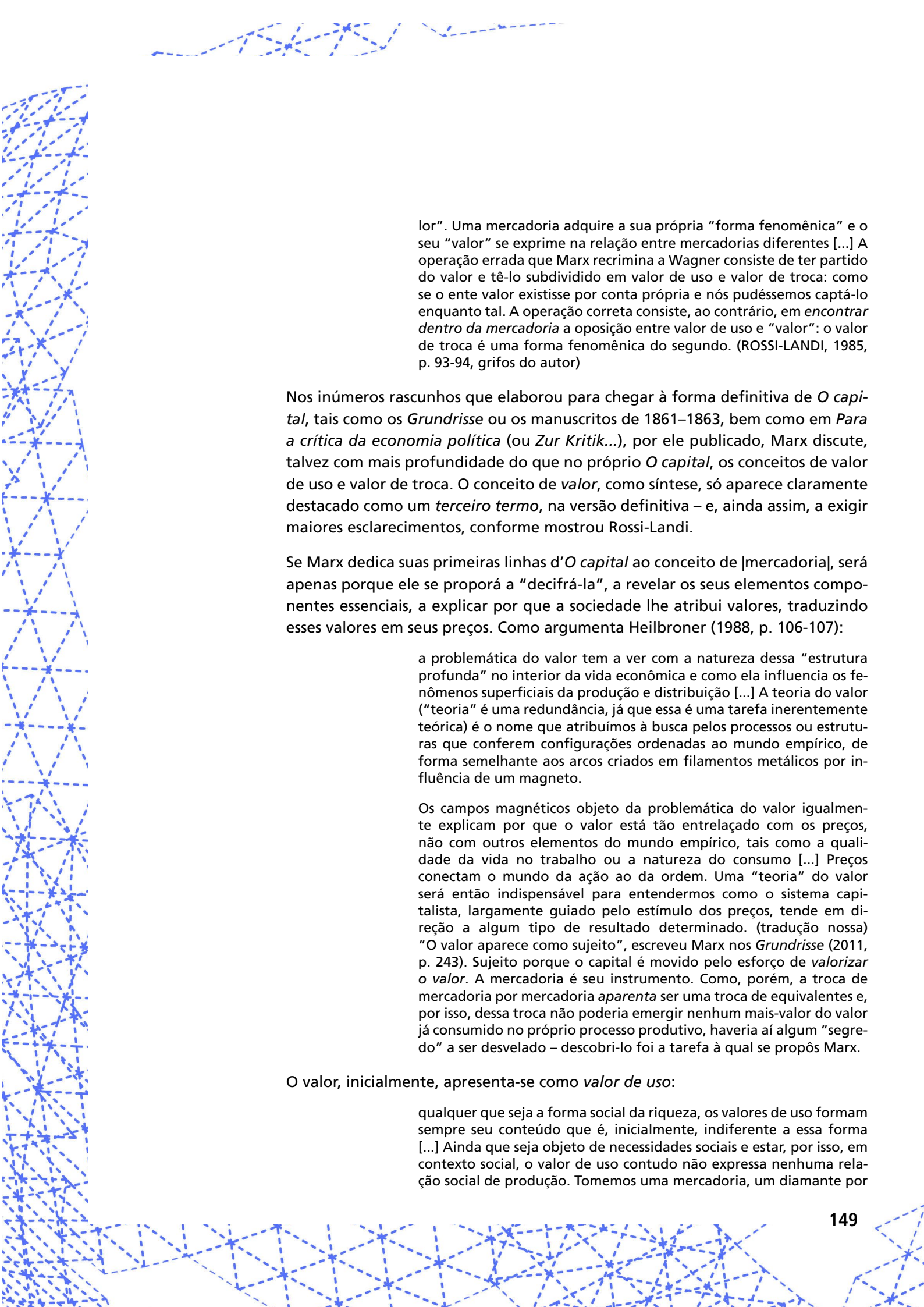
existência cultural de um parâmetro de troca (ou tipo), a que chamamos VT (valor de troca). Se, num sistema de valores de uso, todas as unidades se referem à função F (que corresponde precisamente ao valor de uso), num sistema de valores de troca, o VT se refere à quantidade de trabalho humano necessário à produção de C_1 e C_2 , sendo tal quantidade de trabalho mencionada aqui como TH. Todos esses elementos podem aparecer correlacionados, num sistema culturalmente mais sofisticado, a um equivalente universal, o dinheiro (que, de certo modo, corresponde ao ‘nome’ que denota ambas as mercadorias, juntas, ao seu tipo equivalente, VT, e – mediatamente – a TH). (ECO, 1980, p. 19-20)

Figura 3 – Semiótica da mercadoria segundo Eco



O modelo de Eco, assim, isola, ainda que relacionando, dois sistemas significativos: o do valor de uso, modelo geral para qualquer semiose, e o do valor de troca, específico para a “linguagem das mercadorias”. No entanto, como adverte Rossi-Landi, citando uma carta esclarecedora do próprio Karl Marx (“Randglossen zu A. Wagners *Lehrbuch der politischen ökonomie*’ de 1881-82”), [valor] e [valor de troca] relacionam-se “dentro da mercadoria” com o [valor de uso]:

analisando mercadoria “na forma em que ela aparece *in der Form, worin sie erscheint*”, encontra-se em primeiro lugar a oposição entre valor de uso e valor de troca; em seguida, porém, “uma ulterior análise desse último... mostra que o valor de troca é apenas uma ‘forma fenomênica’, um modo independente de apresentação do valor contido na mercadoria”. Descobre-se, isto é, que na realidade a mercadoria é valor de uso e “valor” (passo a utilizar as aspas para diferenciar o valor do valor de troca), e esta descoberta é possível na medida em que a mercadoria *aparece* como valor de uso e valor de troca, isto é, tem uma forma fenomênica independente que representa o seu “va-



lor". Uma mercadoria adquire a sua própria "forma fenomênica" e o seu "valor" se exprime na relação entre mercadorias diferentes [...] A operação errada que Marx recrimina a Wagner consiste de ter partido do valor e tê-lo subdividido em valor de uso e valor de troca: como se o ente valor existisse por conta própria e nós pudéssemos captá-lo enquanto tal. A operação correta consiste, ao contrário, em *encontrar dentro da mercadoria* a oposição entre valor de uso e "valor": o valor de troca é uma forma fenomênica do segundo. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 93-94, grifos do autor)

Nos inúmeros rascunhos que elaborou para chegar à forma definitiva de *O capital*, tais como os *Grundrisse* ou os manuscritos de 1861–1863, bem como em *Para a crítica da economia política* (ou *Zur Kritik...*), por ele publicado, Marx discute, talvez com mais profundidade do que no próprio *O capital*, os conceitos de valor de uso e valor de troca. O conceito de *valor*, como síntese, só aparece claramente destacado como um *terceiro termo*, na versão definitiva – e, ainda assim, a exigir maiores esclarecimentos, conforme mostrou Rossi-Landi.

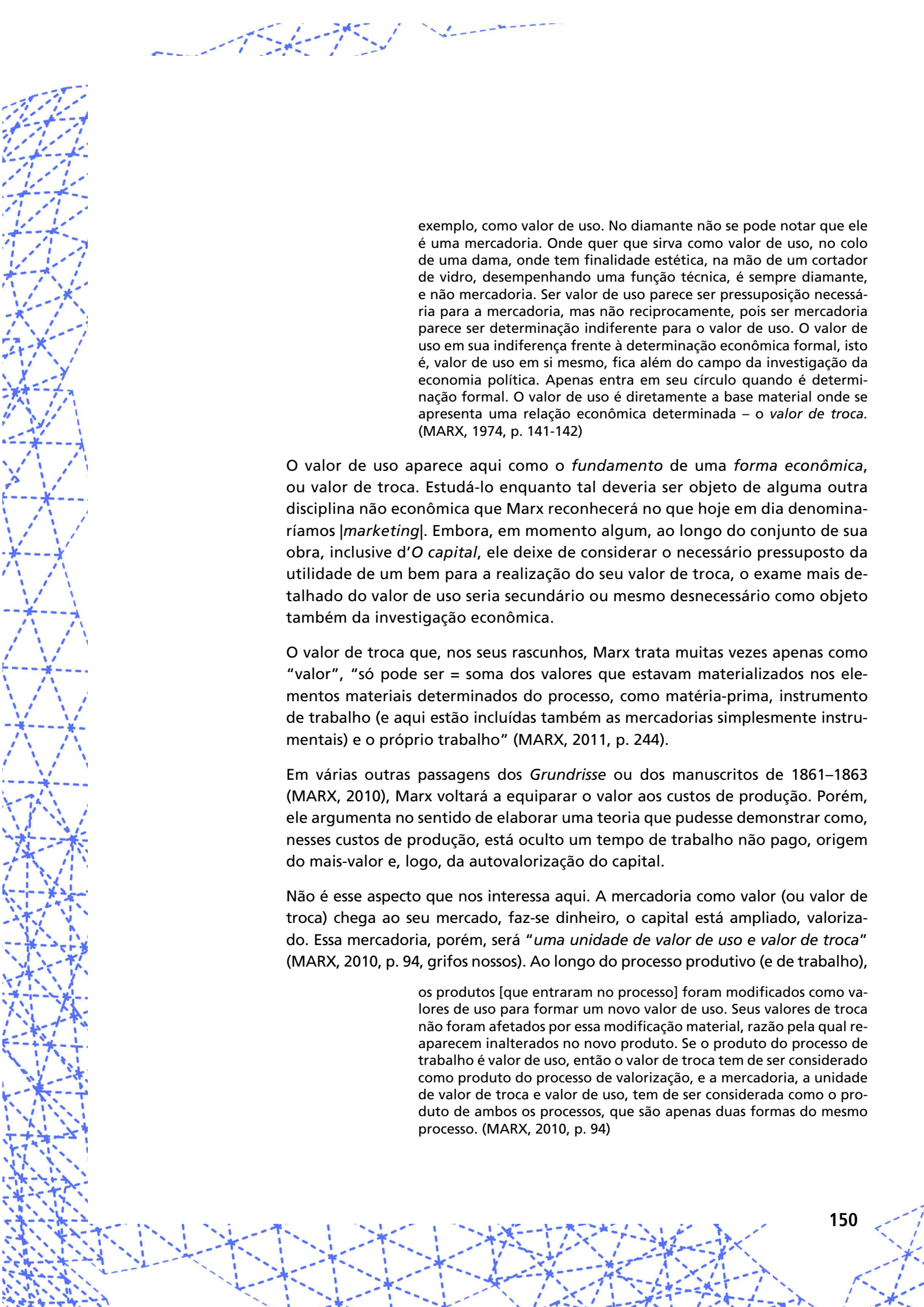
Se Marx dedica suas primeiras linhas d'*O capital* ao conceito de [mercadoria], será apenas porque ele se proporá a "decifrá-la", a revelar os seus elementos componentes essenciais, a explicar por que a sociedade lhe atribui valores, traduzindo esses valores em seus preços. Como argumenta Heilbroner (1988, p. 106-107):

a problemática do valor tem a ver com a natureza dessa "estrutura profunda" no interior da vida econômica e como ela influencia os fenômenos superficiais da produção e distribuição [...] A teoria do valor ("teoria" é uma redundância, já que essa é uma tarefa inerentemente teórica) é o nome que atribuímos à busca pelos processos ou estruturas que conferem configurações ordenadas ao mundo empírico, de forma semelhante aos arcos criados em filamentos metálicos por influência de um magneto.

Os campos magnéticos objeto da problemática do valor igualmente explicam por que o valor está tão entrelaçado com os preços, não com outros elementos do mundo empírico, tais como a qualidade da vida no trabalho ou a natureza do consumo [...] Preços conectam o mundo da ação ao da ordem. Uma "teoria" do valor será então indispensável para entendermos como o sistema capitalista, largamente guiado pelo estímulo dos preços, tende em direção a algum tipo de resultado determinado. (tradução nossa) "O valor aparece como sujeito", escreveu Marx nos *Grundrisse* (2011, p. 243). Sujeito porque o capital é movido pelo esforço de *valorizar* o *valor*. A mercadoria é seu instrumento. Como, porém, a troca de mercadoria por mercadoria *aparenta* ser uma troca de equivalentes e, por isso, dessa troca não poderia emergir nenhum mais-valor do valor já consumido no próprio processo produtivo, haveria aí algum "segredo" a ser desvelado – descobri-lo foi a tarefa à qual se propôs Marx.

O valor, inicialmente, apresenta-se como *valor de uso*:

qualquer que seja a forma social da riqueza, os valores de uso formam sempre seu conteúdo que é, inicialmente, indiferente a essa forma [...] Ainda que seja objeto de necessidades sociais e estar, por isso, em contexto social, o valor de uso contudo não expressa nenhuma relação social de produção. Tomemos uma mercadoria, um diamante por



exemplo, como valor de uso. No diamante não se pode notar que ele é uma mercadoria. Onde quer que sirva como valor de uso, no colo de uma dama, onde tem finalidade estética, na mão de um cortador de vidro, desempenhando uma função técnica, é sempre diamante, e não mercadoria. Ser valor de uso parece ser pressuposição necessária para a mercadoria, mas não reciprocamente, pois ser mercadoria parece ser determinação indiferente para o valor de uso. O valor de uso em sua indiferença frente à determinação econômica formal, isto é, valor de uso em si mesmo, fica além do campo da investigação da economia política. Apenas entra em seu círculo quando é determinação formal. O valor de uso é diretamente a base material onde se apresenta uma relação econômica determinada – o *valor de troca*. (MARX, 1974, p. 141-142)

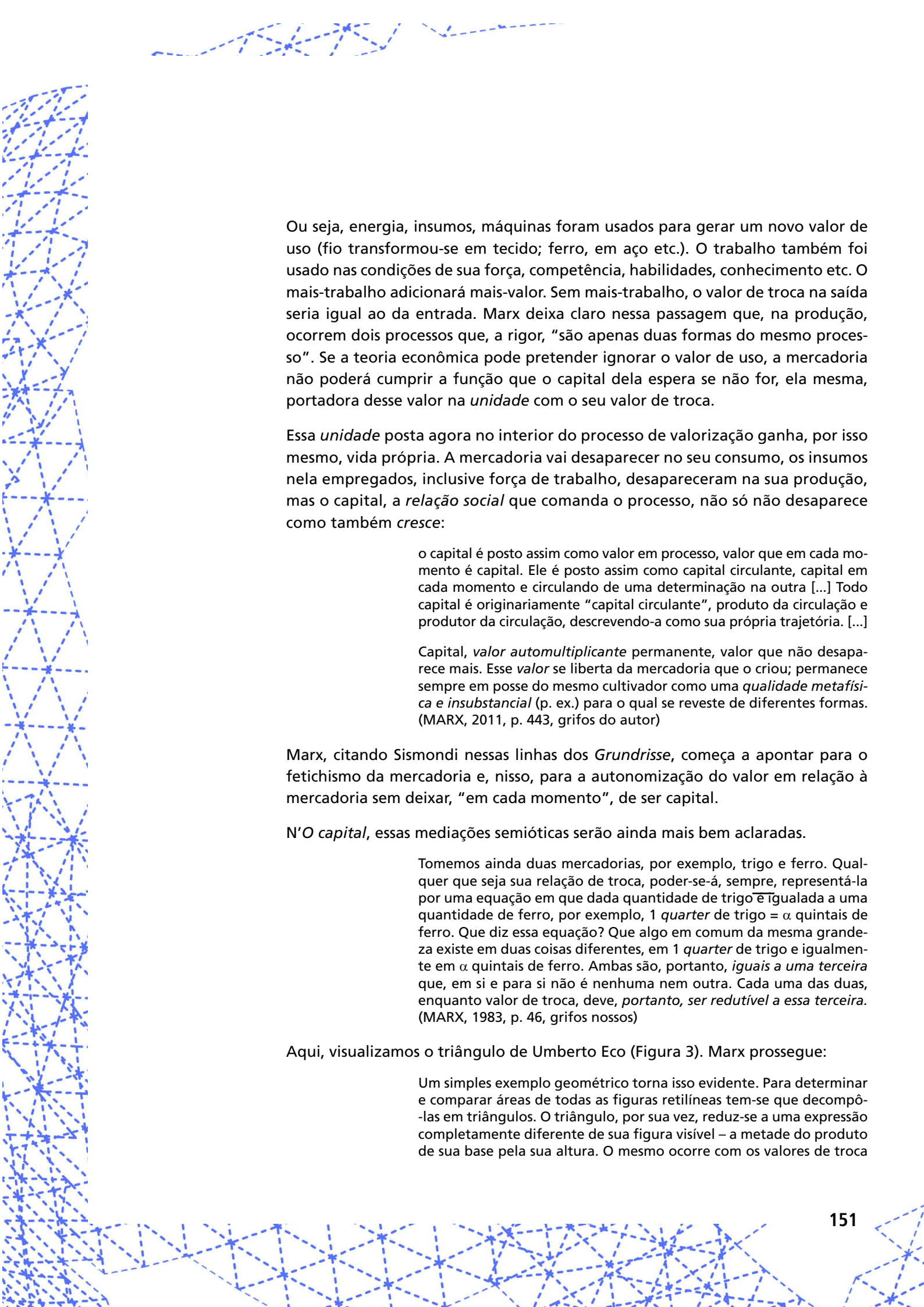
O valor de uso aparece aqui como o *fundamento* de uma *forma econômica*, ou valor de troca. Estudá-lo enquanto tal deveria ser objeto de alguma outra disciplina não econômica que Marx reconhecerá no que hoje em dia denominaríamos [*marketing*]. Embora, em momento algum, ao longo do conjunto de sua obra, inclusive d'*O capital*, ele deixe de considerar o necessário pressuposto da utilidade de um bem para a realização do seu valor de troca, o exame mais detalhado do valor de uso seria secundário ou mesmo desnecessário como objeto também da investigação econômica.

O valor de troca que, nos seus rascunhos, Marx trata muitas vezes apenas como "valor", "só pode ser = soma dos valores que estavam materializados nos elementos materiais determinados do processo, como matéria-prima, instrumento de trabalho (e aqui estão incluídas também as mercadorias simplesmente instrumentais) e o próprio trabalho" (MARX, 2011, p. 244).

Em várias outras passagens dos *Grundrisse* ou dos manuscritos de 1861–1863 (MARX, 2010), Marx voltará a equiparar o valor aos custos de produção. Porém, ele argumenta no sentido de elaborar uma teoria que pudesse demonstrar como, nesses custos de produção, está oculto um tempo de trabalho não pago, origem do mais-valor e, logo, da autovalorização do capital.

Não é esse aspecto que nos interessa aqui. A mercadoria como valor (ou valor de troca) chega ao seu mercado, faz-se dinheiro, o capital está ampliado, valorizado. Essa mercadoria, porém, será "*uma unidade de valor de uso e valor de troca*" (MARX, 2010, p. 94, grifos nossos). Ao longo do processo produtivo (e de trabalho),

os produtos [que entraram no processo] foram modificados como valores de uso para formar um novo valor de uso. Seus valores de troca não foram afetados por essa modificação material, razão pela qual reaparecem inalterados no novo produto. Se o produto do processo de trabalho é valor de uso, então o valor de troca tem de ser considerado como produto do processo de valorização, e a mercadoria, a unidade de valor de troca e valor de uso, tem de ser considerada como o produto de ambos os processos, que são apenas duas formas do mesmo processo. (MARX, 2010, p. 94)



Ou seja, energia, insumos, máquinas foram usados para gerar um novo valor de uso (fio transformou-se em tecido; ferro, em aço etc.). O trabalho também foi usado nas condições de sua força, competência, habilidades, conhecimento etc. O mais-trabalho adicionará mais-valor. Sem mais-trabalho, o valor de troca na saída seria igual ao da entrada. Marx deixa claro nessa passagem que, na produção, ocorrem dois processos que, a rigor, “são apenas duas formas do mesmo processo”. Se a teoria econômica pode pretender ignorar o valor de uso, a mercadoria não poderá cumprir a função que o capital dela espera se não for, ela mesma, portadora desse valor na *unidade* com o seu valor de troca.

Essa *unidade* posta agora no interior do processo de valorização ganha, por isso mesmo, vida própria. A mercadoria vai desaparecer no seu consumo, os insumos nela empregados, inclusive força de trabalho, desapareceram na sua produção, mas o capital, a *relação social* que comanda o processo, não só não desaparece como também *crece*:

o capital é posto assim como valor em processo, valor que em cada momento é capital. Ele é posto assim como capital circulante, capital em cada momento e circulando de uma determinação na outra [...] Todo capital é originariamente “capital circulante”, produto da circulação e produtor da circulação, descrevendo-a como sua própria trajetória. [...]

Capital, *valor automultiplicante* permanente, valor que não desaparece mais. Esse *valor* se liberta da mercadoria que o criou; permanece sempre em posse do mesmo cultivador como uma *qualidade metafísica e insubstancial* (p. ex.) para o qual se reveste de diferentes formas. (MARX, 2011, p. 443, grifos do autor)

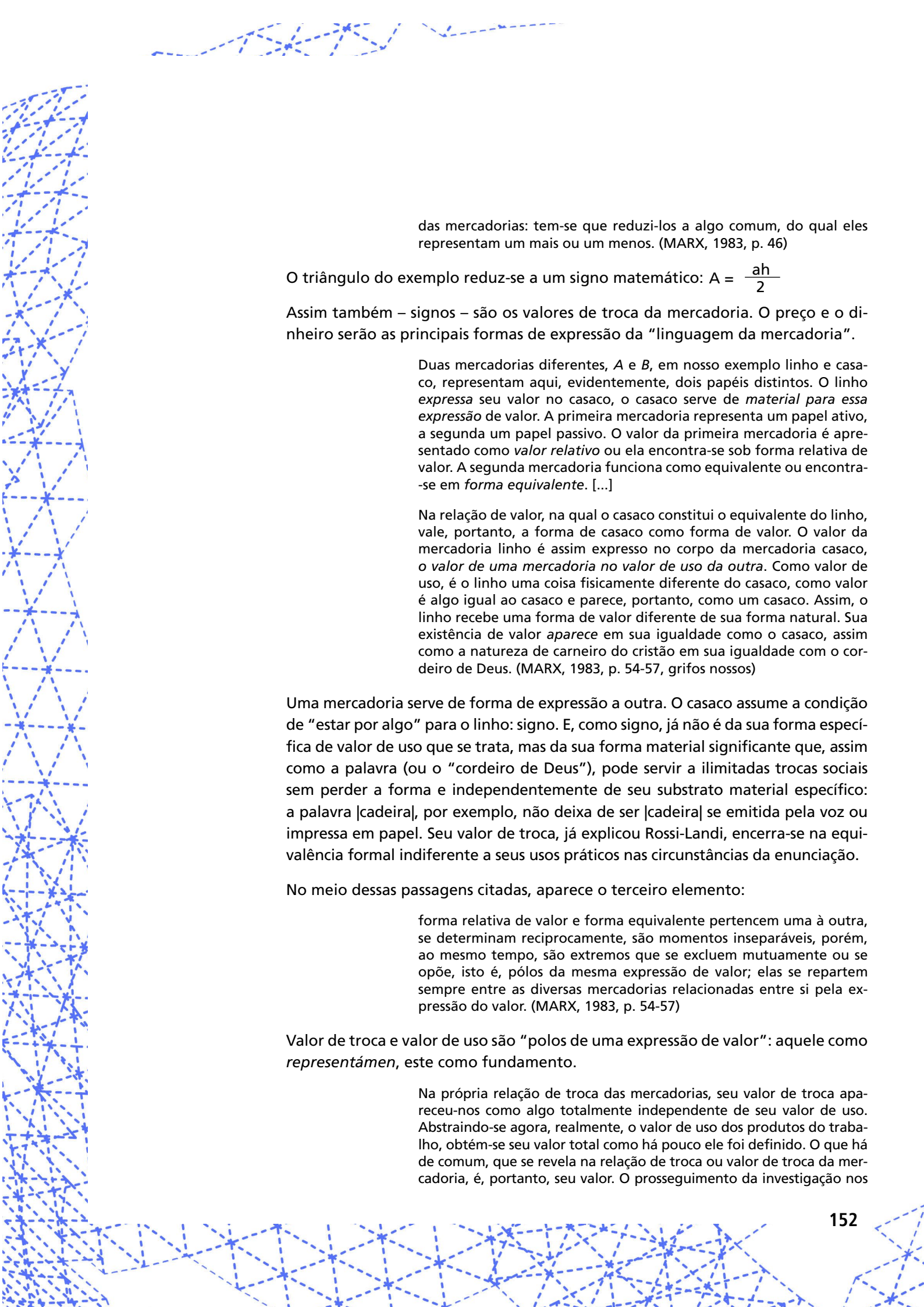
Marx, citando Sismondi nessas linhas dos *Grundrisse*, começa a apontar para o fetichismo da mercadoria e, nisso, para a autonomização do valor em relação à mercadoria sem deixar, “em cada momento”, de ser capital.

N’O *capital*, essas mediações semióticas serão ainda mais bem aclaradas.

Tomemos ainda duas mercadorias, por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja sua relação de troca, poder-se-á, sempre, representá-la por uma equação em que dada quantidade de trigo é igualada a uma quantidade de ferro, por exemplo, 1 *quarter* de trigo = α quintais de ferro. Que diz essa equação? Que algo em comum da mesma grandeza existe em duas coisas diferentes, em 1 *quarter* de trigo e igualmente em α quintais de ferro. Ambas são, portanto, *iguais a uma terceira* que, em si e para si não é nenhuma nem outra. Cada uma das duas, enquanto valor de troca, deve, *portanto, ser redutível a essa terceira*. (MARX, 1983, p. 46, grifos nossos)

Aqui, visualizamos o triângulo de Umberto Eco (Figura 3). Marx prossegue:

Um simples exemplo geométrico torna isso evidente. Para determinar e comparar áreas de todas as figuras retilíneas tem-se que decompô-las em triângulos. O triângulo, por sua vez, reduz-se a uma expressão completamente diferente de sua figura visível – a metade do produto de sua base pela sua altura. O mesmo ocorre com os valores de troca



das mercadorias: tem-se que reduzi-los a algo comum, do qual eles representam um mais ou um menos. (MARX, 1983, p. 46)

O triângulo do exemplo reduz-se a um signo matemático: $A = \frac{ah}{2}$

Assim também – signos – são os valores de troca da mercadoria. O preço e o dinheiro serão as principais formas de expressão da “linguagem da mercadoria”.

Duas mercadorias diferentes, *A* e *B*, em nosso exemplo linho e casaco, representam aqui, evidentemente, dois papéis distintos. O linho expressa seu valor no casaco, o casaco serve de *material para essa expressão* de valor. A primeira mercadoria representa um papel ativo, a segunda um papel passivo. O valor da primeira mercadoria é apresentado como *valor relativo* ou ela encontra-se sob forma relativa de valor. A segunda mercadoria funciona como equivalente ou encontra-se em *forma equivalente*. [...]

Na relação de valor, na qual o casaco constitui o equivalente do linho, vale, portanto, a forma de casaco como forma de valor. O valor da mercadoria linho é assim expresso no corpo da mercadoria casaco, *o valor de uma mercadoria no valor de uso da outra*. Como valor de uso, é o linho uma coisa fisicamente diferente do casaco, como valor é algo igual ao casaco e parece, portanto, como um casaco. Assim, o linho recebe uma forma de valor diferente de sua forma natural. Sua existência de valor *aparece* em sua igualdade como o casaco, assim como a natureza de carneiro do cristão em sua igualdade com o cordeiro de Deus. (MARX, 1983, p. 54-57, grifos nossos)

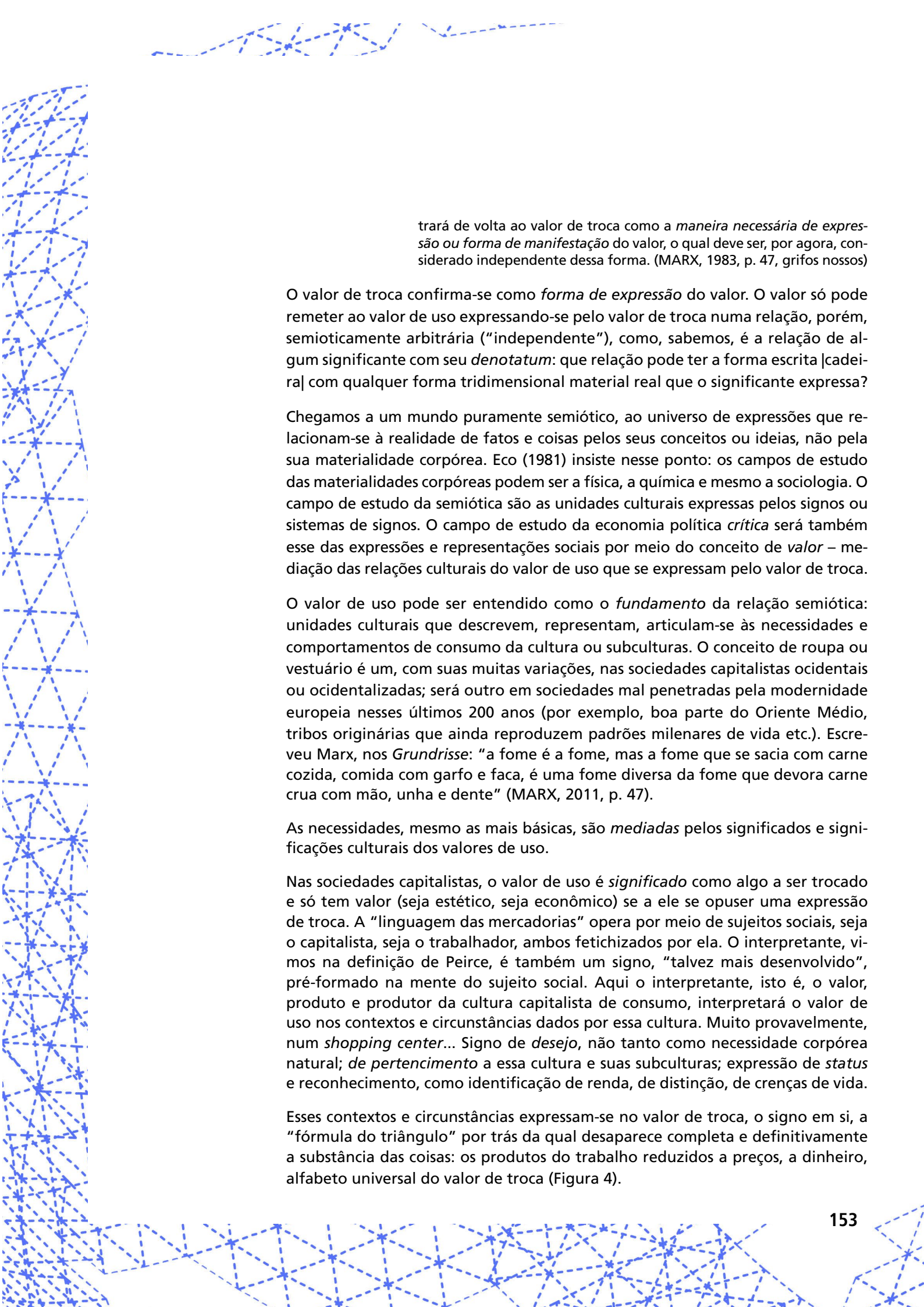
Uma mercadoria serve de forma de expressão a outra. O casaco assume a condição de “estar por algo” para o linho: signo. E, como signo, já não é da sua forma específica de valor de uso que se trata, mas da sua forma material significativa que, assim como a palavra (ou o “cordeiro de Deus”), pode servir a ilimitadas trocas sociais sem perder a forma e independentemente de seu substrato material específico: a palavra [cadeira], por exemplo, não deixa de ser [cadeira] se emitida pela voz ou impressa em papel. Seu valor de troca, já explicou Rossi-Landi, encerra-se na equivalência formal indiferente a seus usos práticos nas circunstâncias da enunciação.

No meio dessas passagens citadas, aparece o terceiro elemento:

forma relativa de valor e forma equivalente pertencem uma à outra, se determinam reciprocamente, são momentos inseparáveis, porém, ao mesmo tempo, são extremos que se excluem mutuamente ou se opõem, isto é, pólos da mesma expressão de valor; elas se repartem sempre entre as diversas mercadorias relacionadas entre si pela expressão do valor. (MARX, 1983, p. 54-57)

Valor de troca e valor de uso são “polos de uma expressão de valor”: aquele como *representámen*, este como fundamento.

Na própria relação de troca das mercadorias, seu valor de troca apareceu-nos como algo totalmente independente de seu valor de uso. Abstraindo-se agora, realmente, o valor de uso dos produtos do trabalho, obtém-se seu valor total como há pouco ele foi definido. O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor. O prosseguimento da investigação nos



trará de volta ao valor de troca como a *maneira necessária de expressão ou forma de manifestação* do valor, o qual deve ser, por agora, considerado independente dessa forma. (MARX, 1983, p. 47, grifos nossos)

O valor de troca confirma-se como *forma de expressão* do valor. O valor só pode remeter ao valor de uso expressando-se pelo valor de troca numa relação, porém, semioticamente arbitrária (“independente”), como, sabemos, é a relação de algum significante com seu *denotatum*: que relação pode ter a forma escrita |cadeira| com qualquer forma tridimensional material real que o significante expressa?

Chegamos a um mundo puramente semiótico, ao universo de expressões que relacionam-se à realidade de fatos e coisas pelos seus conceitos ou ideias, não pela sua materialidade corpórea. Eco (1981) insiste nesse ponto: os campos de estudo das materialidades corpóreas podem ser a física, a química e mesmo a sociologia. O campo de estudo da semiótica são as unidades culturais expressas pelos signos ou sistemas de signos. O campo de estudo da economia política *crítica* será também esse das expressões e representações sociais por meio do conceito de *valor* – mediação das relações culturais do valor de uso que se expressam pelo valor de troca.

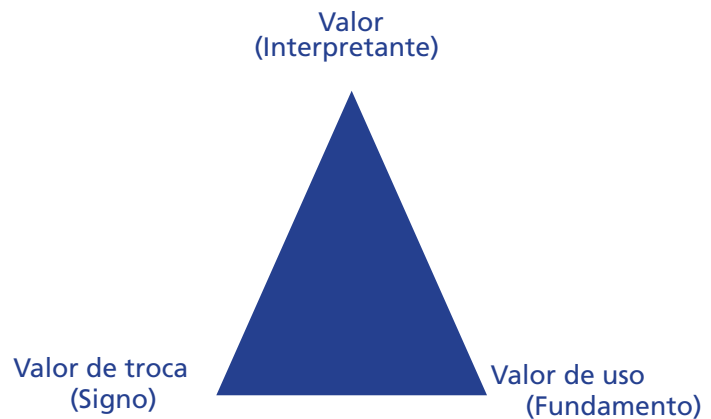
O valor de uso pode ser entendido como o *fundamento* da relação semiótica: unidades culturais que descrevem, representam, articulam-se às necessidades e comportamentos de consumo da cultura ou subculturas. O conceito de roupa ou vestuário é um, com suas muitas variações, nas sociedades capitalistas ocidentais ou ocidentalizadas; será outro em sociedades mal penetradas pela modernidade europeia nesses últimos 200 anos (por exemplo, boa parte do Oriente Médio, tribos originárias que ainda reproduzem padrões milenares de vida etc.). Escreveu Marx, nos *Grundrisse*: “a fome é a fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente” (MARX, 2011, p. 47).

As necessidades, mesmo as mais básicas, são *mediadas* pelos significados e significações culturais dos valores de uso.

Nas sociedades capitalistas, o valor de uso é *significado* como algo a ser trocado e só tem valor (seja estético, seja econômico) se a ele se opuser uma expressão de troca. A “linguagem das mercadorias” opera por meio de sujeitos sociais, seja o capitalista, seja o trabalhador, ambos fetichizados por ela. O interpretante, vimos na definição de Peirce, é também um signo, “talvez mais desenvolvido”, pré-formado na mente do sujeito social. Aqui o interpretante, isto é, o valor, produto e produtor da cultura capitalista de consumo, interpretará o valor de uso nos contextos e circunstâncias dados por essa cultura. Muito provavelmente, num *shopping center*... Signo de *desejo*, não tanto como necessidade corpórea natural; de *pertencimento* a essa cultura e suas subculturas; expressão de *status* e reconhecimento, como identificação de renda, de distinção, de crenças de vida.

Esses contextos e circunstâncias expressam-se no valor de troca, o signo em si, a “fórmula do triângulo” por trás da qual desaparece completa e definitivamente a substância das coisas: os produtos do trabalho reduzidos a preços, a dinheiro, alfabeto universal do valor de troca (Figura 4).

Figura 4 – O signo mercantil



Como consequência,

em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor. Podemos virar e revirar a mercadoria, como queiramos, como coisa de valor permanece imperceptível. Recorde-mo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria. (MARX, 1983, p. 54)

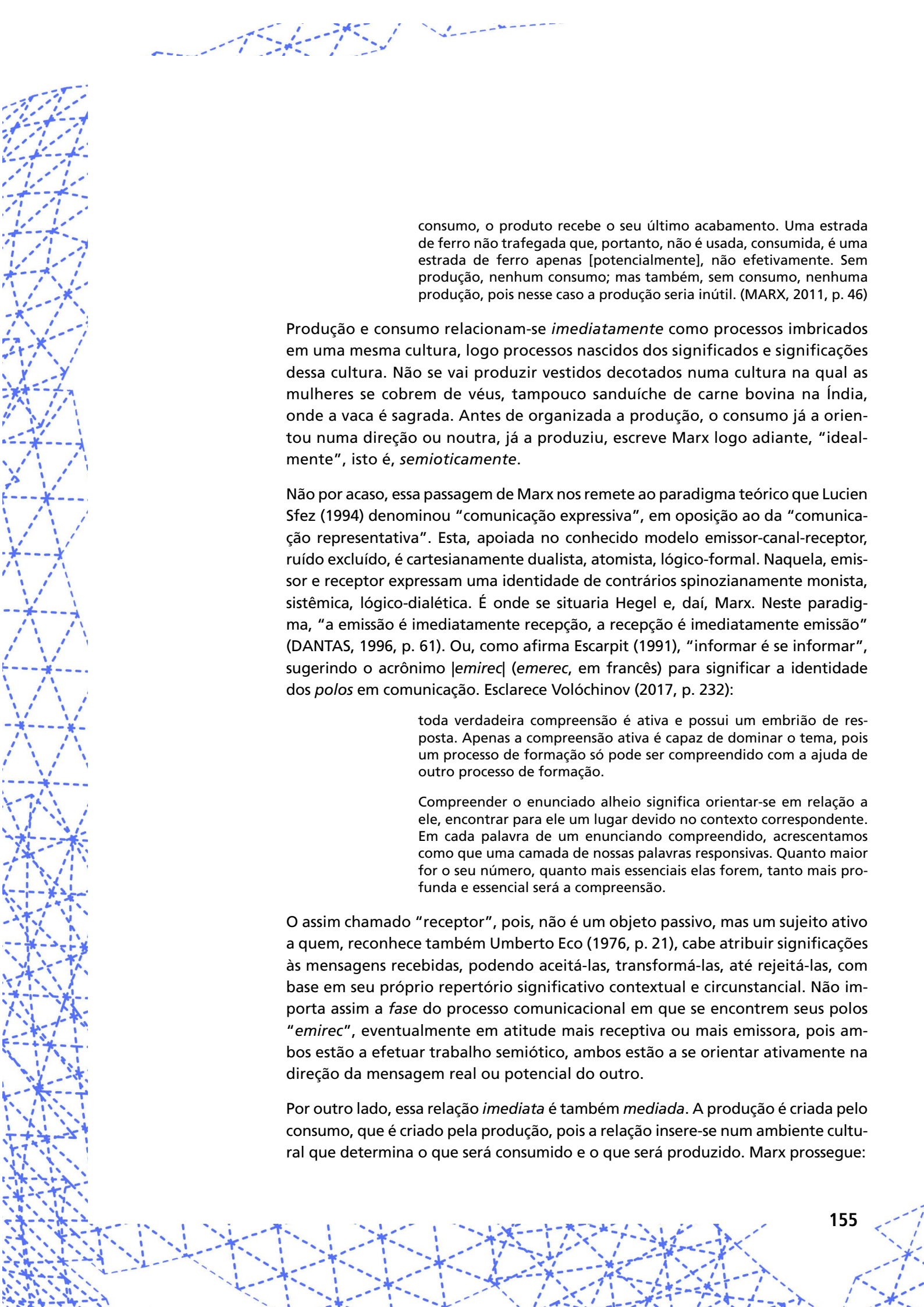
Do mesmo modo, na objetividade de qualquer palavra, como exemplo mais típico de signo, não se encerra "nenhum átomo" da objetividade dos fatos ou coisas às quais se refira. Em [cadeira], como palavra falada ou escrita, não encontramos nenhuma <cadeira> real do mundo. No entanto, nossos códigos culturais imediatamente identificam os significados da palavra e suas eventuais significações. Neste caso aqui, significa de fato, pragmaticamente, um /exemplo/.

O valor interpreta, pelo valor de troca, as relações sociais de produção, de consumo, sobretudo mercantis, que fundam o valor de uso na cultura capitalista.

Semiose da produção e do consumo

A efetuação do valor (semiótico) da mercadoria, isto é, o trabalho semiótico, dá-se na relação entre a produção e o consumo:

[...] a produção é imediatamente consumo e o consumo é imediatamente produção. Cada um é imediatamente seu contrário. Mas tem lugar simultaneamente um movimento mediador entre ambos. A produção medeia o consumo, cujo material cria, consumo sem o qual faltaria-lhe o objeto. Mas o consumo também medeia a produção ao criar para os produtos o sujeito para o qual são produtos. Somente no



consumo, o produto recebe o seu último acabamento. Uma estrada de ferro não trafegada que, portanto, não é usada, consumida, é uma estrada de ferro apenas [potencialmente], não efetivamente. Sem produção, nenhum consumo; mas também, sem consumo, nenhuma produção, pois nesse caso a produção seria inútil. (MARX, 2011, p. 46)

Produção e consumo relacionam-se *imediatamente* como processos imbricados em uma mesma cultura, logo processos nascidos dos significados e significações dessa cultura. Não se vai produzir vestidos decotados numa cultura na qual as mulheres se cobrem de véus, tampouco sanduíche de carne bovina na Índia, onde a vaca é sagrada. Antes de organizada a produção, o consumo já a orientou numa direção ou noutra, já a produziu, escreve Marx logo adiante, “idealmente”, isto é, *semioticamente*.

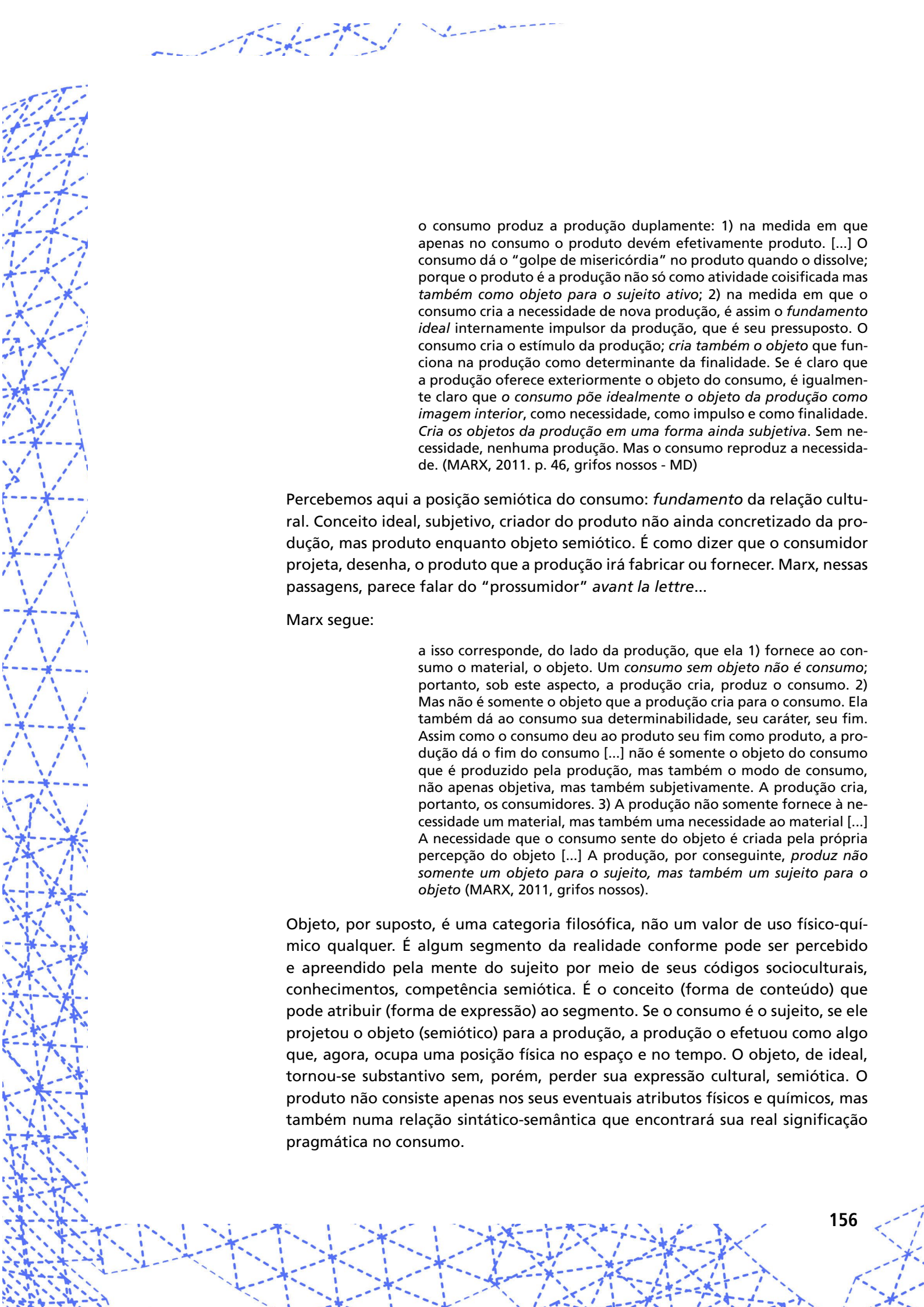
Não por acaso, essa passagem de Marx nos remete ao paradigma teórico que Lucien Sfez (1994) denominou “comunicação expressiva”, em oposição ao da “comunicação representativa”. Esta, apoiada no conhecido modelo emissor-canal-receptor, ruído excluído, é cartesianamente dualista, atomista, lógico-formal. Naquela, emissor e receptor expressam uma identidade de contrários spinozianamente monista, sistêmica, lógico-dialética. É onde se situaria Hegel e, daí, Marx. Neste paradigma, “a emissão é imediatamente recepção, a recepção é imediatamente emissão” (DANTAS, 1996, p. 61). Ou, como afirma Escarpit (1991), “informar é se informar”, sugerindo o acrônimo [emirec] (*emerec*, em francês) para significar a identidade dos *polos* em comunicação. Esclarece Volóchinov (2017, p. 232):

toda verdadeira compreensão é ativa e possui um embrião de resposta. Apenas a compreensão ativa é capaz de dominar o tema, pois um processo de formação só pode ser compreendido com a ajuda de outro processo de formação.

Compreender o enunciado alheio significa orientar-se em relação a ele, encontrar para ele um lugar devido no contexto correspondente. Em cada palavra de um enunciado compreendido, acrescentamos como que uma camada de nossas palavras responsivas. Quanto maior for o seu número, quanto mais essenciais elas forem, tanto mais profunda e essencial será a compreensão.

O assim chamado “receptor”, pois, não é um objeto passivo, mas um sujeito ativo a quem, reconhece também Umberto Eco (1976, p. 21), cabe atribuir significações às mensagens recebidas, podendo aceitá-las, transformá-las, até rejeitá-las, com base em seu próprio repertório significativo contextual e circunstancial. Não importa assim a *fase* do processo comunicacional em que se encontrem seus polos “*emirec*”, eventualmente em atitude mais receptiva ou mais emissora, pois ambos estão a efetuar trabalho semiótico, ambos estão a se orientar ativamente na direção da mensagem real ou potencial do outro.

Por outro lado, essa relação *imediatamente* é também *mediada*. A produção é criada pelo consumo, que é criado pela produção, pois a relação insere-se num ambiente cultural que determina o que será consumido e o que será produzido. Marx prossegue:



o consumo produz a produção duplamente: 1) na medida em que apenas no consumo o produto devém efetivamente produto. [...] O consumo dá o “golpe de misericórdia” no produto quando o dissolve; porque o produto é a produção não só como atividade coisificada mas *também como objeto para o sujeito ativo*; 2) na medida em que o consumo cria a necessidade de nova produção, é assim o *fundamento ideal* internamente impulsor da produção, que é seu pressuposto. O consumo cria o estímulo da produção; *cria também o objeto* que funciona na produção como determinante da finalidade. Se é claro que a produção oferece exteriormente o objeto do consumo, é igualmente claro que *o consumo põe idealmente o objeto da produção como imagem interior*, como necessidade, como impulso e como finalidade. *Cria os objetos da produção em uma forma ainda subjetiva*. Sem necessidade, nenhuma produção. Mas o consumo reproduz a necessidade. (MARX, 2011. p. 46, grifos nossos - MD)

Percebemos aqui a posição semiótica do consumo: *fundamento* da relação cultural. Conceito ideal, subjetivo, criador do produto não ainda concretizado da produção, mas produto enquanto objeto semiótico. É como dizer que o consumidor projeta, desenha, o produto que a produção irá fabricar ou fornecer. Marx, nessas passagens, parece falar do “prossumidor” *avant la lettre*...

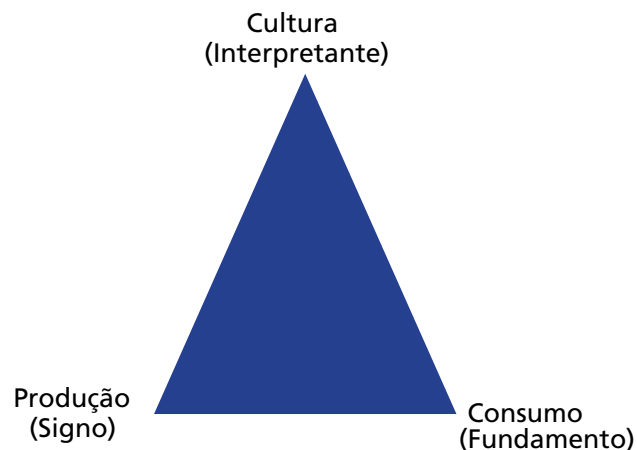
Marx segue:

a isso corresponde, do lado da produção, que ela 1) fornece ao consumo o material, o objeto. Um *consumo sem objeto não é consumo*; portanto, sob este aspecto, a produção cria, produz o consumo. 2) Mas não é somente o objeto que a produção cria para o consumo. Ela também dá ao consumo sua determinabilidade, seu caráter, seu fim. Assim como o consumo deu ao produto seu fim como produto, a produção dá o fim do consumo [...] não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo de consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores. 3) A produção não somente fornece à necessidade um material, mas também uma necessidade ao material [...] A necessidade que o consumo sente do objeto é criada pela própria percepção do objeto [...] A produção, por conseguinte, *produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto* (MARX, 2011, grifos nossos).

Objeto, por suposto, é uma categoria filosófica, não um valor de uso físico-químico qualquer. É algum segmento da realidade conforme pode ser percebido e apreendido pela mente do sujeito por meio de seus códigos socioculturais, conhecimentos, competência semiótica. É o conceito (forma de conteúdo) que pode atribuir (forma de expressão) ao segmento. Se o consumo é o sujeito, se ele projetou o objeto (semiótico) para a produção, a produção o efetuou como algo que, agora, ocupa uma posição física no espaço e no tempo. O objeto, de ideal, tornou-se substantivo sem, porém, perder sua expressão cultural, semiótica. O produto não consiste apenas nos seus eventuais atributos físicos e químicos, mas também numa relação sintático-semântica que encontrará sua real significação pragmática no consumo.

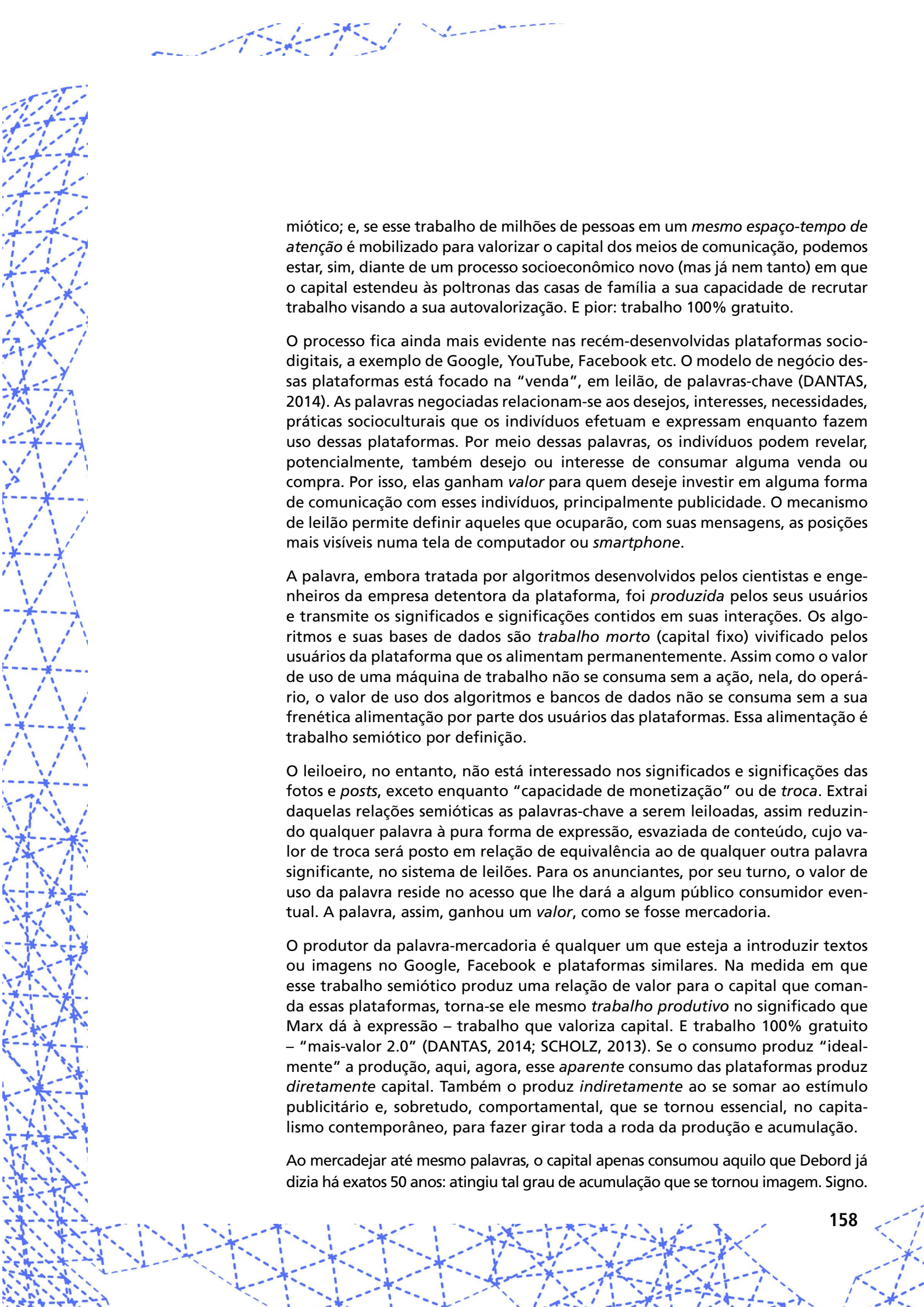
Voltando ao exemplo da roupa, comentado anteriormente, a produção forneceu ao consumo o seu objeto (roupa). Ao vestir-se, o sujeito dá a produção por efetivamente concluída, nisso consumando a sua significação, enquanto objeto semiótico, no sistema de valores da sociedade. Mas vestiu-se porque a produção selecionou, nesse sistema de valores, alguma específica relação sintático-semântica que o consumidor, se vier a efetuar-la, terá por seu turno interpretado como função semiótica legítima, e estará a reafirmar, ao reproduzi-la em seu ambiente cultural, a seleção assim feita. O consumo finalizou a produção, mas nas formas de expressão e de conteúdo (“modos de consumo”) que a produção lhe ofereceu concretamente. Por isso, a produção não apenas satisfaz uma necessidade, mas também produz as formas de expressar essa satisfação. A relação produção-consumo mostra-se ela também uma relação que apenas se efetua pragmaticamente se ambos os polos podem se encontrar em algum sistema de signos que lhes organiza e interpreta uma cultura comum (Figura 5).

Figura 5 – Semiótica da produção e do consumo



Notas conclusivas

Mais do que mero emprego de energia no processo de trabalho, o valor de uso da força de trabalho encontra-se em seus conhecimentos formais ou tácitos, habilidades, experiência, na sua *competência semiótica* para lidar com os problemas da produção (DANTAS, 2007). Se, em princípio, toda e qualquer atividade humana é semiótica, será esse trabalho semiótico especificamente subordinado a relações capitalistas de emprego e salário que valorizará capital, daí sendo definido como *trabalho produtivo*. No entanto, desde Dallas Smythe (1977) está posta a questão de atividades, como assistir à televisão, embora externas às relações de emprego e salário, também se prestarem à valorização de capital, e logo caberem no conceito de trabalho produtivo. Se entendemos que assistir à televisão não é uma atividade passiva, mas é trabalho semiótico, logo é ativa como qualquer outro trabalho se-



miótico; e, se esse trabalho de milhões de pessoas em um *mesmo espaço-tempo de atenção* é mobilizado para valorizar o capital dos meios de comunicação, podemos estar, sim, diante de um processo socioeconômico novo (mas já nem tanto) em que o capital estendeu às poltronas das casas de família a sua capacidade de recrutar trabalho visando a sua autovalorização. E pior: trabalho 100% gratuito.

O processo fica ainda mais evidente nas recém-desenvolvidas plataformas socio-digitais, a exemplo de Google, YouTube, Facebook etc. O modelo de negócio dessas plataformas está focado na “venda”, em leilão, de palavras-chave (DANTAS, 2014). As palavras negociadas relacionam-se aos desejos, interesses, necessidades, práticas socioculturais que os indivíduos efetuam e expressam enquanto fazem uso dessas plataformas. Por meio dessas palavras, os indivíduos podem revelar, potencialmente, também desejo ou interesse de consumir alguma venda ou compra. Por isso, elas ganham *valor* para quem deseje investir em alguma forma de comunicação com esses indivíduos, principalmente publicidade. O mecanismo de leilão permite definir aqueles que ocuparão, com suas mensagens, as posições mais visíveis numa tela de computador ou *smartphone*.

A palavra, embora tratada por algoritmos desenvolvidos pelos cientistas e engenheiros da empresa detentora da plataforma, foi *produzida* pelos seus usuários e transmite os significados e significações contidos em suas interações. Os algoritmos e suas bases de dados são *trabalho morto* (capital fixo) vivificado pelos usuários da plataforma que os alimentam permanentemente. Assim como o valor de uso de uma máquina de trabalho não se consome sem a ação, nela, do operário, o valor de uso dos algoritmos e bancos de dados não se consome sem a sua frenética alimentação por parte dos usuários das plataformas. Essa alimentação é trabalho semiótico por definição.

O leiloeiro, no entanto, não está interessado nos significados e significações das fotos e *posts*, exceto enquanto “capacidade de monetização” ou de *troca*. Extrai daquelas relações semióticas as palavras-chave a serem leiloadas, assim reduzindo qualquer palavra à pura forma de expressão, esvaziada de conteúdo, cujo valor de troca será posto em relação de equivalência ao de qualquer outra palavra significante, no sistema de leilões. Para os anunciantes, por seu turno, o valor de uso da palavra reside no acesso que lhe dará a algum público consumidor eventual. A palavra, assim, ganhou um *valor*, como se fosse mercadoria.

O produtor da palavra-mercadoria é qualquer um que esteja a introduzir textos ou imagens no Google, Facebook e plataformas similares. Na medida em que esse trabalho semiótico produz uma relação de valor para o capital que comanda essas plataformas, torna-se ele mesmo *trabalho produtivo* no significado que Marx dá à expressão – trabalho que valoriza capital. E trabalho 100% gratuito – “mais-valor 2.0” (DANTAS, 2014; SCHOLZ, 2013). Se o consumo produz “idealmente” a produção, aqui, agora, esse *aparente* consumo das plataformas produz *diretamente* capital. Também o produz *indiretamente* ao se somar ao estímulo publicitário e, sobretudo, comportamental, que se tornou essencial, no capitalismo contemporâneo, para fazer girar toda a roda da produção e acumulação.

Ao mercadejar até mesmo palavras, o capital apenas consumou aquilo que Debord já dizia há exatos 50 anos: atingiu tal grau de acumulação que se tornou imagem. Signo.



Referências

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo**. São Paulo: Martins Fontes, s.d.[1972?].

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

DANTAS, Marcos. Valor-trabalho, valor-informação. **Transinformação**, v. 8, n. 1, p. 55-88, 1996.

_____. Capitalismo na era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In: LASTRES, Helena; ALBAGLI, Sarita (Orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999, p. 216-261.

_____. Os significados do trabalho: produção de valores como produção semiótica no capitalismo informacional. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5, n. 1, p. 9-50, 2007. Disponível em: <<http://www.marcosdantas.com.br/conteudos/2013/04/07/os-significados-do-trabalho-producao-de-valores-como-producao-semiotica-no-capitalismo-informacional-trabalho-educacao-e-saude-v-5-n-1-2007/>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

_____. Mais-valia 2.0: produção e apropriação de valor nas redes do capital. **Eptic Online**, v. 16, n. 2, p. 89-112, 2014. Disponível em: <<http://marcosdantas.com.br/conteudos/2014/07/17/mais-valia-2-0-producao-e-apropriacao-de-valor-nas-redes-do-capital/>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Texto de 1967.

EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ECO, Umberto. **As formas do conteúdo**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **A estrutura ausente**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. **Tratado geral de semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

_____. **O signo**. Lisboa: Presença, 1981.

ESCARPIT, Robert. **L'information et la communication**. Paris: Hachette Livre, 1991.

FONTENELLE, Isleide. **O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável**. São Paulo: Boitempo, 2002.

HEILBRONER, Robert. **Behind the veil of economics**. Nova York: W. W. Norton, 1988.

HJELMSLEV, Louis T. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Coleção Pensadores, v. 49, p. 183-231. São Paulo: Abril Cultural, 1975.



JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. 2. ed. Lisboa: Antígona, 2013.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2006.

MARX, Karl. **Para a crítica da Economia Política**. In: GIANNOTTI, José Artur (Org.). Marx. Coleção Pensadores, v. XXXV, p. 108-263. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Texto de 1859.

_____. **O capital**: crítica da economia política. V. I, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Texto de 1890.

_____. **Para a crítica da Economia Política**: manuscrito de 1861-1864. Cadernos I a V, Terceiro Capítulo (O capital em geral). Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MORRIS, Charles. **Fundamentos de la teoria de los signos**. Buenos Aires: Paidós, 1994. Texto de 1971.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977. Texto de 1931-1935.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. **A linguagem como trabalho e como mercado**. São Paulo: Difel, 1985. Texto de 1968.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix/USP, 1969. Texto de 1916.

SCHOLZ, Trebor (Ed.). **Digital labor**: the internet as playground and factory. New York: Routledge, 2013.

SFEZ, Lucien. **Crítica da comunicação**, São Paulo, SP: Loyola, 1994

SMYTHE, Dallas W. Communications: blindspot of western marxism. **Canadian Journal of Political and Social Theory**, n. 1 v. 3, p. 1-27, 1977.

VOLÓCHINOV, Valentin Nicholaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017.

WILDEN, Anthony. **Informação**. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI, v. 34 (Comunicação-Cognição). Lisboa: Imprensa Nacional, 2001.

Do materialismo dialético ao materialismo cultural: o legado metodológico de Marx aos Estudos Culturais¹

Del materialismo dialéctico al materialismo cultural:
el legado metodológico de Marx a los Estudios Culturales

From dialectical materialism to cultural materialism:
Marx's methodological legacy to Cultural Studies

1 Artigo desenvolvido a partir de trabalho apresentado no XX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós 2011 (MORAES, Ana Luiza Coiro. Epistemologia dos estudos culturais: da dialética ao materialismo cultural. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 20., Porto Alegre, jun. 2011. *Anais...* [s.l.]: Compós, 2011. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1660.pdf>. Acesso em: 24 set.2017).

Ana Luiza Coiro Moraes

Doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Casper Líbero (FCL) – Brasil.

Contato: anacoiro@gmail.com

Artigo submetido em 30/09/2017 e aprovado em 28/11/2017.



Resumo

O artigo reconhece a legitimidade epistemológica dos Estudos Culturais como sustentáculo teórico e metodológico para orientar pesquisas, esboçando uma proposta de paradigma pautado pelo mapeamento dos pressupostos dessa corrente e de sua inserção na área das ciências sociais: dos autores e obras seminais dos *cultural studies* aos métodos e técnicas de investigação que vêm se consolidando nas práticas analíticas conduzidas sob sua orientação. Trata-se de uma linha de reflexão que, a partir dos padrões formadores desse campo, mais especificamente investigando o conceito de materialismo cultural de Williams como legatário do materialismo dialético, sugere a filiação dos Estudos Culturais ao método dialético.

Palavras-chave: Estudos Culturais; método dialético; materialismo dialético; materialismo cultural.

Resumen

El artículo reconoce la legitimidad epistemológica de los Estudios Culturales como sustentamiento teórico y metodológico para orientar investigaciones, esbozando una propuesta de paradigma pautado por el mapeo de los presupuestos de esa corriente y de su inserción en el área de las ciencias sociales: de los autores y obras inaugurales de los *cultural studies* a los métodos y técnicas de investigación que se vienen consolidando en las prácticas analíticas conducidas bajo su orientación. Se trata de una línea de reflexión que, a partir de los patrones formadores de ese campo, más específicamente investigando el concepto de materialismo cultural de Williams como legatario del materialismo dialéctico, sugiere la filiación de los Estudios Culturales al método dialéctico.

Palabras clave: Estudios Culturales; método dialéctico; materialismo dialéctico; materialismo cultural.

Abstract

The article recognizes the epistemological legitimacy of Cultural Studies as a theoretical and methodological support to guide researches, outlining a paradigm proposal based on the mapping of the presuppositions of this current and its insertion in the area of social sciences: from seminal authors and works of the cultural studies to the methods and techniques of investigation that have been consolidated in the analytical practices conducted under its guidance. It is a line of thought that, from the formative standards of this field, more specifically investigating Williams' concept of cultural materialism as a legate of dialectical materialism, suggests the affiliation of Cultural Studies with the dialectical method.

Keywords: Cultural Studies; dialectical method; dialectical materialism; cultural materialism.



Introdução

O artigo institui sua linha de reflexão a partir do cenário histórico que remonta aos conceitos e aos padrões formadores das práticas de análise dos Estudos Culturais (EC), que se efetivam nas tantas especificidades, particularidades e contextualizações de toda sorte de conjunturas sociais hoje articuladas em seu nome. Investido da premissa de que existe certo estranhamento em relação a esse projeto, que não quer ser reconhecido como “uma grande narrativa, ou um meta-discurso de qualquer espécie”, como pontua Hall (2003, p. 201), o objetivo aqui é investigar tanto os eixos teóricos quanto o instrumental metodológico presentes na própria gênese dos EC e consolidados ao longo das muitas pesquisas no campo da comunicação, cuja utilização, o mais das vezes de caráter qualitativo e empírico, vem operacionalizando o diálogo entre as estratégias de produção e o consumo cultural.


Isso significa trabalhar os fundamentos que qualificam os EC como uma *teoria social crítica*, como apontam Escosteguy e Jacks (2003), sinalizando as categorias teóricas que emergem da leitura de seus clássicos. Dentre tais categorias, aqui se foca, mais precisamente, o conceito de *materialismo cultural*, de Raymond Williams, e, atendendo à afirmativa de Richardson (1999, p. 92) de que, “na parte central de uma metodologia genuinamente crítica, encontra-se a lógica dialética”, busca-se verificar a filiação do *materialismo cultural* de Williams ao método dialético, mais especificamente ao *materialismo histórico ou dialético* formulado por Marx e Engels.

A vinculação política do projeto dos EC é evidenciada na interlocução com o pensamento marxista e com as diversas reflexões que o sucederam e atualizaram, a partir do próprio ativismo contestatório de Raymond Williams, Richard Hoggart e Edward P. Thompson no contexto da cultura britânica do final dos anos 1950. Isso indica que, para pesquisadores vinculados aos EC, as questões de ordem econômica e política podem e devem integrar seu protocolo analítico.

Os estudos culturais constituem um corpo de teoria construída por investigadores que veem a produção de conhecimento teórico como uma prática política. Aqui, o conhecimento não é nunca neutro ou um mero fenômeno objetivo, mas é questão de posicionamento, quer dizer, do lugar a partir do qual cada um fala, para quem fala e com que objetivos fala. (BARKER, 2008, p. 27, tradução nossa)

Tal posicionamento, por uma crítica que transite por textos e contextos, de acordo com Hall (2003, p. 133) em *Estudos Culturais: dois paradigmas*, já estava presente nos livros seminais que formaram os EC, pois eles “constituíam respostas às pressões imediatas do tempo e da sociedade em que foram escritos, ou eram focalizados ou organizados por tais respostas”.

Ademais, justifica-se pensar no legado dos *cultural studies* britânicos para responder a questões epistemológicas que se situam no campo da comunicação, porque ao considerar os múltiplos discursos, formações e conjunturas abarcadas pelos EC, de acordo com Williams (1989, p. 152, tradução nossa), é possível “defini-los mais precisamente” junto aos “estudos de mídia, à sociologia comunitária, à ficção ou à música popular”.



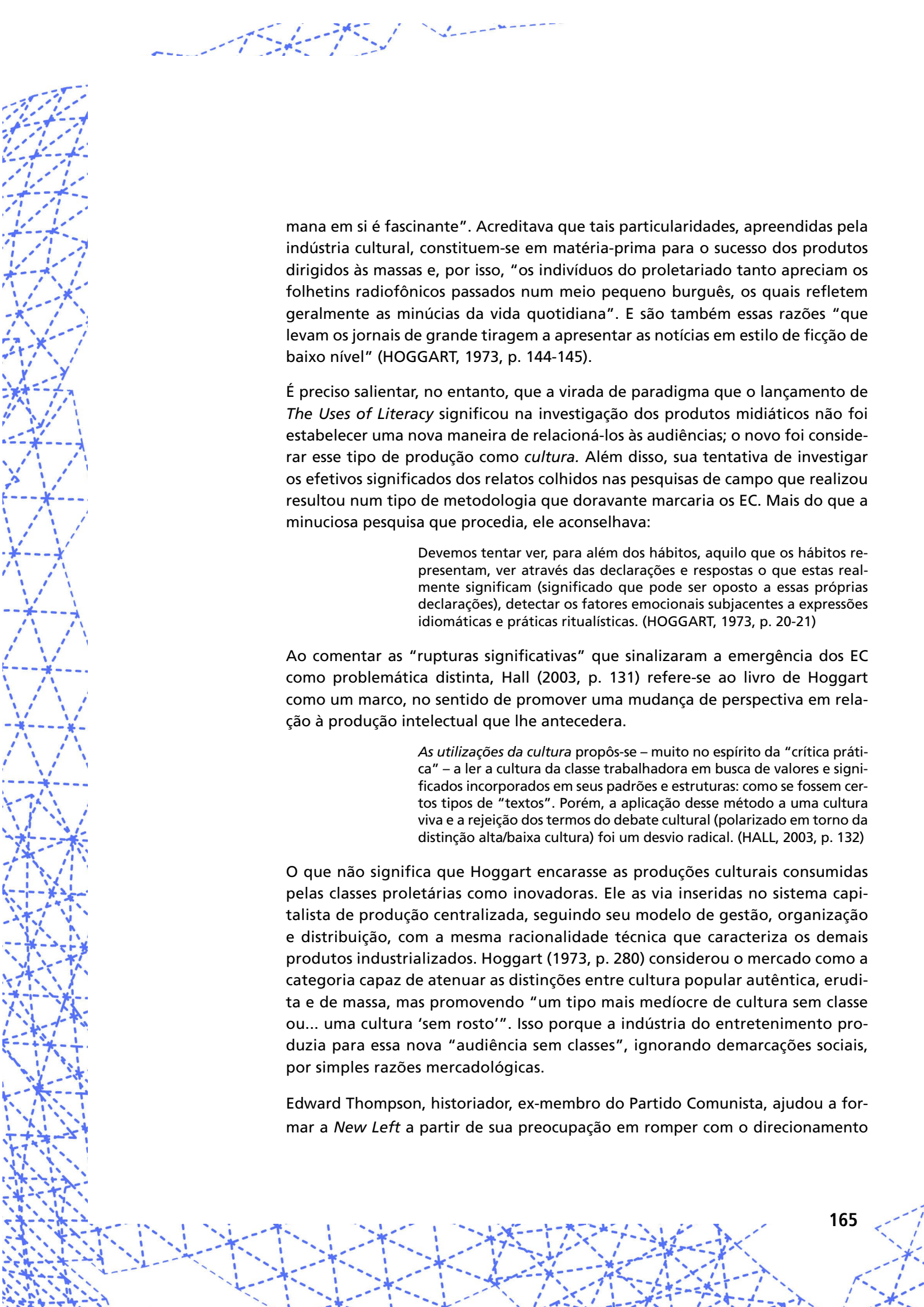
Isso leva o presente trabalho a organizar-se em dois momentos, que se seguem a esta introdução. Em primeiro lugar, empreende-se uma breve investigação crítica acerca da natureza epistemológica de conceitos e pesquisas que se tornaram clássicos dos EC para, depois, examinar o materialismo cultural de Williams como categoria teórica que, ao referenciar procedimentos metodológicos sob a rubrica dos EC, é legatária do método dialético, especialmente em sua feição *materialista* ou *histórica*.

Um breve histórico de clássicos que formaram novos paradigmas de pesquisa

Raymond Williams, Richard Hoggart e Edward Thompson são apontados como fundadores dos *cultural studies* britânicos, por sua contribuição teórica e metodológica para a transformação radical do *conceito de cultura*. Esses autores, das primeiras gerações emergentes da classe operária inglesa para o ambiente acadêmico, por suas origens formulavam análises que agregaram o ponto de vista de autênticos integrantes da cultura “plebeia”, articulando experiências e vivências do próprio entorno social. Por outro lado, por sua formação, eles reuniram condições para afastarem-se das definições elitistas defendidas pelos principais intelectuais da época e, ao mesmo tempo, sedimentaram um referencial teórico que levou à compreensão da *cultura como a esfera do sentido que unifica os setores da produção e das relações sociais e pessoais*.

A importância dos textos inaugurais desses autores – *The Uses of Literacy* (1957), de Richard Hoggart, *Culture and Society* (1958), de Raymond Williams, e *The Making of the English Working-class* (1963), de Edward Palmer Thompson – é destacada por Hall (2003), que os qualifica como “seminais e de formação”.

Em *The Uses of Literacy*, traduzido em 1973 para o português como *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*, Richard Hoggart investigava os usos que as classes proletárias faziam do seu letramento. Para tanto, ele tinha como hipótese de pesquisa que as mudanças operadas nessas classes no contato com o mundo que lhes era externo (os meios de comunicação, por exemplo), quando ocorrem, têm a convivência das mesmas. Apostava, ainda, que os efeitos das publicações populares não seriam tão consideráveis, “uma vez que as pessoas das classes proletárias opõem a todas as mudanças uma resistência tradicional e interior” (HOGGART, 1973, p. 16). Ele percebia nessas publicações, produzidas sob organização comercial, em larga escala e em busca de lucro, uma situação de confronto entre os valores “antigos” das classes proletárias e o apelo à sexualidade e à violência, tônica do novo entretenimento que se dirigia ao povo. Para entender as razões pelas quais as pessoas elegiam como prediletas essas produções culturais, indicava que, sobretudo, é preciso atentar para o seu interesse “pelos pormenores mais insignificantes da condição humana”, que parte do pressuposto de que “a vida hu-



mana em si é fascinante". Acreditava que tais particularidades, apreendidas pela indústria cultural, constituem-se em matéria-prima para o sucesso dos produtos dirigidos às massas e, por isso, "os indivíduos do proletariado tanto apreciam os folhetins radiofônicos passados num meio pequeno burguês, os quais refletem geralmente as minúcias da vida quotidiana". E são também essas razões "que levam os jornais de grande tiragem a apresentar as notícias em estilo de ficção de baixo nível" (HOGGART, 1973, p. 144-145).

É preciso salientar, no entanto, que a virada de paradigma que o lançamento de *The Uses of Literacy* significou na investigação dos produtos midiáticos não foi estabelecer uma nova maneira de relacioná-los às audiências; o novo foi considerar esse tipo de produção como *cultura*. Além disso, sua tentativa de investigar os efetivos significados dos relatos colhidos nas pesquisas de campo que realizou resultou num tipo de metodologia que doravante marcaria os EC. Mais do que a minuciosa pesquisa que procedia, ele aconselhava:

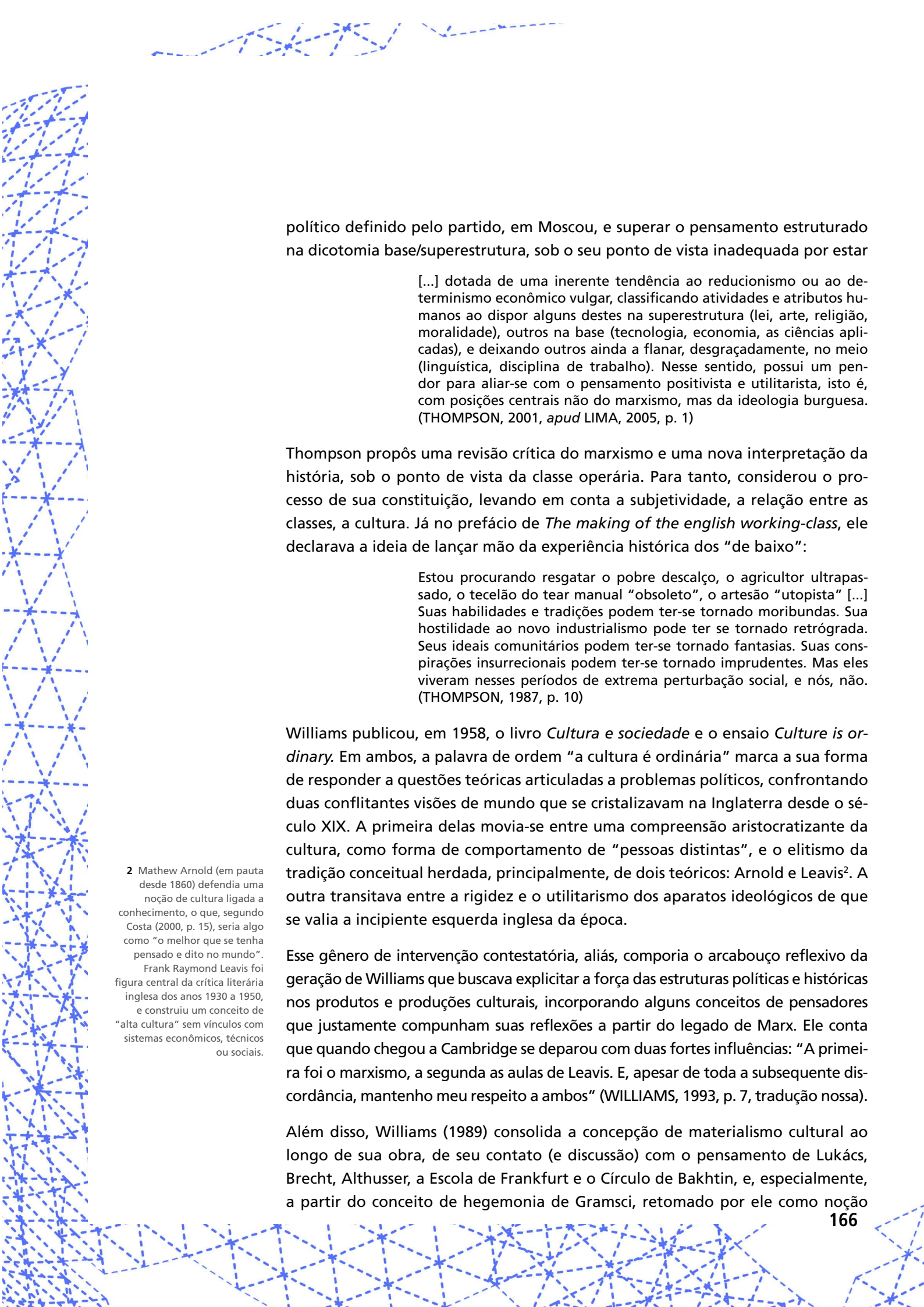
Devemos tentar ver, para além dos hábitos, aquilo que os hábitos representam, ver através das declarações e respostas o que estas realmente significam (significado que pode ser oposto a essas próprias declarações), detectar os fatores emocionais subjacentes a expressões idiomáticas e práticas ritualísticas. (HOGGART, 1973, p. 20-21)

Ao comentar as "rupturas significativas" que sinalizaram a emergência dos EC como problemática distinta, Hall (2003, p. 131) refere-se ao livro de Hoggart como um marco, no sentido de promover uma mudança de perspectiva em relação à produção intelectual que lhe antecederam.

As utilizações da cultura propôs-se – muito no espírito da "crítica prática" – a ler a cultura da classe trabalhadora em busca de valores e significados incorporados em seus padrões e estruturas: como se fossem certos tipos de "textos". Porém, a aplicação desse método a uma cultura viva e a rejeição dos termos do debate cultural (polarizado em torno da distinção alta/baixa cultura) foi um desvio radical. (HALL, 2003, p. 132)

O que não significa que Hoggart encarasse as produções culturais consumidas pelas classes proletárias como inovadoras. Ele as via inseridas no sistema capitalista de produção centralizada, seguindo seu modelo de gestão, organização e distribuição, com a mesma racionalidade técnica que caracteriza os demais produtos industrializados. Hoggart (1973, p. 280) considerou o mercado como a categoria capaz de atenuar as distinções entre cultura popular autêntica, erudita e de massa, mas promovendo "um tipo mais medíocre de cultura sem classe ou... uma cultura 'sem rosto'". Isso porque a indústria do entretenimento produzia para essa nova "audiência sem classes", ignorando demarcações sociais, por simples razões mercadológicas.

Edward Thompson, historiador, ex-membro do Partido Comunista, ajudou a formar a *New Left* a partir de sua preocupação em romper com o direcionamento



político definido pelo partido, em Moscou, e superar o pensamento estruturado na dicotomia base/superestrutura, sob o seu ponto de vista inadequada por estar

[...] dotada de uma inerente tendência ao reducionismo ou ao determinismo econômico vulgar, classificando atividades e atributos humanos ao dispor alguns destes na superestrutura (lei, arte, religião, moralidade), outros na base (tecnologia, economia, as ciências aplicadas), e deixando outros ainda a flunar, desgraçadamente, no meio (linguística, disciplina de trabalho). Nesse sentido, possui um penhor para aliar-se com o pensamento positivista e utilitarista, isto é, com posições centrais não do marxismo, mas da ideologia burguesa. (THOMPSON, 2001, *apud* LIMA, 2005, p. 1)

Thompson propôs uma revisão crítica do marxismo e uma nova interpretação da história, sob o ponto de vista da classe operária. Para tanto, considerou o processo de sua constituição, levando em conta a subjetividade, a relação entre as classes, a cultura. Já no prefácio de *The making of the english working-class*, ele declarava a ideia de lançar mão da experiência histórica dos “de baixo”:

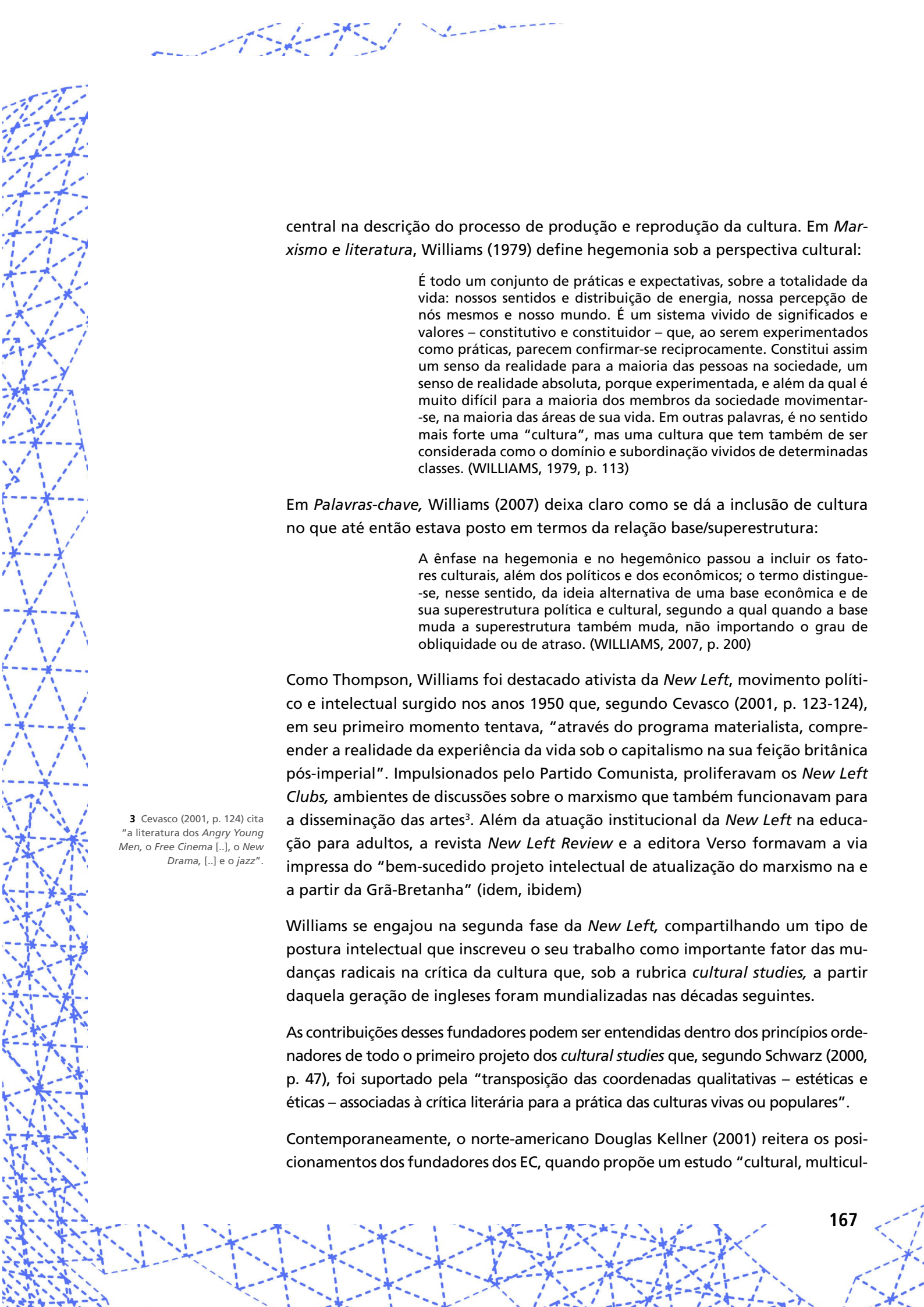
Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual “obsoleto”, o artesão “utopista” [...] Suas habilidades e tradições podem ter-se tornado moribundas. Sua hostilidade ao novo industrialismo pode ter-se tornado retrógrada. Seus ideais comunitários podem ter-se tornado fantasias. Suas conspirações insurrecionais podem ter-se tornado imprudentes. Mas eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós, não. (THOMPSON, 1987, p. 10)

Williams publicou, em 1958, o livro *Cultura e sociedade* e o ensaio *Culture is ordinary*. Em ambos, a palavra de ordem “a cultura é ordinária” marca a sua forma de responder a questões teóricas articuladas a problemas políticos, confrontando duas conflitantes visões de mundo que se cristalizavam na Inglaterra desde o século XIX. A primeira delas movia-se entre uma compreensão aristocratizante da cultura, como forma de comportamento de “pessoas distintas”, e o elitismo da tradição conceitual herdada, principalmente, de dois teóricos: Arnold e Leavis². A outra transitava entre a rigidez e o utilitarismo dos aparatos ideológicos de que se valia a incipiente esquerda inglesa da época.

Esse gênero de intervenção contestatória, aliás, comporia o arcabouço reflexivo da geração de Williams que buscava explicitar a força das estruturas políticas e históricas nos produtos e produções culturais, incorporando alguns conceitos de pensadores que justamente compunham suas reflexões a partir do legado de Marx. Ele conta que quando chegou a Cambridge se deparou com duas fortes influências: “A primeira foi o marxismo, a segunda as aulas de Leavis. E, apesar de toda a subsequente discordância, mantenho meu respeito a ambos” (WILLIAMS, 1993, p. 7, tradução nossa).

Além disso, Williams (1989) consolida a concepção de materialismo cultural ao longo de sua obra, de seu contato (e discussão) com o pensamento de Lukács, Brecht, Althusser, a Escola de Frankfurt e o Círculo de Bakhtin, e, especialmente, a partir do conceito de hegemonia de Gramsci, retomado por ele como noção

² Mathew Arnold (em pauta desde 1860) defendia uma noção de cultura ligada a conhecimento, o que, segundo Costa (2000, p. 15), seria algo como “o melhor que se tenha pensado e dito no mundo”. Frank Raymond Leavis foi figura central da crítica literária inglesa dos anos 1930 a 1950, e construiu um conceito de “alta cultura” sem vínculos com sistemas econômicos, técnicos ou sociais.



central na descrição do processo de produção e reprodução da cultura. Em *Marxismo e literatura*, Williams (1979) define hegemonia sob a perspectiva cultural:

É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida. Em outras palavras, é no sentido mais forte uma “cultura”, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes. (WILLIAMS, 1979, p. 113)

Em *Palavras-chave*, Williams (2007) deixa claro como se dá a inclusão de cultura no que até então estava posto em termos da relação base/superestrutura:

A ênfase na hegemonia e no hegemônico passou a incluir os fatores culturais, além dos políticos e dos econômicos; o termo distingue-se, nesse sentido, da ideia alternativa de uma base econômica e de sua superestrutura política e cultural, segundo a qual quando a base muda a superestrutura também muda, não importando o grau de obliquidade ou de atraso. (WILLIAMS, 2007, p. 200)

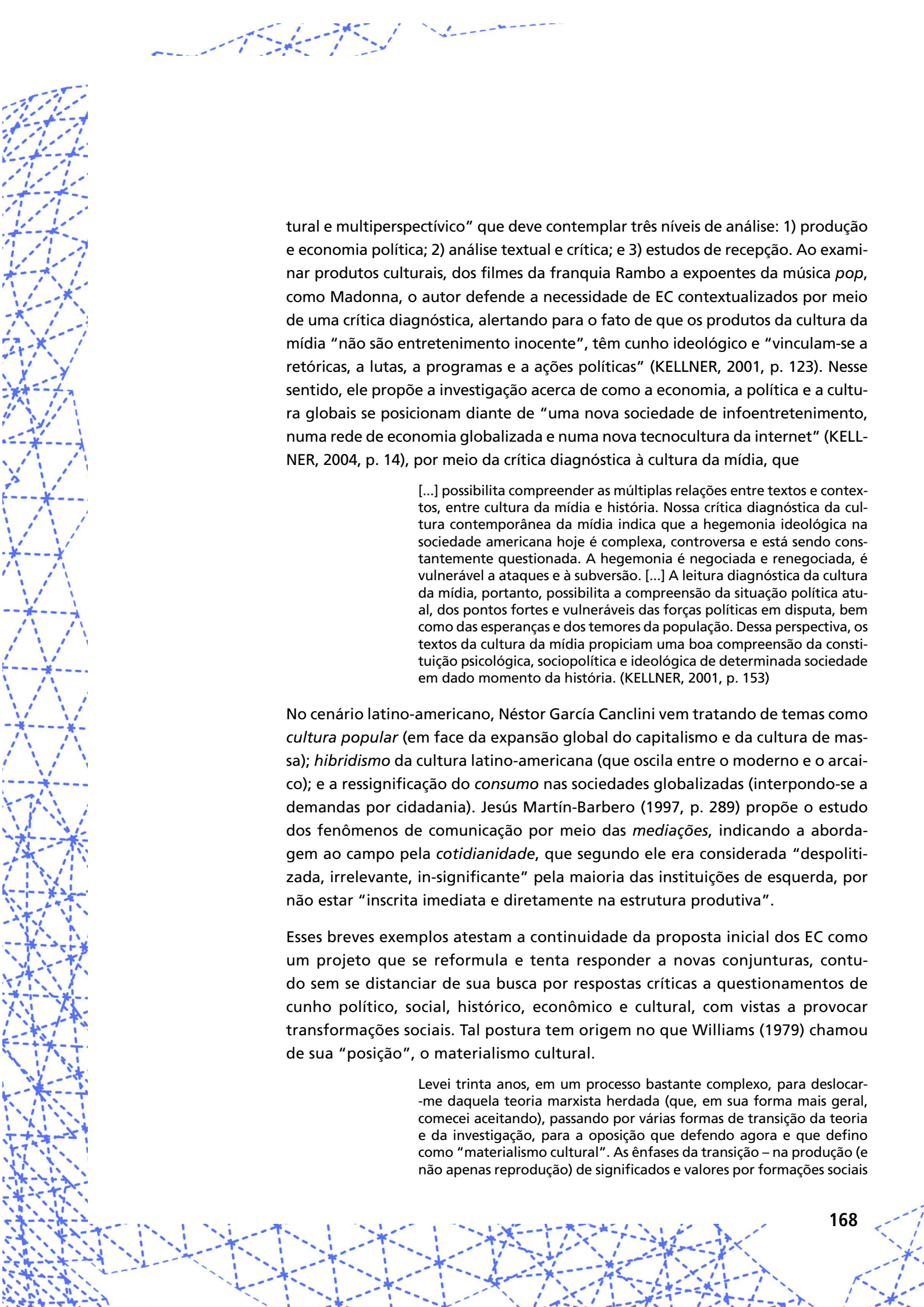
Como Thompson, Williams foi destacado ativista da *New Left*, movimento político e intelectual surgido nos anos 1950 que, segundo Cevasco (2001, p. 123-124), em seu primeiro momento tentava, “através do programa materialista, compreender a realidade da experiência da vida sob o capitalismo na sua feição britânica pós-imperial”. Impulsionados pelo Partido Comunista, proliferavam os *New Left Clubs*, ambientes de discussões sobre o marxismo que também funcionavam para a disseminação das artes³. Além da atuação institucional da *New Left* na educação para adultos, a revista *New Left Review* e a editora Verso formavam a via impressa do “bem-sucedido projeto intelectual de atualização do marxismo na e a partir da Grã-Bretanha” (idem, *ibidem*)

³ Cevasco (2001, p. 124) cita “a literatura dos *Angry Young Men*, o *Free Cinema* [...], o *New Drama*, [...] e o jazz”.

Williams se engajou na segunda fase da *New Left*, compartilhando um tipo de postura intelectual que inscreveu o seu trabalho como importante fator das mudanças radicais na crítica da cultura que, sob a rubrica *cultural studies*, a partir daquela geração de ingleses foram mundializadas nas décadas seguintes.

As contribuições desses fundadores podem ser entendidas dentro dos princípios ordenadores de todo o primeiro projeto dos *cultural studies* que, segundo Schwarz (2000, p. 47), foi suportado pela “transposição das coordenadas qualitativas – estéticas e éticas – associadas à crítica literária para a prática das culturas vivas ou populares”.

Contemporaneamente, o norte-americano Douglas Kellner (2001) reitera os posicionamentos dos fundadores dos EC, quando propõe um estudo “cultural, multicult-




tural e multiperspectívico” que deve contemplar três níveis de análise: 1) produção e economia política; 2) análise textual e crítica; e 3) estudos de recepção. Ao examinar produtos culturais, dos filmes da franquia Rambo a expoentes da música *pop*, como Madonna, o autor defende a necessidade de EC contextualizados por meio de uma crítica diagnóstica, alertando para o fato de que os produtos da cultura da mídia “não são entretenimento inocente”, têm cunho ideológico e “vinculam-se a retóricas, a lutas, a programas e a ações políticas” (KELLNER, 2001, p. 123). Nesse sentido, ele propõe a investigação acerca de como a economia, a política e a cultura globais se posicionam diante de “uma nova sociedade de infoentretenimento, numa rede de economia globalizada e numa nova tecnocultura da internet” (KELLNER, 2004, p. 14), por meio da crítica diagnóstica à cultura da mídia, que

[...] possibilita compreender as múltiplas relações entre textos e contextos, entre cultura da mídia e história. Nossa crítica diagnóstica da cultura contemporânea da mídia indica que a hegemonia ideológica na sociedade americana hoje é complexa, controversa e está sendo constantemente questionada. A hegemonia é negociada e renegociada, é vulnerável a ataques e à subversão. [...] A leitura diagnóstica da cultura da mídia, portanto, possibilita a compreensão da situação política atual, dos pontos fortes e vulneráveis das forças políticas em disputa, bem como das esperanças e dos temores da população. Dessa perspectiva, os textos da cultura da mídia propiciam uma boa compreensão da constituição psicológica, sociopolítica e ideológica de determinada sociedade em dado momento da história. (KELLNER, 2001, p. 153)

No cenário latino-americano, Néstor García Canclini vem tratando de temas como *cultura popular* (em face da expansão global do capitalismo e da cultura de massa); *hibridismo* da cultura latino-americana (que oscila entre o moderno e o arcaico); e a resignificação do *consumo* nas sociedades globalizadas (interpondo-se a demandas por cidadania). Jesús Martín-Barbero (1997, p. 289) propõe o estudo dos fenômenos de comunicação por meio das *mediações*, indicando a abordagem ao campo pela *cotidianidade*, que segundo ele era considerada “despolitizada, irrelevante, in-significante” pela maioria das instituições de esquerda, por não estar “inscrita imediata e diretamente na estrutura produtiva”.

Esses breves exemplos atestam a continuidade da proposta inicial dos EC como um projeto que se reformula e tenta responder a novas conjunturas, contudo sem se distanciar de sua busca por respostas críticas a questionamentos de cunho político, social, histórico, econômico e cultural, com vistas a provocar transformações sociais. Tal postura tem origem no que Williams (1979) chamou de sua “posição”, o materialismo cultural.

Levei trinta anos, em um processo bastante complexo, para deslocar-me daquela teoria marxista herdada (que, em sua forma mais geral, comecei aceitando), passando por várias formas de transição da teoria e da investigação, para a oposição que defendo agora e que defino como “materialismo cultural”. As ênfases da transição – na produção (e não apenas reprodução) de significados e valores por formações sociais



específicas; no primado da linguagem e da comunicação como forças sociais formativas; e na interação complexa tanto das instituições e formas quanto das relações sociais e convenções formais – podem ser definidas, se quisermos, como “culturalismo”, e até mesmo a dicotomia (positivista) antiga e crua idealismo/materialismo pode ser aplicada, se ajudar a alguém. O que eu gostaria agora de afirmar ter alcançado, mas necessariamente por essa via, é uma teoria da cultura como um processo (social e material) produtivo e de práticas específicas, e das “artes” como usos sociais de meios materiais de produção (desde a linguagem como “consciência prática” material até às tecnologias específicas da escrita e das formas de escrita, por meio de sistemas mecânicos e eletrônicos de comunicação). (WILLIAMS, 2011, p. 331-332)

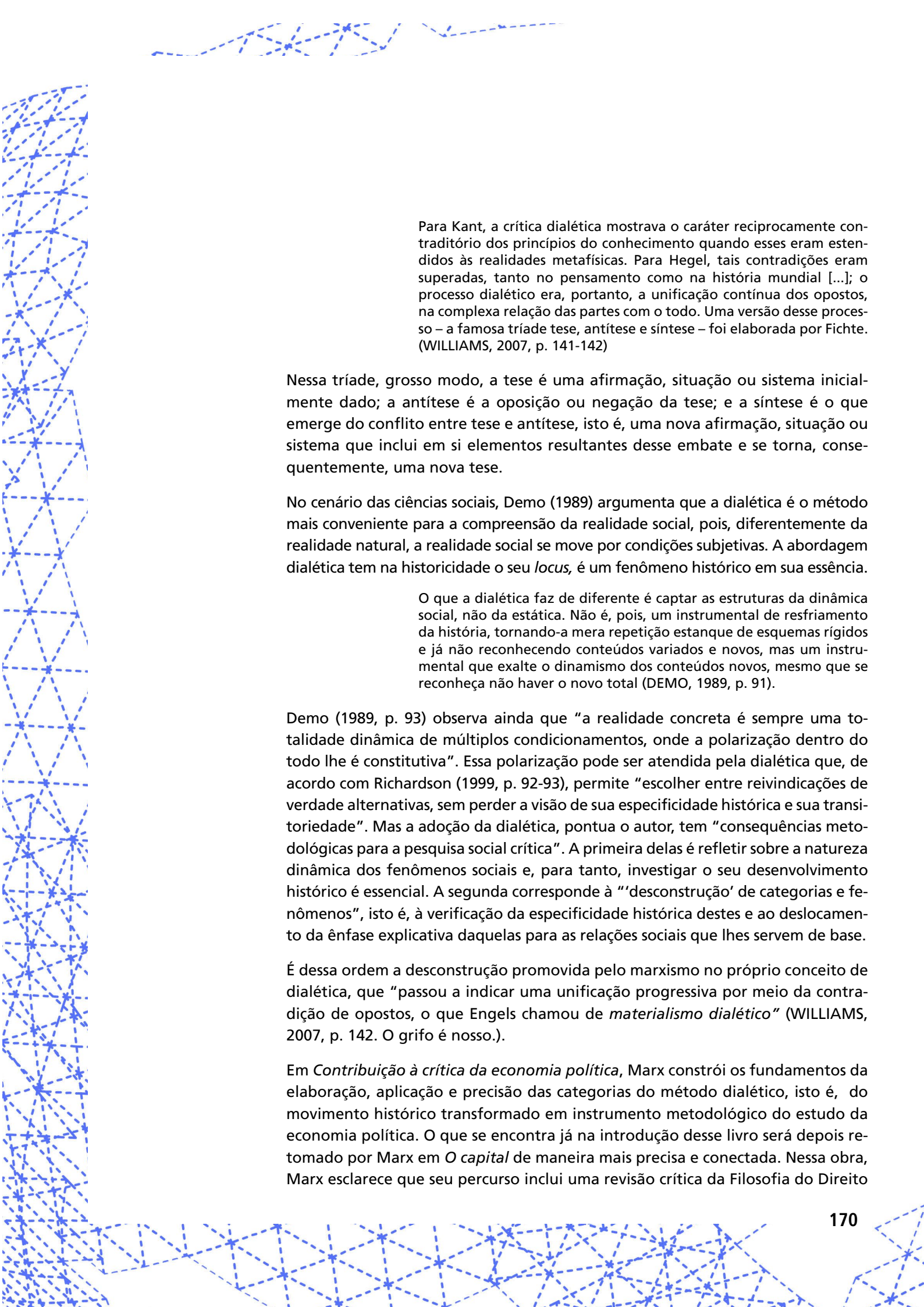
O materialismo cultural se fundamenta no que Williams (2011) afirma em relação à necessidade de uma revisão do que vinha sendo reconhecido como teoria da cultura marxista. Isso em razão do papel central dado pela teoria marxista à atividade econômica humana, isto é, à atuação dos homens sobre um meio físico que remete a um tipo de materialismo mecânico. De tal modo, “todas as outras atividades, sociais, culturais e morais, eram simplesmente derivadas dessa (ou determinadas por essa) atividade primordial” (WILLIAMS, 2007, p. 269). Ressalta-se, contudo, que a posição do materialismo cultural não é uma “crítica” ou “correção” da tradição marxista. “Como deve ser toda crítica histórica e materialista, é uma resposta a desdobramentos reais das relações sociais que alteram a consciência prática em que está assentada a teoria” (CEVASCO, 2001, p. 147-148).

E, sob o incentivo da afirmação de Richardson (1999, p. 92) – “a aproximação dialética problematiza essa relação entre realidade objetiva e nossas tentativas para representá-la no conhecimento” –, busca-se pensar no *materialismo cultural* como método legatário do *materialismo histórico ou dialético*, tendo como ponto de partida o *método dialético*, tradicionalmente utilizado em pesquisas das ciências sociais, a ponto de ser considerado por Demo (1980, p. 88) “a metodologia mais conveniente para a realidade social”.

Da dialética ao materialismo cultural: proposta de um método para os EC

O conceito de dialética remonta a Platão, que utilizava a palavra no sentido de “arte do diálogo”. Sinônimo de “lógica” e “raciocínio formal” na Idade Média, o sentido de dialética se amplia no século XVII, incluindo a noção de argumentação de modo geral e de contradições que se dão na realidade e não apenas no transcurso de um debate. Todavia, a concepção moderna de dialética consolida-se com Kant, Hegel e Fichte⁴, como esclarece o verbete de *Palavras-chave*, de Raymond Williams:

⁴ O verbete se refere aos filósofos Immanuel Kant (1724–1804), Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770–1831) e Johann Gottlieb Fichte (1762–1794).



Para Kant, a crítica dialética mostrava o caráter reciprocamente contraditório dos princípios do conhecimento quando esses eram estendidos às realidades metafísicas. Para Hegel, tais contradições eram superadas, tanto no pensamento como na história mundial [...]; o processo dialético era, portanto, a unificação contínua dos opostos, na complexa relação das partes com o todo. Uma versão desse processo – a famosa tríade tese, antítese e síntese – foi elaborada por Fichte. (WILLIAMS, 2007, p. 141-142)

Nessa tríade, grosso modo, a tese é uma afirmação, situação ou sistema inicialmente dado; a antítese é a oposição ou negação da tese; e a síntese é o que emerge do conflito entre tese e antítese, isto é, uma nova afirmação, situação ou sistema que inclui em si elementos resultantes desse embate e se torna, conseqüentemente, uma nova tese.

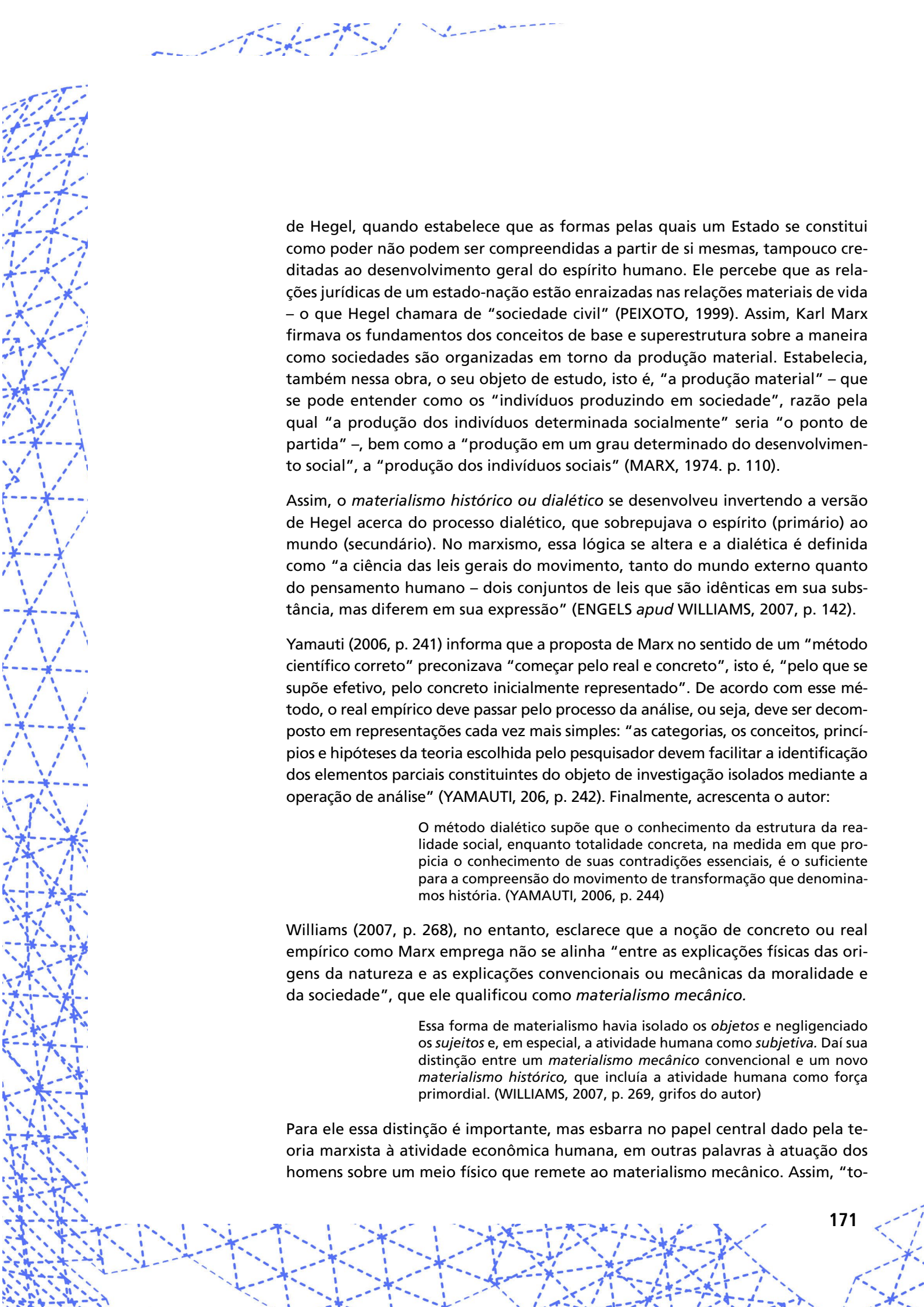
No cenário das ciências sociais, Demo (1989) argumenta que a dialética é o método mais conveniente para a compreensão da realidade social, pois, diferentemente da realidade natural, a realidade social se move por condições subjetivas. A abordagem dialética tem na historicidade o seu *locus*, é um fenômeno histórico em sua essência.

O que a dialética faz de diferente é captar as estruturas da dinâmica social, não da estática. Não é, pois, um instrumental de resfriamento da história, tornando-a mera repetição estancada de esquemas rígidos e já não reconhecendo conteúdos variados e novos, mas um instrumental que exalte o dinamismo dos conteúdos novos, mesmo que se reconheça não haver o novo total (DEMO, 1989, p. 91).

Demo (1989, p. 93) observa ainda que “a realidade concreta é sempre uma totalidade dinâmica de múltiplos condicionamentos, onde a polarização dentro do todo lhe é constitutiva”. Essa polarização pode ser atendida pela dialética que, de acordo com Richardson (1999, p. 92-93), permite “escolher entre reivindicações de verdade alternativas, sem perder a visão de sua especificidade histórica e sua transitoriedade”. Mas a adoção da dialética, pontua o autor, tem “conseqüências metodológicas para a pesquisa social crítica”. A primeira delas é refletir sobre a natureza dinâmica dos fenômenos sociais e, para tanto, investigar o seu desenvolvimento histórico é essencial. A segunda corresponde à “‘desconstrução’ de categorias e fenômenos”, isto é, à verificação da especificidade histórica destes e ao deslocamento da ênfase explicativa daquelas para as relações sociais que lhes servem de base.

É dessa ordem a desconstrução promovida pelo marxismo no próprio conceito de dialética, que “passou a indicar uma unificação progressiva por meio da contradição de opostos, o que Engels chamou de *materialismo dialético*” (WILLIAMS, 2007, p. 142. O grifo é nosso.).

Em *Contribuição à crítica da economia política*, Marx constrói os fundamentos da elaboração, aplicação e precisão das categorias do método dialético, isto é, do movimento histórico transformado em instrumento metodológico do estudo da economia política. O que se encontra já na introdução desse livro será depois retomado por Marx em *O capital* de maneira mais precisa e conectada. Nessa obra, Marx esclarece que seu percurso inclui uma revisão crítica da Filosofia do Direito



de Hegel, quando estabelece que as formas pelas quais um Estado se constitui como poder não podem ser compreendidas a partir de si mesmas, tampouco creditadas ao desenvolvimento geral do espírito humano. Ele percebe que as relações jurídicas de um estado-nação estão enraizadas nas relações materiais de vida – o que Hegel chamara de “sociedade civil” (PEIXOTO, 1999). Assim, Karl Marx firmava os fundamentos dos conceitos de base e superestrutura sobre a maneira como sociedades são organizadas em torno da produção material. Estabelecia, também nessa obra, o seu objeto de estudo, isto é, “a produção material” – que se pode entender como os “indivíduos produzindo em sociedade”, razão pela qual “a produção dos indivíduos determinada socialmente” seria “o ponto de partida” –, bem como a “produção em um grau determinado do desenvolvimento social”, a “produção dos indivíduos sociais” (MARX, 1974. p. 110).

Assim, o *materialismo histórico ou dialético* se desenvolveu invertendo a versão de Hegel acerca do processo dialético, que sobrepujava o espírito (primário) ao mundo (secundário). No marxismo, essa lógica se altera e a dialética é definida como “a ciência das leis gerais do movimento, tanto do mundo externo quanto do pensamento humano – dois conjuntos de leis que são idênticas em sua substância, mas diferem em sua expressão” (ENGELS *apud* WILLIAMS, 2007, p. 142).

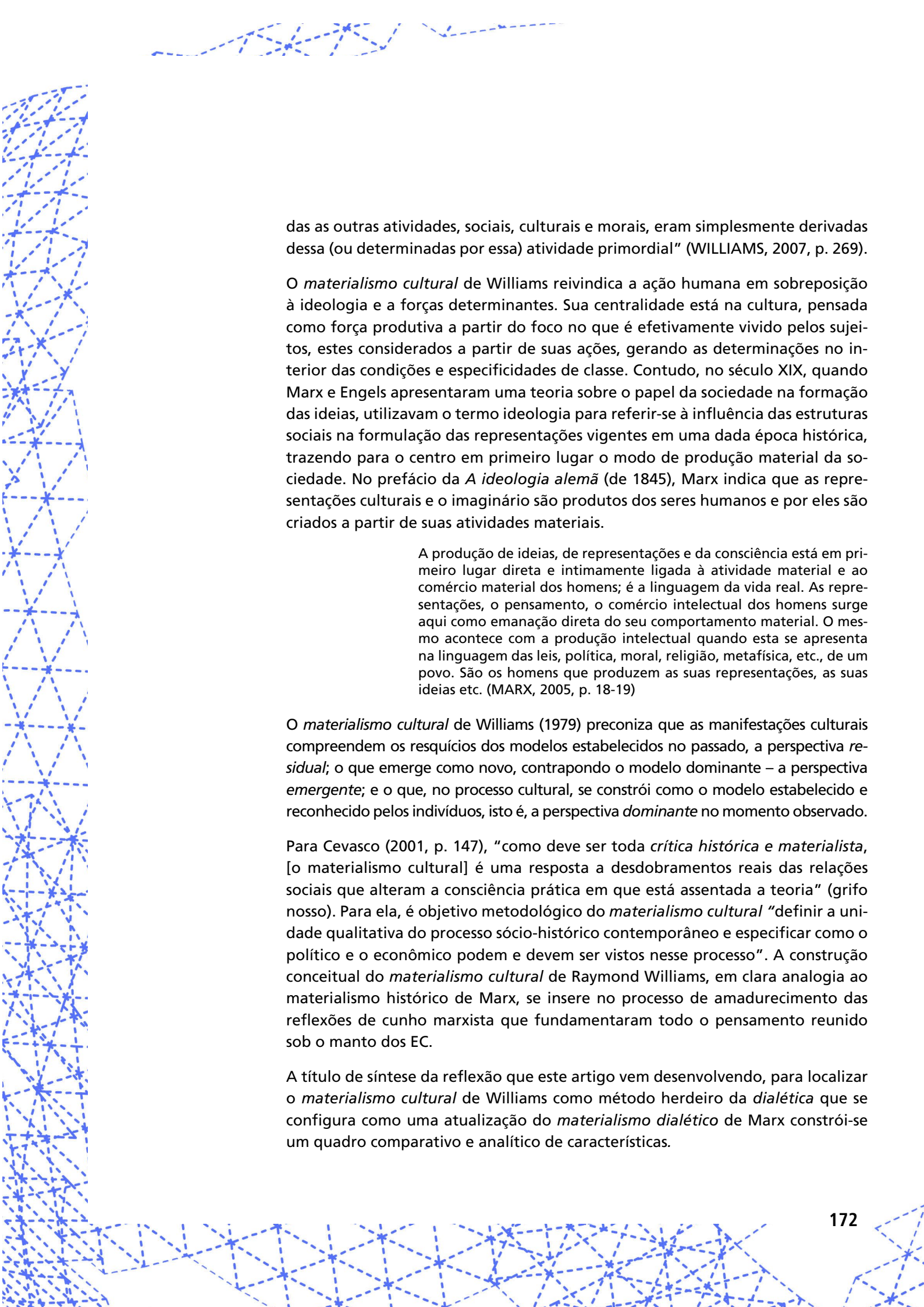
Yamauti (2006, p. 241) informa que a proposta de Marx no sentido de um “método científico correto” preconizava “começar pelo real e concreto”, isto é, “pelo que se supõe efetivo, pelo concreto inicialmente representado”. De acordo com esse método, o real empírico deve passar pelo processo da análise, ou seja, deve ser decomposto em representações cada vez mais simples: “as categorias, os conceitos, princípios e hipóteses da teoria escolhida pelo pesquisador devem facilitar a identificação dos elementos parciais constituintes do objeto de investigação isolados mediante a operação de análise” (YAMAUTI, 2006, p. 242). Finalmente, acrescenta o autor:

O método dialético supõe que o conhecimento da estrutura da realidade social, enquanto totalidade concreta, na medida em que propicia o conhecimento de suas contradições essenciais, é o suficiente para a compreensão do movimento de transformação que denominamos história. (YAMAUTI, 2006, p. 244)

Williams (2007, p. 268), no entanto, esclarece que a noção de concreto ou real empírico como Marx emprega não se alinha “entre as explicações físicas das origens da natureza e as explicações convencionais ou mecânicas da moralidade e da sociedade”, que ele qualificou como *materialismo mecânico*.

Essa forma de materialismo havia isolado os *objetos* e negligenciado os *sujeitos* e, em especial, a atividade humana como *subjetiva*. Daí sua distinção entre um *materialismo mecânico* convencional e um novo *materialismo histórico*, que incluía a atividade humana como força primordial. (WILLIAMS, 2007, p. 269, grifos do autor)

Para ele essa distinção é importante, mas esbarra no papel central dado pela teoria marxista à atividade econômica humana, em outras palavras à atuação dos homens sobre um meio físico que remete ao materialismo mecânico. Assim, “to-



das as outras atividades, sociais, culturais e morais, eram simplesmente derivadas dessa (ou determinadas por essa) atividade primordial” (WILLIAMS, 2007, p. 269).

O *materialismo cultural* de Williams reivindica a ação humana em sobreposição à ideologia e a forças determinantes. Sua centralidade está na cultura, pensada como força produtiva a partir do foco no que é efetivamente vivido pelos sujeitos, estes considerados a partir de suas ações, gerando as determinações no interior das condições e especificidades de classe. Contudo, no século XIX, quando Marx e Engels apresentaram uma teoria sobre o papel da sociedade na formação das ideias, utilizavam o termo ideologia para referir-se à influência das estruturas sociais na formulação das representações vigentes em uma dada época histórica, trazendo para o centro em primeiro lugar o modo de produção material da sociedade. No prefácio da *A ideologia alemã* (de 1845), Marx indica que as representações culturais e o imaginário são produtos dos seres humanos e por eles são criados a partir de suas atividades materiais.

A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanação direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias etc. (MARX, 2005, p. 18-19)

O *materialismo cultural* de Williams (1979) preconiza que as manifestações culturais compreendem os resquícios dos modelos estabelecidos no passado, a perspectiva *residual*; o que emerge como novo, contrapondo o modelo dominante – a perspectiva *emergente*; e o que, no processo cultural, se constrói como o modelo estabelecido e reconhecido pelos indivíduos, isto é, a perspectiva *dominante* no momento observado.

Para Cevasco (2001, p. 147), “como deve ser toda *crítica histórica e materialista*, [o materialismo cultural] é uma resposta a desdobramentos reais das relações sociais que alteram a consciência prática em que está assentada a teoria” (grifo nosso). Para ela, é objetivo metodológico do *materialismo cultural* “definir a unidade qualitativa do processo sócio-histórico contemporâneo e especificar como o político e o econômico podem e devem ser vistos nesse processo”. A construção conceitual do *materialismo cultural* de Raymond Williams, em clara analogia ao materialismo histórico de Marx, se insere no processo de amadurecimento das reflexões de cunho marxista que fundamentaram todo o pensamento reunido sob o manto dos EC.

A título de síntese da reflexão que este artigo vem desenvolvendo, para localizar o *materialismo cultural* de Williams como método herdeiro da *dialética* que se configura como uma atualização do *materialismo dialético* de Marx constrói-se um quadro comparativo e analítico de características.

Quadro 1 – Características do materialismo dialético e do materialismo cultural

	MATERIALISMO DIALÉTICO OU HISTÓRICO	MATERIALISMO CULTURAL
Centralidade	Relações econômicas e práticas materiais determinam mudanças sociais	A cultura e o processo de sua construção a partir de práticas culturais e relações pessoais
Classe/sujeitos	A classe é uma categoria objetiva e os sujeitos estão na base material da sociedade	Os sujeitos, a partir de sua experiência cotidiana, geram as determinações no interior das condições e especificidades de classe
Ideologia	A ideologia insere os sujeitos nas relações sociais, mas termina quando os sujeitos encontram suas reais condições de vida	A ação humana tem poder sobre a ideologia; os sujeitos podem resistir a forças determinantes
Autonomia	A unidade da sociedade se dá na complexa unidade de instâncias especificamente posicionadas	Produção, criação e resistência cultural não são exclusivas das classes dominantes
Hegemonia	A força de dominação das classes hegemônicas está determinada pelas condições históricas	A cultura é um instrumento para a compreensão, reprodução e transformação do sistema social, por meio do qual é elaborada e construída a hegemonia de uma classe
Modelos teóricos	Expõem as formas e estruturas que produzem sentidos culturais	Resgatam o cotidiano, a ação social dos sujeitos, a atividade cultural

Método dialético -->Materialismo dialético ou histórico --> Materialismo cultura

Fonte: Escosteguy (2001).

Considerações finais

Ao pensar a cultura e o processo de sua construção localizados nas práticas culturais e na experiência cotidiana dos sujeitos, cuja ação pode significar resistência às determinações, fica claro que a história dos EC, ainda que tenha se constituído em campo de estudos sustentado por um marco teórico específico – amparado principalmente no marxismo – no seu entrelaçamento com a trajetória da *New Left* e de outros movimentos sociais, surgiu em torno da construção de respostas políticas à esquerda praticada por aqueles que seguiam as orientações de Moscou, que sob o stalinismo estava marcada por massacres, expurgos e toda sorte de represálias a inimigos políticos. Naquele momento, os EC buscavam, sobretudo, novas compreensões acerca “de classe social, movimentos sociais e política” (SOVIK, 2003, p. 11).

Para Cevasco (2001, p. 148), a relação de simples substituição, nos EC, da centralidade da posição econômica para a cultural é um falso problema, pois o próprio cenário contemporâneo já trata de hibridizar os contextos culturais e econômicos.

O objetivo [do materialismo cultural de Williams] é definir a unidade qualitativa do processo sócio-histórico contemporâneo e especificar como o político e o econômico podem e devem ser vistos nesse processo. Descrever este amálgama como uma relação de dependência ou de segunda ordem entre a produção cultural e a econômica é certamente falsear o que se constata na análise das práticas culturais em um mundo em que se tornou impossível, observando, por exemplo, o uso dos novos meios de comunicação, em especial a televisão e o cinema, e as mudanças formais da propaganda e da imprensa, separar as questões ditas culturais das políticas e econômicas.

Finalmente, recorre-se novamente a Stuart Hall (2003, p.131), que se refere às “rupturas significativas” que sinalizaram a emergência dos EC como problemática distinta, para pensar o *materialismo cultural* como herdeiro da dialética e do materialismo dialético, que, no entanto, só é capaz de promover uma mudança de perspectiva, uma ruptura significativa, quando se faz método aplicado a uma cultura viva.

Referências

BARKER, Chris. **Cultural Studies: theory and practice**. Los Angeles/London: Sage, 2008.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

COSTA, Marisa Vorraber. Estudos Culturais: para além das fronteiras disciplinares. In: COSTA, M. V. (org.) **Estudos Culturais em Educação**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D.; JACKS, Nilda A. Objeções à associação entre estudos culturais e folkcomunicação. **Verso e Reverso, revista da comunicação**. São Leopoldo, n. 37, 2003. Disponível em: <<http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=1&s=9&a=10>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

HALL, Stuart. Estudos culturais: dois paradigmas. In: HALL, Stuart; SOVIK, Liv (Orgs.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 131-159.

_____. Estudos culturais e seu legado teórico. In: HALL, Stuart; SOVIK, Liv (Orgs.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: UNESCO, 2003. p. 199-218.

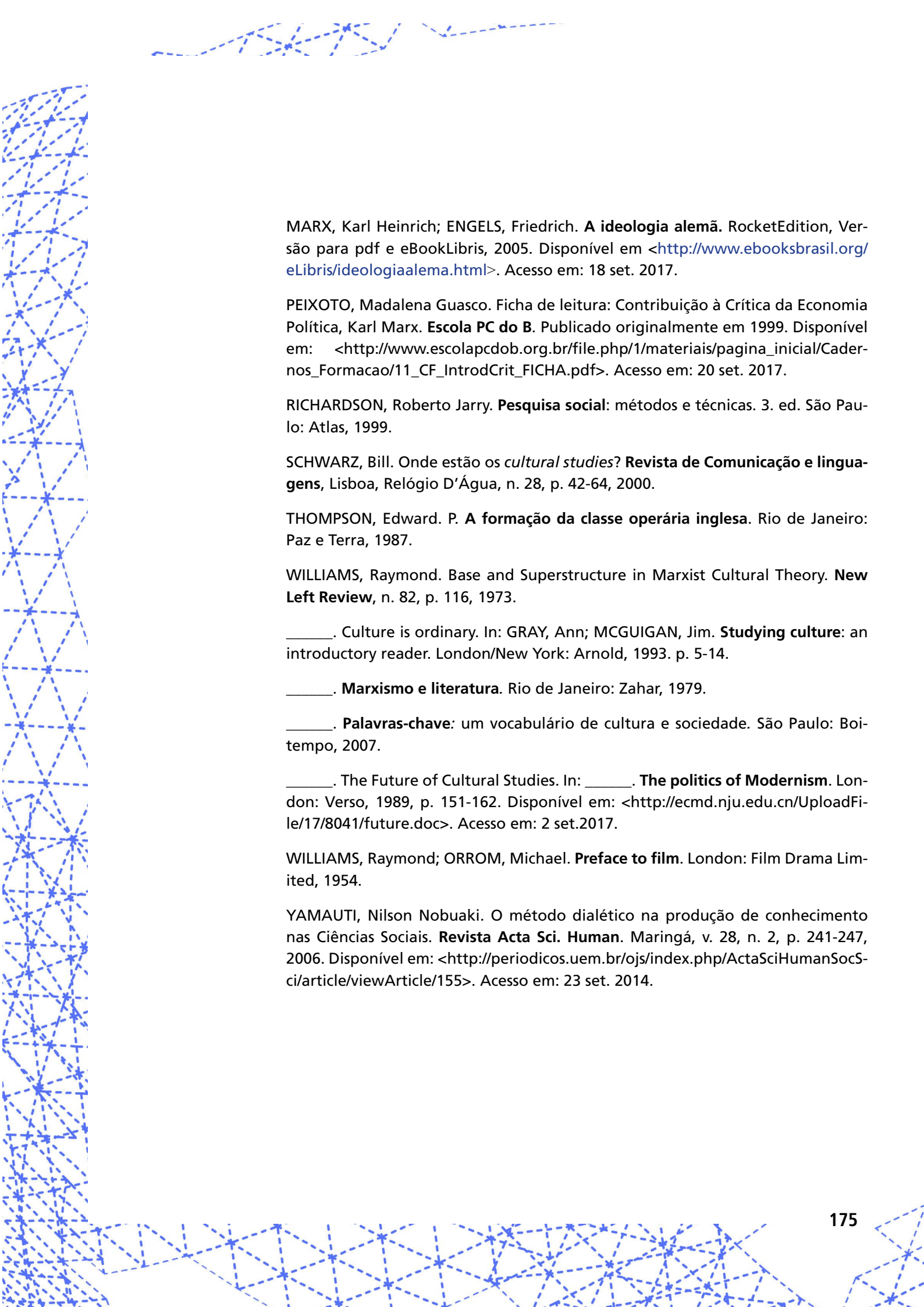
HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: Edusc, 2001.

_____. A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo. **Líbero**, São Paulo, v. 06, n. 11, p. 4-15, 2003.

LIMA, Raquel Sousa. O conceito de cultura em Raymond Williams e Edward P. Thompson: breve apresentação das ideias de materialismo cultural e experiência. **Cantareira**. 8ª edição on line. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e08a02.pdf>> Acesso em 18 set.2017.

MARX, Karl Heinrich. Contribuição à crítica da economia política. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Os Pensadores. V. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 107-138



MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. RocketEdition, Versão para pdf e eBookLibris, 2005. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ideologiaalema.html>>. Acesso em: 18 set. 2017.

PEIXOTO, Madalena Guasco. Ficha de leitura: Contribuição à Crítica da Economia Política, Karl Marx. **Escola PC do B**. Publicado originalmente em 1999. Disponível em: <http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/CADERNOS_Formacao/11_CF_IntrodCrit_FICHA.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHWARZ, Bill. Onde estão os *cultural studies*? **Revista de Comunicação e linguagens**, Lisboa, Relógio D'Água, n. 28, p. 42-64, 2000.

THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WILLIAMS, Raymond. Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory. **New Left Review**, n. 82, p. 116, 1973.

_____. Culture is ordinary. In: GRAY, Ann; MCGUIGAN, Jim. **Studying culture: an introductory reader**. London/New York: Arnold, 1993. p. 5-14.

_____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. The Future of Cultural Studies. In: _____. **The politics of Modernism**. London: Verso, 1989, p. 151-162. Disponível em: <<http://ecmd.nju.edu.cn/UploadFile/17/8041/future.doc>>. Acesso em: 2 set. 2017.

WILLIAMS, Raymond; ORROM, Michael. **Preface to film**. London: Film Drama Limited, 1954.

YAMAUTI, Nilson Nobuaki. O método dialético na produção de conhecimento nas Ciências Sociais. **Revista Acta Sci. Human**. Maringá, v. 28, n. 2, p. 241-247, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewArticle/155>>. Acesso em: 23 set. 2014.

A liberdade de imprensa como objeto da teoria política no século XIX: Marx, Tocqueville e Stuart Mill

La libertad de prensa como objeto de la teoría política en el siglo XIX: Marx, Tocqueville y Stuart Mill

Freedom of the press as an object of political theory in the 19th century: Marx, Tocqueville and Stuart Mill

Theófilo Machado Rodrigues

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor substituto no Departamento de Ciência Política da UFRJ – Brasil.

Contato: theofilomachadorodrigues@gmail.com

Artigo submetido em 15/10/2017 e aprovado em 28/11/2017.



Resumo

A liberdade de imprensa ocupa seu espaço institucional a partir do século XVIII, como demonstram as constituições americana e francesa. Mas foi no século XIX que a liberdade de imprensa assumiu protagonismo na teoria política. Este artigo realiza uma análise comparada da forma como três dos principais teóricos do século XIX trataram do tema: Karl Marx, Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill. Tocqueville e Mill, intelectuais do liberalismo político, fundamentaram questões relacionadas à “tirania da maioria”. Marx, por outro lado, revela seu entusiasmo com a liberdade de imprensa para o fortalecimento das ideias socialistas nascentes naquele momento histórico.

Palavras-chave: liberdade de imprensa; teoria política; Marx; Tocqueville; Stuart Mill.

Resumen

La libertad de prensa ocupa su espacio institucional a partir del siglo XVIII, como demuestran las constituciones americana y francesa. Pero fue en el XIX que la libertad de prensa asumió protagonismo en la teoría política. El presente artículo realiza un análisis comparativo de la forma en que tres de los principales teóricos del siglo XIX trataron del tema: Karl Marx, Alexis de Tocqueville y John Stuart Mill. Tocqueville y Mill, intelectuales del liberalismo político, fundamentaron cuestiones relacionadas con la “tiranía de la mayoría”. Marx, por otro lado, revela su entusiasmo con la libertad de prensa para el fortalecimiento de las ideas socialistas nacientes en aquel momento histórico.

Palabras clave: libertad de prensa; teoría política; Marx; Tocqueville; Stuart Mill.

Abstract

The freedom of the press occupies its institutional space since the 18th century, as the American and French constitutions demonstrate. But only in the 19th century freedom of the press took a role in political theory. This article performs an analysis of how three of the leading 19th century theorists dealt with the theme: Karl Marx, Alexis de Tocqueville and John Stuart Mill. Tocqueville and Mill, intellectuals of political liberalism, have substantiated issues related to the “tyranny of the majority”. Marx, on the other hand, reveals his enthusiasm with the freedom of the press toward the strengthening of the nascent socialist ideas at that historic moment.

Keywords: freedom of the press; political theory; Marx; Tocqueville; Stuart Mill



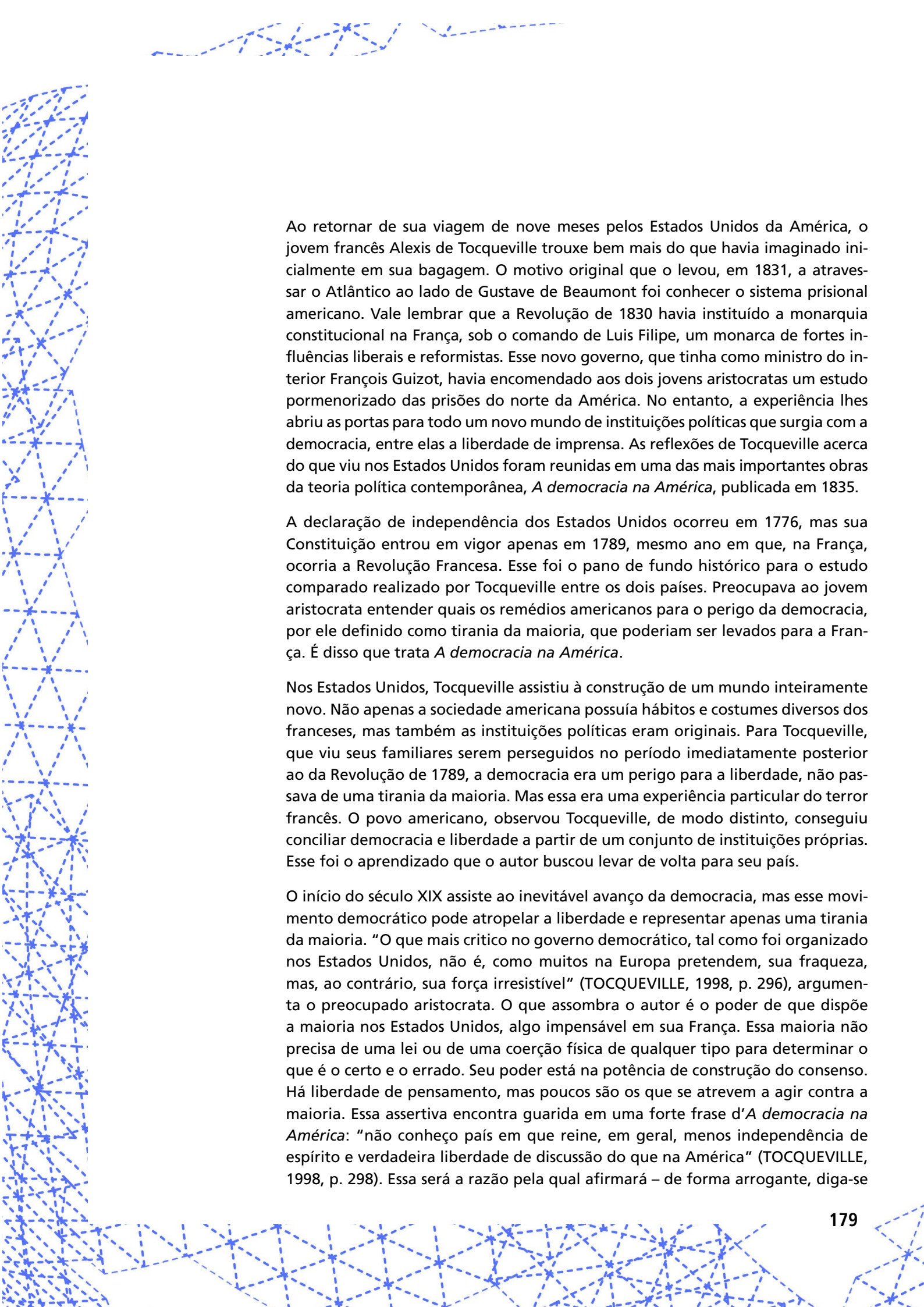
Introdução

A liberdade de imprensa ocupa *locus* privilegiado na teoria política do século XIX. Tanto a Europa quanto a América viviam momentos de transição política que exigiam para os novos atores inseridos na política, ou seja, para o “Terceiro Estado”, um maior grau de liberdade. No entanto, é bom que se diga que alguns importantes teóricos da política já haviam voltado seus olhos para esse tema em meados do século XVIII. Montesquieu (1962) é um desses exemplos. Ainda que de forma muito incipiente, em seu livro publicado em 1748 *Do espírito das leis* ele tangenciava o problema. Mais precisamente no livro 12, capítulos 12 e 13, o autor compara a forma como monarquia, democracia e despotismo lidam com os escritos e as “palavras indiscretas”. Também Rousseau (1996), em seu *O contrato social*, publicado em 1762, dedicou um capítulo – o sétimo do livro IV – ao tema da censura da opinião pública, embora não tenha mencionado a imprensa em momento algum. Do outro lado do Canal da Mancha, na Escócia, David Hume (2006), em 1742, já celebrava em seus famosos *Ensaio políticos* que a liberdade de imprensa só poderia ser encontrada, naquele tempo, na Grã-Bretanha. Seja como for, no fim do século XVIII a liberdade de imprensa já havia conquistado seu lugar não apenas no debate político, mas também nas próprias instituições (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1993). A primeira emenda à Constituição dos Estados Unidos, introduzida por James Madison em 1789, proíbe o Congresso de criar legislação que sirva para cercear a liberdade de imprensa. No mesmo ano era aprovada na França a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, na qual se lia no artigo 11 que a liberdade de imprensa é um dos mais preciosos direitos do homem. Esse mesmo direito foi reafirmado no artigo terceiro da Constituição francesa de 1791.

Se no fim do século XVIII a liberdade de imprensa bradava por seu espaço, foi no século XIX que ela se consolidou como tema da teoria política. Asa Briggs e Peter Burke (2006, p. 192) observam que o reconhecimento da importância da liberdade de imprensa passou a ser tanto que, nas décadas de 1830, 1840 e 1850, o termo “quarto poder” tornou-se recorrente. Em 1850, o jornalista F. Knight Hunt chegou a publicar um livro sobre a imprensa com o título *O quarto poder*. Neste artigo, realizo uma análise comparada da forma como três dos principais teóricos do século XIX trataram do tema da liberdade de imprensa: Karl Marx, Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill. Tocqueville e Stuart Mill, intelectuais do liberalismo político, fundamentaram questões relacionadas ao temor da chamada “tirania da maioria”. Marx, por outro lado, revela seu entusiasmo com a liberdade de imprensa para o fortalecimento das ideias socialistas nascentes naquele momento histórico.

Tocqueville e a liberdade de imprensa contra a tirania da maioria

Confesso que não tenho pela liberdade de imprensa esse amor completo e instantâneo que se concede às coisas soberanamente boas de sua natureza. Aprecio-a em consideração muito mais pelos males que ela impede do que pelos bens que ela faz. (TOCQUEVILLE, 1998, p. 207)

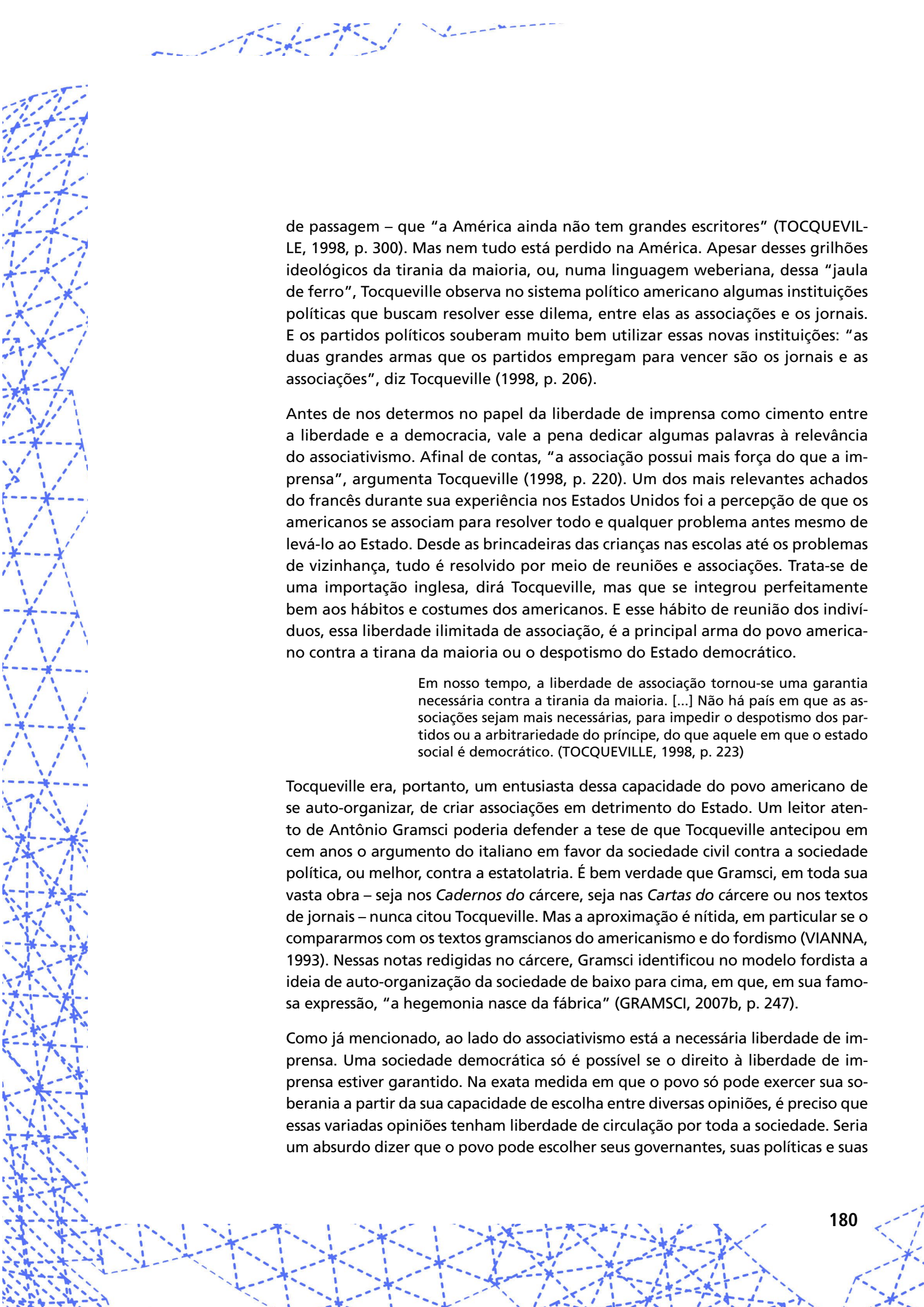


Ao retornar de sua viagem de nove meses pelos Estados Unidos da América, o jovem francês Alexis de Tocqueville trouxe bem mais do que havia imaginado inicialmente em sua bagagem. O motivo original que o levou, em 1831, a atravessar o Atlântico ao lado de Gustave de Beaumont foi conhecer o sistema prisional americano. Vale lembrar que a Revolução de 1830 havia instituído a monarquia constitucional na França, sob o comando de Luís Filipe, um monarca de fortes influências liberais e reformistas. Esse novo governo, que tinha como ministro do interior François Guizot, havia encomendado aos dois jovens aristocratas um estudo pormenorizado das prisões do norte da América. No entanto, a experiência lhes abriu as portas para todo um novo mundo de instituições políticas que surgia com a democracia, entre elas a liberdade de imprensa. As reflexões de Tocqueville acerca do que viu nos Estados Unidos foram reunidas em uma das mais importantes obras da teoria política contemporânea, *A democracia na América*, publicada em 1835.

A declaração de independência dos Estados Unidos ocorreu em 1776, mas sua Constituição entrou em vigor apenas em 1789, mesmo ano em que, na França, ocorria a Revolução Francesa. Esse foi o pano de fundo histórico para o estudo comparado realizado por Tocqueville entre os dois países. Preocupava ao jovem aristocrata entender quais os remédios americanos para o perigo da democracia, por ele definido como tirania da maioria, que poderiam ser levados para a França. É disso que trata *A democracia na América*.

Nos Estados Unidos, Tocqueville assistiu à construção de um mundo inteiramente novo. Não apenas a sociedade americana possuía hábitos e costumes diversos dos franceses, mas também as instituições políticas eram originais. Para Tocqueville, que viu seus familiares serem perseguidos no período imediatamente posterior ao da Revolução de 1789, a democracia era um perigo para a liberdade, não passava de uma tirania da maioria. Mas essa era uma experiência particular do terror francês. O povo americano, observou Tocqueville, de modo distinto, conseguiu conciliar democracia e liberdade a partir de um conjunto de instituições próprias. Esse foi o aprendizado que o autor buscou levar de volta para seu país.

O início do século XIX assiste ao inevitável avanço da democracia, mas esse movimento democrático pode atropelar a liberdade e representar apenas uma tirania da maioria. “O que mais critico no governo democrático, tal como foi organizado nos Estados Unidos, não é, como muitos na Europa pretendem, sua fraqueza, mas, ao contrário, sua força irresistível” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 296), argumenta o preocupado aristocrata. O que assombra o autor é o poder de que dispõe a maioria nos Estados Unidos, algo impensável em sua França. Essa maioria não precisa de uma lei ou de uma coerção física de qualquer tipo para determinar o que é o certo e o errado. Seu poder está na potência de construção do consenso. Há liberdade de pensamento, mas poucos são os que se atrevem a agir contra a maioria. Essa assertiva encontra guarida em uma forte frase d’*A democracia na América*: “não conheço país em que reine, em geral, menos independência de espírito e verdadeira liberdade de discussão do que na América” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 298). Essa será a razão pela qual afirmará – de forma arrogante, diga-se



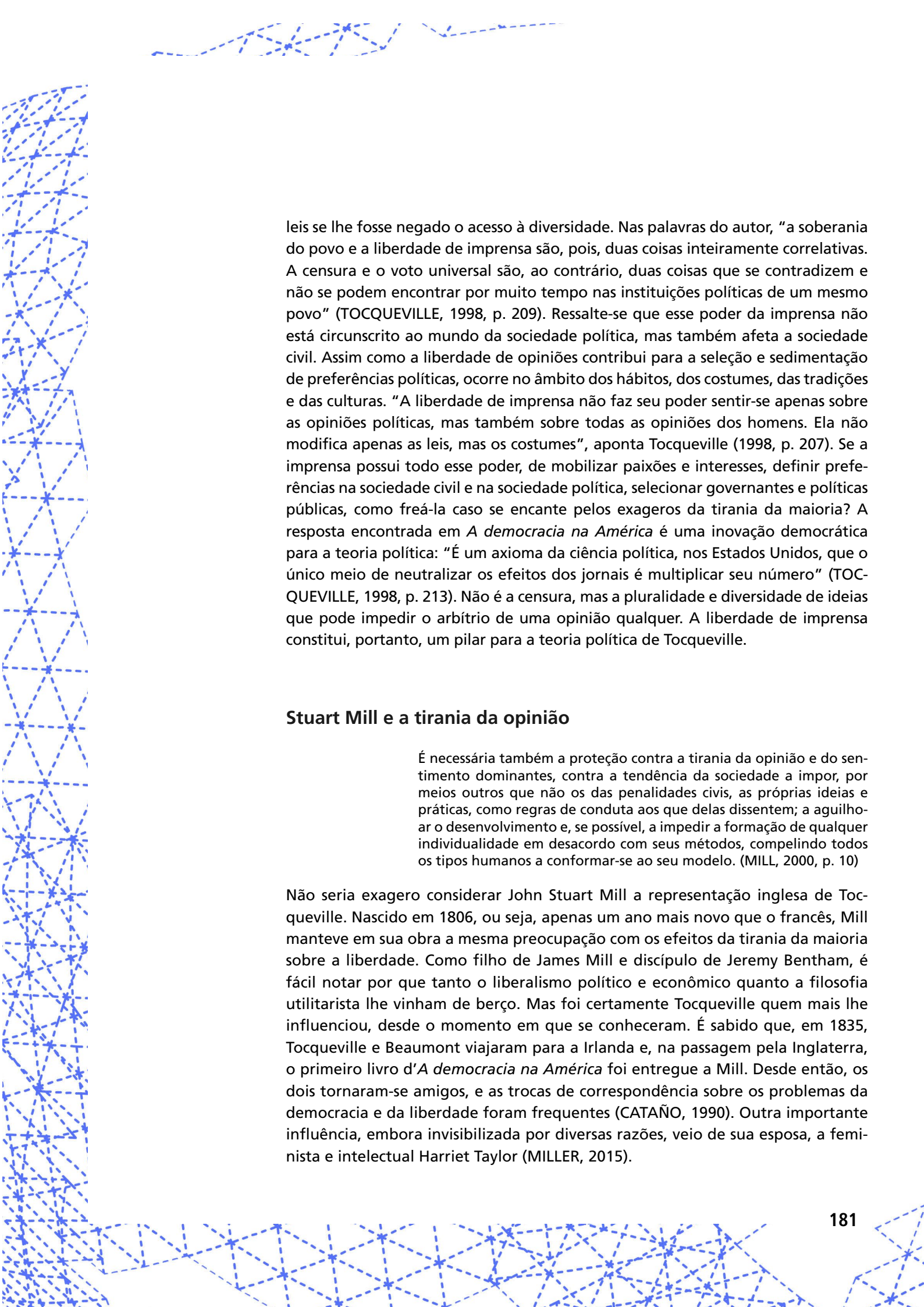
de passagem – que “a América ainda não tem grandes escritores” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 300). Mas nem tudo está perdido na América. Apesar desses grilhões ideológicos da tirania da maioria, ou, numa linguagem weberiana, dessa “jaula de ferro”, Tocqueville observa no sistema político americano algumas instituições políticas que buscam resolver esse dilema, entre elas as associações e os jornais. E os partidos políticos souberam muito bem utilizar essas novas instituições: “as duas grandes armas que os partidos empregam para vencer são os jornais e as associações”, diz Tocqueville (1998, p. 206).

Antes de nos determos no papel da liberdade de imprensa como cimento entre a liberdade e a democracia, vale a pena dedicar algumas palavras à relevância do associativismo. Afinal de contas, “a associação possui mais força do que a imprensa”, argumenta Tocqueville (1998, p. 220). Um dos mais relevantes achados do francês durante sua experiência nos Estados Unidos foi a percepção de que os americanos se associam para resolver todo e qualquer problema antes mesmo de levá-lo ao Estado. Desde as brincadeiras das crianças nas escolas até os problemas de vizinhança, tudo é resolvido por meio de reuniões e associações. Trata-se de uma importação inglesa, dirá Tocqueville, mas que se integrou perfeitamente bem aos hábitos e costumes dos americanos. E esse hábito de reunião dos indivíduos, essa liberdade ilimitada de associação, é a principal arma do povo americano contra a tirania da maioria ou o despotismo do Estado democrático.

Em nosso tempo, a liberdade de associação tornou-se uma garantia necessária contra a tirania da maioria. [...] Não há país em que as associações sejam mais necessárias, para impedir o despotismo dos partidos ou a arbitrariedade do príncipe, do que aquele em que o estado social é democrático. (TOCQUEVILLE, 1998, p. 223)

Tocqueville era, portanto, um entusiasta dessa capacidade do povo americano de se auto-organizar, de criar associações em detrimento do Estado. Um leitor atento de Antônio Gramsci poderia defender a tese de que Tocqueville antecipou em cem anos o argumento do italiano em favor da sociedade civil contra a sociedade política, ou melhor, contra a estatolatria. É bem verdade que Gramsci, em toda sua vasta obra – seja nos *Cadernos do cárcere*, seja nas *Cartas do cárcere* ou nos textos de jornais – nunca citou Tocqueville. Mas a aproximação é nítida, em particular se o compararmos com os textos gramscianos do americanismo e do fordismo (VIANNA, 1993). Nessas notas redigidas no cárcere, Gramsci identificou no modelo fordista a ideia de auto-organização da sociedade de baixo para cima, em que, em sua famosa expressão, “a hegemonia nasce da fábrica” (GRAMSCI, 2007b, p. 247).

Como já mencionado, ao lado do associativismo está a necessária liberdade de imprensa. Uma sociedade democrática só é possível se o direito à liberdade de imprensa estiver garantido. Na exata medida em que o povo só pode exercer sua soberania a partir da sua capacidade de escolha entre diversas opiniões, é preciso que essas variadas opiniões tenham liberdade de circulação por toda a sociedade. Seria um absurdo dizer que o povo pode escolher seus governantes, suas políticas e suas

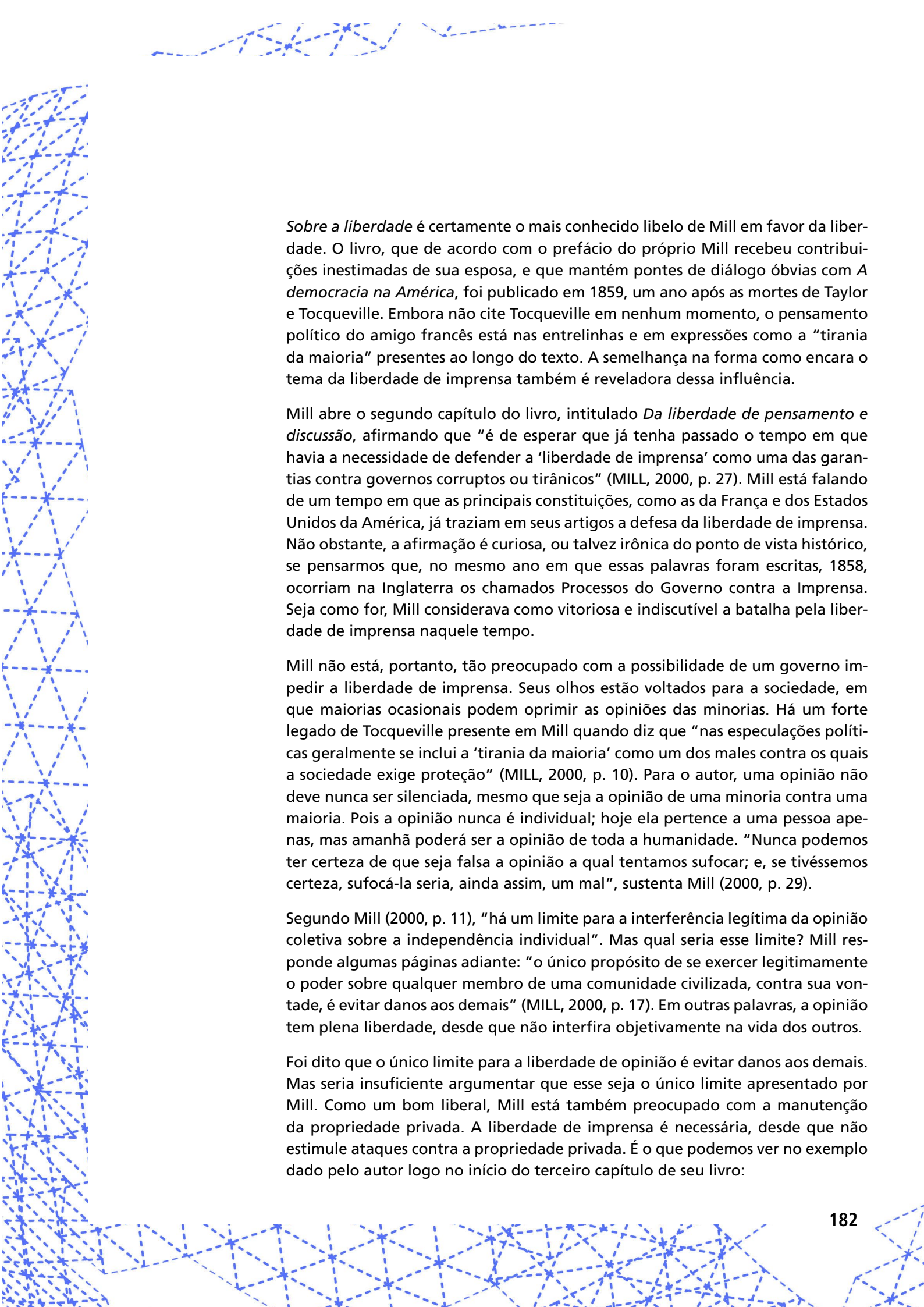


leis se lhe fosse negado o acesso à diversidade. Nas palavras do autor, “a soberania do povo e a liberdade de imprensa são, pois, duas coisas inteiramente correlativas. A censura e o voto universal são, ao contrário, duas coisas que se contradizem e não se podem encontrar por muito tempo nas instituições políticas de um mesmo povo” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 209). Ressalte-se que esse poder da imprensa não está circunscrito ao mundo da sociedade política, mas também afeta a sociedade civil. Assim como a liberdade de opiniões contribui para a seleção e sedimentação de preferências políticas, ocorre no âmbito dos hábitos, dos costumes, das tradições e das culturas. “A liberdade de imprensa não faz seu poder sentir-se apenas sobre as opiniões políticas, mas também sobre todas as opiniões dos homens. Ela não modifica apenas as leis, mas os costumes”, aponta Tocqueville (1998, p. 207). Se a imprensa possui todo esse poder, de mobilizar paixões e interesses, definir preferências na sociedade civil e na sociedade política, selecionar governantes e políticas públicas, como freá-la caso se encante pelos exageros da tirania da maioria? A resposta encontrada em *A democracia na América* é uma inovação democrática para a teoria política: “É um axioma da ciência política, nos Estados Unidos, que o único meio de neutralizar os efeitos dos jornais é multiplicar seu número” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 213). Não é a censura, mas a pluralidade e diversidade de ideias que pode impedir o arbítrio de uma opinião qualquer. A liberdade de imprensa constitui, portanto, um pilar para a teoria política de Tocqueville.

Stuart Mill e a tirania da opinião

É necessária também a proteção contra a tirania da opinião e do sentimento dominantes, contra a tendência da sociedade a impor, por meios outros que não os das penalidades civis, as próprias ideias e práticas, como regras de conduta aos que delas dissentem; a agulhar o desenvolvimento e, se possível, a impedir a formação de qualquer individualidade em desacordo com seus métodos, compelindo todos os tipos humanos a conformar-se ao seu modelo. (MILL, 2000, p. 10)

Não seria exagero considerar John Stuart Mill a representação inglesa de Tocqueville. Nascido em 1806, ou seja, apenas um ano mais novo que o francês, Mill manteve em sua obra a mesma preocupação com os efeitos da tirania da maioria sobre a liberdade. Como filho de James Mill e discípulo de Jeremy Bentham, é fácil notar por que tanto o liberalismo político e econômico quanto a filosofia utilitarista lhe vinham de berço. Mas foi certamente Tocqueville quem mais lhe influenciou, desde o momento em que se conheceram. É sabido que, em 1835, Tocqueville e Beaumont viajaram para a Irlanda e, na passagem pela Inglaterra, o primeiro livro de *A democracia na América* foi entregue a Mill. Desde então, os dois tornaram-se amigos, e as trocas de correspondência sobre os problemas da democracia e da liberdade foram frequentes (CATAÑO, 1990). Outra importante influência, embora invisibilizada por diversas razões, veio de sua esposa, a feminista e intelectual Harriet Taylor (MILLER, 2015).



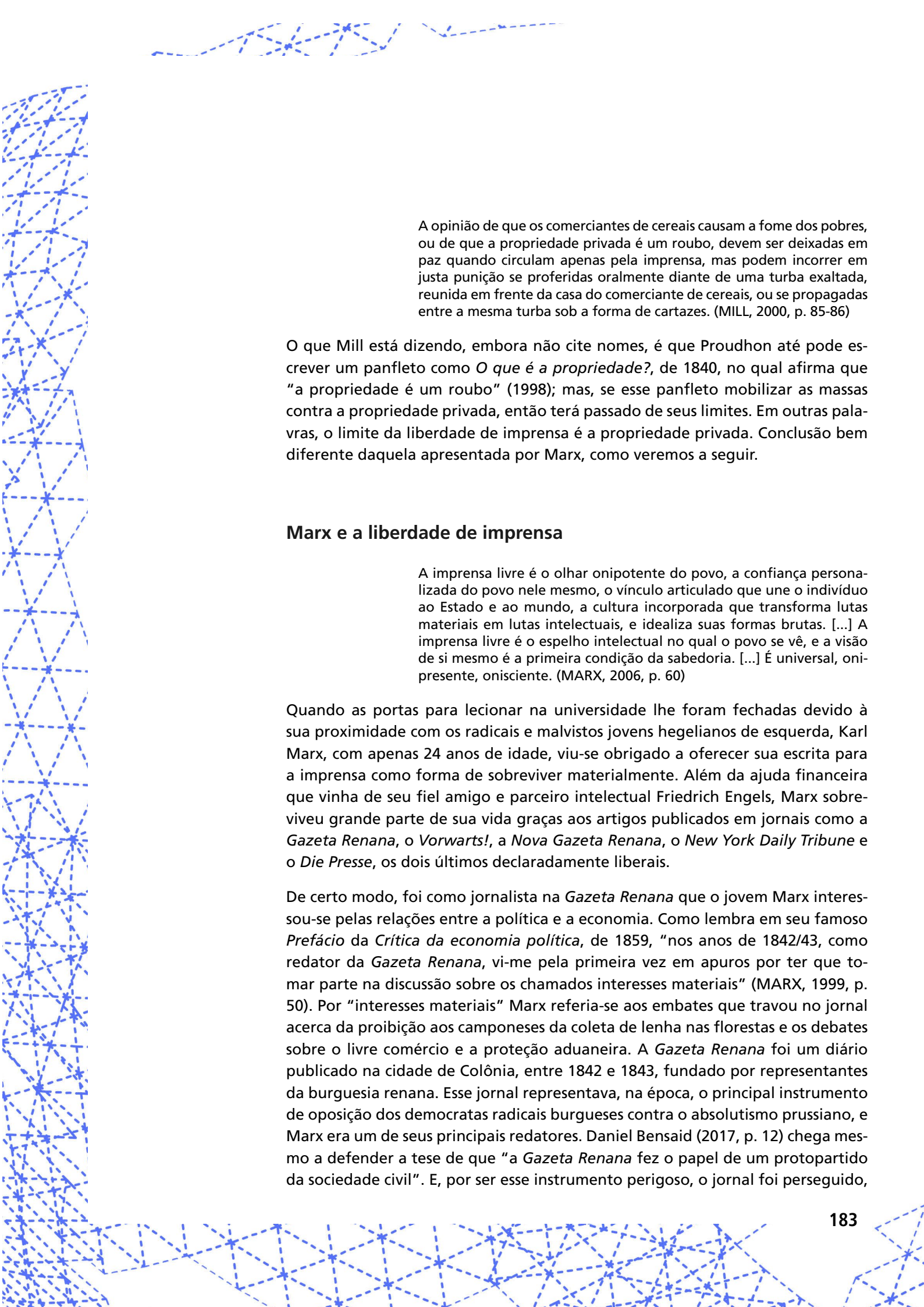
Sobre a liberdade é certamente o mais conhecido libelo de Mill em favor da liberdade. O livro, que de acordo com o prefácio do próprio Mill recebeu contribuições inestimadas de sua esposa, e que mantém pontes de diálogo óbvias com *A democracia na América*, foi publicado em 1859, um ano após as mortes de Taylor e Tocqueville. Embora não cite Tocqueville em nenhum momento, o pensamento político do amigo francês está nas entrelinhas e em expressões como a “tirania da maioria” presentes ao longo do texto. A semelhança na forma como encara o tema da liberdade de imprensa também é reveladora dessa influência.

Mill abre o segundo capítulo do livro, intitulado *Da liberdade de pensamento e discussão*, afirmando que “é de esperar que já tenha passado o tempo em que havia a necessidade de defender a ‘liberdade de imprensa’ como uma das garantias contra governos corruptos ou tirânicos” (MILL, 2000, p. 27). Mill está falando de um tempo em que as principais constituições, como as da França e dos Estados Unidos da América, já traziam em seus artigos a defesa da liberdade de imprensa. Não obstante, a afirmação é curiosa, ou talvez irônica do ponto de vista histórico, se pensarmos que, no mesmo ano em que essas palavras foram escritas, 1858, ocorriam na Inglaterra os chamados Processos do Governo contra a Imprensa. Seja como for, Mill considerava como vitoriosa e indiscutível a batalha pela liberdade de imprensa naquele tempo.

Mill não está, portanto, tão preocupado com a possibilidade de um governo impedir a liberdade de imprensa. Seus olhos estão voltados para a sociedade, em que maiorias ocasionais podem oprimir as opiniões das minorias. Há um forte legado de Tocqueville presente em Mill quando diz que “nas especulações políticas geralmente se inclui a ‘tirania da maioria’ como um dos males contra os quais a sociedade exige proteção” (MILL, 2000, p. 10). Para o autor, uma opinião não deve nunca ser silenciada, mesmo que seja a opinião de uma minoria contra uma maioria. Pois a opinião nunca é individual; hoje ela pertence a uma pessoa apenas, mas amanhã poderá ser a opinião de toda a humanidade. “Nunca podemos ter certeza de que seja falsa a opinião a qual tentamos sufocar; e, se tivéssemos certeza, sufocá-la seria, ainda assim, um mal”, sustenta Mill (2000, p. 29).

Segundo Mill (2000, p. 11), “há um limite para a interferência legítima da opinião coletiva sobre a independência individual”. Mas qual seria esse limite? Mill responde algumas páginas adiante: “o único propósito de se exercer legitimamente o poder sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra sua vontade, é evitar danos aos demais” (MILL, 2000, p. 17). Em outras palavras, a opinião tem plena liberdade, desde que não interfira objetivamente na vida dos outros.

Foi dito que o único limite para a liberdade de opinião é evitar danos aos demais. Mas seria insuficiente argumentar que esse seja o único limite apresentado por Mill. Como um bom liberal, Mill está também preocupado com a manutenção da propriedade privada. A liberdade de imprensa é necessária, desde que não estimule ataques contra a propriedade privada. É o que podemos ver no exemplo dado pelo autor logo no início do terceiro capítulo de seu livro:



A opinião de que os comerciantes de cereais causam a fome dos pobres, ou de que a propriedade privada é um roubo, devem ser deixadas em paz quando circulam apenas pela imprensa, mas podem incorrer em justa punição se proferidas oralmente diante de uma turba exaltada, reunida em frente da casa do comerciante de cereais, ou se propagadas entre a mesma turba sob a forma de cartazes. (MILL, 2000, p. 85-86)

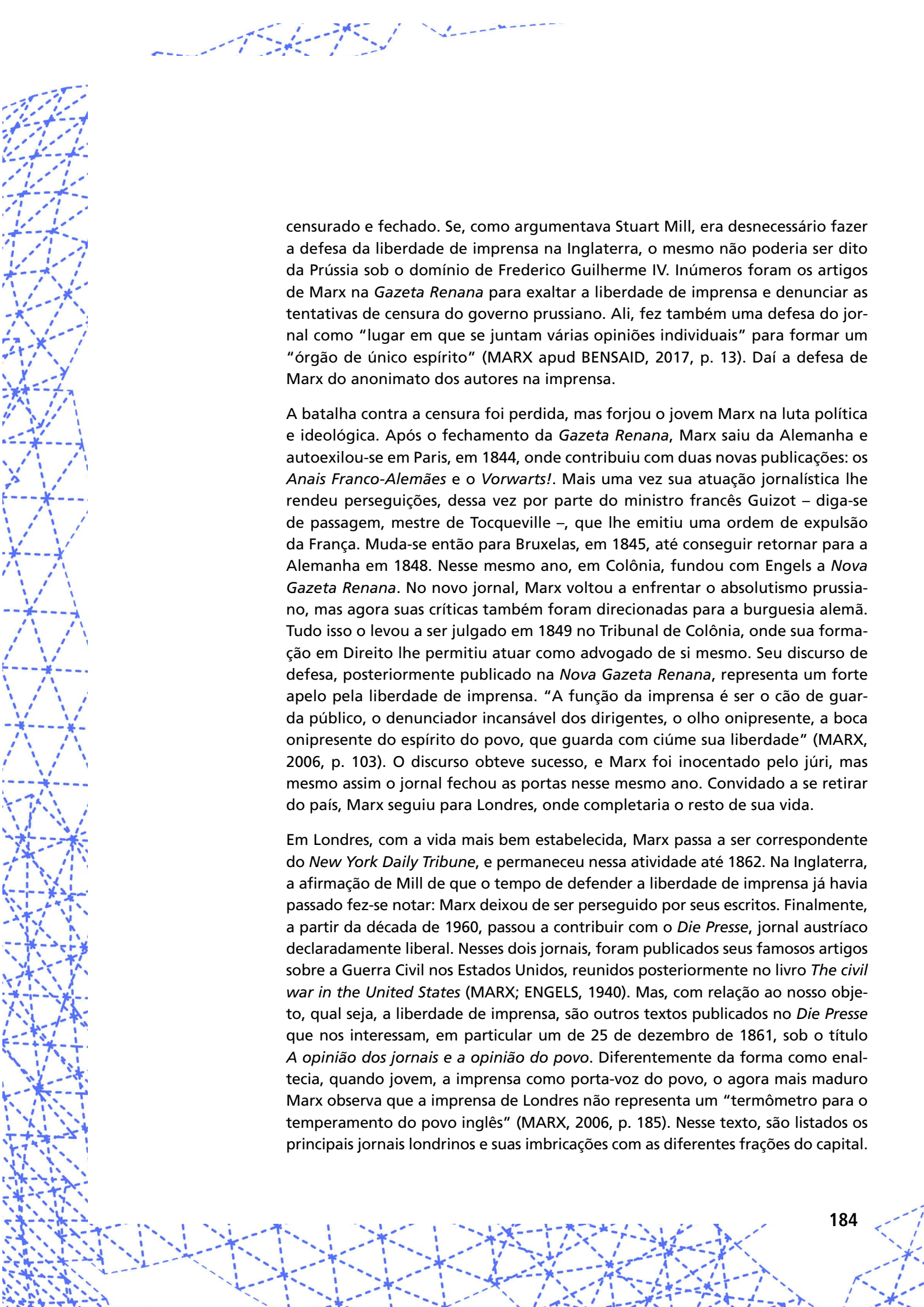
O que Mill está dizendo, embora não cite nomes, é que Proudhon até pode escrever um panfleto como *O que é a propriedade?*, de 1840, no qual afirma que “a propriedade é um roubo” (1998); mas, se esse panfleto mobilizar as massas contra a propriedade privada, então terá passado de seus limites. Em outras palavras, o limite da liberdade de imprensa é a propriedade privada. Conclusão bem diferente daquela apresentada por Marx, como veremos a seguir.

Marx e a liberdade de imprensa

A imprensa livre é o olhar onipotente do povo, a confiança personificada do povo nele mesmo, o vínculo articulado que une o indivíduo ao Estado e ao mundo, a cultura incorporada que transforma lutas materiais em lutas intelectuais, e idealiza suas formas brutas. [...] A imprensa livre é o espelho intelectual no qual o povo se vê, e a visão de si mesmo é a primeira condição da sabedoria. [...] É universal, onipresente, onisciente. (MARX, 2006, p. 60)

Quando as portas para lecionar na universidade lhe foram fechadas devido à sua proximidade com os radicais e malvistas jovens hegelianos de esquerda, Karl Marx, com apenas 24 anos de idade, viu-se obrigado a oferecer sua escrita para a imprensa como forma de sobreviver materialmente. Além da ajuda financeira que vinha de seu fiel amigo e parceiro intelectual Friedrich Engels, Marx sobreviveu grande parte de sua vida graças aos artigos publicados em jornais como a *Gazeta Renana*, o *Vorwärts!*, a *Nova Gazeta Renana*, o *New York Daily Tribune* e o *Die Presse*, os dois últimos declaradamente liberais.

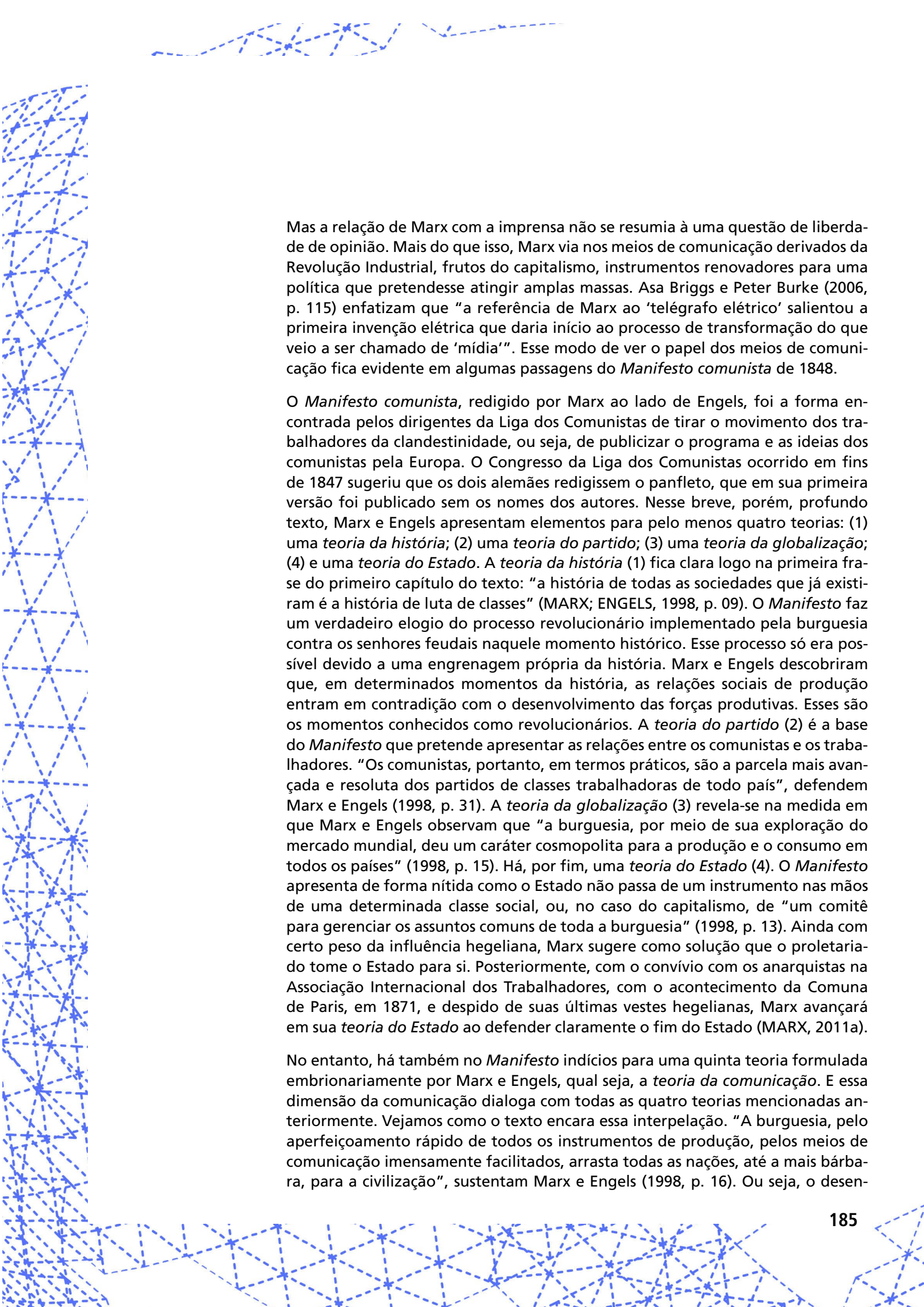
De certo modo, foi como jornalista na *Gazeta Renana* que o jovem Marx interessou-se pelas relações entre a política e a economia. Como lembra em seu famoso *Prefácio da Crítica da economia política*, de 1859, “nos anos de 1842/43, como redator da *Gazeta Renana*, vi-me pela primeira vez em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais” (MARX, 1999, p. 50). Por “interesses materiais” Marx referia-se aos embates que travou no jornal acerca da proibição aos camponeses da coleta de lenha nas florestas e os debates sobre o livre comércio e a proteção aduaneira. A *Gazeta Renana* foi um diário publicado na cidade de Colônia, entre 1842 e 1843, fundado por representantes da burguesia renana. Esse jornal representava, na época, o principal instrumento de oposição dos democratas radicais burgueses contra o absolutismo prussiano, e Marx era um de seus principais redatores. Daniel Bensaid (2017, p. 12) chega mesmo a defender a tese de que “a *Gazeta Renana* fez o papel de um protopartido da sociedade civil”. E, por ser esse instrumento perigoso, o jornal foi perseguido,



censurado e fechado. Se, como argumentava Stuart Mill, era desnecessário fazer a defesa da liberdade de imprensa na Inglaterra, o mesmo não poderia ser dito da Prússia sob o domínio de Frederico Guilherme IV. Inúmeros foram os artigos de Marx na *Gazeta Renana* para exaltar a liberdade de imprensa e denunciar as tentativas de censura do governo prussiano. Ali, fez também uma defesa do jornal como “lugar em que se juntam várias opiniões individuais” para formar um “órgão de único espírito” (MARX apud BENSARD, 2017, p. 13). Daí a defesa de Marx do anonimato dos autores na imprensa.

A batalha contra a censura foi perdida, mas forjou o jovem Marx na luta política e ideológica. Após o fechamento da *Gazeta Renana*, Marx saiu da Alemanha e autoexilou-se em Paris, em 1844, onde contribuiu com duas novas publicações: os *Anais Franco-Alemães* e o *Vorwärts!*. Mais uma vez sua atuação jornalística lhe rendeu perseguições, dessa vez por parte do ministro francês Guizot – diga-se de passagem, mestre de Tocqueville –, que lhe emitiu uma ordem de expulsão da França. Muda-se então para Bruxelas, em 1845, até conseguir retornar para a Alemanha em 1848. Nesse mesmo ano, em Colônia, fundou com Engels a *Nova Gazeta Renana*. No novo jornal, Marx voltou a enfrentar o absolutismo prussiano, mas agora suas críticas também foram direcionadas para a burguesia alemã. Tudo isso o levou a ser julgado em 1849 no Tribunal de Colônia, onde sua formação em Direito lhe permitiu atuar como advogado de si mesmo. Seu discurso de defesa, posteriormente publicado na *Nova Gazeta Renana*, representa um forte apelo pela liberdade de imprensa. “A função da imprensa é ser o cão de guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes, o olho onipresente, a boca onipresente do espírito do povo, que guarda com ciúme sua liberdade” (MARX, 2006, p. 103). O discurso obteve sucesso, e Marx foi inocentado pelo júri, mas mesmo assim o jornal fechou as portas nesse mesmo ano. Convidado a se retirar do país, Marx seguiu para Londres, onde completaria o resto de sua vida.

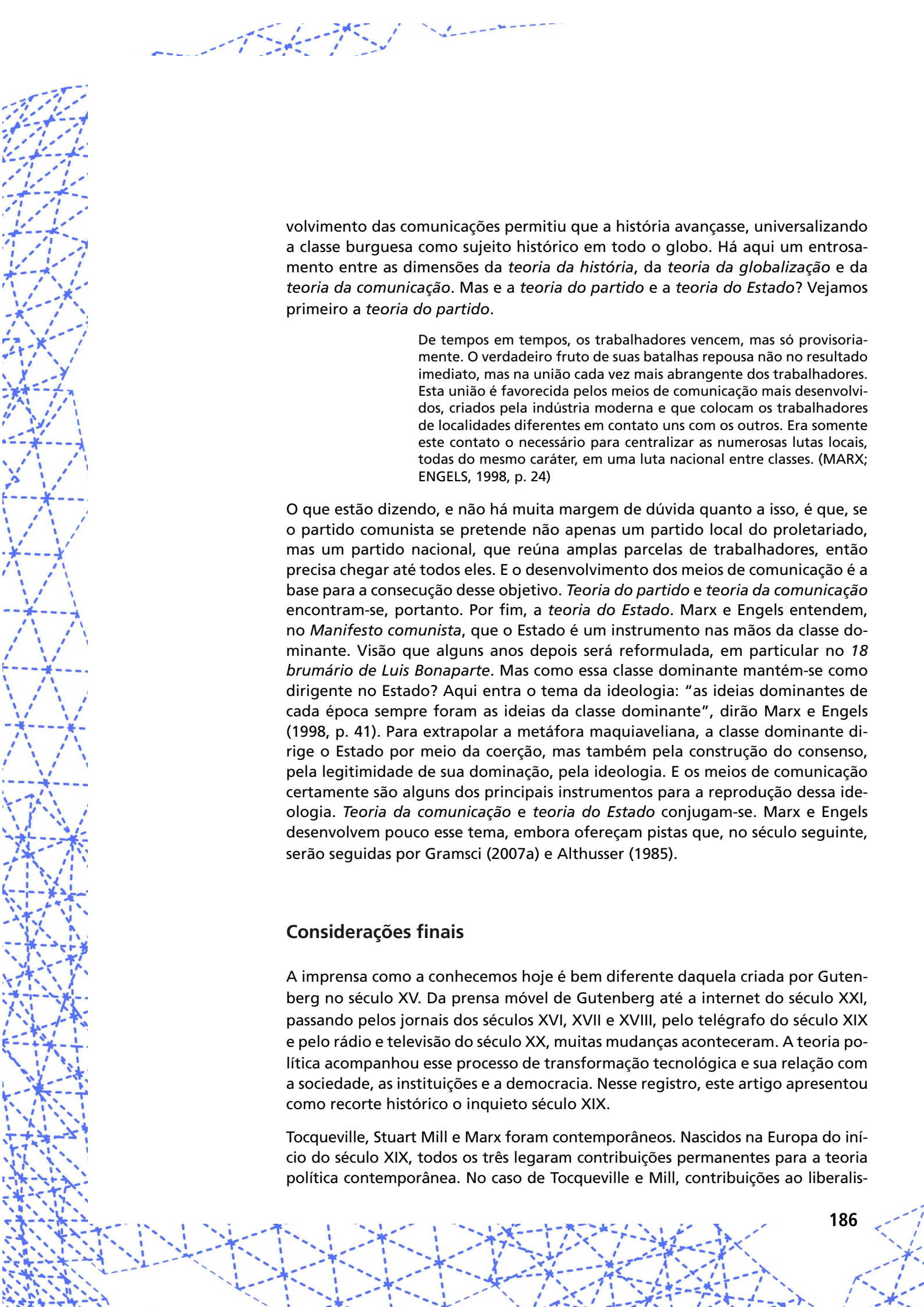
Em Londres, com a vida mais bem estabelecida, Marx passa a ser correspondente do *New York Daily Tribune*, e permaneceu nessa atividade até 1862. Na Inglaterra, a afirmação de Mill de que o tempo de defender a liberdade de imprensa já havia passado fez-se notar: Marx deixou de ser perseguido por seus escritos. Finalmente, a partir da década de 1860, passou a contribuir com o *Die Presse*, jornal austríaco declaradamente liberal. Nesses dois jornais, foram publicados seus famosos artigos sobre a Guerra Civil nos Estados Unidos, reunidos posteriormente no livro *The civil war in the United States* (MARX; ENGELS, 1940). Mas, com relação ao nosso objeto, qual seja, a liberdade de imprensa, são outros textos publicados no *Die Presse* que nos interessam, em particular um de 25 de dezembro de 1861, sob o título *A opinião dos jornais e a opinião do povo*. Diferentemente da forma como enaltecia, quando jovem, a imprensa como porta-voz do povo, o agora mais maduro Marx observa que a imprensa de Londres não representa um “termômetro para o temperamento do povo inglês” (MARX, 2006, p. 185). Nesse texto, são listados os principais jornais londrinos e suas imbricações com as diferentes frações do capital.



Mas a relação de Marx com a imprensa não se resumia à uma questão de liberdade de opinião. Mais do que isso, Marx via nos meios de comunicação derivados da Revolução Industrial, frutos do capitalismo, instrumentos renovadores para uma política que pretendesse atingir amplas massas. Asa Briggs e Peter Burke (2006, p. 115) enfatizam que “a referência de Marx ao ‘telégrafo elétrico’ salientou a primeira invenção elétrica que daria início ao processo de transformação do que veio a ser chamado de ‘mídia’”. Esse modo de ver o papel dos meios de comunicação fica evidente em algumas passagens do *Manifesto comunista* de 1848.

O *Manifesto comunista*, redigido por Marx ao lado de Engels, foi a forma encontrada pelos dirigentes da Liga dos Comunistas de tirar o movimento dos trabalhadores da clandestinidade, ou seja, de publicizar o programa e as ideias dos comunistas pela Europa. O Congresso da Liga dos Comunistas ocorrido em fins de 1847 sugeriu que os dois alemães redigissem o panfleto, que em sua primeira versão foi publicado sem os nomes dos autores. Nesse breve, porém, profundo texto, Marx e Engels apresentam elementos para pelo menos quatro teorias: (1) uma *teoria da história*; (2) uma *teoria do partido*; (3) uma *teoria da globalização*; (4) e uma *teoria do Estado*. A *teoria da história* (1) fica clara logo na primeira frase do primeiro capítulo do texto: “a história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes” (MARX; ENGELS, 1998, p. 09). O *Manifesto* faz um verdadeiro elogio do processo revolucionário implementado pela burguesia contra os senhores feudais naquele momento histórico. Esse processo só era possível devido a uma engrenagem própria da história. Marx e Engels descobriram que, em determinados momentos da história, as relações sociais de produção entram em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas. Esses são os momentos conhecidos como revolucionários. A *teoria do partido* (2) é a base do *Manifesto* que pretende apresentar as relações entre os comunistas e os trabalhadores. “Os comunistas, portanto, em termos práticos, são a parcela mais avançada e resoluta dos partidos de classes trabalhadoras de todo país”, defendem Marx e Engels (1998, p. 31). A *teoria da globalização* (3) revela-se na medida em que Marx e Engels observam que “a burguesia, por meio de sua exploração do mercado mundial, deu um caráter cosmopolita para a produção e o consumo em todos os países” (1998, p. 15). Há, por fim, uma *teoria do Estado* (4). O *Manifesto* apresenta de forma nítida como o Estado não passa de um instrumento nas mãos de uma determinada classe social, ou, no caso do capitalismo, de “um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (1998, p. 13). Ainda com certo peso da influência hegeliana, Marx sugere como solução que o proletariado tome o Estado para si. Posteriormente, com o convívio com os anarquistas na Associação Internacional dos Trabalhadores, com o acontecimento da Comuna de Paris, em 1871, e despido de suas últimas vestes hegelianas, Marx avançará em sua *teoria do Estado* ao defender claramente o fim do Estado (MARX, 2011a).

No entanto, há também no *Manifesto* indícios para uma quinta teoria formulada embrionariamente por Marx e Engels, qual seja, a *teoria da comunicação*. E essa dimensão da comunicação dialoga com todas as quatro teorias mencionadas anteriormente. Vejamos como o texto encara essa interpelação. “A burguesia, pelo aperfeiçoamento rápido de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação imensamente facilitados, arrasta todas as nações, até a mais bárbara, para a civilização”, sustentam Marx e Engels (1998, p. 16). Ou seja, o desen-



volvimento das comunicações permitiu que a história avançasse, universalizando a classe burguesa como sujeito histórico em todo o globo. Há aqui um entrosamento entre as dimensões da *teoria da história*, da *teoria da globalização* e da *teoria da comunicação*. Mas e a *teoria do partido* e a *teoria do Estado*? Vejamos primeiro a *teoria do partido*.

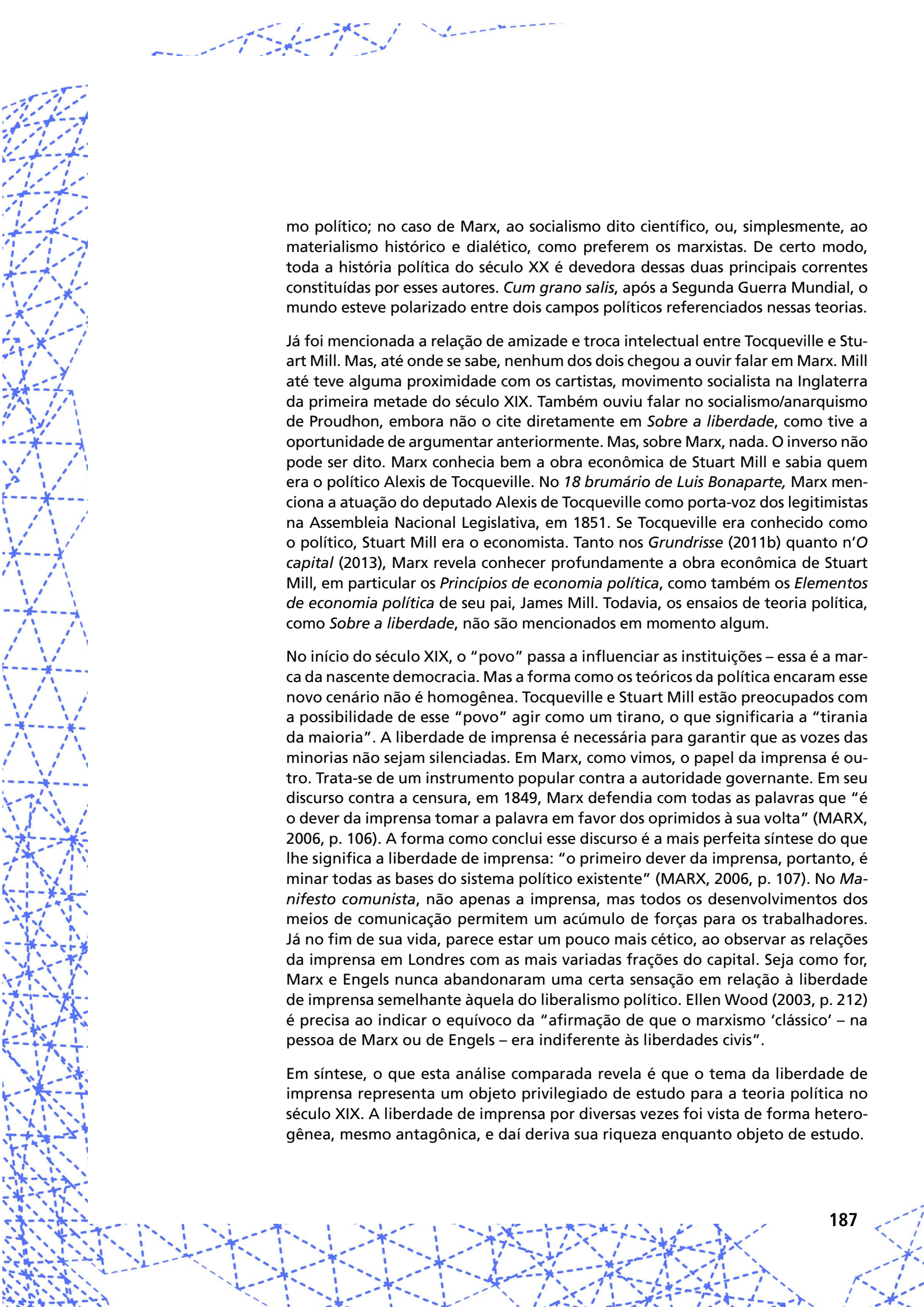
De tempos em tempos, os trabalhadores vencem, mas só provisoriamente. O verdadeiro fruto de suas batalhas repousa não no resultado imediato, mas na união cada vez mais abrangente dos trabalhadores. Esta união é favorecida pelos meios de comunicação mais desenvolvidos, criados pela indústria moderna e que colocam os trabalhadores de localidades diferentes em contato uns com os outros. Era somente este contato o necessário para centralizar as numerosas lutas locais, todas do mesmo caráter, em uma luta nacional entre classes. (MARX; ENGELS, 1998, p. 24)

O que estão dizendo, e não há muita margem de dúvida quanto a isso, é que, se o partido comunista se pretende não apenas um partido local do proletariado, mas um partido nacional, que reúna amplas parcelas de trabalhadores, então precisa chegar até todos eles. E o desenvolvimento dos meios de comunicação é a base para a consecução desse objetivo. *Teoria do partido* e *teoria da comunicação* encontram-se, portanto. Por fim, a *teoria do Estado*. Marx e Engels entendem, no *Manifesto comunista*, que o Estado é um instrumento nas mãos da classe dominante. Visão que alguns anos depois será reformulada, em particular no *18 brumário de Luís Bonaparte*. Mas como essa classe dominante mantém-se como dirigente no Estado? Aqui entra o tema da ideologia: “as ideias dominantes de cada época sempre foram as ideias da classe dominante”, dirão Marx e Engels (1998, p. 41). Para extrapolar a metáfora maquiaveliana, a classe dominante dirige o Estado por meio da coerção, mas também pela construção do consenso, pela legitimidade de sua dominação, pela ideologia. E os meios de comunicação certamente são alguns dos principais instrumentos para a reprodução dessa ideologia. *Teoria da comunicação* e *teoria do Estado* conjugam-se. Marx e Engels desenvolvem pouco esse tema, embora ofereçam pistas que, no século seguinte, serão seguidas por Gramsci (2007a) e Althusser (1985).

Considerações finais

A imprensa como a conhecemos hoje é bem diferente daquela criada por Gutenberg no século XV. Da prensa móvel de Gutenberg até a internet do século XXI, passando pelos jornais dos séculos XVI, XVII e XVIII, pelo telégrafo do século XIX e pelo rádio e televisão do século XX, muitas mudanças aconteceram. A teoria política acompanhou esse processo de transformação tecnológica e sua relação com a sociedade, as instituições e a democracia. Nesse registro, este artigo apresentou como recorte histórico o inquieto século XIX.

Tocqueville, Stuart Mill e Marx foram contemporâneos. Nascidos na Europa do início do século XIX, todos os três legaram contribuições permanentes para a teoria política contemporânea. No caso de Tocqueville e Mill, contribuições ao liberalis-



mo político; no caso de Marx, ao socialismo dito científico, ou, simplesmente, ao materialismo histórico e dialético, como preferem os marxistas. De certo modo, toda a história política do século XX é devedora dessas duas principais correntes constituídas por esses autores. *Cum grano salis*, após a Segunda Guerra Mundial, o mundo esteve polarizado entre dois campos políticos referenciados nessas teorias.

Já foi mencionada a relação de amizade e troca intelectual entre Tocqueville e Stuart Mill. Mas, até onde se sabe, nenhum dos dois chegou a ouvir falar em Marx. Mill até teve alguma proximidade com os cartistas, movimento socialista na Inglaterra da primeira metade do século XIX. Também ouviu falar no socialismo/anarquismo de Proudhon, embora não o cite diretamente em *Sobre a liberdade*, como tive a oportunidade de argumentar anteriormente. Mas, sobre Marx, nada. O inverso não pode ser dito. Marx conhecia bem a obra econômica de Stuart Mill e sabia quem era o político Alexis de Tocqueville. No *18 brumário de Luis Bonaparte*, Marx menciona a atuação do deputado Alexis de Tocqueville como porta-voz dos legitimistas na Assembleia Nacional Legislativa, em 1851. Se Tocqueville era conhecido como o político, Stuart Mill era o economista. Tanto nos *Grundrisse* (2011b) quanto no *O capital* (2013), Marx revela conhecer profundamente a obra econômica de Stuart Mill, em particular os *Princípios de economia política*, como também os *Elementos de economia política* de seu pai, James Mill. Todavia, os ensaios de teoria política, como *Sobre a liberdade*, não são mencionados em momento algum.

No início do século XIX, o “povo” passa a influenciar as instituições – essa é a marca da nascente democracia. Mas a forma como os teóricos da política encaram esse novo cenário não é homogênea. Tocqueville e Stuart Mill estão preocupados com a possibilidade de esse “povo” agir como um tirano, o que significaria a “tirania da maioria”. A liberdade de imprensa é necessária para garantir que as vozes das minorias não sejam silenciadas. Em Marx, como vimos, o papel da imprensa é outro. Trata-se de um instrumento popular contra a autoridade governante. Em seu discurso contra a censura, em 1849, Marx defendia com todas as palavras que “é o dever da imprensa tomar a palavra em favor dos oprimidos à sua volta” (MARX, 2006, p. 106). A forma como conclui esse discurso é a mais perfeita síntese do que lhe significa a liberdade de imprensa: “o primeiro dever da imprensa, portanto, é minar todas as bases do sistema político existente” (MARX, 2006, p. 107). No *Manifesto comunista*, não apenas a imprensa, mas todos os desenvolvimentos dos meios de comunicação permitem um acúmulo de forças para os trabalhadores. Já no fim de sua vida, parece estar um pouco mais cético, ao observar as relações da imprensa em Londres com as mais variadas frações do capital. Seja como for, Marx e Engels nunca abandonaram uma certa sensação em relação à liberdade de imprensa semelhante àquela do liberalismo político. Ellen Wood (2003, p. 212) é precisa ao indicar o equívoco da “afirmação de que o marxismo ‘clássico’ – na pessoa de Marx ou de Engels – era indiferente às liberdades civis”.

Em síntese, o que esta análise comparada revela é que o tema da liberdade de imprensa representa um objeto privilegiado de estudo para a teoria política no século XIX. A liberdade de imprensa por diversas vezes foi vista de forma heterogênea, mesmo antagônica, e daí deriva sua riqueza enquanto objeto de estudo.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BENSAID, Daniel. Apresentação. In: MARX, Karl. **Os despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 11-73.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. 2. Brasília: UNB, 1993.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- CATAÑO, Gonzalo. La correspondencia Tocqueville – Mill. **Ideas y valores**, v. 39, n. 82, p. 65-77, abr. 1990.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.
- _____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.
- HUME, David. **Ensaio político**. São Paulo: Ícone, 2006.
- MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- _____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- _____. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- _____. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. Prefácio de Para a crítica da economia política. In: GIANNOTTI, José Artur (Org.). **Marx**. Coleção Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 50-54.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, _____.
- _____. **The civil war in the United States**. New York: International publishers, 1940.
- MILL, John Stuart. **A liberdade/utilitarismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MILLER, Dale E. Harriet Taylor Mill. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: The Metaphysics Research Lab, 2015.
- MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.
- PROUDHON, Pierre Joseph. **A propriedade é um roubo**. Porto Alegre: L&PM, 1998.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Livro 1. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VIANNA, Luiz Werneck. Lições da América: o problema do americanismo em Tocqueville. **Lua Nova**, São Paulo, n. 30, p. 159-193, ago. 1993.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

A “questão nacional” no internacionalismo marxista: apontamentos para a análise do projeto de integração latino-americana da Telesur

La “cuestión nacional” en el internacionalismo marxista: apuntes para el análisis del proyecto de integración latinoamericana de Telesur

The “national question” in Marxist internationalism: notes for the analysis of the Latin American integration project of Telesur

Glauca Mendes Moraes

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Comunicação e jornalista pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – Brasil.

Contato: gs_mendes@yahoo.com.br

Artigo submetido em 30/09/2017 e aprovado em 28/11/2017.



Resumo

Este artigo visa a coligir um referencial teórico marxista para subsidiar a análise do projeto internacionalista da emissora de televisão multiestatal Telesur, inspirado no ideal de integração latino-americana de Simón Bolívar, no qual a Nação adquire proeminência singular. Com esse propósito, realiza-se uma revisão crítica dos escritos de Marx sobre a “questão nacional”, especialmente de suas considerações a respeito da América Latina, e exploram-se as contribuições de Antonio Gramsci.

Palavras-chave: comunicação e cultura; Telesur; marxismo; questão nacional; integração latino-americana.

Resumen

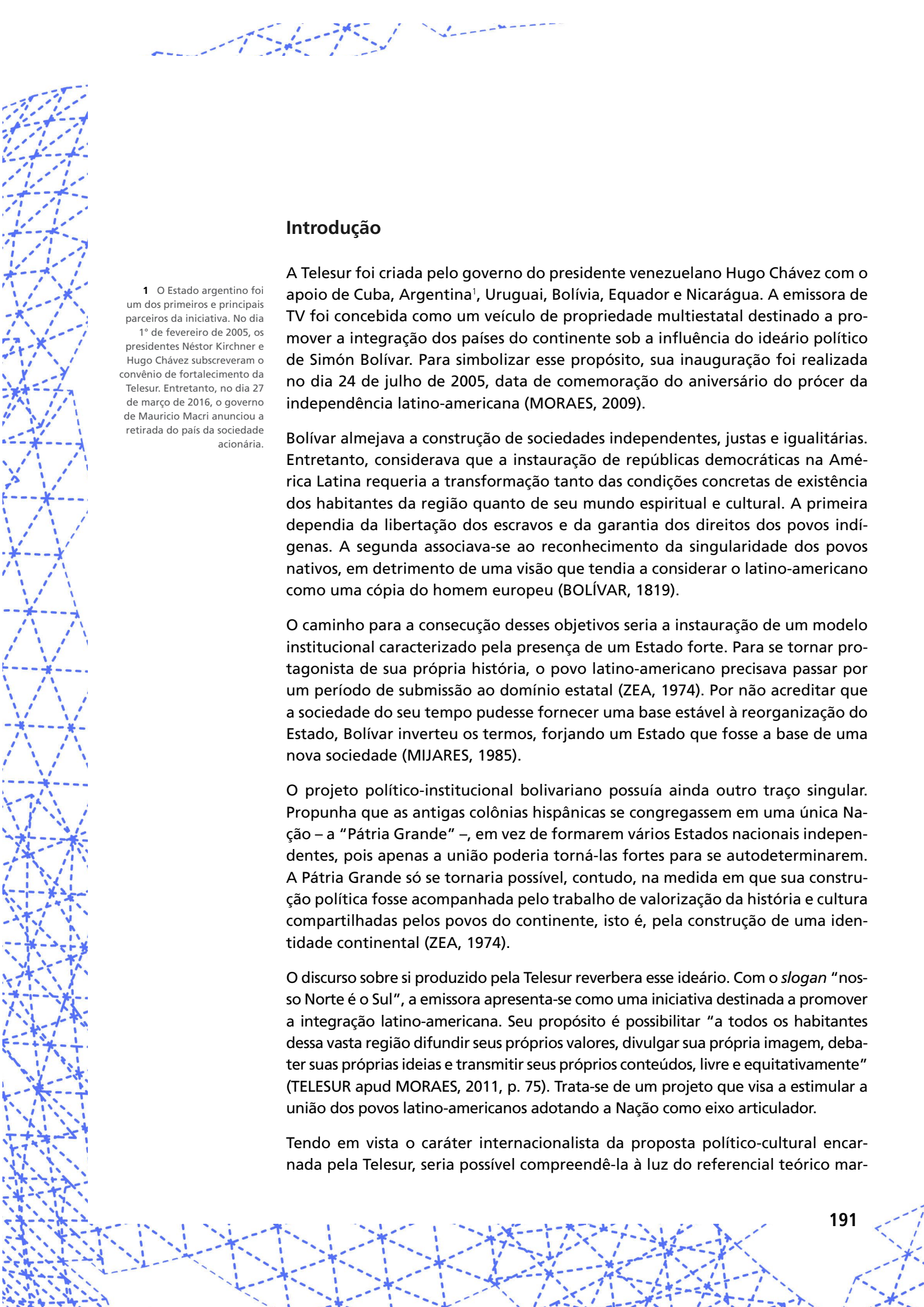
Este trabajo pretende recoger un referencial teórico marxista para subsidiar el análisis del proyecto internacionalista de la emisora de televisión multiestatal Telesur, inspirado en el ideal de integración latinoamericana de Simón Bolívar, en el que la Nación adquiere prominencia singular. Con ese propósito, se realiza una revisión crítica de los escritos de Marx sobre la “cuestión nacional”, especialmente de sus consideraciones respecto de América Latina, y se exploran las contribuciones de Antonio Gramsci.

Palabras clave: comunicación y cultura; Telesur; marxismo; cuestión nacional; integración latinoamericana.

Abstract

This paper aims to compile a Marxist theoretical framework to support the analysis of the internationalist project of the multistate television station Telesur, inspired by Simon Bolivar's ideal of Latin American integration, in which the Nation acquires singular prominence. For this purpose, the paper critically reviews Marx's writings on the “national question”, especially his considerations about Latin America, and explores the contributions of Antonio Gramsci.

Keywords: communication and culture; Marxism; national question; Latin American integration.



1 O Estado argentino foi um dos primeiros e principais parceiros da iniciativa. No dia 1º de fevereiro de 2005, os presidentes Néstor Kirchner e Hugo Chávez subscreveram o convênio de fortalecimento da Telesur. Entretanto, no dia 27 de março de 2016, o governo de Mauricio Macri anunciou a retirada do país da sociedade acionária.

Introdução

A Telesur foi criada pelo governo do presidente venezuelano Hugo Chávez com o apoio de Cuba, Argentina¹, Uruguai, Bolívia, Equador e Nicarágua. A emissora de TV foi concebida como um veículo de propriedade multiestatal destinado a promover a integração dos países do continente sob a influência do ideário político de Simón Bolívar. Para simbolizar esse propósito, sua inauguração foi realizada no dia 24 de julho de 2005, data de comemoração do aniversário do prócer da independência latino-americana (MORAES, 2009).

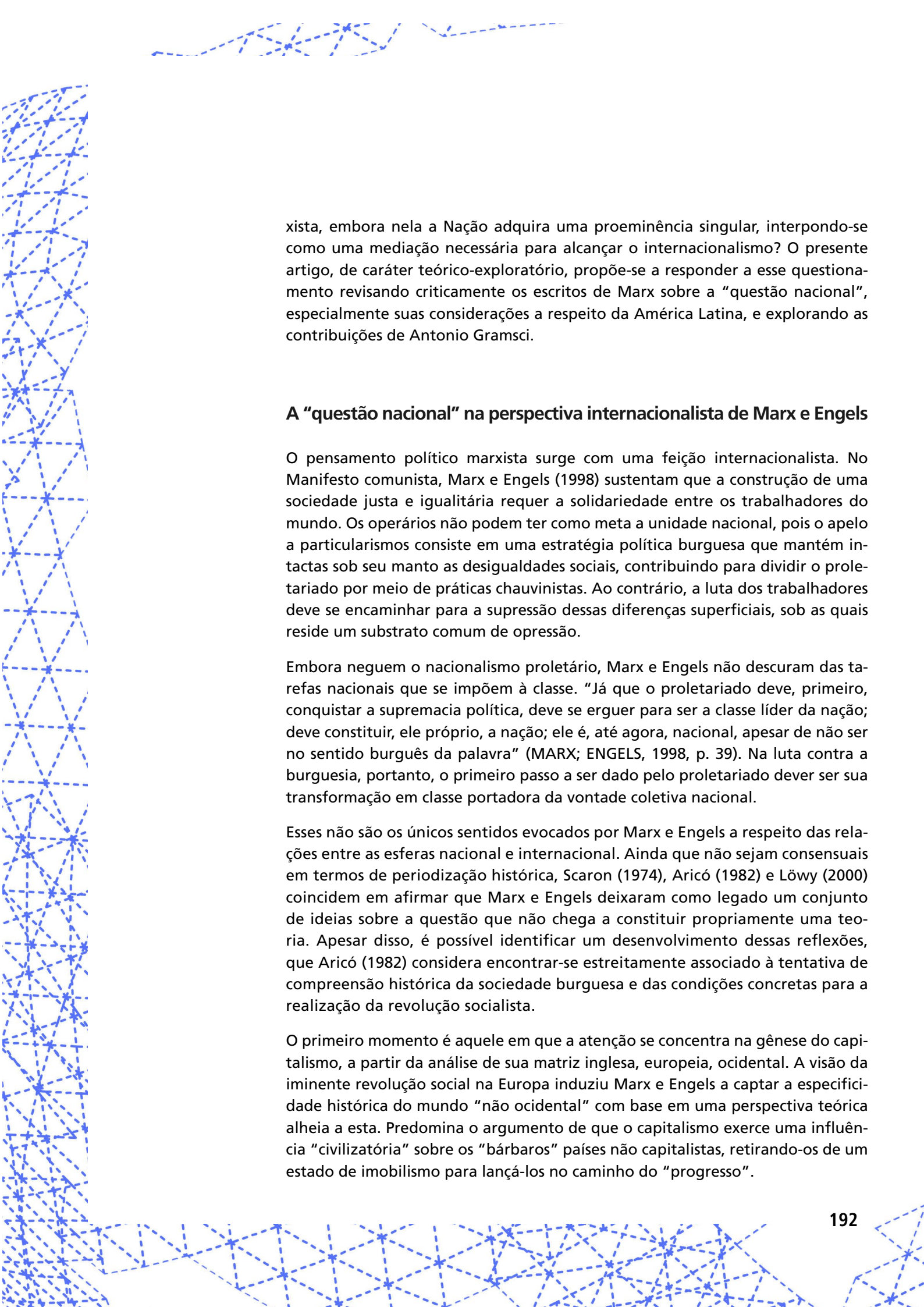
Bolívar almejava a construção de sociedades independentes, justas e igualitárias. Entretanto, considerava que a instauração de repúblicas democráticas na América Latina requeria a transformação tanto das condições concretas de existência dos habitantes da região quanto de seu mundo espiritual e cultural. A primeira dependia da libertação dos escravos e da garantia dos direitos dos povos indígenas. A segunda associava-se ao reconhecimento da singularidade dos povos nativos, em detrimento de uma visão que tendia a considerar o latino-americano como uma cópia do homem europeu (BOLÍVAR, 1819).

O caminho para a consecução desses objetivos seria a instauração de um modelo institucional caracterizado pela presença de um Estado forte. Para se tornar protagonista de sua própria história, o povo latino-americano precisava passar por um período de submissão ao domínio estatal (ZEA, 1974). Por não acreditar que a sociedade do seu tempo pudesse fornecer uma base estável à reorganização do Estado, Bolívar inverteu os termos, forjando um Estado que fosse a base de uma nova sociedade (MIJARES, 1985).

O projeto político-institucional bolivariano possuía ainda outro traço singular. Propunha que as antigas colônias hispânicas se congregassem em uma única Nação – a “Pátria Grande” –, em vez de formarem vários Estados nacionais independentes, pois apenas a união poderia torná-las fortes para se autodeterminarem. A Pátria Grande só se tornaria possível, contudo, na medida em que sua construção política fosse acompanhada pelo trabalho de valorização da história e cultura compartilhadas pelos povos do continente, isto é, pela construção de uma identidade continental (ZEA, 1974).

O discurso sobre si produzido pela Telesur reverbera esse ideário. Com o *slogan* “nosso Norte é o Sul”, a emissora apresenta-se como uma iniciativa destinada a promover a integração latino-americana. Seu propósito é possibilitar “a todos os habitantes dessa vasta região difundir seus próprios valores, divulgar sua própria imagem, debater suas próprias ideias e transmitir seus próprios conteúdos, livre e equitativamente” (TELESUR apud MORAES, 2011, p. 75). Trata-se de um projeto que visa a estimular a união dos povos latino-americanos adotando a Nação como eixo articulador.

Tendo em vista o caráter internacionalista da proposta político-cultural encarnada pela Telesur, seria possível compreendê-la à luz do referencial teórico mar-



xista, embora nela a Nação adquira uma proeminência singular, interpondo-se como uma mediação necessária para alcançar o internacionalismo? O presente artigo, de caráter teórico-exploratório, propõe-se a responder a esse questionamento revisando criticamente os escritos de Marx sobre a “questão nacional”, especialmente suas considerações a respeito da América Latina, e explorando as contribuições de Antonio Gramsci.

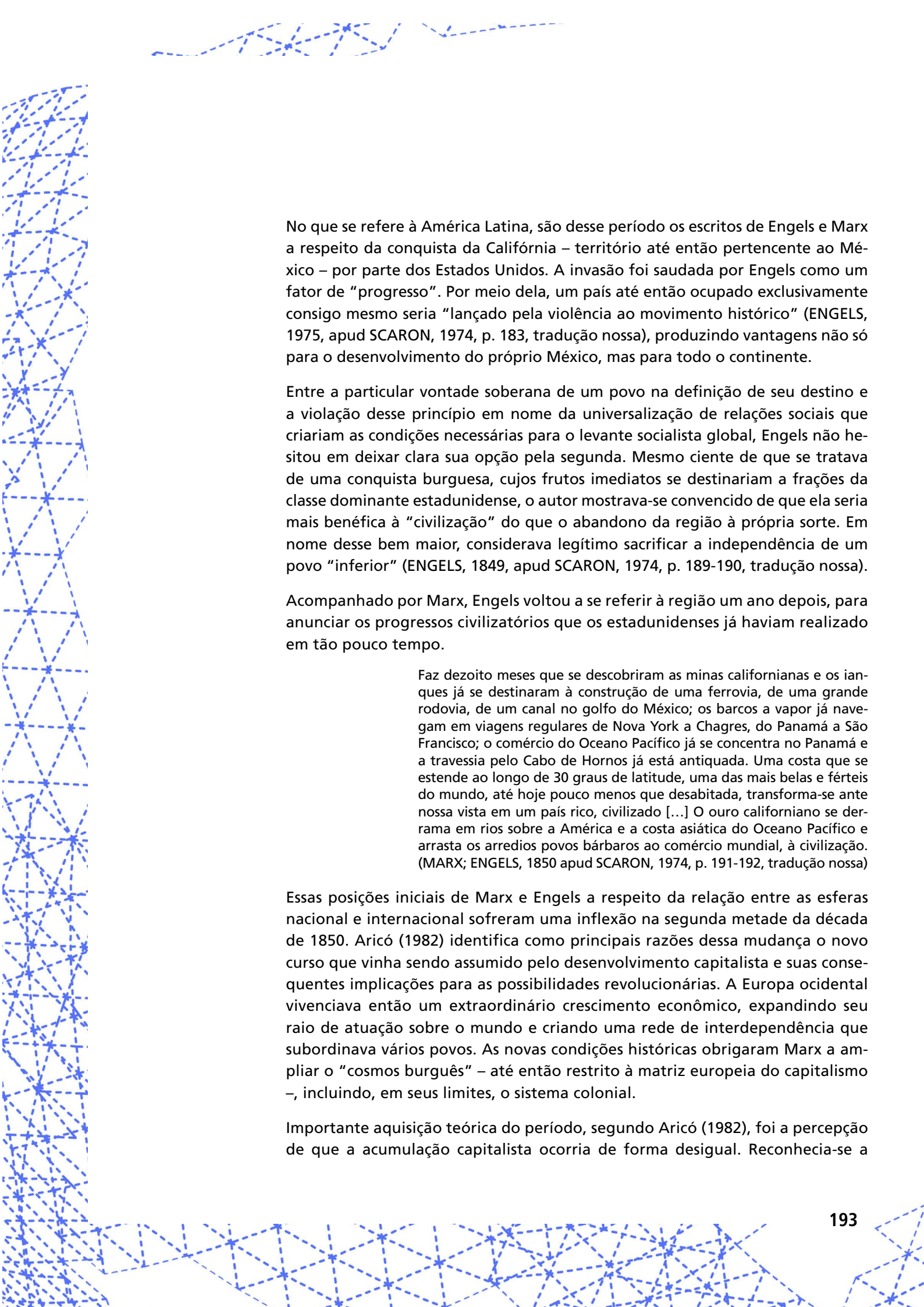
A “questão nacional” na perspectiva internacionalista de Marx e Engels

O pensamento político marxista surge com uma feição internacionalista. No Manifesto comunista, Marx e Engels (1998) sustentam que a construção de uma sociedade justa e igualitária requer a solidariedade entre os trabalhadores do mundo. Os operários não podem ter como meta a unidade nacional, pois o apelo a particularismos consiste em uma estratégia política burguesa que mantém intactas sob seu manto as desigualdades sociais, contribuindo para dividir o proletariado por meio de práticas chauvinistas. Ao contrário, a luta dos trabalhadores deve se encaminhar para a supressão dessas diferenças superficiais, sob as quais reside um substrato comum de opressão.

Embora neguem o nacionalismo proletário, Marx e Engels não descaram das tarefas nacionais que se impõem à classe. “Já que o proletariado deve, primeiro, conquistar a supremacia política, deve se erguer para ser a classe líder da nação; deve constituir, ele próprio, a nação; ele é, até agora, nacional, apesar de não ser no sentido burguês da palavra” (MARX; ENGELS, 1998, p. 39). Na luta contra a burguesia, portanto, o primeiro passo a ser dado pelo proletariado deve ser sua transformação em classe portadora da vontade coletiva nacional.

Esses não são os únicos sentidos evocados por Marx e Engels a respeito das relações entre as esferas nacional e internacional. Ainda que não sejam consensuais em termos de periodização histórica, Scaron (1974), Aricó (1982) e Löwy (2000) coincidem em afirmar que Marx e Engels deixaram como legado um conjunto de ideias sobre a questão que não chega a constituir propriamente uma teoria. Apesar disso, é possível identificar um desenvolvimento dessas reflexões, que Aricó (1982) considera encontrar-se estreitamente associado à tentativa de compreensão histórica da sociedade burguesa e das condições concretas para a realização da revolução socialista.

O primeiro momento é aquele em que a atenção se concentra na gênese do capitalismo, a partir da análise de sua matriz inglesa, europeia, ocidental. A visão da iminente revolução social na Europa induziu Marx e Engels a captar a especificidade histórica do mundo “não ocidental” com base em uma perspectiva teórica alheia a esta. Predomina o argumento de que o capitalismo exerce uma influência “civilizatória” sobre os “bárbaros” países não capitalistas, retirando-os de um estado de imobilismo para lançá-los no caminho do “progresso”.



No que se refere à América Latina, são desse período os escritos de Engels e Marx a respeito da conquista da Califórnia – território até então pertencente ao México – por parte dos Estados Unidos. A invasão foi saudada por Engels como um fator de “progresso”. Por meio dela, um país até então ocupado exclusivamente consigo mesmo seria “lançado pela violência ao movimento histórico” (ENGELS, 1975, apud SCARON, 1974, p. 183, tradução nossa), produzindo vantagens não só para o desenvolvimento do próprio México, mas para todo o continente.

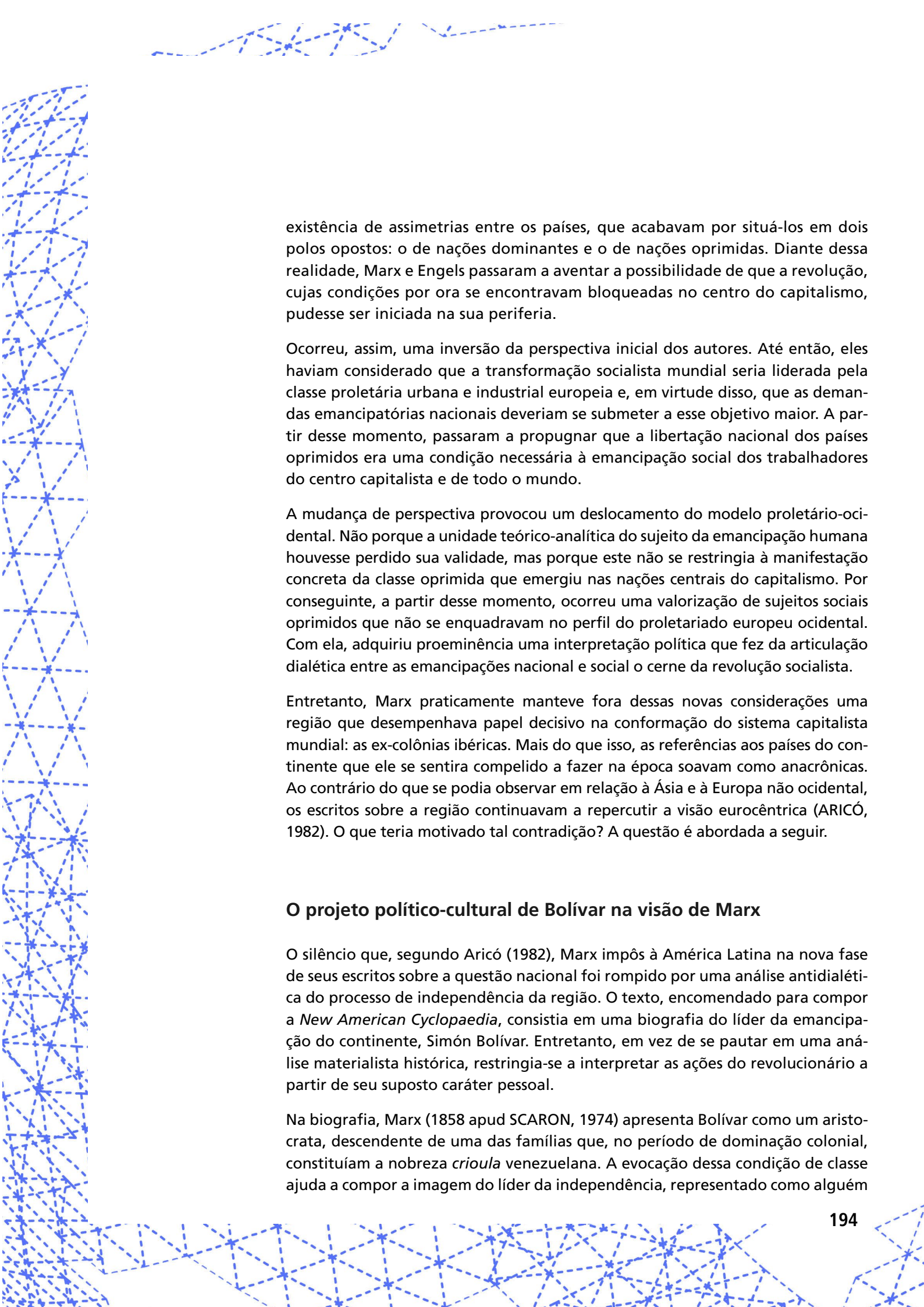
Entre a particular vontade soberana de um povo na definição de seu destino e a violação desse princípio em nome da universalização de relações sociais que criariam as condições necessárias para o levante socialista global, Engels não hesitou em deixar clara sua opção pela segunda. Mesmo ciente de que se tratava de uma conquista burguesa, cujos frutos imediatos se destinariam a frações da classe dominante estadunidense, o autor mostrava-se convencido de que ela seria mais benéfica à “civilização” do que o abandono da região à própria sorte. Em nome desse bem maior, considerava legítimo sacrificar a independência de um povo “inferior” (ENGELS, 1849, apud SCARON, 1974, p. 189-190, tradução nossa).

Acompanhado por Marx, Engels voltou a se referir à região um ano depois, para anunciar os progressos civilizatórios que os estadunidenses já haviam realizado em tão pouco tempo.

Faz dezoito meses que se descobriram as minas californianas e os ianques já se destinaram à construção de uma ferrovia, de uma grande rodovia, de um canal no golfo do México; os barcos a vapor já navegam em viagens regulares de Nova York a Chagres, do Panamá a São Francisco; o comércio do Oceano Pacífico já se concentra no Panamá e a travessia pelo Cabo de Hornos já está antiquada. Uma costa que se estende ao longo de 30 graus de latitude, uma das mais belas e férteis do mundo, até hoje pouco menos que desabitada, transforma-se ante nossa vista em um país rico, civilizado [...] O ouro californiano se derrama em rios sobre a América e a costa asiática do Oceano Pacífico e arrasta os arredios povos bárbaros ao comércio mundial, à civilização. (MARX; ENGELS, 1850 apud SCARON, 1974, p. 191-192, tradução nossa)

Essas posições iniciais de Marx e Engels a respeito da relação entre as esferas nacional e internacional sofreram uma inflexão na segunda metade da década de 1850. Aricó (1982) identifica como principais razões dessa mudança o novo curso que vinha sendo assumido pelo desenvolvimento capitalista e suas conseqüentes implicações para as possibilidades revolucionárias. A Europa ocidental vivenciava então um extraordinário crescimento econômico, expandindo seu raio de atuação sobre o mundo e criando uma rede de interdependência que subordinava vários povos. As novas condições históricas obrigaram Marx a ampliar o “cosmos burguês” – até então restrito à matriz europeia do capitalismo –, incluindo, em seus limites, o sistema colonial.

Importante aquisição teórica do período, segundo Aricó (1982), foi a percepção de que a acumulação capitalista ocorria de forma desigual. Reconhecia-se a



existência de assimetrias entre os países, que acabavam por situá-los em dois polos opostos: o de nações dominantes e o de nações oprimidas. Diante dessa realidade, Marx e Engels passaram a aventar a possibilidade de que a revolução, cujas condições por ora se encontravam bloqueadas no centro do capitalismo, pudesse ser iniciada na sua periferia.

Ocorreu, assim, uma inversão da perspectiva inicial dos autores. Até então, eles haviam considerado que a transformação socialista mundial seria liderada pela classe proletária urbana e industrial europeia e, em virtude disso, que as demandas emancipatórias nacionais deveriam se submeter a esse objetivo maior. A partir desse momento, passaram a propugnar que a libertação nacional dos países oprimidos era uma condição necessária à emancipação social dos trabalhadores do centro capitalista e de todo o mundo.

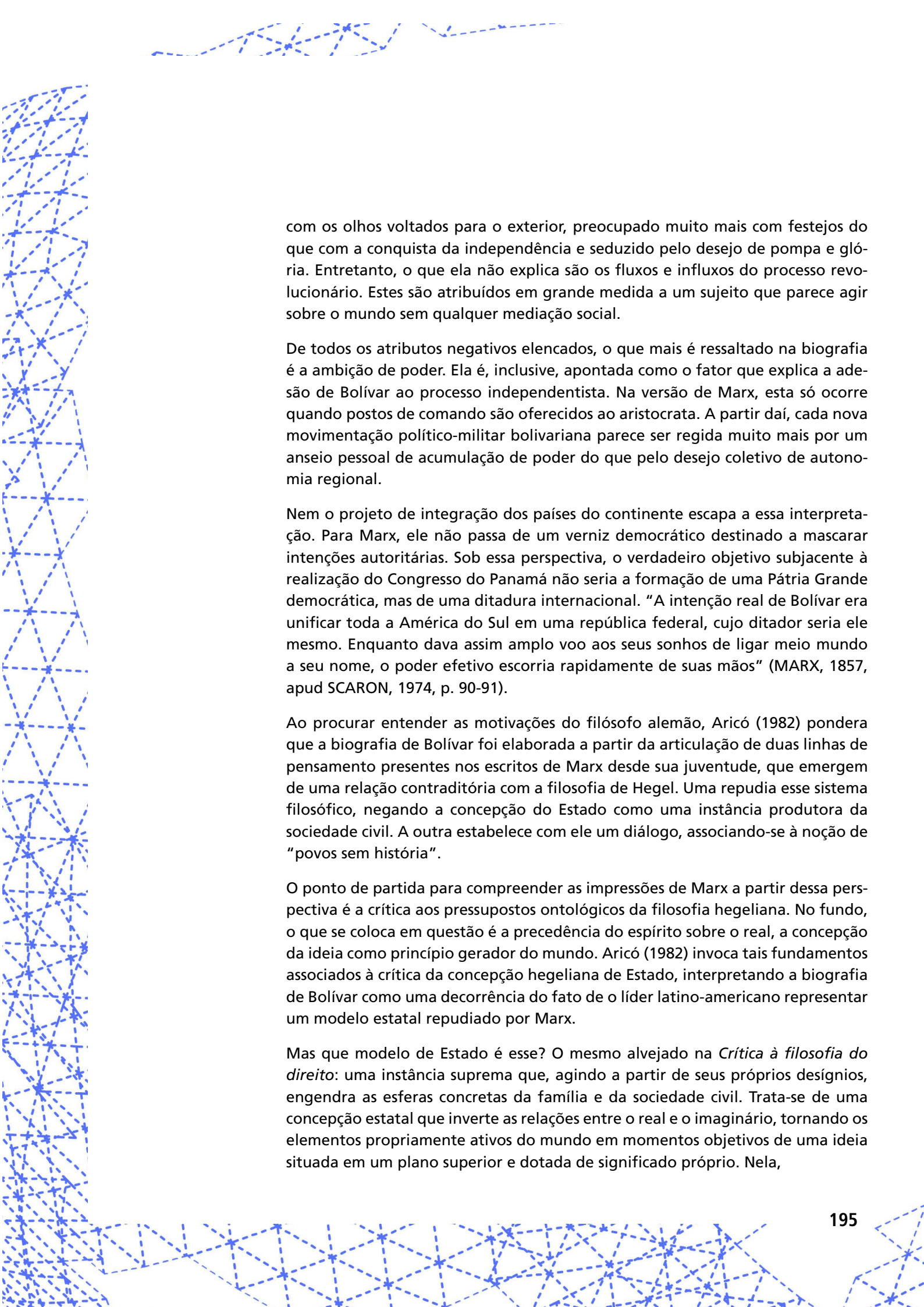
A mudança de perspectiva provocou um deslocamento do modelo proletário-ocidental. Não porque a unidade teórico-analítica do sujeito da emancipação humana houvesse perdido sua validade, mas porque este não se restringia à manifestação concreta da classe oprimida que emergiu nas nações centrais do capitalismo. Por conseguinte, a partir desse momento, ocorreu uma valorização de sujeitos sociais oprimidos que não se enquadravam no perfil do proletariado europeu ocidental. Com ela, adquiriu proeminência uma interpretação política que fez da articulação dialética entre as emancipações nacional e social o cerne da revolução socialista.

Entretanto, Marx praticamente manteve fora dessas novas considerações uma região que desempenhava papel decisivo na conformação do sistema capitalista mundial: as ex-colônias ibéricas. Mais do que isso, as referências aos países do continente que ele se sentira compelido a fazer na época soavam como anacrônicas. Ao contrário do que se podia observar em relação à Ásia e à Europa não ocidental, os escritos sobre a região continuavam a repercutir a visão eurocêntrica (ARICÓ, 1982). O que teria motivado tal contradição? A questão é abordada a seguir.

O projeto político-cultural de Bolívar na visão de Marx

O silêncio que, segundo Aricó (1982), Marx impôs à América Latina na nova fase de seus escritos sobre a questão nacional foi rompido por uma análise antidialética do processo de independência da região. O texto, encomendado para compor a *New American Cyclopaedia*, consistia em uma biografia do líder da emancipação do continente, Simón Bolívar. Entretanto, em vez de se pautar em uma análise materialista histórica, restringia-se a interpretar as ações do revolucionário a partir de seu suposto caráter pessoal.

Na biografia, Marx (1858 apud SCARON, 1974) apresenta Bolívar como um aristocrata, descendente de uma das famílias que, no período de dominação colonial, constituíam a nobreza *crioula* venezuelana. A evocação dessa condição de classe ajuda a compor a imagem do líder da independência, representado como alguém



com os olhos voltados para o exterior, preocupado muito mais com festejos do que com a conquista da independência e seduzido pelo desejo de pompa e glória. Entretanto, o que ela não explica são os fluxos e influxos do processo revolucionário. Estes são atribuídos em grande medida a um sujeito que parece agir sobre o mundo sem qualquer mediação social.

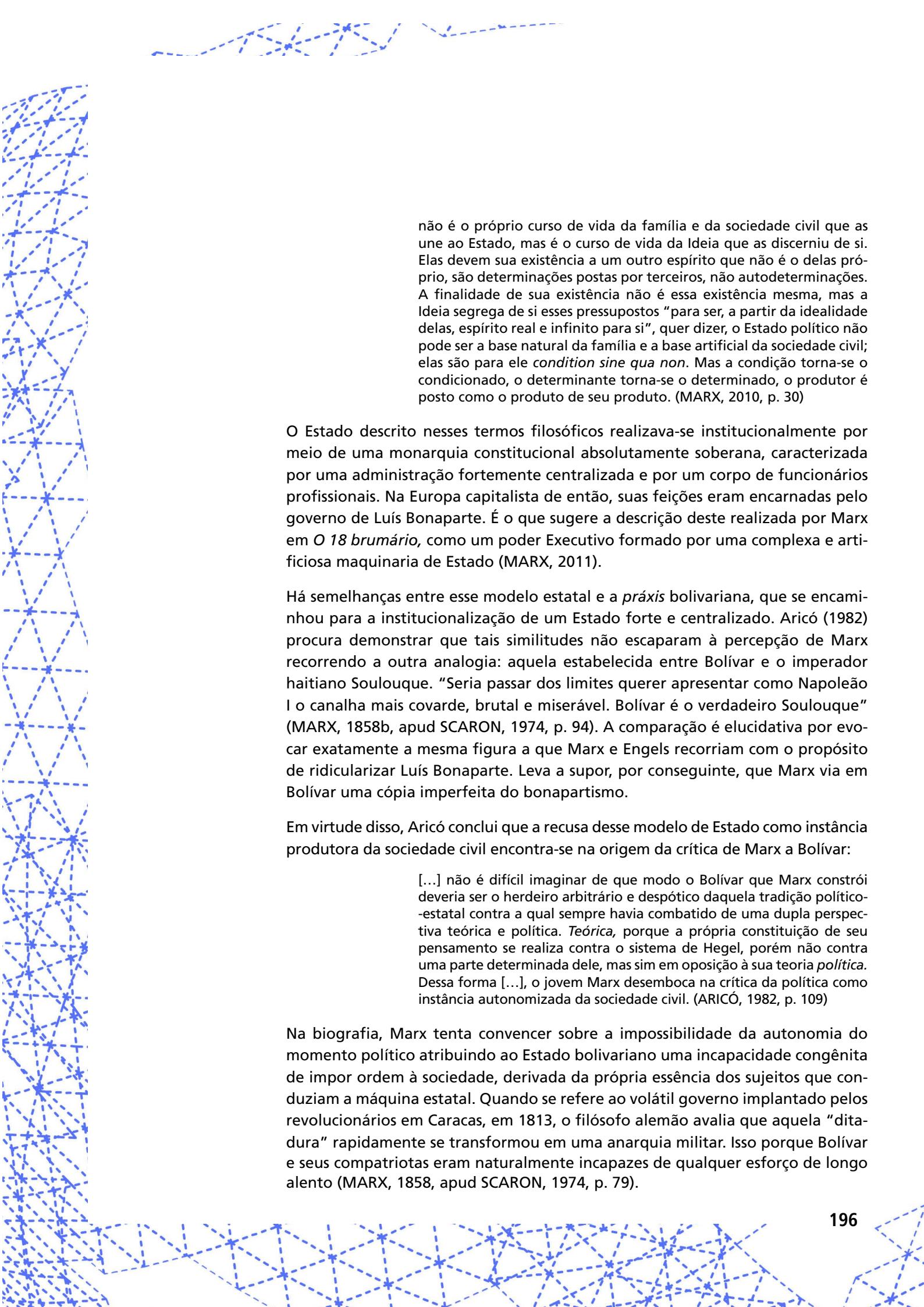
De todos os atributos negativos elencados, o que mais é ressaltado na biografia é a ambição de poder. Ela é, inclusive, apontada como o fator que explica a adesão de Bolívar ao processo independentista. Na versão de Marx, esta só ocorre quando postos de comando são oferecidos ao aristocrata. A partir daí, cada nova movimentação político-militar bolivariana parece ser regida muito mais por um anseio pessoal de acumulação de poder do que pelo desejo coletivo de autonomia regional.

Nem o projeto de integração dos países do continente escapa a essa interpretação. Para Marx, ele não passa de um verniz democrático destinado a mascarar intenções autoritárias. Sob essa perspectiva, o verdadeiro objetivo subjacente à realização do Congresso do Panamá não seria a formação de uma Pátria Grande democrática, mas de uma ditadura internacional. “A intenção real de Bolívar era unificar toda a América do Sul em uma república federal, cujo ditador seria ele mesmo. Enquanto dava assim amplo voo aos seus sonhos de ligar meio mundo a seu nome, o poder efetivo escorria rapidamente de suas mãos” (MARX, 1857, apud SCARON, 1974, p. 90-91).

Ao procurar entender as motivações do filósofo alemão, Aricó (1982) pondera que a biografia de Bolívar foi elaborada a partir da articulação de duas linhas de pensamento presentes nos escritos de Marx desde sua juventude, que emergem de uma relação contraditória com a filosofia de Hegel. Uma repudia esse sistema filosófico, negando a concepção do Estado como uma instância produtora da sociedade civil. A outra estabelece com ele um diálogo, associando-se à noção de “povos sem história”.

O ponto de partida para compreender as impressões de Marx a partir dessa perspectiva é a crítica aos pressupostos ontológicos da filosofia hegeliana. No fundo, o que se coloca em questão é a precedência do espírito sobre o real, a concepção da ideia como princípio gerador do mundo. Aricó (1982) invoca tais fundamentos associados à crítica da concepção hegeliana de Estado, interpretando a biografia de Bolívar como uma decorrência do fato de o líder latino-americano representar um modelo estatal repudiado por Marx.

Mas que modelo de Estado é esse? O mesmo alvejado na *Crítica à filosofia do direito*: uma instância suprema que, agindo a partir de seus próprios desígnios, engendra as esferas concretas da família e da sociedade civil. Trata-se de uma concepção estatal que inverte as relações entre o real e o imaginário, tornando os elementos propriamente ativos do mundo em momentos objetivos de uma ideia situada em um plano superior e dotada de significado próprio. Nela,



não é o próprio curso de vida da família e da sociedade civil que as une ao Estado, mas é o curso de vida da Ideia que as discerniu de si. Elas devem sua existência a um outro espírito que não é o delas próprio, são determinações postas por terceiros, não autodeterminações. A finalidade de sua existência não é essa existência mesma, mas a Ideia segrega de si esses pressupostos “para ser, a partir da idealidade delas, espírito real e infinito para si”, quer dizer, o Estado político não pode ser a base natural da família e a base artificial da sociedade civil; elas são para ele *condition sine qua non*. Mas a condição torna-se o condicionado, o determinante torna-se o determinado, o produtor é posto como o produto de seu produto. (MARX, 2010, p. 30)

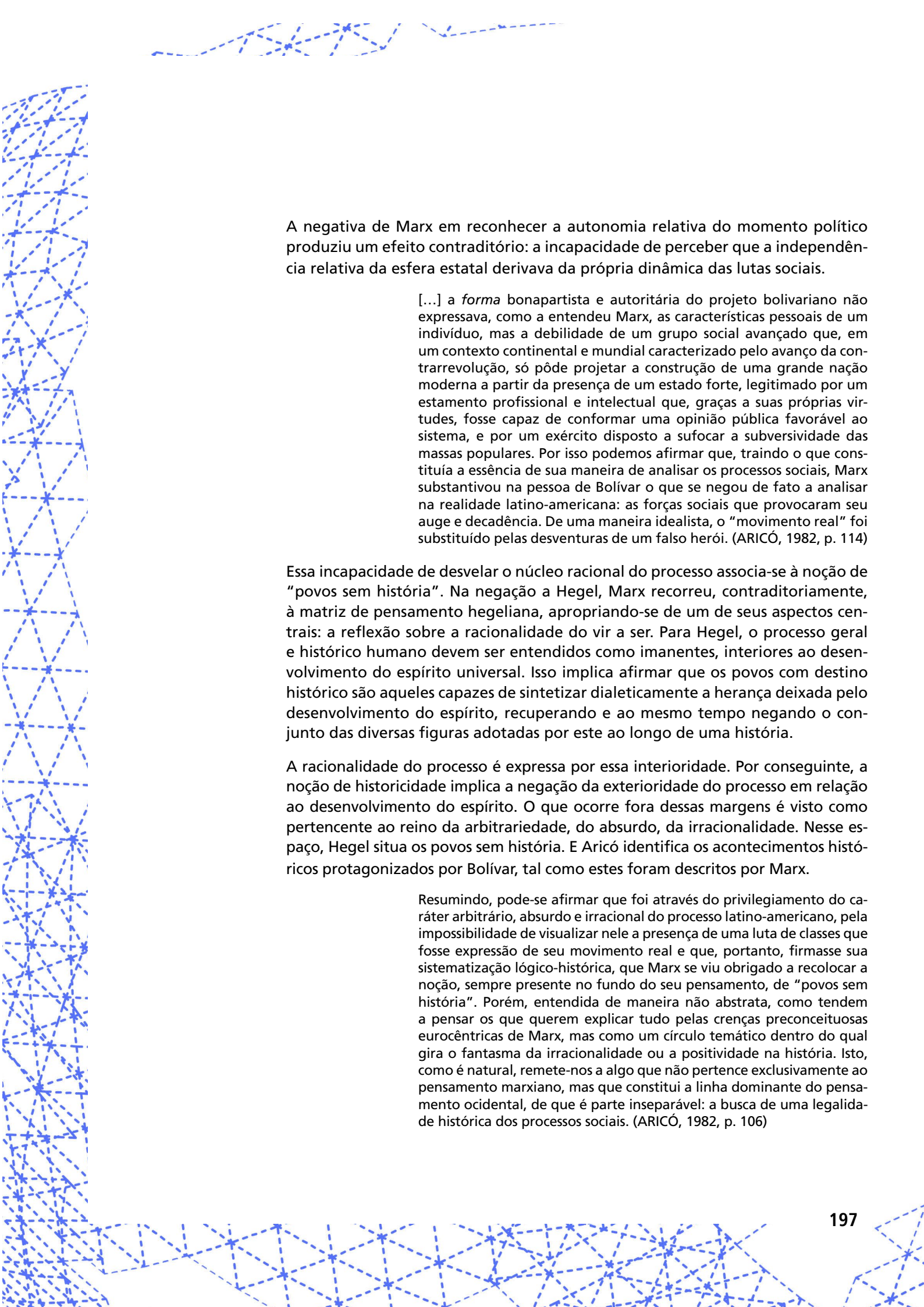
O Estado descrito nesses termos filosóficos realizava-se institucionalmente por meio de uma monarquia constitucional absolutamente soberana, caracterizada por uma administração fortemente centralizada e por um corpo de funcionários profissionais. Na Europa capitalista de então, suas feições eram encarnadas pelo governo de Luís Bonaparte. É o que sugere a descrição deste realizada por Marx em *O 18 brumário*, como um poder Executivo formado por uma complexa e artificiosa maquinaria de Estado (MARX, 2011).

Há semelhanças entre esse modelo estatal e a *práxis* bolivariana, que se encaminhou para a institucionalização de um Estado forte e centralizado. Aricó (1982) procura demonstrar que tais similitudes não escaparam à percepção de Marx recorrendo a outra analogia: aquela estabelecida entre Bolívar e o imperador haitiano Soulouque. “Seria passar dos limites querer apresentar como Napoleão I o canalha mais covarde, brutal e miserável. Bolívar é o verdadeiro Soulouque” (MARX, 1858b, apud SCARON, 1974, p. 94). A comparação é elucidativa por evocar exatamente a mesma figura a que Marx e Engels recorriam com o propósito de ridicularizar Luís Bonaparte. Leva a supor, por conseguinte, que Marx via em Bolívar uma cópia imperfeita do bonapartismo.

Em virtude disso, Aricó conclui que a recusa desse modelo de Estado como instância produtora da sociedade civil encontra-se na origem da crítica de Marx a Bolívar:

[...] não é difícil imaginar de que modo o Bolívar que Marx constrói deveria ser o herdeiro arbitrário e despótico daquela tradição político-estatal contra a qual sempre havia combatido de uma dupla perspectiva teórica e política. *Teórica*, porque a própria constituição de seu pensamento se realiza contra o sistema de Hegel, porém não contra uma parte determinada dele, mas sim em oposição à sua teoria *política*. Dessa forma [...], o jovem Marx desemboca na crítica da política como instância autonomizada da sociedade civil. (ARICÓ, 1982, p. 109)

Na biografia, Marx tenta convencer sobre a impossibilidade da autonomia do momento político atribuindo ao Estado bolivariano uma incapacidade congênita de impor ordem à sociedade, derivada da própria essência dos sujeitos que conduziam a máquina estatal. Quando se refere ao volátil governo implantado pelos revolucionários em Caracas, em 1813, o filósofo alemão avalia que aquela “ditadura” rapidamente se transformou em uma anarquia militar. Isso porque Bolívar e seus compatriotas eram naturalmente incapazes de qualquer esforço de longo alento (MARX, 1858, apud SCARON, 1974, p. 79).



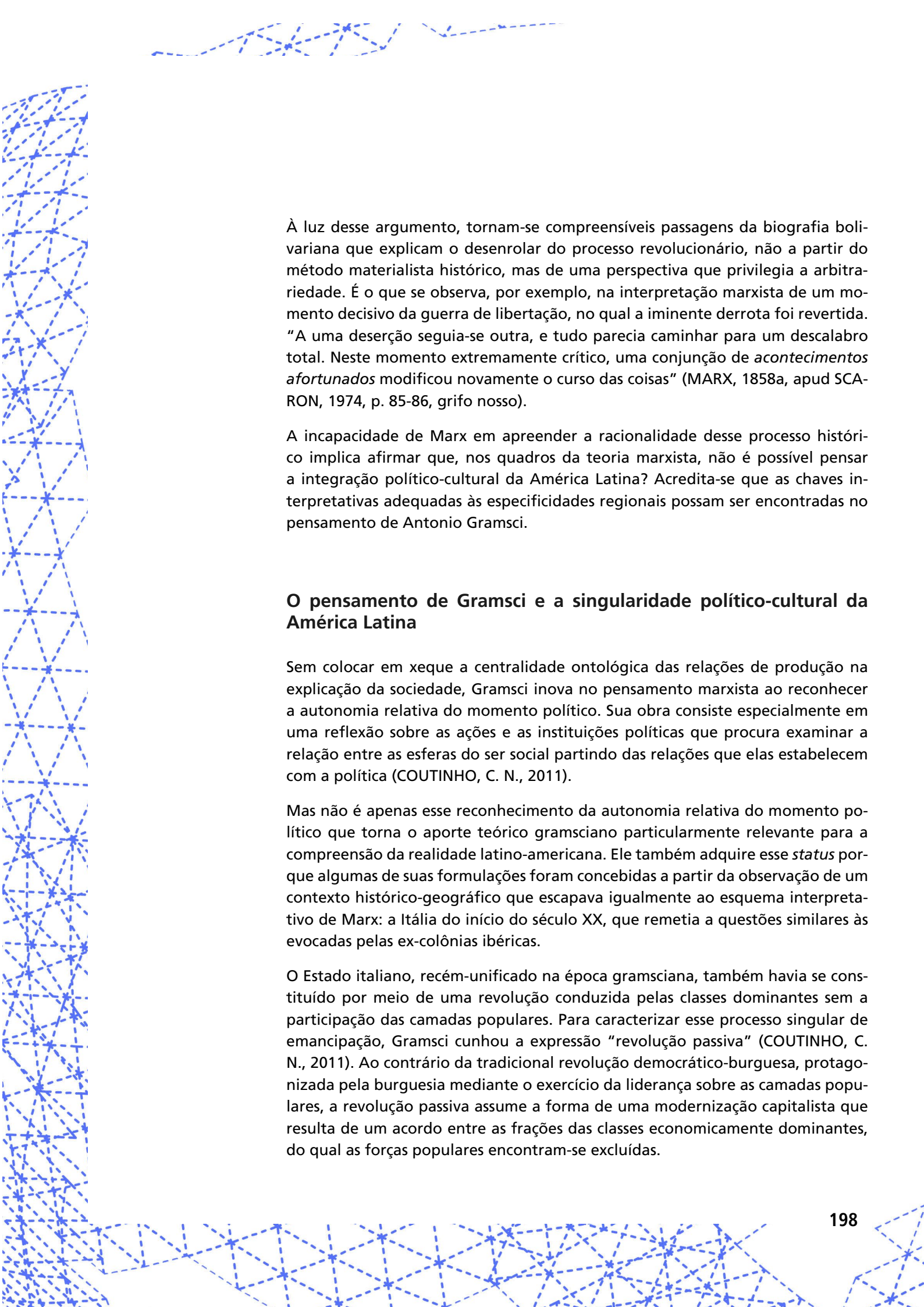
A negativa de Marx em reconhecer a autonomia relativa do momento político produziu um efeito contraditório: a incapacidade de perceber que a independência relativa da esfera estatal derivava da própria dinâmica das lutas sociais.

[...] a *forma* bonapartista e autoritária do projeto bolivariano não expressava, como a entendeu Marx, as características pessoais de um indivíduo, mas a debilidade de um grupo social avançado que, em um contexto continental e mundial caracterizado pelo avanço da contrarrevolução, só pôde projetar a construção de uma grande nação moderna a partir da presença de um estado forte, legitimado por um estamento profissional e intelectual que, graças a suas próprias virtudes, fosse capaz de conformar uma opinião pública favorável ao sistema, e por um exército disposto a sufocar a subversividade das massas populares. Por isso podemos afirmar que, traindo o que constituía a essência de sua maneira de analisar os processos sociais, Marx substantivou na pessoa de Bolívar o que se negou de fato a analisar na realidade latino-americana: as forças sociais que provocaram seu auge e decadência. De uma maneira idealista, o “movimento real” foi substituído pelas desventuras de um falso herói. (ARICÓ, 1982, p. 114)

Essa incapacidade de desvelar o núcleo racional do processo associa-se à noção de “povos sem história”. Na negação a Hegel, Marx recorreu, contraditoriamente, à matriz de pensamento hegeliana, apropriando-se de um de seus aspectos centrais: a reflexão sobre a racionalidade do vir a ser. Para Hegel, o processo geral e histórico humano devem ser entendidos como imanentes, interiores ao desenvolvimento do espírito universal. Isso implica afirmar que os povos com destino histórico são aqueles capazes de sintetizar dialeticamente a herança deixada pelo desenvolvimento do espírito, recuperando e ao mesmo tempo negando o conjunto das diversas figuras adotadas por este ao longo de uma história.

A racionalidade do processo é expressa por essa interioridade. Por conseguinte, a noção de historicidade implica a negação da exterioridade do processo em relação ao desenvolvimento do espírito. O que ocorre fora dessas margens é visto como pertencente ao reino da arbitrariedade, do absurdo, da irracionalidade. Nesse espaço, Hegel situa os povos sem história. E Aricó identifica os acontecimentos históricos protagonizados por Bolívar, tal como estes foram descritos por Marx.

Resumindo, pode-se afirmar que foi através do privilegiamento do caráter arbitrário, absurdo e irracional do processo latino-americano, pela impossibilidade de visualizar nele a presença de uma luta de classes que fosse expressão de seu movimento real e que, portanto, firmasse sua sistematização lógico-histórica, que Marx se viu obrigado a recolocar a noção, sempre presente no fundo do seu pensamento, de “povos sem história”. Porém, entendida de maneira não abstrata, como tendem a pensar os que querem explicar tudo pelas crenças preconceituosas eurocêntricas de Marx, mas como um círculo temático dentro do qual gira o fantasma da irracionalidade ou a positividade na história. Isto, como é natural, remete-nos a algo que não pertence exclusivamente ao pensamento marxiano, mas que constitui a linha dominante do pensamento ocidental, de que é parte inseparável: a busca de uma legalidade histórica dos processos sociais. (ARICÓ, 1982, p. 106)



À luz desse argumento, tornam-se compreensíveis passagens da biografia bolivariana que explicam o desenrolar do processo revolucionário, não a partir do método materialista histórico, mas de uma perspectiva que privilegia a arbitrariedade. É o que se observa, por exemplo, na interpretação marxista de um momento decisivo da guerra de libertação, no qual a iminente derrota foi revertida. “A uma deserção seguia-se outra, e tudo parecia caminhar para um descalabro total. Neste momento extremamente crítico, uma conjunção de *acontecimentos afortunados* modificou novamente o curso das coisas” (MARX, 1858a, apud SCARON, 1974, p. 85-86, grifo nosso).

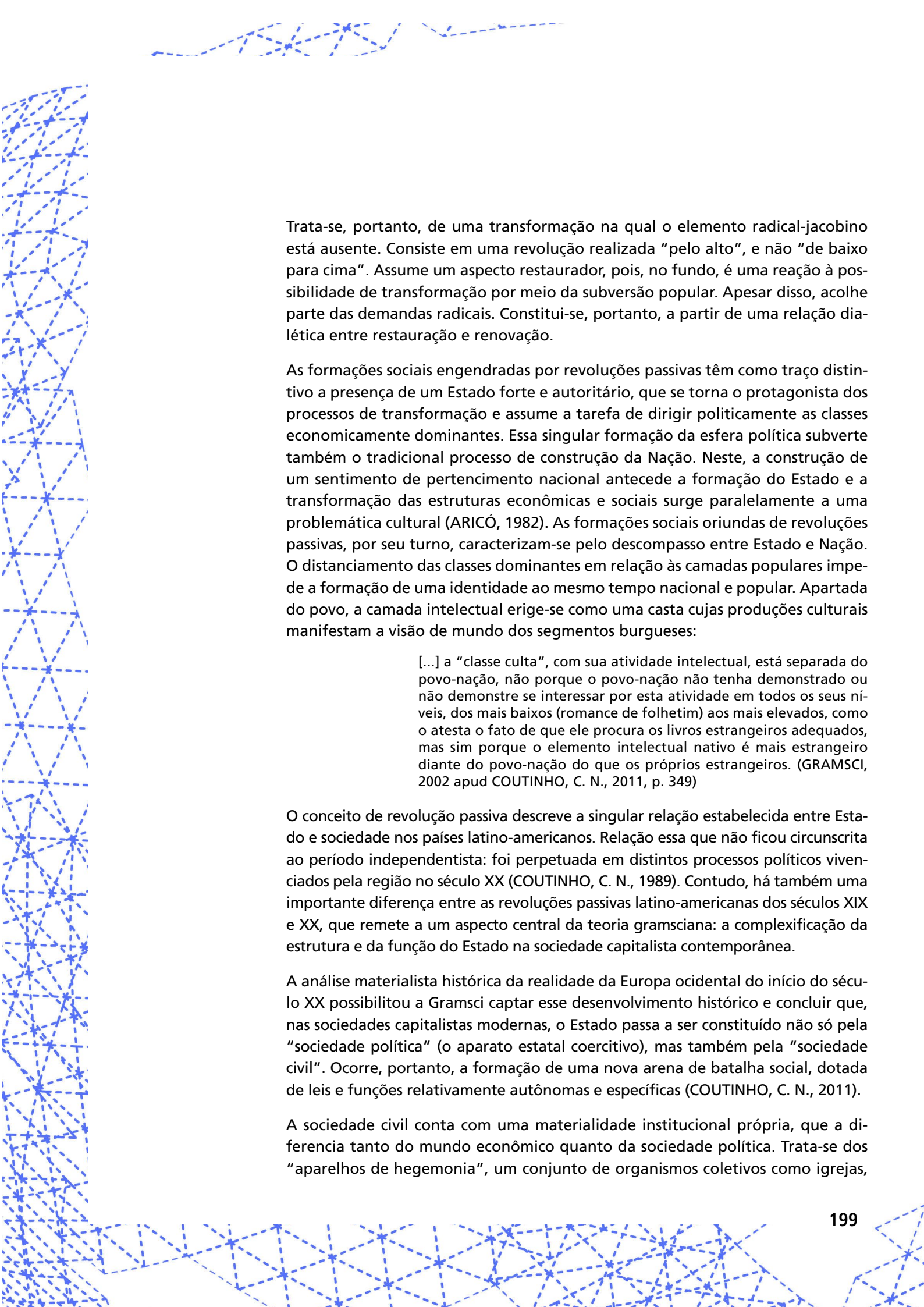
A incapacidade de Marx em apreender a racionalidade desse processo histórico implica afirmar que, nos quadros da teoria marxista, não é possível pensar a integração político-cultural da América Latina? Acredita-se que as chaves interpretativas adequadas às especificidades regionais possam ser encontradas no pensamento de Antonio Gramsci.

O pensamento de Gramsci e a singularidade político-cultural da América Latina

Sem colocar em xeque a centralidade ontológica das relações de produção na explicação da sociedade, Gramsci inova no pensamento marxista ao reconhecer a autonomia relativa do momento político. Sua obra consiste especialmente em uma reflexão sobre as ações e as instituições políticas que procura examinar a relação entre as esferas do ser social partindo das relações que elas estabelecem com a política (COUTINHO, C. N., 2011).

Mas não é apenas esse reconhecimento da autonomia relativa do momento político que torna o aporte teórico gramsciano particularmente relevante para a compreensão da realidade latino-americana. Ele também adquire esse *status* porque algumas de suas formulações foram concebidas a partir da observação de um contexto histórico-geográfico que escapava igualmente ao esquema interpretativo de Marx: a Itália do início do século XX, que remetia a questões similares às evocadas pelas ex-colônias ibéricas.

O Estado italiano, recém-unificado na época gramsciana, também havia se constituído por meio de uma revolução conduzida pelas classes dominantes sem a participação das camadas populares. Para caracterizar esse processo singular de emancipação, Gramsci cunhou a expressão “revolução passiva” (COUTINHO, C. N., 2011). Ao contrário da tradicional revolução democrático-burguesa, protagonizada pela burguesia mediante o exercício da liderança sobre as camadas populares, a revolução passiva assume a forma de uma modernização capitalista que resulta de um acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, do qual as forças populares encontram-se excluídas.



Trata-se, portanto, de uma transformação na qual o elemento radical-jacobino está ausente. Consiste em uma revolução realizada “pelo alto”, e não “de baixo para cima”. Assume um aspecto restaurador, pois, no fundo, é uma reação à possibilidade de transformação por meio da subversão popular. Apesar disso, acolhe parte das demandas radicais. Constitui-se, portanto, a partir de uma relação dialética entre restauração e renovação.

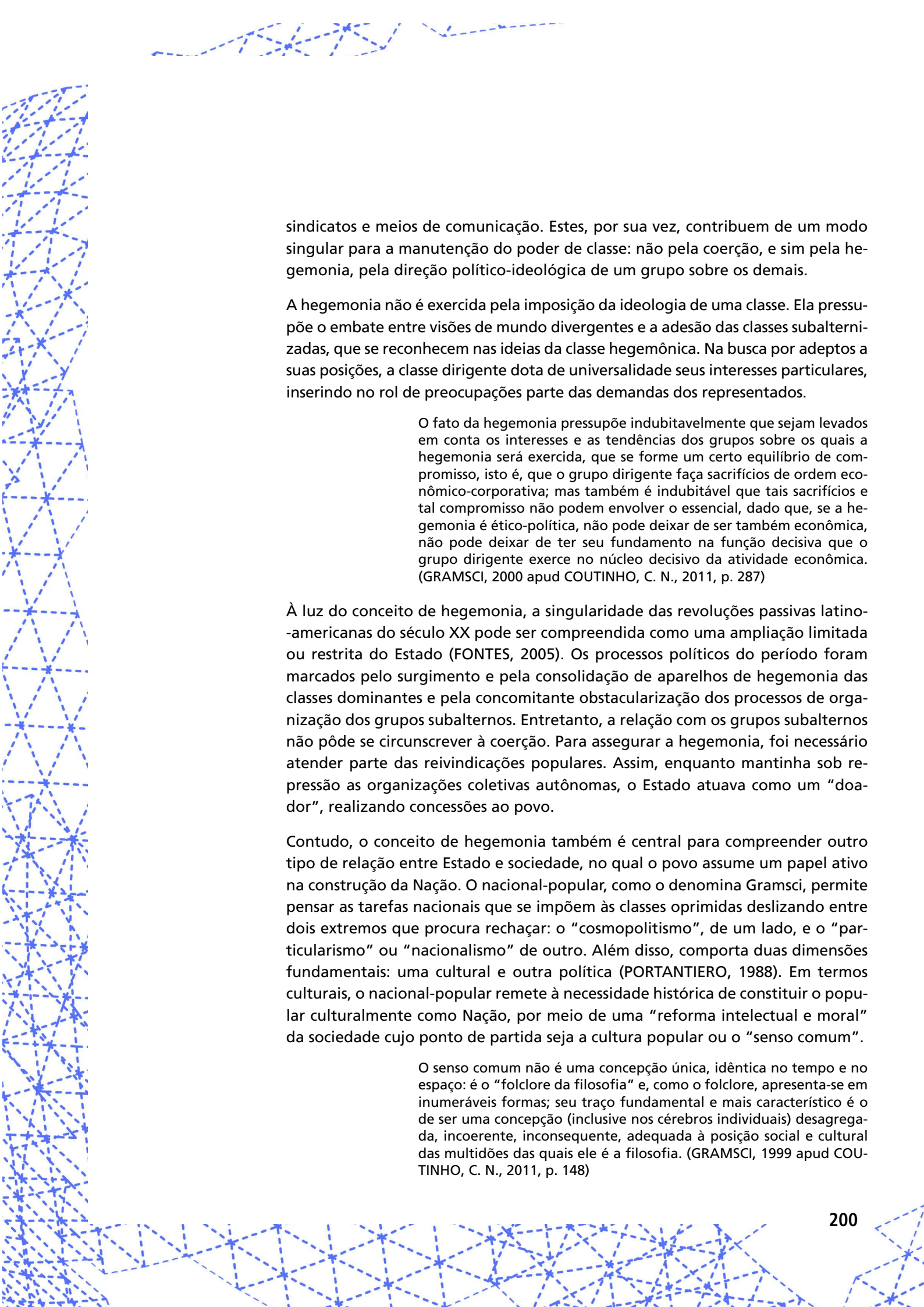
As formações sociais engendradas por revoluções passivas têm como traço distintivo a presença de um Estado forte e autoritário, que se torna o protagonista dos processos de transformação e assume a tarefa de dirigir politicamente as classes economicamente dominantes. Essa singular formação da esfera política subverte também o tradicional processo de construção da Nação. Neste, a construção de um sentimento de pertencimento nacional antecede a formação do Estado e a transformação das estruturas econômicas e sociais surge paralelamente a uma problemática cultural (ARICÓ, 1982). As formações sociais oriundas de revoluções passivas, por seu turno, caracterizam-se pelo descompasso entre Estado e Nação. O distanciamento das classes dominantes em relação às camadas populares impede a formação de uma identidade ao mesmo tempo nacional e popular. Apartada do povo, a camada intelectual erige-se como uma casta cujas produções culturais manifestam a visão de mundo dos segmentos burgueses:

[...] a “classe culta”, com sua atividade intelectual, está separada do povo-nação, não porque o povo-nação não tenha demonstrado ou não demonstre se interessar por esta atividade em todos os seus níveis, dos mais baixos (romance de folhetim) aos mais elevados, como o atesta o fato de que ele procura os livros estrangeiros adequados, mas sim porque o elemento intelectual nativo é mais estrangeiro diante do povo-nação do que os próprios estrangeiros. (GRAMSCI, 2002 apud COUTINHO, C. N., 2011, p. 349)

O conceito de revolução passiva descreve a singular relação estabelecida entre Estado e sociedade nos países latino-americanos. Relação essa que não ficou circunscrita ao período independentista: foi perpetuada em distintos processos políticos vivenciados pela região no século XX (COUTINHO, C. N., 1989). Contudo, há também uma importante diferença entre as revoluções passivas latino-americanas dos séculos XIX e XX, que remete a um aspecto central da teoria gramsciana: a complexificação da estrutura e da função do Estado na sociedade capitalista contemporânea.

A análise materialista histórica da realidade da Europa ocidental do início do século XX possibilitou a Gramsci captar esse desenvolvimento histórico e concluir que, nas sociedades capitalistas modernas, o Estado passa a ser constituído não só pela “sociedade política” (o aparato estatal coercitivo), mas também pela “sociedade civil”. Ocorre, portanto, a formação de uma nova arena de batalha social, dotada de leis e funções relativamente autônomas e específicas (COUTINHO, C. N., 2011).

A sociedade civil conta com uma materialidade institucional própria, que a diferencia tanto do mundo econômico quanto da sociedade política. Trata-se dos “aparelhos de hegemonia”, um conjunto de organismos coletivos como igrejas,



sindicatos e meios de comunicação. Estes, por sua vez, contribuem de um modo singular para a manutenção do poder de classe: não pela coerção, e sim pela hegemonia, pela direção político-ideológica de um grupo sobre os demais.

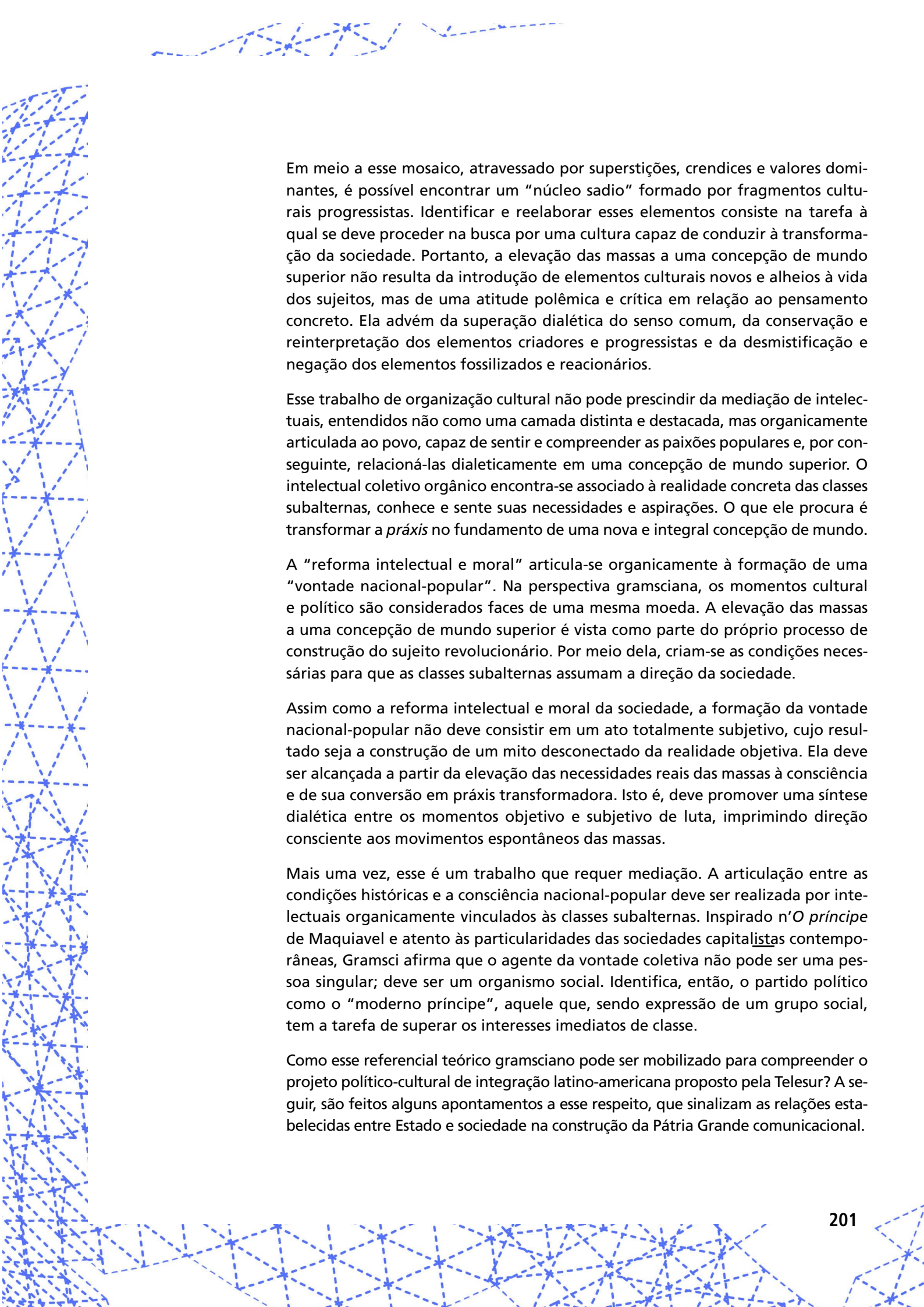
A hegemonia não é exercida pela imposição da ideologia de uma classe. Ela pressupõe o embate entre visões de mundo divergentes e a adesão das classes subalternizadas, que se reconhecem nas ideias da classe hegemônica. Na busca por adeptos a suas posições, a classe dirigente dota de universalidade seus interesses particulares, inserindo no rol de preocupações parte das demandas dos representados.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2000 apud COUTINHO, C. N., 2011, p. 287)

À luz do conceito de hegemonia, a singularidade das revoluções passivas latino-americanas do século XX pode ser compreendida como uma ampliação limitada ou restrita do Estado (FONTES, 2005). Os processos políticos do período foram marcados pelo surgimento e pela consolidação de aparelhos de hegemonia das classes dominantes e pela concomitante obstacularização dos processos de organização dos grupos subalternos. Entretanto, a relação com os grupos subalternos não pôde se circunscrever à coerção. Para assegurar a hegemonia, foi necessário atender parte das reivindicações populares. Assim, enquanto mantinha sob repressão as organizações coletivas autônomas, o Estado atuava como um “doador”, realizando concessões ao povo.

Contudo, o conceito de hegemonia também é central para compreender outro tipo de relação entre Estado e sociedade, no qual o povo assume um papel ativo na construção da Nação. O nacional-popular, como o denomina Gramsci, permite pensar as tarefas nacionais que se impõem às classes oprimidas deslizando entre dois extremos que procura rechaçar: o “cosmopolitismo”, de um lado, e o “particularismo” ou “nacionalismo” de outro. Além disso, comporta duas dimensões fundamentais: uma cultural e outra política (PORTANTIERO, 1988). Em termos culturais, o nacional-popular remete à necessidade histórica de constituir o popular culturalmente como Nação, por meio de uma “reforma intelectual e moral” da sociedade cujo ponto de partida seja a cultura popular ou o “senso comum”.

O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o “folclore da filosofia” e, como o folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, adequada à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia. (GRAMSCI, 1999 apud COUTINHO, C. N., 2011, p. 148)



Em meio a esse mosaico, atravessado por superstições, crendices e valores dominantes, é possível encontrar um “núcleo sadio” formado por fragmentos culturais progressistas. Identificar e reelaborar esses elementos consiste na tarefa à qual se deve proceder na busca por uma cultura capaz de conduzir à transformação da sociedade. Portanto, a elevação das massas a uma concepção de mundo superior não resulta da introdução de elementos culturais novos e alheios à vida dos sujeitos, mas de uma atitude polêmica e crítica em relação ao pensamento concreto. Ela advém da superação dialética do senso comum, da conservação e reinterpretção dos elementos criadores e progressistas e da desmistificação e negação dos elementos fossilizados e reacionários.

Esse trabalho de organização cultural não pode prescindir da mediação de intelectuais, entendidos não como uma camada distinta e destacada, mas organicamente articulada ao povo, capaz de sentir e compreender as paixões populares e, por conseguinte, relacioná-las dialeticamente em uma concepção de mundo superior. O intelectual coletivo orgânico encontra-se associado à realidade concreta das classes subalternas, conhece e sente suas necessidades e aspirações. O que ele procura é transformar a *práxis* no fundamento de uma nova e integral concepção de mundo.

A “reforma intelectual e moral” articula-se organicamente à formação de uma “vontade nacional-popular”. Na perspectiva gramsciana, os momentos cultural e político são considerados faces de uma mesma moeda. A elevação das massas a uma concepção de mundo superior é vista como parte do próprio processo de construção do sujeito revolucionário. Por meio dela, criam-se as condições necessárias para que as classes subalternas assumam a direção da sociedade.

Assim como a reforma intelectual e moral da sociedade, a formação da vontade nacional-popular não deve consistir em um ato totalmente subjetivo, cujo resultado seja a construção de um mito desconectado da realidade objetiva. Ela deve ser alcançada a partir da elevação das necessidades reais das massas à consciência e de sua conversão em *práxis* transformadora. Isto é, deve promover uma síntese dialética entre os momentos objetivo e subjetivo de luta, imprimindo direção consciente aos movimentos espontâneos das massas.

Mais uma vez, esse é um trabalho que requer mediação. A articulação entre as condições históricas e a consciência nacional-popular deve ser realizada por intelectuais organicamente vinculados às classes subalternas. Inspirado n’O *príncipe* de Maquiavel e atento às particularidades das sociedades capitalistas contemporâneas, Gramsci afirma que o agente da vontade coletiva não pode ser uma pessoa singular; deve ser um organismo social. Identifica, então, o partido político como o “moderno príncipe”, aquele que, sendo expressão de um grupo social, tem a tarefa de superar os interesses imediatos de classe.

Como esse referencial teórico gramsciano pode ser mobilizado para compreender o projeto político-cultural de integração latino-americana proposto pela Telesur? A seguir, são feitos alguns apontamentos a esse respeito, que sinalizam as relações estabelecidas entre Estado e sociedade na construção da Pátria Grande comunicacional.



Apontamentos finais

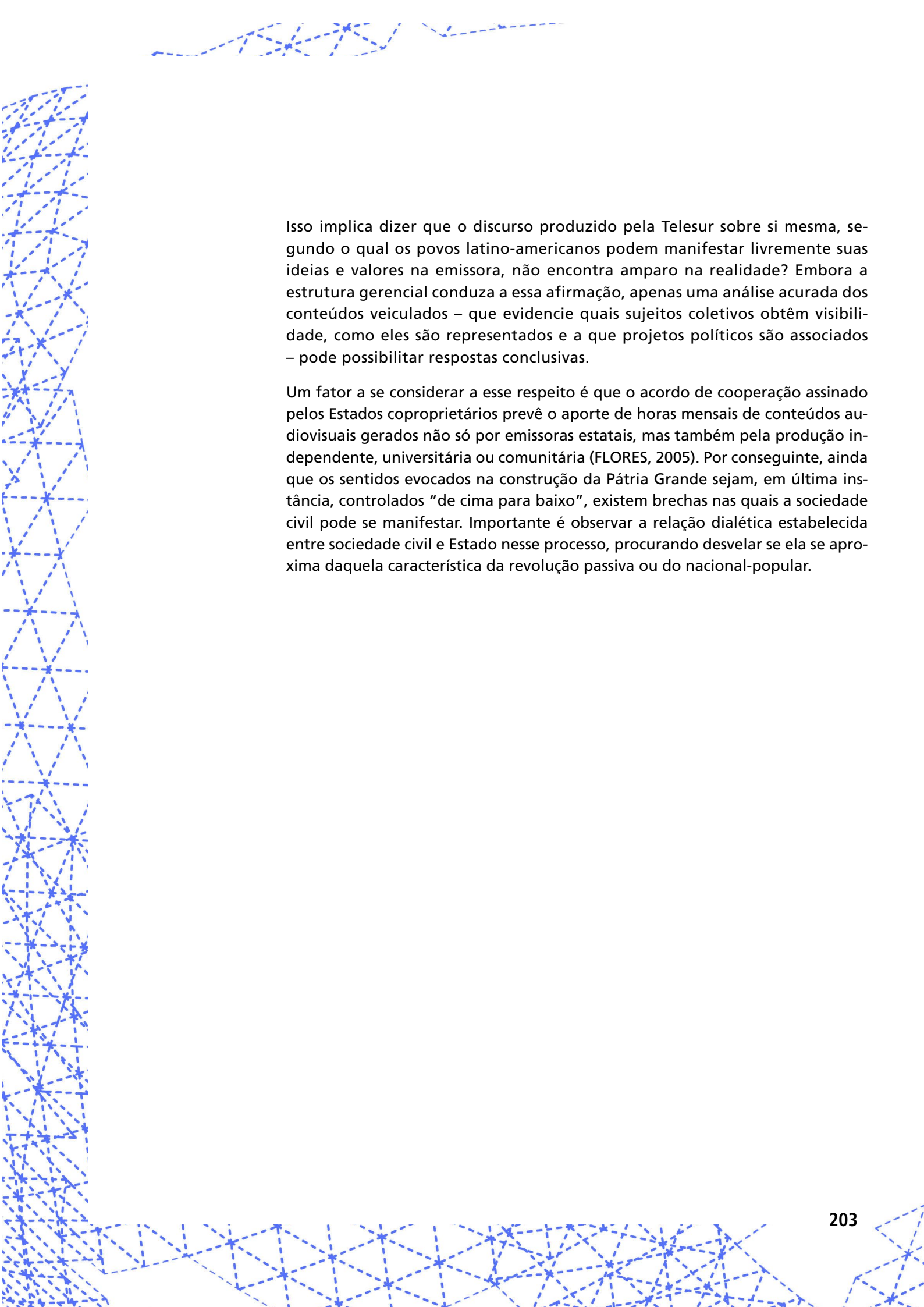
Atento aos desdobramentos históricos contemporâneos, Ianni (1998) atualiza a reflexão gramsciana sobre o intelectual coletivo. O autor sustenta que a globalização modifica as condições sob as quais se desenvolvem a teoria e a prática políticas, desafiando as instituições clássicas como o partido. Nesse contexto, o “moderno Príncipe” é absorvido e ultrapassado pelo “Príncipe Eletrônico”, “uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial” (IANNI, 1998, p. 5). Constituído pelos meios de comunicação, associados sobretudo à lógica comercial, o Príncipe Eletrônico expressa principalmente a visão de mundo dos blocos de poder dominantes.

Isso não implica afirmar que o Príncipe Eletrônico consiste em uma entidade homogênea e monolítica. Ianni (1998) reconhece a existência, em meio a essa nebulosa, de veículos que expressam visões de mundo alternativas, contribuindo para a pluralização e a democratização da palavra. Por conseguinte, o potencial da mídia para a concretização de projetos de transformação social não pode ser desprezado.

Nesse marco teórico, a Telesur pode ser compreendida como o Príncipe Eletrônico das camadas subalternas, o agente da vontade coletiva (inter)nacional-popular que intermedeia a organização da visão de mundo dos sujeitos latino-americanos com vistas à construção da Pátria Grande. Na medida em que se propõe a promover a integração a partir da difusão de ideias e valores dos povos da região, a emissora arroga o papel de intelectual orgânico coletivo adaptado aos desafios impostos pela globalização.

Entretanto, a emissora conta com uma estrutura gerencial centralizada e hierárquica, que concentra as decisões nas mãos dos Estados coproprietários em detrimento dos movimentos organizados da sociedade civil. No topo do organograma institucional, encontra-se a Diretoria Executiva, composta por representantes estatais indicados pelos governos. Abaixo dela, situa-se o Conselho Assessor, constituído por intelectuais e militantes da esquerda latino-americana e mundial, como o cineasta brasileiro Orlando Senna, o escritor nicaraguense Ernesto Cardenal e o jornalista Ignacio Ramonet (ALMEIDA, 2013).

O Conselho Assessor é responsável pela linha editorial e tem a função de zelar para que o conteúdo da Telesur contribua para a integração latino-americana. O órgão, que deveria ser a instância de participação da sociedade civil, é loteado por personalidades da esquerda, deixando de fora representantes da sociedade civil e dos próprios telespectadores. Ao privilegiar esse modo de estruturação do Conselho Assessor, a Telesur parte de um entendimento de intelectual diverso daquele inerente ao conceito de nacional-popular, assumindo paternalisticamente a função de direção político-ideológica dos povos latino-americanos e estabelecendo com eles um processo “educacional” (COUTINHO, E. G., 2011).



Isso implica dizer que o discurso produzido pela Telesur sobre si mesma, segundo o qual os povos latino-americanos podem manifestar livremente suas ideias e valores na emissora, não encontra amparo na realidade? Embora a estrutura gerencial conduza a essa afirmação, apenas uma análise acurada dos conteúdos veiculados – que evidencie quais sujeitos coletivos obtêm visibilidade, como eles são representados e a que projetos políticos são associados – pode possibilitar respostas conclusivas.

Um fator a se considerar a esse respeito é que o acordo de cooperação assinado pelos Estados coproprietários prevê o aporte de horas mensais de conteúdos audiovisuais gerados não só por emissoras estatais, mas também pela produção independente, universitária ou comunitária (FLORES, 2005). Por conseguinte, ainda que os sentidos evocados na construção da Pátria Grande sejam, em última instância, controlados “de cima para baixo”, existem brechas nas quais a sociedade civil pode se manifestar. Importante é observar a relação dialética estabelecida entre sociedade civil e Estado nesse processo, procurando desvelar se ela se aproxima daquela característica da revolução passiva ou do nacional-popular.

Referências

- ALMEIDA, Beto. TeleSUR. **Entrevista concedida por Skype a Gláucia da Silva Mendes Moraes**. [dez. 2013].
- ARICÓ, José. **Marx e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BOLÍVAR, Simon. **Discurso de Angostura**. 1819. Disponível em: <<http://juventud.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2009/05/discursoangostura.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- _____. **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- COUTINHO, Eduardo Granja. **Velhas histórias, memórias futuras**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- FLORES, Rafael Correa (Coord.). **Construyendo el Alba: Nuestro Norte es el Sur**. Caracas: República Bolivariana de Venezuela, 2005.
- FONTES, Virginia. **Ampliação do Estado e coerção no Brasil – democracia e nacionalização truncada (o DIP e o modelo da violência seletiva)**. In: _____. **Reflexões im-pertinentes**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- IANNI, Octávio. **O príncipe eletrônico**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21., 1998, Caxambu. **Anais...** 1998. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/an-pocs/ianni.rtf>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- LÖWY, Michael. **Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias**. São Paulo: Xamã Editora, 2000.
- _____. (Org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. 3 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.
- MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _____. **Crítica à filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo. 2010.
- MIJARES, Augusto. **Bolívar como político y reformador social**. In: VILA, Manuel Pérez (Comp.). (1783-1830). **Doctrina del libertador**. 3. ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1985.
- MORAES, Dênis de. **Vozes abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2011.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. **O nacional-popular em chave latino-americana**. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). **Gramsci e a América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCARON, Pedro (Org.). **Materiales para la historia de America Latina**. 2. ed. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1974.
- ZEA, Leopoldo. **El pensamiento latinoamericano**. Editorial Ariel, 1974.

The commodity-form in Cuba's telecom and wireless services: a Marxist Political Economy overview

A forma mercadoria nos serviços de telecomunicações e sem fio em Cuba: uma visão desde a Economia Política Marxista

La forma mercancía en los servicios móviles y de telecomunicaciones en Cuba: aproximaciones desde la Economía Política Marxista

Carol Munoz Nieves

Mestranda em Artes e Comunicação pela Universidade Simon Fraser. Jornalista pela Universidade de Havana, Cuba. -Canadá

Contato: cmunozni@sfu.ca



Abstract

In contemporary Cuba, there is a blatant contradiction between the high prices of telecom and wireless services, controlled by a state monopoly, and the weak purchasing power of the working class. This contradiction evidences a process of commodification that cannot be simply traced back to the partial privatizations that the Cuban telecom system experienced after the collapse of the Soviet bloc in the 1990s. Commodification is derived from a broader restructuring of the state socialist economy that started in the 1990s: the state-led appropriation of value in circulation when value is in the money form. In the context of a crisis in accumulation, obstacles against changing the conditions in production fostered transformations in the domain of circulation to appropriate value in the hands of the state. Within these transformations, partial privatizations and the commodification of the telecom and wireless services have played a key role for the national economy.

Keywords: Political Economy of Communication (PEC), State Socialism, Telecommunications, Wireless Communications, Marxism


Resumo

Na Cuba contemporânea, há uma flagrante contradição entre os altos preços dos serviços de telecomunicações e sem fio, controlados por um monopólio estadual e o fraco poder de compra da classe trabalhadora. Essa contradição evidencia um processo de mercantilização que não pode ser simplesmente remontado às privatizações parciais que o sistema cubano de telecomunicações experimentou após o colapso do bloco soviético na década de 1990. A commodificação é derivada de uma reestruturação mais ampla da economia socialista estadual que começou na década de 1990: a captura pelo Estado do valor em circulação quando este se encontra na forma dinheiro. No contexto de uma crise de acumulação, os obstáculos contra a mudança das condições de produção fomentaram as transformações no domínio da circulação para a captura do valor nas mãos do Estado. Nessas transformações, a privatização parcial e a mercantilização dos serviços de telecomunicações e sem fio têm desempenhado um papel fundamental para a economia nacional.

Palavras-chave: Economia Política de Comunicação (EPC), Socialismo de Estado, Telecomunicações, Marxismo

Resumen

En la Cuba contemporánea existe una notable contradicción entre los altos precios de los servicios de telecomunicaciones e inalámbricos, controlados por un monopó-



lio estatal, y el débil poder adquisitivo de la clase trabajadora. Esta contradicción evidencia procesos de mercantilización que no se explican solamente por la privatización parcial que experimentó el sistema de telecomunicaciones cubano después del colapso del bloque soviético en los años noventa. La mercantilización se deriva de una reestructuración más amplia de la economía socialista de estado que comenzó en los años noventa: la extracción de valor en la esfera de la circulación monetaria. En el contexto de una crisis de acumulación, la dificultad de cambiar condiciones de producción fomentó transformaciones en el dominio de la circulación hacia la captura de valor en manos del Estado. Dentro de estas transformaciones, la privatización parcial y la mercantilización de los servicios de telecomunicaciones e inalámbricos han jugado un papel clave para la economía nacional.

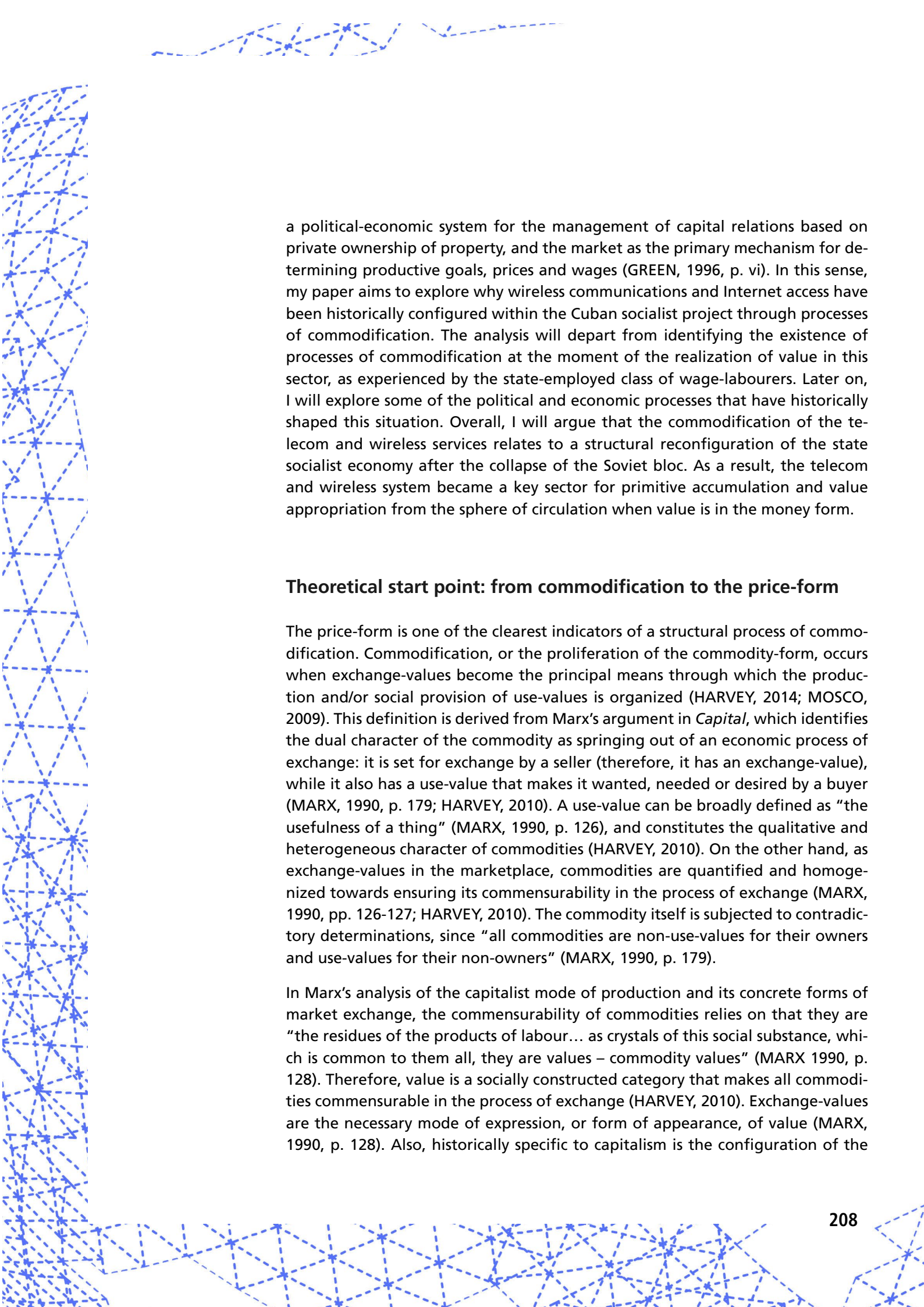
Palabras clave: Economía Política de la Comunicación (EPC), Socialismo de Estado, Telecomunicaciones, Marxismo

Introduction

This project started by questioning why is it that the prices of wireless and Internet services in contemporary Cuba are disproportionately high when compared to the median monthly nominal salary of the state-employed population. Hiring a cell phone line is almost double the median monthly nominal salary of this significant sector, which represents 71 percent of the overall employed population¹ (ETECSA, 2017a; ONEI, 2016, p. 11; 13). In theory, a state employed worker would have spent all the monthly pay after an hour and twenty-one minutes of mobile calling; and a similar situation would have happened after twenty hours of Internet connection (ETECSA, 2017a, 2017b; ONEI, 2016, p. 11, 13).

When analyzed through the lenses of a Marxist theoretical framework, this issue indicates some contradictions associated with an underlying process of commodification: exchange-values becoming the principal means by which the production of use-values is organized; the highly mediated and divergent relationship between the value-creation process through human labour and the actual realization of value through market exchange; and, as an overarching concern, the possibility of capital circulation determining this role and functioning of commodities and money within the telecom sector, and in the overall state socialist regime (MARX, 1990; HARVEY, 2010, 2014; MOSCO, 2009). Even though processes of commodification have been frequently analyzed in market capitalism (MARX, 1990; MOSCO, 2009; HARVEY, 2014), in the Cuban case they acquire particular historical forms because of their embeddedness in a state socialist mode of production. Revolutionary Cuba, as other historical experiences of state socialism, developed a post-market political-economic system for the management of capital relations based on state ownership of property, command mechanisms for surplus-value extraction, and a state-planned strategy for accumulation (GREEN, 1996; JAMES, 1986). Market capitalism, on the other hand, is broadly defined as

¹ Calculations referring the state employed population were done using the following official statistics (the figures express thousands of workers): Active population in 2015: 4 979,5. Of them, 4 860,5 are employed. Of the total of workers employed, 214,6 are identified as "Co-operativs" and 1 185,8 as "Private sector". Therefore, it can be calculated that the state employed population is 3460.1, which represents 71.1881 % of the total employed. (Oficina Nacional de Estadística e Información, 2016, p.11). As of the median monthly nominal salary, and the prices for Internet and Wireless services, they will be referred later in this paper.

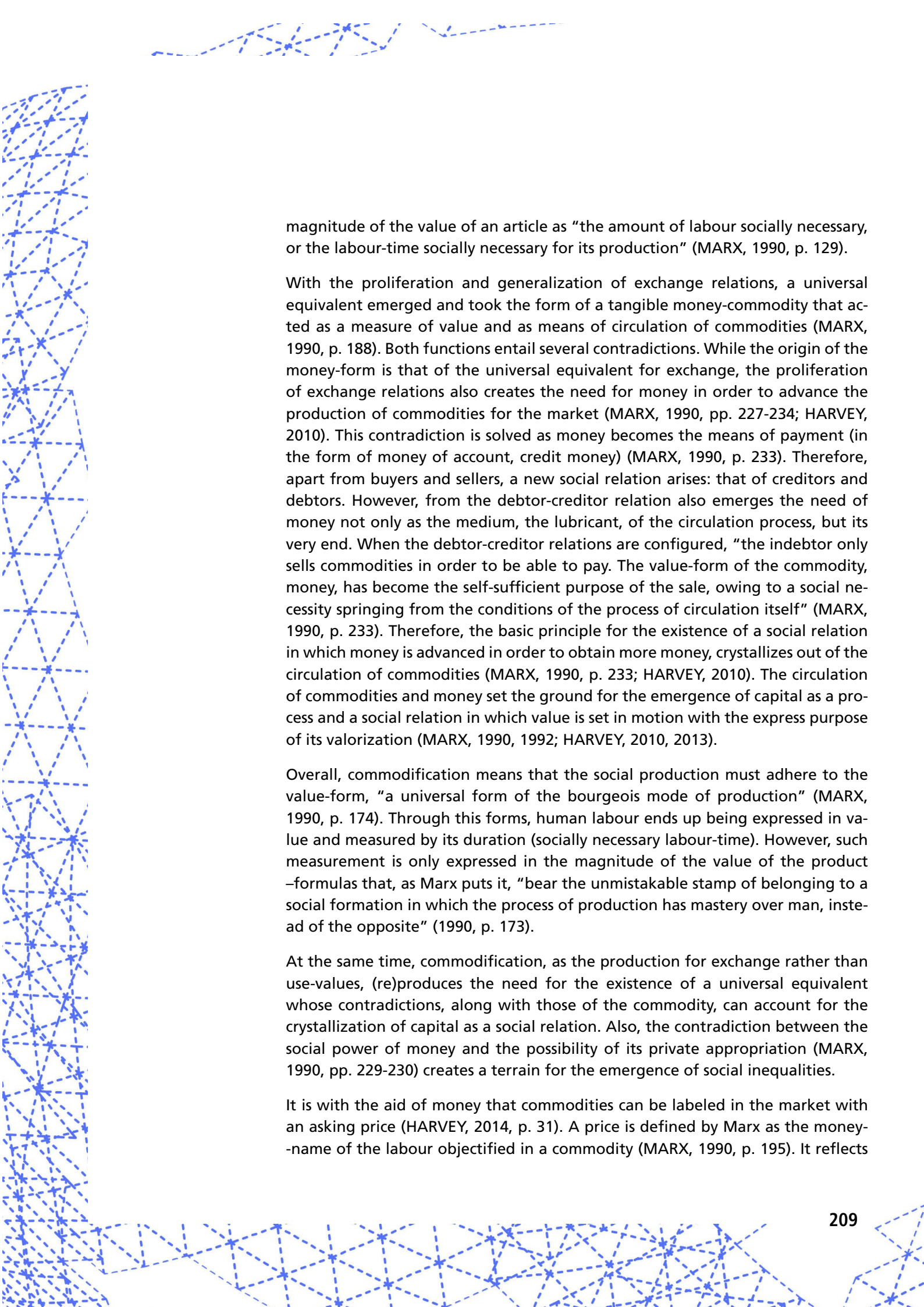


a political-economic system for the management of capital relations based on private ownership of property, and the market as the primary mechanism for determining productive goals, prices and wages (GREEN, 1996, p. vi). In this sense, my paper aims to explore why wireless communications and Internet access have been historically configured within the Cuban socialist project through processes of commodification. The analysis will depart from identifying the existence of processes of commodification at the moment of the realization of value in this sector, as experienced by the state-employed class of wage-labourers. Later on, I will explore some of the political and economic processes that have historically shaped this situation. Overall, I will argue that the commodification of the telecom and wireless services relates to a structural reconfiguration of the state socialist economy after the collapse of the Soviet bloc. As a result, the telecom and wireless system became a key sector for primitive accumulation and value appropriation from the sphere of circulation when value is in the money form.

Theoretical start point: from commodification to the price-form

The price-form is one of the clearest indicators of a structural process of commodification. Commodification, or the proliferation of the commodity-form, occurs when exchange-values become the principal means through which the production and/or social provision of use-values is organized (HARVEY, 2014; MOSCO, 2009). This definition is derived from Marx's argument in *Capital*, which identifies the dual character of the commodity as springing out of an economic process of exchange: it is set for exchange by a seller (therefore, it has an exchange-value), while it also has a use-value that makes it wanted, needed or desired by a buyer (MARX, 1990, p. 179; HARVEY, 2010). A use-value can be broadly defined as "the usefulness of a thing" (MARX, 1990, p. 126), and constitutes the qualitative and heterogeneous character of commodities (HARVEY, 2010). On the other hand, as exchange-values in the marketplace, commodities are quantified and homogenized towards ensuring its commensurability in the process of exchange (MARX, 1990, pp. 126-127; HARVEY, 2010). The commodity itself is subjected to contradictory determinations, since "all commodities are non-use-values for their owners and use-values for their non-owners" (MARX, 1990, p. 179).

In Marx's analysis of the capitalist mode of production and its concrete forms of market exchange, the commensurability of commodities relies on that they are "the residues of the products of labour... as crystals of this social substance, which is common to them all, they are values – commodity values" (MARX 1990, p. 128). Therefore, value is a socially constructed category that makes all commodities commensurable in the process of exchange (HARVEY, 2010). Exchange-values are the necessary mode of expression, or form of appearance, of value (MARX, 1990, p. 128). Also, historically specific to capitalism is the configuration of the



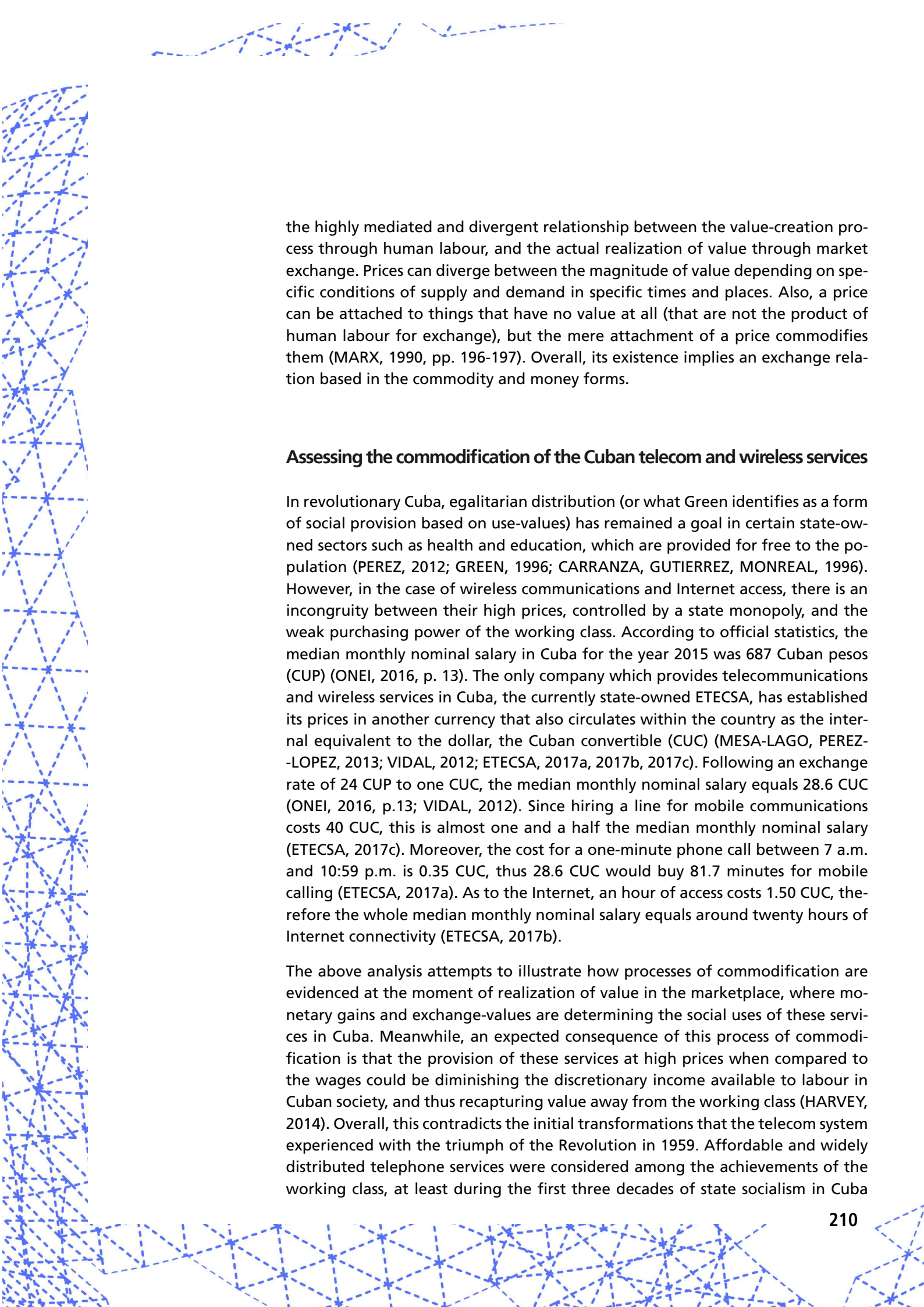
magnitude of the value of an article as “the amount of labour socially necessary, or the labour-time socially necessary for its production” (MARX, 1990, p. 129).

With the proliferation and generalization of exchange relations, a universal equivalent emerged and took the form of a tangible money-commodity that acted as a measure of value and as means of circulation of commodities (MARX, 1990, p. 188). Both functions entail several contradictions. While the origin of the money-form is that of the universal equivalent for exchange, the proliferation of exchange relations also creates the need for money in order to advance the production of commodities for the market (MARX, 1990, pp. 227-234; HARVEY, 2010). This contradiction is solved as money becomes the means of payment (in the form of money of account, credit money) (MARX, 1990, p. 233). Therefore, apart from buyers and sellers, a new social relation arises: that of creditors and debtors. However, from the debtor-creditor relation also emerges the need of money not only as the medium, the lubricant, of the circulation process, but its very end. When the debtor-creditor relations are configured, “the indebtor only sells commodities in order to be able to pay. The value-form of the commodity, money, has become the self-sufficient purpose of the sale, owing to a social necessity springing from the conditions of the process of circulation itself” (MARX, 1990, p. 233). Therefore, the basic principle for the existence of a social relation in which money is advanced in order to obtain more money, crystallizes out of the circulation of commodities (MARX, 1990, p. 233; HARVEY, 2010). The circulation of commodities and money set the ground for the emergence of capital as a process and a social relation in which value is set in motion with the express purpose of its valorization (MARX, 1990, 1992; HARVEY, 2010, 2013).

Overall, commodification means that the social production must adhere to the value-form, “a universal form of the bourgeois mode of production” (MARX, 1990, p. 174). Through this forms, human labour ends up being expressed in value and measured by its duration (socially necessary labour-time). However, such measurement is only expressed in the magnitude of the value of the product –formulas that, as Marx puts it, “bear the unmistakable stamp of belonging to a social formation in which the process of production has mastery over man, instead of the opposite” (1990, p. 173).

At the same time, commodification, as the production for exchange rather than use-values, (re)produces the need for the existence of a universal equivalent whose contradictions, along with those of the commodity, can account for the crystallization of capital as a social relation. Also, the contradiction between the social power of money and the possibility of its private appropriation (MARX, 1990, pp. 229-230) creates a terrain for the emergence of social inequalities.

It is with the aid of money that commodities can be labeled in the market with an asking price (HARVEY, 2014, p. 31). A price is defined by Marx as the money-name of the labour objectified in a commodity (MARX, 1990, p. 195). It reflects

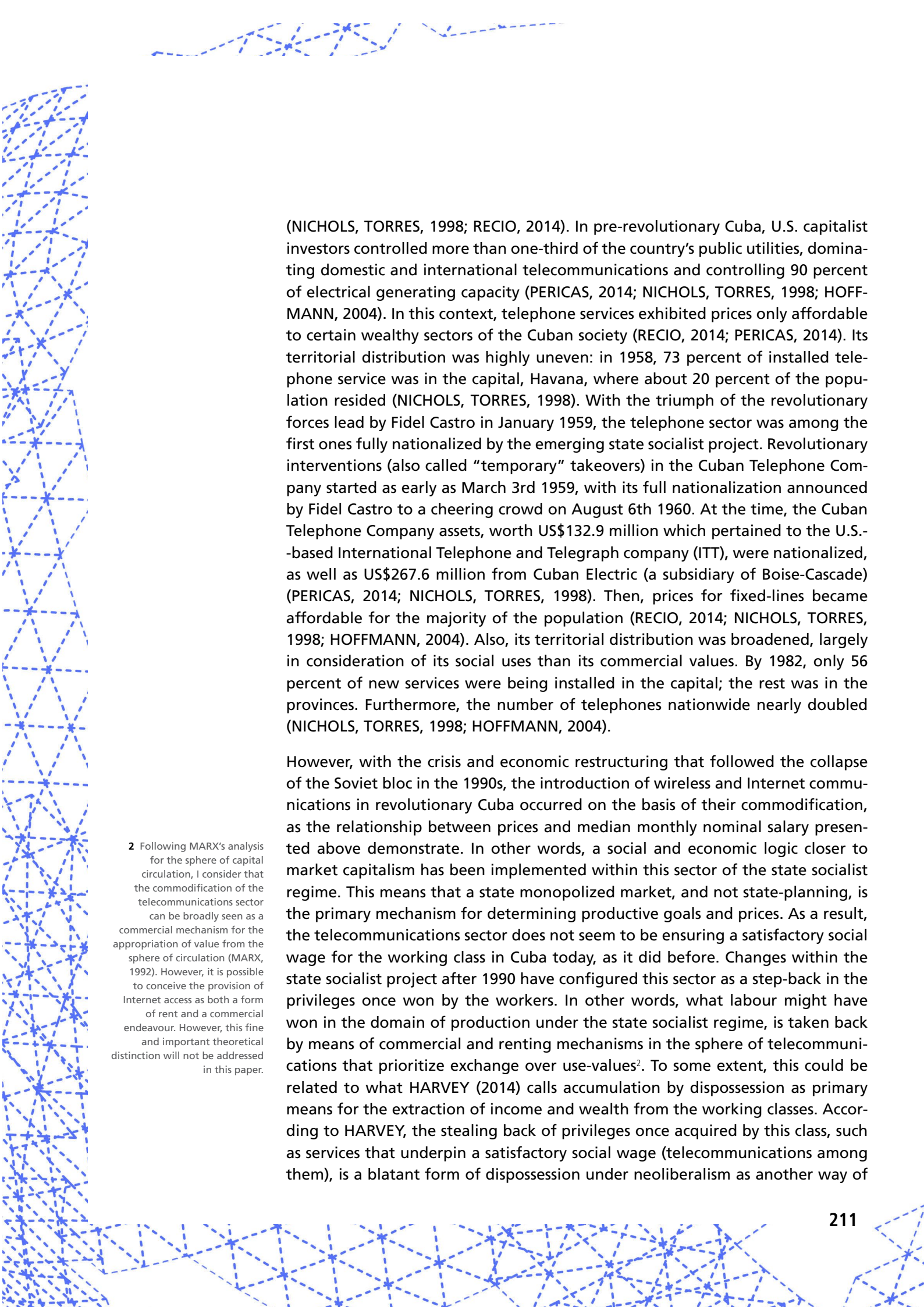


the highly mediated and divergent relationship between the value-creation process through human labour, and the actual realization of value through market exchange. Prices can diverge between the magnitude of value depending on specific conditions of supply and demand in specific times and places. Also, a price can be attached to things that have no value at all (that are not the product of human labour for exchange), but the mere attachment of a price commodifies them (MARX, 1990, pp. 196-197). Overall, its existence implies an exchange relation based in the commodity and money forms.

Assessing the commodification of the Cuban telecom and wireless services

In revolutionary Cuba, egalitarian distribution (or what Green identifies as a form of social provision based on use-values) has remained a goal in certain state-owned sectors such as health and education, which are provided for free to the population (PEREZ, 2012; GREEN, 1996; CARRANZA, GUTIERREZ, MONREAL, 1996). However, in the case of wireless communications and Internet access, there is an incongruity between their high prices, controlled by a state monopoly, and the weak purchasing power of the working class. According to official statistics, the median monthly nominal salary in Cuba for the year 2015 was 687 Cuban pesos (CUP) (ONEI, 2016, p. 13). The only company which provides telecommunications and wireless services in Cuba, the currently state-owned ETECSA, has established its prices in another currency that also circulates within the country as the internal equivalent to the dollar, the Cuban convertible (CUC) (MESA-LAGO, PEREZ-LOPEZ, 2013; VIDAL, 2012; ETECSA, 2017a, 2017b, 2017c). Following an exchange rate of 24 CUP to one CUC, the median monthly nominal salary equals 28.6 CUC (ONEI, 2016, p.13; VIDAL, 2012). Since hiring a line for mobile communications costs 40 CUC, this is almost one and a half the median monthly nominal salary (ETECSA, 2017c). Moreover, the cost for a one-minute phone call between 7 a.m. and 10:59 p.m. is 0.35 CUC, thus 28.6 CUC would buy 81.7 minutes for mobile calling (ETECSA, 2017a). As to the Internet, an hour of access costs 1.50 CUC, therefore the whole median monthly nominal salary equals around twenty hours of Internet connectivity (ETECSA, 2017b).

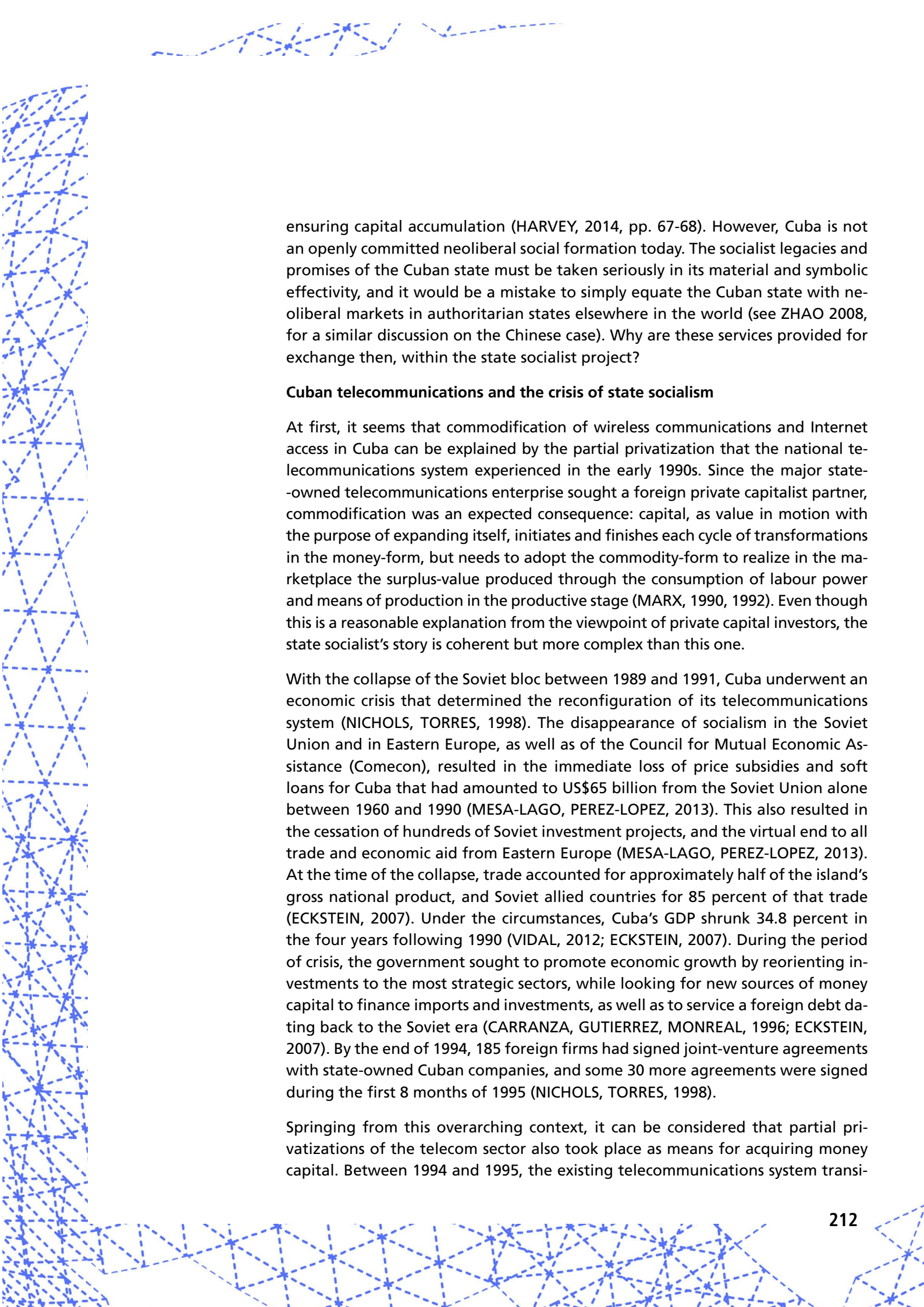
The above analysis attempts to illustrate how processes of commodification are evidenced at the moment of realization of value in the marketplace, where monetary gains and exchange-values are determining the social uses of these services in Cuba. Meanwhile, an expected consequence of this process of commodification is that the provision of these services at high prices when compared to the wages could be diminishing the discretionary income available to labour in Cuban society, and thus recapturing value away from the working class (HARVEY, 2014). Overall, this contradicts the initial transformations that the telecom system experienced with the triumph of the Revolution in 1959. Affordable and widely distributed telephone services were considered among the achievements of the working class, at least during the first three decades of state socialism in Cuba



(NICHOLS, TORRES, 1998; RECIO, 2014). In pre-revolutionary Cuba, U.S. capitalist investors controlled more than one-third of the country's public utilities, dominating domestic and international telecommunications and controlling 90 percent of electrical generating capacity (PERICAS, 2014; NICHOLS, TORRES, 1998; HOFFMANN, 2004). In this context, telephone services exhibited prices only affordable to certain wealthy sectors of the Cuban society (RECIO, 2014; PERICAS, 2014). Its territorial distribution was highly uneven: in 1958, 73 percent of installed telephone service was in the capital, Havana, where about 20 percent of the population resided (NICHOLS, TORRES, 1998). With the triumph of the revolutionary forces led by Fidel Castro in January 1959, the telephone sector was among the first ones fully nationalized by the emerging state socialist project. Revolutionary interventions (also called "temporary" takeovers) in the Cuban Telephone Company started as early as March 3rd 1959, with its full nationalization announced by Fidel Castro to a cheering crowd on August 6th 1960. At the time, the Cuban Telephone Company assets, worth US\$132.9 million which pertained to the U.S.-based International Telephone and Telegraph company (ITT), were nationalized, as well as US\$267.6 million from Cuban Electric (a subsidiary of Boise-Cascade) (PERICAS, 2014; NICHOLS, TORRES, 1998). Then, prices for fixed-lines became affordable for the majority of the population (RECIO, 2014; NICHOLS, TORRES, 1998; HOFFMANN, 2004). Also, its territorial distribution was broadened, largely in consideration of its social uses than its commercial values. By 1982, only 56 percent of new services were being installed in the capital; the rest was in the provinces. Furthermore, the number of telephones nationwide nearly doubled (NICHOLS, TORRES, 1998; HOFFMANN, 2004).

However, with the crisis and economic restructuring that followed the collapse of the Soviet bloc in the 1990s, the introduction of wireless and Internet communications in revolutionary Cuba occurred on the basis of their commodification, as the relationship between prices and median monthly nominal salary presented above demonstrate. In other words, a social and economic logic closer to market capitalism has been implemented within this sector of the state socialist regime. This means that a state monopolized market, and not state-planning, is the primary mechanism for determining productive goals and prices. As a result, the telecommunications sector does not seem to be ensuring a satisfactory social wage for the working class in Cuba today, as it did before. Changes within the state socialist project after 1990 have configured this sector as a step-back in the privileges once won by the workers. In other words, what labour might have won in the domain of production under the state socialist regime, is taken back by means of commercial and renting mechanisms in the sphere of telecommunications that prioritize exchange over use-values². To some extent, this could be related to what HARVEY (2014) calls accumulation by dispossession as primary means for the extraction of income and wealth from the working classes. According to HARVEY, the stealing back of privileges once acquired by this class, such as services that underpin a satisfactory social wage (telecommunications among them), is a blatant form of dispossession under neoliberalism as another way of

² Following MARX's analysis for the sphere of capital circulation, I consider that the commodification of the telecommunications sector can be broadly seen as a commercial mechanism for the appropriation of value from the sphere of circulation (MARX, 1992). However, it is possible to conceive the provision of Internet access as both a form of rent and a commercial endeavour. However, this fine and important theoretical distinction will not be addressed in this paper.



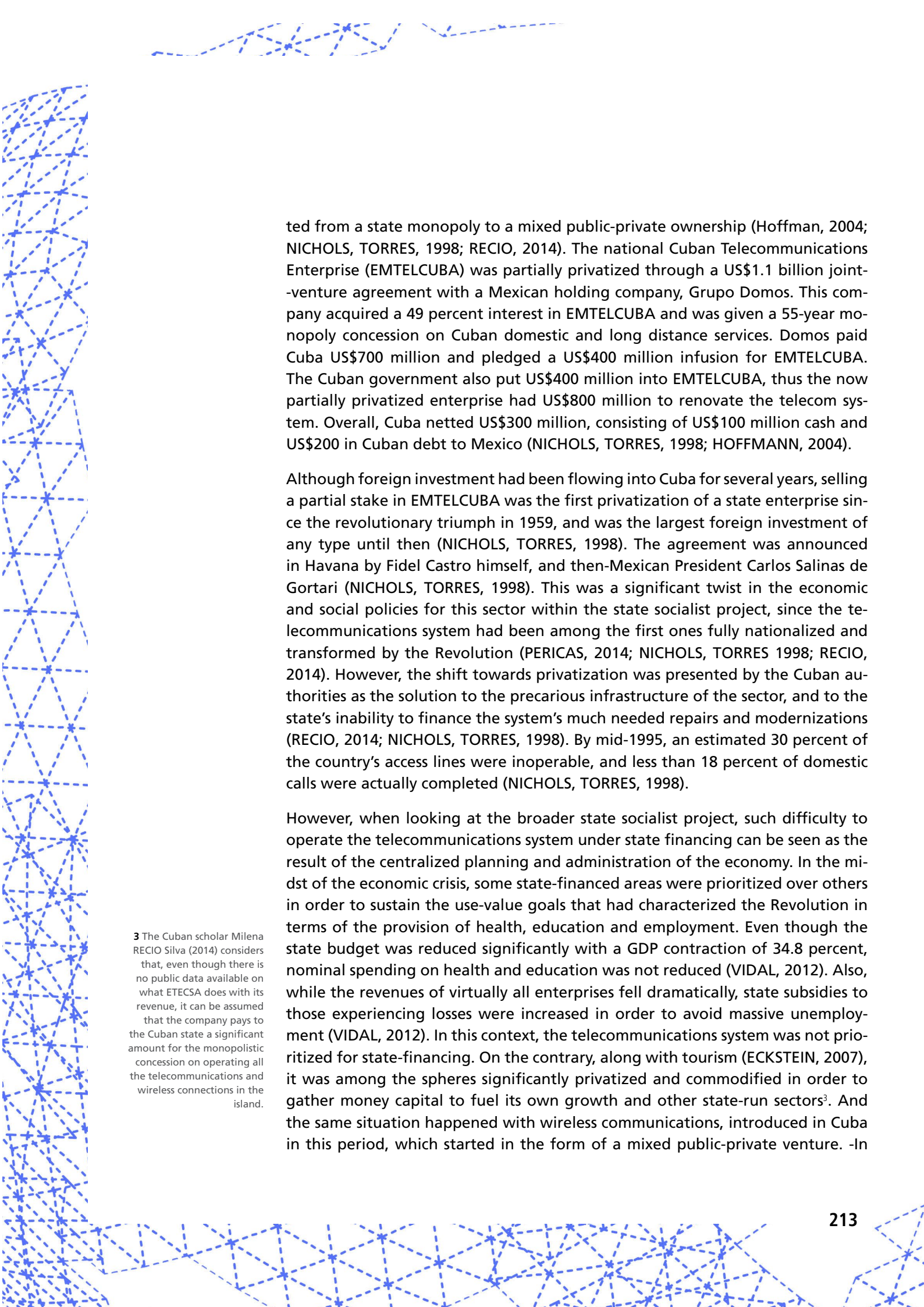
ensuring capital accumulation (HARVEY, 2014, pp. 67-68). However, Cuba is not an openly committed neoliberal social formation today. The socialist legacies and promises of the Cuban state must be taken seriously in its material and symbolic effectivity, and it would be a mistake to simply equate the Cuban state with neoliberal markets in authoritarian states elsewhere in the world (see ZHAO 2008, for a similar discussion on the Chinese case). Why are these services provided for exchange then, within the state socialist project?

Cuban telecommunications and the crisis of state socialism

At first, it seems that commodification of wireless communications and Internet access in Cuba can be explained by the partial privatization that the national telecommunications system experienced in the early 1990s. Since the major state-owned telecommunications enterprise sought a foreign private capitalist partner, commodification was an expected consequence: capital, as value in motion with the purpose of expanding itself, initiates and finishes each cycle of transformations in the money-form, but needs to adopt the commodity-form to realize in the marketplace the surplus-value produced through the consumption of labour power and means of production in the productive stage (MARX, 1990, 1992). Even though this is a reasonable explanation from the viewpoint of private capital investors, the state socialist's story is coherent but more complex than this one.

With the collapse of the Soviet bloc between 1989 and 1991, Cuba underwent an economic crisis that determined the reconfiguration of its telecommunications system (NICHOLS, TORRES, 1998). The disappearance of socialism in the Soviet Union and in Eastern Europe, as well as of the Council for Mutual Economic Assistance (Comecon), resulted in the immediate loss of price subsidies and soft loans for Cuba that had amounted to US\$65 billion from the Soviet Union alone between 1960 and 1990 (MESA-LAGO, PEREZ-LOPEZ, 2013). This also resulted in the cessation of hundreds of Soviet investment projects, and the virtual end to all trade and economic aid from Eastern Europe (MESA-LAGO, PEREZ-LOPEZ, 2013). At the time of the collapse, trade accounted for approximately half of the island's gross national product, and Soviet allied countries for 85 percent of that trade (ECKSTEIN, 2007). Under the circumstances, Cuba's GDP shrunk 34.8 percent in the four years following 1990 (VIDAL, 2012; ECKSTEIN, 2007). During the period of crisis, the government sought to promote economic growth by reorienting investments to the most strategic sectors, while looking for new sources of money capital to finance imports and investments, as well as to service a foreign debt dating back to the Soviet era (CARRANZA, GUTIERREZ, MONREAL, 1996; ECKSTEIN, 2007). By the end of 1994, 185 foreign firms had signed joint-venture agreements with state-owned Cuban companies, and some 30 more agreements were signed during the first 8 months of 1995 (NICHOLS, TORRES, 1998).

Springing from this overarching context, it can be considered that partial privatizations of the telecom sector also took place as means for acquiring money capital. Between 1994 and 1995, the existing telecommunications system transi-




ted from a state monopoly to a mixed public-private ownership (Hoffman, 2004; NICHOLS, TORRES, 1998; RECIO, 2014). The national Cuban Telecommunications Enterprise (EMTELCUBA) was partially privatized through a US\$1.1 billion joint-venture agreement with a Mexican holding company, Grupo Doms. This company acquired a 49 percent interest in EMTELCUBA and was given a 55-year monopoly concession on Cuban domestic and long distance services. Doms paid Cuba US\$700 million and pledged a US\$400 million infusion for EMTELCUBA. The Cuban government also put US\$400 million into EMTELCUBA, thus the now partially privatized enterprise had US\$800 million to renovate the telecom system. Overall, Cuba netted US\$300 million, consisting of US\$100 million cash and US\$200 in Cuban debt to Mexico (NICHOLS, TORRES, 1998; HOFFMANN, 2004).

Although foreign investment had been flowing into Cuba for several years, selling a partial stake in EMTELCUBA was the first privatization of a state enterprise since the revolutionary triumph in 1959, and was the largest foreign investment of any type until then (NICHOLS, TORRES, 1998). The agreement was announced in Havana by Fidel Castro himself, and then-Mexican President Carlos Salinas de Gortari (NICHOLS, TORRES, 1998). This was a significant twist in the economic and social policies for this sector within the state socialist project, since the telecommunications system had been among the first ones fully nationalized and transformed by the Revolution (PERICAS, 2014; NICHOLS, TORRES 1998; RECIO, 2014). However, the shift towards privatization was presented by the Cuban authorities as the solution to the precarious infrastructure of the sector, and to the state's inability to finance the system's much needed repairs and modernizations (RECIO, 2014; NICHOLS, TORRES, 1998). By mid-1995, an estimated 30 percent of the country's access lines were inoperable, and less than 18 percent of domestic calls were actually completed (NICHOLS, TORRES, 1998).

However, when looking at the broader state socialist project, such difficulty to operate the telecommunications system under state financing can be seen as the result of the centralized planning and administration of the economy. In the midst of the economic crisis, some state-financed areas were prioritized over others in order to sustain the use-value goals that had characterized the Revolution in terms of the provision of health, education and employment. Even though the state budget was reduced significantly with a GDP contraction of 34.8 percent, nominal spending on health and education was not reduced (VIDAL, 2012). Also, while the revenues of virtually all enterprises fell dramatically, state subsidies to those experiencing losses were increased in order to avoid massive unemployment (VIDAL, 2012). In this context, the telecommunications system was not prioritized for state-financing. On the contrary, along with tourism (ECKSTEIN, 2007), it was among the spheres significantly privatized and commodified in order to gather money capital to fuel its own growth and other state-run sectors³. And the same situation happened with wireless communications, introduced in Cuba in this period, which started in the form of a mixed public-private venture. -In

3 The Cuban scholar Milena RECIO Silva (2014) considers that, even though there is no public data available on what ETECSA does with its revenue, it can be assumed that the company pays to the Cuban state a significant amount for the monopolistic concession on operating all the telecommunications and wireless connections in the island.



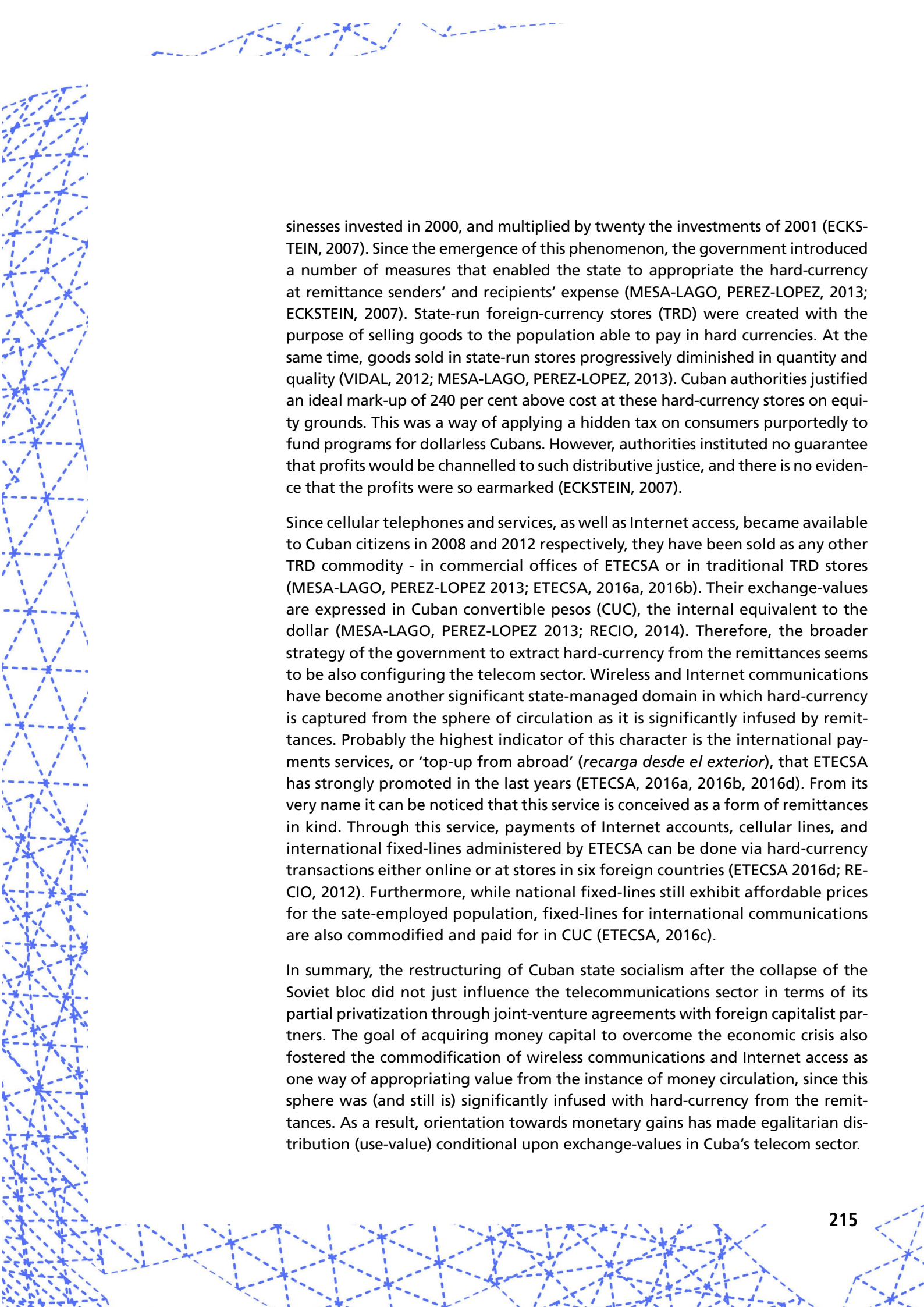
1992, Telecomunicaciones de Mexico SA (TIMSA) paid US\$8 million for a 50 per cent stake in the newly born Cellular Telephone Company of Cuba (CUBACEL) (NICHOLS, TORRES, 1998; RECIO, 2014).

The telecom joint-venture was formed as a *Sociedad Anonima* (stock company) named ETECSA, a new Spanish acronym for Cuban Telecommunications Enterprise S.A. Through the Decree 190 of the Executive Committee of the Council of Ministers signed in August 17th 1994, ETECSA was granted an administrative concession on all national and international telephone services, signals conduction, data transmission, telex and mobile communications. At present, ETECSA is still Cuba's full telecommunications service provider. The 1994's concession was renewed by Decree 275 of 2003 for 15 years, until 2018 (RECIO, 2014). In April 1995, Domos sold 25 percent of the ETECSA shares for US\$291.3 million to the Società Finanziaria Telefonica, a subsidiary of the Italian state-owned company STET (also known as Telecom Italia) (NICHOLS, TORRES, 1998; HOFFMANN, 2004). In the following months, Domos sold all of its remaining shares. By February 1997, STET owned 29.29 percent of ETECSA shares, the Cuban Communications Ministry 51 percent, and the rest was the hands of a consortium of Cuban parastatal financial entities (HOFFMANN, 2004; RECIO, 2014).

While the entrance of foreign private capital in the telecom sector could have influenced its further commodification, such explanation alone is weakened by the fact that the system became fully state-owned again in 2011. At the time, a state financial company, *Rafin*, bought the remaining 29.29 actions owned by Telecom Italia (RECIO, 2014; NICHOLS, TORRES 1998). Nevertheless, prices established by ETECSA for mobile and Internet services in contemporary Cuba (2016-2017) evidence processes of commodification, as argued previously in this paper. The fact that commodification has remained under state control reinforces the view that the generalization of the commodity-form in wireless and Internet communications cannot be plainly explained by the entrance of foreign private capital in the sector. It should be understood as part of a structural reconfiguration that has somehow contributed to the survival of the state socialist mode of production. This assumption is strengthened by another state-led strategy deployed to acquire money capital for the economy after 1990: the appropriation of value from the sphere of money circulation. This strategy emerged when the sphere of circulation started to be significantly infused by hard-currency entering the Cuban economy in the form of remittances, i.e. people-to-people cross-border income transfers (ECKSTEIN, 2007).

Commodification as a strategy for capturing hard-currency from the sphere of circulation


Remittances sent to Cubans from family or friends living overseas surged in early 1990 to the point of infusing more hard-currency into the island economy than any single island export. Remittances approximately doubled the amount foreign bu-



businesses invested in 2000, and multiplied by twenty the investments of 2001 (ECKSTEIN, 2007). Since the emergence of this phenomenon, the government introduced a number of measures that enabled the state to appropriate the hard-currency at remittance senders' and recipients' expense (MESA-LAGO, PEREZ-LOPEZ, 2013; ECKSTEIN, 2007). State-run foreign-currency stores (TRD) were created with the purpose of selling goods to the population able to pay in hard currencies. At the same time, goods sold in state-run stores progressively diminished in quantity and quality (VIDAL, 2012; MESA-LAGO, PEREZ-LOPEZ, 2013). Cuban authorities justified an ideal mark-up of 240 per cent above cost at these hard-currency stores on equity grounds. This was a way of applying a hidden tax on consumers purportedly to fund programs for dollarless Cubans. However, authorities instituted no guarantee that profits would be channelled to such distributive justice, and there is no evidence that the profits were so earmarked (ECKSTEIN, 2007).

Since cellular telephones and services, as well as Internet access, became available to Cuban citizens in 2008 and 2012 respectively, they have been sold as any other TRD commodity - in commercial offices of ETECSA or in traditional TRD stores (MESA-LAGO, PEREZ-LOPEZ 2013; ETECSA, 2016a, 2016b). Their exchange-values are expressed in Cuban convertible pesos (CUC), the internal equivalent to the dollar (MESA-LAGO, PEREZ-LOPEZ 2013; RECIO, 2014). Therefore, the broader strategy of the government to extract hard-currency from the remittances seems to be also configuring the telecom sector. Wireless and Internet communications have become another significant state-managed domain in which hard-currency is captured from the sphere of circulation as it is significantly infused by remittances. Probably the highest indicator of this character is the international payments services, or 'top-up from abroad' (*recarga desde el exterior*), that ETECSA has strongly promoted in the last years (ETECSA, 2016a, 2016b, 2016d). From its very name it can be noticed that this service is conceived as a form of remittances in kind. Through this service, payments of Internet accounts, cellular lines, and international fixed-lines administered by ETECSA can be done via hard-currency transactions either online or at stores in six foreign countries (ETECSA 2016d; RECIO, 2012). Furthermore, while national fixed-lines still exhibit affordable prices for the state-employed population, fixed-lines for international communications are also commodified and paid for in CUC (ETECSA, 2016c).

In summary, the restructuring of Cuban state socialism after the collapse of the Soviet bloc did not just influence the telecommunications sector in terms of its partial privatization through joint-venture agreements with foreign capitalist partners. The goal of acquiring money capital to overcome the economic crisis also fostered the commodification of wireless communications and Internet access as one way of appropriating value from the instance of money circulation, since this sphere was (and still is) significantly infused with hard-currency from the remittances. As a result, orientation towards monetary gains has made egalitarian distribution (use-value) conditional upon exchange-values in Cuba's telecom sector.



4 The capitalist mode of production is based on a specific set of social relations of production in which value, as socially necessary labour-time, and surplus-value, or unpaid labour-time, should be produced in an ever-expanding scale, implying the need for accumulation and growth. MARX analytically divides the process of capital in production and circulation (volume I and volumes II of *Capital*, respectively). Capital circulation refers to the moments in which money, commodities and even labour-power, as the functional forms assumed by capital, are being transformed as part of the valorization process that constitutes capital. However, surplus-value, or unpaid labour-time, which is the basis of the expansion of capital, is not created in the transformations that occur during circulation (MARX, 1990, 1992; HARVEY, 2010, 2013). Furthermore, in the circulation of capital, other economic activities become integrated into the circuits of capital to appropriate part of the circulating surplus-values, such as merchant (commercial and financial) and rent capitalists. MARX is very emphatic in that these economic activities do not create surplus-value; they only appropriate from the circulating surplus-value (MARX, 1990, 1992; HARVEY, 2010, 2013).

5 Changes in the socialist legislation accompanied the process of attracting new sources of money capital. A Constitutional Reform in July 1992 redefined the rule of socialist ownership and confined it to the *fundamental* means of production. In 1995, a more flexible foreign investment law was enacted, allowing for 100 percent of foreign participation and extending the arena for foreign investment to all sectors of the economy except public health, education and areas connected with national defence. However, the government held the right of case-by-case approval of every endeavor (CARRANZA, GUTIERREZ, MONREAL, 1996; ECKSTEIN 2007; MESA-LAGO, PEREZ-LOPEZ, 2013).

The underlying situation: Cuba's transformations in a neoliberal era

The commodification of the Cuban telecom and wireless system can be also understood as part of a wider restructuring of the state socialist regime around merchant and renting forms of value appropriation⁴ in the hands of the state that started after the collapse of the Soviet camp. Since 1990, the large decrease in the state socialist production initiated a process of decapitalization in the Cuban economy as a result of the forced paralysis of substantial parts of the national industry (CARRANZA, GUTIERREZ, MONREAL, 1996). To solve this crisis in accumulation, the government attempted to change some conditions in production. As mentioned before, national investments were reoriented to the most strategic sectors, while new sources of money capital tried to be attracted⁵ (CARRANZA, GUTIERREZ, MONREAL, 1996; ECKSTEIN, 2007). Nevertheless, the transformations of Cuban state socialism in this regard did not lead to its complete integration into the capitalist world market –at least not through ‘traditional’ articulations based on significant access to credit lines and foreign investments. In a post-Cold War move to suffocate the socialist regime, the U.S. government strengthened its economic blockade against the island. Established since early 1960s, the blockade limits Cuba's ability to engage in trade and financial activities in the world market (CARRANZA, GUTIERREZ, MONREAL, 1996; ECKSTEIN, 2007). Moreover, because Cuba had stopped paying its Western debt in 1986, Western banks cut Cuba off from new credit lines, so the country only accessed short-term, high interest-bearing hard currency loans, and credit mainly to finance imports (ECKSTEIN, 2007). Meanwhile, the Cuban government guided the ‘openness’ to foreign investments so it still accounted for significant levels of state control, considering that the growth in this sector beyond certain limits could become a major obstacle to the control of the country's basic resources and a threat to the social achievements of the Revolution (CARRANZA, GUTIERREZ, MONREAL, 1996).

While obstacles against solving the crisis by changing some conditions in production were manifesting, the government advanced several transformations in the sphere of circulation. These were mostly directed to capture value for the state-led economy (when value is in the money form). Hard currency was entering the country in the form of remittances through formal or informal channels, and also in the hands of a growing number of foreign tourists⁶. As mentioned in a previous section of this paper, an opportunity for increasing the state's foreign exchange availability was found in the creation of hard-currency stores (TRD) and currency exchange agencies (CADECA) all over the island (ECKSTEIN 2007; CARRANZA, GUTIERREZ, MONREAL, 1996). Financial mechanisms became strongly relevant in the context of the dollarization (1993) and de-dollarization of the economy (2003-2004), the establishment of the Cuban convertible peso (CUC) as the internal equivalent to the dollar, and the application of a 10 percent tax for every U.S. dollar exchanged (PEARSON, 1996; VIDAL, 2012; ECKSTEIN, 2007). Overall, within the still highly centralized and state-planned economy, these forms of commercial and financial mechanisms started functioning as means of appro-



6 As a reinvigorated economic activity, tourism was the state-managed sector that maintained the most stable growth levels from 1990 to 1995, although with the highest degrees of involvement of foreign capital. Up to October 1994, 16,4 percent of all existing agreements with foreign partners were located in this area (CARRANZA, GUTIERREZ, MONREAL, 1996).

7 This shows that the appropriation of value in the sphere of money circulation usually results more convenient in order to transform it into money capital. If value is appropriated when it is congealed in the commodity-form, then it is necessary to engage in market exchange to transform it into money capital.

8 To a great extent, this adds to the debates on actually-existing socialism and its adoption of the forms of value production and circulation of the capitalist mode of production (JAMES, 1989; GREEN, 1996). Because of Cuba's need for engaging in global market exchange to satisfy social needs, it has not be exempted from what Harvey calls "the disciplinary effects that flow from commodity exchange across the world market" (2010, 81). It has been argued that historical experiences of state socialism did not transform the essential feature of capital, meaning the class relation between capital and labour in production to facilitate the systemic extraction of surplus-value, or unpaid labour time, to generate accumulation (JAMES, 1989; GREEN, 1996). These regimes transformed property relations, disinheriting the traditional capitalist class, and fusing capital with the state (JAMES, 1989; GREEN, 1996). Therefore, through the generalization of state ownership over the means of production, more egalitarian forms of distribution were attempted after the completion of each cycle of accumulation. Under capital's scheme for accumulation, labour, commodities and money are articulated so as to support a valorization process based on the subsumption of labour power in production (HARVEY, 2010, 2013).

priation of value from the sphere of money circulation⁷. It is interesting to note how the particular and contradictory insertion of the Cuban economy into the world market after the 1990s followed some patterns of the crisis in accumulation that fostered other forms of capitalist reproduction after 1970s, such as financial capitalism (MC NALLY, 2011; HARVEY, 2014)⁸. While somehow reflecting an adaptation to neoliberalism and to the transformations occurring in capital circulation after the 1970s, the uniqueness of the Cuban case lies on its weak integration into global financial capital (ECKSTEIN, 2007), while still deploying its own forms of financial and merchant mechanisms at the domestic level. To a great extent, this adds to the debates on actually-existing socialism and its adoption of the forms of value production and circulation of the capitalist mode of production (JAMES, 1989; GREEN, 1996). Because of Cuba's need for engaging in global market exchange to satisfy social needs, it has not be exempted from what Harvey calls "the disciplinary effects that flow from commodity exchange across the world market" (2010, 81). It has been argued that historical experiences of state socialism did not transform the essential feature of capital, meaning the class relation between capital and labour in production to facilitate the systemic extraction of surplus-value, or unpaid labour time, to generate accumulation (JAMES, 1989; GREEN, 1996). Nevertheless, it is still an essential difference that state socialist systems transformed property relations by disinheriting the traditional capitalist class structured around private property rights (GREEN, 1996; JAMES, 1989). The application of state ownership to the means of production avoids private accumulation and facilitates the achievement of more egalitarian forms of distribution via the state after the completion of each cycle of accumulation.

Conclusive notes

The restructuring of actually-existing socialism in Cuba after the collapse of the Soviet bloc was not guided by the pursuit of a traditional insertion into the capitalist world economy based on external credits and direct foreign investments. However, several instances within the state socialist regime were created and/or transformed so as to appropriate value from the sphere of circulation. Within the wider restructuring, the telecom and wireless system became a key sector to reinvigorate the national economy. Partial privatizations functioned as a form of primitive accumulation, granting money capital for this and other sectors of the state-managed realm. Meanwhile, until today, its commodification acts as a means for capturing value from the sphere of money circulation. While this is the often unnoticed deep structure behind the commodification of the state-run telecom sector in contemporary Cuba, this paper started by uncovering its most visible consequence: that the exchange-values of wireless communications and Internet access make of this a mechanism through which the income available to labour is diminished, and value is recaptured away from the population in Cuban society.



References

CARRANZA, J., GUTIERREZ, L; MONREAL, P. **Cuba: Restructuring of the Economy – a Contribution to the Debate.** London: Institute of Latin American Studies, University of London, 1996

ECKSTEIN, S. **Transnational Ties and Transformation of Cuban Socialism.** In: LANE, D. (Ed), **The Transformations of State Socialism: System Change, Capitalism or Something Else?**, pp.233-249. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2007.

ETECSA. **Tarifas / Telefonía Móvil.** 2017a. Accessed January 10, 2017. http://www.etcসা.সু/telefonía_movil/tarifas/

ETECSA. **Internet.** 2017b. Accessed January 10, 2017 http://www.etcসা.সু/internet_conectividad/internet/

ETECSA. **Contratacion y activacion.** 2017c. Accessed January 10, 2017 http://www.etcসা.সু/telefonía_movil/contratacion_y_activacion/

ETECSA. **Inicio.** 2017d. Accessed January 10, 2017 <http://www.etcসা.সু/>

GREEN, B. **Capital and Class in Cuban Development: Restructuring the Socialist Economy.** MA thesis, Simon Fraser University, 1996. Accessed February 10, 2016 <http://summit.sfu.ca/item/7187>

HARVEY, D. **A companion to MARX's Capital.** London: Verso, 2010.

HARVEY, D. **A companion to MARX's Capital. Volume II.** London: Verso, 2013

HARVEY, D. **Seventeen Contradictions and the End of Capitalism,** New York: Oxford University Press, 2014.

HOFFMANN, B. **The Politics of the Internet in Third World Development. Challenges in Contrasting Regimes with Case Studies of Costa Rica and Cuba.** New York: Routledge, 2004.

JAMES, CLR. **State capitalism and world revolution.** Chicago: Charles H. Kerr Publishing Company, 1986 Accessed February 2, 2016. <https://libcom.org/files/State%20capitalism%20and%20world%20revolution%20-%20CLR%20JAMES.pdf>

MARX, K. **Capital: A Critique of Political Economy.** New York: Penguin Classics, 1990.

MARX, K. **Capital: A Critique of Political Economy: Volume Two.** New York: Penguin Classics, 1992.

MC NALLY, D. **Global slump: The economics and politics of crisis and resistance.** Winnipeg: Fernwood Press, 2011.

MESA-LAGO, C.; PEREZ-LOPEZ, J. **Cuba under Raul Castro: assessing the reforms.** Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2013.



MOSCO, V. **The Political Economy of Communication: Rethinking and Renewal.** 2nd ed. London: Sage, 2009.

NICHOLS, J.S.; TORRESS, A.M. **Cuba.** In: ELI, M., **Telecommunications in Latin America**, pp. 17-35. New York: Oxford University Press, 1998.

ONEI. **Capítulo 7: Empleo y salarios.** Em **Anuario Estadístico de Cuba 2015, 2016.** Accessed January 5, 2017 <http://www.one.cu/aec2015/07%20Empleo%20y%20Salarios.pdf>

PEARSON, R. **Foreword.** Em: CARRANZA, J., GUITERREZ, L; MONREAL, P. **Cuba: Restructuring of the Economy – a Contribution to the Debate.** London: Institute of Latin American Studies, University of London, 1996.

PEREZ, O.E. **The Cuban Economy: An Evaluation and Proposals for Necessary Policy Changes.** Em: Domínguez, J.I.; PEREZ, O.E.; Espina, M.; Barbería, L., **Cuban Economic and Social Development. Policy Reforms and Challenges in the 21st Century**, pp. 21-38. Cambridge: David Rockefeller Center Series on Latin American Studies, 2012.

PERICAS, L.B. **Che Guevara y el debate económico en Cuba.** La Habana: Fondo Editorial Casa de las Américas, 2014.

RECIO, M. **La Hora de los Desconectados. Evaluación del Diseño de la Política de “Acceso Social” a Internet en Cuba en un Contexto de Cambios.** *Revista Crítica y Emancipación*, 11, pp. 291-378. 2014. Accessed March 5, 2016 <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ojs/index.php/critica/article/download/30/31>

VIDAL, P. **Monetary Duality in Cuba: Initial Stages and Future Prospects.** Em: Domínguez, J.I.; PEREZ, O.E.; Espina, M.; Barbería, L., **Cuban Economic and Social Development. Policy Reforms and Challenges in the 21st Century**, pp. 39-54. Cambridge: David Rockefeller Center Series on Latin American Studies, 2012.

ZHAO, Y. **Communication in China: political economy, power, and conflict.** New York: Rowman and Littlefield, 2008.

Desafios políticos e dialógicos ao projeto de reforma agrária popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Desafíos políticos y dialógicos al proyecto de reforma agraria popular del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra)

Political and Dialogical Challenges for the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Landless Workers' Movement) popular land reform project

Pablo Nabarrete Bastos

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Comunicação Social e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC) – Brasil.

Contato: pablobastos@id.uff.br



Resumo

O foco deste artigo é o projeto de reforma agrária popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em síntese, a reforma agrária popular possui como objetivo produzir alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos, com matriz agroecológica, beneficiando trabalhadores rurais e urbanos. Contudo, existem limitações políticas e dialógicas na comunicação entre o MST, a sociedade e a classe trabalhadora que dificultam o entendimento comum e a unidade política para a construção da reforma agrária popular. Utilizamos o método dialético, aplicamos técnicas qualitativas, entrevistas semiestruturadas com os líderes e militantes e pesquisa documental, e também realizamos pesquisa antropológica nas visitas à Escola Nacional Florestan Fernandes.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; projeto de reforma agrária popular; hegemonia popular.


Resumen

El foco de este artículo es el proyecto de reforma agraria popular del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra – MST). En síntesis, la reforma agraria popular tiene como objetivo producir alimentos saludables, sin el uso de agrotóxicos, con matriz agroecológica, beneficiando a trabajadores rurales y urbanos. Sin embargo, existen limitaciones políticas y dialógicas en la comunicación entre el MST, la sociedad y la clase trabajadora que dificultan el entendimiento común y la unidad política para la construcción de la reforma agraria popular. Utilizamos el método dialéctico, aplicamos técnicas cualitativas, entrevistas semiestruturadas con los líderes y militantes, investigación documental y también realizamos investigación antropológica en las visitas a la Escola Nacional Florestan Fernandes (Escuela Nacional Florestan Fernandes).

Palabras clave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra); proyecto de reforma agraria popular; hegemonía popular.

Abstract

The focus of this paper is the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Landless Workers' Movement – MST) popular agrarian reform project. In summary, the popular agrarian reform aims to produce healthy food, without the use of agrochemicals, with an agroecological matrix, benefiting rural and urban workers. However, there are political and dialogic limitations in the communication between MST, society and the working class that hinder the common unders-



tanding and the political unity for the construction of popular agrarian reform. We used the dialectical method and applied qualitative techniques, semi-structured interviews with leaders and militants, documental research and also carried out anthropological research in visits to the Escola Nacional Florestan Fernandes (National School Florestan Fernandes).


Keywords: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Landless Workers' Movement); popular agrarian reform project; popular hegemony.

Introdução

Este artigo apresenta resultados de pesquisa desenvolvida com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entre 2010 e 2015 (BASTOS, 2015) com o objetivo de compreender como se desenvolve historicamente a relação e articulação política entre o MST e a cidade, entre trabalhadores rurais e urbanos na luta pela hegemonia popular, a hegemonia da classe trabalhadora – o que implica compreender a capacidade dialógica do MST, a disposição e intencionalidade pedagógica e comunicativa para as alianças políticas e de classe com o trabalhador urbano. O foco deste artigo é o projeto de reforma agrária popular do Movimento, que se baseia em um projeto concreto de desenvolvimento para o campo e para o país ancorado na matriz agroecológica.

A discussão central junto à base, que vem desde meados da primeira década do ano 2000, trata do esgotamento histórico da possibilidade de se realizar uma reforma agrária clássica que, em síntese, significa a distribuição de terras com o propósito de gerar renda no campo, matéria-prima para a indústria e alimentos para a cidade e fortalecer o mercado interno. O MST propõe a chamada reforma agrária popular, por isso usa o lema, a palavra de ordem “Lutar, construir reforma agrária popular!”. O lema do congresso possui a função pedagógica e comunicativa de orientar a base e também apresentar a pauta e linha política do MST para a sociedade. A reforma agrária popular versa sobre um projeto de desenvolvimento para o campo, com o objetivo de produzir alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos, com matriz tecnológica agroecológica, beneficiando trabalhadores do campo e da cidade. Esse é o principal sentido do “popular” na proposta de reforma agrária do MST: esta interessa somente à classe trabalhadora, e não ao capital.

Foram realizadas entrevistas com dezessete militantes, a maioria dirigentes; fizemos oito visitas à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e pesquisa documental a partir de 136 edições do *Jornal Sem Terra* (JST), de cartilhas, de documentos de análise do VI Congresso Nacional do MST, do Programa Agrário do VI Congresso e de textos da página do MST na internet. Utilizamos o método dialético e aplicamos técnicas qualitativas, entrevistas semiestruturadas, com os dirigentes e militantes, e também realizamos pesquisa antropológica nas vistas à ENFF. A ENFF, localizada no bairro de Parateí, município de Guararema, estado de



São Paulo, é o principal espaço de formação política, comunicação e socialização política entre a classe trabalhadora e os movimentos sociais da América Latina.

Com o avanço da pesquisa e do conhecimento sobre o tema, a composição do *corpus* teórico, em diálogo com o objeto de pesquisa, passou a se erigir em torno de três eixos de análise: o viés dialético materialista, aliado à tendência crítica dos estudos culturais; a perspectiva materialista sobre a produção do espaço social; e os estudos de comunicação sobre o MST. Desenvolvemos revisão bibliográfica sobre a relação entre o MST e a comunicação, principalmente a partir de artigos publicados nos principais congressos nacionais de comunicação do país, dissertações e teses, e assim pudemos desenvolver os recortes teóricos e empíricos e os métodos de análise.

Contextualização histórica do projeto de reforma agrária popular

A projeção nacional do MST como força política durante a década de 1990 é resultado da luta do Movimento, da profissionalização da comunicação, do apoio da sociedade e da contínua perseguição e massacre que trabalhadores sofreram pelas mãos dos latifundiários e do Estado. O massacre de Corumbiara, sul de Rondônia, ocorrido no dia 9 de agosto de 1995, que resultou na morte de nove Sem Terra e dois policiais e, principalmente, o massacre de Eldorado dos Carajás, no dia 17 de abril de 1996, quando 19 Sem Terra foram mortos por policiais, fizeram com que o MST ganhasse a solidariedade e apoio da opinião pública nacional e internacional. Em 1997, a imagem e força política do MST se fortaleceram ainda mais com a marcha a Brasília, quando cinco mil Sem Terra, apoiados por mais 95 mil pessoas, chegam ao Distrito Federal, e com o lançamento do Projeto Terra, que compreende um livro com fotos de Sebastião Salgado, textos de José Saramago e poesias de Chico Buarque, e um CD com letras e músicas também de Chico Buarque.


O período entre o IV e o V Congressos Nacionais do MST, entre 2000 e 2007, marca o momento das principais mudanças pelas quais passa o MST na história recente, com impactos na comunicação com a base e com a sociedade. Podemos entender que no IV Congresso, que outorgou a palavra de ordem “Por um Brasil sem latifúndio”, houve o último fôlego para a reforma agrária clássica. Dali em diante, passam a se constituir as bases da reforma agrária popular. O tema dos transgênicos entra em evidência e se fortalecem as propostas de construção de um projeto popular para o Brasil. A terceira linha política reafirmada neste IV Congresso representa essa temática:

combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais. Projetar na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro.

Realizar debates com a sociedade em geral, nos colégios etc.

Promover campanhas para evitar o consumo de alimentos transgênicos pelo povo.

Realizar ações de massa contra os símbolos do projeto deles e deixar claro qual é o nosso projeto para a sociedade. (LINHAS..., 2000, p. 19)

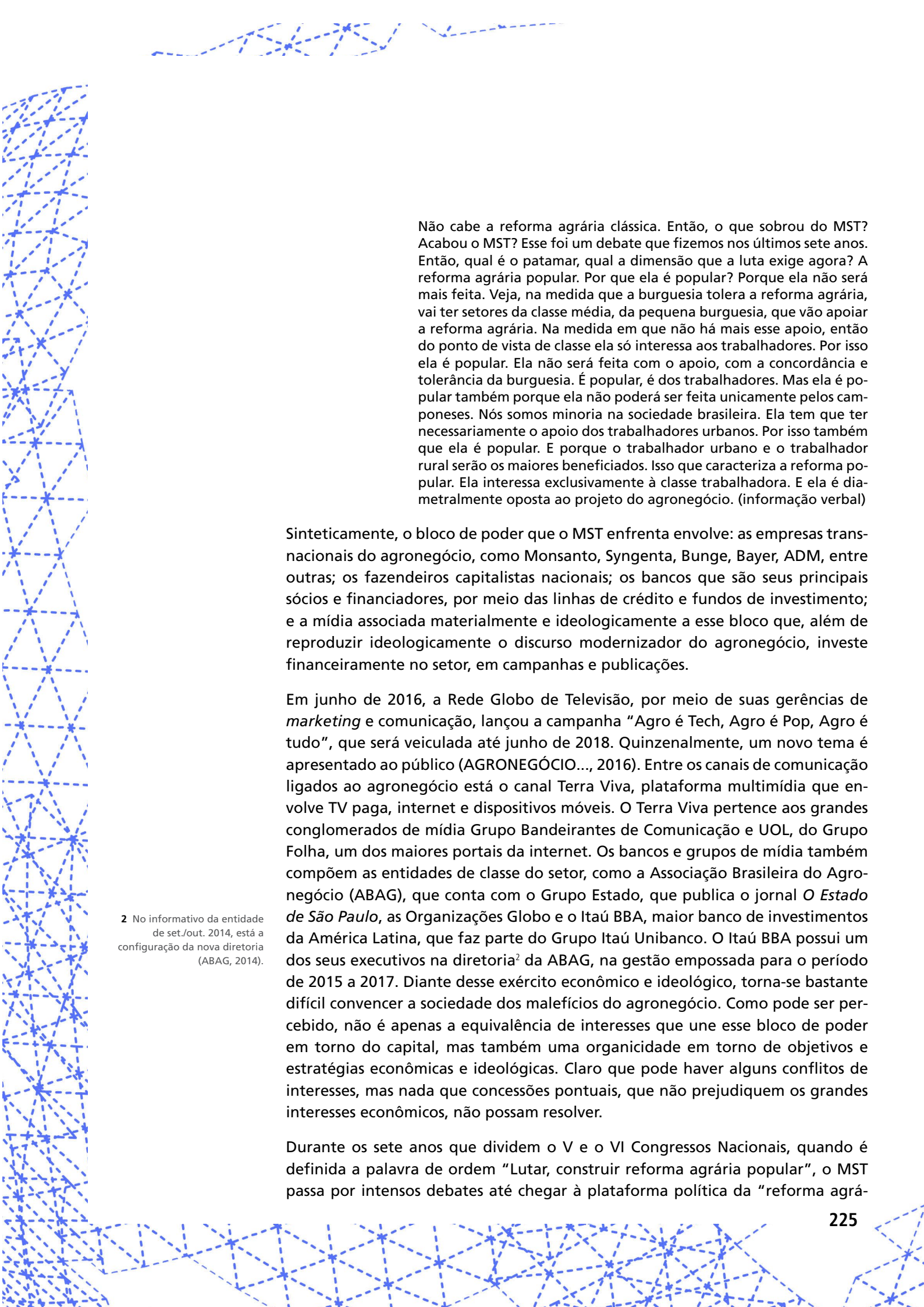


O tema da sustentabilidade também se intensifica. As discussões sobre a agroecologia já aparecem em matérias sobre a produção nos assentamentos desde 1994, mas, na atualidade, a sustentabilidade proporciona novos contornos à luta camponesa. A quarta linha política adotada no IV Congresso Nacional do MST fortalece a temática: “desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social” (LINHAS..., 2000, p. 19). A linha política sete salienta as alianças políticas com a classe trabalhadora da cidade na perspectiva do Projeto Popular: “articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular” (p. 19). O item nove segue o mesmo tema e destaca o Projeto Popular: “Participar ativamente nas diferentes iniciativas que representem a construção de um projeto popular para o Brasil” (p. 19). E reafirma a percepção de que a luta pela reforma agrária precisa ser feita no campo e na cidade no 11º item: “continuar conscientizando a população do campo e da cidade sobre a importância da Reforma Agrária” (p. 19).

O V Congresso do MST foi realizado em Brasília, de 11 a 15 de junho, em 2007. A palavra de ordem adotada foi “Reforma agrária: por justiça social e soberania alimentar”, temática construída pelo MST com o fortalecimento da identidade camponesa na América Latina junto aos movimentos da Via Campesina. A bandeira da soberania alimentar caracterizou o crescimento político da Via Campesina. Inicialmente, na Conferência Mundial sobre Alimentação, em Roma, 1996, soberania alimentar foi definida pela Via Campesina como o direito de cada nação a desenvolver sua capacidade de produzir alimentos, com respeito à diversidade cultural e natural de cada território. Posteriormente, o conceito se ampliou e se fortaleceu politicamente, passando a indicar que os povos têm o direito de definir sua política agrícola (VIEIRA, [20--]).

A principal diferença entre o V Congresso e o VI Congresso, realizado no início de 2014, é que, em 2007, o principal sentido era resolver o problema da fome e o acesso à terra, enquanto em 2014 se propõe uma plataforma política e econômica ao Brasil. O artigo “As contradições do ‘moderno’ agronegócio”, de João Pedro Stédile (2007), escrito para a edição 278 do JST, evidencia as análises do MST sobre as mudanças da luta no campo, com o crescimento hegemônico do agronegócio. Nesse artigo, João Pedro avalia que, com as mudanças econômicas dos últimos anos, não há mais espaço para a reforma agrária clássica. O inimigo se tornou mais forte e mais complexo, sendo composto por empresas transnacionais, fazendeiros capitalistas e instituições que dão sustentação jurídica e ideológica, o Estado, o Poder Judiciário e os meios de comunicação, o que torna a luta mais politizada. Essa é a base de debates que erige a proposta de reforma agrária popular. Miguel Stédile¹ explica o fundamento da reforma agrária popular:

¹ O dirigente nos concedeu entrevista no dia 17/01/2014, na ENFF.



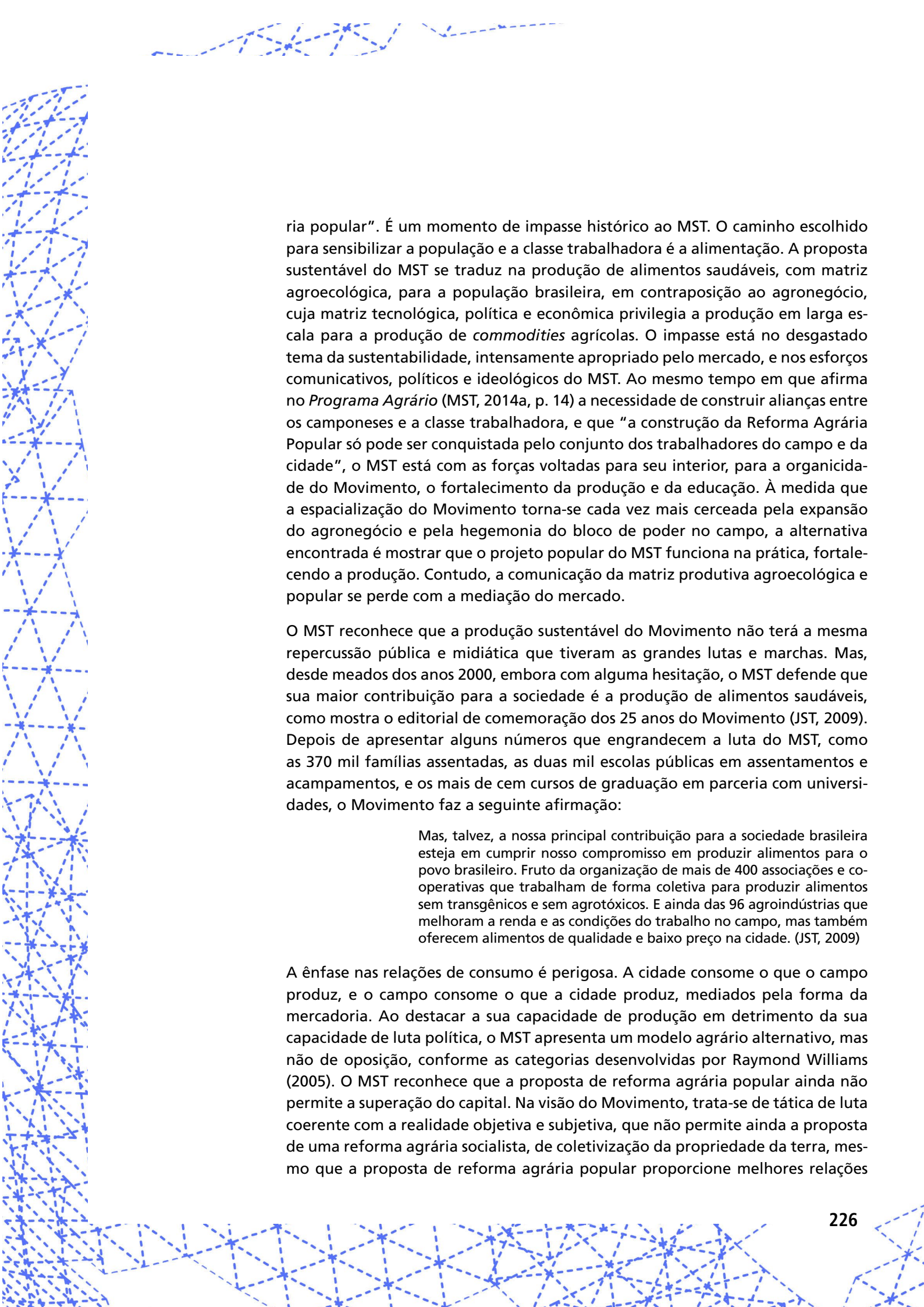
Não cabe a reforma agrária clássica. Então, o que sobrou do MST? Acabou o MST? Esse foi um debate que fizemos nos últimos sete anos. Então, qual é o patamar, qual a dimensão que a luta exige agora? A reforma agrária popular. Por que ela é popular? Porque ela não será mais feita. Veja, na medida que a burguesia tolera a reforma agrária, vai ter setores da classe média, da pequena burguesia, que vão apoiar a reforma agrária. Na medida em que não há mais esse apoio, então do ponto de vista de classe ela só interessa aos trabalhadores. Por isso ela é popular. Ela não será feita com o apoio, com a concordância e tolerância da burguesia. É popular, é dos trabalhadores. Mas ela é popular também porque ela não poderá ser feita unicamente pelos camponeses. Nós somos minoria na sociedade brasileira. Ela tem que ter necessariamente o apoio dos trabalhadores urbanos. Por isso também que ela é popular. E porque o trabalhador urbano e o trabalhador rural serão os maiores beneficiados. Isso que caracteriza a reforma popular. Ela interessa exclusivamente à classe trabalhadora. E ela é diametralmente oposta ao projeto do agronegócio. (informação verbal)

Sinteticamente, o bloco de poder que o MST enfrenta envolve: as empresas transnacionais do agronegócio, como Monsanto, Syngenta, Bunge, Bayer, ADM, entre outras; os fazendeiros capitalistas nacionais; os bancos que são seus principais sócios e financiadores, por meio das linhas de crédito e fundos de investimento; e a mídia associada materialmente e ideologicamente a esse bloco que, além de reproduzir ideologicamente o discurso modernizador do agronegócio, investe financeiramente no setor, em campanhas e publicações.

Em junho de 2016, a Rede Globo de Televisão, por meio de suas gerências de *marketing* e comunicação, lançou a campanha “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo”, que será veiculada até junho de 2018. Quinzenalmente, um novo tema é apresentado ao público (AGRONEGÓCIO..., 2016). Entre os canais de comunicação ligados ao agronegócio está o canal Terra Viva, plataforma multimídia que envolve TV paga, internet e dispositivos móveis. O Terra Viva pertence aos grandes conglomerados de mídia Grupo Bandeirantes de Comunicação e UOL, do Grupo Folha, um dos maiores portais da internet. Os bancos e grupos de mídia também compõem as entidades de classe do setor, como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), que conta com o Grupo Estado, que publica o jornal *O Estado de São Paulo*, as Organizações Globo e o Itaú BBA, maior banco de investimentos da América Latina, que faz parte do Grupo Itaú Unibanco. O Itaú BBA possui um dos seus executivos na diretoria² da ABAG, na gestão empossada para o período de 2015 a 2017. Diante desse exército econômico e ideológico, torna-se bastante difícil convencer a sociedade dos malefícios do agronegócio. Como pode ser percebido, não é apenas a equivalência de interesses que une esse bloco de poder em torno do capital, mas também uma organicidade em torno de objetivos e estratégias econômicas e ideológicas. Claro que pode haver alguns conflitos de interesses, mas nada que concessões pontuais, que não prejudiquem os grandes interesses econômicos, não possam resolver.

Durante os sete anos que dividem o V e o VI Congressos Nacionais, quando é definida a palavra de ordem “Lutar, construir reforma agrária popular”, o MST passa por intensos debates até chegar à plataforma política da “reforma agrá-

² No informativo da entidade de set./out. 2014, está a configuração da nova diretoria (ABAG, 2014).

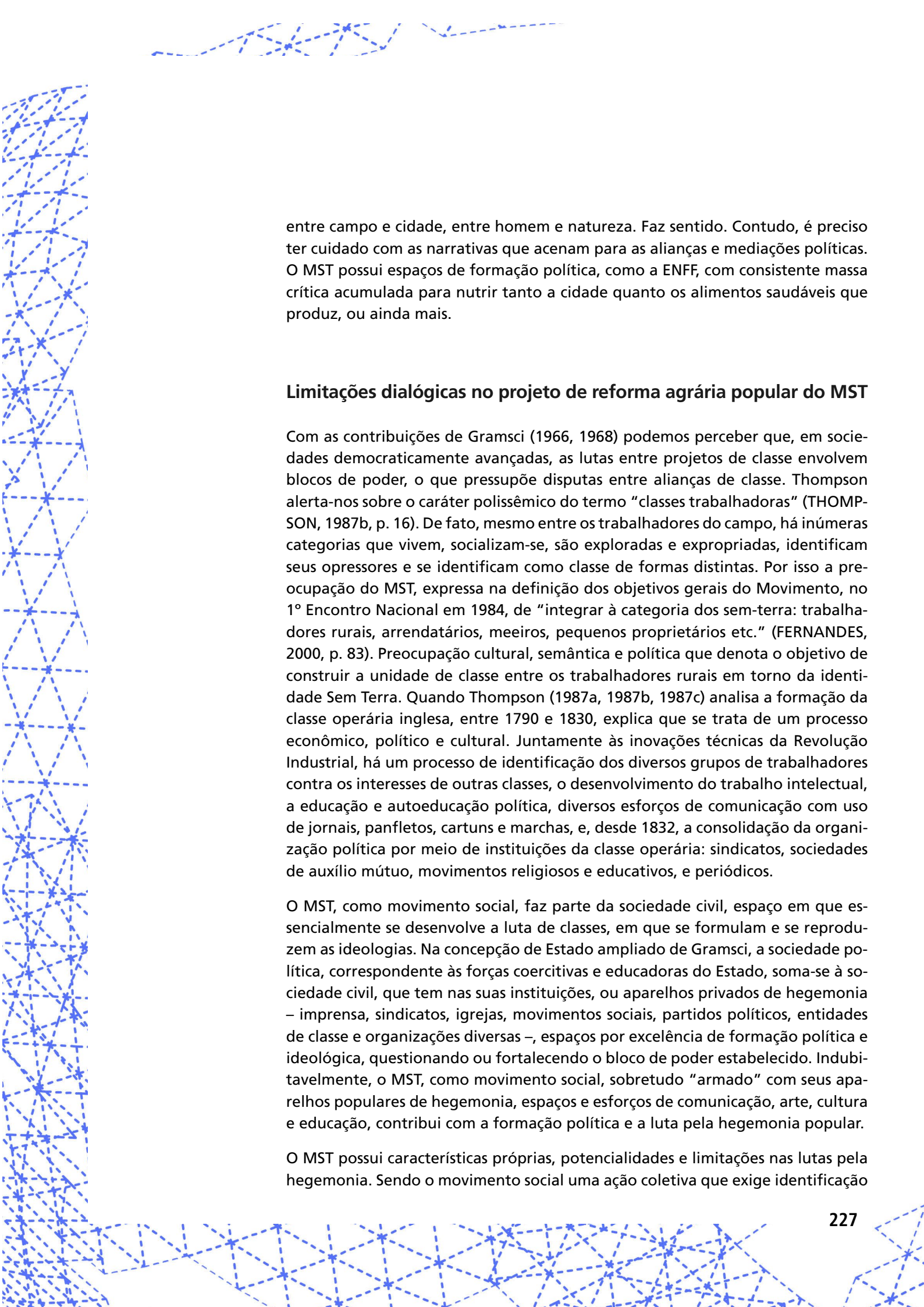


ria popular". É um momento de impasse histórico ao MST. O caminho escolhido para sensibilizar a população e a classe trabalhadora é a alimentação. A proposta sustentável do MST se traduz na produção de alimentos saudáveis, com matriz agroecológica, para a população brasileira, em contraposição ao agronegócio, cuja matriz tecnológica, política e econômica privilegia a produção em larga escala para a produção de *commodities* agrícolas. O impasse está no desgastado tema da sustentabilidade, intensamente apropriado pelo mercado, e nos esforços comunicativos, políticos e ideológicos do MST. Ao mesmo tempo em que afirma no *Programa Agrário* (MST, 2014a, p. 14) a necessidade de construir alianças entre os camponeses e a classe trabalhadora, e que "a construção da Reforma Agrária Popular só pode ser conquistada pelo conjunto dos trabalhadores do campo e da cidade", o MST está com as forças voltadas para seu interior, para a organicidade do Movimento, o fortalecimento da produção e da educação. À medida que a especialização do Movimento torna-se cada vez mais cerceada pela expansão do agronegócio e pela hegemonia do bloco de poder no campo, a alternativa encontrada é mostrar que o projeto popular do MST funciona na prática, fortalecendo a produção. Contudo, a comunicação da matriz produtiva agroecológica e popular se perde com a mediação do mercado.

O MST reconhece que a produção sustentável do Movimento não terá a mesma repercussão pública e midiática que tiveram as grandes lutas e marchas. Mas, desde meados dos anos 2000, embora com alguma hesitação, o MST defende que sua maior contribuição para a sociedade é a produção de alimentos saudáveis, como mostra o editorial de comemoração dos 25 anos do Movimento (JST, 2009). Depois de apresentar alguns números que engrandecem a luta do MST, como as 370 mil famílias assentadas, as duas mil escolas públicas em assentamentos e acampamentos, e os mais de cem cursos de graduação em parceria com universidades, o Movimento faz a seguinte afirmação:

Mas, talvez, a nossa principal contribuição para a sociedade brasileira esteja em cumprir nosso compromisso em produzir alimentos para o povo brasileiro. Fruto da organização de mais de 400 associações e cooperativas que trabalham de forma coletiva para produzir alimentos sem transgênicos e sem agrotóxicos. E ainda das 96 agroindústrias que melhoram a renda e as condições do trabalho no campo, mas também oferecem alimentos de qualidade e baixo preço na cidade. (JST, 2009)

A ênfase nas relações de consumo é perigosa. A cidade consome o que o campo produz, e o campo consome o que a cidade produz, mediados pela forma da mercadoria. Ao destacar a sua capacidade de produção em detrimento da sua capacidade de luta política, o MST apresenta um modelo agrário alternativo, mas não de oposição, conforme as categorias desenvolvidas por Raymond Williams (2005). O MST reconhece que a proposta de reforma agrária popular ainda não permite a superação do capital. Na visão do Movimento, trata-se de tática de luta coerente com a realidade objetiva e subjetiva, que não permite ainda a proposta de uma reforma agrária socialista, de coletivização da propriedade da terra, mesmo que a proposta de reforma agrária popular proporcione melhores relações



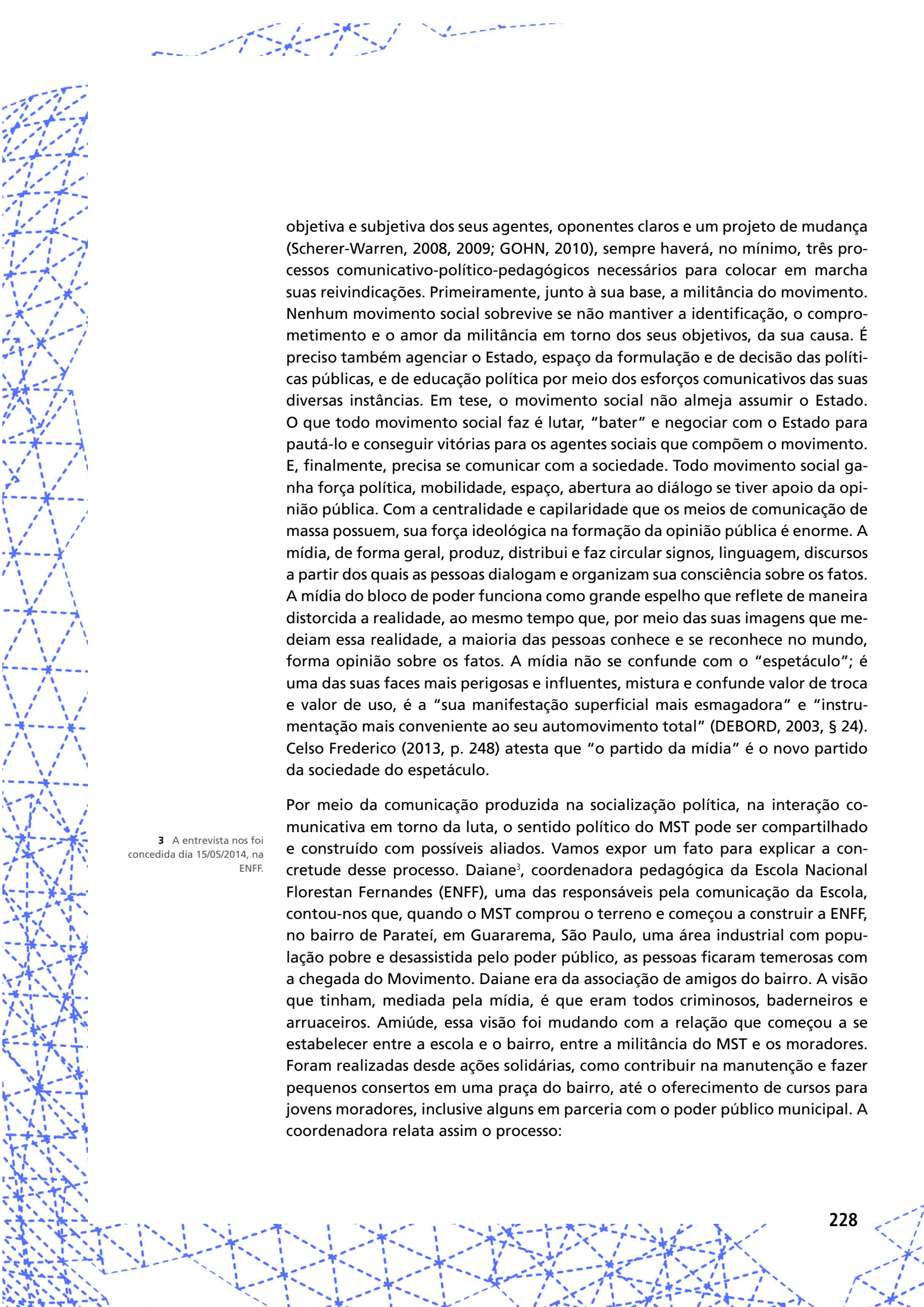
entre campo e cidade, entre homem e natureza. Faz sentido. Contudo, é preciso ter cuidado com as narrativas que acenam para as alianças e mediações políticas. O MST possui espaços de formação política, como a ENFF, com consistente massa crítica acumulada para nutrir tanto a cidade quanto os alimentos saudáveis que produz, ou ainda mais.

Limitações dialógicas no projeto de reforma agrária popular do MST

Com as contribuições de Gramsci (1966, 1968) podemos perceber que, em sociedades democraticamente avançadas, as lutas entre projetos de classe envolvem blocos de poder, o que pressupõe disputas entre alianças de classe. Thompson alerta-nos sobre o caráter polissêmico do termo “classes trabalhadoras” (THOMPSON, 1987b, p. 16). De fato, mesmo entre os trabalhadores do campo, há inúmeras categorias que vivem, socializam-se, são exploradas e expropriadas, identificam seus opressores e se identificam como classe de formas distintas. Por isso a preocupação do MST, expressa na definição dos objetivos gerais do Movimento, no 1º Encontro Nacional em 1984, de “integrar à categoria dos sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários etc.” (FERNANDES, 2000, p. 83). Preocupação cultural, semântica e política que denota o objetivo de construir a unidade de classe entre os trabalhadores rurais em torno da identidade Sem Terra. Quando Thompson (1987a, 1987b, 1987c) analisa a formação da classe operária inglesa, entre 1790 e 1830, explica que se trata de um processo econômico, político e cultural. Juntamente às inovações técnicas da Revolução Industrial, há um processo de identificação dos diversos grupos de trabalhadores contra os interesses de outras classes, o desenvolvimento do trabalho intelectual, a educação e autoeducação política, diversos esforços de comunicação com uso de jornais, panfletos, cartuns e marchas, e, desde 1832, a consolidação da organização política por meio de instituições da classe operária: sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, e periódicos.

O MST, como movimento social, faz parte da sociedade civil, espaço em que essencialmente se desenvolve a luta de classes, em que se formulam e se reproduzem as ideologias. Na concepção de Estado ampliado de Gramsci, a sociedade política, correspondente às forças coercitivas e educadoras do Estado, soma-se à sociedade civil, que tem nas suas instituições, ou aparelhos privados de hegemonia – imprensa, sindicatos, igrejas, movimentos sociais, partidos políticos, entidades de classe e organizações diversas –, espaços por excelência de formação política e ideológica, questionando ou fortalecendo o bloco de poder estabelecido. Indubitavelmente, o MST, como movimento social, sobretudo “armado” com seus aparelhos populares de hegemonia, espaços e esforços de comunicação, arte, cultura e educação, contribui com a formação política e a luta pela hegemonia popular.

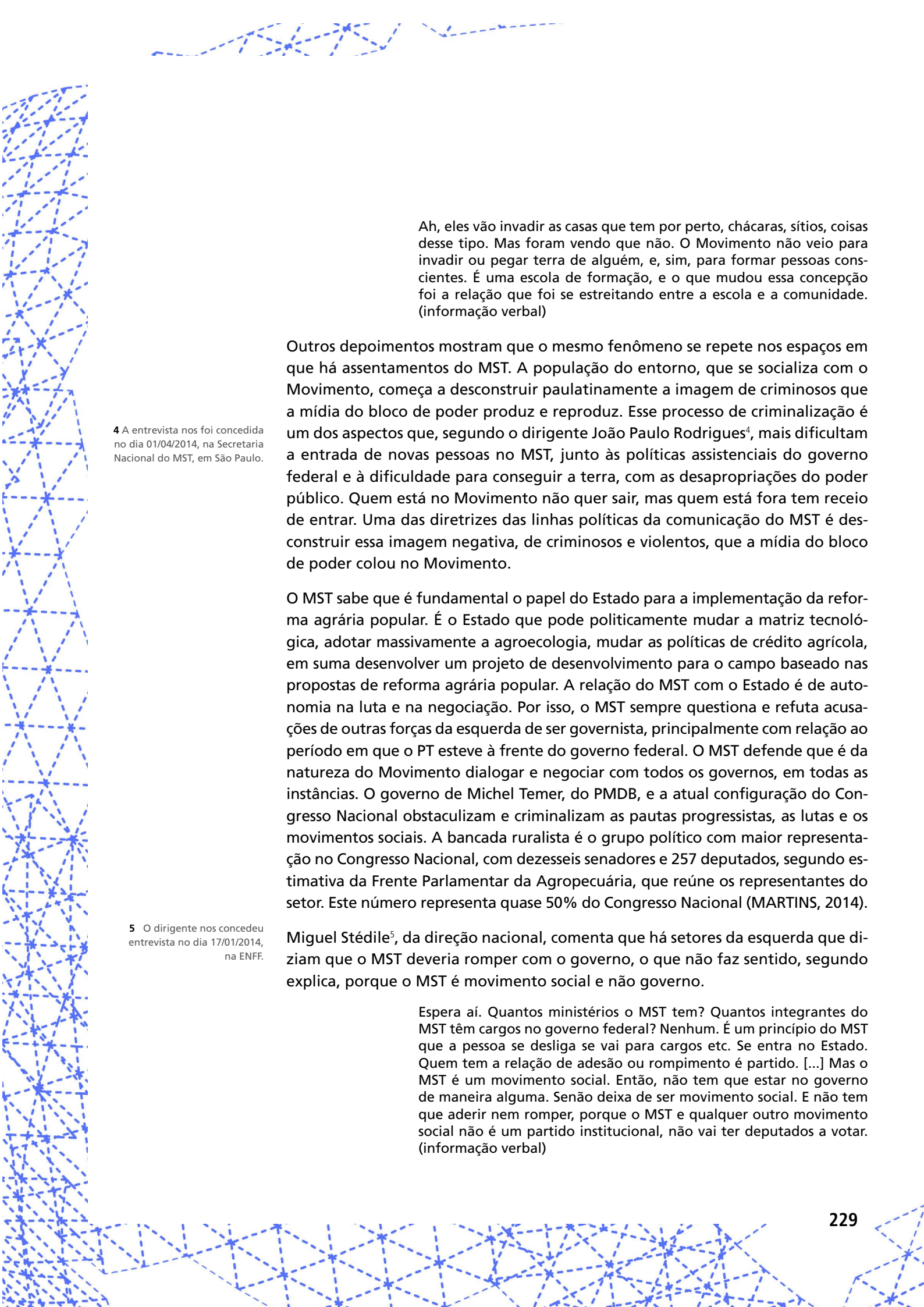
O MST possui características próprias, potencialidades e limitações nas lutas pela hegemonia. Sendo o movimento social uma ação coletiva que exige identificação



objetiva e subjetiva dos seus agentes, oponentes claros e um projeto de mudança (Scherer-Warren, 2008, 2009; GOHN, 2010), sempre haverá, no mínimo, três processos comunicativo-político-pedagógicos necessários para colocar em marcha suas reivindicações. Primeiramente, junto à sua base, a militância do movimento. Nenhum movimento social sobrevive se não mantiver a identificação, o comprometimento e o amor da militância em torno dos seus objetivos, da sua causa. É preciso também agenciar o Estado, espaço da formulação e de decisão das políticas públicas, e de educação política por meio dos esforços comunicativos das suas diversas instâncias. Em tese, o movimento social não almeja assumir o Estado. O que todo movimento social faz é lutar, “bater” e negociar com o Estado para pautá-lo e conseguir vitórias para os agentes sociais que compõem o movimento. E, finalmente, precisa se comunicar com a sociedade. Todo movimento social ganha força política, mobilidade, espaço, abertura ao diálogo se tiver apoio da opinião pública. Com a centralidade e capilaridade que os meios de comunicação de massa possuem, sua força ideológica na formação da opinião pública é enorme. A mídia, de forma geral, produz, distribui e faz circular signos, linguagem, discursos a partir dos quais as pessoas dialogam e organizam sua consciência sobre os fatos. A mídia do bloco de poder funciona como grande espelho que reflete de maneira distorcida a realidade, ao mesmo tempo que, por meio das suas imagens que medeiam essa realidade, a maioria das pessoas conhece e se reconhece no mundo, forma opinião sobre os fatos. A mídia não se confunde com o “espetáculo”; é uma das suas faces mais perigosas e influentes, mistura e confunde valor de troca e valor de uso, é a “sua manifestação superficial mais esmagadora” e “instrumentação mais conveniente ao seu automovimento total” (DEBORD, 2003, § 24). Celso Frederico (2013, p. 248) atesta que “o partido da mídia” é o novo partido da sociedade do espetáculo.

3 A entrevista nos foi concedida dia 15/05/2014, na ENFF.

Por meio da comunicação produzida na socialização política, na interação comunicativa em torno da luta, o sentido político do MST pode ser compartilhado e construído com possíveis aliados. Vamos expor um fato para explicar a concretude desse processo. Daiane³, coordenadora pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), uma das responsáveis pela comunicação da Escola, contou-nos que, quando o MST comprou o terreno e começou a construir a ENFF, no bairro de Parateí, em Guararema, São Paulo, uma área industrial com população pobre e desassistida pelo poder público, as pessoas ficaram temerosas com a chegada do Movimento. Daiane era da associação de amigos do bairro. A visão que tinham, mediada pela mídia, é que eram todos criminosos, baderneiros e arruaceiros. Amiúde, essa visão foi mudando com a relação que começou a se estabelecer entre a escola e o bairro, entre a militância do MST e os moradores. Foram realizadas desde ações solidárias, como contribuir na manutenção e fazer pequenos consertos em uma praça do bairro, até o oferecimento de cursos para jovens moradores, inclusive alguns em parceria com o poder público municipal. A coordenadora relata assim o processo:



Ah, eles vão invadir as casas que tem por perto, chácaras, sítios, coisas desse tipo. Mas foram vendo que não. O Movimento não veio para invadir ou pegar terra de alguém, e, sim, para formar pessoas conscientes. É uma escola de formação, e o que mudou essa concepção foi a relação que foi se estreitando entre a escola e a comunidade. (informação verbal)

4 A entrevista nos foi concedida no dia 01/04/2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.

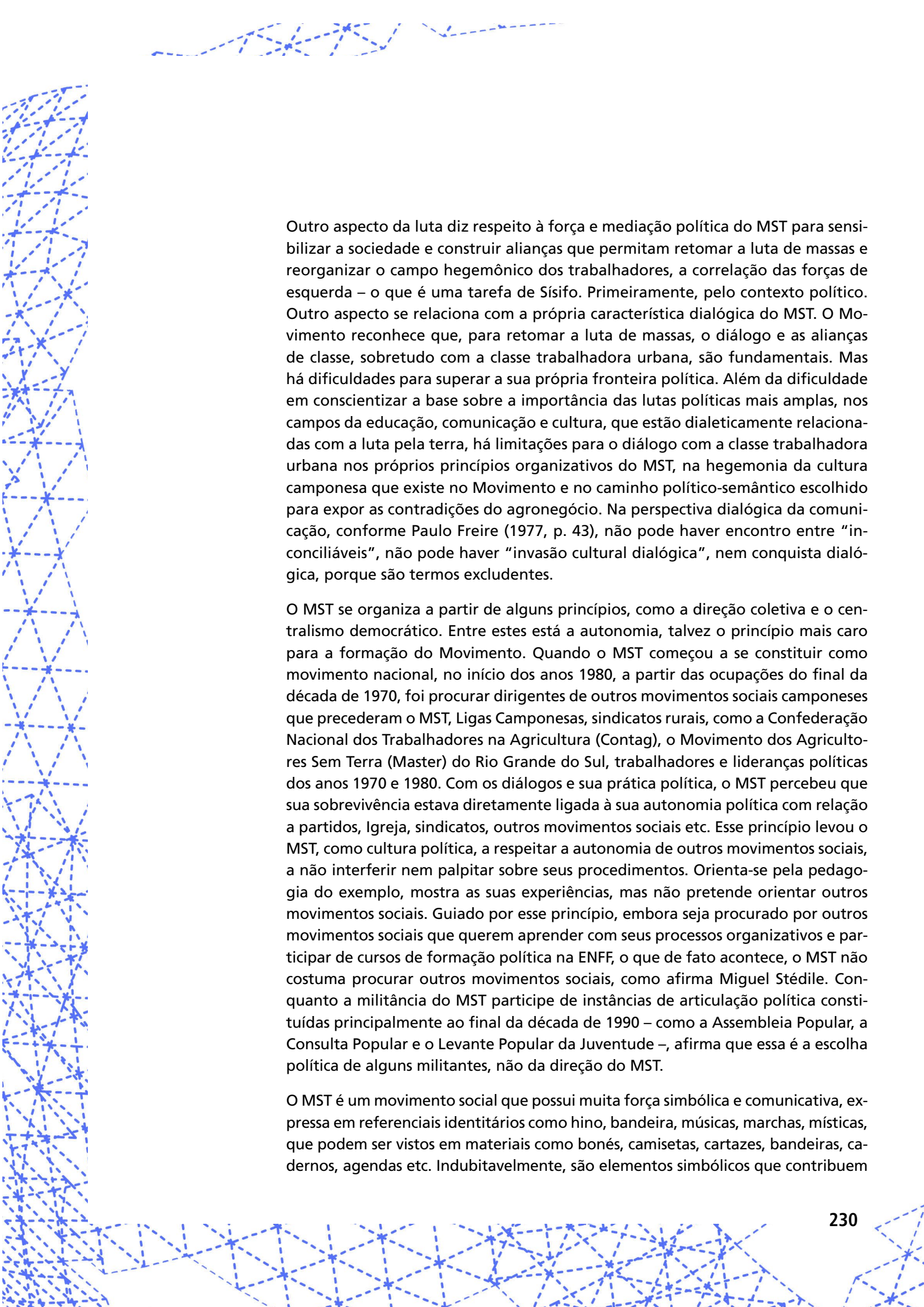
Outros depoimentos mostram que o mesmo fenômeno se repete nos espaços em que há assentamentos do MST. A população do entorno, que se socializa com o Movimento, começa a desconstruir paulatinamente a imagem de criminosos que a mídia do bloco de poder produz e reproduz. Esse processo de criminalização é um dos aspectos que, segundo o dirigente João Paulo Rodrigues⁴, mais dificultam a entrada de novas pessoas no MST, junto às políticas assistenciais do governo federal e à dificuldade para conseguir a terra, com as desapropriações do poder público. Quem está no Movimento não quer sair, mas quem está fora tem receio de entrar. Uma das diretrizes das linhas políticas da comunicação do MST é desconstruir essa imagem negativa, de criminosos e violentos, que a mídia do bloco de poder colou no Movimento.

O MST sabe que é fundamental o papel do Estado para a implementação da reforma agrária popular. É o Estado que pode politicamente mudar a matriz tecnológica, adotar massivamente a agroecologia, mudar as políticas de crédito agrícola, em suma desenvolver um projeto de desenvolvimento para o campo baseado nas propostas de reforma agrária popular. A relação do MST com o Estado é de autonomia na luta e na negociação. Por isso, o MST sempre questiona e refuta acusações de outras forças da esquerda de ser governista, principalmente com relação ao período em que o PT esteve à frente do governo federal. O MST defende que é da natureza do Movimento dialogar e negociar com todos os governos, em todas as instâncias. O governo de Michel Temer, do PMDB, e a atual configuração do Congresso Nacional obstaculizam e criminalizam as pautas progressistas, as lutas e os movimentos sociais. A bancada ruralista é o grupo político com maior representação no Congresso Nacional, com dezesseis senadores e 257 deputados, segundo estimativa da Frente Parlamentar da Agropecuária, que reúne os representantes do setor. Este número representa quase 50% do Congresso Nacional (MARTINS, 2014).

5 O dirigente nos concedeu entrevista no dia 17/01/2014, na ENFF.

Miguel Stédile⁵, da direção nacional, comenta que há setores da esquerda que dizem que o MST deveria romper com o governo, o que não faz sentido, segundo explica, porque o MST é movimento social e não governo.

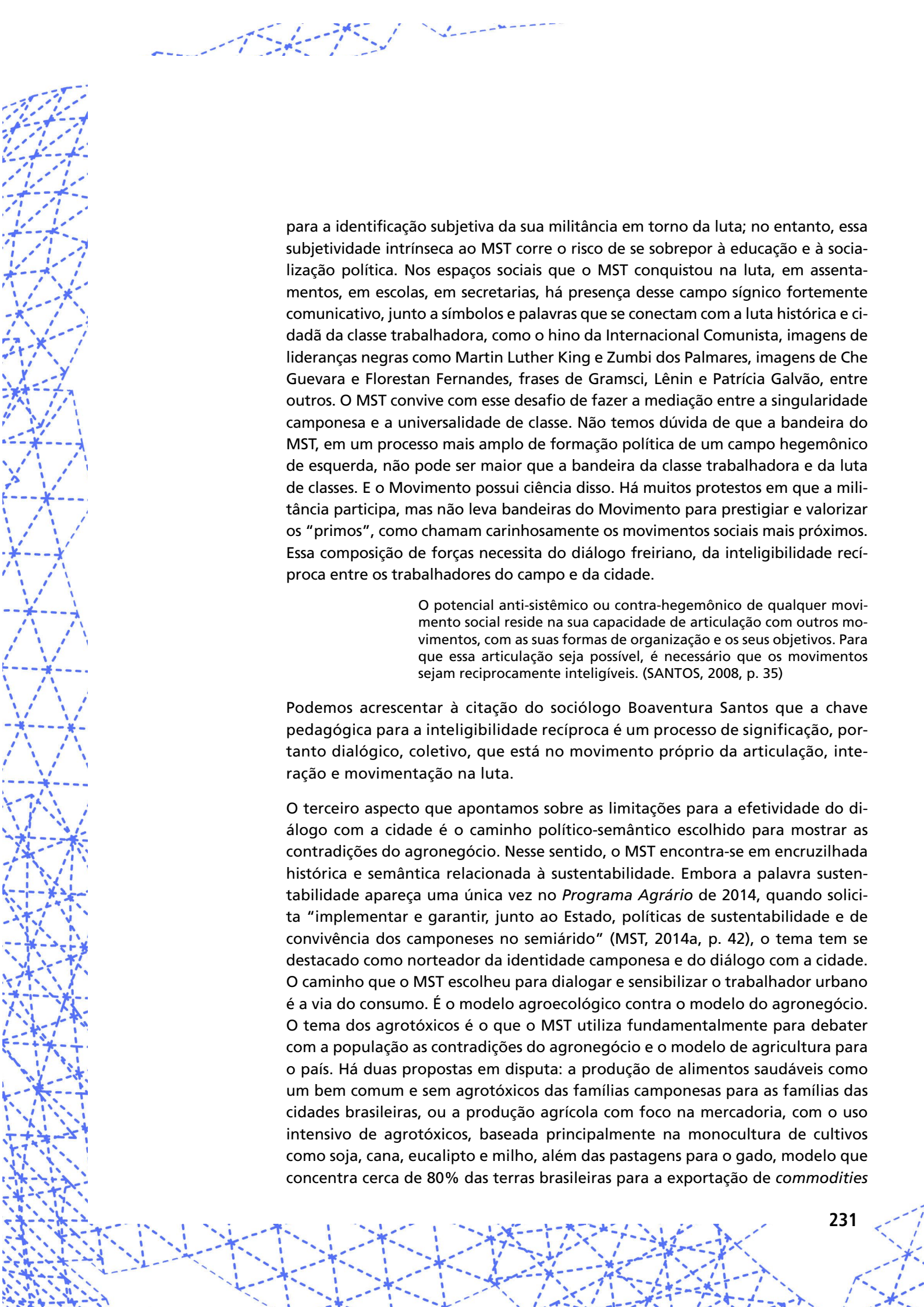
Espera aí. Quantos ministérios o MST tem? Quantos integrantes do MST têm cargos no governo federal? Nenhum. É um princípio do MST que a pessoa se desliga se vai para cargos etc. Se entra no Estado. Quem tem a relação de adesão ou rompimento é partido. [...] Mas o MST é um movimento social. Então, não tem que estar no governo de maneira alguma. Senão deixa de ser movimento social. E não tem que aderir nem romper, porque o MST e qualquer outro movimento social não é um partido institucional, não vai ter deputados a votar. (informação verbal)



Outro aspecto da luta diz respeito à força e mediação política do MST para sensibilizar a sociedade e construir alianças que permitam retomar a luta de massas e reorganizar o campo hegemônico dos trabalhadores, a correlação das forças de esquerda – o que é uma tarefa de Sísifo. Primeiramente, pelo contexto político. Outro aspecto se relaciona com a própria característica dialógica do MST. O Movimento reconhece que, para retomar a luta de massas, o diálogo e as alianças de classe, sobretudo com a classe trabalhadora urbana, são fundamentais. Mas há dificuldades para superar a sua própria fronteira política. Além da dificuldade em conscientizar a base sobre a importância das lutas políticas mais amplas, nos campos da educação, comunicação e cultura, que estão dialeticamente relacionadas com a luta pela terra, há limitações para o diálogo com a classe trabalhadora urbana nos próprios princípios organizativos do MST, na hegemonia da cultura camponesa que existe no Movimento e no caminho político-semântico escolhido para expor as contradições do agronegócio. Na perspectiva dialógica da comunicação, conforme Paulo Freire (1977, p. 43), não pode haver encontro entre “inconciliáveis”, não pode haver “invasão cultural dialógica”, nem conquista dialógica, porque são termos excludentes.

O MST se organiza a partir de alguns princípios, como a direção coletiva e o centralismo democrático. Entre estes está a autonomia, talvez o princípio mais caro para a formação do Movimento. Quando o MST começou a se constituir como movimento nacional, no início dos anos 1980, a partir das ocupações do final da década de 1970, foi procurar dirigentes de outros movimentos sociais camponeses que precederam o MST, Ligas Camponesas, sindicatos rurais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) do Rio Grande do Sul, trabalhadores e lideranças políticas dos anos 1970 e 1980. Com os diálogos e sua prática política, o MST percebeu que sua sobrevivência estava diretamente ligada à sua autonomia política com relação a partidos, Igreja, sindicatos, outros movimentos sociais etc. Esse princípio levou o MST, como cultura política, a respeitar a autonomia de outros movimentos sociais, a não interferir nem palpitar sobre seus procedimentos. Orienta-se pela pedagogia do exemplo, mostra as suas experiências, mas não pretende orientar outros movimentos sociais. Guiado por esse princípio, embora seja procurado por outros movimentos sociais que querem aprender com seus processos organizativos e participar de cursos de formação política na ENFF, o que de fato acontece, o MST não costuma procurar outros movimentos sociais, como afirma Miguel Stédile. Conquanto a militância do MST participe de instâncias de articulação política constituídas principalmente ao final da década de 1990 – como a Assembleia Popular, a Consulta Popular e o Levante Popular da Juventude –, afirma que essa é a escolha política de alguns militantes, não da direção do MST.

O MST é um movimento social que possui muita força simbólica e comunicativa, expressa em referenciais identitários como hino, bandeira, músicas, marchas, místicas, que podem ser vistos em materiais como bonés, camisetas, cartazes, bandeiras, cadernos, agendas etc. Indubitavelmente, são elementos simbólicos que contribuem

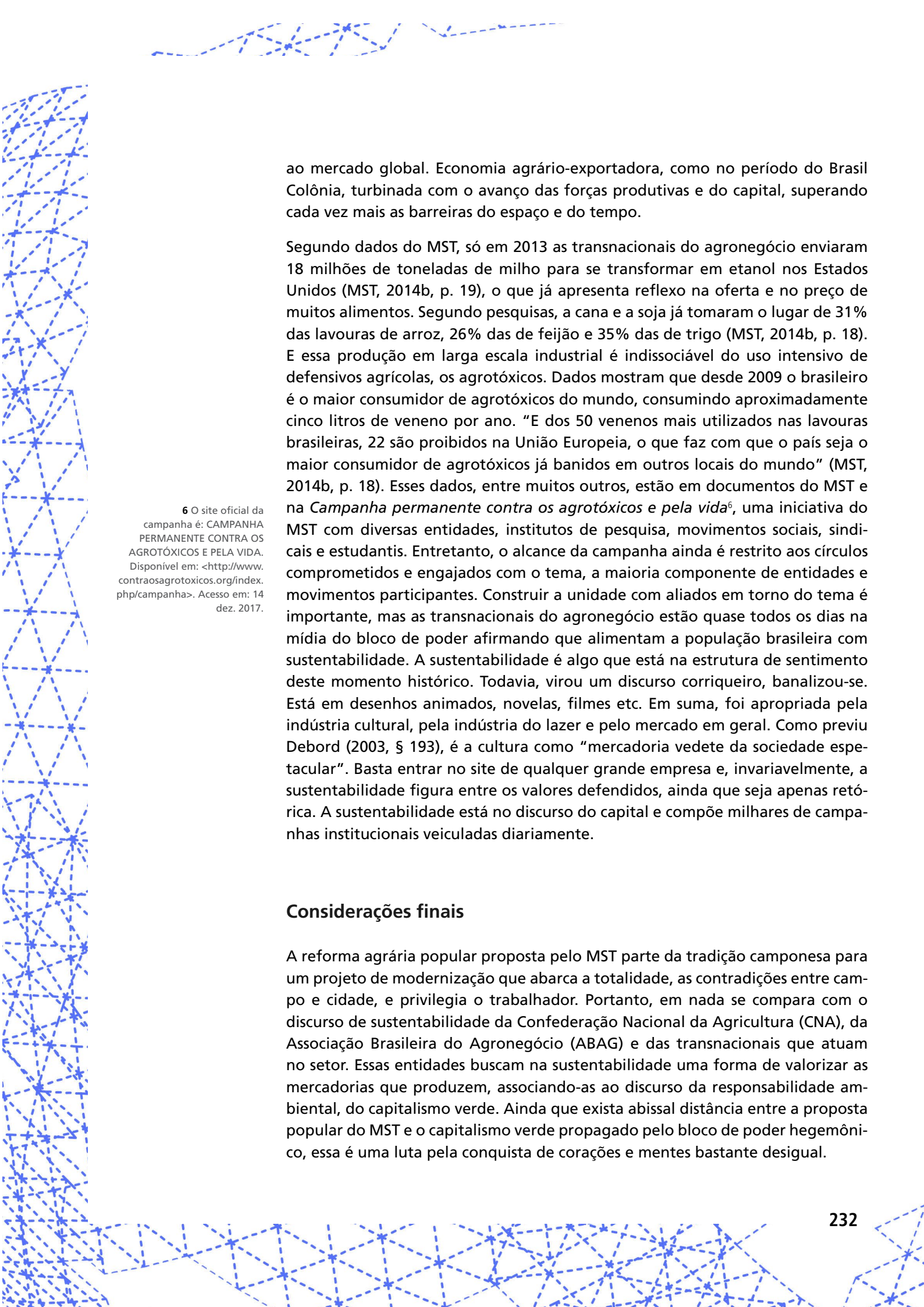


para a identificação subjetiva da sua militância em torno da luta; no entanto, essa subjetividade intrínseca ao MST corre o risco de se sobrepôr à educação e à socialização política. Nos espaços sociais que o MST conquistou na luta, em assentamentos, em escolas, em secretarias, há presença desse campo sógnico fortemente comunicativo, junto a símbolos e palavras que se conectam com a luta histórica e cidadã da classe trabalhadora, como o hino da Internacional Comunista, imagens de lideranças negras como Martin Luther King e Zumbi dos Palmares, imagens de Che Guevara e Florestan Fernandes, frases de Gramsci, Lênin e Patrícia Galvão, entre outros. O MST convive com esse desafio de fazer a mediação entre a singularidade camponesa e a universalidade de classe. Não temos dúvida de que a bandeira do MST, em um processo mais amplo de formação política de um campo hegemônico de esquerda, não pode ser maior que a bandeira da classe trabalhadora e da luta de classes. E o Movimento possui ciência disso. Há muitos protestos em que a militância participa, mas não leva bandeiras do Movimento para prestigiar e valorizar os “primos”, como chamam carinhosamente os movimentos sociais mais próximos. Essa composição de forças necessita do diálogo freiriano, da inteligibilidade recíproca entre os trabalhadores do campo e da cidade.

O potencial anti-sistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objetivos. Para que essa articulação seja possível, é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis. (SANTOS, 2008, p. 35)

Podemos acrescentar à citação do sociólogo Boaventura Santos que a chave pedagógica para a inteligibilidade recíproca é um processo de significação, portanto dialógico, coletivo, que está no movimento próprio da articulação, interação e movimentação na luta.

O terceiro aspecto que apontamos sobre as limitações para a efetividade do diálogo com a cidade é o caminho político-semântico escolhido para mostrar as contradições do agronegócio. Nesse sentido, o MST encontra-se em encruzilhada histórica e semântica relacionada à sustentabilidade. Embora a palavra sustentabilidade apareça uma única vez no *Programa Agrário* de 2014, quando solicita “implementar e garantir, junto ao Estado, políticas de sustentabilidade e de convivência dos camponeses no semiárido” (MST, 2014a, p. 42), o tema tem se destacado como norteador da identidade camponesa e do diálogo com a cidade. O caminho que o MST escolheu para dialogar e sensibilizar o trabalhador urbano é a via do consumo. É o modelo agroecológico contra o modelo do agronegócio. O tema dos agrotóxicos é o que o MST utiliza fundamentalmente para debater com a população as contradições do agronegócio e o modelo de agricultura para o país. Há duas propostas em disputa: a produção de alimentos saudáveis como um bem comum e sem agrotóxicos das famílias camponesas para as famílias das cidades brasileiras, ou a produção agrícola com foco na mercadoria, com o uso intensivo de agrotóxicos, baseada principalmente na monocultura de cultivos como soja, cana, eucalipto e milho, além das pastagens para o gado, modelo que concentra cerca de 80% das terras brasileiras para a exportação de *commodities*




6 O site oficial da campanha é: CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. Disponível em: <<http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/campanha>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

ao mercado global. Economia agrário-exportadora, como no período do Brasil Colônia, turbinada com o avanço das forças produtivas e do capital, superando cada vez mais as barreiras do espaço e do tempo.

Segundo dados do MST, só em 2013 as transnacionais do agronegócio enviaram 18 milhões de toneladas de milho para se transformar em etanol nos Estados Unidos (MST, 2014b, p. 19), o que já apresenta reflexo na oferta e no preço de muitos alimentos. Segundo pesquisas, a cana e a soja já tomaram o lugar de 31% das lavouras de arroz, 26% das de feijão e 35% das de trigo (MST, 2014b, p. 18). E essa produção em larga escala industrial é indissociável do uso intensivo de defensivos agrícolas, os agrotóxicos. Dados mostram que desde 2009 o brasileiro é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, consumindo aproximadamente cinco litros de veneno por ano. “E dos 50 venenos mais utilizados nas lavouras brasileiras, 22 são proibidos na União Europeia, o que faz com que o país seja o maior consumidor de agrotóxicos já banidos em outros locais do mundo” (MST, 2014b, p. 18). Esses dados, entre muitos outros, estão em documentos do MST e na *Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida*⁶, uma iniciativa do MST com diversas entidades, institutos de pesquisa, movimentos sociais, sindicais e estudantis. Entretanto, o alcance da campanha ainda é restrito aos círculos comprometidos e engajados com o tema, a maioria componente de entidades e movimentos participantes. Construir a unidade com aliados em torno do tema é importante, mas as transnacionais do agronegócio estão quase todos os dias na mídia do bloco de poder afirmando que alimentam a população brasileira com sustentabilidade. A sustentabilidade é algo que está na estrutura de sentimento deste momento histórico. Todavia, virou um discurso corriqueiro, banalizou-se. Está em desenhos animados, novelas, filmes etc. Em suma, foi apropriada pela indústria cultural, pela indústria do lazer e pelo mercado em geral. Como previu Debord (2003, § 193), é a cultura como “mercadoria vedete da sociedade espetacular”. Basta entrar no site de qualquer grande empresa e, invariavelmente, a sustentabilidade figura entre os valores defendidos, ainda que seja apenas retórica. A sustentabilidade está no discurso do capital e compõe milhares de campanhas institucionais veiculadas diariamente.

Considerações finais

A reforma agrária popular proposta pelo MST parte da tradição camponesa para um projeto de modernização que abarca a totalidade, as contradições entre campo e cidade, e privilegia o trabalhador. Portanto, em nada se compara com o discurso de sustentabilidade da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e das transnacionais que atuam no setor. Essas entidades buscam na sustentabilidade uma forma de valorizar as mercadorias que produzem, associando-as ao discurso da responsabilidade ambiental, do capitalismo verde. Ainda que exista abissal distância entre a proposta popular do MST e o capitalismo verde propagado pelo bloco de poder hegemônico, essa é uma luta pela conquista de corações e mentes bastante desigual.



7 O dirigente nos concedeu entrevista no dia 17/01/2014, na ENFF.

A proposta de sustentabilidade do MST, de produzir alimentos saudáveis para a população brasileira sem o uso de agrotóxicos, utilizando a matriz tecnológica da agroecologia, está diretamente ligada à emergência da identidade camponesa e a dificuldades com a produção nos assentamentos, em modelo cooperativado ou não (MARQUES, 2010, p. 14). A noção de sustentabilidade do MST está ligada à proposta agroecológica que, por sua vez, ancora-se no diálogo e na valorização de saberes e diversidades sociais, culturais e ecológicas dos territórios locais (p. 14). Conforme Marta Inez Medeiros Marques, trata-se da reinvenção da luta camponesa e do campesinato, a partir de projeto político baseado na noção de sustentabilidade e, dialeticamente, na afirmação da identidade camponesa para a “superação do campesinato enquanto classe” (p. 17). Miguel Stédile⁷ também demonstra perspectiva semelhante ao dizer que essa busca pela tradição camponesa pode representar um avanço para um futuro melhor, com alimentos saudáveis e melhor relação com a natureza e o território. É um discurso conservador culturalmente e progressista politicamente.

8 A entrevista nos foi concedida no dia 01/04/2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.

Pensamos que a saída para o impasse histórico entre a luta para produzir mais nos assentamentos e a luta para comunicar e articular a aliança com o trabalhador urbano, fundamental para a hegemonia popular, está na educação. Não podemos deixar de concordar com Celso Frederico (2013, p. 247) quando afirma que a cultura não pode substituir a educação, que a integração crítica e revolucionária não pode prescindir do esforço universalizante da educação. A aproximação pela arte, cultura e linguagem necessita do amálgama da educação crítica e reflexiva para erigir a hegemonia popular. A ENFF possui potencial para ser esse espaço de construção da hegemonia popular por meio da sociabilidade entre os movimentos sociais, pela produção simbólica comum e pela educação universalizante, porém é um espaço em que prevalecem a hegemonia política e a cultura do MST, com pouca participação de movimentos populares urbanos representativos, sejam ligados às lutas por moradia, sejam centrais sindicais ou organizações estudantis. Há maior diálogo entre os movimentos sociais que compõem a Via Campesina, mas estes não possuem participação massiva e comunicação junto a outros movimentos populares e instâncias representativas do ambiente urbano. Conquanto o MST reconheça a centralidade da educação na luta pela hegemonia popular, há limitações na dimensão comunicativa da sua pedagogia. Não somente pelos aspectos apontados, da autonomia organizativa e da centralidade cultural, mas também pela fragilidade das alianças de classe com o trabalhador urbano. A massa crítica produzida pela pedagogia do MST precisa também despertar a fome dos trabalhadores urbanos porque, como constata João Paulo⁸, ainda não aproveitaram como poderiam o espaço de formação, comunicação e socialização política da ENFF.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG). **Informativo**, n. 94, v. 17, set./out. 2014. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/media/informativos/informativo-abag-94.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2017

AGRONEGÓCIO é valorizado em campanha da Rede Globo. **G1**, 1 out. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

BASTOS, Pablo Nabarrete. **Marcha dialética do MST: formação política entre campo e cidade**. 2015. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-29062015-151022/>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

DEBORD, Gui. **Sociedade do espetáculo**. [s.l.]: eBookLibris, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FREDERICO, Celso. **Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos**. São Paulo: Estudos Avançados, 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., Caxambu, 17 a 20 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2017

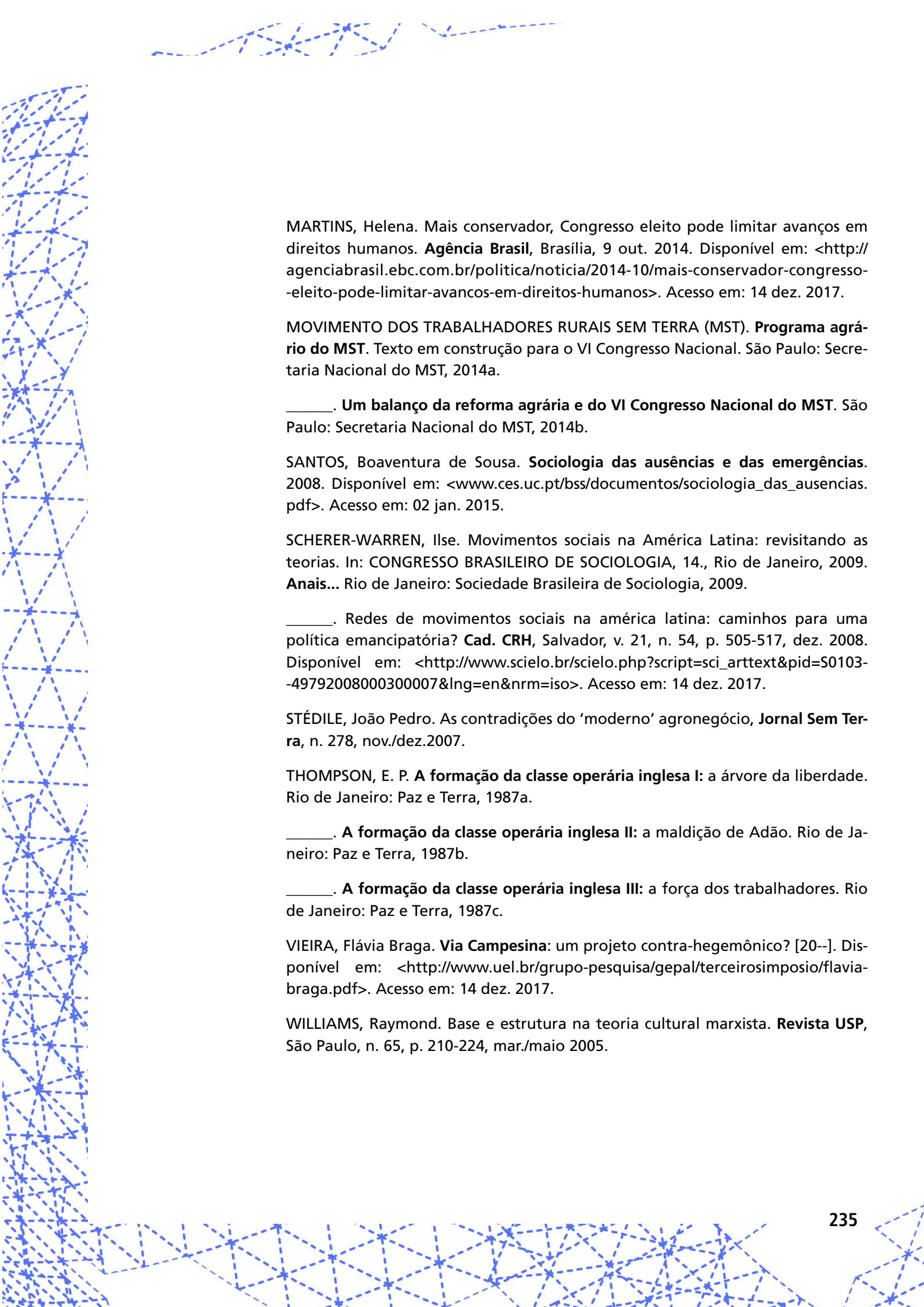
GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JORNAL SEM TERRA (JST), n. 289, jan./fev. 2009.

LINHAS políticas reafirmadas no 4^a Congresso. **Jornal Sem Terra**, n. 203, ago. 2000, p. 19.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A emergência da identidade camponesa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Brasil. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 29., Toronto, Canadá, 6 a 9 de outubro de 2010. **Anais...** Toronto: LASA, 2010.



MARTINS, Helena. Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos. **Agência Brasil**, Brasília, 9 out. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Programa agrário do MST**. Texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2014a.

_____. **Um balanço da reforma agrária e do VI Congresso Nacional do MST**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2014b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Sociologia das ausências e das emergências**. 2008. Disponível em: <www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais na América Latina: revisitando as teorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., Rio de Janeiro, 2009. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 dez. 2017.

STÉDILE, João Pedro. As contradições do 'moderno' agronegócio, **Jornal Sem Terra**, n. 278, nov./dez.2007.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____. **A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

_____. **A formação da classe operária inglesa III: a força dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c.

VIEIRA, Flávia Braga. **Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?** [20--]. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/flavia-braga.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

WILLIAMS, Raymond. Base e estrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, São Paulo, n. 65, p. 210-224, mar./maio 2005.

Os caminhos da esquerda

Obra resenhada:

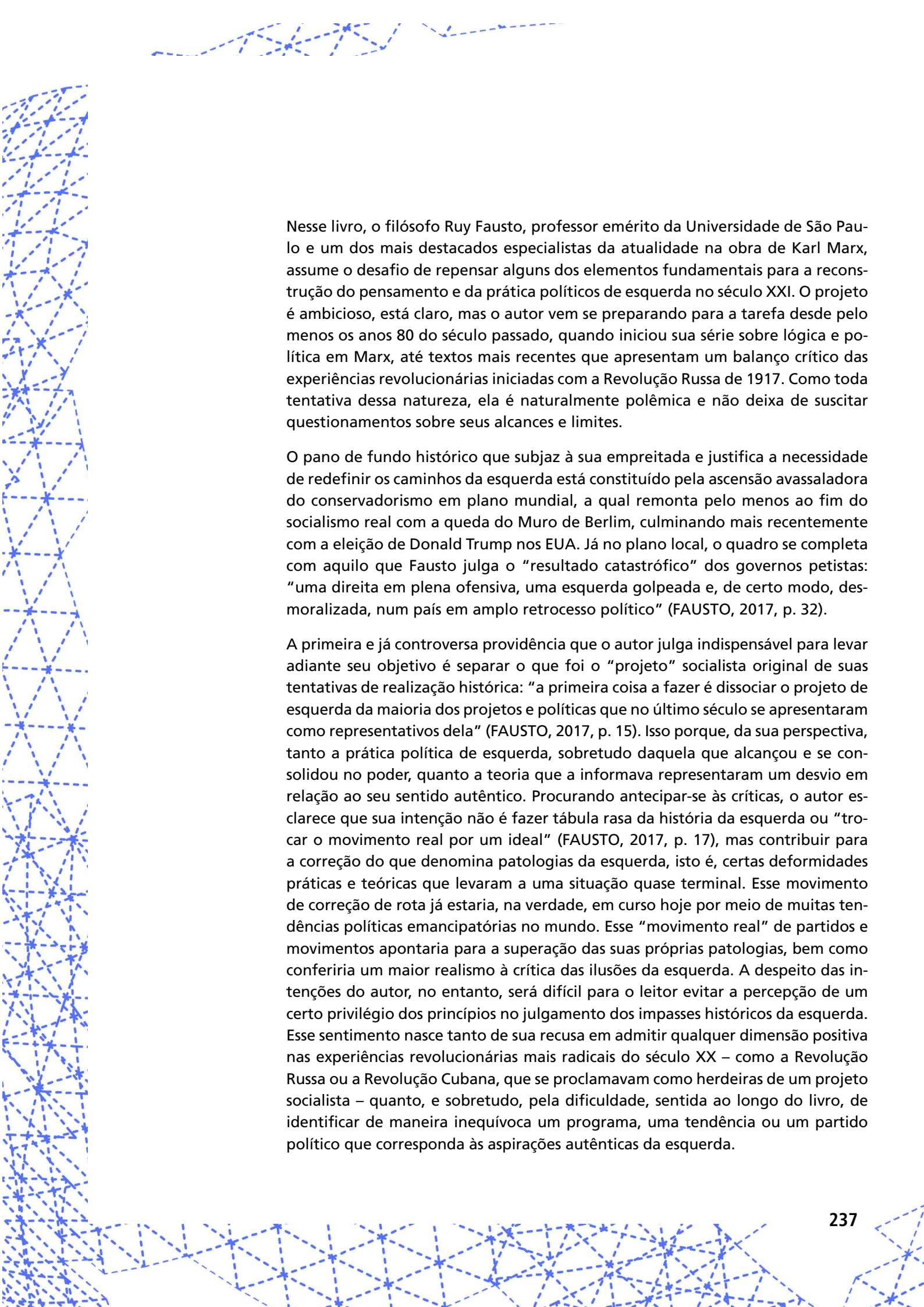
FAUSTO, R. **Caminhos da esquerda**: elementos para uma reconstrução.
São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

Rodnei Nascimento

Doutor em Filosofia pela FFLCH-USP. Professor de Filosofia Política da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, EFLCH – UNIFESP – Brasil.

Contato: rodnei.nascimento@uol.com.br

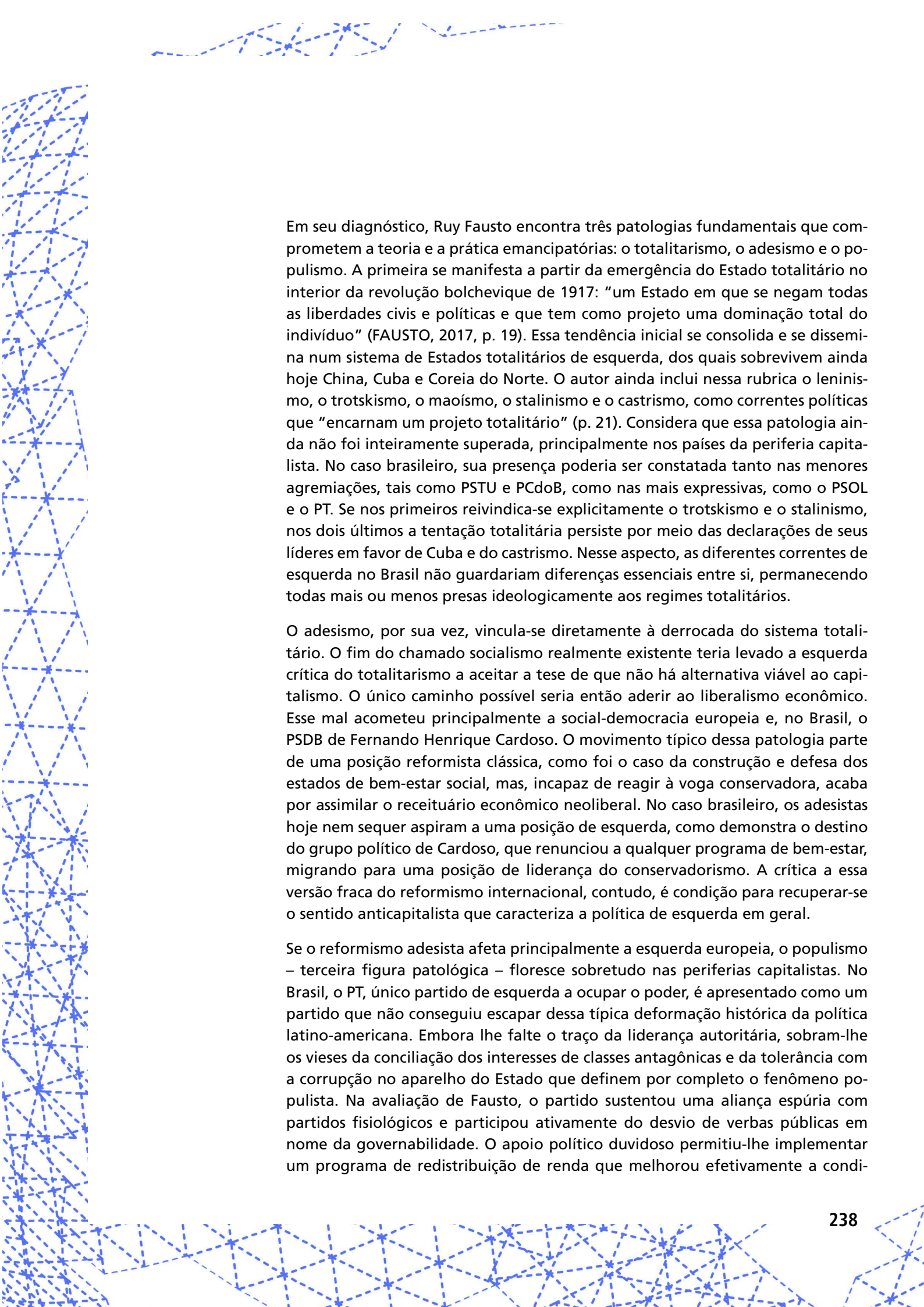
Artigo submetido em 26/10/2017 aprovado em 12/11/2017



Nesse livro, o filósofo Ruy Fausto, professor emérito da Universidade de São Paulo e um dos mais destacados especialistas da atualidade na obra de Karl Marx, assume o desafio de repensar alguns dos elementos fundamentais para a reconstrução do pensamento e da prática políticos de esquerda no século XXI. O projeto é ambicioso, está claro, mas o autor vem se preparando para a tarefa desde pelo menos os anos 80 do século passado, quando iniciou sua série sobre lógica e política em Marx, até textos mais recentes que apresentam um balanço crítico das experiências revolucionárias iniciadas com a Revolução Russa de 1917. Como toda tentativa dessa natureza, ela é naturalmente polêmica e não deixa de suscitar questionamentos sobre seus alcances e limites.

O pano de fundo histórico que subjaz à sua empreitada e justifica a necessidade de redefinir os caminhos da esquerda está constituído pela ascensão avassaladora do conservadorismo em plano mundial, a qual remonta pelo menos ao fim do socialismo real com a queda do Muro de Berlim, culminando mais recentemente com a eleição de Donald Trump nos EUA. Já no plano local, o quadro se completa com aquilo que Fausto julga o “resultado catastrófico” dos governos petistas: “uma direita em plena ofensiva, uma esquerda golpeada e, de certo modo, desmoralizada, num país em amplo retrocesso político” (FAUSTO, 2017, p. 32).

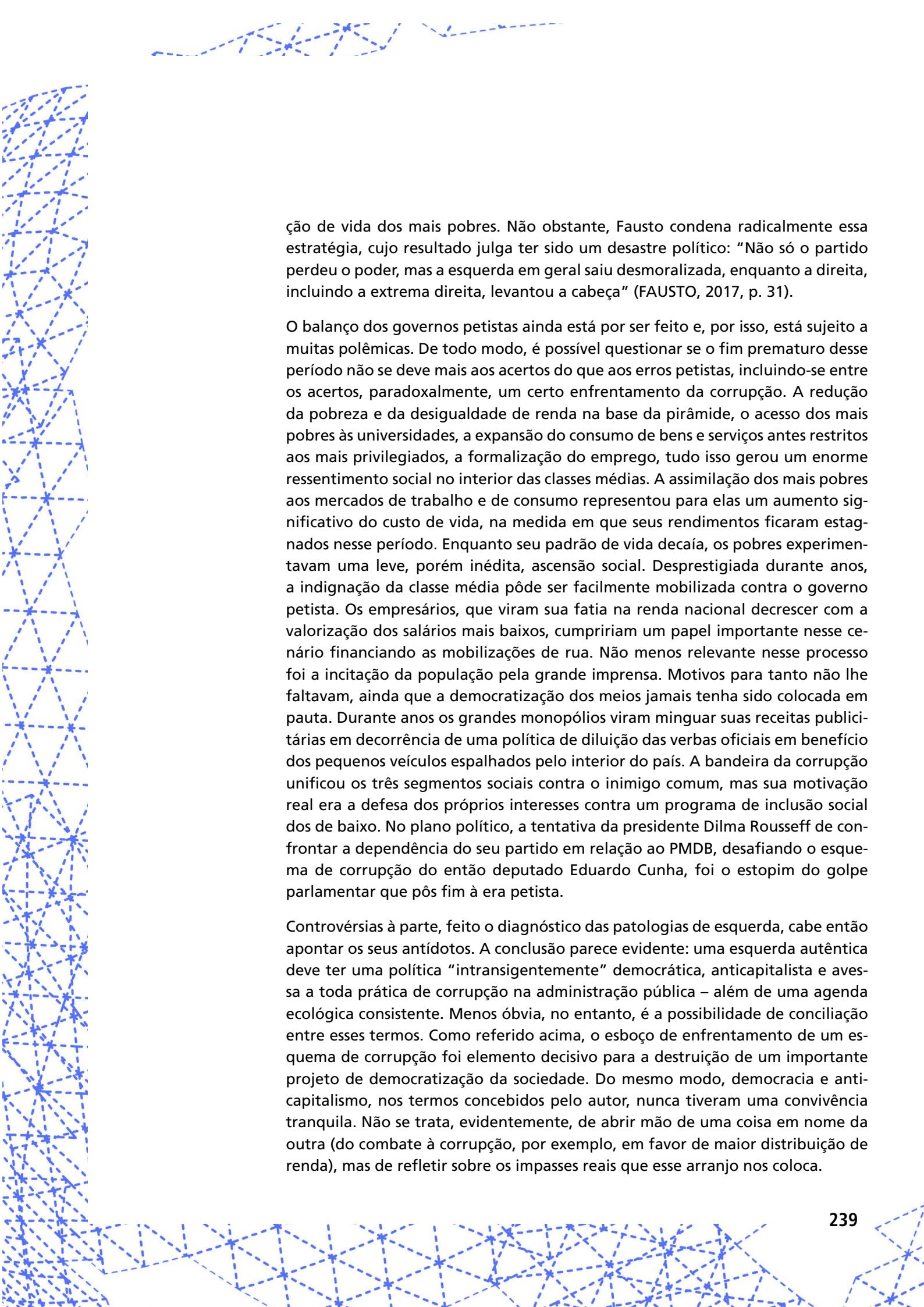
A primeira e já controversa providência que o autor julga indispensável para levar adiante seu objetivo é separar o que foi o “projeto” socialista original de suas tentativas de realização histórica: “a primeira coisa a fazer é dissociar o projeto de esquerda da maioria dos projetos e políticas que no último século se apresentaram como representativos dela” (FAUSTO, 2017, p. 15). Isso porque, da sua perspectiva, tanto a prática política de esquerda, sobretudo daquela que alcançou e se consolidou no poder, quanto a teoria que a informava representaram um desvio em relação ao seu sentido autêntico. Procurando antecipar-se às críticas, o autor esclarece que sua intenção não é fazer tábula rasa da história da esquerda ou “trocar o movimento real por um ideal” (FAUSTO, 2017, p. 17), mas contribuir para a correção do que denomina patologias da esquerda, isto é, certas deformidades práticas e teóricas que levaram a uma situação quase terminal. Esse movimento de correção de rota já estaria, na verdade, em curso hoje por meio de muitas tendências políticas emancipatórias no mundo. Esse “movimento real” de partidos e movimentos apontaria para a superação das suas próprias patologias, bem como conferiria um maior realismo à crítica das ilusões da esquerda. A despeito das intenções do autor, no entanto, será difícil para o leitor evitar a percepção de um certo privilégio dos princípios no julgamento dos impasses históricos da esquerda. Esse sentimento nasce tanto de sua recusa em admitir qualquer dimensão positiva nas experiências revolucionárias mais radicais do século XX – como a Revolução Russa ou a Revolução Cubana, que se proclamavam como herdeiras de um projeto socialista – quanto, e sobretudo, pela dificuldade, sentida ao longo do livro, de identificar de maneira inequívoca um programa, uma tendência ou um partido político que corresponda às aspirações autênticas da esquerda.



Em seu diagnóstico, Ruy Fausto encontra três patologias fundamentais que comprometem a teoria e a prática emancipatórias: o totalitarismo, o adesismo e o populismo. A primeira se manifesta a partir da emergência do Estado totalitário no interior da revolução bolchevique de 1917: “um Estado em que se negam todas as liberdades civis e políticas e que tem como projeto uma dominação total do indivíduo” (FAUSTO, 2017, p. 19). Essa tendência inicial se consolida e se dissemina num sistema de Estados totalitários de esquerda, dos quais sobrevivem ainda hoje China, Cuba e Coreia do Norte. O autor ainda inclui nessa rubrica o leninismo, o trotskismo, o maoísmo, o stalinismo e o castrismo, como correntes políticas que “encarnam um projeto totalitário” (p. 21). Considera que essa patologia ainda não foi inteiramente superada, principalmente nos países da periferia capitalista. No caso brasileiro, sua presença poderia ser constatada tanto nas menores agremiações, tais como PSTU e PCdoB, como nas mais expressivas, como o PSOL e o PT. Se nos primeiros reivindica-se explicitamente o trotskismo e o stalinismo, nos dois últimos a tentação totalitária persiste por meio das declarações de seus líderes em favor de Cuba e do castrismo. Nesse aspecto, as diferentes correntes de esquerda no Brasil não guardariam diferenças essenciais entre si, permanecendo todas mais ou menos presas ideologicamente aos regimes totalitários.

O adesismo, por sua vez, vincula-se diretamente à derrocada do sistema totalitário. O fim do chamado socialismo realmente existente teria levado a esquerda crítica do totalitarismo a aceitar a tese de que não há alternativa viável ao capitalismo. O único caminho possível seria então aderir ao liberalismo econômico. Esse mal acometeu principalmente a social-democracia europeia e, no Brasil, o PSDB de Fernando Henrique Cardoso. O movimento típico dessa patologia parte de uma posição reformista clássica, como foi o caso da construção e defesa dos estados de bem-estar social, mas, incapaz de reagir à voga conservadora, acaba por assimilar o receituário econômico neoliberal. No caso brasileiro, os adesistas hoje nem sequer aspiram a uma posição de esquerda, como demonstra o destino do grupo político de Cardoso, que renunciou a qualquer programa de bem-estar, migrando para uma posição de liderança do conservadorismo. A crítica a essa versão fraca do reformismo internacional, contudo, é condição para recuperar-se o sentido anticapitalista que caracteriza a política de esquerda em geral.

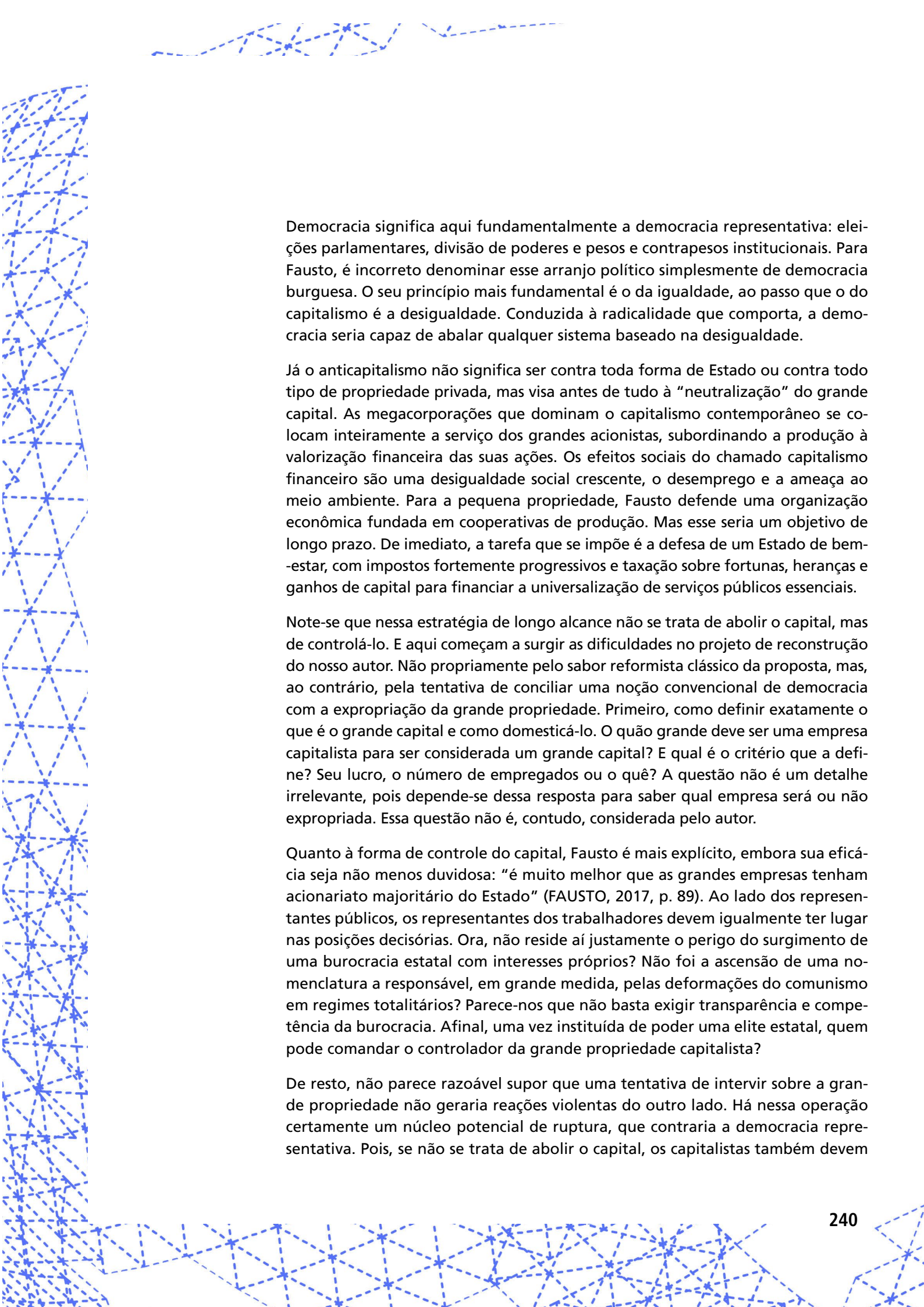
Se o reformismo adesista afeta principalmente a esquerda europeia, o populismo – terceira figura patológica – floresce sobretudo nas periferias capitalistas. No Brasil, o PT, único partido de esquerda a ocupar o poder, é apresentado como um partido que não conseguiu escapar dessa típica deformação histórica da política latino-americana. Embora lhe falte o traço da liderança autoritária, sobram-lhe os vieses da conciliação dos interesses de classes antagônicas e da tolerância com a corrupção no aparelho do Estado que definem por completo o fenômeno populista. Na avaliação de Fausto, o partido sustentou uma aliança espúria com partidos fisiológicos e participou ativamente do desvio de verbas públicas em nome da governabilidade. O apoio político duvidoso permitiu-lhe implementar um programa de redistribuição de renda que melhorou efetivamente a condi-



ção de vida dos mais pobres. Não obstante, Fausto condena radicalmente essa estratégia, cujo resultado julga ter sido um desastre político: “Não só o partido perdeu o poder, mas a esquerda em geral saiu desmoralizada, enquanto a direita, incluindo a extrema direita, levantou a cabeça” (FAUSTO, 2017, p. 31).

O balanço dos governos petistas ainda está por ser feito e, por isso, está sujeito a muitas polêmicas. De todo modo, é possível questionar se o fim prematuro desse período não se deve mais aos acertos do que aos erros petistas, incluindo-se entre os acertos, paradoxalmente, um certo enfrentamento da corrupção. A redução da pobreza e da desigualdade de renda na base da pirâmide, o acesso dos mais pobres às universidades, a expansão do consumo de bens e serviços antes restritos aos mais privilegiados, a formalização do emprego, tudo isso gerou um enorme ressentimento social no interior das classes médias. A assimilação dos mais pobres aos mercados de trabalho e de consumo representou para elas um aumento significativo do custo de vida, na medida em que seus rendimentos ficaram estagnados nesse período. Enquanto seu padrão de vida decaía, os pobres experimentavam uma leve, porém inédita, ascensão social. Desprestigiada durante anos, a indignação da classe média pôde ser facilmente mobilizada contra o governo petista. Os empresários, que viram sua fatia na renda nacional decrescer com a valorização dos salários mais baixos, cumpriram um papel importante nesse cenário financiando as mobilizações de rua. Não menos relevante nesse processo foi a incitação da população pela grande imprensa. Motivos para tanto não lhe faltavam, ainda que a democratização dos meios jamais tenha sido colocada em pauta. Durante anos os grandes monopólios viram minguar suas receitas publicitárias em decorrência de uma política de diluição das verbas oficiais em benefício dos pequenos veículos espalhados pelo interior do país. A bandeira da corrupção unificou os três segmentos sociais contra o inimigo comum, mas sua motivação real era a defesa dos próprios interesses contra um programa de inclusão social dos de baixo. No plano político, a tentativa da presidente Dilma Rousseff de confrontar a dependência do seu partido em relação ao PMDB, desafiando o esquema de corrupção do então deputado Eduardo Cunha, foi o estopim do golpe parlamentar que pôs fim à era petista.

Controvérsias à parte, feito o diagnóstico das patologias de esquerda, cabe então apontar os seus antídotos. A conclusão parece evidente: uma esquerda autêntica deve ter uma política “intransigentemente” democrática, anticapitalista e avessa a toda prática de corrupção na administração pública – além de uma agenda ecológica consistente. Menos óbvia, no entanto, é a possibilidade de conciliação entre esses termos. Como referido acima, o esboço de enfrentamento de um esquema de corrupção foi elemento decisivo para a destruição de um importante projeto de democratização da sociedade. Do mesmo modo, democracia e anticapitalismo, nos termos concebidos pelo autor, nunca tiveram uma convivência tranquila. Não se trata, evidentemente, de abrir mão de uma coisa em nome da outra (do combate à corrupção, por exemplo, em favor de maior distribuição de renda), mas de refletir sobre os impasses reais que esse arranjo nos coloca.



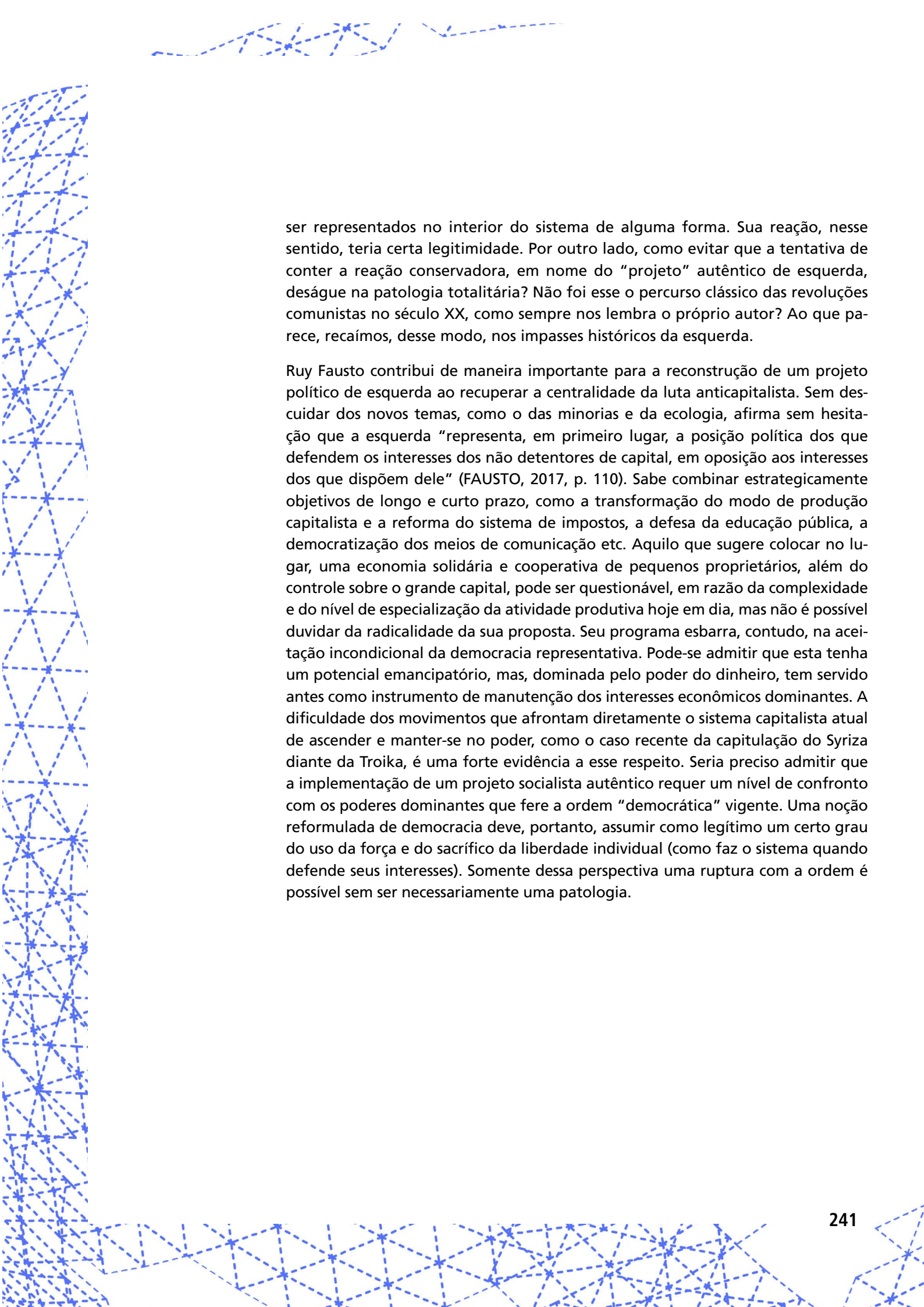
Democracia significa aqui fundamentalmente a democracia representativa: eleições parlamentares, divisão de poderes e pesos e contrapesos institucionais. Para Fausto, é incorreto denominar esse arranjo político simplesmente de democracia burguesa. O seu princípio mais fundamental é o da igualdade, ao passo que o do capitalismo é a desigualdade. Conduzida à radicalidade que comporta, a democracia seria capaz de abalar qualquer sistema baseado na desigualdade.

Já o anticapitalismo não significa ser contra toda forma de Estado ou contra todo tipo de propriedade privada, mas visa antes de tudo à “neutralização” do grande capital. As megacorporações que dominam o capitalismo contemporâneo se colocam inteiramente a serviço dos grandes acionistas, subordinando a produção à valorização financeira das suas ações. Os efeitos sociais do chamado capitalismo financeiro são uma desigualdade social crescente, o desemprego e a ameaça ao meio ambiente. Para a pequena propriedade, Fausto defende uma organização econômica fundada em cooperativas de produção. Mas esse seria um objetivo de longo prazo. De imediato, a tarefa que se impõe é a defesa de um Estado de bem-estar, com impostos fortemente progressivos e taxaço sobre fortunas, heranças e ganhos de capital para financiar a universalização de serviços públicos essenciais.

Note-se que nessa estratégia de longo alcance não se trata de abolir o capital, mas de controlá-lo. E aqui começam a surgir as dificuldades no projeto de reconstrução do nosso autor. Não propriamente pelo sabor reformista clássico da proposta, mas, ao contrário, pela tentativa de conciliar uma noção convencional de democracia com a expropriação da grande propriedade. Primeiro, como definir exatamente o que é o grande capital e como domesticá-lo. O quão grande deve ser uma empresa capitalista para ser considerada um grande capital? E qual é o critério que a define? Seu lucro, o número de empregados ou o quê? A questão não é um detalhe irrelevante, pois depende-se dessa resposta para saber qual empresa será ou não expropriada. Essa questão não é, contudo, considerada pelo autor.

Quanto à forma de controle do capital, Fausto é mais explícito, embora sua eficácia seja não menos duvidosa: “é muito melhor que as grandes empresas tenham acionariado majoritário do Estado” (FAUSTO, 2017, p. 89). Ao lado dos representantes públicos, os representantes dos trabalhadores devem igualmente ter lugar nas posições decisórias. Ora, não reside aí justamente o perigo do surgimento de uma burocracia estatal com interesses próprios? Não foi a ascensão de uma nomenclatura a responsável, em grande medida, pelas deformações do comunismo em regimes totalitários? Parece-nos que não basta exigir transparência e competência da burocracia. Afinal, uma vez instituída de poder uma elite estatal, quem pode comandar o controlador da grande propriedade capitalista?

De resto, não parece razoável supor que uma tentativa de intervir sobre a grande propriedade não geraria reações violentas do outro lado. Há nessa operação certamente um núcleo potencial de ruptura, que contraria a democracia representativa. Pois, se não se trata de abolir o capital, os capitalistas também devem



ser representados no interior do sistema de alguma forma. Sua reação, nesse sentido, teria certa legitimidade. Por outro lado, como evitar que a tentativa de conter a reação conservadora, em nome do “projeto” autêntico de esquerda, deságue na patologia totalitária? Não foi esse o percurso clássico das revoluções comunistas no século XX, como sempre nos lembra o próprio autor? Ao que parece, recaímos, desse modo, nos impasses históricos da esquerda.

Ruy Fausto contribui de maneira importante para a reconstrução de um projeto político de esquerda ao recuperar a centralidade da luta anticapitalista. Sem descurar dos novos temas, como o das minorias e da ecologia, afirma sem hesitação que a esquerda “representa, em primeiro lugar, a posição política dos que defendem os interesses dos não detentores de capital, em oposição aos interesses dos que dispõem dele” (FAUSTO, 2017, p. 110). Sabe combinar estrategicamente objetivos de longo e curto prazo, como a transformação do modo de produção capitalista e a reforma do sistema de impostos, a defesa da educação pública, a democratização dos meios de comunicação etc. Aquilo que sugere colocar no lugar, uma economia solidária e cooperativa de pequenos proprietários, além do controle sobre o grande capital, pode ser questionável, em razão da complexidade e do nível de especialização da atividade produtiva hoje em dia, mas não é possível duvidar da radicalidade da sua proposta. Seu programa esbarra, contudo, na aceitação incondicional da democracia representativa. Pode-se admitir que esta tenha um potencial emancipatório, mas, dominada pelo poder do dinheiro, tem servido antes como instrumento de manutenção dos interesses econômicos dominantes. A dificuldade dos movimentos que afrontam diretamente o sistema capitalista atual de ascender e manter-se no poder, como o caso recente da capitulação do Syriza diante da Troika, é uma forte evidência a esse respeito. Seria preciso admitir que a implementação de um projeto socialista autêntico requer um nível de confronto com os poderes dominantes que fere a ordem “democrática” vigente. Uma noção reformulada de democracia deve, portanto, assumir como legítimo um certo grau do uso da força e do sacrifício da liberdade individual (como faz o sistema quando defende seus interesses). Somente dessa perspectiva uma ruptura com a ordem é possível sem ser necessariamente uma patologia.